

**Timor do século XX:
deportação, colonialismo e interações culturais**

Madalena Ceppas Salvação Barreto

**Dissertação de Mestrado em
Antropologia – Culturas Visuais**

Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública

Outubro 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Mestre em
Antropologia – Culturas Visuais,
realizada sob a orientação científica dos Professores
Catarina Alves Costa e Ricardo Roque

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus dois orientadores: à Professora Catarina Alves Costa por ter aceite guiar-me neste longo desafio e ao Professor Ricardo Roque, que me propôs o tema, ao qual muito prontamente respondi que não. Quis o destino que fosse à boa maneira de Timor, “primeiro estranha-se, depois entranha-se!”

Nesta mesma linha gostaria de agradecer a António Monteiro Cardoso por ter partilhado comigo tão valiosa informação e muito particularmente, a enorme generosidade, disponibilidade e atenção de José António Cabrita pelas inúmeras conversas, partilhas, sugestões e correções ao longo destes últimos dois anos.

Quero agradecer também à Missão *Verbum Dei* Timor 2010, quem primeiro me levou a Terras de Sol Nascente e me deu as primeiras noções da sua essência, ao Projecto Católita-Move *Microfinance* e à 5ª Edição que me ajudou a estabelecer em Timor e a conhecer diversos contextos e realidades, facilitando-me inúmeras oportunidades e vivências de grande valor. Ao Instituto de Ciências Religiosas e a cada um dos seus funcionários que tanto me ensinaram sobre a vida e sobre Timor e a todos os que me acompanharam neste desafio, naquele lado do Mundo.

Agradeço especialmente à minha mãe pelo apoio incondicional e infindável paciência para ler, reler e corrigir todos os textos vezes sem conta, ao meu pai, quem primeiro me falou de Timor, aos meus irmãos, em especial à *Miana* que nunca deixará de ser a minha pequenina e aos meus avós, que eu vi pela última vez no dia em que me despedi para rumar a esta aventura.

Por fim, quero fazer uma agradecimento especial a todas as famílias que se disponibilizaram a partilhar comigo as suas histórias. Sem elas nada teria sido possível!

Timor do século XX

Deportação, colonialismo e interações culturais

Madalena Ceppas Salvação Barreto

[RESUMO]

O presente estudo tem como objectivo desenvolver a História de vida de um conjunto de deportados enviados para Timor na sequência das lutas sociais vividas nos finais da 1ª República e das revoltas reviralhistas contra a imposição da ditadura militar. Data do início do século XVI a chegada dos primeiros missionários portugueses a Timor mas durante séculos a presença portuguesa foi muito ténue, restringindo-se somente a missionários, militares, funcionários da administração e degredados, naturais não só da Metrópole, mas também das restantes Colónias. Dado o contexto, a chegada de um elevado número de homens a Timor teve com certeza um enorme impacto. Através da reconstrução da História de vida de cada um, pretendemos compreender quais foram as consequências disto no que respeita os contextos sociais e traços culturais locais.

PALAVRAS-CHAVE: Timor Português, deportação, colonialismo, interações culturais e histórias de vida.

[ABSTRACT]

This study aims to develop the life history of a group of deportees exiled to Timor in consequence of their social fights during the last years of the 1st Republic and the revolts known as “Reviralhistas” against the military dictatorship. The first Portuguese missionaries arrived in Timor from the early sixteenth century but for centuries a Portuguese presence was very weak, restricted only to missionaries, soldiers, government officials and deportees, who arrived not only from Portuguese Metropolis, but also from the other Colonies. Given the context, the arrival of a large number of men to Timor certainly had a major impact on the life of the Colony. Through the reconstruction of the life history of each one of them, we intend to understand what were the consequences dictated by this event in social contexts and local cultural traits.

KEYWORDS: Portuguese Timor, deportation, colonialism, cultural interactions and life stories.

ÍNDICE

Introdução	1
I Capítulo:	14
1. 1. Contexto sócio-económico em Portugal no início do século XX	14
1. 2. As deportações de presos “sociais”	24
1. 3. As deportações de presos “políticos”	30
II Capítulo:	36
2. 1. Dinâmica político-económica de Timor Português, enquanto “Colónia Penal”	36
2. 2. Dinâmica sociocultural timorense.	46
III Capítulo:	59
3. 1. A vida dos deportados em Timor	59
3. 2. A II Guerra Mundial em Timor	73
3.2.1. Ocupação aliada.....	73
3.2.2. Ocupação japonesa.....	76
3.2.3. Colunas negras, revoltas contra as autoridades portuguesas e zona de “proteção”	80
3.2.4. Resistência e evacuações	85
3.2.5. Zona de “proteção”	87
3.2.6. Exílio na Austrália.....	90
3.2.7. Fim da Guerra e levantamento da pena.....	94
3. 3. O reinício das vidas dos ex-deportados em Timor	96
IV Capítulo:	100
4. 1. Arsénio José Filipe e respectiva família	100
4. 2. Francisco Horta e respectiva família	107
Conclusão	118
Referências Bibliográficas	123
Anexos:	
Anexo A: Cronologia.....	133
Anexo B: Relações várias	139
Anexo C: Notas Biográficas	147
a) Deportados do tempo de João Franco	147
b) Deportados enviados para Angra do Heroísmo e África (1925) e Timor (1927).....	150
c) Deportados enviados para África (1925) e Timor (1927)	166
d) Deportados transferidos do Funchal para Lisboa e de seguida para Timor (1927).....	205
e) Deportados enviados de Lisboa para Timor (1927)	214
f) Deportados chegados a Timor em 1931 e que ali permanecem depois de 1933.....	298
Anexo D: Imagens	354
Anexo E: Crónica de uma fuga.....	356

Introdução

O presente trabalho de investigação insere-se no âmbito do Mestrado de Antropologia, especialização em Culturais Visuais. Intitulado “TIMOR do século XX: Deportação, Colonialismo e Interações Culturais”, o estudo tem como propósito desenvolver a História de vida de um conjunto de deportados enviados para Timor na sequência das lutas sociais vividas nos finais da 1ª República e das revoltas reviralhistas contra a imposição da ditadura militar, dando respostas às seguintes questões: como se estabeleceram em Timor, que relações mantiveram com os/as timorenses e as suas instituições, se respeitaram as instituições locais, se implementaram as suas e como foi a reação local a estas ligações.

O estudo em causa revela-se-nos pertinente para a História de Timor-Leste por um conjunto muito específico de razões. Ao longo desta introdução começaremos por transmitir a nossa perspectiva sobre a importância do desenvolvimento da História em Timor-Leste, o interesse deste tema em particular, seguido da metodologia utilizada e respectivas apreciações, findando com a terminologia utilizada e a elucidação da estrutura da tese.

Timor-Leste é um dos mais recentes países do Mundo. Tem 14 anos de História enquanto Estado-Nação mas séculos de existência enquanto espaço e traços culturais próprios e diversificados, tendo passado por inúmeras etapas que incluíram reinos independentes que se guerreavam entre si, diferentes colonizações e ocupações e, só a 20 de Maio de 2002, a tão esperada proclamação de independência. Trata-se de um país riquíssimo do ponto de vista histórico e cultural, contudo, muitíssimo sofrido e, por isso, no que toca à escrita da sua História, com um longo caminho pela frente. Foram séculos de conflitos entre reinos, “campanhas de pacificação”, invasões estrangeiras consequentes da Segunda Guerra Mundial, a colonização portuguesa, uma guerra civil que viria a abrir as portas à já programada ocupação indonésia que por sua vez, só viria a terminar após o terrível *Setembro Negro* que arrasou por completo o território, depois de cerca de 75% da população ter votado pela independência. Apesar da tão ansiada proclamação de independência, Timor ainda viria a sofrer conflitos internos como a grave crise de 2006, o atentado ao então Presidente José Ramos-Horta em 2008 e, embora de reduzida dimensão, pontualmente ainda assistimos a pequenos conflitos que influenciam diariamente o comportamento dos timorenses. Só hoje os timorenses vão conhecendo o sabor da

liberdade, ao fim de séculos de períodos de extrema violência intercalados de períodos que embora nos pareçam pacíficos numa primeira análise, rapidamente nos damos conta das relações de poderes subjacentes, de questões encobertas, de receios crónicos refundidos e de como tudo isso influencia a História e o quotidiano das gentes de Timor-Leste. É habitual ouvir-se dizer que não há em Timor uma única família que não tenha perdido pelo menos um dos seus membros durante o período indonésio e, ainda hoje, não se vê vivalma à noite nas ruas de Timor. Não acreditamos que tal se deva a falta de segurança, mas ao receio e à falta de confiança das pessoas na segurança e estabilidade. A História ensinou aos timorenses a arte da diplomacia enquanto resistência passiva e a arte de um sorriso aberto a esconder a apreensão e a desconfiança. Reações de defesa, instinto de sobrevivência apurado, consequência de tantos anos de conflito.

Fazemos aqui um pequeno parágrafo para relatar uma situação que consideramos transmitir, embora de uma forma simplificada, o estado em que a elaboração da História de Timor se encontra e o que significa procurar desenvolvê-la. No primeiro semestre de trabalho de campo, a autora integrou a Organização Não Governamental Católica-Move *Microfinance*, uma organização presente em Timor-Leste desde Setembro de 2011, com equipas voluntárias no terreno por um período de seis meses. Uma vez que o escritório se encontra no mesmo espaço onde habitam os voluntários, rapidamente se criam estreitas afinidades entre as equipas e as famílias vizinhas. Todas as quartas-feiras promovia-se o visionamento de filmes da Disney em Língua Portuguesa na casa *Move* com as crianças que ali viviam, contudo, um dia optou-se pela visualização do filme *Balibó* em casa de uma família vizinha, estando presente avós (geração que cresceu no tempo português), filhos (geração que cresceu no tempo indonésio) e netos (geração que cresceu no tempo de Timor-Leste independente). Trata-se de um filme que retrata a busca por cinco jornalistas desaparecidos e alegadamente assassinados pela mão do exército indonésio, aquando da invasão, em 1975. Precisamente no momento em que decorre o assassinio, o avô, antigo funcionário da administração portuguesa sai da sala visivelmente emocionado, enquanto a neta mais velha, de treze anos, pergunta inocentemente a razão da acção do filme. Aos treze anos, a rapariga não imagina o que foi a violência da ocupação indonésia porque o assunto não é falado nem em casa, nem na escola.

Após tantos anos de conflito e sendo a paz uma realidade tão recente, “a História ainda é viva”. Ou seja, as pessoas que viveram uma série de acontecimentos de grande valor histórico permanecem vivas, havendo ainda incontáveis questões latentes e traumas não resolvidos, tornando impossível estabelecer uma linha entre a razão e a emoção. Assim, se por um lado existe a fantástica oportunidade de recolher testemunhos orais, por outro, são assuntos extremamente dolorosos de serem recordados, por vezes, mesmo dos tempos mais antigos, como a ocupação japonesa ou a administração portuguesa. Havendo ainda conflitos dissimulados na sociedade timorense actual, se por vezes alguém se arrisca a escrever e publicar as suas memórias, rapidamente surgem críticas a quem as escreveu sobre a veracidade inscrita em tais memórias, uma vez que cada um tem a sua perspectiva. Levantam-se questões éticas e metodológicas pois a memória é totalmente subjetiva, selectiva e em constante actualização. Por esta razão, evitando reacender conflitos, no geral, os timorenses evitam falar publicamente sobre determinados acontecimentos da História, olhando com desconfiança quem lhes pede abertamente testemunhos orais. Usualmente, aceitam contar somente a sua História de vida, sem incluir referências a terceiros, pelo que para investigar e compreender a História no seu todo teríamos a entrevistar todos os envolvidos. Trata-se da construção de um puzzle, tantas vezes difícil de concluir, uma vez que várias peças se encontram já perdidas. O tempo vai correndo, as pessoas vão falecendo, perdendo-se também importantíssimas fontes históricas.

Ainda assim, parece-nos importante olhar a História não apenas como algo que ficou no passado. O desenvolvimento da História não serve apenas para fixar o passado, nem tão pouco como forma de julgamento, mas antes como uma forma de aprender com o passado, para construir o futuro. Embora como acima referido, por vezes a pressão social se encarregue de resistir à elaboração da História, a História e a Memória são elementos fundamentais para a construção de uma identidade e, num país onde ainda hoje existe fragmentação e conflitos devido à grande diversidade étnica e cultural, escrever a sua História, a sua memória e identidade, é fundamental a fim de se desenvolver a coesão e o sentido de nacionalidade timorense. O facto de não existirem ainda cursos superiores de História ou de Antropologia em Timor dificulta este processo. Ainda que haja alguns investigadores e organizações, na sua maioria estrangeiros, preocupados com o estudo da Antropologia e da História relativa aos

períodos da ocupação indonésia e à construção de Timor-Leste enquanto nova nação, em relação a tempos anteriores, o caminho está ainda por fazer. Problema agravado ao constataremos que as particularidades históricas do território deixaram um conjunto escasso de fontes.

De resto, as poucas fontes escritas existentes são sobretudo de carácter administrativo, oficial e militar e elaboradas à luz da mentalidade da época: correspondência trocada entre a Metrópole e a administração da Colónia, entre os postos de comando e o Governo Central da Colónia, o *Boletim Oficial de Timor*, etc... Tendo a administração de Timor estado várias vezes submetida ao Governo de Macau, os periódicos macaenses tiveram sempre algo a dizer sobre aquela Colónia, mas sempre numa visão condicionada pela grande distância territorial, social e económica que separava as duas colónias. Ou seja, a História escrita e as poucas fontes existentes, embora incluam também algumas memórias deixadas por viajantes, missionários e militares de espírito mais aberto e curioso, no geral abarcam apenas a História da Administração Portuguesa, quase que ignorando a História dos Timorenses e das suas próprias instituições. Uma história escrita de um ponto de vista de alguém que vem de fora, um olhar sobre o outro, geralmente com uma agenda política própria e com pouca sensibilidade para compreender traços culturais muito próprios. Isto, porque no tempo português o acesso à instrução pela generalidade da população era muitíssimo limitado, impossibilitando os timorenses de deixarem por escrito a sua perspectiva dos acontecimentos. Assim, em Timor-Leste, tradicionalmente a História é passada oralmente, de geração em geração, pouco saindo do meio familiar. Nestas condições, caso não se recolha rapidamente a História oral de tempos passados, numa altura em que novas formas de raciocínio, de aprendizagem e outros motivos de interesse são introduzidos a nível local, corre-se o risco de perder pedaços de memória riquíssimos e fundamentais para a compreensão de todo um povo e de uma nação.

Por todas as razões acima descritas, mais urgente do que escrever a História de Timor-Leste, antes que se perca a memória oral e aqueles que a transmitem, é necessário recolhê-la e salvaguardá-la em arquivo para que não fique perdida para sempre e, não se impossibilite o dar a voz aos timorenses na elaboração da sua própria História. Urge recolher a história oral, construir um arquivo e passá-lo a domínio público, no sentido de dinamizar a investigação académica.

Quanto à relevância do tema escolhido, será mais fácil de entender depois de traçar um quadro geral da história da administração e da colonização portuguesa de Timor. Data de inícios do século XVI, a existência de missionários portugueses no território. Data de 1703, a nomeação do primeiro Governador de Timor Português, sendo muito ténue a influência portuguesa no território, ainda que a ilha de Timor viesse a ver as suas fronteiras marcadas por duas potências colonizadoras (Portugal e Holanda) com agendas políticas próprias e que em pouco deverão ter tido em conta as considerações dos locais. Defendemos que a colonização portuguesa que viria de facto a influenciar as populações locais começou por ser levada a cabo pela Igreja, embora com pouca expressão, tendo em conta o reduzido número de padres dispersos pelo território. Expandiu-se pela força e violência das “Campanhas de Pacificação” comandadas pelo Governador Celestino da Silva (1894-1908) e só a partir dos anos 20 do século XX é que se intensificou com a chegada do grande número de deportados ao território, começando a consolidar-se somente no pós-II Guerra com a chegada das forças expedicionárias e dos planos de fomento para efeitos de reconstrução de um território devastado, inicialmente em Díli e muito lentamente estendendo-se ao resto do território. Processo brutalmente interrompido pelos acontecimentos decorridos no pós-25 de Abril de 1974.

É importante ter em conta que em inícios dos anos 40, o maior grupo de europeus era constituído por cerca de cem deportados, o segundo maior grupo, por cerca de sessenta europeus militares, havendo ainda cerca de trinta funcionários civis europeus. Pretende-se com isto dizer que embora Portugal tenha tido um papel activo na estrutura geográfica e até linguística do território, durante vários séculos, as populações de Timor viveram as suas liberdades e traços culturais, afastados de influências da colonização portuguesa. Contudo, conforme veremos adiante, o envio de degredados para aquela Colónia foi algo que aconteceu muito frequentemente, tantas vezes havendo mais elementos degredados no território do que outros europeus civis ou militares, dando a entender que estes grupos terão tido um importantíssimo papel no que se refere a influências culturais.

Os primeiros registos encontrados de degredados a serem enviados da Metrópole para Timor datam do século XVIII. Também de Macau, Índia e provavelmente restantes Colónias, inúmeros condenados para ali foram enviados. Infelizmente o tempo e a História encarregaram-se de apagar os vestígios que grande

parte destes homens poderiam ter deixado, pelo que teremos de focar este estudo somente no grupo de homens de que ainda há memória, os chegados a Timor ao longo do século XX, concretamente em 1927 e 1931. Homens enviados para Timor, sob pena de deportação porque, direta ou indiretamente, reagiram contra o Governo e a autoridade em vigor. Ou seja, homens que chegaram ao território sob condições muito específicas, facto que com certeza terá tido influência no percurso traçado em Timor. Destes, restringiremos ainda mais o foco da investigação sobre os que permaneceram em Timor após a amnistia geral concedida pelo Governo Central em 1932 a todos os deportados políticos que haviam sido enviados para as diferentes possessões ultramarinas. Analisarei somente o caso daqueles que haviam sido enviados por delito social e aqueles cujo Governo considerou serem os “50 mais perigosos”, cerca de 110 deportados. Pelas razões apresentadas e que adiante desenvolveremos, é de crer que a presença deste grupo de deportados tenha contribuído mais para a colonização e para o intercâmbio cultural entre portugueses e timorenses, que a simbólica presença portuguesa dos quatro séculos anteriores. Motivo pelo qual, consideramos que este tema é uma peça extremamente importante no puzzle da História de Timor Português e, especialmente, na História das relações entre potência colonizadora e colonizada.

A ideia de tratar o tema em causa surgiu há cerca de quatro anos, altura em que a autora estava prestes a iniciar o último ano da licenciatura em História, sua primeira área da formação e razão pela qual o trabalho em curso tem uma forte componente histórica. Nesta fase começou-se a procurar saber mais sobre estes homens e o contexto da sua deportação. Relativamente ao período e tema em estudo, dada a escassez de fontes primárias de autoria do grupo em estudo e a inexistência de fontes escritas por timorenses, de grosso modo, as fontes escritas utilizadas resumem-se essencialmente à imprensa na Metrópole e a escritos da autoria das autoridades portuguesas e australianas, fontes elaboradas num contexto muito próprio e segundo uma agenda política muito precisa, pelo que se torna importante frisar que este estudo carece da perspectiva do grupo em foco, podendo esta ser apenas recreada pela autora. Assim, pela dificuldade em obter informações relativamente às vidas dos deportados em Timor, do seu contexto histórico e traços culturais locais vividos pelos próprios, optou-se pelo trabalho de investigação em campo. Concluindo que seria necessário recorrer a novas ferramentas de pesquisa, como a observação em campo e a recolha da história oral e sendo estas ferramentas pouco exploradas na área da História,

embora seja a etnografia o método por excelência da antropologia, optou-se pelo mestrado na área da antropologia, de forma a melhor levar esta tese a bom porto. Finalizada a fase curricular do mestrado, a autora viajou para Timor-Leste, onde tem estado a residir nos últimos dois anos, com vista a imergir no contexto cultural local e obter o testemunho das famílias. Apesar de inúmeras viagens ao interior onde se tomou contacto com os diferentes traços culturais tradicionais, a base de permanência da autora foi a cidade de Díli, onde se encontram também grande parte das famílias entrevistadas. É importante frisar que embora Timor tenha traços culturais muito próprios, a nosso ver, a independência abriu as portas de Díli ao mundo, pelo que se trata nos dias de hoje de uma cidade bem multicultural, onde já não se pratica *Kultura*. Na 2ª parte do 2º capítulo veremos o que isto significa para a nossa pesquisa.

Uma vez que o presente trabalho se enquadra no Mestrado em Antropologia, especialização em Culturas Visuais e tendo já referido a importância da recolha da História Oral em Timor-Leste, passo a citar o Padre Ezequiel Enes Pascoal, defendendo que a melhor forma de o fazer é utilizar o dispositivo audiovisual e porque foi esse o primeiro método pensado. Através da escrita “não é possível, evidentemente, reproduzir os gestos, as tonalidades de voz, as variantes fisionómicas, a gama de atitudes e outros pequenos nada, significativos dos narradores – em suma, o aspecto expressional, a roupagem típica, aquilo, precisamente, que mais empolga o auditório timorense e que as pessoas cultas apreciam. O que está para o enredo como o sal está para a comida”.¹ Assim, a escolha inicial de gravar as entrevistas às famílias em formato audiovisual teve por base não perder o mínimo de detalhes possíveis, aquando da criação de uma fonte. Desta forma, não só se daria voz a todos os intervenientes da História, como ainda se permitiria o acesso integral à fonte primária criada, a todos os eventuais investigadores e não apenas àquele que teve a oportunidade de recolher o testemunho, tendo feito a análise somente pela sua perspectiva. Por outro lado, para um público sem hábitos de leitura, seria também a melhor forma de captar a atenção e o interesse do público timorense, possibilitando a devolução do trabalho feito. Trata-se de património intangível, histórico e cultural que se pretendia deixar como herança às gerações futuras.

Posto isto, passo a descrever a metodologia utilizada ao longo da investigação. Procurou-se combinar a pesquisa documental em arquivos públicos e privados com a

¹ Pascoal, 1967: 18.

recolha da história oral, através de entrevistas às famílias e aos descendentes dos deportados, no sentido de reconstruir as suas histórias de vida. Entre Portugal e Timor foram entrevistadas cerca de vinte famílias. Contudo, após o final da segunda Guerra Mundial, muitas destas famílias partiram de Timor para outras paragens que não somente Portugal. Há famílias dispersas pela Austrália, Angola, Moçambique, etc.. pelo que nos é difícil seguir-lhes o rasto e infelizmente não nos foi possível ouvir os seus testemunhos.

Como referido, a proposta inicial para a apresentação deste trabalho foi a realização de um curto documentário, pelo que algumas conversas ficaram filmadas. A ideia seria realizar um pequeno filme etnográfico. Pela definição de Paul Henley, ir ao encontro dos acontecimentos, registá-los ao vivo em toda a sua diversidade e complexidade, a câmara partir à descoberta das reações mas sem um planeamento, um guião, etc... fazendo a montagem da narrativa, nela enquadrando e adaptando as imagens e não o contrário. O autor defende a não interação da câmara diretamente no desenrolar da ação e essa era a ideia, ainda que a autora pretendesse incluir um dispositivo extra, instigador de reações.² Após uma pré-conversa com as famílias, após a qual a autora escreveu uma breve nota biográfica, então, numa segunda entrevista, agora com a câmara ligada, conversar sobre a dita nota biográfica, no sentido de precisar pormenores, despoletar reações, novas histórias ou perspectivas, com vista à elaboração conjunta e partilhada da história de vida de cada deportado.

À medida que a investigação foi decorrendo e após as primeiras entrevistas com as famílias, ao nos apercebermos que a câmara estava a influenciar fortemente a naturalidade de tais conversas, optou-se primeiramente por captar somente o áudio, com intenções de mais tarde, tendo ganho a confiança dos intervenientes se voltar a colocar a câmara. Com o tempo apercebemo-nos que dificilmente este obstáculo seria ultrapassado. Segundo David Mac Dougall, quando se pretende estudar algo, o antropólogo tem de ter em conta que a partir do momento em que ele se apresenta à comunidade em análise, o estudo passa a ser não sobre a comunidade mas sobre a relação do antropólogo com essa comunidade, aplicando-se o mesmo à câmara. O filme etnográfico não deixa nunca de ser interativo, transforma-se na análise de uma determinada sociedade em interação com a câmara. Existe como que um triângulo de realidades, elementos que influenciam o acontecimento: a pessoa que filma (com todo

² Henley, 2004.

o seu *background*, real e aquele a que as pessoas lhe associam), a pessoa que é filmada e ainda, a audiência. MacDougall acrescenta que uma das formas de diminuir o impacto do elemento câmara na reação da comunidade filmada, acontece quando o evento vivido é mais importante para a comunidade filmada que a câmara, isto é, num momento de grande tensão, a câmara perde importância.³ Ora, não foi o caso. A câmara não é invisível, não é uma mosca que vê tudo e ninguém dá por ela e, com efeito, o elemento “audiência” em Timor-Leste é muito forte. Embora a autora pretendesse que fosse a pequena nota biográfica a provocar reações, pelas razões acima descritas relativamente à pressão social da sociedade timorense sobre quem se expõe contando a sua história, sendo a câmara um elemento com um grande poder para fixar a memória e tendo as pessoas noção disso, passaram a ser a câmara e a “audiência” os elementos principais a provocar a acção. Ou seja, para além dos elementos interativos “antropóloga portuguesa” (natural do país colonizador com todas as condicionantes que tal realidade compreende) e câmara (poder de gravar a imagem da própria pessoa a fixar memória), para as famílias em análise, havia ainda a ideia muito clara de que tais imagens eventualmente seriam públicas. Assim, apercebendo-nos que a diplomacia timorense apreendida sob tantos anos de opressão jamais iria permitir superar esta dificuldade, o elevado número de famílias em estudo e a falta de tempo estabelecer uma relação de confiança com as mesmas, a falta de material necessário para captação de qualidade e a falta de capacitação técnica da autora, a tão grande distância de qualquer possibilidade de orientação para o efeito, ditaram que, de forma a conseguir levar o objectivo inicial desta investigação a bom porto, se abandonasse a ideia inicial do pequeno filme etnográfico, focando-nos somente na elaboração da história de vida dos deportados. Razão pela qual o presente trabalho se apresenta por escrito, ainda que, no futuro, com tempo e ajuda técnica, seja ainda propósito da autora realizar o projecto a que se propôs inicialmente, um pequeno documentário com base nos testemunhos orais das famílias em estudo. Algo que consideramos importante de forma a devolver a Timor-Leste o trabalho desenvolvido nos últimos três anos. Por agora, fica a publicação do material visual em anexo e a entrega do material áudio e de imagem em movimento aos arquivos de Timor-Leste preparados para o efeito, com vista a possibilitar e incentivar outros

³ Mac Dougall, 1998.

investigadores a trabalhar o material recolhido, promovendo e dinamizando a elaboração da História de Timor-Leste.

Ainda na mesma lógica de elaboração partilhada da História, a autora criou um grupo fechado na plataforma virtual *Facebook* intitulado de “TIMOR-LESTE do século XX: deportação, colonialismo e interações culturais”, publicando as ditas notas biográficas, fotografias facultadas pelas famílias, questões de pormenor, etc... Grupo criado logo após a chegada da autora a Timor, mas que, receando despoletar qualquer desentendimento, a autora optou por não dinamizar o grupo frequentemente. Somente nos três meses que antecederam a entrega, o grupo ganhou maior dinamismo com a publicação de várias biografias escritas. Sendo o nível de tétum da autora ainda elementar e sendo esta uma língua ainda em desenvolvimento, uma vez que as questões abordadas são algo complexas, optou-se pela publicação em língua portuguesa, também língua oficial de Timor-Leste. Tal opção, bem como a dificuldade de acesso à internet em Timor, influenciaram a adesão do público. Por todas as razões supracitadas, especialmente no que toca às questões da memória histórica a nível local, é particularmente curioso constatar que, no geral, a adesão e interação partiu de elementos que atualmente já não residem em Timor-Leste.

Quer as entrevistas às famílias, quer o grupo criado na página do *Facebook* foram tentativas de contornar a escassez ou o contexto de elaboração das fontes existentes, ainda que o recurso à reconstrução de histórias de vida com base na história oral, seja um caminho com questões metodológicas a ter em conta. Tendo já todos os elementos do grupo em estudo falecido, resta-nos o testemunho da descendência, ou seja, o testemunho não directo e por vezes romanceado. Como diria David Lowenthal em “The past is a foreign country”, cada indivíduo escolhe os elementos históricos ou traços culturais que pretende incorporar como seus.⁴ Ainda assim, parece-nos ser esta a única forma possível de conseguir reconstruir as histórias de vida do grupo em estudo. Tentando compreender também um pouco mais sobre o contexto histórico e cultural timorense da época, várias foram as conversas com naturais do território com memórias dos tempos idos, os chamados *Katuas* e *fèriks* timorenses. É relevante indicar que em grande parte das conversas surgiram questões sensíveis que tocam relações de poder entre europeus, mestiços e timorenses e que,

⁴ Lowenthal, 2006.

claramente, o facto de se tratar de uma investigadora de origem portuguesa, influenciou a forma como as memórias foram relatadas.

Em relação à terminologia utilizada, procura-se ser o mais fiel possível àquela que era usada na época, pois cada termo corresponde a uma representação histórica específica. Quando se refere Portugal, referimo-nos a Portugal como um todo: Metrópole e respectivas Colónias, pois efectivamente, naquela altura, Timor era considerado território nacional português, pelo que se torna incoerente qualquer outra terminologia. Da mesma forma, quando se refere Timor Português ou a Colónia de Timor, referimo-nos ao território que hoje corresponde à nação de Timor-Leste. A terminologia utilizada para definir a origem de cada indivíduo, torna a questão um pouco mais sensível e controversa. Quando nos referimos a portugueses de origem europeia trata-se de portugueses nascidos na Metrópole. Posto isto, faria sentido referimo-nos aos nascidos na “meia-ilha” como portugueses de origem timorense. É uma questão que divide opiniões. A bibliografia da época não o faz, utilizando antes termos como indígena, nativo, autóctone e até aborígene, termos tidos por muitos como conotativos, e se por um lado existem nascidos em Timor Português que se afirmam portugueses, também existe quem não se identifique com tal categorização. Posto isto, quando nos referimos a indivíduos nascidos no território que hoje corresponde a Timor-Leste, filhos de pai e mãe local, denominamo-los de timorenses ou locais. No caso de filho de pai de origem europeia e mãe timorense ou vice-versa, utilizamos o termo mestiço, sendo este um termo muito utilizado socialmente e que não nos pareceu ter qualquer conotação. No que concerne às relações estabelecidas entre o grupo em estudo, os deportados e mulheres de origem timorense, tentaremos evitar termos que constam na documentação da época como “amante”, “*nona*” ou “família ilegítima”, que consideramos pejorativos. Embora a maioria não tivesse oficializado a relação no registo civil ou pela Igreja Católica não significa que tais relações não fossem vistas pelos próprios com igual seriedade e compromisso de um casamento oficializado pelas autoridades administrativas ou religiosas. Há que ter em conta também que parte destes indivíduos, enquanto anarquistas e comunistas, se afirmavam ateus de convicção, renegando a fé cristã, motivo pelo qual não se casariam pela Igreja Católica. Por outro lado, mesmo a cerimónia do *barlaque*, o casamento tradicional timorense que aos olhos das instituições timorenses era culturalmente aceite, não o era pela administração portuguesa e muito menos pela

Igreja Católica. Contudo, ser casado implica um conjunto de direitos e deveres que uma relação não oficializada não. Assim, ao referirmo-nos à forma como vários deportados se relacionaram com mulheres de origem timorense, utilizamos os termos “relação marital”, significando que o casal vivia em situação que hoje definimos como “união de facto”.

Uma vez que a História de Timor Português é ainda um tema pouco trabalhado e de reduzida divulgação, quer junto do público português como do público timorense, pareceu-nos relevante fazer uma completa redesenha histórica dos acontecimentos ocorridos em Timor ao longo do século XX. Do mesmo modo, também a matéria dos deportados enviados para Timor é um assunto pouco aprofundado. A representação destes em parte das principais fontes apresenta-se desentranhada do contexto histórico, estando por vezes até distorcida pela agenda com que as fontes foram elaboradas. Assim, pareceu-nos especialmente importante fazer uma redesenha histórica do início do século XX em Portugal e, tanto quanto possível, procurar obter informações específicas da vida de cada homem antes da deportação, no sentido de contextualizar a deportação do grupo em estudo e dar resposta às inúmeras questões que nos foram postas pelas famílias (a título de exemplo, naturalidade, data de nascimento, razão da prisão, significado de deportado social, onde vivem actualmente os restantes familiares, etc...) Por vezes consideradas questões de pormenor num estudo académico, mas, na realidade, questões fundamentais para as famílias com quem trabalhei. Por esta razão, ao longo do primeiro capítulo procuraremos demonstrar o quadro político, económico e social vivido em Portugal durante a I República, no sentido de contextualizar e explicar as deportações, quer dos presos “sociais”, como dos presos “políticos”. No segundo capítulo procuraremos transmitir a dinâmica político-económica de Timor Português, focando o seu carácter de “Colónia Penal” e claro, a dinâmica sociocultural timorense, instituições e traços culturais que durante tanto tempo funcionaram de modo independente da matriz colonial portuguesa. No terceiro capítulo procuraremos analisar de uma forma muito geral a vida dos deportados na Colónia. Tendo em conta a importância da II Guerra Mundial para Timor em geral e para os deportados e as suas relações com os timorenses em particular, parece-nos relevante fazer uma redesenha histórica dos acontecimentos, terminando o capítulo com a reconstituição das vidas dos deportados que permaneceram em Timor no pós-guerra. Ao longo da

pesquisa procurou-se obter o máximo de informação possível relativamente ao grupo mencionado. Infelizmente, as características e dimensão impostas a uma tese de mestrado não nos permitem uma análise detalhada e qualitativa de cada caso. Incluiremos quantitativamente o geral do grupo mencionado nas redesenhas históricas e a história de vida detalhada de cada elemento do grupo em estudo em anexo. Contudo, para o quarto capítulo, tentando responder às questões supracitadas, analisaremos pormenorizadamente somente o caso de duas famílias específicas que pensamos que de uma forma muito geral podem representar os diferentes caminhos tomados pelos deportados e respectivas descendências: as famílias de Arsénio José Filipe e de Francisco Horta.

I Capítulo

No capítulo que se segue começaremos por fazer uma contextualização histórica das condições políticas, económicas e sociais vividas em Portugal ao longo da Primeira República, conjunturas essas que originaram vários protestos e lutas, não só pelo operariado com o objectivo de reivindicar melhores condições de vida e de trabalho, como também por parte da oposição democrática republicana. Após vários anos sem que tais protestos tivessem surtido efeito, alguns grupos decidiram passar à acção directa, provocando a primeira onda de deportações para África. Em 1927, uma nova onda de tumultos contra a imposição de uma ditadura militar provocou a deportação de vários operários, uns que por lapso não o tinham sido na primeira leva, outros porque participaram nas primeiras revoltas reviralthistas. O navio saiu de Lisboa, passou nas Colónias africanas onde estavam os anteriores e rumou a Timor. Ali ficaram estes dois grupos conhecidos como os “deportados sociais”. Os “políticos”, deportados na sequência de novas revoltas reviralthistas foram o último grupo a chegar a Timor, em 1931.

1.1 Contexto político sócio-económico em Portugal no início do século XX

Portugal no início dos anos 20 do século XX tinha cerca de cinco milhões de habitantes. Fazendo-se uma apreciação geral das condições sociais, constatamos que desses cinco milhões, 58% dedicava-se à agricultura como forma de subsistência. O regime de propriedade era maioritariamente minifundiário, havendo um número reduzido de companhias ou sociedades comerciais. A tecnologia agrícola era escassa e a indústria pouco expressiva e pouco tecnológica. Ou seja, em Portugal, a produtividade, quer agrícola, quer industrial, era baixa e baseada em mão-de-obra barata. A acrescentar a estes números, 65% da população era analfabeta. Neste contexto, o operariado na sua grande maioria, apoiava a implantação da República. A República prometia as soluções que o proletariado ansiava: o sufrágio universal, o ensino laico, gratuito e universal, a legalização da greve, etc... pelo que, nos últimos tempos da monarquia, o mundo operário alia-se à burguesia republicana para implantação da I República, feito conseguido a 5 de Outubro de 1910.⁵

Rapidamente os interesses viriam a divergir. Tentando responder às reivindicações da classe operária, uma das primeiras acções do Governo Provisório no

⁵ Farinha, 1998: 85.

sentido de responder às expectativas dos operários foi eliminar do código penal o artigo que ilegalizava a greve. Imediatamente foram decretadas várias greves, tendo o sector republicano reagido com marchas contra o surto grevista. Depois de vários confrontos físicos entre republicanos e grevistas, logo em Dezembro, o Governo promulgou um decreto que concedia a patrões, o direito de se coligarem para a cessação simultânea do trabalho. Este diploma estabelecia também a obrigatoriedade de pré-aviso à autoridade administrativa, pelo que os operários rapidamente afirmaram ser este um “decreto burla”.⁶ Começa então o progressivo afastamento dos trabalhadores em relação à república, particularmente agravado quando em Março de 1911, chamada a impor ordem numa greve de operários conserveiros em Setúbal, a GNR “varre” a manifestação a tiro, matando dois trabalhadores.⁷

Em inícios de 1913, um discurso feito por Afonso Costa, então Primeiro Ministro, no qual condenava fortemente o sindicalismo e as suas formas de luta, sem contudo responder às suas reivindicações, valeu-lhe a alcunha de “racha-sindicalistas” e muita impopularidade juntos dos operários. Para agravar as já complicadas relações entre o mundo operário e a República, ainda no mesmo ano, o Governo de Afonso Costa publicava uma nova lei eleitoral que limitava o direito de voto: somente os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos e que soubessem ler e escrever poderiam votar, restringindo-se o eleitorado para quase um terço. Afonso Costa tinha como argumento que Portugal era ainda um país conservador, monárquico e católico e que o republicanismo era um movimento urbano, que ainda se encontrava social e politicamente isolado da maior parte do país, pelo que “não se pode conceder a cidadania política a quem não compreende o espírito do nosso tempo”.⁸

Em Março de 1914 era fundada a União Operária Nacional, a primeira confederação sindical a nível nacional que contribuiu para a unidade e coesão do operariado, nas suas reivindicações por melhores condições de trabalho. Tratando-se de uma organização em que grande parte dos seus membros era analfabeta e assim afastada do sufrágio universal, no seio da União Operária divulgava-se que o sistema de voto como estava regulado, era uma fraude, que o modelo político instaurado não era minimamente representativo e que estava viciado. Acreditando que legalmente nunca se iriam conseguir fazer ouvir, o operariado deixou de crer no sistema

⁶ Mónica, 1985.

⁷ Cerezales, 2011: 224.

⁸ Cerezales, 2011: 212.

governativo imposto ou na via eleitoral como forma de se fazer representar no sistema, e passaram a apostar noutras formas de luta mais radicais. Acreditavam também que “a união faz a força”, ou seja, apenas todos juntos conseguiriam impor as suas reivindicações, pelo que se promovia a organização operária em associações que englobassem todos os assalariados de determinada profissão. Por todo o país surgiram numerosos núcleos sindicalistas, tendo explodido também o número de trabalhadores sindicalizados (23 000 em 1909 e 90 000 em 1914), a quem se apelava por princípios apartidários e pela ação direta como única via possível de se fazerem ouvir, pelo que desta forma, gradualmente, os operários se foram aproximando de correntes revolucionárias anarquistas.⁹

A participação portuguesa na Primeira Grande Guerra (1916-1918) foi também uma questão problemática. Tratou-se de uma opção política tomada pelo Governo, numa atitude estratégica de cimentar a aliança com Inglaterra. Ou seja, a decisão e vontade da entrada de Portugal na guerra não partiu nem da população, nem do exército.¹⁰ De tal forma que o envio de cerca de 55 mil homens integrados no Corpo Expedicionário Português para os territórios ultramarinos do continente africano e para França, provocou a indisciplina nos quartéis, pois nem soldados nem oficiais queriam ser enviados para a frente de guerra.¹¹ De resto, também para a população as consequências foram muito duras, tanto em meios urbanos como rurais. Os problemas económicos e sociais já existentes e decorrentes do facto de a Europa estar em guerra, eram só por isso já muito graves: falta de créditos, falta de abastecimentos, inflação, fome, etc... situações que se agravavam de dia para dia e que geraram inúmeras situações de conflito e acções revolucionárias que incluíram assaltos a armazéns de géneros, padarias, etc... Com a participação de Portugal na guerra, esta realidade ficou ainda mais dura com outros problemas que se lhe juntaram, por exemplo, a perda de um elevado número de vidas humanas, pelo que, não só os operários mas o geral da população, muito particularmente o exército, estava descontente com o Governo em funções.

Em Janeiro de 1919, na sequência do golpe da Monarquia do Norte e perante a ameaça da restauração monárquica, operários e republicanos aliaram-se a fim de combater o inimigo comum. Uma nova aproximação entre as duas partes faz com que

⁹ Mónica, 1985 e Rosas, 2011.

¹⁰ Ramos, 2009:

¹¹ Mónica, 1985.

o Governo tente responder às pretensões operárias com algumas medidas de carácter social: prometeu a jornada de oito horas,¹² a implementação de seguros sociais obrigatórios¹³ e a construção de bairros sociais.¹⁴ Ao decretar estas medidas, o Governo sujeitou-se a fortes pressões do Patronato.¹⁵ Por esta altura, havia-se formado a Confederação Patronal, organização fundada com o intuito de unir os patrões contra os grevistas, responsável pela criação de grupos de choque para enfrentar os piquetes de greve e proteger as empresas durante *lockouts*, pela organização e distribuição aos membros da Confederação de ficheiros negros de grevistas, etc....¹⁶ No seguimento dos decretos, algumas associações patronais apelaram ao *lockout* generalizado, logo executado por Alfredo da Silva¹⁷ nas fábricas do Barreiro, gerando uma grande agitação social, pois para os trabalhadores, não trabalhar significava não receber. Posto isto, face às reivindicações da classe empregadora, três meses após a sua implementação, já as medidas de carácter social tomadas pelo Governo eram postas de parte deixando novamente a classe operária muito descontente com o Governo.¹⁸

Enquanto isto, muito recentemente do outro lado da Europa acontecera a Revolução Bolchevique, cujo impacto e dimensão contribuiu para a propagação das ideias revolucionárias e comunistas pelas famílias que viviam na miséria por toda a Europa. Para além disto, ao virar da década, em substituição da União Operária Nacional era criada a Confederação Geral do Trabalho (1919-1927), responsável pelo lançamento do jornal *A Batalha* que veio a tornar-se no terceiro diário com maior tiragem do país. Estes acontecimentos promoveram um novo aumento exponencial de

¹² Decreto nº5516, 7.5.1919: estipulou o período máximo de horário de trabalho em 8 horas diárias ou 48 horas semanais, para os funcionários do Estado, corporações administrativas, indústria e comércio, contemplando-se o pagamento a dobrar do trabalho extraordinário; a não redução dos salários vigentes e sanções económicas aos empregadores que obrigassem a exceder o horário legal ou que despedissem trabalhadores por exigirem o cumprimento da lei. Ficaram de fora os trabalhadores rurais e domésticos.

¹³ Decretos nº 5636/37/38/39 e 40: ditaram a obrigatoriedade de seguros sociais para o caso de doença, invalidez, velhice e sobrevivência e a organização de bolsas sociais de trabalho.

¹⁴ Farinha, 1998: 85-96.

¹⁵ Telo, 2011: 200-202.

¹⁶ A CP foi fundada em Novembro de 1919, sob a direcção de Sérgio Príncipe, funcionou até Setembro de 1922, data em que um assalto à sede e um atentado ao diretor levado a cabo pela “Legião Vermelha”, lhe ditaram o fim, *A Capital*, 9.9.1922: 2.

¹⁷ Por esta altura, consolidaram-se algumas das grandes firmas portuguesas do século XX. Foi o caso da Companhia União Fabril de Alfredo da Silva, visto como responsável pelo recuo das medidas sociais tomadas pelo Governo, pelo que foi alvo de três atentados, razão pela qual mais tarde emigrou para Espanha, gerindo as suas companhias à distância. Arsénio José Filipe e Artur Pinho Alonso, ambos deportados para Timor, estiveram presos por alegadamente serem responsáveis por atentados contra Alfredo da Silva. (*Ilustração Portuguesa* 17.11.1919 e *A Bandeira Vermelha*, 8.8.1920:4)

¹⁸ Rosas, 2011.

operários sindicalizados (1914 – 90 000, 1923 – 150 000), pelo que no pós-Guerra, a ideologia anarco-sindicalista e os seus meios de ação encontrando-se largamente difundidos pelo meio operário, resultaram no aumento do número de greves operárias e no recurso à acção directa como forma de luta.

Na realidade, as greves tiveram uma grande amplitude, com graves consequências também para a população civil. A título de exemplo, a greve ferroviária de 1919 durou cerca de dois meses e para evitar a circulação de comboios, alguns sindicalistas recorreram à sabotagem do material ferroviário. Dois meses sem circulação ferroviária, sendo esta a principal via de comunicação no país, podemos apenas imaginar o profundo transtorno que tal trouxe ao quotidiano da população. Como resposta, o exército utilizou sindicalistas presos como reféns e manteve-os no primeiro vagão de cada comboio, a fim de evitar as sabotagens.¹⁹ Numa outra situação de greve na mesma época, o governo autorizou a GNR a abrir fogo sobre os grevistas do Barreiro, ordenou o encerramento da União Operária Nacional e confiscou o jornal *A Batalha*.²⁰ De resto, ocorreram também vários atentados pessoais, geralmente contra patrões e protagonistas de repressão do movimento operário, ou seja, a polícias e juízes,²¹ resultando que vários juízes, com receio, comesçassem a recusar o cargo. Assim, o Estado optou por responder às reivindicações dos operários pela força da repressão, em vez da implementação de medidas sociais que efetivamente melhorassem as condições de vida e trabalho da população, pois dada a instabilidade, “impor a ordem pública” tornara-se tarefa prioritária.²² Neste sentido, em Novembro de 1919, é instaurado o julgamento sumário e autorizada a deportação dos presumíveis culpados para as colónias penais a “presos sociais”.²³ É importante fazer aqui uma pequena nota tentando definir o que o governo entendia com “presos sociais”. Com base na documentação lida, pensamos tratar-se de indivíduos que haviam sido presos por terem agido de forma violenta na reivindicação de questões sociais, ou seja, de melhores condições de vida e trabalho para os operários. Algo diferente dos presos por delito comum.

¹⁹ Farinha, 1998: 85-96.

²⁰ Rosas: 2011.

²¹ Entre 1920 e 1925, rebentaram em Lisboa cerca de 325 engenhos explosivos. 14 polícias foram mortos e 74 ficaram feridos com gravidade. Cerezales, 2011: 256-257.

²² Farinha, 1998: 85-96.

²³ Decreto Lei Nº 5576.

Talvez tentando remediar a dura situação de deportação sem direito a defesa, em meados do ano seguinte, o novo Governo criava um Tribunal de Defesa Social, a fim de julgar efectivamente os acusados de delitos sociais. Contudo, segundo João Freire, em pouco tempo este Tribunal tornou-se antes numa forma de repressão policial e judicial, com especial atenção às Juventudes Sindicalistas.²⁴ Já Edgar Rodrigues refere a injustiça da severidade com que os operários eram reprimidos sem que aos patrões algo acontecesse aquando o não cumprimento da lei. Rodrigues dá-nos o exemplo concreto dos condutores de carroças que apesar de terem adquirido por lei o direito às 8 horas de trabalho diárias, eram obrigados pelos patrões incumpridores, a trabalhar 12 a 14 horas por dia, sem qualquer consequência.²⁵ Por todas as razões apresentadas, a partir de 1920, as hostilidades entre operários e Governo estavam particularmente agravadas. Para o movimento sindical organizado pela CGT, o objectivo passara a ser tomar posse dos meios de produção pela via da força.²⁶

Para além da CGT, outras organizações com o propósito de reivindicar melhores condições de vida surgem por esta altura, nas quais vários elementos do grupo em estudo fizeram parte: a título de exemplo, a Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920), um movimento revolucionário apartidário que embora sem ligação directa à Rússia comunista, se inspirava nas facções mais radicais envolvidas na revolução de 1917. Entre outras acções, a Federação Maximalista foi também responsável pela edição de *A Bandeira Vermelha*, periódico que visava denunciar as injustiças da sociedade e divulgar os princípios revolucionários importados dos movimentos comunistas internacionais. Desde o início da sua publicação este jornal sofreu muita repressão, a escritores, vendedores, compradores, etc... razão pela qual vários artigos eram assinados com nomes fictícios, tornando difícil saber quem eram os seus autores. Em fins de 1920, devido à severa repressão, a Federação acabou por cessar funções mas, logo em Março de 1921, grande parte dos seus antigos membros respondem ao apelo do II Congresso do *Komintern* da Rússia que visava a formação de partidos comunistas, formando-se assim o Partido Comunista Português.²⁷

²⁴ Freire, 1989: 120-137.

²⁵ Rodrigues, 1981: 98-121.

²⁶ Farinha, 1998: 85-96.

²⁷ O deportado Arsénio José Filipe foi um dos membros fundadores da FMP e possivelmente do PCP. Telo, 2010: 193 e maltez.info/respublica/Cepp/partidos_e_movimentos/portugueses/federacao_maximalista_portuguesa.tm, consultado a 10.12.2014.

Também nesta fase surgiu a Federação das Juventudes Sindicalistas, com sedes principais em Lisboa e Porto e núcleos dispersos por todo o país.²⁸ Logo no 1º Congresso, realizado a 30 de Janeiro de 1921, foi criado o Comité de Defesa Social com o intuito “de coordenar a acção revolucionária da Juventude que apoiava os sindicatos na luta por melhores condições de vida dos trabalhadores e na luta contra o sistema capitalista e todos os seus alicerces, Estado, Clero, militarismo, etc... usando todas as armas possíveis para fazer frente ao poder, em vista da implantação de um novo sistema de vida social”. Segundo Edgar Rodrigues, a criação deste Comité contribuiu de facto para o sucesso de várias greves, já que os seus membros enfrentavam a polícia e protegiam os grevistas.²⁹ Outros mecanismos contribuíram também para o sucesso das reivindicações dos trabalhadores. Fazer greve era sinónimo de não receber salário, algo que para os trabalhadores era um grande esforço pelo que apelar à greve organizada com forte adesão dos operários, era uma tarefa complicada. As greves duravam até uma das partes, industriais ou trabalhadores, ceder. Duravam enquanto os trabalhadores conseguissem resistir sem receber um salário ou enquanto o industrial conseguisse dar resposta às encomendas que tinha, sem ter mão-de-obra.³⁰ Contudo, para Rodrigues, “o trabalhador anarco-sindicalista exercitava de forma exemplar a solidariedade, o auxílio ilimitado aos companheiros, quando presos, deportados, doentes, desempregados ou em luta por melhores salários”. Em certas situações aconteceu que para permitir que pais fizessem greve, os filhos eram acolhidos por movimentos organizados que ficavam a tomar conta das crianças.³¹ Em memórias de antigos operários existem também referências à existência de uma cozinha comunitária, a fim de auxiliar os operários a não quebrar a greve por motivos de fome. Havia ainda um Secretariado Nacional de Assistência Profissional, Jurídica e de Solidariedade, para todos os operários confederados e uma Comissão de Solidariedade aos presos sociais, que organizava angariações de fundos com o intuito de auxiliar monetariamente os presos e as suas famílias. Numa altura em que não havia pensões de reforma, de desemprego ou de invalidez, as famílias cujo chefe de família por algum motivo não pudesse trabalhar, fosse por doença, velhice, desemprego ou privado da sua liberdade pelas autoridades viviam apenas de esmolas, pelo que estas organizações solidárias eram de facto fundamentais para a

²⁸ Freire, 1989: 120- 137.

²⁹ Rodrigues, 1982: 275-278 e Cerezales, 2011: 256-257.

³⁰ Silva, 1971.

³¹ Rodrigues 1982: 275-278.

sobrevivência de muitas famílias. Uma das formas de divulgação destas angariações de fundos era o jornal *A Batalha*. Todos os números tinham uma secção que se destinava a apelos de solidariedade, intitulada de “pró”, seguido do nome do beneficiário. Com efeito, na bibliografia e documentação investigada, observamos que vários dos deportados enviados para Timor participaram nos supracitados organismos: Comité de Defesa Social, Secretariado Nacional de Assistência Profissional, Jurídica e de Solidariedade, Comissão de Solidariedade aos presos sociais bem como na referida coluna do jornal *A Batalha*.³²

Por tudo isto e dado o difícil contexto histórico-social acima descrito, rapidamente órgãos sindicais, em especial as Juventudes Sindicalistas ganharam grande expressão, ainda que com diferentes posições políticas, partidárias e até apartidárias. Embora alguns atuassem somente através de comícios, imprensa, manifestações e greves, assumindo que tais formas de luta se verificam insuficientes e que as dificuldades sociais se mantiveram, outros, especialmente a “Legião Vermelha” e o Comité de Defesa Social, optaram pela via revolucionária de acção directa, protagonizando diversos ataques bombistas e atentados pessoais contra figuras, consideradas pelos autores dos crimes, como responsáveis pela ordem imposta, ou seja contra políticos, patrões, polícias e juízes.³³ Com efeito, segundo João Freire, só a partir desta altura é que a opinião pública começa a associar sindicalismo a violência e radicalismo, pois foi no início dos anos 20 que ocorreram o maior número de ataques bombistas e atentados.³⁴

Foi neste contexto que a polícia e a imprensa conservadora da época trataram de, publicamente, atribuir todos os atentados protagonizados por motivações revolucionárias à “Legião Vermelha”, independentemente de terem ou não sido protagonizados por esta organização. Foi uma forma de se criar junto do público a imagem concreta de um forte inimigo que era necessário combater e pressionar o Governo a tomar fortes medidas de repressão.³⁵ Contudo, segundo as memórias de

³² Rodrigues, 1981: 98-121.

³³ Segundo Cerezales, a “Legião Vermelha” foi o grupo que mais utilizou a acção directa como forma de luta, podendo atribuir-lhe a responsabilidade de seis assassinatos consumados e a dez tentativas. Cerezales, 2011 e Rodrigues, 1982: 275-278.

³⁴ Entre 1920 e 1925, rebentaram em Lisboa cerca de 325 engenhos explosivos, provocando 74 feridos com gravidade e a morte a 14 polícias. A partir de 1921 aumentam os atentados individuais, tendo provocado 30 mortos e 92 feridos, para além da morte a 8 polícias e o ferimento a 45. Freire, 1989: 120-137.

³⁵ Madeira, 2015.

Raúl Pereira dos Santos, a “Legião Vermelha” era formada apenas por alguns membros extremistas das Juventudes Comunistas.³⁶ Raúl acrescenta que terá sido na sequência das acções da “Legião Vermelha” que as Juventudes Sindicalistas foram generalizadas à categoria de malfeitores e, por isso tão fortemente combatidas e reprimidas pelas autoridades, testemunho algo controverso, tendo em conta o episódio que se segue.

Em Dezembro de 1921, as forças militares coordenadas pelo General Gomes da Costa com intenções de protagonizar um golpe militar, pediram auxílio às Juventudes Sindicalistas. Alguns membros reuniram-se no núcleo central situado na Calçada do Combro, local onde estavam instaladas várias organizações de foro sindicalista, o Jornal *A Batalha*, a União dos Sindicatos Operários e a CGT, passando a noite de 28 de Dezembro a fabricar bombas. Uma acabou por rebentar, causando três mortes e alguns feridos. Os envolvidos acabaram por ser julgados pelo Tribunal de Defesa Social e condenados entre 18 meses a 10 anos de prisão, ainda que mais tarde tenham sido amnistiados. Raul Pereira dos Santos, o mesmo que criticava a “Legião Vermelha” de ser radical, foi um dos envolvidos.³⁷ O referido episódio é relevante por duas razões: primeiro porque dentre a bibliografia e documentação lida, foi o único documento encontrado em que um membro das Juventudes Sindicalistas e do Comité de Defesa Social assume abertamente o manuseamento de material explosivo.³⁸ Segunda razão, porque demonstra o período conturbado em que se vivia e que o sentimento de insatisfação abrangia diversas facções da sociedade. Também republicanos prepararam golpes contra o Governo em funções e, apesar das inúmeras divergências no seio das organizações operárias, todos se uniam a fim de lutar contra um inimigo comum que aos olhos de todos impedia o acesso a estabilidade e melhores condições de vida.

³⁶ No mesmo ano de fundação do PCP, um desentendimento interno nas Federação das Juventudes Sindicalistas, entre o Secretário-Geral, José de Sousa e vários membros provocou a cisão das Juventudes Sindicalistas. José de Sousa afastou-se e aproveitando os elementos que o acompanharam na sua saída, formou as Juventudes Comunistas. Rodrigues, 1982: 275-278 e Pereira, 1981: 695-713.

³⁷ Rodrigues, 1982, 275-278.

³⁸ Na grande maioria da documentação estudada existe claramente uma agenda política. Na documentação de autoria operária, como por exemplo memórias de operários, os jornais *A Batalha*, *A Voz Sindical*, etc... a notícia é dada de forma a defender os interesses e a inocência dos operários quanto ao uso de violência por parte dos mesmos. Já os relatórios da polícia, de Tribunais ou os jornais *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa*, *Diário da Manhã*, *O Mundo*, *O Século* ou *A Capital* tomam uma posição claramente acusatória quanto ao uso da violência, sem nunca referirem as dificuldades extremas dos operários em se fazerem ouvir quanto às duras condições de vida e de trabalho. Dois discursos opostos que demonstram a impossibilidade de qualquer entendimento entre as partes.

Na perspectiva do operário José da Silva, a vontade geral era combater o inimigo comum que "explorava a classe operária, exploração de que os trabalhadores se defendiam com lutas colectivas, superiormente dirigidas pelos seus órgãos de resistência, os sindicatos".³⁹ E assim, desde a Implantação da República até 1931, foram vários e constantes os movimentos revolucionários que tentaram derrubar o poder instaurado e várias as alianças entre as diferentes classes para o fazer. Ainda assim, importa notar que houve inúmeros desentendimentos relativos a formas de luta e de reivindicação,⁴⁰ questões políticas, partidárias,⁴¹ etc... Por exemplo, entre comunistas e anarco-sindicalistas houve inúmeros conflitos que incluíram um esfaqueamento, alegadamente por um membro da "Legião Vermelha" a outro,⁴² um "*Manifesto aos trabalhadores conscientes*" assinado por um grupo de 51 homens presos no Limoeiro por delito social, alguns destes mais tarde deportados para Timor. Neste documento, o grupo identifica-se como sindicalista revolucionário, embora sirva o tal manifesto para criticar duramente a ação violenta de alguns membros do recém criado Partido Comunista e, por extensão também o próprio partido, que acusam de não reagir e até de admitir certas posições excessivamente radicais e violentas que alguns dos seus membros vinham a tomar.⁴³ Documento curioso também pelo facto de pelo menos três dos seus assinantes terem sido acusados e presos na sequência de acções violentas.⁴⁴ De resto, já em Timor, conforme veremos num capítulo adiante, um novo conflito entre deportados, gerado por divergência de convicções viria ainda a causar graves consequências.⁴⁵

³⁹ Silva, 1971: 121.

⁴⁰ Precisamente por esta razão, a partir de 1924, os movimentos sindicais começaram a perder grande força. A falta de acordo relativamente à forma de acção gerou o afastamento dos operários e fragilidades no movimento. Silva, 1971: 284-290.

⁴¹ Por diversas vezes, em congressos realizados pela CGT e pela Federação das Juventudes Sindicalistas se discutiu a questão da adesão destas organizações a partidos políticos. Como nunca se chegou a acordo, durante o período estudado permaneceram apolíticas. Rodrigues, 1977: 221.

⁴² Em 1922, consta que José Gomes Pereira, também conhecido pelo *Avante* e também assinalado como "Legionário Vermelho" foi agredido com uma punhalada pelo "Legionário Vermelho" e eventualmente seu colega de deportação Álvaro Damas, por ter sido considerado um traidor da classe. Dias mais tarde, o mesmo jornal publica que o *Avante* havia sido internado no posto da misericórdia e quando teve alta, foi imediatamente levado para o Governo Civil por estar implicado no fabrico de cédulas falsas com vista à obtenção de dinheiro para se comprar material explosivo (*A Capital*, 9.9.1922: 2, *A Capital*, 12.9.1922: 1, *A Capital*, 16.9.1922: 2 e *O Paiz*, 18.12.1923:6).

⁴³ Os nomes que assinaram o Manifesto e que pertencem ao grupo em estudo são: Raul dos Santos, José Gordinho, Álvaro Damas, José d'Almeida Figueiredo, José Lopes e Manuel Viegas Carrascalão PT/AHS, Caixa 110, Espólio N61, *Manifesto aos trabalhadores conscientes*, 1.11.1922.

⁴⁴ Raul Pereira dos Santos, Álvaro Damas e José da Silva Gordinho, conforme se poderá ler nas respectivas biografias em anexo.

⁴⁵ Um conflito entre *Bela Kun* e Artur Pinho Alonso, no qual alegadamente este último chamara "sindicalista ladrão" ao primeiro, ambos foram presos, tendo *Bela Kun* morrido na prisão.

1.2. As deportações de presos “sociais” (Abr.1925-Abr.1927)

A primeira deportação de presos sociais nos anos vinte de que foi encontrado registo, aconteceu a 30 de Abril de 1925. Segundo o Jornal *A Batalha*, dezoito presos sociais embarcaram no cruzador Carvalho Araújo com destino a Angra do Heroísmo, sem terem passado por qualquer processo de julgamento.⁴⁶ É possível que parte deles tenha sido preso na sequência do golpe militar protagonizado pelas forças conservadoras a 18 de Abril de 1925, pois vários operários correram ao Arco do Cego a fim de impedir o golpe. Geraram-se confrontos na Av. António Augusto Aguiar e assim, segundo Luís José de Abreu, vários homens foram deportados.⁴⁷ Dias mais tarde, *A Batalha* publica um protesto enviado pelo advogado dos deportados ao Ministro da Justiça denunciando a inconstitucionalidade das deportações.⁴⁸ Já em Angra, também os deportados presos no Forte de Angra do Heroísmo se tentaram insubordinar, mas foram imediatamente controlados pelas autoridades.⁴⁹ Como veremos adiante, nenhum dos protestos surtiu qualquer efeito.

Quinze dias depois da deportação para a ilha da Terceira, a 15 de Maio de 1925, João Maria Ferreira do Amaral (1876-1931), comandante da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, foi vítima de uma tentativa de assassinato.⁵⁰ Ferreira do Amaral era o responsável por uma severa repressão que vinha a ser levada a cabo a várias organizações desafectas ao Governo, em especial contra as juventudes sindicalistas, comunistas, socialistas, anarquistas e, está claro, contra a “Legião Vermelha”. Segundo os vários jornais da época, também o atentado ao Comandante da Polícia foi protagonizado por membros desta organização. Os jornais *O Mundo* e *O Século* descrevem-nos como decorreu o atentado: Ferreira do Amaral saiu como de costume de sua casa, na Praça das Flores. Como o seu automóvel estava avariado, meteu-se a pé pela Rua de S. Marçal, em direcção à Rua da Escola Politécnica. Embora já tivesse recebido vários avisos de que corria o risco de vir a ser vítima de um atentado, ignorou-os e seguia sozinho. Ao virar a esquina, deparou-se com quatro indivíduos armados, que o atingiram na perna esquerda, tendo logo caído no chão. Segundo alguns, Ferreira do Amaral ainda tirou a sua arma procurando atingi-los. Uma outra testemunha dá relevo à grande coragem do Sr. Comandante que pôs os

⁴⁶ *A Batalha*, 1.5.1925. Ver relação em anexo.

⁴⁷ *Juventudes*, Julho e Agosto de 1925, *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6.

⁴⁸ *A Batalha*, 3.5.1925:1.

⁴⁹ *O Século*, 29.5.1925:2.

⁵⁰ Cardoso, 2007: 241.

agressores em fuga “à bengalada”. Os indivíduos precipitaram a fuga para S. Pedro de Alcântara, tomando depois o rumo da Rua do Mundo. Nas imediações estavam alguns bombeiros voluntários que correram a ajudar o comandante da Polícia e que logo mandaram parar um carro civil que por ali passava, no sentido de levar Ferreira do Amaral rapidamente para o Hospital. Este ainda insistiu que se aguardasse pelo *auto-macas* e só quando lhe garantiram que a ambulância não estava em condições é que aceitou entrar num carro civil. Entretanto, tendo sido dado o alerta, estava o cabo João Teodoro na Rua do Mundo em busca dos agressores em fuga. Deparando-se com os mesmos, já perto da esquina da Travessa do Poço da Cidade, houve um novo tiroteio provocando o pânico das pessoas que ali se encontravam e o ferimento a um dos agressores.⁵¹ Neste preciso momento, ia o carro que transportava Ferreira do Amaral para o Hospital a passar pela Rua do Mundo. O condutor ainda pretendeu recuar mas Ferreira do Amaral insistiu que seguissem por esse mesmo caminho, ainda tentando apanhar os indivíduos. Tendo estes agora optado por seguir caminhos separados, impossibilitaram que alguém os seguisse e assim, conseguiram fugir. Seguiu então Ferreira do Amaral para o Hospital de São José, vítima de cinco tiros, embora em partes do corpo não vitais e uma perna partida. O cabo Teodoro seguiu para o posto da misericórdia, tendo-lhe sido tratada uma fractura no antebraço.⁵²

É importante relembrar que no final de Abril haviam sido enviados para os Açores dezoito presos sociais, conforme referido, sem terem passado por qualquer processo de julgamento, pelo que surgem hipóteses do atentado ter sido um acto de protesto contra esse facto.⁵³ Contam-nos os jornais da época que o atentado foi programado por um grupo de quarenta comunistas e sindicalistas logo para o 1º de Maio mas que por receio, acabaram por não levar o plano avante imediatamente, adiando-o. Consta terem-se realizado várias reuniões com vista ao planeamento do atentado, nas quais vários homens participaram, sendo o líder do grupo, *Bela Kun*.⁵⁴ Entretanto, comunistas e sindicalistas desentenderam-se, pelo que os comunistas, “receando que os sindicalistas lhes estorvassem o projecto, apressaram-se a pô-lo em prática, desajudados”. Assim, no dia do atentado, havia três grupos de quatro comunistas preparados para atacar Ferreira do Amaral, conforme o caminho que este

⁵¹ *O Século*, 29.5.1925: 2.

⁵² *O Mundo*, 17.5.1925: 1, 2 e 5 e *O Século*, 16.5.1925: 1 e 2.

⁵³ *O Século*, 16.5.1925: 1 e 2.

⁵⁴ *O Século*, 2.6.1925: 2.

fosse tomar. Acabou por ser Joaquim Pereira, mais conhecido por *Bela Kun* quem esbarrou com o Comandante da Polícia, acompanhado por Diamantino da Anunciação,⁵⁵ João Nunes Carreira e Paulo da Silva.⁵⁶

Ferreira do Amaral foi alvejado a tiro mas sobreviveu e reconheceu entre os seus agressores, “os temíveis legionários vermelhos”.⁵⁷ Conforme referido, sendo a “Legião Vermelha” uma organização que se associava aos sindicatos e às juventudes sindicalistas, comunistas, socialistas e anarquistas, a reação das autoridades sobre estas organizações não se faz esperar. Nos dias seguintes, várias rusgas policiais culminaram no fecho de uma série de sindicatos e de jornais ligados a estas organizações, bem como em várias prisões no forte de Monsanto. Várias detenções sem culpa formada foram feitas. Segundo Edgar Rodrigues, a polícia ainda chegou a distribuir notícias falsas pelos jornais com o intuito de denegrir a imagem dos sindicatos e dos operários.⁵⁸ A resposta das autoridades ao atentado foi a repressão violenta, no sentido de quebrar de uma vez por todas com os movimentos de operários que se opunham ao governo instituído. De tal forma que durante os meses de Maio, Junho e Julho de 1925, várias edições do jornal *A Batalha* têm uma coluna denominada de “perseguições” na qual são denunciadas várias detenções em massa sem culpa formada, espancamentos, etc... levados a cabo pela polícia contra vários operários. Segundo este mesmo jornal, no seguimento do atentado e do referido movimento de buscas intensivas e detenções em massa, o Sr. Ministro Vitorino Godinho comunicou ao Conselho de Ministros que caso as deportações de presos por delito social não fossem feitas, o próprio se demitiria. Tentando evitar uma crise num Governo já muito instável, o Conselho de Ministros acabou por votar o desterro,⁵⁹ pelo que, a 29 de Maio foram embarcados no cruzador Carvalho Araújo 28 homens, na sequência das detenções acima descritas. O navio saiu às 5:15 da manhã, dirigiu-se a Angra do Heroísmo para receber os 18 presos que já ali se encontravam e rumou a África, para onde todos foram deportados.⁶⁰

⁵⁵ No dia de embarque para a deportação, tenta a fuga e acaba por ser pela polícia durante a perseguição (*A Capital*, 29.5.1925: 2).

⁵⁶ *A Capital*, 28.5.1925: 1 e *O Século*, 29.5.1925: 2.

⁵⁷ *O Século*, 16.5.1925: 1 e 2.

⁵⁸ Rodrigues, 1981: 98-121. *A Batalha*, 17.5.1925: 2; 20.5.1925:1; 21.5.1925: 2.

⁵⁹ *A Batalha*, 17.6.1925: 1.

⁶⁰ *A Capital*, 29.5.1925: 2; *O Século*, 29.5.1925: 2; *O Século*, 30.5.1925: 1 e 2, *A Batalha*, 30.5.1925: 2. PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo. Ver relação em anexo.

Logo no dia 3 de Junho, a Câmara Sindical do Trabalho em Lisboa organizou uma greve geral de 48 horas por solidariedade às deportações efectuadas e chegou a receber o apoio da Liga dos Direitos do Homem.⁶¹ Embora o jornal *O Século e o Mundo* anunciem uma fraca adesão à greve, *A Batalha* contesta, afirmando que, ainda que a polícia tenha apreendido a edição do jornal que anunciava a greve, a adesão à greve foi elevada.⁶² Durante os meses seguintes, por várias vezes o jornal organiza encontros com os familiares dos deportados no sentido de os apoiar e procurar arranjar soluções. Várias são também as colunas onde são anunciados diversos manifestos e greves por várias instituições espalhadas pelos vários pontos do país, protestando contra as deportações efectuadas sem julgamento e a inconstitucionalidade deste acto. Em algumas edições o jornal publica listas com nomes de deportados “por quem a organização operária se interessa e por cuja libertação está lutando”.⁶³ São também publicadas cartas da autoria de familiares dos deportados ou instituições das quais alguns seriam membros defendendo a sua inocência⁶⁴ e, ainda, o discurso proferido pelo Dr. José Domingues dos Santos, deputado da assembleia: “Os homens da *Legião Vermelha* que praticaram crimes, ou de tal são acusados, têm de ser julgados. Deportá-los só pela informação policial, Não! Foram deportados homens que nada tinham com a *Legião*. Saltou-se por cima dos próprios tribunais. Um há, cujo nome não sei, que praticou um crime, foi julgado, cumpriu pena e saiu em liberdade. Mas a polícia não achou suficiente a pena cumprida e.. deportou-o! Outro, foi julgado, foi absolvido e a polícia achou a sentença injusta e deportou-o também! Pergunto aos homens da ordem se a polícia já é superior aos Tribunais!”⁶⁵ Medidas e discursos sem qualquer efeito, às quais a imprensa conservadora respondeu com a publicação de uma extensa lista dos supostos cadastros dos deportados, alegadamente fornecida pela polícia, desta forma justificando a “necessidade” das deportações.

⁶¹ Rodrigues, 1981: 98-121.

⁶² *A Batalha*, 3.6.1925: 1, *O Século e O Mundo* de 4.6.1925 e *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 2.

⁶³ Ver relação em anexo.

⁶⁴ *A Batalha*, 30 e 31.5.1925; *A Batalha* 2 e 10.6.1925; *O Século*, 31.5.1925; 2, 6 e 13.6.1925. Nestas edições são publicadas cartas escritas pelas mães de Mário Fontainhas, de Pedro Guia de Oliveira e de José de Almeida Figueiredo e pelo pai de Raul Honório defendendo já terem os seus filhos pago pelos crimes cometidos. Em relação a João Maria Major, são múltiplas as greves e manifestações organizadas em Setúbal protestando contra a deportação deste operário. Já relativamente os deportados Bernardino dos Santos e Abel Venâncio da Silva, é o sindicato nacional quem protesta pela deportação do primeiro, afirmando este estar há vários anos afastado da política e em relação ao segundo, foi recebido um ofício subscrito pelo Presidente da Junta de Freguesia da Charneca que afirma não ser este merecedor da acusação de legionário.

⁶⁵ *A Batalha*, 21.6.1925:1.

Desde finais de Maio de 1925 até Abril de 1927 não foi encontrado registo de novas deportações. Não obstante, as detenções prosseguiram. Durante os meses que se seguiram, o jornal conservador *O Século* tinha uma coluna quase diária destinada a informar sobre as últimas acções da “Legião Vermelha”, na qual por diversas vezes aparecem nomes de alguns dos que viriam a ser deportados para Timor. Vimos anteriormente que embora inicialmente o atentado a Ferreira do Amaral tenha sido planeado por comunistas e sindicalistas, estes últimos acabariam por não participar no atentado, algo que não foi impeditivo para a detenção de vários sindicalistas. Em Setembro de 1925, o *Diário de Notícias* anunciava o fim do julgamento dos “Legionários Vermelhos” Manuel Viegas Carrascalão, António Pereira, José Godinho e António Gonçalves, todos condenados ao degredo.⁶⁶ Uma vez que os réus foram novamente presentes a tribunal, supomos que os advogados dos réus tenham pedido requerimento.⁶⁷ Sabemos também que o Comité Federal das Juventudes Sindicalistas decidiu apresentar-se individualmente em Tribunal, testemunhando pela defesa⁶⁸ e ainda, que a 11 Novembro de 1926 foi apresentada em tribunal uma petição abonatória a favor de Manuel Viegas Carrascalão, assinada por cerca de sessenta pessoas. Neste documento que ainda hoje a família tem em sua posse, é mencionado o profissionalismo com que Carrascalão desde os seus dez anos exercia as funções de compositor tipográfico, bem como a recusa de qualquer acção violenta por sua parte. Bem pelo contrário, argumentam que Carrascalão sempre condenou os atentados, apelando a outras forma de luta como a união e a educação, pelo que a teoria da sua integração na “Legião Vermelha” seria totalmente falsa. O documento termina com a afirmação de que a única acusação que poderá ser feita a Carrascalão é o facto de este ser sindicalista, algo que pensam não ser crime. Não obstante, depositado no Arquivo Histórico Diplomático, existe um documento intitulado de “relação dos bombistas da Legião Vermelha e de alguns agitadores perigosos que se encontram deportados em Timor”, contendo 67 nomes e ainda uma outra com 20 nomes, de “presos entregues à polícia de Segurança Pública em 14 de Abril de 1927 (por ocasião do embarque dos bombistas), os quais vindos do Funchal⁶⁹ sob o título de sindicalistas”.

⁶⁶ *Diário de Notícias*, 23.9.1925:5.

⁶⁷ *A Capital*, 3.12.1925:2.

⁶⁸ PT/AHU/FO/12/6/CX.31, Livro Nº17, de acórdãos do Exército – Supremo Tribunal Militar, 15/7/1926 a 7/3/1929.

⁶⁹ Ver relação em anexo.

Por tudo isto, ao longo desta pesquisa procurou-se obter mais informações sobre a “Legião Vermelha”, especialmente sobre quem seriam os seus membros e as suas motivações. Infelizmente sem efeito pois na realidade, por razões óbvias tratava-se de uma organização secreta e a quem pouco interessava deixar documentação escrita, pelo que qualquer ilação feita ao longo deste trabalho, será feita por exclusão de partes. De resto, ao sermos confrontados com informações contraditórias consoante a agenda política do autor de cada fonte, fica clara a necessidade de uma visão e atitude crítica perante a documentação da época. Sendo o objectivo deste estudo reconstruir a história de vida de cada um dos deportados, importa analisar cuidadosamente caso a caso, o que, tanto quanto possível procurámos fazer e assim, em anexo apresentam-se alguns traços biográficos de cada um dos deportados que chegaram a Timor nos anos 20 e 30 do século XX, com especial atenção aos que aí permaneceram após a amnistia concedida em finais de 1932.

Independentemente da veracidade da sua culpabilidade ou dos seus cadastros, em meados de Abril de 1927, cerca de 200 prisioneiros saíram da cadeia de Monsanto e foram embarcados no navio Pêro D’Alenquer, que rumou ao desterro em Timor. A bordo iam também 20 homens recém chegados do Funchal, sem que tenhamos encontrado a data ou causa da sua prisão.⁷⁰ É provável que esta deportação tenha sido uma forma do novo regime (instaurado a 28 de Maio de 1926) demonstrar que estava a repor a ordem, tarefa que a governação republicana havia falhado.⁷¹

O navio passou por Cabo Verde e pela Guiné, locais onde foram desembarcados homens e embarcados outros, seguindo pela costa africana. Em Junho encontrava-se em Lourenço Marques, onde foram recebidas ordens para embarcar um destacamento de cerca de 500 soldados indígenas, com destino a Macau. O Comandante em funções recusou-se a largar, pois entendeu que o navio não reunia as condições de segurança necessárias para o fazer. Assim, de Lisboa foi enviado o Capitão-Tenente Álvaro de Freitas Morna, para assumir o comando do navio, tarefa para a qual diz não ter havido nenhum voluntário, tal era a responsabilidade da missão. O novo comandante chegou a Moçambique a 29 de Julho e a largada fez-se somente a 2 de Agosto, pelo que os prisioneiros “tiveram que esperar 50 dias metidos no porão, enfrentando um calor insuportável”. Ainda sobre esta viagem, uma das

⁷⁰ *O Século*, 14.04.1927:6. *Diário de Notícias*, 14.04.1927:2. *A Batalha*, 15.04.1927:2 e PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁷¹ Madeira, 2015.

filhas de Carrascalão lembra-se bem de o pai contar que o grupo viajou no porão do navio, somente a pão e água e que dizia que “quando queria coçar o pé, coçava o pé de outro, porque dormiam todos em cima uns dos outros”.⁷² O navio chegou a Timor na manhã de 26 de Setembro de 1927 com cerca de 75 deportados, mais tarde denominados deportados “sociais”. Aportou em Díli para visita oficial do Comandante Álvaro de Freitas Morna ao Governador e desembarque de quatro deportados doentes, três com tuberculose e um parálítico que seguiram directamente para o hospital. Os restantes foram desembarcados em Aipelo, uma prisão a 15 milhas de Díli, onde lhes havia sido preparado alojamento provisório.⁷³

1.3. As deportações de presos “políticos” (Fev.1927-Ago.1931)

Enquanto isto, em Portugal continuava a viver-se a instabilidade política e a carestia de vida. Os governos sucediam-se bem como os constantes golpes militares. Perante a falta de estabilidade e de segurança, a 28 de Maio de 1926 as forças militares mais conservadoras protagonizaram um golpe de Estado, suspendendo a constituição da República Portuguesa e instaurando a Ditadura Nacional. Proibiram-se as greves, foi imposta a censura à imprensa e intensificou-se a repressão a qualquer oposição à forma de governação imposta.

Assim, receando a consolidação de um regime de ditadura, vários foram os movimentos revolucionários protagonizados pela oposição. Organizados pela esquerda democrática, contaram com a aliança de militares, intelectuais e ainda de algumas organizações operárias que se mantinham em funcionamento, tendo sido estas últimas que fomentaram o apoio popular “nas ruas”. Não se tratou de uma estratégia única de combate à ditadura mas antes uma aliança entre toda a oposição. Com especial força entre os anos 1926-1931, muito se conspirou contra a Ditadura, daí que estes anos tenham ficado conhecidos pela época do Revirvalho.⁷⁴ Muitos aguardavam ansiosamente o dia do revirar do tabuleiro político. Posteriormente a 1931 existiram outras revoltas incluídas no período denominado de “reviralhismo”, embora de menor dimensão e já sem repercussões relevantes para o estudo em questão.

As principais revoltas reviralhistas datam de Fevereiro de 1927, do primeiro

⁷² Entrevista a Maria Ermelinda Carrascalão e João Severino, Lisboa, 24.06.2014.

⁷³ Rodrigues, 1982: 280 e Morna, 1931.

⁷⁴ www.fmsoares.pt/aeb/biblioteca/indices_resumos/resumos/008270.htm, consultado a 12.9.2015.

semestre de 1931, culminando com a de Agosto de 1931. Todas foram severamente reprimidas, levando a inúmeras prisões, cerca de vinte execuções sumárias e mais de 1000 deportações para as Colónias. À semelhança dos deportados em 1925, na sua grande maioria, sem julgamento ou culpa formada.⁷⁵ Para Timor foram enviados em 1931 cerca de 500 homens, os denominados “deportados políticos”. Embora alguns dos deportados em 1927 o tenham sido já depois da instauração da ditadura militar, conforme anteriormente referido, salvo poucas excepções,⁷⁶ a maioria havia sido presa na sequência dos acontecimentos de 1925, ou seja antes do golpe militar. Daí a distinção muito clara patente na documentação da época entre deportados “sociais”, alguns presos em 1925 e todos chegados a Timor em 1927 e deportados “políticos”, presos na sequência das revoltas reviralhistas. Embora uns e outros tenham sido presos sob o mesmo género de acusações, a revolução pela acção directa, os primeiros foram presos por agir em defesa de medidas laborais e sociais, e os segundos por oposição política directa.

As sublevações de Fevereiro de 1927 foram organizadas por um comité de democratas do Norte do país, pelo que foi no Porto que no dia três estalou a revolta com intenções de que depois se alastrasse pelo resto do país. Embora o plano fosse que as revoltas estalassem ao mesmo tempo, hesitações levaram a que somente no dia cinco começasse a agitação em Lisboa. Por esta altura, já a revolta no Porto estava prestes a ser controlada. No dia sete, ainda se resistia em Lisboa mas a nove todas as forças revoltosas foram finalmente controladas, tendo todos os presos sido conduzidos à penitenciária de Lisboa. Como resposta, imediatamente o regime ditatorial anunciou o saneamento e a demissão dos militares e funcionários públicos envolvidos, bem como a dissolução de organizações políticas e cívicas que aderiram ao golpe, a título de exemplo, a CGT e o Jornal *A Batalha*. Houve inúmeras detenções e os principais dirigentes foram deportados, motivo pelo qual vários outros participantes precipitaram a fuga para o exílio.⁷⁷

As ilhas da Madeira e dos Açores, para onde foram desterrados vários

⁷⁵ *Diário de Lisboa*, 27.8.1931, 28.8.1931, 29.8.1931 e 31.8.1931, Pimentel, 2007: 199-240, Cerezales, 2011: 262.

⁷⁶ Segundo o que se conseguiu apurar, dos deportados “sociais”, somente Luís José de Abreu e João dos Santos participaram nas revoluções de Fevereiro de 1927. Embora existam casos cuja data de prisão se encontra ainda por apurar, aqueles que nos foi possível esclarecer, concluímos que foram presos antes de Fevereiro de 1927.

⁷⁷ Decretos nº 13 137 e nº 13 138. https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_de_Fevereiro_de_1927, consultado a 12.9.2015.

republicanos e militares de alta patente, foram lugares onde juntamente com a oficialidade local, muito se conspirou durante os anos que se seguiram. Também noutros locais se conspirou e se planearam formas de pôr termo à Ditadura Nacional. Em Paris foi criada a Liga de Defesa da República, habitualmente conhecida por “Liga de Paris”, em Madrid, o grupo dos “Budás”, na Guiné, etc... Contudo, na Metrópole, depois da severa repressão de 1927, com receio das consequências os ânimos revolucionários mantiveram-se relativamente calmos durante algum tempo.

Em inícios dos anos 30, os efeitos da grande depressão de 1929 chegaram também a Portugal, agravando uma vez mais as condições económico sociais e políticas do país. Assim, ao longo do ano de 1930, a agitação que entretanto tinha sido atenuada, reavivou-se. Algumas organizações trataram de adquirir meios bélicos e distribuí-los pelos diversos comités a operar pelo país e, com efeito, alguns dos indivíduos do grupo em estudo foram deportados para a Guiné e Cabo Verde ao longo deste ano, precisamente por lhes ter sido confiscado material explosivo.⁷⁸

Em Janeiro de 1931, no sentido de atenuar os efeitos da crise internacional, o Governo optou por medidas protecionistas, declarando o fim da livre importação de trigo e farinhas.⁷⁹ Criou-se um regime de monopólio controlado por um grupo restrito de proprietários das fábricas de moagens e, conseqüentemente o aumento o preço do pão. Logo em Fevereiro, na Madeira pronuncia-se a denominada “Revolta da Farinha” que ao longo das semanas seguintes se expandiu pelos Açores, seguindo-se a Guiné, local onde vários elementos do grupo em estudo se encontravam já desterrados, S. Tomé e Moçambique. A dura repressão de todos estes movimentos fomentou a aversão à Ditadura Nacional. Paralelamente, em Espanha, pronunciava-se a República, pelo que rapidamente as ideias republicanas ganham uma nova vivacidade. Com efeito, alguns dos que viriam a ser deportados para Timor estiveram directamente envolvidos na implantação da república em Espanha.

Assim, a 28 de Junho de 1931, saiu de Lisboa um primeiro navio, a fim de transportar presos para Timor. O Gil Eanes navegou pela rota da Boa Esperança e fez escalas em Cabo Verde, Guiné e Angola, locais onde desembarcaram alguns presos e

⁷⁸ Melo, s.d. e http://jf-caparica.net/PassoCidadao/menu/república/rep_12.swf, consultado a 12.9.2015. Ver relação em anexo.

⁷⁹ Decreto nº 19 273.

embarcaram outros que já haviam sido deportados anteriormente.⁸⁰ A bordo deste navio chegaram a Timor cerca de 90 deportados.⁸¹

No continente, uma pequena facção ainda com esperança de uma reviravolta pela via eleitoral, criou a Aliança Republicana Socialista.⁸² Em Julho, com autorização governamental iniciou campanha eleitoral, tendo chegado a apresentar um programa na imprensa.⁸³ Em Agosto, com o eco das supracitadas revoltas a chegar ao continente, interrompeu-se o processo, tendo-se vários elementos da ARS juntado à revolução de 26 de Agosto de 1931.⁸⁴ Uma revolta liderada por um vasto conjunto de militares de alta patente e de civis ligados ao grupo dos “Budás” e à Liga de Paris promoveram um pronunciamento militar, rapidamente suprimido. Na sequência disto, saiu de Lisboa um segundo navio com prisioneiros, rumo à deportação. O navio Pedro Gomes partiu de Belém às oito da manhã do dia 2 de Setembro e seguiu diretamente pela rota do Mediterrâneo, via Canal do Suez até Timor. Transportava cerca de 358 presos, 271 civis e 87 militares, todos acusados de envolvimento na Revolução de Agosto de 1931.⁸⁵

Chegando a Timor em finais de Outubro, os ocupantes dos dois navios foram reencaminhados para o enclave de Oecussi e para a ilha de Ataúro, locais onde permaneceram um tempo confinados a um espaço que muitos chamaram de campo de concentração. Pelas descrições dos deportados, a ilha de Ataúro “dada a pequenez da sua superfície e a carência de meios de comunicação, é um campo de concentração natural. O mar substitui o arame farpado e a espingarda vigilante das sentinelas”. Já “em Oecussi, existia um verdadeiro campo de concentração, com profundos e largos

⁸⁰ Existem vários autores que descrevem as duras condições da viagem. Rodrigues, 1981: 63-65; Correia, 2001.

⁸¹ Loureiro, 1956: 171-175. Em anexo poderá ler as biografias correspondentes aos deportados que permaneceram em Timor depois de 1933.

⁸² Tratou-se de uma coligação dos sectores que se opunham ao governo da Ditadura Nacional. Uma aliança entre republicanos e socialistas constituída em 1931, no sentido de promover uma transição pacífica para a democracia plena através da realização de eleições livres, mas rapidamente suprimida no decorrer da revolução de Agosto de 1931.

⁸³ Melo, s.d.

⁸⁴ A título de exemplo, José António Simões Raposo (1875-1948), professor na Casa Pia de Lisboa, foi um político republicano e democrata, deputado ao Congresso da República e um dos mais destacados opositores ao sidonismo e à Ditadura Nacional. Foi um destacado dirigente da Maçonaria, tendo desempenhado um papel de destaque no movimento que originou a Proclamação da República. Um dos elementos fundadores da ARS, foi eleito seu secretário. Aderiu à sublevação de Agosto de 1931, pelo que foi deportado para Timor, a bordo do navio Pedro Gomes. Aí permaneceu entre 1931-33. (<http://centenariorepublica.pt/escolas/personalidade-republica/josé-antónio-simões-raposo-júnior>, consultado a 12.9.2015.)

⁸⁵ *Diário de Lisboa*, 2.9.1931:5, e Correia, 2001: 254-268.

fossos cheios de água e, em volta, os postes de arame farpado. Metralhadoras em posição vigiavam o campo de um alto próximo. Um comandante, à frente de uma força indígena e empunhando um chicote, dava ordens.”⁸⁶ Tinha dois barracões de madeira cobertos com folhas de palmeiras, ambos situados nas imediações de um arrozal, terreno húmido e povoado de milhões de mosquitos. Tendo o *Liurai* Hermegildo da Costa ajudado com alimentos e quinino, muitos ainda conseguiriam sobreviver, contudo sendo escassos o quinino escasso e os mosquiteiros à disposição, alguns terão sucumbido ao paludismo.⁸⁷

Os principais responsáveis pela extinção do aprisionamento dos deportados em Oecussi e Ataúro terão sido os também deportados ex-coronel de infantaria António Augusto Dias Antunes e o médico Raul Madeira. O primeiro funcionou como uma espécie de porta-voz, tendo conseguido fazer chegar à Liga dos Combatentes da Grande Guerra vários documentos comprometedores para o Governo da Colónia que revelavam as duras condições a que os deportados estavam sujeitos. A estas reclamações Dias Antunes anexou o relatório de Raul Madeira enquanto médico de serviço em Oecussi, que denunciava casos concretos de deportados que haviam morrido devido às más condições de habitação, vestuário, higiene, cuidados médicos de qualidade e ainda, alimentação disponibilizada milho cozido e vegetais, deveras insuficiente do ponto de vista nutritivo. Acrescentava o médico que seria difícil os deportados que já haviam chegado fortemente debilitados pela longa e dura viagem, sobrevivessem a estas condições durante muito tempo.⁸⁸ Com estas informações na mão, a Liga dos Combatentes apresentou queixa formal no Ministérios das Colónias. Segundo uma carta escrita por Raul Madeira a sua mulher, terá sido ele a dar o “golpe de misericórdia” ao dispensar-se de ali ser médico por mais tempo. “Logo que me demiti, e como estes cobardes não querem assumir a responsabilidade dos mortos, foram mandados sair do campo quarenta dos deportados que ainda ali estavam.”⁸⁹ Assim se conseguiu a libertação de todos os deportados em Fevereiro de 1932, contudo, ainda sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território em busca de formas de sustento.

⁸⁶ AMRT, Manifesto de um grupo de deportados de Timor à Nação Portuguesa, datado de 28.2.1932.

⁸⁷ Correia, 2001: 254-268.

⁸⁸ Figueiredo, 2004: 707-713.

⁸⁹ Arquivo pessoal de Luís Frazão, carta datada de 7.6.1932, escrita por Raul Madeira a sua mulher, Celestina Duarte Madeira.

De um momento para o outro, quase 500 europeus chegaram a Díli, juntando-se aos deportados “sociais” que já ali se encontravam. Nos primeiros tempos a cidade encheu-se de movimento de europeus. Sem estruturas para tal, “o comércio não tinha mãos a medir e os alfaiates faziam fatos em série”. Segundo Grácio Ribeiro, no geral, as diferentes categorias de deportados dividiram-se da seguinte forma: os primeiros partiram para as montanhas procurando trabalho e vida sóbria. Os segundos ficavam-se pela cidade, “local onde os pequenos delitos originados pelo álcool e falta de valores morais eram muitos comuns”. Finalmente, da terceira facção, na qual estavam integrados diversos ex-militares e envolvidos na revolução de Agosto de 1931, a maioria ficou também pela cidade, esperando que uma reviravolta política a seu favor os fizesse regressar à Metrópole.⁹⁰ Em Fevereiro de 1932, um grupo de nove homens conseguiria a fuga num barco a remos.⁹¹ À excepção de um, todos democratas republicanos com ligações maçónicas e militares de alta patente ou membros de antigos governos, presos e deportados por envolvimento em ações revolucionárias contra a ditadura militar, tendo conseguido fazer chegar aos jornais holandeses as condições que haviam vivido nos “campos de concentração”. Quanto aos restantes, em finais de 1932 foi concedida uma amnistia geral a todos os deportados políticos espalhados nos diferentes territórios ultramarinos,⁹² pelo que a 27 de Abril de 1933 a maioria dos deportados embarcou no paquete Moçambique, rumo à Metrópole, onde chegou a 9 de Junho de 1933.⁹³ Excluídos desta amnistia ficaram 50 homens cujo nome estava incluído na lista dos “50 mais perigosos”, os deportados “sociais” de 1927 e alguns dos que haviam chegado no navio Gil Eanes, sob acusações consideradas delito comum ou actos bombistas.⁹⁴ Dos que haviam chegado a Timor no navio Pedro Gomes, ficaram apenas Dias Antunes, presente na referida lista a quem não foi concedida a amnistia, Augusto Veríssimo de Sousa, José Francisco, Mário Gonçalves e Raul Buxo. Os dois primeiros por razão não identificada e os dois últimos por se encontrarem a cumprir pena na cadeia civil de Díli.⁹⁵ Ou seja, há excepção dos referidos, em Timor ficaram todos aqueles que não tinham sido presos por razões que o Governo considerou oposição política.

⁹⁰ Ribeiro, 1934.

⁹¹ Ler “Crónica de uma fuga” em anexo.

⁹² Decreto N°21.943, publicado a 5.12.1932.

⁹³ *A Voz*, 10.6.1933.

⁹⁴ Ver relação em anexo.

⁹⁵ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

II Capítulo

No capítulo que se segue começaremos por fazer uma breve redesenha histórica da presença portuguesa na meia-ilha, na qual aprofundaremos as razões que a levaram a ser “batizada” como “Colónia Penal”. Na segunda parte do capítulo, apresentamos alguns traços culturais caracteristicamente timorenses, para que possamos compreender quais são as instituições que regulam a vida de um indivíduo timorense e assim, nos capítulos seguintes, entender como se relacionaram os deportados com as mesmas. São elas a *Uma Lulik*, a casa onde cada indivíduo se encontra integrado, como que a sua linhagem, a forma como estabelecem as relações entre marido e mulher, vulgarmente conhecido como *Barlaque*, embora como veremos existam outras e, finalmente, a morte, o momento mais importante em qualquer Casa timorense.

2.1. Dinâmica político-económica de Timor Português, a “Colónia Penal” (séc.XVI-1927)

A presença portuguesa em Timor, desde a chegada dos primeiros missionários nos inícios do século XVI até meados do século XIX, resumiu-se apenas a alguns pontos ocupados no litoral, tendo o interior do território permanecido largamente isento de uma presença territorial expressiva que marcasse a soberania ou assinalasse uma colonização do espaço feita por comunidades de portugueses europeus.⁹⁶ Timor era uma ilha retalhada em pequenos reinos independentes, pequenas “repúblicas democráticas”⁹⁷ diferenciadas política, social e etnologicamente umas das outras, cada uma governada pelo seu *Liurai* (régulo) que fazia guerra ou alianças políticas e matrimoniais com os vizinhos, ou com os europeus, conforme o seu entendimento.

Segundo a documentação existente, logo a partir do século XVI, por intermédio dos missionários, as relações estabelecidas entre os reinados timorenses e a Metrópole, foram sob a forma de suserania, ou seja, em teoria os *Liurais* prestavam vassalagem ao Rei português, sendo seus representantes na governação dos reinos. O primeiro Governador português chegou a Timor em 1703 mas ainda assim, o território continuou por muitas mais décadas a receber pouca atenção da Metrópole. Foi ao longo deste século que foi introduzida a finta e ainda o sistema de patentes militares na estrutura hierárquica tradicional, tendo sido atribuídos cargos militares às

⁹⁶ Thomaz, 1998.

⁹⁷ Durand, 2009: 42-44.

aristocracias tradicionais timorenses. Se até então, a escolha do *Liurai* costumava ser feita pelos *datos* dentro da descendência do *Liurai*, com a introdução deste sistema, começou a ser requerida a confirmação do Governador, passando o *Liurai* a ter de prestar juramento de fidelidade à bandeira portuguesa. Foi a solução encontrada para que gradualmente, os reinos comessem a assimilar a autoridade portuguesa. Todavia, no interior da ilha, vários reinos, os chamados alevantados por oposição aos assentados, continuaram sem pagar a finta que lhes havia sido imposta, sem contribuir com os requeridos arraias⁹⁸ e sem estabelecer qualquer relação com a administração portuguesa, numa atitude de resistência passiva, durante largas dezenas de anos.⁹⁹ Somente a partir de meados do século XIX, continuando o processo já no século XX, é que a autoridade portuguesa se estendeu a todo o território timorense. Situação conseguida pela força das armas e de forma bastante violenta, durante as designadas “Campanhas de Pacificação” que culminaram com a supressão das revoltas de Manufahi, em 1912. Depois disto, impôs-se efectivamente uma organização administrativa de postos civis ou militares distribuídos por todo o território, de onde um Administrador ou Chefe de Posto deveria gerir a vida social a nível local: cobrança de impostos, mercados, construções públicas, justiça, etc... embora sempre apoiado pela elite local.

Ao longo dos tempos seguintes, casos houve em que certos *Liurais* de alguma forma continuaram a resistir a acatar a autoridade da administração portuguesa, pelo que nesses locais o Governo destituiu a hierarquia tradicional, atribuindo os cargos de autoridade da elite local a elementos instruídos pelas autoridades portuguesas e não necessariamente a familiares ou descendentes dos *Liurais*.¹⁰⁰ Nesses casos, é curioso constatar a importância das populações locais em atribuírem legitimidade aos chefes. Ainda hoje, em conversas com *Katuas* timorenses se ouve que determinada pessoa embora seja *Liurai* por descendência, não é o “verdadeiro”, pois é descendente de um *Liurai* imposto pelas autoridades portuguesas.

A supressão das revoltas de Manufahi e a apreensão das terras que pertenciam aos reinos sublevados permitiu ainda a introdução do conceito de propriedade privada, pelo que, gradualmente a terra pôde começar a ser transaccionada, permitindo a atribuição de concessões de cultivo e garantindo assim que a terra era

⁹⁸ Arraias: forças irregulares timorenses cedidas pelos *Liurais* à administração portuguesa.

⁹⁹ Roque, s.d.

¹⁰⁰ Belo, 2013: 46.

trabalhada e o imposto pago.¹⁰¹ Algo que com certeza facilitou a aquisição de terras por parte de colonos europeus, processo que anteriormente não deveria ser simples dada o prévio sistema de posse da terra.

Importa frisar que somente em 1896, Timor ganhou o estatuto de distrito autónomo. Até então funcionou dependente ora de Goa ora de Macau, pelo que, segundo António Monteiro Cardoso, Timor era entendido por muitos como “mera extensão periférica de outras possessões coloniais”.¹⁰² A razão fundamental para este “esquecimento” a que a ilha timorense ficou relegada foi a grande distância que a separava, quer da Metrópole, quer de qualquer outra Colónia. Durante algumas dezenas de anos, já no século XX, a viagem da Metrópole para Timor demorava pelo menos 45 dias e não havia uma Companhia nacional a fazer o roteiro direto, sendo necessário parar em vários portos pelo caminho, trocar de barco e de Companhia.¹⁰³ Também as condições insalubres em Díli e as terríveis condições de comunicação dentro do território extremamente montanhoso, transformaram Timor numa Colónia praticamente sem colonos europeus, à excepção de degredados e de um número reduzido de religiosos. Mesmo os quadros administrativos e militares que ali prestavam serviço, raramente o fizeram a título voluntário. Frequentemente eram para ali enviados por punição,¹⁰⁴ pelo que Timor foi ganhando fama de “Colónia penal”. Por todas estas razões, nenhum europeu ali queria fixar-se ou servir.¹⁰⁵

Da mesma forma, importa assinalar a considerável dimensão das comunidades chinesas em Timor. A presença de comerciantes chineses na ilha é anterior à presença portuguesa. Inicialmente apenas dedicando-se ao comércio de “exportação”, aos poucos assumiram também o controlo das importações de produtos vendidos aos locais e do comércio interno. Assim, desde muito cedo houve comerciantes chineses a percorrer o interior do território e ao longo do tempo aí se foram sediando com suas as famílias, constituindo uma larga rede de comércio dispersa por todo o território. Ao percorrermos Timor nos dias de hoje, é curioso constatar que nos centros populacionais do tempo português, os edifícios de alvenaria que persistem, incluem

¹⁰¹ Figueiredo, 2004: 73-74, Duarte, 1930 e Barata, 1998: 95-100.

¹⁰² Cardoso, 2007: 17.

¹⁰³ Duarte: 1927.

¹⁰⁴ A título de exemplo fica o caso do Governador Raul de Antas Manso Preto Mendes Cruz (1933-36) e ainda o de dois marinheiros enviados de Macau, acusados de envolvimento no grupo libertário “A Aurora da Liberdade”. *O Mundo*, 27.2.1908.

¹⁰⁵ Duarte: 1944, Figueiredo, 2004: 230-236 e Matos, 1974: 192.

quase sempre a casa do comerciante chinês. O grosso da arquitetura colonial no interior do território, resume-se à residência do chefe de posto, que podia ou não incluir a secretaria e a comarca, dependendo da importância do lugar. Por vezes havia ainda o posto de socorro, a escola primária, a casa do *Liurai*, o mercado, eventualmente uma Igreja e, conforme indicado, a casa do comerciante *china*. Algo bastante revelador da sua importância na vida social local. Na realidade, em 1927, a população de Timor Português era constituída por 378 europeus, 1678 chineses e 449.356 timorenses.¹⁰⁶ Ou seja, havia quase seis vezes mais chineses que europeus e um europeu apenas para cada 1551 timorenses. Números particularmente curiosos se assumirmos que já incluem os cerca de 90 deportados. Isto para concluir que para além das populações locais, coexistiram dois poderes colonizadores em Timor Português: o poder político desempenhado pela administração portuguesa, embora disputando-o com as elites locais e o poder económico, desempenhado pelas comunidades chinesas. Face à escassa presença de europeus no interior, estas últimas deverão ter tido um forte papel de influência cultural nas sociedades timorenses.

Fazendo agora uma breve análise de Timor enquanto “Colónia Penal”, a documentação de arquivo deixa-nos vários registos de presos condenados ao degredo em Timor, embora com muito pouca informação relativamente ao desenrolar das suas vidas no território. Já as Ordenações Manuelinas, o primeiro corpo legislativo português impresso e as subsequentes Ordenações Filipinas, previam a possibilidade de degredo para as várias possessões ultramarinas, como pena por crimes cometidos.¹⁰⁷ Abrangiam não só súbditos da Metrópole mas também os das restantes Colónias, pelo que a Timor chegaram degredados de várias origens. Os primeiros registos encontrados datam do século XVIII: entre os anos 1712 e 1769, 104 degredados foram enviados para Timor, a grande maioria originária da Índia, alguns presos de Macau e outros da Metrópole; entre 1770 e 1883, Fernando Figueiredo refere a existência de cerca de 365 degredados provenientes da Índia, Macau, África e de Portugal continental. Dentre estes, cerca de 120 presos, de ambos os sexos e das mais variadas idades, originários das Índias Inglesas, os designados *Fondus Sauntós*. Tendo em conta a dificuldade que tiveram em se adaptar às condições da Colónia, alguns anos após a sua chegada, as mulheres do grupo foram autorizadas a regressar

¹⁰⁶ Duarte, 1930: 122.

¹⁰⁷ Figueiredo, 2004: 230-236.

aos seus locais de origem. Quanto aos restantes degredados, o Governador Frederico Leão Cabreira (1839-44) assegurava a necessidade de os aproveitar a fim de exercerem funções para as quais ainda não havia formação no território.¹⁰⁸

Uma situação particularmente curiosa reporta-se à situação de um Padre Dominicano. Em Janeiro de 1801, após uma prisão de quatro meses no Limoeiro, Frei Domingos de Nossa Senhora saía de Lisboa, rumo ao degredo em Timor. Tendo o navio feito escala no Brasil, o dominicano aproveitou para se esquivar a prosseguir viagem, falhando o embarque. Encarcerado novamente, o Governador de São Paulo ainda escreveu para Lisboa solicitando que a pena de degredo ali fosse cumprida, tentando poupar a Frei Domingos a partida para Timor. Sem termos encontrado mais referências relativamente a este assunto, sabemos apenas que de Lisboa chegou a resposta para que Frei Domingos embarcasse imediatamente para Timor.¹⁰⁹

Num levantamento populacional feito em inícios da década de 1880, o Governador Bento da França (1882-83) refere a existência de 97 degredados a residir no território. Este Governador chega a redigir uma carta para a Metrópole, pedindo que não envie mais degredados para Timor, pois segundo ele, não havia em Timor, condições para os acolher: as prisões eram pequenas e as tropas que as guardavam eram na sua maioria também constituídas por soldados degredados, pelo que, com pouca motivação para fazer um trabalho exemplar. Assim, acrescenta, tornava-se difícil o pretendido desenvolvimento económico e social da ilha. O Governador seguinte, José Maria Pereira (1883-85) voltaria a fazer o mesmo pedido à Metrópole¹¹⁰ e, com efeito, em 1886 o número de degredados já reduzira para 48. Importa assinalar que embora os Governadores pretendessem evitar a chegada de mais degredados, este último grupo revelou-se fundamental na defesa da cidade de Díli, contra um ataque do Régulo de Motael, rebelado contra o sistema de finta imposto pela administração portuguesa.¹¹¹

Em Abril de 1892, foi promulgada na Metrópole uma lei que determinava que os condenados por manipulação e arremesso de explosivos fossem enviados para as possessões ultramarinas como degredados.¹¹² A 13 de Fevereiro de 1896, na

¹⁰⁸ Cabrita, 2014:16, Castro, 1867:405, Matos, 1974:192-204 e Figueiredo, 2004: 230-236 e 377-383.

¹⁰⁹ Oliveira, 1949: 246.

¹¹⁰ Figueiredo, 2004: 377-383 e Felgas, 1956: 257.

¹¹¹ *Jornal da Noite*, 11 e 12.3.1886.

¹¹² Pais, 2012: 18.

sequência da explosão de uma bomba em Lisboa e de pedras lançadas ao Rei por parte de movimentos de influência anarquista, o Governo de Hintze Ribeiro decretou que todo aquele “que por discursos ou palavras proferidas publicamente, por escrito de qualquer modo publicado, ou por qualquer outro meio de publicação, defender, aplaudir, aconselhar ou provocar, embora a provocação não surta efeito, actos subversivos, quer da existência da ordem social, quer da segurança das pessoas ou da propriedade, e bem assim o que professar doutrinas de anarquismo conducentes à pratica desses actos, será condenado em prisão correcional até seis meses, e, cumprida esta, será entregue ao governo, que lhe dará o destino a que se refere a lei de 1892, ficando sujeito à vigilância e fiscalização das autoridades competentes, e o seu regresso ao Reino depende de despacho do governo (...)”, pelo que neste ano são enviados vários degredados para as colónias. Logo em Setembro, a Timor chegariam 14 anarquistas, a bordo do navio África. Rapidamente o Governador Celestino da Silva (1896-1908) os recrutou para as mais diversas funções, consoante as habilidades de cada um. Segundo uma publicação da *Ilustração Portuguesa*, os deportados residiam num bairro que ficava a cerca de três quilómetros da cidade, à parte do resto da população civil portuguesa. Viviam em casas de palapa e cobertas de capim. Em 1906, como medida de apaziguamento, à excepção de dois dos condenados, o Governo permitiu o regresso à Metrópole. Seis haviam entretanto falecido.¹¹³ Os restantes partiram de Timor, embora um deles, Luís António Nogueira, após uma breve estadia na Metrópole, tenha decidido regressar a Timor. Ali permaneceu empregado nas oficinas de obras públicas do Estado até 1932, ano em que por motivos de saúde embarcou rumo à Metrópole, mas não sem antes receber o louvor do Governador “pelos relevantes serviços prestados à Colónia, durante mais de 26 anos, sempre com zelo, competência e abnegação”.¹¹⁴ Um outro, Anthero de Carvalho que ali havia sido admitido como funcionário da administração portuguesa, transferiu morada para Moçambique, tendo ainda exercido funções na Guiné, S. Tomé e chegando a ser Governador interino da Colónia de Angola (1924-25).¹¹⁵

Embora não tenham sido encontradas outras referências relativamente a esta possibilidade, segundo Edgar Rodrigues, em Agosto de 1907, depois da explosão de

¹¹³ Mónica, 1985: 99, Cardoso, 2007: 19, *Ilustração Portuguesa*, 7.2.1909: 733-734 e Cabrita, 2014: 20. Ver relação em anexo.

¹¹⁴ Cabrita, 2014: 20-38, Rodrigues, 1977: 123, Cardoso, 2007:19, *Ilustração Portuguesa*, 7.6.1909: 733-734, *BOT*, 4.7.1932.

¹¹⁵ Cabrita, 2014: 20-38 e *Ilustração Portuguesa*, 7.6.1909: 733-734.

uma bomba em casa de Manuel Vaz Robordão, um novo grupo seria deportado para Timor.¹¹⁶ Contemporâneos dos supracitados, são os designados *Ranes de Satary*, um grupo de 23 homens naturais da Índia Portuguesa, condenados ao degredo em 1902, na sequência de uma revolta que causara a morte de um militar europeu. Possivelmente terão chegado a Timor a bordo da canhoneira Diu e somente em Setembro de 1908, foram amnistiados. Quatro deles haviam entretanto falecido.¹¹⁷

No Fundo da Administração Civil, no Arquivo Histórico de Macau, datados entre os anos de 1882-1940 encontram-se vários processos relacionados com degredados daí enviados a cumprir pena em Timor, não só de origem chinesa mas também europeia, indiana e até moçambicana. Segundo testemunhos locais, também no pós-guerra chegaram vários prisioneiros de Macau que ficaram em Timor a trabalhar como mão de obra especializada, pelo que nos dias de hoje ainda residem em Timor famílias descendentes de degradados vindos de Macau.¹¹⁸

De resto, ao contrário do Brasil ou das outras Colónias, não consta ter havido um plano estruturado de colonização europeia para Timor Português. À exceção do contínuo (embora pouco documentado) envio de degredados, até ao século XX, poucos são os registos de indivíduos europeus civis a fixarem-se voluntariamente nesta ilha. Segundo José S. Martinho, numa visita à Metrópole durante o seu governo, Celestino da Silva (1894-1908) regressa a Timor com “três ou quatro famílias do norte do país”, que aí se sediaram como colonos. Com efeito, em conversas com *Katuas* timorenses nos dias de hoje, ainda se ouvem referências a estas famílias. Depois disso, em 1911-12 surgiu a hipótese de para ali se transferirem cerca de 500 famílias oriundas da comunidade portuguesa a residir no Havai. A falta de condições para as receber, nomeadamente a falta de alojamento ou de terras sem proprietário que pudessem ser distribuídas por estas famílias (todos os terrenos pertenciam aos reinos) ditaram que o projeto ficasse sem efeito. O mesmo autor assinala ainda os poucos incentivos dados a funcionários que ali poderiam ficar a residir após o término da sua comissão de serviço. Como veremos adiante, somente Teófilo Duarte (1926-29) o fez. Assim, sem estruturas para receber colonos e sem colonos (mão de obra

¹¹⁶ Rodrigues, 1977: 114-118.

¹¹⁷ Cabrita, 2014: 17-20, Cabral, 1912: 10 e PT/AHM/110/B5/MD/6.

¹¹⁸ MC/AHM/AC/114/782/B.G2, MC/AHU/C006/I.G3, entrevistas a Eugénio Sarmento, Díli, 11.4.2014 e a José Madeira, Díli, 24.11.2014.

qualificada) para as construir, a falta de colonos europeus tornara-se num ciclo vicioso, abalado somente em meados do século XX.¹¹⁹

O sistema da educação e do ensino, por parte da administração portuguesa à população timorense, sempre foi muito elementar, algo que só começou a mudar, muito tardiamente, após a II Guerra Mundial. Durante largas dezenas de anos esteve entregue quase exclusivamente aos missionários, abrangendo um número muito reduzido de alunos timorenses. No Governo de Afonso de Castro (1859-1863) havia três escolas primárias em Timor: uma em Díli, na qual um professor europeu contratado para esse efeito dava aulas a 60 alunos, outra em Manatuto, onde um padre dava aulas a 20 alunos e uma outra, com cerca de 15 alunos em Batugadé, dirigida pelo comandante do presídio. Já no tempo do Governador Celestino da Silva (1894-1908), o número de alunos timorenses a receber instrução aumentou consideravelmente: de cerca de 600 em 1901 para cerca de 1400 em 1908, distribuídos por escolas, régias e das missões a funcionar por todo o território, ainda que de forma bastante irregular. Data deste Governo a criação do Colégio de Soibada, entregue a missionários Jesuítas e ainda, a imposição da instrução obrigatória para os filhos rapazes dos *Liurais*, ministrada necessariamente em língua portuguesa, no sentido de os “aportuguesar” e assim, mais facilmente os influenciar. Exclusivamente para as raparigas havia quatro colégios: em Díli, Manatuto, Liquiçá e Soibada, entregues às irmãs Canossianas que ensinavam, segundo os princípios ocidentais, as boas lides da casa. Em 1910, com cerca de 900 alunos a estudar, a expulsão das ordens religiosas da Metrópole e Colónias, ditou a estagnação do ensino por um curto período de tempo.¹²⁰ Em 1915, embora existissem 18 escolas primárias dispersas pelo território, com cerca de 1100 alunos inscritos havia para todas as escolas somente 13 professores, todos missionários, pelo que se conclui que o ensino era deveras incipiente. Com a população local a rondar os 307 600, tal significa que naquele tempo apenas 0,3% da população teve acesso à instrução. Ao longo dos anos 30, com o ensino oficial entregue exclusivamente às missões, encontravam-se distribuídos pelo território cerca de 20 padres e 17 religiosas Canossianas.

De resto, segundo Hélio Felgas, durante largas dezenas de anos, a instrução ministrada era meramente literária e católica, e como tal, com poucos efeitos práticos

¹¹⁹ Martinho, 1936.

¹²⁰ Cerca de 42 elementos religiosos foram expulsos de Timor Português.

e imediatos para o geral da população. Ao regressar às respectivas aldeias, dificilmente os alunos conseguiriam aplicar o que haviam aprendido, pelo que uns retomavam as suas vidas exactamente como antes. Alguns acabaram por ingressar no funcionalismo público, abandonando as suas aldeias. Somente nos anos 20 do século XX foi criada uma escola de artes e ofícios, ao mesmo tempo que se abria também uma escola de professores catequistas e somente em 1938, com a publicação do Diploma nº154 pelo Governador Álvaro de Fontoura (1937-1940) é que se acrescentou a instrução agrícola, ministrada em regime de internato em escolas rurais. Algo que segundo Felgas teria muito mais resultados práticos, uma vez que, regressados às suas aldeias, os alunos conseguiriam aplicar as técnicas aprendidas, melhorando e aumentando as produções agrícolas, permitindo a venda do excedente.¹²¹ O Liceu Francisco Machado foi também fundado neste mesmo ano, com vista ao ensino dos filhos de europeus a residir na Colónia. Iniciou funções com 21 alunos inscritos. É curioso constatar que apesar do administrador de Baucau, Armando Pinto Correia ter mandado construir uma série de escolas em alvenaria entre 1928 e 1934, existe muito pouca memória de tais escolas a funcionar.¹²² Serviu este parágrafo para concluir que também na área do ensino, tendo abrangido um número tão insignificante de timorenses, durante mais de 400 anos, o contacto entre europeus e a população local foi muito ténue.

Em diversos escritos o Governador Teófilo Duarte (1926-29) descreve o panorama que encontra ao chegar a Timor. Provavelmente o Governador que mais escreveu sobre a situação económica da Colónia de Timor, Duarte deixa sempre patente a necessidade de rectificar o fortemente deficitário orçamento da Colónia. Em vésperas da chegada dos deportados, esta era a situação geral que o Governador desenhava de Timor enquanto Colónia portuguesa: relativamente à produção agrícola, o café era uma cultura em desenvolvimento, de grande qualidade e com boa cotação no mercado internacional. A borracha, copra, cêra, arroz, tabaco, etc... eram culturas subaproveitadas e com baixos níveis de produção. A indústria, muito pouco desenvolvida, resumia-se a pequenas indústrias de produção artesanal como era o caso dos *tais*, sabão, telha ou refrigerantes, produções levadas a cabo a nível local e em pequena escala, havendo somente uma grande companhia agro-comercial

¹²¹ Felgas, 1955: 23-28 e Figueiredo, 2011: 451-465.

¹²² www.hpip.org/Default/en/Homepage/Entry?a=1195, consultado a 13.9.2015.

particular, com capacidade de produção em larga escala: a Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho, companhia iniciada pelas mãos do Governador Celestino da Silva, tendo a família dado continuidade. De resto, o Governo tinha plantações, mas falta de meios para as pôr a render. Já se conhecia a existência de cobre, ouro e petróleo, mas a extração ainda dava os seus primeiros passos e a um ritmo muito lento, pelo que da perspectiva do Governador, a falta colonos empreendedores que desenvolvessem estas produções em maior escala e com vista à exportação, eram os principais entraves ao desenvolvimento económico da Colónia. Assim, visto a população timorense não ter capacidade financeira nem instrução para o fazer, a juntar aos solos férteis do território e à farta mão-de-obra fornecida pelos *Liurais*, Timor precisava de colonos europeus, mão de obra com capacidade de gerir plantações e indústrias em larga escala. Foi neste sentido que lançou os Diplomas Legislativos nºs 105 e 106 que concediam facilidades aos funcionários aposentados no sentido de se criarem novas indústrias, de desenvolver certas produções agrícolas e de fomentar a criação de animais. Já o Diploma Legislativo Nº 123, permitiu a venda de certas plantações do Estado em hasta pública a fim de promover o aumento de produção. Tudo isto, com o objectivo de incentivar a fixação de funcionários aposentados no território com vista à colonização e ao desenvolvimento da Colónia.¹²³

Conforme temos visto, as sentenças de degredo para Timor aconteceram em larga escala. Por todas as razões acima apresentadas, é de crer que tal tenha tido grande um grande impacto na História de Timor Português. Contudo, infelizmente não foram encontradas fontes que nos permitissem analisar detalhadamente o desenrolar das vidas dos degredados acima referidos, em Timor: tempo de permanência, onde residiram, como se sustentaram, como se adaptaram às condicionantes da Colónia, como foram integrados pelas sociedades europeia, local, etc... Da mesma forma, também não nos foi possível encontrar informações detalhadas relativamente ao grupo de cerca de 400 deportados “políticos” que permaneceram em Timor desde 1931 até 1933. No entanto, à data da amnistia concedida, o número de deportados representava cerca de dois terços da população europeia residente em Timor. São questões de muito interesse que terão de ficar para futuras pesquisas, dada a necessidade de limitar o enfoque da investigação em curso.

¹²³ Duarte, 1930 e Duarte, 1944: 118-131.

Posto isto, foquemo-nos então nos cerca de 100 deportados que permaneceram em Timor após o regresso à Metrópole dos deportados políticos em Abril de 1933. Isto significa que mais de um terço da população europeia a residir em Timor era deportada. Uma vez que estavam interditos de sair da Colónia, que foram enviados para os diferentes pontos no território, onde lhes foi fixada residência com obrigação de se apresentarem todas as semanas e onde trabalharam ao serviço do Governo como organizadores da mão-de-obra e do trabalho timorense. Nestes locais a presença europeia era muito ténue, pressupondo-se que durante vários anos, os deportados tenham sido um elemento fundamental no processo de colonização e influência portuguesa no interior do território.

Capítulo 2.2. Dinâmica sociocultural timorense

“Timorenses” é uma expressão geográfica. Política, social e etnologicamente, distinguem-se entre eles numerosos grupos bem diferenciados uns dos outros.” Um mosaico etnolinguístico, no qual cada reino remonta a origens da papua ou austronésia, embora desses dois ramos, tenham posteriormente surgido uma multiplicidade de novos dialectos e traços culturais muito próprios.¹²⁴

Com o decurso da História, a divisão da ilha em ocidente (território que viria a ser holandês) e oriente (Timor português) foi sendo feita pelo próprios reinos que ora reconheciam a autoridade do reino de Senobai, na região de Servião, ora do reino de Behale, na região de Atambua, respectivamente. Do lado ocidental da ilha, concentraram-se grupos de origem austronésia e no lado oriental, o correspondente ao território de Timor-Leste, permaneceram grupos de ambas as origens, papua a austronésia, falantes de diversos dialectos e servindo-se do tétum praça como língua de comunicação comum. Realidade que se traduziu numa maior fragmentação política do lado oriental da ilha, onde por volta do anos de 1700 se contavam 46 reinos, enquanto no Servião havia apenas 16.¹²⁵ Assim, séculos de convivência no mesmo espaço significa que apesar da diversidade de origens existentes, muitos dos mitos de origem são convergentes em alguns pontos, embora refletindo os traços culturais próprios de cada grupo étnico.¹²⁶

Tradicionalmente, a estrutura social da ilha de Timor é composta por

¹²⁴ Corrêa, 1934 e Durand, 2009: 46-48.

¹²⁵ Durand, 2009: 42-44.

¹²⁶ Paulino, 2013: 103-129.

conjuntos de casas que ainda hoje formam uma aldeia ou *knua*. Um conjunto de aldeias forma um *suco*, chefiado por um *dato* e, no topo da hierarquia social está o *Liurai*, figura actualmente meramente simbólica que governava o conjunto dos *sucos*, de um determinado reino. Considerados como a autoridade máxima das elites locais, os *Liurais* intitulavam-se filhos de Deus (*Maromac Oan*), embora o seu poder fosse limitado à aprovação dos *Datos*, que detinham o poder de aceitar ou declinar o *Liurai* previsto por descendência. Os régulos e os chefes de suco, ou se quisermos, os *Liurais* e *Datos* formavam a elite local, detentora da propriedade da terra e da autoridade política (decisão sobre com que reinos se estabeleciam alianças) e judicial (direito costumeiro). No extracto hierarquicamente inferior, estava o geral da população, as famílias a quem a elite local, encarregue de gerir as terras do Reino, atribuía um pedaço de terra para sustento próprio.¹²⁷ Realidades que como vimos, gradualmente foram sofrendo alterações à medida que a administração portuguesa se foi impondo a todos o território.

Timor-Leste é hoje um país que se assume como maioritariamente católico. De acordo com o censo de 2010, quase 97% da população professa a religião católica, contudo, em 1975, somente cerca de 30% da população assumia a fé cristã. Isto apesar dos primeiros padres terem chegado a Timor logo no início do século XVI. Em início dos anos 80, o Governo indonésio ordenou que todos os cidadãos escolhessem uma das cinco religiões. Tendo os primeiros anos de ocupação dizimado mais de 200 mil pessoas, a percentagem de católicos subiu em flecha, numa atitude de resistência passiva, de afirmação contra o invasor indonésio, muçulmano. Queremos com isto dizer que embora o número de católicos em Timor-Leste seja muito alto, a religião tradicional é ainda uma realidade bem incrustada no seio das comunidades.

Com base na religião tradicional, em Timor concebe-se o mundo sob a forma de pólos duplos e opostos: feminino/masculino, céu/terra, interior/exterior, imóvel/activo, mundo visível/mundo invisível, etc... para os quais é necessário encontrar o equilíbrio a fim de se conseguir viver em harmonia.¹²⁸ No artigo “A Religião em Timor-Leste a partir de uma perspectiva histórico-antropológica”, Fidalgo Castro defende que respeitando o sistema dual tradicional, as práticas *jentiu* funcionam por oposição ao catolicismo, desenvolvendo sobre esta dualidade e

¹²⁷ Figueiredo, 2004: 105.

¹²⁸ Durand, 2009: 42.

coexistência dos dois sistemas de crenças. Frisa não se tratar de sincretismo, na medida em que não é criada uma terceira forma de crença pela união das duas primeiras, mas que coexistem com igual força, embora de forma tensa, uma vez que a religião tradicional tem sido desconsiderada pela Igreja. Algo que não impede o geral da população de continuar a vivê-las, integrando por vezes elementos religiosos católicos nas suas vivências, cerimónias tradicionais e vice-versa.¹²⁹ Assim, embora o catolicismo tenha hoje uma força estruturante da sociedade timorense, também as crenças tradicionais a têm. A título de exemplo, ficam algumas passagens de testemunhos de quem viveu de perto com comunidades timorenses em diferentes épocas. Nos anos 30, apresentamos o excerto de um dos ensaios de Paulo Braga: “E sempre, quando acabava de ouvir a voz do catequista, o *timor* começava a misturar os ensinamentos recebidos com as superstições ancestrais, com as suas cerimónias *lulic* (sagradas), com as feitiçarias que tanto o emocionam. Em vão, por isso, ecoaram de Koepang a Manufahi e a Lautém, de Tibar a Betano, na planície e nas culminâncias do *Tata-Mai-Lau* e do *Cablac*, as vozes religiosas. Foram sempre tolerados e respeitados, como o são os feiticeiros e os *Katuas* dos sucos. Veneram-nos. Hoje, contudo, quatro séculos passados, pode considerar-se nulo o ideal cristão na mentalidade de Timor”.¹³⁰ Já de tempos actuais, fica o testemunho de Daniel Simião sobre a peregrinação de devoção a Nossa Senhora, evento que acontece todos os anos durante o mês de Outubro ao Monte Ramelau, a montanha mais alta de Timor-Leste. Embora no topo esteja uma estátua de nossa senhora, o monte Ramelau é considerado *Lulik* por ser, também, local de descanso das almas dos avós. Pouco antes de se alcançar o topo do monte, existe um patamar onde foi construída uma Igreja, toda ela construída com os elementos simbolicamente *Luliks* e de arquitetura semelhante à das tradicionais Casas Sagradas. A associação que os timorenses fazem à imagem de Nossa Senhora, ali posta por um Governador durante o período colonial e à capela recentemente construída com elementos simbólicos da tradicional sacralidade timorense, pode ser entendida como mais um exemplo de aproximação dos elementos *Lulik* e católicos.¹³¹ Trata-se, tal como Fidalgo refere, de apropriações pela religião católica de elementos tradicionais, assim como de apropriações pela religião tradicional de elementos católicos. Duas formas de crenças intensamente vividas.

¹²⁹ Fidalgo, 2012.

¹³⁰ Braga, 2005: 15.

¹³¹ Simião, 2015.

Da mesma forma que a religião católica acompanha todos os momentos fundamentais da vida um católico: a família onde se nasce, a atribuição do nome, o casamento e o momento da morte, também as crenças tradicionais timorenses o fazem. Considerando estes aspectos como a essência daquilo que consideramos ser a identidade de Timor-Leste e, com efeito algo incentivado e instigado pelas autoridades governativas actuais que procuram fomentar uma identidade timorense una e coesa, parece-nos particularmente importante aprofundá-los para que consigamos compreender como é que os deportados e respectivas famílias se relacionaram e se relacionam ainda nos dias de hoje, com tais instituições.

Começaremos por referir que aos olhos da religião tradicional timorense, a morte é somente a passagem do mundo visível para o mundo invisível. Assim, acredita-se que os falecidos antepassados e as forças do universo, agora habitantes do mundo invisível são algo sagrado, *Lulik* e que continuam a acompanhar a vida das gerações seguintes, pelo que é necessário dar-lhes atenção e cuidar frequentemente. Com efeito, os ritos em torno da morte de um antepassado são fundamentais para toda a sociedade timorense. Talvez com menos expressão porque existem algumas famílias já menos ligadas à agricultura, mas também os rituais ligados à mãe natureza e à lavoura são ainda muito importantes e foco de muita dedicação e cuidado.

Embora existam algumas variações consoante as regiões, por norma, o lugar físico onde se presta culto aos elementos que vivem no mundo invisível, é na *Uma Lulik*, Casa Sagrada. Espaço considerado como lugar de encontro entre todas as gerações, passadas e futuras e entre o humano e a natureza, daí que sejam construídas somente com elementos da natureza. É o local de culto onde é prestada homenagem aos antepassados que já passaram para o mundo invisível, lugar de invocação de uma origem comum, de um núcleo familiar, uma linhagem e dos seus elos de solidariedade. Geralmente são construídas na várzea, lugar de onde tradicionalmente, o timorense é natural e trabalha. Na realidade, a descida das pessoas para os centros populacionais é algo recente. Para grande parte das famílias, foi algo que ocorreu somente no tempo indonésio porque as autoridades deram ordens nesse sentido. Assim, é costume ouvir-se que nenhuma família timorense é natural de Díli, todos vêm de outras localizações, do *foho* onde têm a sua *Casa Sagrada*.

Contudo, este espaço não funciona apenas fisicamente como um local de culto. Simbolicamente, funciona também como estrutura na qual se baseia a vida social

tradicional timorense. Cada indivíduo pertence a uma Casa que lhe dá o nome e um lugar/papel na sociedade local, pelo que se trata também de uma forma de regular, organizar a hierarquia social de determinada pessoa, família, comunidade e respectivas ligações. Tradicionalmente, cada membro de uma casa tem o seu papel definido e respeitado pelos restantes membros. O mesmo acontecendo com cada linhagem, *Lisan* numa determinada comunidade, conforme veremos já de seguida.

Ainda que a concepção que os timorenses têm do Mundo seja mais ou menos comum a todos os grupos etnolinguísticos, cada grupo conta a sua própria História de criação, da sua origem. Criaram-se mitos que integraram as crenças de cada grupo, geralmente transmitidos oralmente, de geração em geração. Assim ao lermos bibliografia da época, a título de exemplo P. Jorge Barros Duarte, P. Basílio de Sá, P. Ezequiel Enes Pascoal, o militar José Augusto Correia de Campos, ou ainda, percorrendo o território, convivendo com os diferentes grupos etnolinguísticos, podemos constatar que existem diferentes histórias que remontam à origem de cada grupo e de cada linhagem, *Lisan*. É a chamada literatura oral, por norma restrita a cada família e que só pode ser contada pelo *Liannain*, o Dono do Palavra, em cerimónias privadas, muito pouco partilhadas com quem vem de fora, ainda que sejam mitos também usados como discurso legitimador do papel e posição de cada *Lisan*, na sociedade tradicional timorense. A título de exemplo fica um estudo de caso apresentado por Alberto Fidalgo Castro, no qual demonstra como a nível local, “uma autoridade tradicional constrói a sua própria legitimação e reafirma a sua autoridade através de narrativas mítico-históricas que o posicionam como mediador que tem acesso privilegiado à comunicação com a divindade,” pelo que as Casas circundantes dependem desta autoridade e da sua Casa para poder aceder à divindade em causa.¹³²

Tendo já feito uma breve análise do conceito de *Uma Lulik*, acrescentamos que a cerimónia da atribuição do nome tradicional a uma criança é algo extremamente importante para as famílias timorenses. Não analisaremos detalhadamente este traço porque não foram encontrados registos de que os deportados tenham celebrado esta cerimónia com os seus próprios filhos. Tendo em conta que a maioria dos deportados atribuiu um nome europeu à mulher dos seus filhos, não tem lógica que tenham aderido à prática ritual de denominar os seus filhos com nomes tradicionais timorenses, deixando assim de ser relevante para o trabalho em questão.

¹³² Mendes, 2005: 111, Sousa, 2010: 93-96 e Castro, 2012.

Conforme já descrito anteriormente, somente em 1912 é que a administração portuguesa tomou conta efectivamente de todo o território. Até então, cada reino vivia mais ou menos de forma independente, estabelecendo alianças diplomáticas consoante a sua agenda política e económica. Existiram algumas formas de confraternização e de consolidação de alianças entre os diferentes reinos, sendo que também estes aspectos, tradicionalmente, eram estruturantes da hierarquia social timorense. Duas das mais importantes foram os pactos de sangue e o *barlaque*, o casamento timorense.¹³³ Relativamente ao primeiro, não foram encontradas referências sobre algum deportado o tenha feito pelo que não o aprofundaremos. Relativamente ao *barlaque*, interessa-nos compreender o conceito de forma a poder analisar a questão de forma cuidada. Tal como todos os traços culturais, também as relações entre homem e mulher em Timor não são algo estanque ou homogéneo em todo o território e tem vindo a sofrer várias alterações consoante os tempos em que são celebradas e os traços culturais de quem as celebra. Assim, de forma a melhor esclarecer qual foi e qual continua a ser a sua essência, escreveremos no tempo passado quando nos referirmos às suas características passadas e no tempo presente quando nos referirmos às características que ainda hoje se observam. Vários autores se debruçaram sobre a questão do *Barlaque* e as suas implicações: Padre Jorge Barros Duarte, David Hicks, Kelly Silva, etc... Uma vez em campo, também a autora procurou compreender as implicações desta instituição. Faremos a análise de uma forma geral, baseada em trabalho de campo e na referida bibliografia, embora sabendo que houve e continua a haver variações consoante os tempos e as regiões *Bunaq*, *Makassai*, *Ataúro*, *Fataluku*, *Díli*, etc...

Segundo David Hicks, o termo *barlaque* deriva do termo malaio *Berlaki* que significa “*to take a husband*”. Ou seja, tradicionalmente significava somente a união celebrada entre um homem e uma mulher; contudo, com o tempo passou a englobar também a ideia de *fôlin*, o valor oferecido pela família do noivo, à família da noiva. Tradicionalmente era realizado com o intuito de fortificar laços entre dois reinos ou somente entre duas famílias. Tratava-se de um acordo vitalício, um pacto de cooperação entre dois grupos e não entre duas pessoas, pelo que os noivos pouco ou nada tinham a dizer sobre a escolha de cônjuge. Trata-se, ainda nos dias de hoje de um contrato sobre o qual duas famílias estabelecem laços e se comprometem à

¹³³ Duarte, 1982.

cooperação e assistência mútua, cada família com o seu papel, conforme a família seja doadora de mulheres (*uma mane*) ou tomadora de mulheres (*feto-saa*), sendo também esta uma forma de posicionamento social. Os grupos doadores de mulheres encontram-se sempre numa posição superior à dos tomadores de mulheres, havendo um conjunto de regras relativamente às ligações que podem ou não ser estabelecidas. A título de exemplo, um homem não pode procurar mulher na Casa onde se casa uma irmã sua. Ou seja, um grupo que se relaciona com outro enquanto tomador de mulheres não se poderá transformar em doador de mulheres dentro de um mesmo sistema. Terá de procurar outro.

Para a celebração da união, começava-se pela negociação entre as famílias, geralmente utilizando intermediários. Apesar do termo significar o valor a dar à família da noiva, na realidade, tradicionalmente a família da noiva teria de responder, presenteando também a família do noivo. Geralmente, os tomadores de mulheres ofereciam *bélaks*, *morténs*, *karaus*, *kudas*, etc... (luas de ouro, colares, búfalos e cavalos, respectivamente) e os doadores de mulheres ofereciam em troca porcos, *tais*, cabritos, etc...¹³⁴ Nos dias de hoje, estes presentes podem ser substituídos por dinheiro, no mesmo valor. Tradicionalmente, toda esta dinâmica tinha como objectivo evitar que descendentes das elites abastadas se envolvessem com classes consideradas inferiores através do casamento.¹³⁵ Assim, embora o *barlaque* não esteja sujeito a um valor fixo, deve refletir as possibilidades das famílias, tratando-se de uma forma de provar e manter uma posição social.¹³⁶

Segundo o Padre Ezequiel Enes Pascoal, o *barlaque* foi um termo que as autoridades portuguesas generalizaram à situação de “casado” enquanto estado civil. Data de 1906, o primeiro decreto encontrado que regulava a obrigatoriedade de registo civil junto da autoridade local, dos nascimentos, dos óbitos, de alterações de residência e por fim, dos indivíduos *barlaqueados*. Da mesma forma que na Metrópole, um indivíduo era solteiro, casado ou viúvo, em Timor as autoridades portuguesas assumiram que um indivíduo timorense que mantivesse uma relação marital era “barlaqueado”.¹³⁷ Ou seja, a necessidade de recensear a população e o termo utilizado para definir relações maritais, “indivíduos *barlaqueados*”, ditou a

¹³⁴ Menezes, 2006: 57.

¹³⁵ Gonçalves, 2012: 83-88.

¹³⁶ Duarte, 1979.

¹³⁷ Pascoal, 1967: 59-61.

referida generalização do termo a todas as ligações maritais timorenses. Contudo, é importante ter em conta que para os timorenses existem outras formas de estabelecer relações entre marido e mulher que não somente o *barlaque*, tradicionalmente celebrado entre as elites locais e com vista exclusivamente à consolidação de uma aliança entre grupos, pelo que geralmente são casamentos planeados pela família, consoante regras predefinidas. Existem ligações de carácter individual que nada têm que ver com sistemas e ciclos de alianças. A título de exemplo, o *hafôli*, muito semelhante ao anterior no que respeita à troca de presentes, embora não implique o compromisso de ajuda mútua entre famílias, nem a obrigatoriedade de uma família casar necessariamente as suas filhas em determinado grupo. O *Habáni*, trata-se do acto de contrair casamento sem a obrigação de oferecer o *fôlin* da mulher, indo o noivo viver para casa dos pais da noiva ou *hafé*, termo utilizado em algumas regiões que traduz a ideia de casamento sem *fôlin*, ou seja, a simples relação marital que consiste no casal viver junto sem qualquer troca de valor monetário ou de presentes. Esta última variante é mais comum entre o *ema bai-bain*, entre as pessoas mais humildes. Por norma, com excepção do *Habáni*, geralmente celebrado entre grupos de linha matriarcal, aquando do casamento entre o homem e a mulher timorenses, a mulher sai da *Uma Lulik* dos pais para integrar a Casa Sagrada do marido.¹³⁸ Ora, no caso das ligações entre europeus e mulheres timorenses, sendo que estes não pertenciam a nenhuma Casa Sagrada é interessante ver como tal se processa. Algo que teremos em conta nos próximos capítulos. Uma outra questão que nunca deixa de ser tida em conta nestas negociações é a custódia dos filhos. Em caso de ruptura, quem fica com os filhos, a família do marido ou da mulher? É um assunto de extrema importância, tantas vezes geradora de conflitos e que também merecerá na nossa atenção no próximo capítulo.¹³⁹

De resto, o Capitão José Simões Martinho refere que o namoro e a sexualidade eram vividos sem qualquer preconceito. As relações sexuais entre o homem e a mulher timorense nunca foram deixadas necessariamente só para depois do casamento. Bem pelo contrário, por vezes, o casamento só viria depois da mulher estar grávida, a fim de garantir a possibilidade da mulher ter filhos. Com efeito, a infertilidade da mulher era um argumento usado para praticar poligamia ou mesmo

¹³⁸ Seixas, 2010: 115-122.

¹³⁹ Duarte, 1979.

motivo de divórcio. O autor acrescenta que eram os jovens que escolhiam com quem namorar, ainda que fosse sempre a família a negociar o casamento. Algo que poderia acontecer no caso de relações comuns entre jovens mas nunca no caso de *barlaques* celebrados com um intuito de estabelecer importantes alianças entre famílias.¹⁴⁰

No artigo “*Marriage traps: colonial interactions with indigenous marriage ties in East Timor*”, Ricardo Roque ensaia três atitudes das entidades coloniais perante os modos de relacionamento entre o homem e a mulher timorenses: os missionários que pretendiam suprimir tais traços culturais, impondo o casamento religioso, a administração que os aproveitava em benefício próprio e finalmente, os colonos, grande parte deles, o grupo de deportados em análise, que os assumiu como seus. Para os missionários, para além de terem entendido o *barlaque* como o aproveitamento da mulher enquanto moeda de troca para alianças diplomáticas, havia outra situação também por eles condenada, a poligamia. Depois de realizado o *barlaque* com a mulher principal e sendo que esta seria sempre a mais importante, era socialmente aceite o homem viver maritalmente com mais mulheres, desde que tivesse condições de sustentar todas e respectivos filhos com dignidade. Oferecer um bom *fôlin* pela mulher era tão prestigiante quanto o número de mulheres. Assim, especialmente no caso das elites locais, era muito comum os *Liurais* terem mais do que uma mulher. Acontece que os missionários consideraram estes traços culturais um desrespeito pelos valores morais católicos e logo o tentaram suprimir. No geral, foram tentativas em vão pois o *barlaque* era de facto fundamental na diplomacia entre reinos. Assim, ainda que vários *Liurais* se tivessem convertido ao catolicismo e se tivessem batizado, continuaram a considerar que o *barlaque* em nada condicionava a realização do matrimónio religioso, celebrando as duas formas de casamento. Situação que ainda nos dias de hoje é comum observar-se: casamentos religiosos, cujo *barlaque* já foi negociado de antemão, ainda que também existam, claro, casamentos religiosos sem qualquer negociação de *barlaque*.¹⁴¹

Relativamente à atitude da administração, houve casos de aproveitamento e fomento do *barlaque* como forma de fazer política em seu próprio proveito. As autoridades portuguesas tinham consciência que alianças cimentadas através do *barlaque* eram laços que dificilmente seriam quebrados. Segundo o romance *O Rei de*

¹⁴⁰ Martinho, 1943: 191-211.

¹⁴¹ Duarte, 1979.

Timor, parte do sucesso das “Campanhas de Pacificação” deu-se por esta razão. O autor dá a entender que o Governador Celestino da Silva arquitetou táticas de guerra pressupondo o alinhamento político dos diferentes reinos, com base nos *barlaques* celebrados. Informações reunidas pelo próprio, junto de uma rede de mulheres naturais dos diversos pontos do território, com quem alegadamente manteve relações amorosas. Para se entender o quão este modo de consolidação de aliança era levado a sério, por vezes, certos reinos concediam homens para a guerra para ambos os lados a fim de não quebrar nenhuma aliança. Era preferível sacrificar homens em lugar da aliança firmada. Ora, apercebendo-se disto, a administração colonial procurava influenciar ativamente os *barlaques* que se realizavam, pretendendo que se estabelecessem ligações a seu favor, pelo que não era uma política de alienação mas mesmo de engajamento, algo que incomodava profundamente a Igreja.

Finalmente, havia o género de relações e ligações estabelecidas entre colonos, como temos visto grande parte deportados, e mulheres naturais da Colónia. No seu ensaio, Roque afirma que embora não seja uniforme em todo o território, em certos lugares, a apropriação de gestos europeus era sinal de elevada posição social. Assim, houve casos de famílias reais a entregarem as suas filhas ou familiares a militares, funcionários da administração portuguesa a até aos deportados por questões políticas. Era uma forma de os ter como “família”, elevando o estatuto social da *Lisan*. A título de exemplo temos o caso do casamento do farmacêutico Borges de Oliveira com a filha do *Liurai* de Viqueque, também aparentada do chefe de suco Paulo de Ossuroa e do casamento do deportado Manuel Viegas Carrascalão com Marcelina Guterres, aparentada do *Liurai* de Venilale, D. Cristovão, dois *Liurais* que auxiliaram bastante os europeus a esconderam-se das tropas japonesas no tempo da II Guerra Mundial. Segundo Fidalgo Castro, em certos casos, também a conversão ao catolicismo funcionou como forma de aliança com o poder colonial. Conforme vimos anteriormente que as autoridades administrativas portuguesas concederam cargos militares a *Liurais* a fim de incorporar um elemento português na hierarquia tradicional, da mesma forma, alguns timorenses terão assumido o catolicismo como forma de ascender a sua posição social e a da sua Casa.¹⁴²

De resto, Ricardo Roque também refere a existência de europeus a auxiliarem na mediação das negociações de casamentos entre timorenses, facto que pelo

¹⁴² Castro, 2012.

testemunho da família, sabemos ter acontecido com António, filho de Francisco Horta. Não só na mediação de casamentos mas também na mediação de conflitos e outras questões da sociedade local.¹⁴³

Por último, focamo-nos nos ritos funerários e na sua importância para a sociedade timorense. Como vimos anteriormente, em Timor acredita-se que a morte é somente a passagem para outro mundo, de onde os antepassados continuam a acompanhar e influenciar a vida da sua descendência, pelo que é necessário continuar a atender às necessidades dos avós. Pelas condicionantes históricas, inicialmente no tempo português, intensificando-se no tempo indonésio, verificou-se a deslocação das famílias para os centro populacionais. Assim, se tradicionalmente as campas dos falecidos ente queridos eram construídas nas redondezas da Casa da família, ainda que este costume seja hoje contrariado pelas autoridades, podemos observar inúmeros túmulos em jardins de residências, também em Díli. Tomadas como a nova residência dos avós, as campas são geralmente muito bem cuidadas e até construídas com todos os elementos considerados de conforto de uma habitação: azulejos, pinturas de cores vivas, etc... Relembra Simião que na semana que compreende o Dia de Finados, Díli, a capital do país, parece quase deserta. As famílias viajam para os seus distritos de origem a fim de prepararem convenientemente as cerimônias aos seus antepassados. “As idas ao cemitério que precedem a data de 2 de novembro e envolvem a renovação dos túmulos com limpeza, novas pinturas e a preparação de flores e alimentos para oferta”. “O evento lembra a importância da agência dos mortos sobre os vivos transitando por e coexistindo em dois mundos: o católico e o da “cultura” tradicional. Assim, como na vigília à Nossa Senhora Peregrina, a noite aqui exige presença e devoção, desta vez dirigida aos túmulos dos antepassados. Nas montanhas, essa devoção é vivida de forma mais explicitamente *lulik*, exigindo a presença de tomadores e doadores de mulheres da Casa Sagrada do falecido, a oferta de comida e bebida aos ancestrais da casa e ao falecido e um conjunto de evocações poéticas feitas por um *Lianain*.”¹⁴⁴

De resto, existe um conjunto de cerimônias levadas a cabo aquando do falecimento de um familiar. Conforme mencionado na introdução deste trabalho, o trabalho de campo da autora foi feito essencialmente em Díli, pelo que a análise que

¹⁴³ Roque: 2010, Laborinho, 1944: 299 e entrevista a Dulce Horta-Lemos, Díli, 30.4.2014.

¹⁴⁴ Simião, 2015.

se segue não tem por base a observação dos ritos fúnebres tradicionais, mas antes daqueles que tivemos oportunidade de acompanhar, em Díli. Logo após o falecimento, o corpo permanece em casa, aguardando-se a chegada dos familiares para o enterro. A casa mantém as portas abertas, recebendo os familiares diariamente a fim de velarem o corpo. Durante o velório, deixa-se um prato de comida e bebida junto do falecido, como se fosse também tomar a refeição com a família. Consoante a relação com o morto, cada pessoa oferece aquilo que lhe respeita: animais, velas, etc... Assim se aguarda a chegada de todos os familiares até que, com todos presentes, já se pode levar o falecido a enterrar, o chamado *Açoi Mate*. Depois do funeral, as pessoas são convidadas a ir a casa do falecido. Matam-se vários animais, consoante a sua importância social e a fim alimentar todos os convidados. A primeira semana após o falecimento é a semana do *Ai Funan Moruk*. Ao longo dessa semana, todos os dias a família recebe em sua casa as pessoas que quiserem dar as condolências, rezando-se diariamente o terço, perante um pequeno altar preparado com uma fotografia do falecido, velas, etc... No fim desta semana, realiza-se uma missa, após a qual se “tira a mesa”. Trata-se de um ritual em que se guarda os elementos expostos no referido altar. A segunda semana após o falecimento é a semana do *Ai Funan Midar*, em que se continua a receber pessoas em casa do morto, embora normalmente restrito à família chegada. Os meses que se seguem são de luto, rigorosamente respeitado por toda a família. Ao fim de seis meses celebra-se o *Fila Metan*, consoante a relação com o morto, alguns familiares findam o luto. O fim do luto total acontecesse somente ao fim de um ano. Trata-se do *Kore Metan*, comumente também conhecido por desluto, uma cerimónia extremamente importante que volta a reunir toda a família e que pode durar entre um dia e uma semana.¹⁴⁵ Embora não nos tenha sido possível compreender se as cerimónias fúnebres dos deportados englobaram os mencionados passos, podemos observar que as famílias descendentes de deportados que nos dias de hoje vivem em Timor-Leste incorporam todos estes passos aquando da morte de um seu familiar. Diferente dos costumes católicos tradicionalmente vividos em Portugal, onde se realiza apenas o velório, missa de enterro, missa de sétimo dia, do primeiro mês e de aniversário, sem que haja a necessidade de tomar uma ou várias refeições com toda a família, chegada ou alargada.

¹⁴⁵ Corrêa, 1934: 237-250 e entrevista a Licínia Horta, Oeiras, 5.9.2015.

Delineado um quadro do que seria a presença portuguesa em Timor antes de 1927, ou seja, antes da chegada do primeiro grupo de deportados e outro dos traços culturais e das crenças religiosas timorenses, reguladores de toda a vida social tradicional timorense, no próximo capítulo passaremos a analisar, de uma forma geral, os percursos traçados pelos deportados ao longo da sua estadia no território, procurando ter em conta os assuntos abordados neste capítulo.

III Capítulo

Ao longo deste capítulo tentaremos fazer uma apreciação geral de como decorreram as vidas dos deportados que chegaram em Timor em 1927 e 1931 e que ali permaneceram ao longo da década de 30. Tentaremos analisar de uma forma geral as suas vidas profissionais, as relações com a administração portuguesa, as relações com as sociedades locais e, por fim, com as mulheres timorenses. Tendo a II Guerra Mundial sido um acontecimento de fulcral importância para a vida destas famílias, consideramos importante descrever as suas participações na mesma. Terminamos o capítulo com uma breve análise das vidas daqueles que permaneceram e reconstruíram as suas vidas em Timor no pós-guerra.

3.1. A vida dos deportados em Timor (Set.1927- 1941)

Em 1927, quando os deportados “sociais” chegaram a Timor, sem instruções superiores do Governo Central em Portugal sobre o destino a dar aos presos recém-chegados e perante a perspectiva de ter de pagar a sua alimentação caso os mantivesse na prisão, o Governador Teófilo Duarte (1926-1929) decidiu dar-lhes liberdade e meios de subsistência para os primeiros dias. Foi feita uma lista de profissões com o objectivo de empregar cada um na sua área de aptidões e competências, com direito a salário mensal. Na esperança que se estabelecessem em Timor como colonos, ao abrigo do Diploma Legislativo nº107, o Governador alargou as já referidas facilidades concedidas nos Diplomas nºs 105 e 106 a qualquer colono que fixasse residência naquela Colónia, passando a incluir o recém chegado grupo de deportados.¹⁴⁶ Algo que lhe valeu o seguinte comentário pela mãe de Jaurés Viegas publicado no *Diário de Lisboa*: “Oxalá que a obra do Sr. Teófilo Duarte no referente aos deportados seja seguida pelo seu sucessor, fornecendo-se-lhes créditos por um fundo de colonização... Oxalá que seja seguido o exemplo do Sr. Teófilo Duarte que minorou muitas lágrimas e sofrimentos físicos e morais.”¹⁴⁷ Para além dos créditos, concedeu-lhes ainda um subsídio mensal cujo valor variou ao longo do tempo e variava também consoante a categoria em que o deportado foi inserido.¹⁴⁸

Segundo Teófilo Duarte, desta forma dava-se-lhes a perspectiva de que em

¹⁴⁶ Duarte, 1944: 124-131 e BOT nº 38, 17.9.1927.

¹⁴⁷ Duarte, 1944:141.

¹⁴⁸ Em 1934 os valores eram os seguintes: “deportado social”, 50 patacas, “preso civil, vadio e cadastrado”, 27 patacas e deportado político, 70 patacas. PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

Timor seria possível reconstruírem a sua vida enquanto colonos, em vez de viverem sob severa vigilância e repressão. Surgiram artífices de diversas áreas que passaram a exercer uma atividade útil para a Colónia e a trabalhar para ganhar o seu sustento. Segundo o Capitão José Simões Martinho: “os (deportados) sociais, salvo raras exceções eram trabalhadores: marceneiros, pintores, estucadores, serralheiros, mecânicos, etc...” Aqueles que não conseguiram arranjar ocupação relacionada com as suas competências, alguns foram admitidos como funcionários públicos e outros como fiscais dos 20 000 timorenses que trabalhavam, quer nas plantações do Estado quer nas obras públicas.¹⁴⁹ Segundo Grácio Ribeiro, houve ainda casos de deportados “que viviam dispersos pelo território e aí procuravam forma de ganhar umas patacas”, provavelmente fazendo pequenos trabalhos nos diferentes postos das circunscrições civis. De facto, a memória local lembra que em cada posto, havia não só o chefe do funcionalismo português como também um deportado a fim de coordenar os trabalhos necessários nas imediações do posto: plantações, trabalhos de construção civil, etc...¹⁵⁰ Trabalhos esses realizados por mão-de-obra timorense, geralmente fornecida pelos reinos. Ribeiro prossegue dizendo: “é notável e digno de registo o esforço despendido pelos deportados sociais em benefício da colónia. Nada ali existe de trabalhos públicos feitos nos últimos anos que não tenha contado com a sua colaboração”.¹⁵¹ Com efeito, aproveitando a recém-chegada abundante mão-de-obra, Teófilo Duarte, elaborou um ambicioso plano de construções de estradas, que passou não só pela melhoria das existentes como a construção de novas e ainda a edificação de pontes, com vista a manter as estradas transitáveis também no tempo das chuvas. Assim, intensificou-se também a viação automóvel, pelo que alguns deportados aproveitaram os subsídios concedidos para comprarem camionetas e fazerem o transporte de mercadorias.¹⁵² Já depois do seu regresso a Portugal, numa entrevista concedida ao *Diário de Lisboa*, também Teófilo Duarte volta a afirmar: “Se não fossem eles (os deportados), dizem os comandantes militares que eu não tinha conseguido fazer os 400 quilómetros de estrada que construí.”¹⁵³

Apesar das facilidades concedidas, no que concerne às relações com as

¹⁴⁹ Martinho, 1945: 162-165 e Duarte, 1944: 139-140.

¹⁵⁰ Entrevista a Bernardo e Casimiro Paiva, Dili, 17.4.2014.

¹⁵¹ Ribeiro, 1934.

¹⁵² Duarte, 1944: 139-140. Um desses casos foi o de *Bela kun* que escreveu uma carta a Teófilo Duarte aquando da sua saída da Colónia. Ver carta na biografia em anexo.

¹⁵³ *Diário de Lisboa*, 27.2.1929: 4 e Ribeiro, 1939: 584.

populações locais, houve desafios a ultrapassar. Aquando da chegada deste grupo ao território, a grande maioria do comércio em Timor estava nas mãos dos chineses e, segundo José Simões Martinho, estes “não tinham quaisquer problemas em sentar-se como iguais ao lado de um indígena, fosse para negociar ou para socializar. Pelo contrário, os deportados impunham uma relação de hierarquia, exigindo o respeito da sua “superioridade”, o que fazia com que o timorense tivesse pouca vontade de comerciar com eles”.¹⁵⁴ Para além disso, a característica de prisioneiro destes novos comerciantes, provavelmente fomentado pelas autoridades para que também nesta sociedade fosse mal conotada, também dificultou a aderência da população às novas lojas. Foi o caso de alguns deportados (Teófilo Duarte não refere os nomes) que abriram uma padaria e uma barbearia em Díli. No início, ambas as lojas passaram por grandes dificuldades porque a população tinha medo que o padeiro envenenasse o pão ou que o barbeiro lhes ferisse o pescoço com a navalha de barbear. Segundo Teófilo Duarte, foi preciso ser o Governador a dar o primeiro passo e frequentar tais lojas. “Só ao fim de algumas semanas e vendo que o Governador continuava vivo e em forma, é que as populações acederam a frequentá-las também”.¹⁵⁵

Durante o Governo de Teófilo Duarte, segundo o seu testemunho, somente um deportado terá ido parar à prisão por insistência de prática das ações que o levaram a ser deportado e alguns por delitos menores provocados por questões de mulheres e vinho, castigados com penas leves. Durante os primeiros anos as relações entre os recém chegados deportados e a administração portuguesa correram sem incidentes de maior, contudo, aquando da mudança de Governo, os entendimentos alteraram-se. Tendo as regalias concedidas por Teófilo Duarte sido feitas à margem dos orçamentos estipulados pelo governo central, numa altura de consolidação do Estado Novo e por conseguinte, com um controlo cada vez maior de contas por parte da Metrópole, os Governadores que lhe seguiram, Cesário Augusto de Almeida Viana (1929-1930) e António Baptista Justo (1930-1933) optaram por não dar continuidade a tais medidas. Anos mais tarde, em escritos deixados por Teófilo Duarte e pelo deportado Luís José de Abreu, ambos criticam a posição tomada pelos Governadores seguintes, afirmando que terá sido a suspensão de regalias que provocou que muitos dos deportados chegados em 1931, ou mesmo dos chegados em 1927 que não conseguiram organizar

¹⁵⁴ Martinho, 1945: 162-165.

¹⁵⁵ Duarte, 1944: 136.

as suas vidas antes dessa altura, sem meios para singrar, se tivessem entregue a comportamentos de desordem e da inércia. Duarte acrescenta ainda, “uma vez que viviam somente de um magro subsídio de alimentação, em vez de contribuir para o desenvolvimento da Colónia, pelo contrário, iam contribuindo para a queda dos valores morais e para o nascimento de inúmeras crianças mestiças sem grandes previsões de um bom futuro”.¹⁵⁶ Tais dificuldades são também expostas numa carta datada de Abril de 1936 escrita por Manuel Simões de Miranda ao pai, na qual o deportado refere a redução do valor do subsídio de 50 patacas para 27 patacas, acrescentando ter a sorte de ser um industrial (leia-se ter conseguido construir a sua padaria) e por isso ter dinheiro suficiente para o seu sustento e ainda para a pensão dos filhos. Pouca sorte tiveram outros colegas seus deportados que, sem qualquer negócio e três ou quatro filhos para criar se viram em sérias dificuldades.¹⁵⁷

Por regalias suspensas ou simplesmente por falta de compatibilidade com os membros da administração portuguesa, a realidade é que ao longo dos anos 30 se verificam algumas situações de conflito reveladoras do ambiente pesado que se vivia em Díli. Há que ter em conta que os deportados o haviam sido por desentendimentos com o Governo português. Uma vez em Timor, a não ser que houvesse de facto um esforço de parte a parte (algo que pareceu acontecer durante o Governo de Teófilo Duarte) naturalmente tais relações não melhorariam. Os acontecimentos que se seguem deverão ter sido consequência disso, já que o grupo continuava a reivindicar direitos a um Governo que os deixou à margem.

Para além de alguns deportados terem conseguido fugir do território e de outros o terem tentado, embora sem sucesso, o deportado Raúl dos Santos deixou-nos o testemunho de várias situações complicadas. Conta-nos que tempos depois de chegarem a Timor, alguns deportados começaram “a cometer actos que em nada abonavam a moral dos deportados e que deram origem a uma ordem humilhante para os mesmos”. Foi decretado que nenhum deportado estava autorizado a permanecer na rua depois das 20 horas, não podiam ficar agrupados em locais públicos e embora não se pudessem relacionar socialmente com qualquer outro europeu, todos estavam obrigados a retirar o chapéu para cumprimentar qualquer cidadão branco não deportado por quem passassem, sem distinção de categoria. O não cumprimento

¹⁵⁶ Duarte, 1944: 139-140 e *Juventudes*, nº 4-5, Julho e Agosto de 1975

¹⁵⁷ Arquivo particular de Adriano Simões de Miranda.

destas ordens implicaria a prisão e alimentação exclusivamente a milho cozido, sem sal nem tempero.¹⁵⁸

Uma carta datada de Outubro de 1930, escrita por um grupo de deportados fixados em Timor à redação do jornal *A Batalha*, dá-nos conta da situação de António Dias, um deportado que havia sido vítima de espancamento por parte das autoridades, alguns casos de deportados que haviam falecido por doença¹⁵⁹ e um outro que veremos já de seguida, *Bela Kun*, que morreu ao fim de cinco meses de prisão.¹⁶⁰ A ordem de prisão ocorreu depois de um desentendimento ocorrido com o deportado Artur Alonso. Tendo este uma charrete e um cavalo, deu-lhe o nome de “Sindicalista Ladrão”. Quando passava por outro deportado, com quem não simpatizava, guiando o seu cavalo, gritava: “Anda Sindicalista Ladrão!”. Ora, visto que grande parte dos deportados o haviam sido precisamente pelas suas acções enquanto sindicalistas, rapidamente essa atitude lhe trouxe conflitos. Um dia, ao repetir a cena quando passava por *Bela Kun*, este ameaçou-o. Alonso queixou-se às autoridades, pelo que *Bela Kun* e João dos Santos foram presos no presídio de Batugadé. Também José Castela, Celso Pinto Marques dos Santos foram presos na mesma altura, embora por diferentes motivos. Consta terem-se embebedado, andando depois a passear de automóvel. Os três últimos acabaram por ser soltos mas *Bela Kun* morreu no presídio, a 27 de Dezembro de 1929, em circunstâncias ainda por apurar. Somente quatro anos mais tarde foi instituído um processo de averiguações pelo Ministro das Colónias, embora sem conclusões. Alegadamente tratou-se de maus tratos e má nutrição, embora ninguém tenha assumido as consequências da sua morte. No processo de inquérito podemos ler vários testemunhos. Segundo o deportado Joaquim Clemente, “o presídio de Batugadé era um calabouço sem ar nem luz, onde os presos eram obrigados a respirar pelo buraco da fechadura, aspirando com os lábios colados à fechadura durante 4 horas por dia, dois de manhã e dois à tarde, um por cada vez”. Um dos argumentos apresentados pelos encarregados do presídio foi que o Governador Teófilo Duarte tinha dado instruções para que os deportados presos fossem alimentados da mesma forma que eram os timorenses presos. Ao lermos o inquérito apercebemo-nos ter havido um mal entendido quanto ao que isso

¹⁵⁸ Rodrigues, 1982: 275-284.

¹⁵⁹ José Abrantes Castanheira, Francisco da Silva Gomes e António Francisco dos Santos, vítimas de tuberculose e Animal dos Santos, vítima de biliosa.

¹⁶⁰ PT/BN/AHS, Caixa 109, sem nº de capilha.

significava. Argumentam os encarregados do presídio que se tratava somente milho cozido e água, embora outros afirmem incluir também vegetais e peixe, pois nenhum homem sobreviveria a milho e água durante muito tempo. Por outro lado, testemunhos de alguns deportados afirmam que aqueles que estiveram presos ao mesmo tempo que *Bela Kun*, foram alimentados a milho deteriorado e água retirada de um poço de lavagem de peixe. A outros deportados, não lhes foi autorizado que entregassem quinino a *Bela Kun* e outros ainda foram ameaçados antes de deporem no referido inquérito.¹⁶¹

Raul dos Santos deixa-nos ainda um outro testemunho dos desentendimentos entre Governo e deportados. Logo no início dos anos 30, Raul residia em Díli com Albertino Castanheira, que havia escrito uma carta anónima denunciando que o fornecedor de alimentos aos presos da cadeia local desviava a verba a isso destinada e os presos estavam a passar fome. Segundo o próprio, tal era fácil de constatar pelo aspecto físico dos mesmos. Ao desconfiarem de Albertino como autor de tal carta, as autoridades fizeram uma rusga à casa de ambos. Aí, encontraram um artigo escrito por Raul para o jornal anarquista de Buenos Aires, *La Protesta*, que contava também com a participação de Francisco Ramos Graça. O artigo falava sobre o colonialismo em Timor, denunciando as más condições a que os locais eram sujeitos, trabalhos forçados sem pagamento ou alimento. Situação que Francisco Ramos Graça observava diariamente pois residia em Aileu, onde um grupo de timorenses, recrutado aos reinos pela administração portuguesa, trabalhava na construção das estradas. Com base nesta documentação, as autoridades portuguesas prenderam os dois, Raul e Ramos Graça, em Batugadé. Devido às más condições e à insuficiente alimentação, rapidamente a saúde dos dois se degradou, tendo-lhes valido Albertino Castanheira que lá foi e subornou os locais para lhes darem carne seca. A situação acabaria por ser reportada por um enfermeiro, pelo que Raul dos Santos foi levado para o Hospital em Díli e Ramos Graça foi solto.¹⁶²

Em Abril de 1932, o incidente deu-se no Palácio do Governador, um incêndio propositado. Segundo Grácio Ribeiro, advogado de defesa do acusado, é possível que se tenha tratado de uma tentativa por parte de um grupo que envolvia membros da

¹⁶¹ Rodrigues, 1982: 282 e Cardoso, 2007: 36, 45 60, PT/AHU/MÇ 2871, Processo de inquérito à morte de um deportado em Timor e PT/AHU/2931/1A/MU/GM/MÇ 1917-1935, Deportado Joaquim António Pereira.

¹⁶² Rodrigues, 1982: 275-284.

própria administração e possivelmente alguns deportados “políticos”, alegadamente todos maçons, de depor o Governador em funções. Não foi encontrada documentação que nos permitisse concluir o que de facto sucedeu. Sabemos apenas que Rodrigo Rodrigues, deportado “social” esteve 10 meses preso a aguardar julgamento, tendo sido condenado pelo Juiz do Tribunal de Díli, a 20 anos de prisão. Tudo indica que Rodrigues esteve de facto no local do incêndio, mas que nada teve que ver com o caso. Com efeito, pediu recurso à Relação de Goa e foi ilibado. Por outro lado, um dos funcionários alegadamente envolvido na trama embarcou repentinamente para Lisboa. Sendo que este funcionário era um dos que alegadamente pertencia à maçonaria, ao lermos alguns documentos da época, facilmente se põe a hipótese da referida teoria de conspiração maçónica contra o Governo.¹⁶³

Meses mais tarde, corre a notícia de que havia sido criado pelas mãos de Arnaldo Simões Januário, um movimento clandestino revolucionário, a “Aliança Libertária de Timor” que chegou a ter o seu próprio periódico, enviado aos vários camaradas espalhados pela Colónia.¹⁶⁴ Luís Abreu refere também uma organização do mesmo género, “Socorro Vermelho”, da qual o deportado Cal Brandão seria o presidente. Na tentativa de reprimir estes movimentos, as autoridades enviaram para Ataúro alguns dos envolvidos¹⁶⁵ e mandaram regressar à Metrópole outros quatro.¹⁶⁶ Ataúro foi desde muito cedo conhecida como “local de desterro, dentro do desterro”, ou seja, a ilha-prisão para onde a administração portuguesa enviava aqueles com quem se desentendia, como forma de punição, europeus ou timorenses.

De resto, ao longo da década de 30, vários foram os inquéritos enviados da Metrópole para o Governo da Colónia procurando monitorizar a vida dos deportados. Nestes relatórios podemos observar breves referências a uma tentativa de assassinato do Governador, revoltas das elites locais instigadas pelos deportados, bem como alguns processos datados dos anos 1934-35, onde constam pedidos de levantamento de pena, de autorização de regresso à Metrópole e até de autorização para seguir para Macau, sem dispêndio para a fazenda nacional. Embora em alguns destes processos conste também o parecer positivo do Governador a atestar a boa conduta, a maioria permaneceu na Colónia. Quanto a outros, o indeferimento a tais pedidos deu-se pelo

¹⁶³ Ribeiro, 1934.

¹⁶⁴ Mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=grupo&cid=17&Itemid=46, consultado a 10.9.2013

¹⁶⁵ Rodrigues, 1982: 275-284 e *Juventudes*, nº 4-5, Julho e Agosto de 1975. Ver relação em anexo.

¹⁶⁶ Arnaldo Simões Januário, Raul Pereira dos Santos, Manuel dos Santos Quintas e João Maria Major.

parecer negativo do Governador, declarando tal deportado não se encontrar regenerado. Outros ainda, por exemplo no caso de Simões de Miranda, por ordem enviada pelo Ministério do Interior afirmando que Miranda continuava a pretender trocar correspondência conspirando e dando as suas opiniões discordantes da política do Estado Novo, não só com o seu irmão João, como também com vários centros de propaganda avançada, algo “que a censura por parte das autoridades competentes tem vindo a evitar.”¹⁶⁷ Posto isto e com base em processos encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino, apercebemo-nos que as autoridades e a censura permaneciam atentas à correspondência dos deportados.¹⁶⁸

No que toca às relações dos deportados com as sociedades locais, os testemunhos de dois deportados “políticos”, Paulo Braga e José Grácio Ribeiro, transparecem um pouco as suas formas de estar em Timor. Ambos referem as idas ao mercado como o acontecimento social da semana. Especialmente fora de Díli, o mercado não funcionava apenas como local onde se comprava os produtos necessários para a semana, mas sendo um lugar essencial na sociabilidade timorense, também o passou a ser para os europeus que com eles queriam contactar. No caso dos deportados, com especial importância, pois como vimos anteriormente, estavam impedidos de se relacionarem com os restantes europeus, ficando restritos a relacionarem-se somente entre eles ou com a população timorense. Por outro lado, para Timor, só foram deportados homens. Mulheres europeias a residir na Colónia seriam somente as senhoras que acompanharam os maridos que para ali foram destacados como militares ou administrativos e eventualmente, as filhas destes. Ora, se no geral as relações com a administração não eram boas, imaginamos que relações entre os deportados e estas mulheres fossem raras e assim, o mercado era o local onde os deportados procuravam conhecer mulheres timorenses, habitualmente conhecidas por *nonas*. Já lá iremos.

Focando-nos para já nas idas ao mercado, a personagem principal da obra literária *Caiúru*, refere: “na frente íamos nós, os europeus, a seguir as *nonas* e os criados no fim. Os auxiliares tinham partido já, a pé, por atalhos impérvios e só deles conhecidos.” “Eu e mais dois ou três camaradas levávamos nas cabeças o clássico

¹⁶⁷ PT/ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 475, [pt. 2/92].

¹⁶⁸ BOT, 27.11.37, NAA, 18102:15, PT/AHU/2780/1A/SEMUMU/GM/MÇ/1910-1935, PT/AHU, ISAU, Maço 1727, PT/ANTT, Ministério do interior, Gabinete do Ministro, Mç 468, Pt.20/2 e Mç. 475, [pt. 2/92].

capacete colonial, mas alguns iam em cabelo. Vestíamos todos camisas de caqui e calças brancas. As *nonas* envergavam as suas melhores e mais vistosas cabaias e cambatis de seda colorida. Algumas mostravam vaidosamente as suas cabaias brancas com punhos e rebordos de renda bordados”. “Os criados envergavam lipas e casacos e enrolavam nas cabeças, à maneira de turbantes, lençõs grandes e vermelhos”. Já no mercado, referindo-se aos europeus, o autor faz uma afirmação um tanto contraditória, contudo à falta de outros testemunhos, não quisemos deixar de a citar: “quantos obrigavam os nativos a vender-lhes os produtos por um preço arbitrário e imposto e quantos compraram cavalos ou tiveram *nonas*, usando de violências e extorsões? Mas quero ser justo afirmando que a maioria reprovava tais métodos e que um único civil se serviu deles, que eu saiba. Um outro costume, este mais condenável, que se generalizou entre os camaradas, foi o de espancar os auxiliares a propósito de tudo e de nada”.¹⁶⁹ Da mesma forma, as descrições do autor transparecem que seria comum europeus baterem nas *nonas* como punição a algo que o europeu acharia que a *nona* tivesse feito errado.¹⁷⁰ Em trabalho de campo, não ouvimos qualquer referência a esta forma de estar dos deportados em particular, contudo, sabemos que a distância temporal e a condição de portuguesa da investigadora podem condicionar os relatos. Segundo um dos netos do deportado Álvaro Damas “o meu avô era uma pessoa muito restrita mas era um socialista. Quando vinha a família de Liquiçá, o que ele comia, os outros comiam também”.¹⁷¹ Ouvindo este testemunho, apercebemo-nos que Álvaro Damas não tinha qualquer problema em sentar-se na mesma mesa que a família da mulher, tratando todos de igual para igual, contudo, apercebemo-nos também que muito provavelmente seria a exceção à regra. Com efeito, em campo é comum ouvir-se falar na *rota* e num dos métodos de aprendizagem utilizados nos colégios. A *rota* era um objecto concedido juntamente com a bandeira portuguesa pelas autoridades administrativas portuguesas aos *Liurais*, como objecto simbólico de poder. Quando perguntamos a algum timorense mais antigo onde aprendeu a falar tão bem português, é comum ouvir-se a resposta que terá sido à força da *rota*. Quando alguém falava em Tétum, lá ia o professor buscar a *rota*. Por vezes, o mesmo acontecia com algum *Liurai* que quisesse punir um súbdito seu.¹⁷² Ou seja, foi um termo cujo significado começou por representar o objecto simbólico de poder concedido pelos europeus, para

¹⁶⁹ Ribeiro, 1939: 145.

¹⁷⁰ Ribeiro, 1939: 137.

¹⁷¹ Entrevista a Vitorino e Filomeno Amado, Dili, 28.12.2013.

¹⁷² Entrevista a José Silva, Moro, 4.10.2014;

depois ser alargado e definir também o objecto utilizado para castigar, pelo que se depreende que, embora não necessariamente os deportados, certos europeus assumiram essa postura.

Relativamente às relações entre os deportados e mulheres timorenses, embora se trate de um romance, o livro *Caiuru* escrito por Grácio Ribeiro, deixa-nos o testemunho de algumas descrições que transparecem a forma de estar de alguns deportados em Timor e ainda como alguns relacionamentos entre deportados e mulheres timorenses aconteceram. O termo *nona*, que na língua malaia significa “menina”, em Timor Português era utilizado para designar as mulheres que viveram relações maritais com europeus. Dependendo dos tempos, este termo sofreu alterações quanto à sua conotação, mais ou menos pejorativa. Uma das razões para tal acontecer, transparece por exemplo em dois episódios em que o autor descreve a ida de alguns homens ao mercado. A caminho, a personagem principal diz a um amigo que o acompanha: “trago comigo toda a minha fortuna, cinquenta patacas para comprar uma mulher”, ao que o amigo, um deportado de 1927, lhe responde: “com esse dinheiro até se pode dar ao luxo de comprar duas”.¹⁷³ Numa outra situação, em conversa com a sua *nona*, a personagem principal diz-lhe: “tu sabes, *Caiurú*, que te comprei a teu pai? És uma coisa que me pertence, em absoluto.”¹⁷⁴ Ambos os episódios aludem à “compra” da mulher. Algo que com a introdução dos valores morais católicos ao longo do século XX, passou a ser condenável embora, como já vimos, em Timor, tradicionalmente, oferecer um valor pela mulher era uma situação usual e culturalmente aceite. Tal não era entendido como a “compra” da mulher porque também a família desta tinha de responder com presentes. Trata-se aliás de uma discussão bastante controversa ainda nos dias de hoje.¹⁷⁵

Ainda sobre este assunto, no livro em análise, o autor descreve uma cena em que a personagem principal se encontra num mercado e vê uma linda timorense, ficando a observá-la. Dando mostras de pretender aproximar-se, numa atitude defensiva, imediatamente a família a rodeia e leva. Mais tarde, um camarada, que deduzimos ser Manuel Viegas Carrascalão, explica-lhe tratar-se da herdeira do Reino de Maubara e que o autor nunca terá dinheiro ou argumentos para a conseguir

¹⁷³ Ribeiro, 1939: 103-106.

¹⁷⁴ Ribeiro, 1939: 224.

¹⁷⁵ Seixas, 2010:115-122; Gonçalves, 2012; Silva, 2015; Silva, s.d., Entrevista com Luís Filipe Thomaz.

barlaquear.¹⁷⁶ Alguns capítulos adiante, é-nos descrita uma cena em que um timorense explica ao autor que “um deportado” nunca terá dinheiro ou estatuto para casar e pagar o dote de uma rapariga oriunda de uma família real. Ao longo desta mesma obra bibliográfica, podemos constatar que o “ser português” era um estatuto considerado pela comunidade timorense: convidavam-nos para as festas e celebrações, sentavam-se à mesma mesa para tomar as refeições, tinham direito a dirigir as caçadas em pé de igualdade de membros de famílias reais, mas, a ideia de um casamento entre um deportado e uma rapariga oriunda de uma família real, parecia ser algo impensável. Então, a reação da família de *Caiúru*, negando por completo a hipótese de integrar este homem na sociedade tradicional timorense através de uma eventual ligação marital, explica-se pelo facto de o homem ser deportado, por ser português ou simplesmente uma atitude de proteção da rapariga?¹⁷⁷

Ora, assim, não nos parece que algum deportado tenha celebrado o *barlaque*, conforme os termos vistos no capítulo anterior. Desta geração, não foram encontrados registos de um *barlaque* entre um elemento da família real e um deportado, ainda que no próximo capítulo tenhamos a situação do casamento de um filho de um deportado com a filha do *Liurai* de Barique. Contudo, efectivamente os deportados mantiveram relações maritais, casaram-se e tiveram filhos. Reconstruíram família em Timor. Então como se processaram estes relacionamentos?

Organizando toda a informação que conseguimos reunir ao longo do tempo desta investigação, quer por documentos, quer por entrevistas em campo, concluímos que dos cerca de 85 deportados que em inícios da ocupação japonesa se encontravam em Timor, pelo menos 38 deportados estabeleceram relações maritais duradouras com mulheres de origem timorense, com quem tiveram filhos e pelo menos 15 deportados casaram oficialmente com mulheres de origem timorense, com quem tiveram filhos.¹⁷⁸ Importa aqui assinalar que antes da ocupação japonesa, somente um deportado casou oficialmente com uma mulher timorense. Os restantes casamentos realizados antes da ocupação, cerca de seis, foram celebrados entre deportados e mulheres europeias, mestiças ou de ascendência chinesa.¹⁷⁹ Durante o tempo de exílio

¹⁷⁶ Ribeiro, 1939: 73.

¹⁷⁷ Ribeiro, 1939: 115.

¹⁷⁸ Ver relações em anexo.

¹⁷⁹ António Gonçalves, Raul Honório, Manuel Tavares da Silva, José Alves Jana, Joaquim Carraquico e Carlos Cal Brandão.

na Austrália realizaram-se quatro casamentos¹⁸⁰ cujas as mulheres tinham diferentes origens e já depois da guerra foram celebrados os restantes, sendo que então, as penas de deportação já haviam sido levantadas.

Relativamente ao registo civil em Portugal e respectivas Colónias, foi algo que surgiu somente com a implantação da República, pelo que, até então, todos os casais que quisessem oficializar a sua união junto das autoridades tinham que o fazer através da Igreja. Embora Portugal ainda nos dias de hoje seja um país de forte tradição católica, importa relatar o caso do deportado Luís José de Abreu: nascido em 1887, mas registado somente em 1902, pois o pai, comunista e anticatólico, aguardava que fosse implementado o sistema de registo civil. De resto, não foi encontrada nenhuma legislação que impedisse o casamento entre europeus, deportados ou não, e naturais das Colónias, contudo, sabemos que grande parte dos elementos do grupo em questão partilhava das mesmas ideias que o pai de Abreu, pelo que, naturalmente, também eles resistiram a recorrer ao registo católico como forma de oficializar as suas relações, o nascimento dos seus filhos, etc... Finalmente, é relevante também ter em conta que à data, certamente, o registo civil seria algo relativamente novo e ainda muito incipiente na Colónia. Ora, se nem as autoridades portuguesas nem tão pouco as famílias das mulheres (como já vimos, o casamento oficializado pelas autoridades portuguesas não era algo a que as famílias timorenses aderissem) pressionaram a oficialização dos casamentos, é natural que estes homens não tenham tido a necessidade de o fazer, embora tal não signifique que não encarassem tais relações com seriedade. A título de exemplo, dos quarenta deportados que se refugiaram na Austrália, trinta e um levaram consigo as respectivas famílias, facto que demonstra a seriedade com que eram consideradas. Somente enquanto o exílio na Austrália (1942-45) ou em vias de viajar para Portugal, interessava oficializar tal relação a fim de poderem residir e viajar enquanto marido e mulher e o Estado pagar tais despesas.

Infelizmente, em Timor não existe tal coisa como o registo escrito da vida social tradicional, pelo que informações detalhadas sobre os acordos e respectivos detalhes dos relacionamentos estabelecidos entre os deportados e as famílias das mulheres, são algo que se perdeu com a história oral. Contudo, conversando com *Katuas* timorenses, apercebemo-nos que da mesma forma que se negociava um valor a

¹⁸⁰ Laborinho, 1944: 513; Domingos Bezerra dos Santos, Francisco Guedes Palmeira, António Augusto e Rodrigo Rodrigues.

oferecer à família da noiva num casamento tradicional timorense, também aos europeus era pedido um valor a fim de poder viver maritalmente com uma mulher. Valor esse que aumentava consoante a posição social da mulher. Um dos netos de Álvaro Damas chega mesmo a afirmar: “o avô não *barlaqueou* com a cerimónia tradicional integral mas, ainda que simbolicamente, deve ter pago com certeza o dote porque isso é sempre necessário.” Assim, conforme a análise feita no capítulo anterior sobre formas de relacionamento tradicionais entre homem e mulher timorenses, parece-nos viável a hipótese do *hafôli* como forma de relacionamento estabelecida entre os deportados e mulheres timorenses: muito semelhante ao *barlaque* no que respeita à valorização da noiva, embora não implique o compromisso de aliança ou o sistema/ciclo de famílias tomadoras ou doadoras de mulheres. Este parágrafo torna-se especialmente relevante pois em comunicações feitas publicamente sobre o tema, vários elementos timorenses da plateia imediatamente contestaram a possibilidade de um deportado celebrar o *barlaque* porque tal se trata de algo bem mais complexo que uma simples relação marital. Numa sociedade que se organiza em torno da comunidade como um todo, esta é uma forma de relacionamento entre duas Casas, uma forma de compromisso de ajuda mútua na produção agrícola, guerra, etc... segundo alguns timorenses com quem conversámos, um ciclo no qual um *malai*, um único indivíduo, nunca entraria através do casamento.¹⁸¹ Contudo, como vimos, uma vez que o termo se generalizou a todas as formas de relacionamento entre marido e mulher timorense, esta análise foi algo complexa de ser formulada.

Acordado o valor a pagar, a mulher mudava-se para casa do europeu, passando a viver maritalmente com ele. Por norma, a mulher não era baptizada e como tal, não tinha um nome católico, leia-se português. Os timorenses tinham um nome tradicionalmente timorense, a que o catolicismo denominou de nome “gentio”. Assim, em várias situações de relações maritais entre os deportados e mulheres timorenses, aconteceu que o deportado atribuiu um nome “português” à mulher com quem vivia. Isso mesmo se pode verificar na obra literária em análise, na qual o personagem refere que “*Caiúru* (a rapariga com quem mantinha um relacionamento) pediu-me que lhe pusesse um nome europeu, tal como era costume fazerem todos os brancos às suas *nonas*”. Embora a personagem do livro afirme ter-se recusado a fazê-

¹⁸¹ Comunicações apresentadas na Asosiasaun HAK, Díli, 19.11.2014 e na Biblioteca por Timor, Lisboa, 13.01.2015.

lo por “ser algo deslocado da personalidade de selvagem da *nona*”,¹⁸² vários o fizeram. Em diversas situações torna-se bastante óbvio ao verificarmos que o nome da mulher é o mesmo que o da mãe do deportado. Pelas circunstâncias históricas de Timor-Leste, ou até mesmo porque o deportado não encorajou as relações dos filhos com a família materna, várias famílias perderam esta ligação. A investigação em curso parece ter suscitado a curiosidade por laços e memórias há muito esquecidos, tendo surgido casos de famílias a pediram-nos auxílio no sentido de reencontrar a família materna timorense. Infelizmente, passados tantos anos, especialmente pela referida atribuição de nomes europeus, perdendo o nome original, o dito “gentio”, reencontrar os laços familiares maternos torna-se um desafio difícil de superar.

Já a residirem juntos, o casal permanecia junto enquanto os dois entendessem. Situações ocorreram em que o casal se separou, quer por vontade do homem, como por vontade da mulher. Algo que, segundo diversos autores da época, também seria usual num casal timorense, caso as condições pré-acordadas não fossem cumpridas. Conforme visto no capítulo anterior, aquando da negociação do *barlaque*, uma das questões negociadas é o poder paternal sobre os filhos do casal. No caso dos deportados, seria interessante tentar compreender como ficaram determinadas tais condições. Logo no início dos anos 30, alguns deportados decidiram enviar os filhos para Portugal,¹⁸³ ficando entregues às famílias paternas, a fim de aí serem educados. Segundo a família, depois de Manuel Simões de Miranda o fazer, Laura Sequeira Ximenes, com quem este mantinha uma relação marital e de quem teve três filhos, deixou-o. Terá Manuel desrespeitado os costumes locais ou o pré-acordo relativamente aos filhos, dando motivo a Laura para o abandonar?¹⁸⁴

Outra situação também usualmente praticada em relacionamentos timorenses é a de levirato e sororato. Ou seja, em caso de fim de relacionamento, geralmente por viuvez, o homem ou a mulher iniciarem nova relação com uma das irmãs ou dos irmãos do parceiro anterior.¹⁸⁵ Esta situação ocorreu com pelos menos dois deportados: Simões de Miranda que depois de Laura o deixar, iniciou uma relação marital com a sua cunhada Áurea; e Gordinho que após a morte da mulher, iniciou

¹⁸² Ribeiro, 1939: 175.

¹⁸³ De que se tenha conhecimento foram Jaurés Américo Viegas, Jacinto Estrela, Francisco, Ureña Prieto, José Gordinho e Manuel Simões de Miranda.

¹⁸⁴ Entrevista a Emília e José Simões de Miranda, Aveiro, 26.3.2013.

¹⁸⁵ Duarte, 1984: 52.

uma relação marital com a sua cunhada Rosa.¹⁸⁶

De resto, numa outra obra literária da autoria de Grácio Ribeiro, referindo-se aos deportados chegados em 1927, afirma: “em 1931, ainda havia 60 desses moços e a maioria deles teve filhos de indígenas timorenses e vivia em casas modestas, trabalhando dignamente nos serviços ou no comércio”, “havam deixado de ser jovens irrequitos para passarem a ser chefes de família. Residiam quase todos nos arrabaldes, em casas de palapa e ali passavam os seus dias com as suas famílias.”¹⁸⁷ Pelo testemunho de João, filho do padeiro Simões de Miranda, ficamos com uma pequena ideia de como seria a padaria do pai e a casa onde a família morava. A Padaria Europeia, assim se chamava, situada na actual Av. Bispo de Medeiros e cujo o edifício persistiu até 2010, “era feita de alvenaria, grande, branca e tinha um alpendre”. Quanto à casa onde moravam, lembra-se “de ser grande, com paredes de palapa, telhado de capim e soalho de madeira. Os empregados cozinhavam numa divisão externa e não havia água corrente. Tomávamos banho em alguidares grandes, de lata,”¹⁸⁸ dinâmica que ainda hoje se mantém em muitas casas timorenses, especialmente nos municípios do interior do território. Há que ter em conta que na época, havia um número muito reduzido de casas em alvenaria, sendo que a maioria pertencia à administração portuguesa.

Assim, em jeito de conclusão sobre este tópico, apercebemo-nos que de uma forma geral, ao longo dos anos 30, especialmente em Díli, as relações dos deportados com a administração portuguesa mantiveram-se complicadas. A trabalhar como organizadores das tarefas realizadas por mão-de-obra timorense nas obras públicas, foram com certeza os europeus que mais contactaram com as sociedades locais, embora sempre numa relação de poder. Finalmente, relativamente às ligações que estabeleceram com mulheres timorenses, conforme referido, assumiram os traços culturais que lhes foram impostos pelo contexto da época.

3.2. A II Guerra Mundial e as Ocupações Estrangeiras (Dez.1941-Set.1945)

3.2.1. Ocupação aliada (Dez.1941-Jan.1943)

Em plena II Guerra Mundial, com palcos de guerra espalhados por todo o globo, os alemães a invadirem a Holanda e os japoneses a expandiram-se pela Ásia,

¹⁸⁶ Policarpo, 2003 e Entrevista a Emília e José Simões de Miranda, Aveiro, 26.3.2013;

¹⁸⁷ Ribeiro, 1934.

¹⁸⁸ Entrevista a Manuel Simões de Miranda, Cacém, 1.5.2013;

Timor tinha uma posição geoestratégica ideal para os japoneses lançarem um ataque à Austrália, ou pelo contrário, estava posicionado na primeira linha de defesa que circundava o território nipónico. Era uma peça fundamental no teatro de guerra mas, sem meios para se defender.

Em inícios dos anos 40, as forças militares da Colónia eram compostas por duas companhias militares: a Companhia de Caçadores com cerca de 280 elementos, dos quais, 3 oficiais a comandar, cerca de 30 militares europeus e mestiços e mais 250 timorenses. Sediada em Díli, não havendo instalações de acomodação, os militares viviam cada um em sua casa, com a sua família. A segunda, de inferiores dimensões, contava com cerca de 90 elementos e estava sediada em Oecussi. À parte destas duas companhias, havia ainda os arraiais recrutados junto das elites locais quando necessário e como tal, com pouco treino militar. O armamento era igualmente escasso e antiquado, sendo o deportado José Serafim Martins, enquanto serralheiro, quem ia habilidosamente consertando o armamento velho.¹⁸⁹

Ao longo dos anos 30, japoneses e aliados foram-se infiltrando no território, intensificando-se esta situação com o início da Guerra. Distribuindo funcionários e respectivas mulheres pela Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho (companhia na qual também investiram capital), pelo consulado japonês e pela *Dai Nippon Airways*, os japoneses conseguiram aumentar o número de espiões no território, ao que os aliados responderam enviando também representantes seus: o cônsul inglês David Ross, funcionários para companhias exploradoras de petróleo, etc... Tendo Lisboa ordenado que a posição oficial relativa à guerra fosse de estrita neutralidade, a tudo isto assistia a população da Colónia de Timor, com muita apreensão.

Em meados de 1941, as visitas dos cônsules inglês e japonês ao Governador eram feitas diariamente e assim se foi conseguindo, de uma forma muito diplomática, e apesar de vários incidentes, manter a ordenada posição de neutralidade. Incidentes esses que incluíram a interrupção de dois jantares entre o Governador e Cônsul japonês, nos quais se oficializavam os acordos para o estabelecimento da carreira aérea Díli-Palau, por calhaus atirados por um deportado, ou, ainda mais grave, um ataque holandês a dois navios japoneses ao largo de Ataúro. Contra ordens

¹⁸⁹ Liberato, s.d.: 22.

portuguesas, os holandeses aprisionaram um dos navios, tendo o segundo naufragado sem deixar sobreviventes.¹⁹⁰

Logo após a declaração de Guerra do Japão aos aliados, Inglaterra começou a pressionar Lisboa para que enviasse reforços militares para Timor a fim de defender a neutralidade de um território fundamental para o tabuleiro da guerra entre o Japão e a Austrália. Contudo, a fraca capacidade das forças militares portuguesas, a longa distância e a falta de tempo para fazer chegar os reforços, permitiu apenas o envio de uma pequena comissão que já se encontrava em Lourenço Marques.¹⁹¹

Posto isto, era o próprio Governador a admitir que seria difícil fazer cumprir por todos os cidadãos, a ordenada neutralidade. Ferreira de Carvalho acrescentava, num território onde os poucos funcionários eram mal pagos e que só pensavam em terminar o serviço e regressar a casa, que havia sido relegado a Colónia Penal e onde as convivências entre australianos e o geral da população civil iam gerando relações de proximidade, evidenciadas ainda mais quando a Rússia entrou na Guerra ao lado dos aliados, dificilmente se conseguiria cumprir as ordens do Governo central. Com efeito, Chamberlain informa-nos que já havia em Díli uma organização constituída pelo Tenente Pires e pelos deportados políticos Cal Brandão e Moreira Júnior que estando contra o regime e sendo pró-britânicos, estavam preparados para declarar a independência de Portugal e formar Governo em Timor, caso a Alemanha tomasse o poder em Portugal. Um dos relatórios escritos por David Ross, o cônsul inglês em Timor, acrescenta que tinham sido os próprios quem havia informado o exército australiano de uma revolta interna iminente, contra a qual a tropa seria inútil na defesa do Governo oficial em Timor e à qual os colegas deportados facilmente adeririam. Assim, segundo Ross, depois da sublevação, facilmente os aliados poderiam tomar o controlo militar no sentido de manter a ordem.¹⁹² Foi nestas condições e argumentando a proximidade de submarinos japoneses que, em Dezembro de 1941, os comandos militares australiano e holandês¹⁹³ forçaram o desembarque das suas tropas

¹⁹⁰ Cal Brandão, 1946.

¹⁹¹ Callinan, 1953: 10.

¹⁹² Carvalho, 2003 e Chamberlain, 2010: 5-10.

¹⁹³ A companhia australiana Independente 2/2 com cerca de 330 homens e a holandesa, com cerca de 800 homens, na qual apenas os comandos eram holandeses. Os soldados eram na sua maioria de origem javanesa que não se identificavam com as motivações da guerra, causando inúmeras deserções. Casos houve de elementos que depois viriam a integrar as colunas negras.

em Timor, quebrando o acordo previamente feito, de que o auxílio militar aliado seria dado somente em caso de ataque e não para a prevenção do mesmo.

Mal entraram em Díli, logo as tropas estrangeiras prenderam todos os japoneses e alemães residentes na ilha, depois do Governador se recusar a fazê-lo. Receando a espionagem pró-japonesa, interromperam a telegrafia e insistiram que a Companhia de Caçadores fosse transferida para Maubisse a fim de se evitar conflitos de autoridade com as tropas aliadas. Estas duas últimas medidas muito contestadas pela população civil, pela distância a que ficaram as suas forças militares e por se tornar impossível transmitir notícias imediatas à família. Quando chegou a notícia que o navio João Belo vinha de Lourenço Marques a caminho da Colónia, com tropas e mantimentos, imediatamente começaram os preparativos para saída das tropas estrangeiras e a entrada das portuguesas. Contudo, por esta altura, já os japoneses dominavam os mares da região pelo que Portugal se viu obrigado a pedir um salvo conduto para conseguir que o navio conseguisse chegar a Timor. Tendo-lhe sido negado, o Governador viu-se obrigado a aceitar a presença das tropas aliadas no território, sob o argumento de auxílio no caso de uma invasão japonesa. Logo no início de 1942, um desentendimento entre os altos comandos australianos e holandeses ditaram a transferências das tropas australianas para o interior, passando os dias em exercícios de treino e reconhecimento do terreno. Em Díli ficaram somente as tropas holandesas.

3.2.2. Ocupação japonesa (Fev.1942-Set.1945)

A 8 de Fevereiro de 1942 deu-se o primeiro ataque aéreo japonês que atingiu Díli, sem deixar baixas. A 20 de Fevereiro avistam-se navios japoneses ao largo de Díli. As forças holandesas começam por atacar, mas rapidamente os comandos se decidiram pela retirada depois da debandada de vários soldados javaneses. Também as tropas australianas ainda ensaiaram a retirada para território holandês, mas a invasão japonesa, também nas Índias holandesas, obrigou os comandos holandeses e as tropas australianas a regressar a Timor Português, embora permanecendo no interior. Assim, sem qualquer aviso ao Governador, tendo as tropas aliadas quebrado o acordo de auxílio em caso de agressão e com as tropas portuguesas deslocadas em Maubisse, a cidade de Díli ficou completamente desprotegida face ao desembarque de

cerca de 1000 soldados japoneses, tendo o geral da população apressado a fuga para o interior.¹⁹⁴

Em conferência entre o Governador e o alto comando japonês, confirmou-se neutralidade portuguesa e ficou acordado que o desembarque das tropas não pretendia a hostilidade face à população de Timor Português, mas antes face às tropas aliadas que ali se encontravam, pelo que as comunicações internas e externas foram imediatamente restituídas. Não obstante, foi imposta a cada cidadão a obrigatoriedade de porte de um salvo conduto passado pelas autoridades militares japonesas, sem o qual não seria permitida a circulação no território. Talvez por se terem apercebido que alguns deportados já tinham criado amizade com os aliados, os japoneses proibiram que lhes fosse atribuído o salvo conduto. Só perante a insistência do Governo, afirmando terem estes autorização das próprias autoridades portuguesas a aceder aos postos do interior, é que o comando japonês aceitou.¹⁹⁵ Ameaçados de prisão todos aqueles que não o solicitassem, a todos os momentos era forçada a exibição deste documento, “ao capricho que qualquer japonês que o exigisse, quer a simples particulares, quer a funcionários públicos no desempenho das suas funções.”¹⁹⁶ De resto, as agressões por parte dos soldados japoneses ao geral da população eram constantes e incluíam roubos generalizados, em busca de meios de subsistência. Assim, a maior parte dos europeus que residia em Díli, viu-se obrigada a pedir abrigo noutras regiões, especialmente em Lahane, onde também funcionava a Missão Católica. A partir de então, regressar à vida do dia a dia e restituir dos serviços públicos, etc... tornara-se algo difícil tanto porque várias repartições públicas e casas particulares haviam sido ocupadas, como também porque as pessoas optaram por se refugiarem no interior, em casa de familiares ou conhecidos, tentando evitar o contacto sempre hostil com os soldados japoneses que se apropriaram de géneros, medicamentos, reservas de gasolina, etc... O abastecimento da cidade e reposição do comércio eram desafios constantes, acções que tinham de ser altamente negociadas entre as autoridades japonesas e portuguesas no sentido de evitar conflitos, roubos, não produção, etc...¹⁹⁷

¹⁹⁴ Carvalho, 2003.

¹⁹⁵ Laborinho, 1944: 282.

¹⁹⁶ Ver em anexo um exemplar do salvo conduto (Laborinho, 1944: 48 e 49).

¹⁹⁷ Carvalho, 2003: 238.

No seguimento disto, intensificam-se os auxílios e até a cooperação com os soldados australianos. Em Março de 1942, numa altura em que a frente de guerra estava já muito complicada para as forças australianas, que não tinham forma de comunicar com o exterior e, tendo o Governo Australiano dado baixa dos soldados em Timor, numa operação articulada entre o deportado Pedro Guia de Oliveira e Júlio Madeira conseguiram roubar um aparelho emissor de rádio na estação de Taibessi, com o qual se conseguiu voltar a contactar com Darwin. A partir desse contacto o Governo Australiano retomou e reforçou o apoio a Timor Português.¹⁹⁸ Uma outra situação envolveu a cooperação de dois deportados, que viviam numa cabana perto do aeroporto. Ao verem que sempre que chovia os soldados japoneses abandonavam os seus postos deixando o armamento sem vigilância, um dia decidiram roubar-lhes as armas provocando grandes agitações entre as forças japonesas que pensaram ter sido obra de tropas australianas.¹⁹⁹ Fora as relatadas situações, muitas outras que ficaram por registar, deverão ter acontecido. Os soldados australianos encontravam-se dispersos pelo território, necessitando de se alimentar, dormir e fazer a sua higiene pessoal pelo que, entre as populações timorenses e europeia, muitos hão de ter sido os auxílios às colunas australianas. Aos poucos e informalmente, começou-se também a formar a Brigada Internacional. Segundo o Comandante Australiano *Callinan*, tratava-se de colunas clandestinas constituídas por um número variável de deportados. Uma vez que estes constituíam o maior grupo de europeus a viver na Colónia e que viviam já há alguns anos dispersos por todo o território conheciam muitíssimo bem o terreno e as suas gentes. Assim, para além de combaterem, também estabeleciam pontes de ligação entre os australianos e as elites timorenses que lhes facilitavam géneros, refúgios, guias, cavalos, etc...²⁰⁰ É também *Callinan* quem nos faz o relato mais completo da captura de Fernando Martins, o deportado que alegadamente interrompera os dois jantares entre o Governador e Cônsul japonês nos quais se oficializavam os acordos para o estabelecimento da carreira Díli-Palau, atirando calhaus ao local. Segundo o Comandante Australiano, tendo Martins incorporado a Brigada Internacional, foi capturado durante o raid de uma patrulha a Díli. Tendo havido um encontro inesperado com uma numerosa coluna japonesa foi capturado,

¹⁹⁸ Carvalho, 2003: 246-250 e Carvalho, 1972: 40.

¹⁹⁹ Callinan, 1953: 155.

²⁰⁰ Callinan, 1953: 185. Embora os deportados tivessem a liberdade restringida à sua área de residência, a maior parte dos deportados haviam trabalhado como capatazes nas diferentes obras e plantações do Estado espalhadas por todo o território, pelo que conheciam bem o terreno.

colocaram-lhe uma corda por debaixo dos braços atada a um cavalo e arrastaram-no até ao campo de aviação de Díli.²⁰¹ A partir de então, conforme previamente acordado entre Martins e Carrascalão: “aquele que sobrevivesse à guerra tinha a obrigação de tomar conta dos filhos do outro” e assim, as quatro filhas do primeiro foram acolhidas pela Família Carrascalão.²⁰²

Com o passar do tempo, os soldados japoneses começaram a fazer incursões pelo interior, acabando sempre severamente atacados pelas tropas australianas que se encontravam nas montanhas, resistindo pela tática de guerrilha. Longe das hostilidades japonesas, as convivências entre os soldados australianos e o geral da população civil iam gerando relações de proximidade e de ajuda. Assim que os japoneses se apercebem disso, agravaram-se as agressões. Por exemplo, em Maio de 1942, deu-se a primeira incursão dos japoneses ao Remexio. Timor ficara completamente isolado e sem contacto com o exterior dias antes, pelo que a atitude dos japoneses estava a ficar mais agressiva. Iam a subir a encosta vindos de Díli, tendo sido atacados por tropas australianas pelo que, quando se aproximaram, vinham já numa atitude de vingança, com cães de ataque e incendiando casas. Ao questionarem o deportado Francisco Graça se havia australianos na zona, este respondeu que não, embora tivesse estado a falar com eles momentos antes. Na realidade, os australianos estavam na povoação e tinham-se escondido quando viram a coluna dos japoneses aproximar-se. Quando estes já se estavam a afastar, os australianos atacaram-nos novamente com rajadas de metralhadoras, pelo que as tropas nipónicas voltaram para trás, entraram em casa de Francisco Ramos Graça e mataram-no a si e à sua família com baionetas. Depois, passaram-lhe uma corda ao pescoço e lançaram-no de uma ravina onde viria a ser encontrado dias depois.²⁰³ Apesar das fontes só terem registado a baixa deste europeu neste ataque, por exclusão de partes, imaginamos que Rosa, companheira do deportado Arsénio José Filipe e mãe de Natalina e Noémia Filipe também tenha morrido neste dia. Conta-nos a família que ouvindo as tropas nipónicas a aproximarem-se, receando confrontos, precipitaram a fuga. Já depois de terem deixado a casa, Rosa insistiu em voltar atrás para vir buscar umas botas esquecidas, tendo sido surpreendida pelos japoneses que

²⁰¹ Carvalho, 2003: 277 e Cardoso, 2007: 244.

²⁰² Callinan, 1953: 185, Carvalho, 2003: 277, Cardoso, 2007: 244, Entrevistas a M^a Natália Carrascalão, Lisboa, 6.6.2013 e a Mário Carrascalão, Díli, 1.5.2014.

²⁰³ Brandão, 1946: 73, Carvalho, 2003: 227 e Laborinho, 1943: 63 e 194.

deitaram fogo à casa com a senhora lá dentro.²⁰⁴ Presumimos que muitos mais timorenses tenham morrido neste e em muitos outros ataques mas, infelizmente, grande parte dessas baixas permanecem anónimas.

Como forma de protesto contra a presença das forças invasoras, o Governador optara por voluntariamente se entregar à prisão domiciliária. A certa altura, tendo em conta os constantes bombardeamentos por aviões australianos, por sugestão das forças australianas (embora secreta), o Governador optou por transferir a sua residência e serviços e tentar concentrar a população civil na região de Baucau, no sentido de possibilitar que as pessoas continuassem a viver o seu dia a dia normalmente, longe da constrangedora presença nipónica. Ao longo de algumas semanas, durante as quais, secretamente, se negociou um intervalo nos bombardeamentos com as forças australianas, todos os serviços, mobília, documentação e inclusive a família do Governador, seguiram para Baucau. Mobilizadas todas as ajudas possíveis, também os deportados auxiliaram com todos os meios que possuíam: três camionetas, dois automóveis e muita gasolina, tendo apenas cobrado o valor da mesma e mais nada. Segundo o Governador, sendo este um bem já muitíssimo escasso por esta altura, optou por não questionar sobre a proveniência de tal gasolina. O Governador já se encontrava dentro do carro, pronto a partir quando os deportados Serafim Martins, Jaurés Viegas e um outro deportado cujo nome o Governador diz não se lembrar, correram para lhe entregar os quadros dos Exmos. Srs. Presidente da República, Óscar Carmona, do Presidente do Concelho, Oliveira Salazar, e ainda de Celestino da Silva, antigo Governador da Colónia (1894-1908) que haviam ficado esquecidos na sede de Governo. Ferreira de Carvalho afirma ter sido este acto uma grande lição de patriotismo, já que estes senhores haviam sido deportados precisamente pela divergência de ideias políticos entre os próprios e os retratados.²⁰⁵ Quando o Governador se encontrava já a sair de Díli em direcção a Baucau, um posto de controlo não autorizou a sua passagem, obrigando-o a regressar a casa, pelo que durante todo o tempo da ocupação (1942-45) o Governador Ferreira de Carvalho permaneceu em Díli, em prisão domiciliária.

²⁰⁴ Entrevista a Dulce Martins, Portugal, 4.7.2013.

²⁰⁵ Carvalho, 2003: 302-307 e 316.

3.2.3. Colunas negras (Ago.1942 – Set.1945), revoltas contra as autoridades portuguesas (Ago.1942) e zona de “proteção” (Out.1942 – Set.1945)

A partir de meados de 1942, o desembarque de cerca de 300 naturais de Atambua contribuiu para a formação das Colunas Negras, milícias formadas pelas tropas japonesas, embora sob o comando directo de javaneses armados com carabinas holandesas, dando a entender serem os soldados que haviam desertado do exército holandês.²⁰⁶ Até ao final da guerra, as Colunas Negras seriam responsáveis por inúmera violência gratuita e várias atrocidades: roubos e pilhagens a casas, meios de transporte, géneros, assassinatos, violações, torturas, instigação de revoltas, etc... tanto à população civil como à Administração Portuguesa e sempre sob o argumento que tal violência era exercida pelas Colunas Negras e não pelo exército japonês, que alegava nada ter que ver com o assunto. Ao serem questionados porque andavam as patrulhas japonesas sempre rodeados destas colunas, argumentavam serem estes os seus guias e carregadores.

Instigadas pelos japoneses e agora com o auxílio das colunas negras, estalam algumas revoltas contra a administração portuguesa, essencialmente em Bobonaro, Maubisse e Turiscai. Com base nos testemunhos do médico José dos Santos Carvalho e de Dr. Custódio Noronha, Delegado do Procurador da República da Comarca de Díli, sabemos que a revolta de Bobonaro, região fronteiriça, foi instigada pelas forças japonesas, uma vez que o pelotão de polícia daquela região havia sido por elas desarmado muito recentemente, tendo as armas aparecido nas mãos dos revoltados. Segundo os mesmo testemunhos, o movimento foi dirigido por um ex-régulo que em tempos fora expulso do território. Permaneceu em Timor Holandês, perto da fronteira, numa região já controlada pelos japoneses. Tendo havido infiltrações de timorenses do lado holandês em Timor Português, celebraram-se estilos e pactos de aliança entre o ex-régulo e alguns chefes locais e, assim, rapidamente o movimento se alastrou.²⁰⁷

Segundo António Monteiro Cardoso, as revoltas de Maubisse e Turiscai foram semelhantes às que tinham ocorrido até 1912, “precisamente nas áreas onde aquelas tinham assumido maior amplitude”, ou seja, “revoltas que tiveram na sua origem antigos ressentimentos contra a colonização portuguesa, que se tinham mantido encobertos, devido à dureza da repressão exercida e que agora se exprimiam,

²⁰⁶ Liberato 1972: 148 e Carvalho, 2003: 326-27.

²⁰⁷ Carvalho, 1972: 40 e Laborinho, 1944: 200.

aproveitando a oportunidade criada pela debilitação do sistema colonial, provocada pela invasão japonesa”.²⁰⁸ O Governador Ferreira de Carvalho acrescenta que, de uma forma geral, as revoltas ocorreram nas circunscrições onde o comando não tratava bem os locais. Da mesma forma, houve também chefes de posto que foram salvos pelos locais porque haviam sido “sempre justos e bons”.²⁰⁹ Os europeus que residiam na região de Maubisse, o Chefe de Posto Francisco Martins Coelho e os deportados José Faria Braga, Dionísio Teixeira e Paulo Ferreira, um dia, ao se aperceberem da aproximação das colunas negras, rapidamente se refugiaram em casas da população local. Tendo sido descobertos, foram brutalmente agredidos e torturados, tendo o chefe de posto e José Faria Braga sido decapitados. Dionísio Teixeira, Paulo Ferreira e respectivas famílias conseguiram fugir enquanto isto acontecia.²¹⁰ Na sequência deste episódio e com o assentimento oficial do alto comando japonês, as autoridades portuguesas enviaram expedições punitivas a fim de controlar as revoltas: duas colunas compostas por colonos e deportados voluntários, cerca de cem soldados timorenses da Companhia de Moradores e ainda alguns *arraias*, um total de cerca de 750 elementos. A primeira coluna seguiu para a região da fronteira, sob o comando do Sargento Vicente, a que mais tarde se juntaria o pelotão do Tenente Liberato. A segunda coluna, comandada pelo administrador de Manatuto, Dr. Mendes de Almeida, coadjuvado pelo chefe de posto de Fatu-Berliu, Augusto Padinha, foi enviada a suprimir a revolta de Maubisse e Turiscai.²¹¹ Controladas as revoltas contra a autoridade portuguesa, durante os meses seguintes, os ataques das colunas negras a europeus prosseguiram também em Aileu, Ainaro, Lautém e Manatuto.

Em Aileu, o ataque aconteceu a 30 de Setembro de 1942. Entre os assassinatos e o suicídio daqueles que não se quiseram deixar torturar ou violar pelas colunas negras, morreram nove europeus. Quase todos oficiais militares, pelo que o Governador afirma ter sido uma forma de inutilizar a já deficiente capacidade militar portuguesa. Estando o exército japonês a poucos metros de distância e nada tendo feito, somente o administrador Virgílio Duarte que se fingiu morto, mulheres e

²⁰⁸ Cardoso, 2007: 63, Liberato, s/d: 209-120 e Laborinho, 1944: 201.

²⁰⁹ Carvalho, 2003: 198.

²¹⁰ Callinan, 1953: 213, Carvalho, 1972:

²¹¹ Carvalho, 1972: 119 e Carvalho, 2003: 345.

crianças se salvaram. No seguimento disto, as tropas japonesas insistiram que todos os europeus fossem transportados para Díli, pois ali “não era seguro ficar”.²¹²

Em Ainaro, a 2 de Outubro de 1942, as vítimas foram os Padres Norberto Barros, Manuel Pires e o deportado Luís Ferreira da Silva, depois de terem afirmado às colunas negras desconhecerem o paradeiro das tropas australianas. Conta o Capitão Martinho que os três haviam sido avisados da aproximação das colunas negras por um mensageiro a mando de D. Aleixo Corte-Real, e que os mesmos terão respondido que não abandonariam a Missão. Nesse mesmo texto, o Capitão Martinho conta como o mensageiro “não correu, voou” a avisá-los. Depois, “o bravo timorense sentou-se, cansado, banhado de suor. Entendeu-se. Tentou sossegar o coração. Quis levantar-se e não pode. Caiu desamparado e pouco depois morria.” “Pobre timorense! Inútil o sacrifício da sua vida, que ele acaba de dar para salvar a de três portugueses”.²¹³ Na sequência da morte dos três europeus, D. Aleixo logo declarou guerra aos japoneses e autores do crime, forçando-os a retirar imediatamente. Ao longo dos meses seguintes, a região enfrentaria diversas vezes o inimigo. A título de exemplo, fica a situação de um dos chefes de posto da região, o de Atsabe, Sargento José Estêvão Alexandrino, e de um pequeno grupo que incluía o deportado Felner Duarte, que dada a ordem de concentração dos europeus à “zona de protecção”, se recusaram, decidindo que continuariam a lutar contra a ocupação japonesa. Em Maio de 1943, tornaram-se no segundo grupo de europeus a morrer na região, próximo do Monte Ramelau, pelas mãos das colunas negras. Posto isto, D. Aleixo decidiu intensificar a luta, tendo também ele sido capturado e fuzilado, juntamente com toda a família. Aludindo a esta situação, *Callinan* refere impressionado, a existência de dois tipos de soldados japoneses: um que destruíra tudo por onde passava e outro que nem vestígios deixava.²¹⁴

Em meados de Novembro, as colunas negras atacaram uma vez mais. Desta vez, em Lautém, vitimando o administrador Manuel de Barros e a sua esposa, D. Maria das Dores e três deportados que ali residiam: António Teixeira, Mário Gonçalves e Raul Monteiro.²¹⁵ No resto do território, perante o desenvolvimento dos acontecimentos, vários europeus se foram juntando às tropas australianas, auxiliando-

²¹² Callinan, 1953: 234, Carvalho, 2003: 397 e Laborinho, 1944: 292.

²¹³ Martinho, 1947: 23-24.

²¹⁴ Cardoso: 2007: 244, Carvalho, 1972: 67, Callinan, 1953: 230-231 e Martinho, 1947: 25-32.

²¹⁵ Carvalho, 2003: 457 e Carvalho 1972: 62.

os a resistir à ocupação pela tática de guerrilha. Sabendo isto e sabendo que suprimidas as revoltas, várias regiões continuariam fora do controlo japonês pois as populações locais continuavam a responder à autoridade dos chefes de posto, o comando japonês agiu. Com o intuito de quebrar de vez as ligações à administração portuguesa e alegando não conseguir controlar as colunas negras, as autoridades japonesas sugeriram a criação de uma zona de “protecção” em Liquiçá e Maubara, onde todos os europeus ficassem concentrados. Ficou desde logo estabelecido o dia 15 de Novembro como prazo final para que todos os europeus se reunissem no local. A partir dessa data, todo os que fossem encontrados fora dela, seriam considerados ajudantes dos australianos e como tal, imediatamente fuzilados.

De forma a agilizar o processo, combinou-se que a população se reuniria nos portos de Baucau, Laga e Lautém a fim de ser evacuada pelo Vapor Oecussi para as regiões de concentração. Parte dos europeus começaram-se a agrupar nestes locais, aguardando a chegada das tropas japonesas, pois estava combinado que ajudariam nas mudanças.²¹⁶ A caminho de Baucau estavam vários europeus, mas ao receberem a notícia de que passando por Manatuto, os japoneses, fazendo-se acompanhar pelas colunas negras, haviam morto o administrador de circunscrição e um chefe de posto, a grande maioria dos europeus evadiu-se para as montanhas. Quando as forças japonesas chegaram, encontraram a vila quase deserta. A aguardar a sua chegada ficaram apenas a família do Governador, o médico Santos Carvalho acompanhado de sua mulher e os deportados Sebastião Costa Alves com a respectiva família, José Serafim Martins, João Pinto, Sebastião Graça e António Lopes.²¹⁷

Entretanto, em Fatu-Bessi, numa das várias conversas entre Cal Brandão e os comandos australianos, ao informá-los da suposta “zona de protecção” proposta pelos japoneses, imediatamente os australianos lhe responderam que também criariam uma zona de protecção aliada. As famílias que se encontravam ali na área, em Hatolia e Ermera, cerca de oitenta pessoas, já nem consideraram a hipótese de se dirigirem para a concentração, partindo imediatamente sob escolta australiana.²¹⁸ Antes da partida, possuindo uma chave suplementar, o deportado Raul Honório abriu o local onde havia

²¹⁶ Callinan, 1953: 235-236, Liberato, 1951: 46, Brandão, 1946 e Carvalho, 1972: 63.

²¹⁷ Laborinho, 1944: 209-225.

²¹⁸ Carvalho, 1972: 62.

armamento e dinheiro destinados às tropas da administração portuguesa e entregou tudo a alguns europeus que se haviam juntado à resistência australiana.²¹⁹

Dois dias depois, a 30 de Outubro realiza-se na plantação de café de Talo, na circunscrição de Hatolia, uma reunião com comandos australianos na qual surge a hipótese de evacuação para a Austrália de mulheres e crianças, na condição dos homens se juntarem na guerrilha ao lado dos australianos, sendo armados e tratados como iguais. Temendo o que a concentração poderia significar e temendo a chegada das tropas japonesas depois do que havia acontecido em Manatuto, guiados pelo Tenente Pires “as montanhas do *Matabian* e o labirinto de esconderijos do Mundo Perdido, a par do bom acolhimento dos chefes locais, pareceram-lhes uma melhor alternativa”, enquanto aguardavam a já programada evacuação.²²⁰

3.2.4. Resistência e evacuações (Dez.1942 – Ago.1943)

Combinou-se que a evacuação seria feita pela região de Alas, pelo que as pessoas lentamente se foram dirigindo para aquela área.²²¹ A primeira evacuação aconteceu a 15 de Dezembro de 1942. O navio vinha render uma coluna de soldados aliados, tendo recolhido cerca de noventa pessoas, essencialmente religiosos.²²² Na noite de 18 de Dezembro, cerca de 360 pessoas embarcaram na praia de Aliambata. O Tenente Pires, que tinha vindo a assumir a liderança dos europeus que se encontravam em fuga, havia feito uma lista com os nomes de quem era suposto embarcar. Àqueles cujo nome não constava na lista, tinha sido dito que estavam expressamente proibidos de se dirigirem à praia. Os poucos que se arriscaram a fazê-lo, depararam-se com o Sargento Martins de arma em punho, ameaçadoramente a proibir sua a embarcação. Afirmava que os homens teriam de ficar em Timor para auxiliar as tropas australianas a manter a soberania nacional e assim, efectivamente, a partir desta altura, ficaram essencialmente só homens em terra. Viram-se obrigados a refugiarem-se nas montanhas, fugindo às colunas negras que iam controlando a região. Dividiram-se em pequenos grupos para não serem tão facilmente detectáveis, subsistindo da boa vontade dos timorenses ou de frutos encontrados pelo caminho. Entre fins de 1942 e meados de 1943, várias foram as tentativas do Governador para se ir à ponta leste

²¹⁹ Carvalho, 2003: 433.

²²⁰ Cardoso, 2007: 69-70, Callinan, 1953: 177, 237-241, Chamberlain, 2010: 19, Carvalho, 2003: 433-439, Brandão, 1946: 74 e Carvalho, 1972: 195.

²²¹ Callinan, 1953: 254.

²²² Callinan, 1953: 266 Brandão, 1946 e Carvalho, 2003: 459-460.

buscar os europeus que ainda se encontravam dispersos mas as autoridades japonesas nunca o autorizaram, alegando que já deveriam ter embarcado para a Austrália. Alguns ainda conseguiram ir chegando à zona²²³ mas outros, abandonados à sua sorte, acabariam por falecer de fome, doença ou mesmo pelas mãos da tropa japonesa ou dos seus colaboradores.²²⁴

A referida lista de embarque foi duramente criticada por muitos e nem sequer tida em conta pelo comando australiano que autorizou o embarque de todos os que se encontravam na praia.²²⁵ Tratava-se de uma lista onde constavam essencialmente o nome de mulheres e crianças, conforme combinado na reunião em Talo, contudo, na maioria de origem timorense, em detrimento de vários homens europeus. Defendiam os australianos e muitos europeus que uma vez que os japoneses apelavam à fraternidade asiática e à construção de uma grande Ásia, os timorenses seriam poupados, enquanto que os europeus, especialmente os homens, eram o alvo a abater. Por outro lado, o Tenente Pires, Cal Brandão e vários outros defendiam que independentemente da cor de pele, por lei e por costume, as mulheres e crianças timorenses eram tão portuguesas como os europeus e que era necessário ficarem homens capazes de defender o território, pois sozinhos e sem armamento, dificilmente os locais o conseguiram fazer.²²⁶

Em Janeiro de 1943, programou-se o embarque das restantes tropas australianas, bem como o de um novo grupo de refugiados. O já estava grupo reunido na praia mas o mau tempo dificultou as manobras e viraram-se duas baleeiras. Receando eventuais ataques, o Comandante do navio apressou a largada deixando em terra cerca de 30 europeus e 16 soldados australianos.²²⁷ Localizado pelas colunas negras, o grupo passou a ter de estar em constante movimento a fim de evitar ser atacado. Ao receber a notícia de que o Tenente Pires e um grupo se cerca de 300 europeus tinham sido acolhidos pelo *Liurai* Tito, em Natarbora, para aí se dirigiram.²²⁸

Em Janeiro, as tropas aliadas e um pequeno grupo de europeus que incluiu o Tenente Pires (com o intuito de ir à Austrália buscar reforços militares), foram evacuados. Em Timor, na clandestinidade ficou apenas um grupo constituído

²²³ Entre os europeus que o fizeram estava o deportado Américo de Sousa. Cardoso, 2007: 491.

²²⁴ Carvalho, 2003: 496 e Cardoso, 2007: 71 e 494.

²²⁵ Laborinho, 1944: 301 e Carvalho, 1972: 71 e 195.

²²⁶ Cardoso, 2007: 78 e Cal Brandão, 1946.

²²⁷ Carvalho, 2003: 461- 462 e Cal Brandão, 1946.

²²⁸ Laborinho, 1944: 308.

essencialmente por deportados que até meados do ano de 1943, permaneceu na luta pela tática de guerrilha, andando em fuga pelas montanhas e transmitindo informações via rádio para a Austrália.²²⁹ Em inícios de Julho, o Tenente Pires regressou mas sem reforços. Veio apenas reunir aqueles que ainda se encontravam em fuga por Timor Português, de forma a embarcá-los para a Austrália. Em Agosto de 1943 procedeu-se à última evacuação, cerca de 40 pessoas saíram da praia de *Ué-Laba*, rumo a Darwin, onde ficaram cerca de duas semanas a recuperar.²³⁰

3.2.5. Zona de “protecção” (Nov.1942 – Set.1945)

Inicialmente, a zona de “protecção” dos europeus compreendia toda a parte do litoral que se estendia desde Liquiçá até à foz da ribeira de Lois. Embora os centros populacionais fossem as vilas de Liquiçá e Maubara, durante os primeiros meses, várias famílias ficaram a residir nas imediações.²³¹ Algo que rapidamente se alterou, dadas as constantes intimidações ou mesmo situações de confronto com as colunas negras. Em finais de Janeiro de 1943, uma coluna negra aproximou-se de Loidar, dentro da zona de protecção delineada, deteve um funcionário da SAPT e a sua família e levou-os. Corria a notícia de que a ideia seria liquidar toda a família, pelo que se organizou um grupo de acção com a missão de libertar o preso e a respectiva família.²³²

Em Maio de 1943, a réstia do destacamento militar português que havia sido fixado em Maubara foi desarmado e as suas forças desmobilizadas e transferidas para os centros populacionais. Havendo falta de alojamento, várias famílias ficaram instaladas na mesma casa.²³³ Também os agricultores europeus foram obrigados a abandonar as terras e a produção agrícola ressentiu-se bastante. Em Maubara, alguns europeus ainda conseguiram fazer uma pequena horta no seu jardim mas em Liquiçá, as péssimas qualidades do solo e a falta de água não o permitiram. Aos poucos, através de pressões mais ou menos indirectas, os japoneses iam também incitando os locais a deixar de vender produtos nos mercados semanais. A granja Eduardo Marques foi a única produção agrícola europeia em todo o território, em que o pessoal

²²⁹ Cardoso, 2007: 81.

²³⁰ Chamberlain, 2010: 21 e Cal Brandão, 1946 e Laborinho, 1944: 316.

²³¹ Liberato, 1951: 50 e Carvalho, 2003: 559-560.

²³² Entre os europeus que integravam o grupo estavam os deportados: Serafim Martins, Jaurés Viegas, João Fernandes Pinto, Luís Félix e Manuel Carrascalão. Carvalho, 2003: 481, Liberato, 1972: 154 e Liberato, 1951: 83-86, 116-117, 140-150 e 158-162.

²³³ Liberato, 1972: 154-156 e Liberato, 1951: 95.

continuou a trabalhar mesmo sem a presença do seu feitor. Durante cerca de dois anos, sob as ordens de dois capatazes timorenses com quem Manuel Carrascalão manteve sempre ligação, mantiveram a produção que enviavam para a concentração, sobretudo fruta, chá e café.²³⁴ Mário Carrascalão acrescenta: “E aí também se notou a solidariedade que havia entre os locais e os deportados. Eles, à noite, atravessavam o arame farpado dos japoneses e iam levar-nos a alimentação. Eu recordo-me que nós nos chegámos a alimentar de sementes de sumaúma que estavam nos colchões. Aquilo não alimenta nada, era pele seca”. Também o deportado João dos Santos até dada altura ajudou a atenuar as dificuldades, utilizando um pequeno barco para pescar. Um dia, foi-lhe pedido que fosse à ponta leste e a Oecussi em busca de arroz e de milho, tendo-lhe sido entregues três *corocoras* para o efeito. Conseguiu fazer este serviço durante algum tempo, mas um dia, foi surpreendido pelas tropas japonesas, que dispararam e o obrigaram a pôr-se ao largo e a abandonar a carga. Depois disso, apreenderam-lhe a rede de pesca, que passaram a utilizar em proveito próprio.²³⁵

D. Esmeralda, filha do deportado Joaquim da Silva tem também algumas recordações desse tempo. Conta-nos que um dia, a mãe, timorense foi apanhada pelos japoneses a passar o arame farpado que circundava a zona, a fim de ir buscar géneros alimentares junto de familiares que se encontravam nas montanhas. Acabou por ser libertada sem qualquer consequência, mas só porque o seu companheiro era uma pessoa considerada.²³⁶ Contam-nos ainda os netos do deportado Álvaro Damas, apesar deste ter sido evacuado para a Austrália, os filhos, duas raparigas e um rapaz permaneceram na concentração. O receio que as raparigas fossem requisitadas pelos soldados, obrigava-os a saltarem o arame e refugiarem-se nas matas durante o dia, regressando à “zona” apenas para dormir.²³⁷

A partir do primeiro ataque aéreo aliado ao campo, a 22 de Janeiro de 1944 “era frequente termos de correr para o abrigo por causa dos bombardeios dos aviões australianos.”²³⁸ D. Esmeralda conta-nos que o seu pai escavou um bunker, debaixo da casa onde viviam. “Como ficava perto do mercado, quando tocava a sineta a avisar que vinha um avião, muita gente fugia para lá. Metiam-se todos no bunker e nós, como éramos os primeiros, ficávamos encurralados. Era um sufoco. Eu lembro-me

²³⁴ Carvalho, 2003: 559-60 e Liberato, 1951: 176-184.

²³⁵ Brandão, 1946.

²³⁶ Informações concedidas por Telmo Godinho, via email a 30.3.2015.

²³⁷ Entrevista a Vitorino e Filomeno Amado, Dili, 28.12.2013.

²³⁸ Entrevista a Maria Ermelinda Carrascalão e João Severino, Lisboa, 24.06.2014.

bem das crianças a gritar, os adultos a dizerem: não gritem, não gritem. Aquilo era um horror. Eu lembro-me um dia em que nós fugimos todos e o Henrique, o meu irmão ainda pequeno, como estava a dormir, ficou em casa. Escondeu-se debaixo da cama. Também me lembro de haver lá um pasto com cabras e um dia vieram os aviões, pensaram que aquilo era gente e metralharam, metralharam, morreram as cabras todas.”²³⁹ Ataques que só terminaram depois de o Governador enviar vários telegramas ao Governo da Metrópole, via consulado japonês.²⁴⁰

Apesar das adversidades, era necessário continuar a viver o dia a dia. Com um tão elevado número de crianças, foi necessário organizar o ensino. Sob a direção do missionário António Manuel Serra, com a ajuda de Professores improvisados, um deles Manuel Carrascalão, e sem quaisquer recursos, (por exemplo, não havia papel) organizou-se o ensino aos cerca de 138 alunos.²⁴¹

Em Março de 1944, pela primeira vez desde que haviam sido cortadas as comunicações directas entre Colónia e Metrópole, o total isolamento foi quebrado. As forças japonesas permitiram a visita de uma semana do Capitão Silva da Costa, enviado de Macau, no sentido de averiguar a situação de Timor Português. Para o efeito, o comando japonês tratou de aprimorar a “zona” de forma a atenuar o impacto ao Capitão português. Semanas antes as forças japonesas começaram a alterar o seu comportamento e a abrandar a sua dureza: levantaram algumas restrições, disponibilizaram mais produtos nos mercados, em variedade e quantidade, fizeram uma limpeza geral, manutenção, os soldados começaram a cumprimentar educadamente os europeus, etc... Atitude que, segundo o Capitão Liberato: “serviu de manobra para esconder ao enviado o estado deplorável e mísero em que viviam, de facto, os portugueses”, tendo durado apenas o tempo em que o delegado esteve em Timor, findo o qual, a opressão voltou em força e ainda mais violenta.²⁴²

Em Setembro de 1944, sem apresentar qualquer argumento, as autoridades japonesas ordenaram a transferência das cerca de 200 pessoas instaladas em Maubara para Liquiçá, dificultando ainda mais as condições em que cada família estava alojada.²⁴³ Só em inícios de Agosto de 1945, consentiram que a população

²³⁹ Entrevista a Esmeralda da Silva, Funchalinho, 25.1.2014.

²⁴⁰ Carvalho, 2003: 558.

²⁴¹ Carvalho, 2003: 498.

²⁴² Carvalho, 2003: 555 e Libertado 1972: 168 e Liberato, 1951: 204-205.

²⁴³ Carvalho, 2003: 617 e Libertado 1972: 180.

concentrada em Liquiçá fosse transferida para uma das plantações da Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho, *Lebú-Meu*, perto de Fatubessi. Segundo o Governador, por esta altura, “dos quatrocentos europeus concentrados, entre funcionários, colonos e deportados, mais de uma quarta parte havia sucumbido vítima de fome, doenças e maus tratos” e, em *Lebú-Meu* havia melhores condições.²⁴⁴ Conta-nos Mário Carrascalão: “fizemos o caminho, uns a pé e outros a cavalo e os japoneses iam olhando. Quando o meu pai passou, ele levava três ou quatro cavalos. Mandaram-nos parar, passaram revista às coisas todas, pegaram nas malas e em tudo, atiraram pela encosta a baixo e deram duas chapadas no meu pai. E depois pronto, deixaram-nos seguir e não nos fizeram mais nada”.²⁴⁵ “Em *Lebú-Meu* já não havia arame farpado a circundar o local, ficámos numas barracas que os japoneses mandaram construir, feitas de madeira ainda verde e cheia de bicho, no meio de uma plantação muito isolada, mesmo quem viesse de avião não nos via”. Por esta altura a comunicação entre a população concentrada e o Governador estava completamente cortada pelo que ainda que a transferência tenha sido negociada com o Governador devido à escassez de comida em Liquiçá, os concentrados não o sabiam e assim, “sem entender muito bem a razão da transferência, algumas pessoas acreditavam que tinha sido com o intuito de nos matarem a todos, pois o local era de facto muito isolado”. Segundo Mário Carrascalão somente “a 5 de Setembro de 1945 é que o Governador foi pessoalmente a *Lebú-Meu* anunciar que a guerra tinha acabado. Chegou ao armazém, pôs-se em cima de uma mesa e começou a cantar o hino nacional português. Antes de falar, ainda teve de esperar um pouco que toda gente chegasse porque só estávamos ali os miúdos a brincar.”²⁴⁶

3.2.6. Exílio na Austrália (Dez.1942-Nov.1945)

Grande parte das famílias foi evacuada para a Austrália logo em Dezembro de 1942, contudo, a maioria dos homens, especialmente os deportados foram-no somente durante os meses que se seguiram, tendo ficado forçosamente em Timor, no intuito de “a manter a soberania nacional”. Há excepção de alguns funcionários do Estado que ficaram instalados como hóspedes do Governo Australiano, a maior parte das famílias ficou alojada em *Bob's Farm*, um antigo campo militar, a norte de New Castle. Tendo os refugiados sido divididos por categorias, as famílias europeias, padres e freiras

²⁴⁴ Liberato: 1972: 185.

²⁴⁵ Entrevista a Mário Carrascalão, Díli, 1.5.2014.

²⁴⁶ Entrevista a Mário Carrascalão, Díli, 17.10.2014 e Carvalho, 2003:652-64.

ficaram acomodados em quartos de madeira com camas, enquanto as famílias mestiças e timorenses ficaram em tendas, dormindo em colchões de palha, com direito a um balde para higiene pessoal e uma lanterna.²⁴⁷ Importa notar que a grande maioria das famílias mestiças eram as famílias dos deportados, pelo que foram também eles e respectivas famílias quem ficou instalado nas tendas.²⁴⁸

Os meses iam passando e todos os refugiados (inclusive deportados e funcionários do Estado Novo, um regime que os deportados consideravam fascista e abominavam) permaneceram confinados aos mesmos espaços comuns, independentemente das suas origens, relações ou convicções, sendo que, supostamente todos teriam de ajudar na manutenção do campo: cozinha, limpezas, etc... e como veremos adiante, tal não se verificou. Este facto, aliado ao facto das famílias mestiças terem sido desconsideradas em detrimento das europeias, algo completamente contrário às convicções políticas dos deportados (havia sido enviados para Timor pelas suas ideias comunistas e de igualdade) terá sido muito provavelmente a razão de vários conflitos ocorridos em *Bob's Farm*.²⁴⁹ Infelizmente restam poucas fontes que nos permitam uma contextualização clara e completa. A título de exemplo, no campo encontrava-se também o Juiz que havia condenado vários dos deportados ao desterro em Ataúro, pelo que previamente havia já conflitos latentes. Também o relatório escrito por Lourenço de Oliveira Aguiar, Administrador do Concelho e Presidente da Câmara de Díli revela alguma animosidade: “estes deportados longe de se emendarem continuaram depois de evacuados a terem um comportamento mau e a clamarem bem alto o seu ódio contra o funcionário e autoridades portuguesas exigindo que estas, inclusive padres e administrador apostólico, fossem obrigados a fazerem os trabalhos mais árduos do campo de *Bob's Farm*, não esquecendo a limpeza das próprias retretes. E clamavam e exigiam tudo isto com base no utópico e impossível princípio da igualdade humana.”²⁵⁰ Efectivamente, os deportados escreveram uma declaração às autoridades australianas, na qual afirmavam que num país democrático, todos deveriam ser tratados como iguais e que o tratamento preferencial dos oficiais europeus deveria ser eliminado.²⁵¹

²⁴⁷ Chamberlain, 2010: 37-39 e Laborinho, 1944: 85.

²⁴⁸ Num total de 33 famílias consideradas “ilegítimas” na Austrália, precisamente por serem mestiças, cerca de 19 eram famílias dos deportados.

²⁴⁹ NAA -95735- Carta Bezerra-acordo Port-USA e Chamberlain, 2010: 42.

²⁵⁰ Laborinho, 1944: 321.

²⁵¹ Chamberlain, 2010: 39.

Terá sido neste ambiente que os conflitos dentro do campo ganharam contornos complexos, obrigando a intervenção da polícia e culminado com pedido por parte de D. Jaime Goulart ao Departamento do Interior Australiano que se removesse imediatamente os deportados do campo.²⁵²

Provavelmente no intuito de resolver esta questão, as autoridades australianas trataram de procurar emprego para os refugiados. Em meados de 1943, um grupo de dezoito homens e respectivas famílias foi enviado para Marysville, em Victoria a fim de trabalharem na indústria madeireira. Contudo, devido ao Inverno rigoroso não lhes foi possível trabalhar durante várias semanas e quando os trabalhos foram finalmente iniciados, desentendimentos relativos a ordenados, condições de trabalho e promessas infundadas por parte do empregador ditaram o regresso dos homens a *Bob's Farm*. Pouco depois das famílias terem partido para Marysville, chegou um novo cônsul português à Austrália e logo começou a trabalhar no sentido de retirar mais famílias de *Bob's Farm*. Inicialmente albergou-as numas casas em New Castle mas com poucas condições. Acabou mais tarde por conseguir alugar casas em Narrabri e Narrabri West, para onde as famílias dos deportados se mudaram, recebendo um subsídio do Estado Português.²⁵³

A última evacuação de Timor ocorreu em Agosto de 1943. À chegada à Austrália os refugiados dividiram-se em dois grupos. O primeiro grupo²⁵⁴ ficou duas semanas em Darwin, passou pelo *Gaythorne Internment Camp* em Brisbane, tendo sido depois enviado para um campo prisional em Liverpool, onde se juntou aos prisioneiros de guerra italianos e alemães. O segundo grupo²⁵⁵ foi imediatamente enviado para *Bob's Farm*, embora aí tenha estado apenas uns dias, já que logo em Setembro, juntamente com outros que também aí se encontravam, alguns dos quais dos que tinham estado a trabalhar em Marysville e New Castle²⁵⁶ foram também internados no referido campo, em Liverpool. Imediatamente o Cônsul Português solicitou a libertação, sem efeito. Aquando do embarque do último grupo em Timor, o Tenente Pires tinha entregue às autoridades australianas uma lista de nomes que recomendava não se juntar aos restantes refugiados, receando que divulgassem informações sobre a estratégia de guerra adoptada no terreno. Invocando esse risco, o

²⁵² Chamberlain, 2010: 42.

²⁵³ Laborinho, 1944: 87, 113 e 124-128 e 142. Cal Brandão, 1946.

²⁵⁴ Ver relação em anexo.

²⁵⁵ Ver relação em anexo.

²⁵⁶ Ver relação em anexo.

comando australiano internou-os em Liverpool, estendendo a medida a outros que já se encontravam em *Bob's Farm*, possivelmente pelos conflitos ocorridos no campo. Segundo António Monteiro Cardoso, também pelos contactos que alguns já haviam estabelecido na Austrália, com sindicatos e meios políticos de esquerda. Contudo, aos olhos dos detidos, que não compreendiam a razão da sua detenção, tudo não passava de uma injustiça, tendo por isso promovido vários protestos, que incluíram uma greve de fome e o envio de várias cartas a entidades de renome. Presos durante mais de seis meses, só lhe foi aliviada a prisão após uma longa sessão de inquéritos, na qual, segundo o Cônsul Álvaro Laborinho, o geral das perguntas feitas teve que ver com as razões porque tinham sido deportados e com suas as deslocações em Timor antes da evacuação. Questões às quais estes responderam indignados que haviam sido deportados pelas suas convicções antifascistas e invocando os serviços que tinham prestado às tropas australianas, em Timor. Somente a partir de Março de 1944 começaram a ser autorizados a sair do campo de prisioneiros: o grupo que tinha estado em *Bob's Farm* transferido para Singleton, onde continuou com a sua liberdade restrita aos limites de uma propriedade denominada *Minimbah* e tendo a sua correspondência de ser submetida a censura, e o grupo que passou pelo *Gaythorne Internment Camp*, transferido para outro campo de concentração em Tatura, Victoria, onde se puderam reunir às respectivas famílias.²⁵⁷

Em fins de Março de 1945 ainda foi planeada uma operação militar em Timor Português (OP STARLING), comandada por Sousa Santos. Entre os europeus recrutados encontravam-se Francisco Horta, António da Conceição Pereira, Álvaro Damas e Bernardino de Oliveira Dias, sendo que apenas o primeiro compareceu nos treinos. Com o anúncio do fim da guerra, a operação acabou por ser cancelada.²⁵⁸

Dada a ordem de repatriamento e receando consequências do Governo Português por terem contrariado a ordem de neutralidade nacional, alguns deportados, pediram visto de residência permanente australiano. Invocaram novamente o apoio dado ao exército australiano mas, ainda assim, o pedido foi recusado. As autoridades australianas receavam, não só as suas ligações comunistas, como também lhes era difícil aceitar o facto destes homens manterem relações maritais com mulheres timorenses, de quem tinham filhos. Num documento das autoridades de emigração a

²⁵⁷ Laborinho, 1944: 129-137.

²⁵⁸ Chamberlain, 2010: Anexo A, p.53.

respeito do caso, pode ler-se: "qualquer simpatia que se pudesse sentir a respeito deles é afastada pela sua livre associação com mulheres nativas ou de raça negra". Da mesma forma, em relatórios escritos por funcionários da administração portuguesa refugiados na Austrália, alguns afirmaram não ser benéfico o regresso dos deportados e respectivas *nonas* à Colónia pois "têm feito uma tal propaganda contra os portugueses e a sua forma de Governo, que em parte a eles se deve a má vontade dos indígenas contra nós."²⁵⁹

Assim, em finais de Novembro de 1945, 562 refugiados na Austrália embarcavam no navio Angola, primeiramente rumo a Timor e depois, a quem o quis, foi concedida a passagem à Metrópole. Alguns deportados optaram pelo não embarque e, com efeito, dias após a partida do navio, as autoridades de segurança australianas recebiam alegações de que os deportados Moreira Júnior e Luís de Abreu não tinham embarcado com o objectivo de reunir o auxílio dos comunistas, a fim de fazer a revolução em Timor. Bezerra dos Santos que regressou a Timor, seria supostamente o agente local.²⁶⁰ Contudo, nenhum movimento revolucionário se verificou por parte de elementos do grupo em estudo.

3.2.7. Fim da Guerra e levantamento da pena (Set.1945-Fev.1946)

Com a suspensão das hostilidades e o armistício, imediatamente começaram os preparativos para a retirada das forças nipónicas e o restabelecer da autoridade portuguesa em Timor. Um processo complicado dada a falta de estruturas, o estado debilitado de todo o pessoal, civil e militar e, porque antes de partirem, os soldados japoneses encarregaram-se de sabotar tudo o que conseguiram: veículos, a estação de rádio, inutilizar material de guerra, etc...²⁶¹ Embora seja impossível determinar um número exacto, estima-se que o número de mortos ronde entre os 40.000 e os 70.000. Para além daqueles que faleceram pelas mãos da tropa japonesa ou dos seus colaboradores, houve ainda aqueles que morreram vítimas de fome e doença, em resultado do constante roubo de géneros alimentares pelos soldados nipónicos, pela falta de produção agrícola, trabalho forçado imposto pela força japonesa, etc... No que toca a património material, sobretudo em consequência dos fortes bombardeamentos efectuados pelos beligerantes, a perda foi enorme. Em Díli sobreviveram apenas três

²⁵⁹ Laborinho, 1944: 176 e 265.

²⁶⁰ NAA, 781505: 46, Cardoso, 2007: 42 e 110, Chamberlain, 2010: 77 e 45 e Laborinho, 1944: 127, 140 e 482 e NAA -95735- Carta Bezerra-acordo Port-USA.

²⁶¹ Carvalho, 2003: 651-677 e 685-695.

edifícios. Em relação aos restantes lugares, Manatuto, Lautém, Aileu, Maubisse, Ainaro, Viqueque e Ermera desapareceram quase totalmente.²⁶² Liquiçá, sendo o local onde se encontravam concentrados os europeus, foi poupado. Conta Mário Carrascalão que ainda hoje “estão lá uns postes que ninguém sabe de onde é que aquilo veio. Eram postes de iluminação e ninguém faz ideia de que naquela altura as ruas já eram iluminadas.”²⁶³

Manuel Carrascalão e a família foram imediatamente enviados para a Granja Eduardo Marques para tratar de coordenar a tão necessária produção agrícola, bem como Joaquim da Silva, enviado a retomar funções como encarregado das águas de Díli. Para o resto do território foram enviadas equipas com a missão de reocupar o território, processo terminado a 19 de Setembro com o hastear da última bandeira portuguesa, em Lautém. A cerimónia oficial de reocupação realizou-se no dia seguinte, em Díli, trabalhos dirigidos pelo ainda deportado Serafim Martins.²⁶⁴

A 22 de Setembro veio a Timor a missão diplomática australiana com o propósito de aceitar a rendição japonesa. Cal Brandão que se encontrava refugiado na Austrália, acompanhou o representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros Australiano, servindo de intérprete. Nas suas memórias, deixa-nos o testemunho do reencontro com aqueles que tinham permanecido na zona de “proteção”, após tantos meses de carestia, miséria, maus tratos e total isolamento.²⁶⁵ Uma descrição muito dura: pessoas muito magras, vestidos com roupa rota e gasta e com uma grande ansia de notícias do mundo, tendo o autor distribuído jornais e cigarros por todos.

No final do mês chegaram finalmente a Díli os navios Bartolomeu Dias e Gonçalves Zarco. Há mais de três anos que aguardavam o fim de guerra em Moçambique para poder rumar a Timor. Chega também Óscar Ruas, o próximo Governador a assumir funções e as forças expedicionárias, quem nos anos seguintes se encarregou de reconstruir Timor.²⁶⁶

Em meados de Outubro, o ainda Governador Ferreira de Carvalho publicou agradecimentos a várias pessoas, pelo comportamento tomado durante a ocupação. A destacar para os efeitos da investigação em curso são os louvores feitos aos

²⁶² Cardoso, 2007: 114.

²⁶³ Entrevista a Mário Carrascalão, Díli, 1.5.2014.

²⁶⁴ Carvalho, 2003: 677 e 698. Liberato, 1972: 201 e 202.

²⁶⁵ Brandão, 1946 e Carvalho, 2003: 699.

²⁶⁶ Liberato, 1972: 201 e 202 e Carvalho, 2003: 713.

deportados António Augusto dos Santos, Jaurés Américo Viegas, José da Silva Rodrigues, João Fernandes Pinto, José Serafim Martins e Manuel Viegas Carrascalão.²⁶⁷ Da mesma forma, datado de 19 de Outubro de 1945, encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo um documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945”, Trata-se de um pedido dirigido ao Presidente do Concelho, Prof. Oliveira Salazar, de levantamento da pena aos deportados.²⁶⁸ Embora o pedido fosse restrito somente àqueles que haviam demonstrado “alto patriotismo durante invasão japonesa” ou seja, aqueles que tinham permanecido na Colónia durante toda a invasão, o pedido foi concedido e estendido a todos os deportados. Assim, a 25 de Outubro foi publicado um despacho pelo Governo da Colónia levantando a nota de “deportado” a “todos os indivíduos que na Colónia se encontravam nesta situação, restituindo-os ao uso de todos os direitos civis e políticos que a lei confere aos cidadãos portugueses”, sendo que assim todos foram autorizados a regressar à Metrópole. A todos os que o quisessem fazer e respectiva família, foi concedida a passagem no navio Angola.²⁶⁹

A 27 de Novembro, o navio partiu da Austrália com os refugiados que para ali tinham sido evacuados e aportou em Díli, dias depois. Alguns refugiados decidiram ali desembarcar, onde permaneceram o resto das suas vidas. Não tendo sido encontrada uma lista oficial de passageiros podemos apenas supor, por exclusão de partes, quem o fez. Alguns foram a terra somente para organizar a sua partida, rumo à Metrópole e outros, impedidos de desembarcar, foram forçados a regressar à Metrópole, local de onde foram desterrados catorze anos antes. Foi o caso de Cal Brandão e de Hermenegildo Granadeiro. No desespero do acontecimento, a Cal Brandão foi-lhe pedido que acolhesse e tomasse conta da filha do entretanto falecido Tenente Pires, que o fez. Pelo contrário, Granadeiro abandonou Timor para nunca mais voltar, aí deixando dois filhos ainda pequenos.

3.3. O reinício das vidas dos ex-deportados

A 7 de Dezembro, Ferreira de Carvalho entregou o Governo ao Capitão Óscar Freire de Vasconcelos Ruas e a 8 de Dezembro o navio Angola largou, rumo à Metrópole, com cerca de cerca de 700 pessoas a bordo.²⁷⁰ Segundo Maria Ermelinda

²⁶⁷ Carvalho, 2003: 745-48.

²⁶⁸ PT/ANTT, Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

²⁶⁹ Carvalho, 2003: 726-27.

²⁷⁰ Carvalho, 2003: 729.

Carrascalão: “Viajámos em 3ª classe. O meu pai e os meus irmãos dormiam no dormitório dos homens. Em todos os portos por onde passávamos, os portugueses vinham visitar-nos ao navio e traziam roupa, calçado, etc... Quando chegámos a Lisboa, o desembarque atrasou porque o Governo mandou entregar-nos roupas: deram-me um casaco verde de inverno, dois vestidos, um vermelho de manga comprida e outro de seda, sapatos, meias e camisas de dormir. Uma comitiva do Governo subiu a bordo. Lembro-me de um discurso cujo autor dizia: Viva os portugueses, os repatriados que vieram de Timor”. Segundo o periódico *Diário da Manhã*, também os repatriados organizaram uma comitiva organizada por Manuel Carrascalão, José da Costa Mouzinho e Manuel Maria, com o intuito de fazer um discurso especial de agradecimento ao Governo pelo apoio que lhes havia sido concedido. Maria Ermelinda acrescenta: “Quando finalmente desembarcamos, tínhamos a família do irmão do meu pai, à nossa espera. Dali fomos para a FNAT na Costa da Caparica”, local onde foi montado um campo para albergar todos os recém-chegados que depois de uma ausência de mais de vinte anos, não tinham para onde ir. Segundo o *Diário da Manhã*, no dia seguinte, foi ali organizado pela Emissora Nacional um sarau recreativo dedicado a todos os repatriados.²⁷¹

Ao longo dos meses seguintes, as famílias foram reconstruindo as suas vidas. Algumas conseguiram sair da FNAT e regressar às suas localidades de origem. Apesar de levantada a pena de deportação, a PIDE permaneceu atenta. Logo na semana seguinte à chegada do navio Angola, uma troca de correspondência interna, revela que o subdiretor da PIDE do Porto requeria ao seu superior hierárquico em Lisboa, elementos de identificação dos recém chegados ex-deportados, a fim de os monitorizar.²⁷² Mário Carrascalão conta-nos um episódio em que o pai e um grupo de amigos, também ex-deportados, estavam num café em Lisboa. “Todos falando tétum e vem uma pessoa perguntar que língua falavam eles”. “Era um inspetor da PIDE de vigia, a tentar ouvir a conversa, contudo, sem conseguir entender palavra, teve a ousadia de vir interrogar o grupo”. “Entretanto, ao fim de algum tempo, o Governo

²⁷¹ *Diário de Lisboa*, 15.02.1946 e entrevista a Maria Ermelinda Carrascalão e João Severino, Lisboa, 24.06.2014.

²⁷² PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

Português lançou a ideia de que quem quisesse voltar a Timor, podia fazê-lo a expensas do Estado. E o meu pai quis voltar. Regressámos no navio *Quanza*”.²⁷³

Com o final da Guerra, uns poucos ex-deportados, ficaram clandestinamente na Austrália. Por Timor decidiram ficar outros tantos e uma boa parte rumou à Metrópole, no navio Angola. Destes, uns ali permaneceram, alguns regressaram de novo a Timor e outros ainda dispersaram-se pelo Mundo. A partir de Fevereiro de 1946, as vidas deste grupo de homens que permanecera junto em Timor durante tantos anos, tomam rumos diferentes. Nas breves biografias em anexo, o leitor poderá ler, das informações que conseguimos reunir, o percurso de cada um.

Em Timor, de uma forma geral, as relações entre os ex-deportados e a administração portuguesa transformaram-se radicalmente. De “indesejados”, como tantas vezes foram denominados, passam a colonos indispensáveis ao processo de reconstrução da Colónia.²⁷⁴ Com o intuito de promover a efetiva exploração da terra e a fixação de colonos em Timor, logo no pós-guerra a exploração das granjas e dos bens rurais do Estado foram entregues a alguns antigos deportados “sem precedência de contrato porque a situação não admitia delongas.” Somente em Maio de 1947 é que tal entrega foi regulada, com a publicação de um diploma legal, onde se concretizou a impossibilidade das autoridades coloniais garantirem o funcionamento das granjas agrícolas das extintas Juntas Locais, pelo que “tem o Governo como melhor solução a adoptar, o estabelecer um regime especial tendente a permitir a aquisição do direito de propriedade pelos que atualmente detêm a sua exploração”. Mediante o pagamento de uma renda estabelecida e cumpridas as condições impostas aos concessionários, concedia-se o direito de exploração das granjas durante oito anos, findos os quais, comprovando o bom aproveitamento das terras, admitia-se aos beneficiários o direito de propriedade.²⁷⁵ Desta forma, alguns ex-deportados passaram a tomar conta de várias produções agrícolas. De resto, profissionalmente, alguns continuaram os negócios e profissões de antes, alguns ingressaram na carreira administrativa civil, enquanto outros participaram ativamente na criação de algumas das principais instituições económicas e sociais da época, nas quais assumiram cargos de responsabilidade. Houve pelo menos um ex-deportado que assumiu cargos políticos.

²⁷³ Entrevista a Mário Carrascalão, Díli, 1.5.2014.

²⁷⁴ Ver relação em anexo das famílias de ex-deportados que residiram em Timor nos anos 1947-1975.

²⁷⁵ BOT 18, 5-05-1947: 153-154 e *Diploma Legislativo* Nº 262, de 5.5.1947.

Relativamente à descendência dos indivíduos em estudo, tratando-se de crianças que desde cedo foram à escola, que falavam português como língua materna e, nalguns casos, cujos pais tinham posses, há semelhança de alguma descendência dos *Liurais* e filhos de outros europeus, foram os primeiros jovens na Colónia a ter a oportunidade de prosseguir os estudos em Lisboa ou nas restantes Colónias. Existem outras questões que abordaremos mais em pormenor no capítulo seguinte, que incentivaram a que a descendência de pais europeus formasse um grupo algo fechado sobre si mesmo e destinto dos restantes jovens timorenses, formando-se assim uma elite que a partir de meados dos anos 60, passou a ocupar os lugares chave na organização política, económica e social de Timor.

IV Capítulo

Na impossibilidade de tratar detalhadamente o caso de cada deportado, neste último capítulo analisaremos cuidadosamente o percurso de vida de dois deportados e respectivas famílias. Tanto quanto possível com a informação recolhida, começaremos por traçar os seus caminhos antes de chegarem a Timor, de forma a melhor entendermos quem são estas pessoas e o porquê das suas decisões. Os dois casos seleccionados foram as famílias Filipe e Horta, um deportado “social” de 1927, outro “político” de 1931, que como veremos percorreram caminhos bem diferentes, não só pelas suas posições políticas, relações com a administração portuguesa, relações familiares, etc.. ainda que hoje sejam duas famílias muito ligadas.

Importa contudo assinalar que conforme se poderá constatar detalhadamente nas notas biográficas em anexo, cada deportado traçou o seu caminho de uma forma muito particular. Da mesma forma, é importante apontar que sendo um grupo de análise tão grande, cujas famílias se encontram actualmente dispersas pelo mundo, houve várias com quem não conseguimos comunicar e muitas das que efectivamente conseguimos, seria preciso muito mais tempo com as mesmas para ouvir todos aqueles detalhes que tanto enriquecem as histórias de vida.

4.1. Arsénio José Filipe nasceu na Rua Vale do Pereiro, em Lisboa, sendo a



data mais provável do seu nascimento 24 de Agosto de 1885.²⁷⁶ Era filho de José Filipe e Imerciana Ramos, irmão de José Filipe, também deportado para Timor e de Manuel Filipe, morto pela PIDE em Lisboa. Arsénio era pintor de profissão, vivia na Rua do Sol ao Rato e à data da sua deportação, já havia constituído família. Vivia com Rosália Joaquina e o filho de ambos, Avelino

Filipe. Rosália era também ativista convicta, tendo estado detida em 1920.²⁷⁷

Arsénio foi um dos membros fundadores da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920). Como vimos no primeiro capítulo, um movimento

²⁷⁶ NAA - MP1103/1, N1762.

²⁷⁷ Entrevista a Dulce Martins, Portugal, 4.7.2013.

revolucionário que embora sem ligação directa à Rússia comunista, inspirou-se nas facções mais radicais envolvidas da revolução russa de 1917. Entre outros feitos, a FMP foi responsável pela edição de *A Bandeira Vermelha*, periódico que visava denunciar as injustiças da sociedade e divulgar os princípios revolucionários importados dos movimentos comunistas internacionais. Desde o início da sua tiragem este jornal sofreu muita repressão, a escritores, vendedores, compradores, etc... razão pela qual vários artigos eram assinados com nomes fictícios, tornando difícil saber-se se algum terá sido escrito por Arsénio. Em fins de 1920, devido à severa repressão, a Federação acabou por cessar funções mas, logo em Março de 1921, grande parte dos seus antigos membros respondem ao apelo do II Congresso do *Komintern* da Rússia que visava a formação de partidos comunistas pela Europa, formando-se assim o Partido Comunista Português.²⁷⁸

Infelizmente não nos foi possível aceder ao cadastro de Arsénio. As fontes que temos são apenas a imprensa da época, sobre a qual, dada a sua agenda política, é necessário ter um olhar crítico. A imprensa informa-nos que Arsénio esteve detido várias vezes por crimes ditos sociais, ou seja, crimes relacionados com a luta por melhores condições de vida e trabalho para os operários, embora por vezes, fazendo uso da força.²⁷⁹ Segundo uma sua neta, ao longo do ano de 1919, Arsénio José Filipe participou numa greve ferroviária e esteve envolvido na luta pelo não aumento do horário de trabalho.²⁸⁰ Efetivamente, como vimos durante no primeiro capítulo, o ano de 1919 foi um ano de grandes protestos. Tendo o Governo decretado um conjunto de medidas sociais que incluíram a implementação de um máximo de oito horas de trabalho diárias,²⁸¹ algumas associações patronais apelaram ao *lockout* generalizado, logo executado por Alfredo da Silva. Ora, sujeito às fortes pressões do Patronato, o Governo viu-se obrigado a suspender tais medidas, deixando a classe operária muito descontente.²⁸² Nesse mesmo ano, houve ainda uma greve ferroviária que durou cerca de dois meses, durante a qual, para evitar a circulação de comboios, alguns sindicalistas recorreram à sabotagem do material ferroviário. Como resposta, o exército utilizou sindicalistas presos como reféns e manteve-os no primeiro vagão de

²⁷⁸ Telo 2011: 193 e maltez.info/respublica/Cepp/partidos_e_movimentos/portugueses/federacao_maximalista_portuguesa.htm, consultado a 10.12.2014.

²⁷⁹ *A Capital*, 6.7.1925: 2.

²⁸⁰ Entrevista a Dulce Martins, Portugal, 4.7.2013.

²⁸¹ Decreto nº5516.

²⁸² Telo, 2011: 200-202.

cada comboio, a fim de evitar as sabotagens.²⁸³ Terá sido, muito provavelmente nestas duas formas de protesto que Arsénio esteve envolvido, embora a falta de fontes de informação e a distância dos acontecimentos, não nos permitam concluir exatamente de que forma.

Em inícios de 1920 saiu a notícia no jornal *A Bandeira Vermelha* que, “embora sem a mínima prova, Arsénio José Filipe permanece preso há já seis meses por alegado envolvimento no atentado a Alfredo da Silva”. Alfredo da Silva foi o fundador da Companhia União Fabril, uma das grandes firmas portuguesas que se consolidou no início do século XX, era visto como responsável pelo recuo das referidas medidas sociais tomadas pelo Governo. Alfredo da Silva foi vítima de três atentados, razão pela qual mais tarde emigrou para Espanha, gerindo as suas companhias à distância. O atentado em questão ocorreu a 18 de Julho de 1919, na Avenida Wilson, em Lisboa, e na sequência do mesmo, Arsénio foi imediatamente preso, tendo sido feita uma minuciosa rusga a sua casa. Também a sua companheira Rosália foi interrogada, ficando o filho dos dois a cargo da avó paterna. Apesar de ambos negarem participação no atentado, Arsénio permaneceu preso. Em Agosto de 1920, era no Limoeiro que assinava uma carta onde anunciava que a sua cela havia sido alvo de revista e em Janeiro de 1921, encontramos uma outra carta escrita no mesmo local e assinada por vários presos sociais, Arsénio José Filipe incluído, dando conta das más condições em que os presos se encontravam.²⁸⁴

Somente em Abril de 1925 voltamos a encontrar mais referências a Arsénio, data em que é novamente noticiado que Arsénio José Filipe havia sido preso.²⁸⁵ Segundo o jornal *O Século*, depois de questionadas pela polícia, algumas casas bancárias afirmam terem sido procuradas por *Bela Kun*, pelo *Avante*, ambos conhecidos membros da “*Legião Vermelha*” e ainda “por um tal Filipe”, para lhes doassem elevadas quantias destinadas a socorrer os operários sem trabalho. Meses mais tarde também é noticiado pelo jornal *A Capital* que haviam terminado as diligências de mais um crime alegadamente protagonizado pela “*Legião Vermelha*”, o fabrico e venda de selos falsos. Segundo o jornal, Arsénio José Filipe seria um dos vendedores de selos falsificados por terceiros, com vista à obtenção de dinheiro para a

²⁸³ Farinha, 1998: 85-96.

²⁸⁴ *A Bandeira vermelha*, N°17, 25.1.1920: 3, *A Capital*, 19.07.1919: 2, *A Capital*, 20.07.1919: 1, *A Bandeira Vermelha*, N°41, 8.9.1920: 4 e PT/AHS, Caixa 109, 2651, mç 867.

²⁸⁵ *A Batalha*, 24.4.1925:2.

luta social. Embora tenha negado o seu envolvimento em ambas as acções, Arsénio José Filipe foi detido e deportado para a Madeira em finais de Abril de 1925.²⁸⁶

Logo no dia seguinte, já o Jornal *A Batalha* denunciava a deportação de dezoito presos sociais sem que tivessem sido presentes a qualquer processo de julgamento.²⁸⁷ Dois dias depois, o mesmo jornal publicou uma carta escrita por Mário Monteiro, advogado de vários deportados, Arsénio José Filipe incluído, que havia sido enviada ao ministro da justiça expondo a inconstitucionalidade da medida tomada pelo Governo.²⁸⁸ Sem que tal tivesse surgido qualquer efeito, em finais de Maio, o navio Carvalho de Araújo dirigiu-se à Madeira a fim de receber os dezoito presos que ali se encontravam e rumou a África. A estes juntou-se um novo grupo, vinte e oito prisioneiros sociais, detidos na sequência do atentado ao Ferreira.²⁸⁹ Conforme visto no primeiro capítulo, imediatamente foi anunciada uma greve geral de 48 horas contra as deportações e publicada uma lista dos “deportados por quem a organização operária se interessa e está lutando” na qual também consta o nome de Arsénio José Filipe.²⁹⁰ Já depois de Arsénio chegar a Cabo Verde, a imprensa continuou a publicar notícias com o seu: que havia sido afixado por toda a cidade o seu cadastro e o de Bernardino Santos²⁹¹ e ainda, uma apreensão de documentos a um outro preso, relativos a um assalto que lhe poderiam ser comprometedores.²⁹² Em data incerta Arsénio foi transferido para a Guiné e finalmente para Timor, onde chegou a bordo do navio Pêro D’Alenquer, em Outubro de 1927.²⁹³

O navio saiu de Lisboa em meados de Abril de 1927, com um grupo que à semelhança do de Arsénio José Filipe, tinha sido preso por delito social, daí que mais tarde, os deportados chegados a Timor nessa altura tenham ficado conhecidos como “deportados sociais”. A bordo do navio vinha José Filipe, seu irmão, embarcado em Lisboa. Como vimos anteriormente, à chegada a Timor os deportados foram imediatamente direccionados para começarem a trabalhar na sua área de aptidão e com

²⁸⁶ *A Capital*, 23.7.1925:1, *O Século*, 11.4.1925:2, *O Século*, 12.4.1925:2 e PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

²⁸⁷ *A Batalha*, 1.5.1925.

²⁸⁸ *A Batalha*, 3.6.1925: 1.

²⁸⁹ *A Capital*, 29.5.1925: 2; *O Século*, 29.5.1925: 2; *O Século*, 30.5.1925: 1 e 2, *A Batalha*, 30.5.1925:2. PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo. Ver relação em anexo.

²⁹⁰ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo, *A Batalha*, 3.6.1925:1 e *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925:1.

²⁹¹ *O Século*, 11.6.1925: 6.

²⁹² *O Século*, 14.6.1925: 5.

²⁹³ Rodrigues, 1982: 280.

direito a salário mensal. Arsénio Filipe ficou empregado como mestre de obras no Departamento das Obras Públicas do Governo, colocado em Manufahi, local de onde era natural a mãe de suas filhas e onde nasceu a sua primeira filha, Natalina Ramos Filipe, em 1929.²⁹⁴ Com efeito, nesse mesmo ano, era também de Manufahi que contribuía, juntamente com seu irmão José, a favor do Sanatório para Sargentos Tuberculosos do Exército de Terra e Mar.²⁹⁵ Em 1931, nasceu a sua segunda filha em Lautém, Noémia Ramos Filipe. Provavelmente onde Arsénio terá trabalhado como mestre de obras, tendo-se feito acompanhar por Rosa, mãe das suas filhas.²⁹⁶

Em Julho de 1933, Arsénio encontrava-se a residir em Díli, a trabalhar como guarda do Depósito de Madeiras, na Repartição dos Serviços Agrícolas, Florestais e da Pecuária e a receber 30 patacas de ordenado.²⁹⁷ Em Julho de 1934, foi contratado como Guarda das Oficinas da FOAG, Fábricas, Oficinas e Armazéns Gerais de Fomento, a receber 50 patacas de ordenado.²⁹⁸ Para além deste ordenado, acumulava ainda o subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas.²⁹⁹

Ao longo da sua estadia em Timor, tal como com grande parte dos deportados, as relações com a Administração Portuguesa não foram fáceis. Arsénio esteve detido três vezes em Ataúro: por pescar com dinamite, por um conflito com o Governador e, possivelmente por participação também nas organizações revolucionárias, referidas no capítulo anterior.³⁰⁰ Chegou também a ser enviado para o Suai depois de um desentendimento com o motorista do Governador.³⁰¹

Relativamente à vida social de Arsénio José Filipe, tendo o deportado Mário dos Santos Fontainhas falecido, é publicado no *BOT* um agradecimento por parte de outros três deportados: Jaurés Viegas, Arsénio José Filipe e António Augusto dos Santos, pela presença de todos na cerimónia fúnebre.³⁰² Estes poucos anúncios são extremamente interessantes porque nos ajudam a entender as amizades e ligações estabelecidas entre os deportados em Timor.

²⁹⁴ Chamberlein, 2010: Anexo A: 15 e Entrevista a Dulce Martins, Portugal, 4.7.2013.

²⁹⁵ *BOT*, 28.9.1929.

²⁹⁶ Entrevista a Dulce Martins, Portugal, 4.7.2013.

²⁹⁷ *BOT*, 8.7.1933.

²⁹⁸ *BOT*, 11.8.1934.

²⁹⁹ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

³⁰⁰ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935, entrevistas a Dulce Martins, Portugal, 4.7.2013 e a Maria Gomes, Baucau, 29.11.2014.

³⁰¹ Chamberlein, 2010: Anexo A, p.15.

³⁰² *BOT*, 3.8.1935.

Relativamente à sua vida familiar, como vimos, manteve uma relação marital com uma timorense natural de Manufahi, com quem teve duas filhas. Embora a família a reconheça com o nome de Rosa, este não seria o seu nome original timorense. Foi um nome muito provavelmente dado por Arsénio. Como vimos anteriormente, vários deportados o fizeram. Com efeito, esta é uma das referidas famílias que pelas circunstâncias históricas, a descendência perdeu o contacto e que pela troca do nome dificilmente se reencontraram os laços familiares maternos.

Em data incerta, a família construiu uma casa no Remexio, local onde a família se encontrava aquando do desembarque das tropas japonesas em Díli. Em meados de Maio de 1942, sabendo que o exército japonês já se tinha apercebido que alguns deportados auxiliavam os militares australianos e que preparavam incursões de intimidação ao interior, a família resolveu fugir. Já depois de terem deixado a casa, Rosa insistiu em voltar atrás para vir buscar umas botas esquecidas. Foi surpreendida pelas colunas negras que deitaram fogo à sua casa, faleceu no interior.³⁰³ Em consequência, Arsénio deixou as suas filhas com a família do seu irmão e integrou a chamada Brigada Internacional do exército australiano. Armado e equipado pelo exército australiano, andou em fuga pelas montanhas, tentando resistir à ocupação pela táctica de guerrilha, tendo mais tarde recebido 66 libras pelo seu serviço. Por ter já alguma idade, Arsénio ficou encarregue da cozinha e de algumas patrulhas. Segundo o Major *Callinan*, prestou um valioso serviço ao exército australiano. Foi evacuado para a Austrália em Janeiro de 1943, a partir de Betano, com as suas duas filhas e a família do irmão.³⁰⁴

Arsénio chegou a *Bob's Farm* em Fevereiro de 1943. Aí ficou os primeiros tempos com as suas duas filhas, a cunhada e os cinco sobrinhos. O seu irmão José ficou ainda uns meses em Timor, chegando à Austrália somente em Agosto. Apesar dos referidos elogios por parte de *Callinan*, de ter demonstrado interesse em regressar a Timor a fim de combater os japoneses e até de haver um relatório com o seu nome atestando a honestidade e boa fé, as relações com as autoridades australianas não correram bem. Em Setembro de 1943, foi transferido para o campo de prisioneiros de guerra em Liverpool, por alegadamente ter aderido ao partido comunista local e por ser considerado, juntamente com outros elementos, um dos responsáveis por alguns

³⁰³ Entrevista a Dulce Martins, Portugal, 4.7.2013.

³⁰⁴ Chamberlein, 2010: Anexo A, p.15.

distúrbios em *Bob's Farm*, distúrbios esses que como vimos tiveram que ver com a reivindicação de igualdade de tratamento entre os próprios e respectivas famílias e os oficiais europeus. Sem entenderem muito bem a razão da detenção, várias foram as manifestações e apelos protagonizados pelo grupo contra a situação. Arsénio José Filipe e o irmão participaram ativamente nas reivindicações, que chegaram a incluir uma greve de fome. Também os vinte e sete europeus e timorenses internados em Liverpool intercederam diretamente contra a detenção de Arsénio. Em Dezembro de 1943, em mais uma tentativa de sair do campo, Arsénio enviou um pedido ao consulado americano solicitando ser aceite como trabalhador no hospital americano. Somente em Março de 1944 cessou o internamento, com a ordem de transferência de uma parte dos detidos para um regime de residência fixa, em Singleton, local onde Arsénio ficou a residir e onde se lhe juntaram as duas filhas.³⁰⁵

Após o armistício, os refugiados foram novamente reencaminhados para Timor, onde chegaram em Novembro de 1945. Tendo-lhes sido finalmente levantada a pena de deportação, logo no mês seguinte cerca de 700 pessoas, Arsénio e as suas duas filhas, o irmão e respectiva família e Francisco Horta, embarcaram no navio Angola, rumo à Metrópole. Já em Lisboa, o nome de Arsénio é mais um dos que aparece no referido processo dirigido da polícia do Porto à Polícia de Lisboa, procurando monitorizar os ex-deportados.³⁰⁶ Contudo, em resposta, a PIDE de Lisboa informa que uma vez que Arsénio havia sido preso antes da existência da PIDE, não existia o seu processo.³⁰⁷

À chegada a Portugal, Arsénio tinha já mais de 60 anos, o que lhe dificultou o processo de arranjar trabalho. Sem quaisquer meios e com uma família para sustentar, uma das soluções encontradas foi fazer um bilhete de identidade falso, razão pela qual é difícil precisar o seu ano de nascimento.³⁰⁸ Em Junho de 1946, Arsénio José Filipe ainda dirigiu uma carta diretamente ao Presidente do Conselho, Sr. Dr. Oliveira Salazar. Afirmava não ter forças para regressar a Timor e recomeçar tudo de novo, pelo que pedia o pagamento dos subsídios de deportado social em atraso desde Agosto de 1942 e o pagamento de uma indemnização pelos haveres perdidos na colónia durante a guerra. Arsénio argumentou ter perdido “todos os haveres até então

³⁰⁵ Chamberlein, 2010: 40 e Anexo A, p.15.

³⁰⁶ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

³⁰⁷ PT/ANTT/PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946

³⁰⁸ Entrevista a Dulce Martins, Portugal, 4.7.2013.

aí adquiridos com o esforço do seu trabalho e que constituíam o amparo da sua velhice” e, tendo uma filha para casar, Arsénio apelava ao Sr. Presidente do Conselho “a atender esta humana petição afim de que se não se ensombre mais a negridão do dia de amanhã a este chefe de família para poder viver a velhice e assegurar o pão aos seus”. Sem ter em conta o período compreendido entre a data em que deixaram de ser pagos os subsídios até à data em que a pena de deportação foi levantada, o seu pedido foi indeferido, sob o argumento de que a nota de deportação já havia sido levantada. Quando ao pedido de indemnizações, seriam feitas as contas e a seu tempo as receberia, algo que a família não se recorda de alguma vez ter acontecido.³⁰⁹

Em 1947, Arsénio casou com Rosália Joaquina, mãe do seu primeiro filho, que assumiu Noémia e Natalina como se fossem suas filhas. Noémia tinha 14 anos quando chegou a Portugal e aí ficou o resto da sua vida, onde casou e teve a sua família. Como veremos já de seguida, Natalina embarcou de novo rumo a Timor ainda em 1946, com Francisco Horta, com quem teve onze filhos. Rosália Joaquina morreu em Abril de 1954 e Arsénio José Filipe em Maio de 1963, ambos em Portugal.³¹⁰

4.2. Francisco Horta, o *Chico Marujo*³¹¹ era filho de António Luís Horta e



Beatriz Santos Leite. Na documentação encontrada existem diferentes datas e locais do seu nascimento. Na sua campa está inscrita a data de 26 de Agosto de 1906. Quanto ao local de nascimento, as possibilidades variam entre a Freguesia de S. Julião da Figueira da Foz e a Freguesia

da Pena, em Lisboa.³¹² Embora exista documentação que o refira como ajudante de motorista,³¹³ o próprio identificava-se como marítimo e como veremos adiante,

³⁰⁹ PT/AHU/233/2G/MU/GM/MÇ/1946 e Entrevista a Dulce Martins, Portugal, 4.7.2013.

³¹⁰ Entrevista a Dulce Martins, Portugal, 4.7.2013.

³¹¹ Fotografia de Francisco Horta e Natalina Filipe, retirada de www.facebook.com/photo.php?fbid=389597112886&set=a.389597027886.171706.627517886&type=3&theater, a 28.10.2015, com a devida autorização da família.

³¹² NAA- MP1103/2, Q540 e PT/AHU/5/2G/MU/DGAPC/MÇ/1936-1948.

aquando da ocupação japonesa foi contratado pelo exército australiano, com base nessa mesma experiência.

Segundo António Monteiro Cardoso, Horta foi preso por alegado envolvimento nas revoltas reviralthistas contra a instauração da ditadura militar em Portugal,³¹⁴ pelo que a 28 de Junho de 1931 partia de Lisboa rumo ao desterro em Timor, onde chegou em Outubro de 1931. Tal como todos os deportados vindos neste navio, foi desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram de “campo de concentração”.³¹⁵ Após a libertação do campo, os últimos deportados a sair, fizeram-no em Fevereiro de 1932, contudo, por razões desconhecidas, a 11 de Setembro viajava para Oecussi um enfermeiro a fim de acompanhar o “deportado político” Francisco Horta.³¹⁶

Em Fevereiro de 1934, Horta tinha a sua residência fixada na circunscrição civil de Liquiçá, contudo, em Agosto do mesmo ano e pelo menos até Abril de 1935 teve a sua residência fixada em Ataúro, local onde Horta assinou um recibo do subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas,³¹⁷ pelo que deduzimos que terá sido para ali enviado pelas autoridades, a fim de cumprir uma pena.

Posteriormente assentou em Manatuto, a trabalhar como encarregado numa pequena companhia marítima do Governo que fazia o transporte de materiais de construção, sal e milho.³¹⁸ Ainda antes da Guerra, Francisco teve dois filhos de duas uniões diferentes. O mais velho, António (24.12.1940-1992), filho de mãe timorense e Beatriz, filha de Rosa Soares Gonçalves, natural de Lacluta, em Manatuto.

Datada de finais de 1939, ou seja, logo após o estalar da Guerra na Europa, depositada no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa encontra-se uma troca de correspondência entre o Administrador de Manatuto, Dr. Mendes de Almeida e o Governo da Colónia, que nos dá conta de Francisco Horta, sob as ordens do administrador e com base na sua própria experiência militar, ter ministrado instrução militar à companhia de Moradores de Manatuto. Constatamos ainda, que mal o Governo tomou conhecimento disto, imediatamente ordenou a cessação de tal ensino,

³¹³ AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42-GGT.

³¹⁴ Cardoso, 2007: 244.

³¹⁵ Loureiro, 1956: 171-175, Cardoso, 2007:244 e Figueiredo, 2004: 710.

³¹⁶ BOT 40 Suplemento, 3.10.1932.

³¹⁷ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

³¹⁸ Chamberlein, 2010: Anexo A, p: 31-33.

alegando o grande ascendente que geralmente um instrutor militar teria sobre os seus instruendos e o risco que isto representava no caso do instrutor ser um deportado. A estas ordens, o administrador respondeu que a instrução terminaria de imediato, embora acrescentando que a ideia inicial teria sido Horta fornecer somente por escrito aos comandantes da companhia algumas instruções sobre exercícios militares, tendo evoluído para instrução directa somente a dois ou três sargentos, perante o desinteresse dos comandantes pela instrução escrita.³¹⁹

À data da invasão japonesa, Francisco Horta encontrava-se em Manatuto. Chegou a ser preso pelos japoneses acabando por ser solto depois da intervenção das autoridades portuguesas.³²⁰ Em Agosto de 1942, na sequência das revoltas de Turiscai e Maubisse, Francisco Horta integrou como voluntário a coluna militar comandada pelo administrador Mendes de Almeida, enviada para reprimir a rebelião.³²¹ Após a supressão dos revoltosos, Francisco Horta juntou-se ao exército australiano e andou em fuga pelas montanhas, tentando resistir à ocupação pela tática de guerrilha, até ser evacuado de Barique para a Austrália, a 3 de Agosto de 1943. Os seus filhos ficaram entregues a Rosa Soares até ao seu regresso a Timor, o que, como vimos aconteceu somente em meados de 1946.³²²

À chegada à Austrália, Horta ficou em Darwin uns dias, passou depois pelo *Gaythorne Internment Camp* em Brisbane, chegando ao campo de prisioneiros de guerra de Liverpool, em finais de Setembro de 1943.³²³ O seu nome constava na referida lista de elementos a não enviar para *Bob's Farm*, elaborada pelo Tenente Pires que receava que à chegada ao campo, certos elementos divulgassem informações confidenciais relativamente às posições da resistência em Timor.³²⁴ Também Horta participou activamente nos protestos contra esta detenção mas sem efeito. Somente em Abril de 1944 cessou o internamento com a sua partida para Tatura e quatro meses depois para Singleton, onde ficou de residência fixa, confinado aos limites de uma propriedade denominada de *Minnibah* e devendo a sua correspondência ser submetida a censura.³²⁵

³¹⁹ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42-GGT.

³²⁰ Chamberlein, 2010: Anexo A, p: 31-33.

³²¹ Carvalho, 2003.

³²² Entrevista a Dulce Horta Lemos, Díli a 30.4.2014.

³²³ Chamberlein, 2010, Anexo A, p: 31-33, Cardoso, 2007: 231-232 e NAA- MP1103/1, Q541.

³²⁴ Cardoso, 2007: 95.

³²⁵ NAA- MP1103/1, Q540.

Devido à sua experiência naval e telegráfica, já em 1945 foi recrutado por Sousa Santos, oficial militar português, em nome do exército australiano, para integrar uma coluna (*Op Starling*) a enviar para Timor. Francisco Horta chegou a participar nos treinos entre Março e Abril em Queensland, com direito a salário de uma libra por semana, mas a operação acabou por ser cancelada após o armistício.³²⁶

Em finais de Novembro de 1945, Francisco Horta partiu no navio Angola rumo à Metrópole, onde chegou em meados de Fevereiro de 1946. Terá sido muito provavelmente ao longo desta viagem que Francisco Horta e Natalina Filipe se enamoraram, já que na carta que Arsénio enviou ao Sr. Presidente do Conselho, um dos argumentos utilizados era precisamente o facto de ter uma filha para casar. Da mesma forma, em finais de Março, Horta já apresentava um requerimento ao Governo para que lhe concedesse a passagem de regresso a Timor, para onde desejava ir “como colono, acompanhado de sua mulher, Natalina Ramos Filipe Horta”, embora por esta altura, ainda não tivessem registado a sua união oficialmente.³²⁷ Com efeito, Francisco e Natalina regressaram a Timor no navio Quanza, tendo a filha mais velha do casal, Romana, nascido a bordo do navio, ao 12º dia de viagem do troço Funchal – Luanda, concretamente à 1 hora e 50 minutos, do dia 7 de Agosto de 1946.³²⁸

O casal viveu maritalmente, sem oficializar o matrimónio junto das autoridades durante mais de vinte anos. Fizeram-no somente em 1968, depois de concedida a aprovação para contrair matrimónio requerida pelas autoridades governativas, a todos os funcionários públicos em serviço nas Colónias.³²⁹ Não obstante, para além de Romana, nascida a bordo do navio Quanza (7.8.1946), Francisco e Natalina tiveram mais dez filhos: Francisco (Díli, 13.2.1948 – 22.4.2013), José Manuel (Díli 26.12.1949), Arsénio (Laclubar, 14.9.1951), Rosa (Díli, 5.05.1953), Nuno (6.11.1954-?) Natalino (09.56-58-?), Mariazinha (24.7.1958-1976?), Guilherme (19.3.1960-?), Aida (Baucau, 5. 10. 1962) e Licínia (Laga, 20.5.1964).³³⁰

À chegada a Timor, a família ficou a residir na região de Manatuto, tendo-se-lhe juntado o filho mais velho António, que Natalina acolheu como família. Beatriz permaneceu com a mãe Rosa, sendo que durante vários a ligação entre a família Horta

³²⁶ Chamberlein, 2010, Anexo A, p: 31-33.

³²⁷ PT/AHU/5/2G/MU/DGAPC/MÇ/1936-1948.

³²⁸ PT/ANTT/CNN/NT9869_c0001.

³²⁹ Decreto nº 32:657, de 6.02.1943 e Decreto nº 48:286, de 22.03.1968 e *BOT* 33, 3.08.1968: 660-661.

³³⁰ Informação concedida por Licínia Horta, via Fb 16.8.2015.

e Beatriz se desvaneceu, restabelecida somente já no tempo indonésio. Inicialmente Francisco Horta trabalhou nos poços de petróleo em Pualaca, onde António eventualmente também viria a trabalhar.³³¹ Em Setembro de 1951, Francisco ingressou a carreira administrativa civil, tornando-se aspirante do quadro administrativo colocado na circunscrição de Manatuto, no Posto de Barique. No final desse mesmo ano, passou a encarregado de Posto de 3ª classe do quadro auxiliar dos serviços administrativos, ainda em Barique e em Agosto de 1952 foi transferido para Laclubar, a fim de exercer as mesmas funções. Em Outubro de 1957, foi promovido a encarregado de Posto de 2ª classe e colocado em Atsabe, na circunscrição de Ermera, funções pelas quais, no âmbito do final do mandato do Governador Serpa Rosa e por “se ter revelado um funcionário competente, trabalhador, ponderado, zeloso e com um muito apreciável conhecimento das populações locais”, foi louvado em Julho de 1958. Em Agosto de 1962 foi transferido para o Posto de Venilale, no concelho de Baucau e em Março de 1963, promovido de primeiro escriturário do quadro de secretaria dos Serviços de Administração Civil, a Adjunto de Administrador de Posto, a exercer funções no posto de Alas do concelho de Suro, nomeação que durou apenas uns meses, pois logo em Julho do mesmo ano, foi transferido a fim de exercer as mesmas funções no Posto de Laga, onde permaneceu até Novembro de 1968. Nesta data, o *Boletim Oficial de Timor* anunciava a sua aposentação, ainda que Horta ali tenha permanecido até ao fim dos seus dias.³³²

Até terem idade para irem para a escola primária, os filhos seguiram os pais na rotação pelos Postos. Acompanhavam o pai nas visitas às aldeias, onde iam a cavalo e onde por vezes ficavam a dormir, pois a distância e o trabalho a ser feito não permitiam visitas curtas. Havia que tratar dos arrolamentos, recolher o imposto, mediar questões relacionadas com a justiça, etc... trabalhos geralmente feitos em coordenação com as elites locais. De vez em quando havia festas para as quais Francisco também era convidado, ficando sentado a assistir muito atentamente enquanto todos dançavam. De resto, as crianças por ali brincavam com as outras crianças, enquanto Natalina geria a casa. Com efeito, especialmente durante o tempo em que estiveram em Laga, sendo ponto de ligação a vários outros postos, era

³³¹ Entrevista a Rosa Ramos Horta Carrascalão, Díli, 26.4.2014 e a Dulce Horta Lemos, Díli, 30.4.2014.

³³² *BOT* 36, 8.09.1951: 629-630, *BOT* 52, Suplemento2, 31.12.1951: 916-918, *BOT* 14, 3.04.1954: 154, *BOT* 43, 26.10.1957: 625, *BOT* 27, 5.07.1958: 402, *BOT* 34, 25.08.1962: 687, *BOT* 13, 30.03.1963: 383, *BOT* 31, 3.08.1963: 708, *BOT* 2, 11.01.1969: 17e *BOT* 49, 5.12.1970: 115.

costume receberem em casa quem estivesse de viagem, de visita à ponta leste: funcionários, militares, religiosos, antigos colegas de deportação, etc...³³³ Chegados à idade escolar, os mais velhos foram ingressando o colégio interno de Soibada e iam passar férias a casa, no local onde o pai estivesse destacado. Conta-nos a filha mais velha do casal, Romana Barbosa que só foi baptizada quando chegou ao Colégio, aos sete anos de idade. Até então não era costume a família ir à missa por não haver um missionário ali sediado. Facto significativo da presença de missionários e da fé católica dispersa pelo território, ao longo do século XX. Por outro lado, é também possível que Natalina tenha herdado do pai não só a sua forte personalidade, mas também as convicções anticatólicas características dos ideais comunistas, o que explica que nunca tenha sentido a necessidade de baptizar os seus filhos ou até mesmo de oficializar a sua relação com o pai dos seus filhos, embora não signifique que mantivesse más relações com a Igreja.

Quando os filhos foram para o Liceu em Díli, durante os primeiros tempos ficaram com os padrinhos, família Valadares e depois numa casa em Bemori, que ainda hoje pertence à família.³³⁴ Francisco Horta morreu na residência do Posto Administrativo de Laga, às 18:30 do dia 15 de Novembro de 1970, Com a morte de Francisco, Natalina Ramos Filipe Horta, tendo recentemente oficializado o matrimónio com Francisco Horta junto das autoridades portuguesas, passou a receber uma pensão de sobrevivência.³³⁵

Em 1974, quando se deu a revolução de 25 de Abril e foram dadas ordens de descolonização, à excepção de José Manuel Ramos-Horta que se encontrava em Moçambique, a família encontrava-se em Timor. José Horta ainda regressou a Timor, mas eventualmente começou a instabilidade da guerra civil. Nomeado para o cargo de Ministro das Relações Exteriores aquando da proclamação da independência da República Democrática de Timor-Leste a 28 de Novembro de 1975, dias antes da já programada ocupação, Horta viajou para Nova Iorque a fim de apresentar às Nações Unidas o caso timorense. A ocupação deu-se a 7 de Dezembro desse mesmo ano, pelo que Ramos-Horta ali permaneceu como representante permanente da FRETILIN na ONU, de forma a chamar a atenção para as atrocidades cometidas pelo exército

³³³ Entrevista a Licínia Horta, Oeiras, 05.09.2015 e Entrevista por telefone com Romana Ramos -Horta Barbosa, 7.9.2015.

³³⁴ Entrevista a Rosa Ramos-Horta Carrascalão, em Díli, a 26.4.2014.

³³⁵ BOT 24, 12.06.1971: 602 e BOT 33, 12.08.1972: 780.

indonésio no seu país. Com a família dividida entre partidos políticos, alguns membros da família já haviam optado pelo exílio, outros permaneceram em Timor. Três elementos da família morreram logo nos primeiros anos da ocupação. Natalina permaneceu em Timor, esteve alguns anos refugiada nas montanhas e só em 1989 foi evacuada pela Cruz Vermelha. Actualmente a família reside entre Portugal, Austrália e Timor.

Da mesma forma que analisámos o percurso de vida da filha de Arsénio José Filipe, Natalina Filipe através do seu casamento com Francisco Horta, interessa também analisar o percurso de vida de António Horta, filho deste último. Concluiremos o capítulo com uma breve e geral análise sobre a situação de alguns dos filhos do grupo em estudo, no sentido de melhor compreender, não só como os deportados se relacionaram com Timor e com os timorenses, mas também, como as suas famílias o fizeram.

António Horta nasceu em Timor, a 24 de Dezembro de 1940 e morreu, também em Timor, em 1992. Era filho de Francisco Horta e de mãe timorense. Durante a invasão japonesa, enquanto o seu pai se encontrava refugiado na Austrália, António ficou em Timor entregue a Rosa Soares, mãe de sua meia-irmã. Em 1946, voltou para junto do pai e da sua nova família, o ramo Filipe, com quem sempre viveu e com quem, ainda hoje, a sua família mantém relações próximas.³³⁶ Como vimos, aquando do regresso a Timor, Francisco Horta trabalhou nos poços de petróleo em Pualaca. Tendo depois enveredado pela carreira de funcionário civil da administração portuguesa, foi António quem o ficou substituir, como responsável da precária exploração do petróleo do Estado. Conta-nos a irmã Rosa que “o poço era no meio da ribeira e os trabalhadores deitavam o balde e depois puxavam-no cá para cima. Eram muitos, todos a cantar. Depois destilava-se o óleo para fazer petróleo, que já podia ser usado nos candeeiros”.³³⁷

Tendo vivido na região toda a sua vida, António cresceu a conviver diariamente com os timorenses, com as suas formas de estar e com as suas instituições. Ainda que filho de pai português e criado a partir dos seis anos junto de uma família luso-timorense, António assumiu os traços culturais timorenses como seus e casou com uma das filhas do *Liurai* de Barique, D. Tito dos Reis e Cunha.

³³⁶ Entrevista a Dulce Horta Lemos, Díli, 30.4.2014.

³³⁷ Entrevista a Rosa Ramos Horta Carrascalão, em Díli, 26.4.2014.

Provavelmente por se tratar de um reino que já desde meados do século XIX mantinha boas relações com a administração portuguesa e com a Igreja, D. Tito já incorporara como seus alguns traços culturais europeus: a sua filha foi educada junto das irmãs Canossianas, no Colégio de Soibada e segundo uma sua neta, embora exista a *Uma Lulik* da família, o avô nunca os incentivou a participar nas cerimónias rituais. Ainda assim, como vimos no capítulo II, sendo o casamento considerado uma forma de cimentar alianças e sendo que houve casos de *Liurais* a incentivar o casamento de suas filhas ou familiares com funcionários europeus para este efeito, é possível que também D. Tito o tenha feito. Assim, o casamento de António e Alzira foi celebrado das duas formas: segundo os costumes locais, o *barlaque* e também pelo registo católico, sendo que este último englobaria também o registo civil, já que durante largas dezenas de anos foi a Igreja quem assumiu as responsabilidades destes registos.

Como vimos anteriormente, a *Uma Lulik* é uma instituição fundamental em Timor, reguladora de toda a vida social tradicional. Como tal, sendo que na maioria das regiões, aquando de um casamento, a mulher sai de Casa do pai para integrar a casa do marido, é particularmente necessário que o homem esteja integrado numa, especialmente no caso do casamento da filha de um *Liurai*. Ora, António por ser filho de pai português não estava integrado numa *Uma Lulik*, pelo que não tinha estatuto na hierarquia social tradicional. Por esta razão, antes do casamento fez-se uma cerimónia ritual na qual foi incorporado como membro da família do *Liurai* de Samoro e só então “António passou a ter uma posição social digna para se poder casar com a filha do *Liurai* de Barique. Assim, foi a família real de Samoro quem representou António nas negociações do *barlaque*”.³³⁸ Segundo o irmão José Ramos-Horta, “o noivo e os seus pais deviam doar determinados valores aos pais da noiva, búfalos, joias, etc... A importância do *barlaque* subia com a importância social da noiva. Os meus pais devem ter ido para a bancarrota com tal casamento, dado o estatuto social da noiva.” Ramos-Horta descreve uma cerimónia de grande aparato, três dias e três noites, muita comida, *jogatana* e até luta de galos.³³⁹

Para chegar de Pualaca a Barique eram necessárias umas quatro horas a cavalo, pelo que fica a questão sobre como se conheceu o casal e como começou a relação. Segundo a filha Dulce, “antigamente os *Liurais* mantinham relações e

³³⁸ Entrevistas a Eugénio Sarmento a 11.4.2014 e a Dulce Horta Lemos, Díli a 30.4.2014.

³³⁹ Ramos-Horta, 1994: 47.

encontros com os *Liurais* das restantes regiões. Os chefes de posto também se visitavam entre si e aos *Liurais*. Todas as festas importantes, Natal, Páscoa, etc.. todos se encontravam na Missão de Soibada”, argumento que nos revela uma vez mais que as elites locais se relacionavam e casavam entre si, procurando manter a sua posição social.

O casal António e Alzira teve oito filhos e sempre viveu em Barique, hoje conhecido por Natarbora, onde António foi informalmente assumindo a liderança local, mediando a regulando a vida social da região, funcionando como ponte de ligação entre a população local e o chefe de posto. Segundo a filha Dulce, “António participava em todas as cerimónias como se fosse um timorense puro. Conhecia todas as culturas de Manatuto e falava todos os dialectos, *Gaóli*, *Idaté*, *Habu*, *Tétum Terik*. Dentro da comunidade dos seus trabalhadores, quando havia casamentos a serem negociados, era ele quem ia negociar e também quem pagava. Para além disso, pagava também o imposto das povoações em nome dos trabalhadores, sendo que depois trabalhavam para ele. A este sistema de trabalho chamavam de *permanente* porque trabalhavam para ele permanentemente”.³⁴⁰

António morreu nos anos 90. Alzira mora em Natarbora, com alguns dos seus filhos. A família ainda incorpora uma Casa Sagrada, onde vai sempre que há cerimónias de “cultura” e para as quais contribui. Curioso é o facto de a família continuar a visitar a Casa Sagrada de Barique uma vez que seguindo a preceito as normas do *Barlaque*, tendo António sido adoptado pelo *Liurai* de Samoro, ao se casar com António, Alzira e respectiva descendência do casal deveriam incorporar e visitar a Casa de Samoro. Com efeito, José Ramos-Horta e seu irmão Arsénio, muito recentemente foram incorporados numa Casa Sagrada em Samoro.³⁴¹

Esta situação é especialmente curiosa se tivermos em conta que Arsénio José Filipe e Francisco Horta, avô e pai dos anteriores, como europeus nunca incorporaram nenhuma *Uma Lulik*. Natalina Filipe Horta, filha de pai europeu, ou seja, mestiça e casada com um europeu, também não. Muito provavelmente “Rosa”, sua mãe, ao iniciar uma relação marital com Arsénio saiu de Casa dos pais, abandonando a hierarquia social tradicional. António foi incorporado numa Casa Sagrada com vista a poder casar com a filha de um *Liurai*, contudo, com nenhum dos seus irmãos, filhos

³⁴⁰ Entrevista a Dulce Horta Lemos, Díli, 30.4.2014.

³⁴¹ Entrevista a Licínia Horta, Oeiras, 05.09.2015.

de Natalina e Francisco, tal aconteceu, enquanto jovens.

Terminada a ocupação japonesa, com o objectivo de reedificar a Colónia, foram enviados vários contingentes militares para Timor. Chegando a Timor algumas famílias e vários soldados europeus, juntando-se à descendência dos deportados e comunidade chinesa, aumentou consideravelmente o número de jovens mestiços e europeus a residir em Timor. Assim, criou-se uma elite tendencialmente a relacionar-se entre si, razão pela qual grande parte da descendência dos deportados não chegou a integrar uma Casa Sagrada e a hierarquia tradicional, criando antes uma nova hierarquia e estrutura social. Ao contrário de António Horta, a restante juventude não precisou de o fazer para se casar, porque casou dentro de um novo círculo. Por outro lado, sabemos que ao longo dos anos 60 e 70, à medida que o colonialismo português e a Igreja foram impondo os seus valores e poderes, houve casos de famílias timorenses a queimar as suas Casas Sagradas, negando dessa forma as suas ligações aos traços culturais tradicionais.³⁴² Assim, é possível que se tenham realizado casamentos entre a descendência dos deportados e famílias timorenses, cujas famílias não condicionaram o casamento às formas tradicionais timorenses nem tão pouco, impuseram a integração da descendência numa Casa Sagrada.

Na realidade, os traços culturais tradicionais são valores que as actuais autoridades governamentais procuram reavivar no sentido de construir uma identidade nacional. Já depois da Independência, após tantos anos de colonialismos, português e indonésio e de repressão directa ou indirecta dos traços culturais tradicionais, também pela Igreja, havendo diferentes grupos etnolinguísticos e contínuos conflitos entre eles, é necessário criar elementos de unidade de forma a atenuar a diferença. Assim, ao fazermos trabalho de campo nos dias de hoje em Timor-Leste, apercebemo-nos que ao longo do tempo, as práticas se foram alterando. Com o geral dos deportados, não tomámos conhecimento que nenhum tivesse efectivamente *barlaqueado* uma rapariga timorense. Outras formas de relacionamento sim, mas não o *barlaque* e muito menos a integração numa Casa Sagrada. António Horta, descendente de deportados, querendo casar com a filha de um *Liurai* teve de ser adoptado por uma outra família de *Liurais* para o poder fazer, mas foi o único caso que encontramos. A restante descendência dos deportados casou na sua maioria dentro do referido círculo que se criou em Díli, de militares chegados no pós-II Guerra e respectiva

³⁴² Castro, 2012.

descendência, tendo havido também casos de casamentos com membros de famílias que já há muito haviam incorporado traços culturais de origem portuguesa, pelo que sem objecção quanto à não realização do *barlaque* ou a não integração da descendência numa Casa Sagrada.

Actualmente, não havendo relações de poder e repressão directa, mas antes incentivos por parte das autoridades governamentais, existe como que um retorno aos traços culturais ancestrais. Segundo os netos, embora Álvaro Damas tenha vivido maritalmente com uma mulher timorense, tendo o casal adoptado três crianças, a família reconhece que o avô nunca criou relação com nenhuma *Uma Lulik*, “que é uma tradição timorense”. Contudo, nos dias de hoje havendo a necessidade dos netos integrarem uma Casa, embora na região de Liquiçá, local onde a avó nasceu, a tradição mande que a família visite a Casa Sagrada do lado paterno, esta família não a tendo, visita a casa sagrada da linha materna.³⁴³

Também a referida integração dos irmãos José Manuel e Arsénio numa Casa Sagrada em Samoro, revela esta mesma necessidade de recuperar elementos de identidade comum a um “povo”. Sendo algo bastante recente, infelizmente não nos foi possível aprofundar a questão, fica contudo a ideia de que tradicionalmente as famílias timorenses têm a necessidade de integrar na sua hierarquia social tradicional os elementos que consideram relevantes para o funcionamento da sua Casa ou por quem sentem afinidade. Não sendo a Casa Sagrada somente o espaço físico de encontro entre gerações, mas funcionando também como reguladora da hierarquia social tradicional, dentro e por relação às restantes casas, pelo actual papel de José Manuel Ramos-Horta em Timor-Leste, será algo significativo tê-lo como membro da *Uma Lulik*, da mesma forma que para o próprio, integrar uma Casa Sagrada em Timor, também. Apercebendo-se da importância que certos traços culturais tradicionais continuam a ter em algumas regiões e havendo um discurso oficial afirmando ser essa a essência de Timor-Leste, incorporá-los significa assumir a identidade da nação por cuja independência tanto anos lutou, perante ele próprio e perante toda a sociedade timorense.

³⁴³ Entrevista a Vitorino e Filomeno Amado, Dili, 28.12.2013.

CONCLUSÃO

Iniciámos o presente trabalho afirmando que embora a presença portuguesa na ilha de Timor date de inícios do século XVI, até inícios do século XX, esta presença foi ténue, restringindo-se a missionários, militares e funcionários da administração, sediados em pontos específicos, sem abranger todo o território. Dos registos encontrados, o primeiro grupo de colonos europeus a chegar ao território em número considerável foi o grupo de deportados que chegou em 1927 e, logo em 1931, um outro. A partir dos anos 30, mais de 100 homens ficaram a residir em Timor, sem opção de partida, pelo que deduzimos que tal tenha tido um grande impacto junto das comunidades com quem contactaram. Chegaram sob condições muito específicas: deportados porque reagiram contra um Governo que sentiam não responder às suas necessidades, ainda que aquando da chegada do primeiro grupo, de uma forma geral, a integração tenha corrido relativamente bem. Salvo raras exceções, todos começaram a trabalhar na sua área de competências, criaram-se sapateiros, mecânicos, motoristas, pedreiros, marceneiros, olheiros nas obras públicas, feitores propriedades do Estado, etc... Segundo Teófilo Duarte, vieram colmatar uma necessidade que o Governo tinha desde a chegada dos primeiros missionários: mão-de-obra qualificada. Pelos testemunhos deixados, sabemos que os primeiros anos correram bem para ambos os lados: administração e deportados. Para as comunidades timorenses, visto que a grande parte dos recém-chegados lhes foi dada a responsabilidade de organizar a mão-de-obra timorense nos trabalhos públicos, logo se criou uma relação de poder, na qual os timorenses ficaram numa posição de submissão.

Infelizmente não nos foi possível compreender como foram as reações imediatas das populações locais. Apenas uma situação que nos pode dar uma ideia, o caso da barbearia e da padaria, locais onde os timorenses evitaram entrar até verem que o Governador continuava de boa saúde depois de as frequentar. Admitimos a possibilidade de tal ter acontecido por algum europeu ter lançado a ideia junto das populações locais do “terrível carácter dos prisioneiros” que tinham acabado de chegar. Com efeito, fizeram-no juntos das populações de Oecussi e Ataúro, em 1931. Contudo, essa ideia parece ter-se desvanecido rapidamente, uma vez que logo nos anos seguintes nasceram os primeiros filhos de deportados. Sinal de que houve mulheres com quem se relacionaram e que houve famílias a autorizarem tais

relacionamentos. Das famílias com quem contactámos, na sua maioria, estas crianças foram fruto de relações maritais que se mantiveram ao longo da vida do casal.

Uma vez que foram os missionários os primeiros a ensinar a língua portuguesa, é curioso constatar-se que ainda nos dias de hoje se associa o ser católico a incorporar traços culturais portugueses e/ou a falar português. Assim, numa altura em que a Igreja pressionava algumas comunidades timorenses a abandonar certos traços culturais tradicionais, ao constatarem que isso poderia significar ocupar cargos na administração portuguesa e assim ascender socialmente, algumas famílias optaram pelo baptismo, renegando os traços culturais tradicionais. Da mesma forma, uma ligação marital com um europeu, deportado ou não, poderia ter o mesmo significado, pelo que algumas famílias aceitam entregar as suas filhas a este recém-chegado grupo de homens. Embora tenha havido alguns homens que mantiveram relações com mulheres de origem luso-timorense e de origem chinesa, vários mantiveram relações com mulheres timorenses. Ainda assim, não nos parece que algum que tenha integrado os círculos da hierarquia tradicional timorense. Grande parte das regiões de Timor-Leste são de linha patriarcal, o que significa que aquando do casamento, a mulher que sai de Casa do pai, para integrar a Casa do marido. Ora, parece que foi assim mesmo que aconteceu, contudo, tendo a mulher e respectiva descendência abandonado a hierarquia tradicional e até o próprio nome. Ou seja, como grupo grande que era, de uma forma geral, em lugar de integrarem nas comunidades locais, estes indivíduos optaram por manter os seus traços culturais, integrando no seu círculo somente os elementos de que necessitava, as mulheres. De uma forma geral, as mulheres, saíram de Casa das suas famílias, ora, perdendo tais ligações, também não foi desta forma que os deportados influenciaram as sociedades locais, já que os seus filhos foram educados segundo os seus próprios valores e traços culturais. Alguns enviaram os seus filhos para Portugal para não mais voltar a Timor, outros, chegando à idade escolar, estudaram nos Colégios católicos e no Liceu, tendo vários ingressado o ensino superior na Metrópole ou restantes Colónias. Assim, ao vez dos filhos destes homens serem integrados nas comunidades locais, criou-se antes uma nova comunidade, com os seus próprios traços culturais, distinta das restantes.

Relativamente às relações entre os deportados e a administração portuguesa, logo no início dos anos 30, surgiram inúmeros conflitos, um deles especificamente pela tentativa de denunciar casos de mão de obra forçada, recrutada pelo Governo

juntos dos reinos que por seu vez impuseram aos seus súbditos, pelo que seria muito interessante encontrar registos do desenvolvimento deste caso, junto das comunidades. Infelizmente, a distância temporal e a falta de registos escritos não nos permitem fazê-lo. Pela mesma altura, outros conflitos entre deportados e a administração ditaram o desterro de vários, desta vez para a ilha de Ataúro, onde, infelizmente também já não existe memória destas estadias.

Pelo desenvolvimento dos acontecimentos, apercebemo-nos que quer entre deportados, quer dentro da administração havia conflitos e desentendimentos. Num caso em concreto, embora não nos tenha sido possível compreender o conflito no seu todo, entendemos que existiram diferentes posições políticas e círculos de amizade dentro da Colónia e que nos anos 40, algumas dessas ligações viriam a influenciar diretamente o desenvolvimento dos acontecimentos ao longo da guerra. De resto, Grácio Ribeiro sugere que alguns deportados “sociais” optaram por residir fora de Díli, precisamente para fugir a estes círculos, passando a residir espalhados pelo território, cada um no pedaço de terreno que lhe estava destinado, junto da sua família e visitando-se entre si, em dias de mercado ou ocasiões especiais.

Ainda sobre os círculos de amizade travados, como vimos um dos argumentos utilizado pelos aliados para justificarem o desembarque das suas tropas no território, foi a existência de um grupo pró-aliado liderado pelo Tenente Pires e por Cal Brandão, que alegadamente preparava uma revolução contra o Governo, à qual rapidamente os restantes deportados adeririam. Embora nos pareça certo que tal liderança existiu, pomos em causa a adesão dos restantes deportados. Com efeito, houve uma boa parte que obedeceu às ordens de neutralidade dadas pelo Governador, tendo recolhido à “zona de concentração.” Outros, ainda que tenham optado por se refugiar na Austrália, por posições tomadas posteriormente, não nos parece que aderissem à supracitada revolução. Com efeito, se o Tenente Pires considerasse que o fizessem, não tinha incluído os seus nomes na lista de homens a ficarem detidos no campo de prisioneiros de guerra em Liverpool. De resto, ainda em Timor, nunca os deportados “sociais” circularam nos mesmos meios que Moreira Júnior, Cal Brandão e Granadeiro. Elogiados pelo Governador, logo no início dos anos 40, no final da Guerra, o primeiro nem embarcou de regresso a Timor ou à Metrópole, permanecendo na Austrália. Os restantes, como forma de punição pela atitude tomada durante a ocupação japonesa, foram impedidos de desembarcar em Timor, tendo sido

imediatamente restituídos a Lisboa. Aos deportados que permaneceram em Timor ao longo da guerra, o Governador pediu que lhes fosse levantada a pena. Embora tenha sido levantada a todos, sobre aqueles que se refugiaram na Austrália, vários funcionários também refugiados, argumentaram não ser benéfico “o seu regresso e respectivas *nonas* à Colónia pois têm feito uma tal propaganda contra os portugueses e a sua forma de Governo, que em parte a eles se deve a má vontade dos indígenas contra nós”. Curioso que os mesmo afirmem “excepção feita a Cal Brandão e ao sargento da marinha Granadeiro,”³⁴⁴ precisamente àqueles a quem não foi autorizado o desembarque na Colónia.

Uma análise muito interessante a ser feita, seria relacionar os locais de residência dos deportados, com as regiões onde durante a guerra se verificaram revoltas contra a administração portuguesa, ou, por outro lado, compreender quais foram as regiões onde os *Liurais* auxiliaram os europeus em fuga. Pela lista dos que foram agraciados pelo Governador no final da Guerra, existem pelo menos dois que mantinham relações próximas com deportados: o caso de D. Cristóvão Guterres, *Liurai* de Venilale e familiar de Marcelina Guterres, mulher de Manuel Carrascalão e D. Tito dos Reis e Cunha, *Liurai* de Barique, pai de Alzira, futura mulher de António Horta. No caso de D. Aleixo Corte-Real, *Liurai* de Ainaro, sabemos que a sua revolta contra os japoneses e por consequência, a sua morte, deu-se precisamente pelo assassinato de europeus por parte das tropas japonesas, alguns deportados incluídos. Contudo, para analisarmos esta questão de forma mais cuidada, precisaríamos não só de mais registos sobre a vida dos deportados nas diferentes regiões, como também da vida de cada administrador e chefe de posto, de forma a poder comparar as relações estabelecidas entre os deportados e as sociedades locais, com as relações estabelecidas entre os administradores, chefes de posto e as sociedades locais.

Terminada a Guerra, uma parte dos deportados regressou finalmente à Metrópole. Dos deportados “sociais” que ficaram na Metrópole e cujas famílias conseguimos encontrar o rasto, ali não lhes foi fácil reconstruir uma nova vida. Contudo, necessitando de mão de obra e conhecedores do terreno para a reconstrução de Timor, foi também nos ex-deportados que o Estado confiou, pagando-lhes o regresso e concedendo-lhes incentivos e facilidades para que permanecessem no território. Com efeito, seriam eles os fundadores de algumas companhias comerciais e

³⁴⁴ Laborinho, 1944: 176 e 265.

organizações sociais, tendo-lhes valido o elogio do Governador Themudo Barata (1959-1963), “bem integrados na vida local, geralmente bem considerados e com acesso fácil às autoridades”.³⁴⁵

Relativamente à descendência do grupo em estudo, há semelhança da descendência dos *Liurais*, tratando-se de juventude instruída, a partir de meados dos anos 60, passarão a ocupar os lugares chave na organização política, económica e social de Timor. Tratando-se de homens deportados pelas suas convicções sociais e políticas, naturalmente tais ideias foram herdadas pelos filhos, que também as assumiram. Terá de ficar para futuras análises a relação entre estas ideias e os futuros movimentos políticos e partidários que se formaram em Timor a partir de 1974.

³⁴⁵ Barata, 1998: 97.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Marcial (2001), *Entre vistas nos arredores das montanhas azuis*, s.e., s.l.
- BARATA, Filipe Themudo (1998), *Timor Contemporâneo, Da primeira ameaça da Indonésia ao nascer de uma nação*, Equilibrio Editorial, Lisboa.
- BELO, Dom Carlos Ximenes (2013), *Os Antigos Reinos de Timor-Leste, Reis de Lorosay e Reis de Lorothoba, Coronéis e Dados*, Porto Editora, Porto.
- BRAGA, Paulo (2005), *País de sonho e encantamento, Timor*, editora Crocodilo Azul.
- BRANDÃO, Carlos Cal (1946), *Funo: Guerra em Timor*, Porto, Edições A.O.U..
- CABRAL, Gonçalo (1912), *Índia Portuguesa, A propósito dos acontecimentos de Satary*, Magalhães e Moniz, Lda – Editores, Porto.
- CABRITA, José António (2014), *Expressões de uma lusofonia doída. Casos de deportação política para a lonjura de Timor*. Artigo apresentado nas Conferências do Foral, ocorridas no quadro das comemorações dos 500 do Foral Manuelino em Alhos Vedros a 27.9.2014.
- CALLINAN, Bernard J. (1953) *Independent Company*, s.e, s.l.
- CARDOSO, António Monteiro (2007), *Timor na 2a Guerra, O Diário do Tenente Pires*, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Lisboa.
- CARRASCALÃO, Manuel Viegas (1953), Em Timor. Carta Remetida da Fazenda Algarve - Liquiçá, em 24-7-949, in *Algarve - Boletim Informativo da sua Casa Regional em Lisboa*, 3a série, Outubro 1953.
- CARVALHO, José dos Santos (1972), *Vida e Morte em Timor durante a 2a Guerra Mundial*, Livraria Portugal, Lisboa.
- CARVALHO, Manuel de Abreu Ferreira de (2003), *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)*, Edições Cosmos.
- CASTRO, Afonso (1867), *As possessões portuguesas na Oceania*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- CASTRO, Gonçalo Pimenta de (1944), *Timor: Subsídios Para a Sua História*. Lisboa, Agência Geral das Colónias.

CASTRO, Alberto Fidalgo (2012), *A Religião em Timor-Leste a partir de uma perspectiva histórico-antropológica*, versão online disponível em www.academia.edu/1967086, consultado em 10.2015.

CEREZALES, D. P. (2011), *Portugal à Coronhada, Protesto Popular e ordem Pública nos séculos XIX e XX*, Tinta da China, Lisboa.

CHAMBERLEIN, Ernie (2010), *Forgotten men-Timorese in special operations during II world war*, s.e., Austrália.

CORRÊA, Armando Pinto (1934), *Gentio de Timor*, Lucas & Ca, Lisboa.

CORREIA, M., (2001), *Memórias de um resistente às Ditaduras*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa.

DUARTE, Jorge Barros (1979), *Barlaque: casamento gentilico timorense*, Sep. Arq. Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris.

_____ (1982), *Timor: formas de fraternização*, Sep. Arq. Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris.

_____ (1984), *Mitos e Ritos Ataúro*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa.

DUARTE, Teófilo (1928), *Colónia Portuguesa de Timor*, Tip. Kelly & Walsh, Hong Kong.

_____ (1930), *Aspectos da Administração Colonial*, Tip. Carmona, Lisboa.

_____ (1930), *Timor: antecâmara do inferno*, Famalicão, Tip. Minerva.

_____ (1944), *Ocupação e Colonização Branca de Timor*, Porto, Editora Educação Nacional.

DURAND, Frédéric (2009), *História de Timor-Leste, da Pré-história à actualidade*, 2ª edição, Lidel, Lisboa.

FARINHA, L. (1998), *O revirinho, revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Estampa.

FELGAS, Hélio, 1956, *Timor Português*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa.

FIGUEIREDO, F. (2004), *Timor, a presença portuguesa (1769-1945)*, Universidade do Porto.

FONSECA, Rui B. (2005), *Monumentos Portugueses em Timor- Leste*. Porto, Edição de autor.

FRANCISCO, José (1982), *Episódios da minha vida familiar e de militante confederal*, Editora Sementeira.

FREIRE, João (1989), *As Juventudes Sindicalistas - um Movimento Singular*, Departamento de História e Sociologia do I.S.C.T.E., Penélope, Fazer e desfazer História, N°4, pp. 120-137.

_____ (1992), *Anarquistas e Operários, Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto.

GONÇALVES, José de Assunção (2012), *Autobiografia de Abílio Araújo, Dato Siri Loe II*, Aletheia Editores, Lisboa.

HENLEY, Paul (2004), *Putting film to work. Observational cinema as practical ethnography*, in Pink, Sarah *et al*, *Working Images: Visual research and representation in ethnography*. Routledge, London and N. Y.

JÚNIOR, C. (1964), *História Breve do Movimento Operário Português*, Editorial Verbo, Lisboa.

LABORINHO, Álvaro Brilhante (1944), *Timor, Relatório sobre os acontecimentos desde a ocupação japonesa por tropas australianas e holandesas*, s.e, s.l. disponível no AHD.

LIBERATO, António Oliveira (1951), *Os Japoneses estiveram em Timor*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa.

_____ (s.d.), *O Caso de Timor*, Portugália, Lisboa.

LIBERATO, Cacilda dos Santos Oliveira (1972), *Quando Timor foi notícia*, Editora Pax, Braga.

LOUREIRO, C. (1956), *A história de um navio: o "Gil Eanes"*, publicação No33. Lisboa, Gabinete de estudos das pescas, subsídios para a História dos navios portugueses.

LOWENTHAL, David (2006), *The past is a foreign country*, Cambridge University Press, Cambridge.

MAC DOUGALL, David (1998), *Transcultural Cinema*, ed. by Taylor, L. Ed. Princeton Univ. Press.

MADEIRA, J., FARINHA, L., PIMENTEL, I. (2007), *Vítimas de Salazar: Estado Novo e violência política*, Lisboa, Esfera dos Livros.

MARQUES, A. (1975), *O general Sousa Dias e as revoltas contra a ditadura 1926-1931*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

MARTINHO, José Simões (1936), *Bases destinadas à preparação da colonização europeia em Timor*, Tip. Cristóvão Augusto Rodrigues, Lisboa.

_____ (1943), *Quatro séculos de colonização portuguesa*, Editora Livraria Progridor, Porto.

_____ (1945), *Problemas administrativos e de colonização da província de Timor*, Progredior, Porto.

_____ (1947), *Vida e Morte do Régulo Timorense D. Aleixo*, Coleção pelo Império, nº 119, Agência Geral das Colónias, Portugal.

MATOS, Artur Teodoro de (1974), *Timor Português 1515-1769*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

MELO, F. L. (s.d.), *1931: O ano de todas as revoltas*, versão online disponível em sgmf.pt/_zdata/PDF/ARQ/ESTUDOS/ARQ_EST_1931, consultado em 09.2015.

MENDES, Nuno Canas (2005), *A multidimensionalidade da construção identitária em Timor-Leste*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

MENEZES, Francisco Xavier de (2006), *Encontro de culturas em Timor-Leste*, Crocodilo Azul, Díli.

MÓNICA, M. (1985), *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*, Nac.-Casa da Moeda, Inst. Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa.

MORNA, Á. (1931), *Transporte de Guerra Pêro de Alenquer, Relatório da viagem ao extremo Oriente 1927-1928*, Imprensa da Armada, Lisboa.

OLIVEIRA, Luna de (1950), *Timor na história de Portugal, Vol. II*, Agência Geral das Colónias, Lisboa.

PAIS, Rui Miguel Lamas (2012), *A bomba explosiva no Porto 1920-1927*, Dissertação de Mestrado da Universidade do Porto.

PASCOAL, Ezequiel Enes (1967), *A Alma de Timor Vista na sua Fantasia*, Braga.

PAULINO, Vicente (2013), *Céu, terra e riqueza na mitologia timorense*, in Revista VERITAS, no 1 (pp.103-129), Díli: PPGP-UNTIL.

PÉLISSIER, René (2007), *Timor em Guerra, A conquista portuguesa 1847-1913*, Editorial Estampa, Lisboa.

PEREIRA, José Pacheco (1981), *Contribuição para a história do Partido comunista Português na I República (1921-26)*, in *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), 695-713.

POLICARPO, António M. Neves (2003) *José da Silva Gordinho 1899-1948, Memorial de um anarquista Almadense*, Junta de Freguesia da Cova da Piedade.

RAMOS-HORTA, José (1994), *Timor Leste, Amanhã em Díli*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo de Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2009), *História de Portugal*, Esfera dos Livros, Portugal.

RIBEIRO, José Grácio (1934), *Quem foram os incendiários? História de um crime político em Timor, em que, de maneira idêntica à do caso Reichstag, foi lançado fogo ao Palácio do Governo daquela Colónia*, Imprensa Baroeth, Lisboa.

_____ (1939), *Caiúru*, Lisboa, Imprensa Artística.

_____ (1972), *Deportados*, s.e., s.l.

RODRIGUES, E. (1977), *Breve História do Pensamento e das Lutas sociais em Portugal*, Assírio e Alvim, Lisboa.

_____ (1981), *A Resistência Anarco-Sindicalista contra a Ditadura (1922-1939)*, Editora Sementeira, Lisboa.

_____ (1982), *Oposição Libertária em Portugal*, Editora Sementeira, Lisboa.

ROQUE, Ricardo (s.d.) *Os Portugueses e os reinos de Timor no século XIX*, Fundação Oriente, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.

ROQUE, Ricardo (2010), *Marriage traps: colonial interactions with indigenous marriage ties in East Timor*, versão online disponível em

colonialmimesis.wordpress.com, consultado em 03.2013.

ROSAS, F., ROLLO, F. (2011), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa.

SANTA, José Duarte (1997), *Australianos e Japoneses em Timor na II Guerra Mundial, 1941-1945*, Editorial Notícias, Lisboa.

SANTOS, A. De Sousa (1973), *Duas Palavras ao Capitão Liberato, a propósito de "O Caso de Timor"*, s.e., 2ª Edição, Lourenço Marques.

SEIXAS, Paulo Castro (2010), *Translation, Society and Politics in Timor-Leste*, Universidade Fernando Pessoa, Portugal.

SILVA, José (1971), *Memórias de um operário*, Vol. I e II, Livraria Júlio Brandão, V. N. de Famalicão.

SILVA, Kelly (2015), *Marriage exchanges, colonial fantasies and the production of East Timor indigenous socialities in the 1970s Dili*, versão online disponível em www.academia.edu/10669169, consultado em 09.2015.

SILVA, Kelly (s.d.), *Riqueza ou preço da noiva? Regimes morais em disputa nas negociações de casamento entre elites urbanas timorenses*, versão online disponível em www.academia.edu/1599465, consultado em 09.2015.

SIMIÃO, D. S., ROCHA, H. R. Rocha, RODRIGUES, S.V.A (2015), *Sacralidades Timorenses*, in *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 4, 103-110, Brasil.

SOUSA, L. (2010), *An tia partilha ritual e organização social entre os Bunak de Lamak Hitu*, Universidade Aberta, Bobonaro, Timor-Leste.

TELO, A. J. (2011), *1ª República, Como cai um regime*, Editorial Presença, Barcarena.

THOMAZ, Luiz Filipe (1998), *De Ceuta a Timor*, Difel, Lisboa.

VILAÇA, Alberto, 2003, *Resistências culturais e políticas nos primórdios do Salazarismo*, Campo das letras, Porto.

Comunicação:

MADEIRA, João, (2015) *Legião Vermelha: Radicalização e violência política na crise da República*, Colóquio Internacional Sobre violência política no século XX, IHC, 12-14 Março 2015.

Periódicos consultados:

A Bandeira Vermelha

A Batalha

A Batalha, Suplemento

A Capital

A Voz

Boletim Geral das Colónias

Boletim oficial de Timor

Diário de Lisboa

Diário de Notícias

Ilustração portuguesa

Jornal da Noite

Jornal de Notícias

Juventudes

O Mundo

O Paíz,

O Século

Voz Sindical

PEREIRA, Ana Cristina, MIRANDA, Adriano (2013), *Timor, o desterro do padeiro Miranda*, in Público, 13.1.2013.

Entrevistas:

Álvaro Vasconcelos, Díli, 10.10.2014;

António Viegas Brites (neto), Díli, 22.4.2014;

Bernardo e Casimiro Paiva (filho e neto), Díli, 17.4.2014 e 3.5.2014;

Carlos (filho) e Armando Granadeiro (neto), Díli, 13.4.2014 e 15.8.2014;

Carlos Cal Brandão (filho), Porto, 13.1.2015;

Carlos Exposto dos Santos (sobrinho) e José Madeira, Díli, 24.11.2014;

Carolina Guterres e Aleixo Ximenes, Venilale, 30.3.2015;

Dulce Horta Lemos (neta), Díli, 30.4.2014;

Dulce Martins (neta), Portugal, 4.7.2013.

Emília e José Simões de Miranda (filho), Aveiro, 26.3.2013;

Esmeralda da Silva e Telmo Godinho (filha e neto), Funchalinho, 25.1.2015, na sequência desta entrevista, Telmo enviou novas informações, via email a 30.3.2015.

Eugénio Sarmento (*Liannain*), Díli, 11.4.2014;

Fernando Rodrigues (filho), Tíbar, 13.09.2014;

Filomeno e Galhós, em Díli a 10.4.2014

Filomeno Paiva, Díli, 16.4.2014, 03.05.2014 e 03.09.2014;

Idelfonso Soares Marçal, Fatubessi, Ermera, 2.5.2014.

José Madeira, Díli, 24.11.2014.

José Silva, Moro, 4.10.2014;

Júlia Balbina Martins Castela (filha), Díli, 22.4.2014;

Licínia Horta (filha), Oeiras, 5.9.2015;

Lívio Honório (filho), Lisboa, 18.6.2014;

Luís de Vireilha da Costa (filho de Manuel Vireilha da Costa), Cascais, 6.1.2014.

Luís Filipe Thomaz, Oeiras, 2013;

M^a Natália Carrascalão (filha), Lisboa, 6.6.2013;

Manuel Simões de Miranda (filho), Cacém, 1.5.2013;

Margarida Machado (sobrinha-neta), Díli, 2014;

Maria Ermelinda Carrascalão e João Severino (filha e genro), Lisboa, 24.06.2014;

Maria Gomes (neta), Baucau, 29.11.2014;

Mário Carrascalão (filho), Díli, 1.5.2014 e 17.10.2014;

Marisa Martins (sobrinha-neta), Díli, 29.9.2014;

Romana Ramos-Horta Barbosa (filha), entrevista por telefone, 7.9.2015.

Rosa Ramos-Horta Carrascalão (filha e neta), Díli, 26.4.2014;

Sebastião Almeida, Oecussi, Fatusuba, 31.3.2014 e 23.09.2014;

Vitorino e Filomeno Amado (netos), Díli, 28.12.2013;

Informações concedidas por Sónia Estrela, via Facebook a 17.7.2015.

Informações concedidas por Licínia Ramos-Horta, via Facebook a 16.8.2015;

Informações concedidas por Fernando Rodrigues, mensagem electrónica, 5.10.2013.

Informações concedidas por Susana Reis, via Facebook a 9.10.2014;

Informações concedidas por Olga Rocha, via Favebook a 22.10.2014.

Informações concedidas por Lena Filipe, via Facebook a 1.12.2014.

Arquivos Públicos:

Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT)

Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos (CGD)

Arquivo Histórico da Marinha (AHMarinha)

Arquivo Histórico Diplomático (AHD)

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Arquivo Histórico-Militar (AHM)

Arquivo Histórico-Social (AHS), depositado na Biblioteca Nacional de Portugal (BN)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Arquivo Nacional de Timor-Leste (ANTL)

Centro Cultural e Científico de Macau (CCCM), onde se encontra disponível parte do acervo do Arquivo Histórico de Macau.

International Institute of Social History situado em Amesterdão, Holanda (IISH)

National Archives of Australia (NAA)

Movimento Social Crítico e Alternativo, MOSCA - Projecto da Universidade de Évora que disponibiliza informação online visando o estudo dos movimentos sociais críticos e alternativos situados historicamente no universo das propostas libertárias e do sindicalismo revolucionário.

Arquivos Privados:

Arquivo particular de Adriano Simões de Miranda: carta escrita por Manuel Simões de Miranda a seu pai, datada de 1935.

Arquivo particular de Armando Granadeiro: fotografia de Hermenegildo Granadeiro.

Arquivo particular de Carlos Cal Brandão (filho):

- Fotografia de Carlos Cal Brandão.
- Fotografia de Moreira Júnior.

Arquivo Particular de Fernando Rodrigues:

- *A Memory of War*.
- *A Brief Memory of Lieutenant of the Portugues army: José Manuel de Jesus Pires*, escrito por P. Francisco Fernandes, 2.4.1979.

Arquivo particular de João Maria Ureña Prieto (neto): conjunto de fotografias de Francisco Ureña Prieto.

Arquivo particular de Luís Frazão:

- Conjunto de cartas trocadas entre Raul Madeira e sua mulher, Celestina Duarte Madeira.
- Conjunto de 120 recibos de subsídio de deportado, datados de 1934-1935.

Arquivo particular de Sérgio Pinto (bisneto): conjunto de fotografias Amândio Pinto.

Imagens:

Fotografias de cadastro retiradas de:

- ca-PT-TT-PIDE-Policias-Anteriores-1-NT-8902,
- ca-PT-TT-PVDE-Policias-Anteriores-3-NT-8903,
- ca-PT-TT-PVDE-Policias-Anteriores-4-NT-8904.

Salvo conduto retirado de Laborinho, 1944: 48.

Filmografia:

Balibó (2009), Robert Connolly.

The Diplomat (2000), Tom Zubrycki.

The Real Diplomat: Ramos-Horta VS United Nations (1989), (s.d).

Comunicações apresentadas sobre o tema:

BARRETO, Madalena Salvação (2013), *Os deportados do Reviralhismo e a sua importância nas relações entre a potência colonizadora e os timorenses*, "Europa-Oriente, Oriente-Europa. Perspectivas coloniais dos séculos XIX e XX", 23-24.5.2013.

BARRETO, Madalena Salvação (2014), *Deportação, colonialismo e interações culturais em Timor: o caso dos deportados nas décadas de 20 e 30 do século XX*, 1ª Conferência Internacional, A Produção do conhecimento científico em Timor-Leste, UNTL, 13-15 Agosto 2014.

BARRETO, Madalena Salvação (2014), *Deportação, colonialismo e interações culturais em Timor: o caso dos deportados nas décadas de 20 e 30 do século XX*, Asosiasaun HAK, Díli, 19.11.2014.

BARRETO, Madalena Salvação (2015), *Deportação, colonialismo e interações culturais em Timor: o caso dos deportados nas décadas de 20 e 30 do século XX*, Biblioteca por Timor, Lisboa, 13.01.2015.

Mais informações sobre a autora em:

<https://unl-pt.academia.edu/MadalenaSalvaçãoBarreto>.

Anexo A - Cronologia

Europa e Metrópole	
1908	D. Carlos assina decreto das deportações.
	Regicídio.
1910	Outubro: Implantação da República Portuguesa. Liberalizadas as greves, imediatamente estala um surto grevista.
	Dezembro: Promulgação de um decreto que regulava o direito à greve, tendo os operários declarado ser este um “decreto burla.”
1911	Março: Greve de operários conserveiros em Setúbal, a GNR “varre” a manifestação a tiro, matando dois trabalhadores, gerando uma profunda decepção do operariado na república.
1912	Governo de Afonso Costa (Jan.1912-Fev.1913).
1913	Promulgação da lei eleitoral de Afonso Costa.
1914	Fundação da União Operária Nacional, primeiro órgão sindical criado em Portugal.
	Início da 1ª Guerra Mundial.
	Primeiras expedições portuguesas enviadas para África.
1916	Confisco de navios alemães fundeados nos portos portugueses a pedido da Grã-Bretanha.
	9 de Março: declaração oficial de Guerra da Alemanha a Portugal.
1917	Revoluções bolcheviques na Rússia.
	Aparições em Fátima.
	Envio do primeiro contingente de forças expedicionárias para a Flandres.
	Golpe Sidonista.
1918	Armistício.
	Morte de Sidónio Pais.
1919	Janeiro: “Monarquia do Norte”, movimento revolucionário dirigido por Paiva Couceiro no qual foi proclamada a monarquia no Porto e Lisboa. Agitação que acabou por ser suprimida, contando também com o auxílio do operariado.
	Criação da Polícia de Segurança do Estado.
	Maior: Promulgação de uma série de medidas sociais correspondendo aos anseios dos operários.
	Julho: atentado contra Alfredo da Silva, do qual Arsénio José Filipe foi acusado.
	Abandono das referidas medidas sociais pelo que surgem inúmeros protestos.
	Greve dos ferroviários.
	Fundação da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920)
	Setembro: em substituição da UON é criada a CGT. Publicação do primeiro número do jornal <i>A Batalha</i> (1919-1927).

	Outubro: publicado o primeiro número de <i>A Bandeira Vermelha</i> pela Federação Maximalista portuguesa.
	Novembro: novo atentado contra Alfredo da Silva, do qual Artur Pinho Alonso foi acusado.
	Instaurado o julgamento sumário e autorizada a deportação dos presumíveis culpados para as colónias penais a “presos sociais”
1920	Julho: Entra em funcionamento o Tribunal de Defesa Social.
	Setembro: Greve dos ferroviários. O governo utiliza os sapadores do Exército para conseguir manter as linhas em funcionamento. As linhas são dinamitadas, ao que o governo responde colocando na primeira carruagem dos comboios grevistas presos.
1921	Janeiro: 1º Congresso das Juventudes Sindicalistas, no qual é criado o Comité de Defesa Social.
	Março: Fundação do Partido Comunista Português por vários membros da já extinta Federação Maximalista Portuguesa.
	Dezembro: as forças militares coordenadas pelo General Gomes da Costa com intenções de protagonizar um golpe militar, pedem auxílio às Juventudes Sindicalistas. Reunidos alguns membros no núcleo central, na Calçada do Combro a fim de fabricar bombas, a explosão de uma, causa três mortes e alguns feridos.
1922	Novembro: primeiro Congresso do Partido Comunista Português, no aniversário da Revolução russa de 1917.
1925	29 de Abril: envio de um grupo de 28 deportados para Angra do Heroísmo nos Açores.
	15 de Maio: atentado ao comandante da Polícia Ferreira do Amaral, gerando uma onda de repressão violenta, no sentido de quebrar de uma vez por todas com os movimentos de operários que se opunham ao governo instituído.
	29 de Maio: embarque de vários presos no navio Carvalho Araújo. Saíndo de Lisboa, passa por Angra para recolher os deportados que já ali estavam e segue para Cabo Verde e Guiné onde desembarca os presos.
	3 de Junho: greve geral de protesto contra as deportações sem julgamento dos presos por delito social. A Liga dos Direitos do Homem também protesta.

	Europa, Metrópole e Colónias Africanas	Timor
1926	28 de Maio: golpe que instaurou a Ditadura Militar em Portugal.	Início do Governo de Teófilo Duarte em Timor (1926-28) .
	Início da período do revirinho, com especial força entre os anos de 1926-1931 , formaram-se diversas alianças entre as diferentes facções da sociedade a fim de combater um inimigo comum, a Ditadura Militar.	

1927	3 a 7 de Fevereiro: primeiras revoltas reviralhistas. Grande repressão gerou várias prisões, deportações e fugas para o exílio, a partir de onde se formaram vários grupos a conspirar contra o Governo imposto.	
	14 de Abril: embarque dos presos em Belém. O navio Pêro D'Alenquer sai de Lisboa, passa por Cabo Verde e pela Guiné, locais onde foram desembarcados alguns homens e embarcados outros e segue para Timor.	Setembro: chegada dos deportados a Aipelo, onde permaneceram pouco mais de uma semana.
1928		Dezembro: morte do deportado Joaquim António Pereira, mais conhecido por <i>Bela Kun</i> .
1929	24 de Outubro: quebra do mercado de ações de <i>Wall Street</i> com repercussões nos mercados económicos em todo o mundo.	Governo de Cesário Augusto de Almeida Viana (1929-30).
1930	Deportações para a Guiné e Cabo Verde.	Governo de António Baptista Justo (1930-33).
1931	Janeiro: medidas protecionistas do Governo que geraram um regime de monopólio controlado por um grupo restrito de proprietários das fábricas de moagens.	
	Fevereiro: início de “Revolta da Farinha” na Madeira, expandindo-se pelo resto do território português, especialmente pelas Colónias durante os meses seguintes.	
	14 de Abril: proclamação da II república espanhola, com repercussões nos movimentos revolucionários portugueses.	
	28 de Junho: embarque de deportados no navio Gil Eanes, partida rumo ao desterro em Timor, via costa de África onde embarcaram novos presos que já se encontravam deportados na Guiné e em Cabo Verde.	
	26 de Agosto: repercussões da “Revolta da Farinha” chegam a Lisboa, gerando-se a maior revolução reviralhista.	
1932	2 de Setembro: embarque de cerca de 300 deportados políticos no navio Pedro Gomes, rumo ao desterro em Timor, via canal do Suez.	Outubro: chegada dos navios Pedro Gomes e Gil Eanes desembarcando entre Oecussi e Ataúro.
		Fevereiro: fim dos “campos de concentração” de Oecussi e Ataúro.
		Abril: Incêndio no Palácio do Governo.
	5 de Dezembro: concedida uma amnistia geral a todos os “deportados políticos” espalhados nos diferentes territórios ultramarinos.	

	Metrópole	Timor
1933	9 de Junho: chegada à Metrópole do navio Moçambique.	Governo de Raul de Antas Manso Preto Mendes Cruz (1933-36) .
		27 de Abril: embarque dos ex-presos políticos no navio Moçambique, rumo à Metrópole.
		Dezembro: na sequência do processo da Aliança Libertária de Timor, partida de um pequeno grupo de deportados rumo à Metrópole. Outro grupo será enviado para Ataúro. Pelo menos entre (1933-35) , vários deportados passaram temporadas em Ataúro como forma de punição.

	Timor
1936	Cap. de Artilharia Eduardo Loureiro como Enc. do Governo (Jun.1936 – Set.1937) .
1937	Governo do Major de Infantaria Álvaro Fontoura (1937-1940) .
1939	Cap. de Engenharia António Jacinto Magro como Enc. do Governo (Mar.1939-Mai.1940)
	1 de Setembro de 1939: invasão da Polónia pela Alemanha despoletando o início da II Guerra Mundial (1939-1945) .
1940	Governo do Cap. de Infantaria Manuel Ferreira de Carvalho (Fev.1940-
	27 de Setembro de 1940: pacto de aliança entre Itália, Alemanha e Japão.
1941	Outubro: assinatura do acordo entre os Governos de Timor Português e Japonês para abertura de uma nova linha aérea japonesa: ilhas Palau-Díli.
	Dezembro: <ul style="list-style-type: none"> • ataque a Pearl Harbor oficializando a entrada dos EUA na II Guerra Mundial. O Japão declara guerra aos EUA, ao Reino Unido, ao Canadá, à Austrália, à Nova Zelândia e à África do Sul; • entradas das tropas holandesas e australianas em Timor Português; • naufrágio de dois navios japoneses ao largo de Ataúro, bombardeados por aviões aliados. Captura dos poucos sobreviventes japoneses por parte das tropas holandesas;
1942	Janeiro: <ul style="list-style-type: none"> • início da expansão das tropas japonesas por vários territórios do sudoeste asiático. Ao longo dos três meses seguintes, Birmânia, Kuala Lumpur, Indonésia, Filipinas e Singapura seriam territórios ocupados e sob o comando das forças japonesas; • intenções de envio do navio João Belo.
	20 de Fevereiro: desembarque das tropas japonesas em Timor Português.
	Março: Pedro Guia e Oliveira e Júlio Madeira, em auxílio das tropas australianas, conseguem roubar um aparelho emissor de rádio na estação de Taibessi, com o qual se consegue voltar a contactar com Darwin.

	Meados de Maio: Incursão japonesa ao Remexio. Morte do primeiro europeu, o deportado Francisco Ramos da Graça pela mão dos japoneses.
	20 de Maio: primeiro bombardeamento aéreo australiano à cidade de Díli. Na sequência disto, são cortadas todas as ligações directas entre Colónia e Metrópole. A partir daqui todas comunicações entre o Governador e o Governo Central são feitas por intermédio das forças japoneses.
	Julho: Intenção falhada de transferência do Governador para Baucau.
	Agosto: Sublevação primeiramente em Turiscai e depois de Maubisse, contra as quais se formam duas colunas no sentido de suprimir as revoltas.
	30 de Setembro: massacre de Aileu.
	2 de Outubro: dois padres e um deportado são mortos em Ainaro.
	30 de Outubro: reunião em Talo onde se organiza as evacuações.
	Novembro: <ul style="list-style-type: none"> • em Lautém, o administrador, sua mulher e três deportados mortos; • massacre de Manatuto; • grande debandada de Baucau.
	15 de Dezembro: primeiro embarque de refugiados para a Austrália. 18 de Dezembro: embarque de cerca de 360 de refugiados para a Austrália, essencialmente mulheres e crianças. Em Timor ficam os homens no sentido de “manter a soberania nacional.”

	Timor	Austrália
1943	Janeiro: <ul style="list-style-type: none"> • aproximação de uma coluna negra da concentração em Liquiçá, levando funcionário SAPT; • o último grupo das tropas aliadas, juntamente com um pequeno grupo de europeus é evacuado para a Austrália. 	Janeiro: chegada dos primeiros refugiados à Austrália. Ficam instalados em <i>Bob's Farm</i> .
	Maio: agricultores forçados a abandonarem as terras e concentrarem-se em Liquiçá e Maubara.	Julho: partida de um grupo de dezoito homens e respectivas famílias para Marysville, em Victoria a fim de trabalharem na indústria madeireira.
	Agosto: evacuação para a Austrália do último grupo de civis.	
1944	22 de Janeiro: primeiro ataque aéreo australiano a Liquiçá.	
	Março: estadia de uma semana do Capitão Silva da Costa, enviado de Macau, no sentido de averiguar a situação de Timor Português.	Março: transferência de alguns detidos em Liverpool para Narrabri West.
		Abril: transferência de alguns detidos em Liverpool para Tatura.

1945	Junho: O Dia D, desembarque das tropas aliadas na Normandia.	
	Abril: Adolf Hitler comete suicídio em Berlim.	
	Agosto: lançamento das bombas de Nagasaki e Hiroxima e a consequente rendição do Japão.	
	5 de Setembro: anunciado o fim da Guerra pelo Governador em Liquiçá.	
	12 de Setembro: início da reocupação de Timor.	
	19 de Setembro: conclusão da reocupação com o hastear da última bandeira portuguesa em Lautém.	
	22 de Setembro: visita de missão oficial australiana a Timor, acompanhada de Cal Brandão.	
	29 de Setembro: aportavam em Díli os navios Bartolomeu Dias e Gonçalves Zarco que haviam aguardado o fim de guerra em Moçambique.	27 de Novembro: largada do navio Angola da Austrália, rumo a Timor.
	7 de Dezembro: tomada de posse do Governador Óscar Freire de Vasconcelos Ruas (1945-1950).	
	8 de Dezembro: largada do navio Angola, rumo a Portugal.	

	Portugal e Timor
1946	Fevereiro: chegada dos repatriados a Lisboa. Alojados na FNAT.
	Meados do ano: regresso de vários ex-deportados e respectivas famílias a Timor na condição de colonos.
1947	Maior: publicação de um diploma legal que regulava concessões de exploração das granjas do Estado durante oito anos mediante o pagamento de uma renda estabelecida. Cumpridas as condições impostas aos concessionários, admitia-se aos beneficiários o direito de propriedade.

Anexo B - Relações várias³⁴⁶

Deportados enviados para Angra do Heroísmo em Abril de 1925, chegados a Timor em 1927 e que permaneceram em Timor depois de concedida a amnistia:³⁴⁷ Arsénio José Filipe, Domingos Paiva, Luís Ferreira da Silva, Amadeu Carlos das Neves, José Lopes, Alfredo dos Santos, Álvaro Damas, Mário dos Santos Fontainhas e José de Almeida Figueiredo.

Deportados enviados para Cabo Verde em Maio de 1925, chegados a Timor em 1927 e que permaneceram em Timor depois de concedida a amnistia:³⁴⁸ Albertino Abrantes Castanheira, Amadeu Carlos das Neves, António Augusto dos Santos, Arsénio José Filipe, Bernardino dos Santos, Domingos Paiva, Eugénio Augusto Ribeiro, Joaquim Manuel Cardoso, José de Almeida Figueiredo, José Lopes, Luís Ferreira da Silva e Mário dos Santos Fontainhas.

Deportados enviados para a Guiné em Maio de 1925, chegados a Timor em 1927 e que permaneceram em Timor depois de concedida a amnistia:³⁴⁹ António Dias, Álvaro Damas, João Fernandes Pinto, Mário Gonçalves, Abel Venâncio da Silva, Alfredo Pereira Vaz, José Rodrigues d'Almeida, José Castela, Artur Pinho Alonso, José Gomes Pereira, Carlos Saldanha, Raúl Honório, Pedro de Jesus, António Joaquim Pereira, Pedro Guia de Oliveira e Alfredo dos Santos.

Deportados chegados a Timor em 1927 que suscitaram reações a favor da sua inocência:³⁵⁰ Abel Venâncio da Silva, Albertino Abrantes Castanheira, Alfredo Pereira Vaz, António Dias, Arsénio José Filipe, Artur Pinho Alonso e Bernardino dos Santos, Carlos Saldanha, Domingos Paiva, Eugénio Augusto Ribeiro, João Fernandes Pinto, João Maria Major, Joaquim Cardoso, José Castela, José de Almeida Figueiredo, José dos Santos, José Lopes, Manuel Viegas Carrascalão, Mário Fontainhas, Pedro de Jesus, Pedro Guia de Oliveira, Raul Honório.

³⁴⁶ Relações elaboradas com base em cruzamento de inúmeras fontes, havendo casos diversos em que não nos foi possível apurar conclusões.

³⁴⁷ *A Batalha*, 1.5.1925.

³⁴⁸ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

³⁴⁹ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

³⁵⁰ *A Batalha*, suplemento, 5.2.1925:1, *A Batalha*, 30 e 31.5.1925; 2 e 10.6.1925; *O Século*, 31.5.1925; 2, 6 e 13.6.1925.

Deportados enviados do Funchal para Lisboa e logo de seguida para Timor, onde chegariam em 1927:³⁵¹ António Ferreira, António Francisco dos Santos, António Francisco Serra, António Teixeira, Calisto Gonçalves Pinto da Silva, Carlos Caldanha, Eugénio Augusto Ribeiro, Eurico Lino Gonçalves Marques de Oliveira, Francisco Fernandes Camacho, Francisco Fernandes, Francisco Ureña Prieto, João Abílio Ferreira, João de Sousa, João Fernandes Lopes, João Fernandes Pinto, Joaquim Espírito Santo da Mota Vasconcelos, Joaquim Manuel Cardoso, Luís Ferreira da Silva, Pedro de Jesus e Rodrigo Rodrigues.

Deportados saídos de Lisboa, enviados directamente para Timor em 1927 e que permaneceram em Timor depois de concedida a amnistia em 1932: Adolfo Joaquim de Sousa, António da Conceição Pereira, António Gonçalves, António Luís Júnior, Augusto Victor Martins, Carlos Frederico Vasconcelos Bacelar e Sousa, Celso Pinto Marques dos Santos, Francisco da Silva Gomes, Francisco Ramos da Graça Hilário Gonçalves, Jacinto Estrela, Jaurés Américo Viegas, João dos Santos, João Gomes, João Maria Major, Joaquim Clemente, Joaquim da Silva, Joaquim Luís Carraquico, José Abrantes Castanheira, José Augusto Amaro Júnior, José da Silva Godinho, José da Silva, José de Melo Aguiar, José Filipe, José Maria da Cruz, José Pedro Franco, Júlio da Anunciação, Luís José de Abreu, Luís Maria Félix, Manuel dos Santos Quintas, Manuel Pereira, Manuel Simões de Miranda, Manuel Tavares da Silva, Manuel Viegas Carrascalão, Mizael Dias Macedo, Paulo Soares, Raul da Purificação, Raul da Silva (Dias) Monteiro, Raul Pereira dos Santos, Sebastião da Graça, Severino Faria Coelho, Tomé de Sá Sotto Mayor ou Tomé Exposto e Vanzelino dos Santos Costa.

Deportados provenientes de África, chegados a Timor em 1931 e que aí permanecem depois de concedida a amnistia em 1932: Abrão Alves da Silva Monteiro, António Almeida Albuquerque, Bernardino de Oliveira Dias, Bernardino Maria dos Santos, Carlos Cal Brandão, Dionísio Teixeira, Domingos Augusto Bezerra dos Santos, Emílio Augusto dos Santos Caldeira, Ernesto Rodrigues Azevedo, Francisco José Teixeira, Hermenegildo Gonçalves Granadeiro, João António Pires, João Azevedo Almeida, João Gomes Moreira Júnior, Manuel Almeida Barreto, Manuel Maria Teodoro e Sebastião Costa Alves.

³⁵¹ PT/AHD/MNE/SE/2.3^ap/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

Deportados saídos de Lisboa, enviados directamente para Timor em 1931 e que aí permanecem depois de concedida a amnistia em 1932: Albino Bernardino, Álvaro Cabral, Álvaro Freire, Amândio Pinto, Américo de Sousa, António Augusto Dias Antunes, António Dias Augusto, António Lopes, António Pinheiro, César Augusto dos Santos, Augusto Veríssimo de Sousa, César Augusto de Castro, Eduardo Felner Duarte, Fernando Augusto Mariz, Fernando Martins, Francisco Guedes Palmeiro, Francisco Horta, Galiano de Conceição Oliveira, João Augusto Galhós, José Alves Jana, José António Rosa, José Castro Júnior, José Correia Fernandes Bernardino, José Faria Braga, José Francisco, José Rodrigues da Silva, José Serafim Martins, Manuel António da Silva, Mário Gonçalves, Mário Vitorino Enguiça, Paulo Ferreira, Raimundo de Carvalho, Raul Buxo e Robert William Vivian.

Deportados denominados cadastrados:³⁵² Ernesto Rodrigues de Azevedo, Galiano da Conceição Oliveira, António Augusto, António Pinheiro, Emílio dos Santos Caldeira, João Azevedo de Almeida, Albino Bernardino, Manuel de Almeida Barreto, Francisco José Teixeira, Manuel António da Silva.

Deportados fugidos de Díli num barco a remos em Fevereiro de 1932:³⁵³ Utra Machado, Marques de Mendonça, José Pereira Gomes, Miguel Abreu, Manuel António Correia, Francisco Oliveira Pio, Eduardo Carmona, Manuel Vireilha da Costa, Joaquim Ramos Munhá.

Deportados que chegaram a ter a sua residência fixada na ilha de Ataúro:³⁵⁴ Alfredo Pereira Vaz, Álvaro Freire, Amândio Pinto, Américo de Sousa, António Almeida Albuquerque, Arsénio José Filipe, Bernardino Dias, Carlos Cal Brandão, Celso Pinto Marques dos Santos, César de Castro, Domingos Bezerra dos Santos, Ernesto Rodrigues Azevedo, Fernando Martins, Francisco Horta, Francisco José Teixeira, Francisco Urenã Prieto, José Caetano Castela, José da Silva Gordinho, José Filipe, Júlio da Anunciação, Joaquim Clemente, Manuel Viegas Carrascalão, Mário Enguiça.

Deportados que apresentaram pedidos de levantamento de pena ou autorização para seguir para Macau:³⁵⁵ António Lopes, Arsénio José Filipe, Artur Pinho

³⁵² PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

³⁵³ AMRT, Manifesto de um grupo de deportados de Timor à Nação Portuguesa, datado de 28.2.1932.

³⁵⁴ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935, Policarpo, 2003 e Rodrigues, 1982: 275-284.

³⁵⁵ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e ANTT, Ministério do interior, Gabinete do Ministro, Mç 468, Pt.20/2.

Alonso, Carlos Frederico Bacelar e Sousa, Domingos Augusto Bezerra dos Santos, Francisco Ureña Prieto, Hermenegildo Granadeiro, Jacinto Estrela, João Augusto Galhós, José Alves Jana, José Serafim Martins e Manuel Simões de Miranda.

Deportados que integravam voluntariamente as colunas enviadas a suprimir as revoltas nas regiões de fronteira, Maubisse e Turiscai:³⁵⁶ António Almeida Albuquerque, António Augusto dos Santos, António Pereira, Dionísio Teixeira, Francisco Horta, Hermenegildo Granadeiro, Jacinto Estrela, Jaurés Américo Viegas, João Fernandes Pinto, Manuel de Almeida Barreto, Paulo Ferreira, Raul Honório e Rodrigo Rodrigues.

Deportados que permaneceram na zona da concentração durante a ocupação japonesa (1942-45):³⁵⁷ Amândio Pinto, Américo de Sousa, António Augusto dos Santos, António Lopes, Bernardino Maria dos Santos, Celso Pinto Marques dos Santos, César de Castro, Eugénio Augusto Ribeiro, Francisco Teixeira Guedes, Jaurés Américo Viegas, João António Pires, João Augusto Galhós, João dos Santos, João Fernandes Pinto, Joaquim da Silva, Joaquim Manuel Cardoso, José António Rosa, José Caetano Castela, José Castro Júnior, José Rodrigues da Silva, José Serafim Martins, Manuel Viegas Carrascalão, Sebastião Costa Alves e Sebastião da Graça.

Deportados evacuados para a Austrália:³⁵⁸ Abel Venâncio da Silva, Albertino Castanheira, Alfredo dos Santos, Alfredo Pereira Vaz, Álvaro Damas, Amadeu Carlos das Neves, António Albuquerque, António Augusto, António C. Pereira, António Gonçalves, Arsénio José Filipe, Bernardino Dias, Carlos Cal Brandão, Carlos Saldanha, César Augusto dos Santos, Domingos Augusto Bezerra dos Santos, Domingos Paiva, Francisco Horta, Francisco Palmeira, Francisco Ureña Prieto, Hermenegildo Granadeiro, Hilário Gonçalves, Jacinto Estrela, João Gomes Moreira Júnior, João Gomes, Joaquim Carraquico, José Alves Jana, José da Silva, José Filipe, José Gordinho, Luís José de Abreu, Manuel Maria Teodoro, Manuel Pereira, Manuel Tavares da Silva, Paulo Ferreira, Paulo Soares, Pedro de Jesus, Pedro Guia de Oliveira, Raul Honório e Rodrigo Rodrigues.

Deportados evacuados para a Austrália em data por determinar: Abel Venâncio da Silva (em Abril já estava em *Bob's farm*), António Augusto, António Gonçalves,

³⁵⁶ Carvalho, 1972: 119 e Carvalho, 2003: 345.

³⁵⁷ Carvalho, 2003: 765-769.

³⁵⁸ Laborinho, 1944: 481-484.

João Gomes (em Abril já estava em *Bob's farm*), Manuel Pereira (em Abril já estava em *Bob's farm*), Manuel Tavares da Silva (em Abril já estava em *Bob's farm*), Paulo Ferreira (em Abril já estava em *Bob's farm*), Raul Honório (em Abril já estava em *Bob's farm*) e Rodrigo Rodrigues.

Deportados evacuados para a Austrália em Dezembro de 1942: Alfredo Pereira Vaz, Bezerra dos Santos, César Augusto dos Santos, João Gomes Moreira Júnior, José Gordinho e Pedro Guia de Oliveira.

Deportados evacuados para a Austrália em Janeiro de 1943: Alfredo dos Santos, Arsénio José Filipe, Francisco Palmeira e Manuel Teodoro.

Deportados enviados para Marsville: Amadeu Carlos das Neves, Augusto César dos Santos Ferreira, Carlos Saldanha, Domingos Augusto Bezerra dos Santos, José da Silva, José da Silva Gordinho, Alfredo dos Santos, Arsénio José Filipe, Francisco Guedes Palmeira e Manuel Maria Teodoro.

Deportados evacuados para a Austrália em Agosto de 1943:³⁵⁹ Albertino Abrantes Castanheira, Álvaro Damas, António Almeida Albuquerque, António da Conceição Pereira e companheira, Bernardino Dias, Carlos Cal Brandão, Domingos Paiva, Francisco Horta, Francisco Ureña Prieto, Hermenegildo Granadeiro, Hilário Gonçalves, Jacinto Estrela, Joaquim Luís Carraquico acompanhado dos dois filhos do falecido Manuel Simões de Miranda, José Alves Jana, José Luís de Abreu, Paulo Ferreira, Paulo Soares, Pedro de Jesus e família.

Deportados evacuados em Agosto de 1943, internados no campo de prisioneiros de guerra de Liverpool e que ainda passou pelo *Gaythorne Internment Camp* em Brisbane: Álvaro Damas, António da Conceição Pereira, Francisco Horta, Jacinto Estrela, Luís José de Abreu e Pedro de Jesus.

Deportados que ainda em *Bob's Farm* antes de ser internado no campo de prisioneiros de guerra em Liverpool: Arsénio José Filipe, Albertino Abrantes Castanheira, António Almeida Albuquerque, Bernardino Dias, Bezerra dos Santos, Francisco Ureña Prieto, Hermenegildo Granadeiro, Joaquim Luís Carraquico, José Alves Jana, Paulo ou Paulino Soares.

³⁵⁹ Chamberlain, 2010: 21 e Cal Brandão, 1946 e Laborinho, 1944: 316.

Deportados evacuados em Agosto de 1943 não internados em Liverpool: Carlos Cal Brandão, Domingos Paiva e Hilário Gonçalves.

Deportados enviados para Tatura após o internamento no campo de prisioneiros de guerra de Liverpool: Álvaro Damas, António da Conceição Pereira, Francisco Horta, Jacinto Estrela, José Filipe, Luís José de Abreu e Pedro de Jesus.

Deportados falecidos em Timor durante a ocupação japonesa (1942-1945):³⁶⁰

António Dias, António Teixeira, Dionísio Teixeira, Eduardo Felner Duarte, Emílio Augusto dos Santos Caldeira, Ernesto Rodrigues Azevedo, Fernando Augusto Mariz, Fernando Martins, Francisco Ramos Graça, João Romano da Silva, José Faria Braga, Luís Ferreira da Silva, Luís Maria Félix, Manuel Simões de Miranda, Mário Gonçalves, Mário Vitorino Enguiça, Raimundo de Carvalho, Raul Dias Monteiro e Severino Faria Coelho e Tomé de Sá Souto Maior.

Ex-deportados que embarcaram no navio Angola, na Austrália: Abel Venâncio da Silva, Amadeu Carlos das Neves, António Almeida Albuquerque, António Augusto, António Gonçalves, Arsénio José Filipe, Carlos Cal Brandão, Domingos Augusto Bezerra dos Santos, Francisco Horta, Francisco Ureña Prieto, Hermenegildo Gonçalves Granadeiro, Jacinto Estrela, João Gomes, Joaquim Luz Carraquico, José Alves Jana, José da Silva Gordinho, José da Silva, José Filipe, Manuel Maria Teodoro, Manuel Pereira, Manuel Tavares da Silva e Pedro Guia de Oliveira, Raul Honório.

Ex-deportados que desembarcam em Lisboa em meados de Fevereiro de 1946:³⁶¹

Abel Venâncio da Silva, Amadeu Carlos das Neves, Amândio Pinto, Américo de Sousa, António Almeida Albuquerque, António Augusto, António Augusto dos Santos, António Gonçalves, Arsénio José Filipe, Bernardino Maria dos Santos, Carlos Cal Brandão, Celso Pinto Marques dos Santos, César de Castro, Domingos Augusto Bezerra dos Santos, Eugénio Augusto Ribeiro, Francisco Horta, Francisco Urena Prieto, Hermenegildo Gonçalves Granadeiro, Jacinto Estrela, João António Pires, João dos Santos, João Fernandes Pinto, João Gomes, Joaquim da Silva, Joaquim Luís Carraquico, Joaquim Manuel Cardoso, José Alves Jana, José António Rosa, José da Silva, José da Silva Gordinho, José Filipe, José Rodrigues da Silva, Manuel Maria

³⁶⁰ Carvalho, 2003.

³⁶¹ *Diário de Lisboa*, 15.02.1946.

Teodoro, Manuel Pereira, Manuel Tavares da Silva, Manuel Viegas Carrascalão, Pedro Guia de Oliveira e Raul Honório.

Nomes que constam no requerimento de processos que a PIDE do Porto fez à PIDE de Lisboa, dias após a chegada dos ex-deportados à Metrópole, no sentido de os monitorizar:³⁶²

Abel Venâncio da Silva, Amadeu Carlos das Neves, Amândio Pinto, Américo de Sousa, António Albuquerque, António Augusto, António dos Santos, António Gonçalves, Arsénio José Filipe, Bernardino dos Santos, Celso P. M. dos Santos, César de Castro, Domingos Bezerra Santos, Eugénio Augusto Ribeiro, Francisco Horta, Francisco Ureña Prieto, Hermenegildo Granadeiro, Jacinto Estrela, João António Pires, João dos Santos, João Fernandes Pinto, João Gomes, Joaquim da Silva, Joaquim Luís Carraquico, Joaquim M. Cardoso, José Alves Jana, José Filipe, José Godinho, José Rodrigues da Silva, José Silva, Manuel Maria Teodoro, Manuel Pereira, Manuel Tavares da Silva, Manuel Viegas Carrascalão, Pedro Guia de Oliveira e Raul Honório.

Nomes cujo processo não foi encontrado por terem sido presos antes da formação da PIDE:³⁶³

Amadeu Carlos das Neves, António Albuquerque, António Augusto, António dos Santos, António Gonçalves, Arsénio José Filipe, Domingos Bezerra Santos, Eugénio Augusto Ribeiro, Francisco Ureña Prieto, João dos Santos, João Fernandes Pinto, João Gomes, Joaquim da Silva, José Filipe, José Godinho, José Silva, Manuel Maria Teodoro, Manuel Pereira e Manuel Tavares da Silva.

Deportados que casaram em Timor com mulheres de origem timorense: António da Conceição Pereira, António Gonçalves, Domingos Augusto Bezerra dos Santos, Francisco Guedes Palmeira, Francisco Horta, Francisco Ureña Prieto, Joaquim Luís Carraquico, José Alves Jana, Manuel Pereira, Manuel Tavares da Silva, Manuel Viegas Carrascalão, Pedro Guia de Oliveira, Raul Honório e Rodrigo Rodrigues.

Deportados que mantiveram relações maritais com mulheres de origem timorense: Abel Venâncio da Silva, Alfredo Pereira Vaz, Álvaro Damas, Amadeu Carlos das Neves, Amândio Pinto, Américo de Sousa, António Almeida Albuquerque, António Augusto dos Santos, António Lopes, Arsénio José Filipe, Augusto César dos

³⁶² ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Godinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946.

³⁶³ TT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Godinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

Santos Ferreira, Bernardino de Oliveira Dias, Carlos Saldanha, Domingos de Paiva, Eduardo Felner Duarte, Eugénio Augusto Ribeiro, Fernando Martins, Francisco Ramos Graça, Hermenegildo Gonçalves Granadeiro, Hilário Gonçalves, Jacinto Estrela, Jaurés Américo Viegas, João Fernandes Pinto, João Gomes, João Gomes Moreira Júnior, Joaquim da Silva, José Caetano Castela, José da Silva, José da Silva Gordinho, José Filipe, José Serafim Martins, Luís José de Abreu, Luís Maria Félix, Manuel Maria Teodoro, Manuel Simões de Miranda, Paulo Ferreira, Pedro de Jesus, Sebastião Costa Alves.

Famílias de ex-deportados que sabemos terem permanecido a residir em Timor entre 1947-1975: Álvaro Damas, António Lopes, Francisco Horta, Hilário Gonçalves, Jaurés Américo Viegas, João Augusto Galhós, Joaquim da Silva, *o Mirolho*, José Caetano Castela, José Filipe, Manuel Pereira, *o Pereirinha*, Manuel Viegas Carrascalão, Paulo Ferreira, Pedro de Jesus, Pedro Guia de Oliveira, Rodrigo Rodrigues, Sebastião Costa Alves e Sebastião da Graça.

Anexo C – Notas biográficas

a) Deportados do tempo de João Franco

Anthero Tavares de Carvalho nasceu a 18 de Dezembro de 1875, em Arganil. Filho de José Fernandes Tavares e de Maria da Conceição Deolinda, era escriturário de profissão. Deportado para Timor ao abrigo da lei de 1896, ali chegou em Setembro desse ano, a bordo do navio *África*. Viria a exercer diversas funções como funcionário da administração portuguesa. Embora autorizado a regressar à Metrópole, não foi encontrado registo de que o tenha feito. Casou com a filha do *Liurai* de Oecussi, Maria Imaculada da Costa que havia sido educada em Macau. Em 1907, o casal partia rumo a Moçambique, para nunca mais regressar a Timor. Anthero continuaria empregado como funcionário da administração portuguesa, exercendo funções em Moçambique, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Angola, tendo chegado a ser Governador interino da Colónia de Angola (1924-25).³⁶⁴

António Diniz era natural de Lisboa e fundidor de profissão. Deportado para Timor ao abrigo da lei de 1896, ali chegou em Setembro desse ano, a bordo do navio *África*. Em 1906, como medida de apaziguamento o Governo autorizou o regresso dos deportados à Metrópole, tendo o jornal anarquista *A Vida* publicado uns versos dedicados aos recém-chegados do degredo em Timor, Diniz incluído.³⁶⁵

Arnaldo Augusto era natural de Lisboa. Deportado para Timor ao abrigo da lei de 1896, ali chegou em Setembro desse ano, no navio *África*. Começaria por trabalhar como olheiro nas obras públicas, tendo exercido também funções de funcionário público. Embora autorizado a regressar à Metrópole, não foi encontrado registo de que o tenha feito. Não foram encontradas mais referências a este nome.³⁶⁶

Bernardino Henrique Caldas era natural de Lisboa. Deportado para Timor ao abrigo da lei de 1896, ali chegou em Setembro desse ano, a bordo do navio *África*. Faleceu em Timor no ano de 1897.³⁶⁷

³⁶⁴ Cabrita, 2014: 20-38 e *Ilustração Portuguesa*, 7.6.1909: 733-734. *BOT* 1, 6.01.1900: 4, *BOT* 10, 7.03.1903: 69-70, *BOT* 14, 5.04.1902: 97, *BOT* 36, 6.09.1902: 222, *BOT* 39, 26.09.1903: 223, *BOT* 10, 5.03.1904: 45, *BOT* 15, 9.04.1904: 83, *BOT* 16, 16.04.1904: 87, *BOT* 37, 18.09.1905: 171, *BOT* 14, 7.04.1906: 73; *BOT* 25, 23.06.1906: 131, *BOT* 32, 11.08.1906: 173; *BOT* 35, 1.09.1906: 190. *BOT* 3, 19.01.1907: 15, *BOT* 31, 1.08.1903: 181, *BOT* 4 e 26.01.1907: 20.

³⁶⁵ Cabrita, 2014: 20-38 e Rodrigues, 1977: 123.

³⁶⁶ Cabrita, 2014: 20-38 e *Ilustração Portuguesa*, 7.6.1909: 733-734.

³⁶⁷ Cabrita, 2014: 20-38.

Carlos Augusto da Fonseca era natural de Lisboa e barbeiro de profissão. Deportado para Timor ao abrigo da lei de 1896, ali chegou em Setembro desse ano, a bordo do navio África. Faleceu em Timor, em 1903.³⁶⁸

Gilberto Alves dos Santos era natural de Mértola e corticeiro de profissão. Deportado para Timor ao abrigo da lei de 1896, ali chegou em Setembro desse ano, a bordo do navio África. Começaria por trabalhar como capataz nas plantações do Estado, tendo depois aberto a sua própria barbearia e ainda uma fábrica de sodas e gasosas. Em 1906, como medida de apaziguamento, com excepção de Gilberto e Joaquim Raimundo dos Santos, o Governo autorizou o regresso dos deportados à Metrópole. Gilberto faleceu de paludismo no ano seguinte, pelo que em sessão da câmara dos deputados, o republicano Alexandre Braga sublinhava o facto deste deportado não ter sido mandado regressar à Metrópole.³⁶⁹

Joaquim Marques era natural de Lisboa e fundidor de profissão. Deportado para Timor ao abrigo da lei de 1896, ali chegou em Setembro desse ano, a bordo do navio África. Em 1906, como medida de apaziguamento o Governo autorizou o regresso dos deportados à Metrópole, tendo o jornal anarquista *A Vida* publicado uns versos dedicados aos recém-chegados do degredo em Timor, Marques incluído.³⁷⁰

Joaquim Raimundo dos Santos era natural de Lisboa e anarquista de convicção. Preso em Fevereiro de 1894, viria a ser deportado para Timor ao abrigo da lei de 1896, ali chegou em Setembro desse ano, a bordo do navio África. Em 1906, como medida de apaziguamento, o Governo autorizou o regresso dos deportados à Metrópole. Joaquim Raimundo ficou de fora desta amnistia e ali faleceu em 1917.³⁷¹

José de Miranda era natural de Lisboa e chapeleiro de convicção. Deportado para Timor ao abrigo da lei de 1896, ali chegou em Setembro desse ano, a bordo do navio África. Faleceu ainda antes do final do ano.³⁷²

José Dias Loureiro natural de Tábua, foi deportado para Timor ao abrigo da lei de 1896, ali chegou em Setembro desse ano, a bordo do navio África. Faleceu em

³⁶⁸ Cabrita, 2014: 20-38.

³⁶⁹ Cardoso, 2007: 19, Cabrita, 2014: 20-38 e *Ilustração Portuguesa*, 7.6.1909: 733-734.

³⁷⁰ Cabrita, 2014: 20-38, Rodrigues, 1977: 123 e *Ilustração Portuguesa*, 7.6.1909: 733-734.

³⁷¹ Cabrita, 2014: 20-38, *Ilustração Portuguesa*, 7.6.1909: 733-734 e mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2527&Itemid=47, consultado a 28.8.2015.

³⁷² Cabrita, 2014: 20-38.

Timor em 1898.³⁷³

José dos Santos: era natural de Tomar e caixeiro de profissão. Deportado para Timor ao abrigo da lei de 1896, ali chegou em Setembro desse ano, a bordo do navio África. Começou por trabalhar como empregado numa casa comercial, tendo depois aberto duas importantes casas de comércio e várias fazendas em Batugadé. Embora autorizado a regressar à Metrópole em 1906, não foi encontrado registo de que o tenha feito. Faleceu em Timor em data incerta.³⁷⁴

Luís António Nogueira era natural de Mértola. Era fundidor, serralheiro e torneiro de profissão. Deportado para Timor ao abrigo da lei de 1896, ali chegou em Setembro desse mesmo ano, a bordo do navio África. Começou por trabalhar como um simples funcionário nas oficinas de obras públicas do Estado e rapidamente se tornou chefe. Em 1906, como medida de apaziguamento o Governo autorizou o regresso dos deportados à Metrópole. Nogueira fá-lo-ia e com efeito, o seu nome vinha incluído nuns versos publicados pelo jornal anarquista *A Vida* dedicados aos recém-chegados do degredo. Voltaria novamente a Timor, onde reconstruiu a sua vida. Aquando da chegada dos deportados em 1927, ajudou-os a estabelecerem-se em Timor. Regressou à Metrópole em Julho de 1932, por motivos de saúde, tendo sido louvado pelo Governador “pelos relevantes serviços prestados à Colónia, durante mais de 26 anos, sempre com zelo, competência e abnegação”.³⁷⁵

Rodrigo da Silva era natural de Lagos e rolheiro de profissão. Deportado para Timor ao abrigo da lei de 13 de 1896, ali chegou em Setembro desse ano, a bordo do navio África, onde faleceu em 1900.³⁷⁶

Sebastião dos Santos era natural do concelho de Nelas. Deportado para Timor ao abrigo da lei de 1896, ali chegou em Setembro desse ano, a bordo do navio África. Em 1906, como medida de apaziguamento o Governo autorizou o regresso dos deportados à Metrópole, tendo o jornal anarquista *A Vida* publicado uns versos dedicados aos recém-chegados do degredo em Timor, Sebastião incluído.³⁷⁷

³⁷³ Cabrita, 2014: 20-38.

³⁷⁴ Cabrita, 2014: 20-38 e *Ilustração Portuguesa*, 7.6.1909: 733-734.

³⁷⁵ Cabrita, 2014: 20-38, Rodrigues, 1977: 123, Cardoso, 2007:19, *Ilustração Portuguesa*, 7.6.1909: 733-734, *BOT*, 24.9.1927:6, *BOT*, 28.7.1928, *BOT*, 7.1.1928, *BOT*, 12.1.1929, *BOT*, 2.2.1929, *BOT*, 9.2.1929, *BOT*, 14.9.1929, *BOT*, 23.8.1930, *BOT*, 25.7.1931 e *BOT*, 4.7.1932.

³⁷⁶ Cabrita, 2014: 20-38.

³⁷⁷ Cabrita, 2014: 20-38, Rodrigues, 1977: 123 e *Ilustração Portuguesa*, 7.6.1909: 733-734.

b) Deportados enviados para Angra do Heroísmo, África (1925) e transferidos para Timor (1927)

Alfredo dos Santos nasceu em Arganil, em 1899,³⁷⁸ era filho de António dos Santos



e Libânia da Conceição e construtor civil de profissão.³⁷⁹ As primeiras referências que encontramos sobre Alfredo dos Santos constam na imprensa da época, a notícia de um ataque ao fiscal das oficinas da Penitenciária em Maio de 1924³⁸⁰ e, no ano seguinte a acusação de atentar contra a vida de um homem que não se solidarizando com a greve dos colegas, continuou a trabalhar.³⁸¹ Em

consequência Alfredo dos Santos foi preso no Limoeiro, de onde escreve em nome dos prisioneiros sociais para o jornal *A Batalha*, que recusam aceitar a quantia reunida e oferecida pelos operários sem trabalho, uma vez que também a eles esse dinheiro faria falta.³⁸² A 29 de Abril de 1925, sem ter sido sujeito a qualquer processo de julgamento, Alfredo foi deportado para Angra de Heroísmo.³⁸³ Segundo o jornal *A Capital*, no seu cadastro constavam oito prisões por furto, posse de arma proibida, tentativa de assassinato e de agressão à policia.³⁸⁴ Dos Açores veio ainda a Lisboa, para logo sem reencaminhado para Bolama, na Guiné, onde chegou a 13 de Junho de 1925.³⁸⁵ Daí terá fugido para Hamburgo e depois para o Porto, onde voltou a ser preso a 26 de Agosto de 1926. Transferido para a cadeia de Monsanto em Lisboa,³⁸⁶ ali ficou até meados de Abril de 1927, data em que foi embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.³⁸⁷ Sobre a sua vida em Timor, sabemos que residia em Díli, local onde assinou um recibo do subsídio de deportado social no

³⁷⁸ Cardoso, 2007: 237.

³⁷⁹ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e *A Batalha*, 6.2.1925: 2.

³⁸⁰ *O Século*, 20.2.1925: 2.

³⁸¹ *O Século*, 7.1.1925:1.

³⁸² *A Batalha*, 15.1.1925: 4.

³⁸³ *A Batalha*, 1.5.1925.

³⁸⁴ *A Capital*, 6.6.1925: 2.

³⁸⁵ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

³⁸⁶ *Pais*, 2012: 85.

³⁸⁷ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6.

valor de 50 patacas,³⁸⁸ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. Na sequência da invasão japonesa de Timor (1942-45), em Maio de 1942, juntou-se ao exército australiano na zona do Remexio, como membro da Brigada Internacional que assistiu a Companhia Independente 2/2. Tendo sido ferido numa perna num combate em Same, foi evacuado para a Austrália em Janeiro de 1943, ficando alojado em *Bob's Farm*, onde chegou usando itens do uniforme australiano.³⁸⁹ Meses mais tarde, viria a ser pago pelo Governo australiano pelos serviços militares que prestou em Timor. Em Março de 1943 escreveu ao Tenente Pires oferecendo-se para regressar, caso fosse organizada uma expedição para salvar os que tinham ficado em Timor. Acabou por não o fazer, por se encontrar no hospital com a ferida na perna que obrigou a sua evacuação. Quando saiu de *Bob's Farm* ficou a residir em Narrabri, recebendo uma mesada do Governo português de 3,5 libras por semana. Apesar de oficialmente ser solteiro, Alfredo dos Santos mantinha uma relação marital com uma senhora timorense de quem teve um filho, nascido a 20 de Abril de 1944. A partir de 16 de Julho de 1945 arranhou emprego na *Crown Crystal Glass Company* em Sidney, com um ordenado de 5,9 libras por semana. No final da Guerra, dada a ordem de que o repatriamento iria ser feito e receando consequências do Governo Português por terem contrariado a ordem de neutralidade nacional dada pelo Governador de Timor, alguns deportados, Alfredo dos Santos incluído, pediram visto de residência permanente na Austrália. Invocaram o apoio dado ao exército australiano mas ainda assim, o pedido foi recusado. As autoridades australianas não só receavam as suas ligações comunistas, como também, lhes era difícil aceitar o facto de estes homens manterem relações maritais com mulheres timorenses, de quem tinham filhos. Num documento das autoridades de emigração a respeito do caso, pode ler-se: "qualquer simpatia que se pudesse sentir a respeito deles é afastada pela sua livre associação com mulheres nativas ou de raça negra". Embora o pedido tenha sido recusado, Alfredo dos Santos não embarcou no navio Angola, conforme previsto.³⁹⁰ Muito provavelmente terá permanecido na Austrália o resto da sua vida, já que datado de 1954-1958 existe um processo no

³⁸⁸ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

³⁸⁹ Chamberlain, 2010: 40.

³⁹⁰ Chamberlain, 2010: Anexo A, 6; Cardoso, 2007: 111, 183 e 237; NAA, security service, 10.09.1944; NAA, 781505: 46 e NAA, SP1122/1, 54/20/12170.

Arquivo Nacional da Austrália intitulado de “Dos Santos, Alfredo - *Portuguese migrant; naturalization file.*”³⁹¹

Álvaro Damas, nasceu a 16 de Março de 1903, em Lisboa. Era filho de Albano



Damas e de Guitéria da Conceição e tinha pelo menos um irmão chamado António.³⁹² Era metalúrgico-serralheiro de profissão e anarquista de convicção política, tendo estado detido em 1920, 22 e 23.³⁹³ A primeira referência encontrada a este nome data de Novembro de 1922, consta de um “*Manifesto aos trabalhadores conscientes*” assinado por um grupo de 51 homens detidos presos

por delito social no Limoeiro, Damas incluído. O grupo identifica-se como sindicalista revolucionário, embora sirva o tal manifesto para criticar duramente a ação violenta de alguns membros do recém criado Partido Comunista e, por extensão também o próprio partido, que acusam de não só não reagir como até admitir, certas posições excessivamente radicais que alguns dos seus membros vinham a tomar.³⁹⁴ Não obstante a sua assinatura no referido manifesto, consta que em 1922, em nome da “Legião Vermelha”, Damas terá apunhalado José Gomes Pereira, mais conhecido por *o Avante* (que viria mais tarde também a ser deportado para Timor) por o ter considerado um traidor da classe. Em Dezembro de 1923 era anunciada a fuga de “um grupo de bombistas” do forte de S. Julião da Barra, sendo que o nome de Álvaro Damas é referido como fazendo parte do grupo, nomeadamente “um dos indivíduos que há tempos tinha sido preso à porta do Ministério do Interior sob a acusação de ter participado no atentado contra António Maria da Silva”.³⁹⁵ O seu nome aparece numa lista de presos que se encontra depositada no Arquivo Histórico-Social, embora sem indicação de data ou prisão, apenas refere como informação “Álvaro Damas, Lisboa,

³⁹¹ Documentação presente nos Arquivos Nacionais da Austrália mas não consultada por não se encontrar digitalizada: A367, C63656.

³⁹² NAA- MP1103/2, Q544.

³⁹³ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto, consultado a 27.4.2014.

³⁹⁴ PT/AHS, Caixa 110, Espólio N61, *Manifesto aos trabalhadores conscientes*, 1.11.1922.

³⁹⁵ *A Capital*, 9.9.1922: 2, *A Capital*, 12.9.1922: 1, *A Capital*, 16.9.1922: 2 e *O Paiz*, 18.12.1923: 6.

marítimo, em péssima situação e sem qualquer recurso”.³⁹⁶ Em meados Abril de 1925, viria a ser preso novamente juntamente com Mário Fontainhas, na sequência do roubo de uma mala a um cobrador, acto alegadamente premeditado. Segundo *O Século*, Álvaro Damas tinha-se empregado propositadamente nas descargas da Sociedade Comercial de Pescarias com o intuito de vigiar de perto o homem a quem foi roubada a mala.³⁹⁷ Assim, logo em finais de Abril de 1925, sem que o processo de julgamento tivesse ainda sido concluído, Damas e outros dezassete presos sociais eram embarcados no Carvalho Araújo com destino a Angra do Heroísmo.³⁹⁸ No final do mês seguinte, seria reencaminhado para o desterro em África, tendo desembarcado em Bolama, na Guiné, a 13 de Junho de 1925.³⁹⁹ Os deportados ainda nem haviam chegado ao seu destino e já o jornal *A Batalha* publicava uma carta enviada por Mário Monteiro, advogado de vários deportados, Damas incluído, ao Ministro da Justiça, expondo a inconstitucionalidade da medida tomada pelo Governo.⁴⁰⁰ A publicação desta carta não teve qualquer efeito, tendo a imprensa conservadora respondido com a publicação de uma extensa lista com os cadastros dos deportados, na qual Damas contava “com oito prisões por furto, assalto à mão armada e diversos”.⁴⁰¹ Eventualmente Damas viria a fugir para Hamburgo e depois para o Porto onde voltou a ser preso, a 26 de Agosto de 1926. Transferido para a cadeia de Monsanto em Lisboa,⁴⁰² ali ficou até 14 de Abril de 1927, data em que foi embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁴⁰³ Desembarcados todos os deportados em Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório, rapidamente foram organizados para que pudessem começar a trabalhar e reconstruir as suas vidas em Timor.⁴⁰⁴ É possível que Álvaro Damas tenha sido um dos beneficiários a receber crédito do Governo já que a família o recorda como comerciante. Era proprietário de quatro lojas: em Laga, Baguia, Laivai e Lospalos (as duas últimas no distrito de Lautém); e tinha também um restaurante em Lecidere, em frente da estátua de Nossa Senhora. Segundo a família, “o negócio estava a correr

³⁹⁶ PT/AHS, Caixa 109, 3708. Mç 437.

³⁹⁷ *O Século*, 11 e 12.4.1925: 2.

³⁹⁸ *A Batalha*, 1.5.1925.

³⁹⁹ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁴⁰⁰ *A Batalha*, 3.5.1925: 1.

⁴⁰¹ *A Capital*, 6.6.1925: 2.

⁴⁰² Pais, 2012: 85.

⁴⁰³ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6.

⁴⁰⁴ Morna: 1931.

bem mas com a invasão japonesa (1942-1945), tudo ficou perdido”.⁴⁰⁵ Embora tivesse tido lojas espalhadas pelo território, a sua residência estava fixada em Dili, local onde assinou dois recibos do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas e referentes aos meses de Julho e Agosto de 1934,⁴⁰⁶ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. A nível familiar, logo em inícios dos anos 30, Álvaro Damas iniciou uma relação marital com uma senhora natural de Liquiçá. O casal não pôde ter filhos biológicos pelo que adoptaram três crianças. Segundo a família, não *barlaqueou* com a cerimónia tradicional integral mas, ainda que simbolicamente, “deve ter pago com certeza o dote porque isso é sempre necessário.” De resto, Álvaro Damas decidiu que não queria casar oficialmente, nem pelo registo católico nem pelo registo civil porque “por questões de negócio não interessava”. Os negócios ficaram em nome de Damas e todas as propriedades em nome da sua companheira. Eventualmente, com o naufrágio de um navio com um grande carregamento de provisões para os seus negócios, não havendo seguros, Álvaro Damas viu-se obrigado a abrir falência. Contudo, sem oficialização legal entre marido e mulher, nunca correram o risco de serem expropriados por falta de pagamento de dívidas.⁴⁰⁷ Ao tempo da ocupação japonesa de Timor (1942-1945), como vários outros europeus, Álvaro Damas incorporou o exército australiano, tendo andado em fuga pelas montanhas, tentando resistir à ocupação pela tática de guerrilha, até à data da sua evacuação para a Austrália, a 3 de Agosto de 1943.⁴⁰⁸ Quanto à família, a sua mulher tinha dificuldade em movimentar-se pelo que ficou em Laga, em casa do *Liurai*. Os filhos estiveram na zona de concentração em Liquiçá e contam que se refugiavam na mata durante o dia com medo dos japoneses. Só regressavam à concentração à noite para dormir.⁴⁰⁹ À chegada à Austrália, Damas ficou duas semanas em Darwin, passou pelo *Gaythorne Internment Camp* em Brisbane, chegando a Liverpool, em finais de Setembro de 1943. O Tenente Pires havia feito uma lista de elementos a não enviar para *Bob's Farm*, argumentando recear que à chegada ao campo pudessem divulgar informações confidenciais relativamente às posições da resistência em Timor. Proposta considerada pelos militares australianos que os internaram, Damas incluído, num campo de prisioneiros

⁴⁰⁵ Entrevista a Vitorino e Filomeno Amado, Dili, 28.12.2013.

⁴⁰⁶ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

⁴⁰⁷ Entrevista a Vitorino e Filomeno Amado, Dili, 28.12.2013.

⁴⁰⁸ Chamberlain, 2010: Anexo A, p.7-8.

⁴⁰⁹ Entrevista a Vitorino e Filomeno Amado, Dili, 28.12.2013.

em Liverpool. Sem entenderem muito bem a razão do internamento, várias foram as tentativas de denunciar a injustiça sofrida protagonizadas pelo grupo aí detido. Os protestos incluíram uma greve de fome e o envio de várias cartas a entidades de renome. O internamento cessou só em Abril de 1944, data da sua transferência para Singleton, onde ficou com a sua liberdade restrita aos limites de uma propriedade denominada de Minnibah e devendo a sua correspondência ser submetida a censura. Em fins de Março de 1945, Álvaro Damas foi recrutado por Sousa Santos, oficial militar português, embora em nome do exército australiano, para fazer parte de uma coluna a ser enviada para Timor Português. Os treinos decorreram em Queensland, entre Março e Abril de 1945, mas Álvaro Damas não compareceu. Com a notícia do fim da guerra, a operação acabou por ser cancelada e em 27 de Novembro de 1945 Álvaro Damas partia, conforme previsto, no navio Angola.⁴¹⁰ Embora não tenhamos certezas se terá partido rumo à Metrópole ou a Timor, sabemos que em 1953, já Álvaro Damas se encontrava em Timor, mantinha a sua residência oficial em Lospalos e requeria o aforamento de um terreno com cerca de 4600 metros quadrados em Bemori, destinado a construções e culturas anuais.⁴¹¹ Uma questão que importa tentar compreender é a relação deste grupo com o conceito *Uma Lulik* (traduzindo literalmente, Casa Sagrada), os seus ritos e o seu significado para a sociedade tradicional timorense. Por norma, fisicamente, encontram-se na várzea, onde tradicionalmente o homem timorense trabalha e são tidas, conforme o próprio nome indica, como Sagradas. Quando nasce, cada indivíduo passa a pertencer a uma Casa que lhe dá o nome e um lugar, um papel na sociedade. Cada Casa tem a sua História de origem, a sua genealogia familiar e os seus vários rituais que funcionam como elo de ligação, de união entre a comunidade, viva e a passada. Assim sendo, a Casa Sagrada funciona como estrutura de base para toda a vida social, seja a nível individual ou familiar, pelo que a prática ritual é algo constante e fundamental para a continuidade social.⁴¹² A família do deportado Álvaro Damas reconhece que o avô nunca criou relação com nenhuma *Uma Lulik*, “que é uma tradição timorense”. Embora na região de Liquiçá, local onde a avó nasceu, a tradição mande que a família visite a casa sagrada do lado paterno, esta família não a tendo, visita sempre a casa sagrada da linha materna. Álvaro Damas morreu em 1958, vítima de ataque cardíaco.

⁴¹⁰ Laborinho, 1943: 145 e 484 e NAA- MP1103/1, Q544, Chamberlain, 2010: Anexo A, p.53 e Cardoso, 2007: 95.

⁴¹¹ *BOT*, 21-02-1953: 186.

⁴¹² Sousa, 2010: 93-96.

Em Timor, também as cerimónias fúnebres são algo de grande importância e são muito ligadas à *Uma Lulik*, pois aí passará ser o local de encontro entre o antepassado e as gerações actuais. “No costume timorense, os homens são enterrados onde trabalhavam, no sítio deles, na várzea e perto da sua *Uma Lulik*.” Contudo, também, “o enterro do avô foi um enterro ocidental pois como estrangeiro, não tinha ligação à *Uma Lulik*, que é uma tradição timorense”. “Foi enterrado segundo a tradição católica aqui em Díli, numa campa no cemitério de Santa cruz”, pois “o avô sempre viveu em Díli”. Do avô, a memória que um dos netos mais velho guarda é que “o meu avô era uma pessoa muito restrita, mas era um socialista. Quando vinha lá a família de Liquiçá, o que ele come os outros têm de comer assim”.⁴¹³

Amadeu Carlos das Neves, o Mocho, nascido em Lisboa a 11 de Março de 1900, era



filho de António Francisco das Neves e de Ângela Maria, metalúrgico de profissão e sindicalista.⁴¹⁴ A primeira referência encontrada na imprensa da época acerca de Amadeu Carlos das Neves remonta a Agosto de 1919, data em que foi detido por vender *A Bandeira Vermelha*,⁴¹⁵ periódico publicado pela Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920) com o objectivo de

denunciar as injustiças da sociedade e divulgar os princípios revolucionários importados dos movimentos comunistas internacionais. Desde o início da sua tiragem, este jornal sofreu muita repressão a escritores, vendedores, compradores, etc..., razão pela qual vários artigos eram assinados com nomes fictícios. Posteriormente a esta primeira detenção, não sabemos a data ou a causa da sua prisão definitiva, mas sabemos que em finais de Abril de 1925 foram embarcados dezoito presos sociais no Carvalho Araújo com destino a Angra, grupo no qual o *Mocho* estava incluído.⁴¹⁶ Segundo o jornal, no cadastro de Amadeu Carlos das Neves contavam sete prisões por

⁴¹³ Entrevista a Vitorino e Filomeno Amado, Díli, 28.12.2013.

⁴¹⁴ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717, NAA- MP1103/2, N1765 e moscaservidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2226&Itemid=47, consultado a 3.6.2015.

⁴¹⁵ *A Bandeira Vermelha*, 12.9.1919: 4.

⁴¹⁶ *A Batalha*, 1.5.1925.

acusações de agitador, suspeita de furto, porte de arma e colocação de bombas.⁴¹⁷ Não obstante, dois dias depois da sua deportação, o jornal *A Batalha* publicou uma carta dirigida por Mário Monteiro, advogado de vários deportados, incluindo Neves, ao Ministro da Justiça, expondo a inconstitucionalidade da medida tomada pelo Governo. Esta medida não surtiu qualquer efeito, e em Junho do mesmo ano, Neves rumou ao desterro em Cabo Verde,⁴¹⁸ onde terá permanecido durante até Abril de 1927, data em que foi novamente transferido para Timor.⁴¹⁹ Da sua vida em Timor, a primeira referência encontrada foi a assinatura de um recibo do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente ao mês de Agosto de 1934, pelo que entendemos que Amadeu residia em Díli,⁴²⁰ já que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Era eletricitista de profissão, embora tivesse também uma sociedade de pescas. Mantinha uma relação marital com uma senhora timorense chamada Francisca Pereyra Neves, com quem teve dois filhos, Fernando (1934, falecido em data desconhecida anterior a 1943) e Armando (1935).⁴²¹ À data da ocupação japonesa (1942-45), logo em Dezembro de 1942, foi dos primeiros refugiados a ser evacuado para a Austrália, ficando alojado em *Bob's Farm* e a trabalhar na *Lysaght's Newcastle Works*. Daí terá saído para ir trabalhar numa empresa madeireira em Marsville, embora desentendimentos com o novo patrão o tenham feito regressar a *Bob's Farm*, para logo de seguida, em Setembro de 1943, o internarem no campo de prisioneiros de Liverpool, alegadamente por mau comportamento e por ter aderido ao partido comunista de New Castle. Durante o dia trabalhava no Palácio *Salvation Army*, com obrigação de regressar todas as noites ao campo de prisioneiros. Sem entender muito bem a razão desta detenção, várias foram as tentativas protagonizadas pelo grupo aí detido, de denunciar a injustiça sofrida. Os protestos incluíram uma greve de fome e o envio de várias cartas a entidades de renome. Somente em Março de 1944, cessou o internamento. Os detidos foram transferidos para Singleton, embora ainda assim, a sua liberdade tivesse permanecido restrita aos limites de uma propriedade denominada de Minnibah e a sua correspondência fosse submetida a censura. No final da guerra, Amadeu Carlos das Neves, embarcou no navio Angola com a sua mulher e filho rumo à Metrópole, onde

⁴¹⁷ *A Capital*, 6.2.1925: 2.

⁴¹⁸ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁴¹⁹ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁴²⁰ PT/Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁴²¹ Laborinho, 1943: 142 e 482; NAA, MP1103/2, N1765.

chegou a 16 de Fevereiro de 1946, tendo sido estas as últimas referências encontradas relativamente a este nome.⁴²²

Arsénio José Filipe a ler no corpo de texto, III capítulo.

Domingos de Paiva nasceu nos Olivais, em Lisboa a 26 de Novembro de 1902. Era



filho de Manuel Joaquim Pereira e de Inês Mariana Paiva, metalúrgico de profissão,⁴²³ membro do Partido Comunista⁴²⁴ e das Juventudes Sindicalistas.⁴²⁵ A primeira referência encontrada com este nome na imprensa da época, data de 24 de Abril de 1925 e trata-se da notícia de que Domingos Paiva havia sido preso, embora não seja indicado o motivo.⁴²⁶ Logo em finais de

Abril de 1925, sem passar por qualquer processo de julgamento, Paiva e outros dezassete presos sociais eram embarcados no Carvalho Araújo com destino a Angra do Heroísmo.⁴²⁷ No final do mês seguinte, veio a Lisboa somente para ser reencaminhado para o desterro em África, tendo desembarcado em S. Tiago de Cabo Verde, a 10 de Junho de 1925.⁴²⁸ Logo em inícios de Junho, o jornal operário *A Batalha* anunciou uma greve geral de 48 horas contras as deportações e publicou uma lista de nomes dos deportados por quem a organização operária se interessava, defendia e para cuja libertação lutou.⁴²⁹ De nada serviu, tendo em conta que dias depois, o jornal *A Capital* continuava a informar os leitores dos “longos cadastros” dos deportados, sendo que o de Domingos Paiva incluía oito prisões, desobediência, incitamento à greve, tentativa de homicídio, assalto à casa alheia.⁴³⁰ Em Cabo Verde,

⁴²² NAA, security service, 10.9.1944, Cardoso, 2007: 237, Charmberlien, 2010, Laborinho, 1943:142 e *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

⁴²³ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e NAA_SP908/1, PORTUGUESE/PAIVA DOMINGOS.

⁴²⁴ Pereira, 1981: 695-713.

⁴²⁵ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2239&Itemid=47, consultado a 21.6.2015.

⁴²⁶ *A Batalha*, 24.4.1925: 2.

⁴²⁷ *A Batalha*, 1.5.1925.

⁴²⁸ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁴²⁹ *A Batalha*, 3.6.1925:1, *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925:1 e *A Batalha*, 6.6.1925:2.

⁴³⁰ *A Capital*, 6.6.1925: 2.

Paiva chegou a ter um filho, Leão de Paiva, que lá terá ficado.⁴³¹ Em 1927, Domingos Paiva viria a ser transferido no navio Pêro D'Alenquer para Timor, desembarcando no Forte de Aipelo, um pequeno porto a 15 milhas de Díli, onde havia sido preparado alojamento provisório para receber o grupo de deportados. Rapidamente foram organizados para que pudessem começar a trabalhar e reconstruir as suas vidas em Timor.⁴³² Domingos Paiva ficaria a residir em Díli, local onde assinou um recibo de subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente ao mês de Agosto de 1934,⁴³³ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. Em 1932, um incêndio ocorrido no Palácio do Governo em Díli foi motivo de grandes e longos conflitos e desentendimentos entre os deportados, funcionários, Administração Portuguesa em Timor e até o Governo na Metrópole. Segundo Grácio Ribeiro, advogado de defesa, terá sido em casa de Domingues Paiva que Rodrigo Rodrigues, o principal suspeito, esteve antes do fogo, pelo que Paiva esteve presente em tribunal como testemunha. Rodrigo Rodrigues esteve dez meses preso a aguardar julgamento, condenado pelo Juiz do Tribunal de Díli a 20 anos de prisão, foi depois ilibado no recurso pela Relação de Goa.⁴³⁴ A nível familiar, Domingos Paiva manteve uma relação marital com uma senhora timorense chamada *Bul-Lere*. Dessa união, nasceram dois filhos: Belmiro de Paiva (2.5.1930) e Guilhermina de Paiva, (20.1.1932). Por volta de 1934, contrariando a vontade de *Bul-Lere*, Domingos de Paiva decidiu enviar os filhos para Portugal para serem educados pela avó materna. Desta forma, nenhum dos dois filhos viveu a ocupação japonesa de Timor (1942-45), mas a mãe, *Bul-Lere* foi uma das vítimas das atrocidades cometidas pelos japoneses. Segundo a família, logo no início da Guerra, Paiva chegou a casa e encontrou-a já sem vida.⁴³⁵ Depois disto, Paiva incorporou o exército australiano, andando em fuga pelas montanhas tentando resistir à ocupação pela tática de guerrilha. O pequeno Manuel Simões da Miranda, na altura com apenas cinco anos, recorda-se bem de ser levado às costas por um Senhor Paiva numa destas fugas pelas montanhas. Seria Domingos de Paiva?⁴³⁶ Eventualmente, com os mantimentos a escassearem e na impossibilidade de novos carregamentos, o geral do exército

⁴³¹ Informação concedida por Olga Rocha, via FB a 22.10.2014.

⁴³² Morna: 1931.

⁴³³ PT/Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁴³⁴ Ribeiro, 1934.

⁴³⁵ Informação concedida por Olga Rocha, via FB a 22.10.2014.

⁴³⁶ Entrevista a Manuel Simões de Miranda (filho), Cacém, 1.5.2013;

australiano bateu em retirada levando consigo um grande número de refugiados. Paiva foi incluído neste grupo, tendo sido evacuado para a Austrália nos primeiros dias de Agosto de 1943, no navio *Ran Fairmile*.⁴³⁷ Poucas notícias temos de Domingos de Paiva e da sua vida na Austrália. Sabemos apenas que teve mais um filho, Manuel Joaquim de Paiva (falecido recentemente na Austrália), que anos mais tarde trabalhou em Timor para a Administração Portuguesa como Chefe de Posto. Manuel foi fruto de uma relação entre Domingos e uma senhora timorense que por sua vez teve mais filhos, um deles ainda vivo, chama-se Gabriel e mora em Díli na mesma casa onde Paiva morava.⁴³⁸ De resto, sabemos que em Outubro de 1944, Domingos Paiva esteve empregado nos *Services Reconnaissance Department* do exército australiano, tendo sido dispensado em finais de 1944.⁴³⁹ Sabemos também não embarcou no Angola, navio encarregue de repatriar os refugiados no final da Guerra.⁴⁴⁰ Domingos Paiva ficou na Austrália, onde segundo a neta, casou com uma senhora australiana. Não foram encontradas mais informações sobre os últimos dez anos da sua vida. Sabemos apenas que chegou a Portugal no dia 9 de Março de 1955, vindo de Díli a bordo do navio Índia e que aqui permaneceu junto dos seus dois filhos mais velhos e família, embora por muito pouco tempo já que faleceu com uma ruptura no baço, a 19 de Setembro de 1955.⁴⁴¹

José de Almeida Figueiredo,⁴⁴² filho de Manuel de Almeida e de Maria Augusta, era



de Lisboa⁴⁴³ e pertencia às Juventudes Sindicalistas.⁴⁴⁴ A primeira referência encontrada com este nome data de Novembro de 1922. Trata-se um “Manifesto aos trabalhadores conscientes”, assinado por um grupo de 51 homens, Figueiredo incluído, presos no Limoeiro por delito social. O grupo

⁴³⁷ NAA_SP908/1, PORTUGUESE/PAIVA DOMINGOS e Chamberlain, 2010: 21.

⁴³⁸ Informação concedida por Olga Rocha, via FB a 22.10.2014.

⁴³⁹ NAA_SP11/2, PORTUGUESE/PAIVA D

⁴⁴⁰ NAA_A367, C63656

⁴⁴¹ Informação concedida por Olga Rocha, via FB a 22.10.2014.

⁴⁴² Não confundir com José Maria Figueiredo.

⁴⁴³ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁴⁴⁴ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2585&Itemid=49, consultado a 1.6.2015.

identifica-se como sindicalista revolucionário, embora sirva o tal manifesto para criticar duramente a ação violenta de alguns membros do recém criado Partido Comunista e, por extensão também o próprio partido, que acusam de não reagir e até de admitir, certas posições excessivamente radicais que alguns dos seus membros vinham a tomar.⁴⁴⁵ Na imprensa da época encontramos um relato da fuga de um grupo de bombistas do forte de S. Julião da Barra que incluía Almeida Figueiredo.⁴⁴⁶ Não sabemos ao certo o motivo pelo qual terá sido novamente preso, sabemos apenas que em finais de Abril foi deportado para Angra do Heroísmo⁴⁴⁷ e que o protesto enviado pelo seu advogado ao Ministro da Justiça, explicando ponto por ponto a ilegalidade das deportações, de nada serviu.⁴⁴⁸ No final do mês seguinte, foi enviado de regresso a Lisboa, apenas para ser reencaminhado para o desterro em África, tendo desembarcado em S. Tiago de Cabo Verde, a 10 de Junho de 1925.⁴⁴⁹ Numa lista de deportados e respectivos cadastros elaborada pelo jornal *A Capital*, consta que Almeida Figueiredo esteve preso treze vezes sob as mais diversas acusações: furto, agressão, obscenidades, assaltos, desobediência e insultos.⁴⁵⁰ Ao longo do mês de Junho, entre os vários protestos organizados contra as deportações feitas sem qualquer julgamento formal, foi também publicada no jornal *A Batalha* uma carta da autoria da mãe de Figueiredo, protestando contra a falsidade de um cadastro que a polícia havia publicado em alguns jornais, afirmando que o seu filho havia sido preso uma única vez durante a sua vida, quando tinha 13 anos, “por delitos inerentes à sua idade e que não mereceram condenação”.⁴⁵¹ Ainda assim, Almeida Figueiredo permaneceu em Cabo Verde quase dois anos, tendo sido transferido para Timor em meados de 1927.⁴⁵² Também aí, as informações que temos relativamente a este nome são escassas, apenas um recibo do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente ao mês de Julho de 1934, em Díli,⁴⁵³ área onde residiu uma vez que pois era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Apesar do seu nome ainda constar numa relação datada de Julho de 1940,

⁴⁴⁵ PT/AHS, Caixa 110, Espólio N61, *Manifesto aos trabalhadores conscientes*, 1.11.1922.

⁴⁴⁶ *O Paiz*, 18.12.1923: 6.

⁴⁴⁷ *A Batalha*, 1.5.1925.

⁴⁴⁸ *A Batalha*, 3.5.1925: 1.

⁴⁴⁹ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁴⁵⁰ *A Capital*, 6.6.1925: 2.

⁴⁵¹ *A Batalha*, 10.6.1925:1.

⁴⁵² *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6.

⁴⁵³ PT/Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

de deportados a residir na Colónia,⁴⁵⁴ não foi encontrada qualquer referência relativamente a este nome na documentação relativa à ocupação japonesa (1942-45), pelo que assumimos que se tenha retirado da Colónia ou falecido antes de 1942.

José Lopes nascido em Lisboa a 20 de Janeiro de 1906, era filho de José Lopes,



falecido em 1921 e que havia sido canteiro de profissão. José Lopes filho era pintor de construção civil de profissão, integrava as Juventudes Sindicalistas e um grupo denominado de “Emancipados” (1921-23) que incluía nos seus órgãos um comité de acção directa.⁴⁵⁵ Depositado no Arquivo de História Social, na Biblioteca Nacional estão alguns

documentos relativos a José Lopes: actas de assembleias das Juventudes Sindicalistas que referem a leitura de ofícios enviados da prisão do Limoeiro pelo camarada José Lopes pedindo a liquidação dos bilhetes da sua festa e acusando o recebimento do pagamento,⁴⁵⁶ e ainda uma lista de presos por delitos social que contém as seguintes informações relativas a José Lopes “pintor, preso sem julgamento, em péssima situação e sem qualquer recurso”.⁴⁵⁷ Não nos foi possível aceder ao seu cadastro oficial nem conseguimos precisar a data ou motivo da sua prisão, embora o Jornal *A Capital* lhe atribua a autoria de três atentados dinamistas,⁴⁵⁸ tendo um deles sido contra os juízes do Tribunal de Defesa Social, na Boa Hora.⁴⁵⁹ Assim, a 29 de Abril de 1925 José Lopes era deportado para Angra de Heroísmo sem ter passado por qualquer processo de julgamento,⁴⁶⁰ e no mês seguinte, reencaminhado para S. Tiago de Cabo Verde, onde chegou a 10 de Junho de 1925.⁴⁶¹ De resto, sabemos que o Jornal *A Batalha* publicou uma lista de deportados por quem a organização operária

⁴⁵⁴ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

⁴⁵⁵ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2035&Itemid=47, consultado a 30.5.2015.

⁴⁵⁶ PT/AHS, Caixa 95, 2646, mç 109.

⁴⁵⁷ PT/AHS, Caixa 109, 3708. mç 437.

⁴⁵⁸ *A Capital*, 6.2.1925: 2.

⁴⁵⁹ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2035&Itemid=47, consultado a 30.5.2015.

⁴⁶⁰ *A Batalha*, 1.5.1925.

⁴⁶¹ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

procurou lutar pela libertação onde constava o nome de José Lopes,⁴⁶² mas ainda assim, permaneceu em Cabo Verde até 1927, data em que foi novamente transferido, agora para Timor. As referências encontradas sobre esse período da sua vida foi uma carta escrita em Timor por um grupo de deportados à redação do jornal *A Batalha* dando conta das terríveis condições que os deportados viviam, vítimas de muitos maus tratos por parte da administração portuguesa. A carta informava também que alguns deportados haviam falecido entretanto e pedia que se direcionasse a correspondência para aos deportados para José Lopes, apontador da Câmara Municipal de Díli.⁴⁶³ Em 1932, é referido por Grácio Ribeiro como testemunha no caso do incêndio do Palácio do Governo, ocorrido em Díli.⁴⁶⁴ Em 1933, pretendendo regressar a Portugal com Arnaldo Simões Januário, por motivos de doença, viu-se obrigado a desembarcar em Lourenço Marques. Aí permaneceu algum tempo, dando-lhe tempo para integrar o Comité da FAPE local (Federação dos Anarquistas Portugueses no Exílio). Chegou finalmente a Lisboa em Maio de 1934, sendo logo preso em Julho do mesmo ano. Em 1935, continuava preso em Peniche e mais tarde, voltou a ser condenado com Emídio Santana, tendo ambos sido enviados a Penitenciária de Coimbra. Morreu em 1950.⁴⁶⁵

Luís Ferreira da Silva, residia na rua Saraiva de Carvalho e era operário de



construção civil.⁴⁶⁶ As informações encontradas relativamente a este nome são escassas. Sabemos que foi um dos dezoito deportados enviados para Angra do Heroísmo a 29 de Abril de 1925, sem ter passado por qualquer processo de julgamento.⁴⁶⁷ No mês seguinte foi transferido para África, tendo desembarcado em S. Tiago de Cabo Verde a 10 de Junho de 1925.⁴⁶⁸

⁴⁶² *A Batalha*, 3.2. 1925:1, *A Batalha*, suplemento, 5.2.1925: 1, *A Batalha*, 6.2.1925:2.

⁴⁶³ PT/AHS, Caixa 109, não tem nº de capilha, 1.10.1930, (4p.).

⁴⁶⁴ Ribeiro, 1934.

⁴⁶⁵ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2035&Itemid=47, consultado a 30.5.2015.

⁴⁶⁶ *A Batalha*, 24.4.1925: 2.

⁴⁶⁷ *A Batalha*, 1.5.1925.

⁴⁶⁸ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

Em data desconhecida e sem que se compreenda a razão, foi enviado para o Funchal, na Madeira, sendo que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁴⁶⁹ As referências encontradas da sua vida em Timor são dois recibos do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referentes aos meses de Julho e Agosto de 1934, ambos assinados no Posto de Ermera, então pertencente à circunscrição civil de aileu,⁴⁷⁰ área onde residiu, uma vez que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Foi assassinado durante a ocupação japonesa (1942-45), a 2 de Outubro de 1942, juntamente com os Padres António Manuel Pires e Norberto Barros, em Ainaro, local onde estava a trabalhar para a missão, como mestre de obras na construção de uma Igreja.⁴⁷¹

Mário dos Santos Fontainhas natural de Faro, era filho de José dos Santos Fontainhas e de Maria do Carmo Fontainhas e metalúrgico de profissão.⁴⁷²



Foi preso em meados Abril de 1925, juntamente com Álvaro Damas, na sequência do roubo de uma mala a um cobrador, acto alegadamente premeditado.⁴⁷³ Assim, no final do mês, sem que o processo de julgamento tivesse ainda sido concluído, Fontainhas embarcava no navio Carvalho Araújo

com destino ao desterro em Angra do Heroísmo, nos Açores.⁴⁷⁴ Dois dias depois da deportação, o jornal *A Batalha* publica uma carta escrita por Mário Monteiro, advogado de vários deportados, Fontainhas incluído, que havia sido enviada ao ministro da justiça, expondo a inconstitucionalidade da medida tomada pelo

⁴⁶⁹ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6 e PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁴⁷⁰ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

⁴⁷¹ Carvalho, 1972: 56. Carvalho, 2003: 398.

⁴⁷² PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2181&Itemid=49, consultado a 28.5.2015.

⁴⁷³ *O Século*, 11 e 12.4.1925: 2.

⁴⁷⁴ *A Batalha*, 1.5.1925.

Governo.⁴⁷⁵ Ação sem efeito, à qual a imprensa conservadora respondeu com a publicação dos “longos cadastros” dos que haviam sido deportados, sendo que Fontainhas contava quatro prisões por roubo e assalto à mão armada.⁴⁷⁶ No seguimento disto, o Jornal *A Batalha* viria a publicar ter sido contactado pela mãe de Mário Fontainhas que criticava a publicação da imprensa conservadora e defendia que o cadastro do seu filho contava apenas com três prisões, nenhuma pelo motivo publicitado pelos jornais conservadores e que à data da sua deportação, o processo de julgamento estava ainda a decorrer, não lhe tendo sido provada a participação em nenhuma das ações de que era acusado. Não obstante, Fontainhas seria transferido para Cabo Verde⁴⁷⁷ de onde consta ter-se conseguido evadir.⁴⁷⁸ Eventualmente preso novamente, o seu nome está incluído na lista de presos que em meados de Abril de 1927 saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁴⁷⁹ Relativamente à sua vida em Timor, as referências encontradas foram: o seu depoimento no inquérito da morte do deportado Joaquim António Pereira, mais conhecido por *Bela Kun*,⁴⁸⁰ dois recibos de recebimento do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referentes aos meses de Julho e Agosto de 1934, ambos assinados em Díli, local onde residia,⁴⁸¹ e, finalmente, em Agosto de 1935, o agradecimento público feito por Jaurés Américo Viegas e António Augusto dos Santos, aos presentes na ocasião do enterro de Mário dos Santos Fontainhas.⁴⁸²

⁴⁷⁵ *A Batalha*, 3.5.1925: 1.

⁴⁷⁶ *A Batalha*, 10.6.1925: 1 e 2. *A Capital*, 6.6.1925: 2.

⁴⁷⁷ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁴⁷⁸ *A Capital*, 16.10.1925: 2.

⁴⁷⁹ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁴⁸⁰ PT/AHU, mç. 2871, Processo de inquérito à morte de um deportado em Timor.

⁴⁸¹ Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁴⁸² *BOT*, 3.8.1935.

c) Deportados enviados para África (1925) e Timor (1927)⁴⁸³

Abel Venâncio da Silva nasceu em 1905.⁴⁸⁴ Filho de Manuel Venâncio da Silva e de



Maria Oliveira Silva, residia em Lisboa⁴⁸⁵ e era serralheiro de profissão.⁴⁸⁶ A primeira referência encontrada com este nome na imprensa da época acusa Abel de ter sido “o agitador que em 1923, na Av. Fontes Pereira de Melo, arremessou uma bomba contra um cabo e dois soldados.”⁴⁸⁷ Na sequência de uma série de rusgas desencadeadas após o

atentado a Ferreira do Amaral, Abel ficou definitivamente preso a 20 de Maio de 1925.⁴⁸⁸ Acusado de ser membro da “Legião Vermelha”, o Presidente da Junta de Freguesia da Charneca enviou um ofício publicado no jornal *A Batalha*, contrapondo que Abel não era merecedor de tal acusação.⁴⁸⁹ Não obstante, logo no dia seguinte, o jornal *A Capital* reforçou-lhe a acusação, publicando que este contava com três prisões por arremesso de bomba no cadastro.⁴⁹⁰ Dois dias depois foi transferido para a Esquadra do Caminho Novo⁴⁹¹ e logo na semana seguinte, embarcado no Cruzador Carvalho de Araújo, rumo ao desterro na Guiné, tendo desembarcado em Bolama a 13 de Junho de 1925.⁴⁹² Embora não tenhamos encontrado mais registos sobre a sua estadia na Guiné, o mais certo é aí ter estado durante cerca de dois anos, tendo sido transferido para Timor em meados de 1927. Em 1934, Abel residia em Díli, local onde assinava um recibo do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente ao mês de Agosto de 1934, sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados.⁴⁹³ Em 1935 a sua residência

⁴⁸³ 32 deportados, 9 dos quais incluídos na relação dos que já tinham ido para Angra do Heroísmo.

⁴⁸⁴ *O Século*, 31.5.1925 e Cardoso, 2007: 237.

⁴⁸⁵ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁴⁸⁶ Cardoso, 2007: 237.

⁴⁸⁷ *A Capital*, 29.5.1925: 2 e *O Século*, 30.5.1925: 1 e 2.

⁴⁸⁸ *A Batalha*, 20.5.1925: 1.

⁴⁸⁹ *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925:2.

⁴⁹⁰ *A Capital*, 6.6.1925: 2.

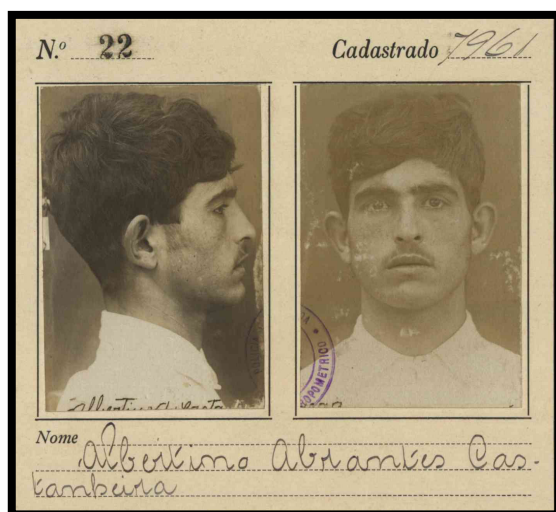
⁴⁹¹ *A Batalha*, 22.5.1925:1.

⁴⁹² PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁴⁹³ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

estava fixada em Liquiçá.⁴⁹⁴ Quando se deu a ocupação Japonesa de Timor (1942-1945), Abel Venâncio da Silva afirma ter-se juntado às forças australianas.⁴⁹⁵ Terá participado na reunião realizada em Talo na qual se organizou a evacuação dos refugiados para a Austrália, tendo embarcado em data desconhecida.⁴⁹⁶ À chegada à Austrália ficou inicialmente em *Bob's Farm*, sendo depois transferido para Narrabri, juntamente com Domingas Soares, senhora timorense com quem manteve uma relação marital e mais duas dependentes: Maria (assinalada como mestiça) e Maria Odette (assinalada como timorense).⁴⁹⁷ No final da guerra, Venâncio da Silva, embarcou no navio Angola, rumo a Portugal com a sua mulher e respectivas dependentes, onde chegou a 16 de Fevereiro de 1946.⁴⁹⁸ Já em Portugal, o seu nome está incluído na relação de ex-deportados cujo cadastro foi pedido pelo subdiretor da PIDE do Porto ao seu superior hierárquico em Lisboa. Não foi encontrada uma resposta ou qualquer outra referência relativamente a este nome.

Albertino Abrantes Castanheira,⁴⁹⁹ nascido a 7 de Janeiro de 1899, em Tábua,



distrito de Coimbra, era filho de João Castanheira e de Maria Abrantes Castanheira,⁵⁰⁰ e irmão de José Abrantes Castanheira, também deportado para Timor. Era comunista e padeiro de profissão.⁵⁰¹ A primeira referência encontrada na imprensa da época com este nome, é uma notícia datada de 12 de Maio de 1925 em que Albertino Abrantes Castanheira, entre outros, se

encontra preso no Governo Civil na sequência de uma rusga feita pela PSP a uma

⁴⁹⁴ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁴⁹⁵ Chamberlain, 2010: Anexo D, p.1.

⁴⁹⁶ Cardoso, 2007: 237

⁴⁹⁷ Chamberlain, 2010: Anexo D, p.1 e Laborinho, 1943: 484.

⁴⁹⁸ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

⁴⁹⁹ Nos Arquivos Nacionais da Austrália existe ainda documentação não digitalizada e por isso mesmo não consultada, referente a este nome: NAA: C123, 21096: "Castanheira, Albertino (Portuguese) [Box 599]"; NAA: C329, 159: "Albertino Abrentes CASTANHEIRA [[National Security (Aliens Control) Regulations - Objection No 8 of 1944 AC] [4 pages; box 6]" e NAA: A367, C18000/853: "Objection No.8 - Castanheira Albertino Abrentes. Advisory Committee [4pp]"

⁵⁰⁰ NAA- MP1103/1, N1759.

⁵⁰¹ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2488&Itemid=47, consultado a 30.5.2015.

padaria na rua da Bela Vista à Graça, onde foram apreendidos explosivos e uma arma.⁵⁰² Dez dias passados, Albertino continuava preso,⁵⁰³ sendo que, no final do mês foi embarcado no navio Carvalho Araújo,⁵⁰⁴ destino a S. Tiago de Cabo Verde, onde chegou a 10 de Junho de 1925.⁵⁰⁵ Logo em inícios de Junho, o jornal operário *A Batalha* anunciou uma greve geral de 48 horas contras as deportações e publicou uma lista de nomes dos deportados por quem a organização operária se interessava, defendia e para cuja libertação lutou, lista essa que incluía o nome de Albertino.⁵⁰⁶ O Sindicato dos Operários Manipuladores de Pão também se manifestou contra a prisão e deportação de dois dos seus associados, Castanheira e Simões de Miranda.⁵⁰⁷ De nada serviu, tendo em conta que dias depois, o jornal *A Capital* continuava a informar os leitores dos “longos cadastros” dos deportados, sendo que o de Castanheira incluía duas prisões por ameaça à polícia e desordem.⁵⁰⁸ De Cabo Verde, Castanheira foi transferido em 1927 para Timor. Aí, com o apoio dos subsídios atribuídos pela administração portuguesa, montou uma padaria em sociedade com o seu irmão e outros deportados.⁵⁰⁹ Em Setembro de 1929 o seu irmão morre vítima de tuberculose, pelo que encontramos o registo do agradecimento público de Albertino a todos quantos compareceram na cerimónia fúnebre de seu irmão.⁵¹⁰ Em inícios dos anos 30, Castanheira escreveu uma carta anónima denunciando que o fornecedor de mantimentos para os presos da cadeia local estava desviando a verba a isso destinada e os presos estavam passando fome. Desconfiando de Albertino como autor da carta, as autoridades fizeram uma rusga à casa onde residia em Díli com Raul dos Santos. Nessa rusga encontraram apenas um artigo que Raul dos Santos havia escrito para o jornal anarquista de Buenos Aires, *La Protesta*, com o testemunho de Francisco Ramos Graça, sobre o colonialismo em Timor. O artigo denunciava as más condições a que os locais eram sujeitos, trabalhos forçados sem pagamento ou alimento. Por consequência, Raul e Ramos Graça foram presos em Batugadé onde, devido às más condições e à insuficiente alimentação, rapidamente a saúde dos dois se degradou. Valeu-lhes Albertino Castanheira, que os foi socorrer subornando os locais para lhes

⁵⁰² *A Capital*, 12.5.1925: 2.

⁵⁰³ *A Batalha*, 21.5.1925: 2.

⁵⁰⁴ *A Capital*, 29.5.1925: 2 e *O Século*, 30.5.1925: 1 e 2.

⁵⁰⁵ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁵⁰⁶ *A Batalha*, 3.6.1925: 1.

⁵⁰⁷ *A Batalha*, 2.6.1925:1.

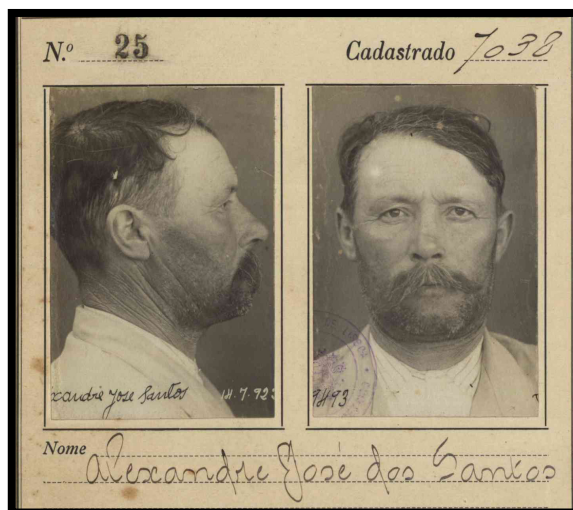
⁵⁰⁸ *A Capital*, 6.6.1925:2.

⁵⁰⁹ *BOT*, 8.3.1930 e *BOT*, 5.4.1930.

⁵¹⁰ *BOT*, 21.9.1929 e Cardoso, 2007: 43 e 237.

darem carne seca.⁵¹¹ Datados de Julho e Agosto de 1934, foram encontrados dois recibos do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, assinados por Castanheira, ambos em Díli.⁵¹² Em meados dos anos 30, apresentou um requerimento para regressar à Metrópole, embora tenha permanecido na Colónia.⁵¹³ Em finais dos anos 30, acusado de ter cometido o crime de homicídio, Castanheira foi condenado a cumprir pena de prisão na comarca de Timor e a pagar uma indemnização aos familiares da vítima, sendo que o início do cumprimento da pena deu-se em Julho de 1938.⁵¹⁴ Assim, aquando da invasão Japonesa de Timor (1942-45), Castanheira encontrava-se em Timor, preso. Na sequência dos acontecimento, terá sido libertado e eventualmente, integrado o exército australiano, lutando pela tática de guerrilha e andando em fuga pelas montanhas durante cerca de dez meses. Foi evacuado para a Austrália em Agosto de 1943, mas chegando a *Bob's Farm* rapidamente o transferiram para o campo de prisioneiros de guerra em Liverpool pelas suas convicções políticas viradas à esquerda. Só em Março de 1944 foi solto e enviado para Singleton, onde ficou com a liberdade restrita aos limites de uma propriedade denominada de Minnibah e devendo a sua correspondência ser submetida a censura.⁵¹⁵

Alexandre José dos Santos era natural de Lisboa e filho de Henrique José dos Santos



e de Ana da Conceição Santos.⁵¹⁶ Não foram encontradas informações relativamente à data ou causa da sua prisão, sabemos apenas que desembarcou em S. Tiago de Cabo Verde, a 10 de Junho de 1925.⁵¹⁷ Em 1927 foi transferido para Timor, onde faleceu em 1932.⁵¹⁸

⁵¹¹ Rodrigues, 1982: 275-284.

⁵¹² PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

⁵¹³ PT/ANTT/Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 475, [pt. 2/64].

⁵¹⁴ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

⁵¹⁵ Chamberlain, 2010, Cardoso, 2007: 110 e Laborinho, 1943:143.

⁵¹⁶ *O Século*, 31.5.1925 e PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁵¹⁷ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁵¹⁸ *BOT*, 24.9.1932.

Alfredo Pereira Vaz,⁵¹⁹ nascido em 1906, em Lisboa, era filho de Alfredo Vaz e de



Elisa Rosa Pereira. Era calceteiro da Câmara Municipal de Lisboa de profissão, anarquista, integrava as juventudes sindicalistas e era militante activo do Sindicato dos Operários Municipais de Lisboa.⁵²⁰ Foi ainda membro do grupo libertário “Terra Livre” (Lisboa, 1921/1925) e membro do Comité de Ação Direta do Grupo dos Emancipados. Esteve detido em 1920,

22 e 23⁵²¹ acusado de manipular, deter e atentar contra a força pública com material explosivo, embora o jornal *A Batalha*, defenda que de todas as vezes que foi detido, terá sido libertado logo de seguida por nunca ter sido possível comprovar-lhe qualquer acto ilegal.⁵²² Ficou definitivamente preso em meados de Maio de 1925, na sequência de uma série de rusgas desencadeadas após o atentado a Ferreira do Amaral.⁵²³ Inicialmente encarcerado no Governo Civil acusado de integrar a “Legião Vermelha”, de imediato foi transferido para a Esquadra do Caminho Novo,⁵²⁴ de onde foi enviado para o desterro na Guiné, desembarcando em Bolama, a 13 de Junho de 1925.⁵²⁵ Segundo o jornal *A Capital*, Alfredo Pereira Vaz foi deportado por ter no seu cadastro seis prisões por atentados à bomba e diversos.⁵²⁶ Embora não tenha surtido qualquer efeito, o Jornal *A Batalha* publicou uma lista de deportados que incluía o nome de Alfredo Pereira Vaz,⁵²⁷ por quem a organização operária procurou lutar pela libertação. Permaneceu em Cabo Verde até meados 1927, altura em que foi transferido para Timor. Logo em início dos anos 30, por alegado envolvimento na criação da Aliança Libertária de Timor, voltou a ser condenado à pena de desterro, agora para a

⁵¹⁹ O seu processo da PIDE encontra-se arquivado em PT/ANTT, PIDE - Procº 57-S/PSE; 2037/PSE.

⁵²⁰ Rodrigues, 1982: 275-284 e *O Século*, 31.5.1925.

⁵²¹ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=875&Itemid=47, consultado a 7.6.2015.

⁵²² *A Batalha*, 31.5.1925: 1.

⁵²³ *A Capital*, 19.5.1925: 2 e *A Batalha*, 21.5.1925:2.

⁵²⁴ *A Batalha*, 22.5.1925:1.

⁵²⁵ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo, *A Batalha*, 30.5.1925: 2, *A Capital*, 29.5.1925: 2, *O Século*, 30.5.1925: 1 e 2.

⁵²⁶ *A Capital*, 6.6.1925: 2.

⁵²⁷ *A Batalha*, 3.2. 1925:1, *A Batalha*, suplemento, 5.2.1925:1, *A Batalha*, 6.2.1925: 2.

ilha de Ataúro.⁵²⁸ Em 1935, a sua residência encontrava-se fixada na circunscrição civil Liquiçá.⁵²⁹ A nível familiar, manteve uma relação marital com uma senhora timorense chamada *Bete* (cerca de 1912) que adoptou o apelido Vaz, com quem teve uma filha chamada Lúdia (cerca de 1937).⁵³⁰ No início dos anos 40, era capataz na Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho, na área de Talo. Logo após a ocupação Japonesa (1942-45) ocorrida em Fevereiro, esteve preso quatro dias por auxiliar as tropas australianas. Em Novembro seguinte participou numa emboscada das tropas australianas ao exército japonês provocando várias baixas neste último. Talvez por esta razão tenha sido evacuado logo no mês seguinte, tendo sido alojado em *Bob's Farm*, onde em Fevereiro de 1943, depois de ter visitado as instalações do Partido Comunista em New Castle, foi reportado como elemento causador de problemas. Entre Julho de 1943 e Abril de 1944 esteve empregado numa empresa madeireira em Marysville, recebendo também do Governo Português uma mesada de 4 libras semanais. Em data desconhecida foi transferido para Narrabri e a partir de Abril de 1945 esteve empregado na *Crown Crystal Glass Company* em Sidney, ganhando 5,9 libras semanais. No final da Guerra, apelou ao visto de residência permanente na Austrália, que não lhe foi concedido. Ainda assim, à data do suposto embarque no navio Angola, não o fez, embora Bete Vaz e Lúdia o tenham feito.⁵³¹ Não foi encontrada mais nenhuma referência relativamente a este nome.

Aníbal dos Santos Mesquita, o *Facadinha* era natural da Covilhã, filho de José



Maria dos Santos Mesquita e de Josefa Rosa.⁵³² Não encontramos informações relativamente à data ou causa de prisão, apenas que desembarcou em Bolama, na Guiné, a 13 de Junho de 1925 e que em 1927 foi transferido para Timor, onde faleceu, vítima de biliose.⁵³³

⁵²⁸ Rodrigues, 1982: 275-284.

⁵²⁹ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁵³⁰ Laborinho, 1943: 483.

⁵³¹ Chamberlain, 2010: Anexo A, p.7 e NAA_SP11/2 Portuguese Vaz/A – Sydney.

⁵³² PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁵³³ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo e PT/AHS, Caixa 109, sem tem nº de capilha com uma carta, (4p.).

António Augusto dos Santos, o faísca era natural de Lisboa, filho de António dos



Santos e de Maria de Jesus Santos, sindicalista e metalúrgico de profissão.⁵³⁴

Da sua vida em Portugal são muito poucas as referências encontradas. A 6 de Janeiro de 1925 foi preso por atentar contra a vida do caixeiro de padaria, Manuel Lavanco. Ainda fugiu do Governo Civil, mas voltou a ser preso em Aveiro, no mês seguinte.⁵³⁵ Segundo os jornais da época, juntamente com *Bela*

Kun, terá assaltado as padarias da Rua do Loreto e da Rua da Escola Politécnica,⁵³⁶ tendo sido novamente preso em Março de 1925, por alvejar a tiro um padeiro que não aderira à greve.⁵³⁷ Muito provavelmente terá permanecido na prisão até finais de Maio, altura em que foi deportado para África como prisioneiro por delito social, desembarcando em S. Tiago de Cabo Verde, a 10 de Junho de 1925.⁵³⁸ Segundo uma lista de deportados e respectivos cadastros publicada pelo Jornal *A Capital*, à data da sua deportação, António Augusto dos Santos contava com cinco prisões por homicídio no seu cadastro.⁵³⁹ Terá permanecido em Cabo Verde cerca de dois anos, até ser transferido para Timor, onde chegou em Setembro de 1927. Inicialmente desembarcados em Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório,⁵⁴⁰ os deportados foram rapidamente empregados consoante as suas habilidades. O *Faísca* ficaria a residir em Díli, local onde assinou um recibo do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente ao mês de Julho de 1934,⁵⁴¹ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Casou com uma senhora mestiça chamada Angélica Exposto, com quem

⁵³⁴ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2263&Itemid=47, consultado a 1.6.2015.

⁵³⁵ *O Século*, 3.2.1925: 1

⁵³⁶ *O Século*, 17.5.1925: 1 e 2.

⁵³⁷ Cardoso, 2007: 237.

⁵³⁸ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁵³⁹ *A Capital*, 6.6.1925: 2.

⁵⁴⁰ Morna, 1931.

⁵⁴¹ PT/Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

teve dois filhos, Júlio e António José.⁵⁴² Um agradecimento público aos presentes no enterro de Mário dos Santos Fontainhas, publicado por si e por Jaurés Viegas no Boletim Oficial de Timor,⁵⁴³ deixa transparecer um pouco das suas amizades pessoais. Os três haviam chegado a Timor em 1927, deportados por delito social. À data da ocupação Japonesa de Timor (1942-45), *o faísca* era encarregado das instalações de fornecimento de água à cidade da Díli, andando sempre acompanhado do seu precioso auxiliar timorense, *Mau-Hátu*. Residia no Hospital em Lahane, onde a 4 de Janeiro de 1943 foi preso por dois japoneses, acusado de informar os australianos dos estragos causados sempre que ia reparar as canalizações após os bombardeamentos. Foi solto um mês e meio depois, muito magro e com sinais de maus tratos.⁵⁴⁴ Integrou a coluna do Sargento Vicente contra a rebelião na fronteira e manteve-se em Bobonaro até à chegada do Tenente Liberato, depois da maior parte dos elementos das colunas ter regressado a casa.⁵⁴⁵ Só então recolheu à zona de concentração em Liquiçá, continuando o seu trabalho com o seu auxiliar até ao final da guerra, o que lhe valeu um Louvor do Governador “pela forma como sempre desempenhou o seu cargo de encarregado do serviço de abastecimento de águas à cidade de Díli, que conseguiu manter por forma absolutamente eficiente, não se poupando a esforços nem olhando a perigos de qualquer natureza para que tão importante serviço fosse mantido através de todas as dificuldades, com a maior regularidade, concorrendo assim, com um esforço digno de menções especial, para que nunca faltasse água à população”.⁵⁴⁶ O seu nome aparece ainda no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945”, um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Conselho, para que fosse levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante a invasão Japonesa,⁵⁴⁷ pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados. No final da Guerra, embarcou no navio Angola rumo à Metrópole, sendo que dias após a sua chegada, já o seu nome vinha referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa, procurando monitorizar os ex-deportados recém chegados.⁵⁴⁸ Eventualmente

⁵⁴² Entrevista a Carlos Exposto dos Santos em Díli, 24.11.2014.

⁵⁴³ *BOT*, 3.8.1935.

⁵⁴⁴ Carvalho, 1972: 80.

⁵⁴⁵ Liberato, s.d.: 22 e Carvalho, 2003: 349.

⁵⁴⁶ Carvalho, 2003: 745.

⁵⁴⁷ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

⁵⁴⁸ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946, ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e ANTT

regressou a Timor, onde terá permanecido o resto da sua vida e onde é recordado como um grande adepto do Sporting.⁵⁴⁹

António Dias, nascido em 1884 em Alvaiázere, no distrito de Leiria, era filho de



Jorge Dias e de Maria Ricardina de Jesus.⁵⁵⁰ Era operário da construção civil de profissão e pertenceu às juventudes sindicalistas.⁵⁵¹ A primeira referência encontrada na imprensa da época a este nome, data de 24 de Abril de 1925⁵⁵² e informa-nos que António Dias foi preso, embora não indique a razão. Sobre este ponto, a única informação que encontramos foi a extensa lista dos

cadastros dos deportados publicada pelo jornal conservador *A Capital*, segundo a qual António Dias contava com oito prisões por agressão, furto e desobediência.⁵⁵³ Outras fontes referem também a sua detenção em Março de 1925, por ter alvejado a tiro um padeiro que não aderira a uma greve.⁵⁵⁴ Sabemos que terá sido deportado para África em finais de Maio desse mesmo ano, a bordo do navio Carvalho de Araújo, tendo desembarcado em Bolama, na Guiné, a 13 de Junho de 1925.⁵⁵⁵ Logo após o embarque, o jornal *A Batalha* anunciou uma greve geral de 48 horas contras as deportações, apresentado uma lista com o nome dos deportados por quem a organização operária se interessava e defendia, lista que incluía o nome de António Dias.⁵⁵⁶ Nada surtiu efeito, já que ali terá sido mantido na Guiné durante cerca de dois anos, até ser transferido para Timor, onde chegou em Setembro de 1927. Relativamente à sua vida na Colónia, foi encontrada uma carta escrita por um grupo de deportados à redação do jornal *A Batalha*, denunciando as terríveis condições que os deportados têm vivido em Timor, vítimas de muitos maus tratos por parte da

PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

⁵⁴⁹ Entrevista a Carlos Exposto dos Santos em Díli, 24.11.2014.

⁵⁵⁰ Cardoso, 2007: 237 e PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁵⁵¹ *A Batalha*, 6.6.1925: 2 e BN, AHS, Caixa 95, 4503, mc 112: sócio nº 120.

⁵⁵² *A Batalha*, 24.4.1925: 2.

⁵⁵³ *A Capital*, 6.6.1925: 2.

⁵⁵⁴ Cardoso, 2007: 237.

⁵⁵⁵ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁵⁵⁶ *A Batalha*, 3.6.1925:1 e *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 1.

administração portuguesa, informa-nos que António Dias, apesar de ainda vivo, terá sido vítima de espancamento por parte das mesmas.⁵⁵⁷ Depôs no inquérito aberto pela morte de *Bela Kun*⁵⁵⁸ e, segundo Grácio Ribeiro, era muito amigo do deportado Rodrigo Rodrigues e por essa razão esteve muito presente no longo e demorado processo de julgamento de que este foi alvo, na sequência do caso do incêndio do Palácio do Governo, ocorrido em Díli em 1932.⁵⁵⁹ Temos também o registo de uma contribuição a favor do Sanatório para Sargentos Tuberculosos do Exército de Terra e Mar, em Lautém⁵⁶⁰ e a assinatura de dois recibos do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referentes ao meses de Julho e Agosto de 1934, datados e assinados em 31 de Julho e Agosto de 1934, ambos em Vemasse,⁵⁶¹ pelo que entendemos que tenha passado uma temporada em Lautém, mudando depois para o posto de Vemasse, na circunscrição civil de Baucau, onde veio a ser assassinado em sua casa, em Novembro de 1942, durante a ocupação Japonesa (1942-45).⁵⁶²

Artur Pinho Alonso, o Espanhol da Fonte Santa,⁵⁶³ natural de Lisboa, filho de



Joaquim Alonso e Ana Rosa de Pinho⁵⁶⁴, era estucador de profissão. A primeira referência encontrada a este nome na imprensa da época é a notícia da participação de Alonso, num dos três atentados a Alfredo da Silva, fundador da Companhia União Fabril, uma das grandes firmas portuguesas que se consolidou no início do século XX e visto como responsável pelo recuo das medidas

sociais tomadas pelo Governo. O atentado em questão ocorreu em Julho de 1919, à porta de casa do industrial, no Alto de Santa Catarina. Embora outros tenham sido presos na sequência deste atentado,⁵⁶⁵ talvez por Alonso ter sido ferido e se ter

⁵⁵⁷ PT/AHS, Caixa 109, sem nº de capilha, 1.10.1930, (4p.).

⁵⁵⁸ PT/AHU, mç 2871, Processo de inquérito à morte de um deportado em Timor.

⁵⁵⁹ Ribeiro, 1934.

⁵⁶⁰ BOT, 28.9.1929.

⁵⁶¹ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

⁵⁶² Cardoso, 2007: 237.

⁵⁶³ *A Ilustração Portuguesa*, série 11 nº717, 17.11.1919 e o jornal *O Século*, 31.5.1925: 8 publicam fotografias de Artur Pinto Alonso.

⁵⁶⁴ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁵⁶⁵ Por exemplo Arsénio José Filipe, também deportado para Timor.

dirigido ao Hospital, a *Ilustração portuguesa*, ao conseguir fotografá-lo, concedeu-lhe lugar de destaque na notícia.⁵⁶⁶ Assumimos a hipótese de Alonso ter ficado preso e cumprido pena, tendo em conta a publicação no jornal *A Bandeira Vermelha*, dirigida a “todos os camaradas que possuam quêtes (ajudas monetárias) a favor de Artur Pinho Alonso, que os entreguem”⁵⁶⁷ angariação que se fazia normalmente por solidariedade aos prisioneiros por delito social. Importa acrescentar que não foi encontrada nenhuma referência relativamente a uma sua fuga da prisão. À data do atentado contra Ferreira do Amaral, a 15 de Maio de 1925, encontrava-se em liberdade, voltando a ser preso quatro dias depois a 19 de Maio, na sequência das várias rusgas feitas pela polícia após o atentado. Artur Pinho Alonso foi inicialmente levado para o Governo Civil e dois dias depois transferido para a Esquadra do Caminho Novo, onde ficou incomunicável.⁵⁶⁸ No final do mês foi embarcado no navio Carvalho Araújo, rumo ao desterro, incluído num grupo de homens que haviam sido presos ao longo das últimas semanas, alegadamente por estarem implicados em atentados, ou no atentado a Ferreira do Amaral.⁵⁶⁹ Logo após o seu embarque, o jornal *A Batalha* anunciou uma greve geral de 48 horas contra as deportações, apresentado ainda uma lista com o nome dos deportados por quem a organização operária se interessava e defendia, lista que incluía o nome de Artur Pinho.⁵⁷⁰ Medidas sem qualquer efeito, às quais a imprensa conservadora respondeu com a publicação de uma extensa lista com os cadastros dos deportados, sendo que Alonso contava com dezassete prisões por agressão, desordem, porte de arma, tentativa de assassinato e atentado à bomba.⁵⁷¹ Desembarcou em Bolama, na Guiné a 13 de Junho de 1925.⁵⁷² Ali deverá ter permanecido cerca de dois anos, até ter sido transferido para Timor, onde chegou em Setembro de 1927. Da sua vida em Timor, conta-nos Raul dos Santos, que Alonso “como tinha algum dinheiro que ganhou na Guiné comprou uma charrete e um cavalo ao qual deu o nome de “Sindicalista Ladrão”. Quando passava por outro deportado guiando o seu cavalo gritava: Anda Sindicalista Ladrão!”. Ora, tendo em conta que grande parte dos deportados tinham chegado ao degredo precisamente pelas suas acções enquanto sindicalistas, rapidamente essa atitude lhe trouxe desentendimentos e

⁵⁶⁶ *A Ilustração Portuguesa*, série 11 nº717, 17.11.1919 e *A Bandeira vermelha*, Nº17, 25.1.1920: 3.

⁵⁶⁷ *Bandeira Vermelha*, s.d. Periódico editado pela Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920).

⁵⁶⁸ *A Capital*, 19.5.1925: 2, *A Batalha*, 21.5.1925: 2 e *A Batalha*, 22.5.1925: 1.

⁵⁶⁹ *A Capital*, 29.5.1925: 2, *A Batalha*, 30.5.1925: 2 e *O Século*, 30.5.1925: 1 e 2.

⁵⁷⁰ *A Batalha*, 3.6.1925: 1 e *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 1.

⁵⁷¹ *A Capital*, 6.6.1925: 2.

⁵⁷² PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

conflitos. Um dia, ao repetir a cena quando passava por *Bela Kun*, foi ameaçado. Queixou-se ao Tenente Gomes e *Bela Kun* foi preso, vindo a morrer no presídio de Batugadé.⁵⁷³ No caso do incêndio do Palácio do Governo ocorrido em Díli em 1932, foi Artur Pinho quem pediu a Grácio Ribeiro que defendesse Rodrigo Rodrigues, o principal suspeito, que veio a ser ilibado pela Relação em Goa.⁵⁷⁴ Profissionalmente, sabemos que começou por fazer serviços de conservação de mausoléus no Cemitério de Santa Cruz⁵⁷⁵ e que construiu o túmulo em homenagem ao falecido capitão de artilharia José Paulo de Sousa Rêgo.⁵⁷⁶ Em Julho de 1934 anunciava-se trabalhador da construção civil,⁵⁷⁷ em Díli, onde a 31 Agosto de 1934⁵⁷⁸ assinou um recibo de subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente ao mês de Agosto de 1934. Sendo que era no Posto do local de residência do deportado, o lugar onde os documentos oficiais eram assinados, somos levados a concluir residisse em Díli.⁵⁷⁹ Numa relação de deportados a residir na Colónia, datada de Julho de 1940, este nome já não consta.⁵⁸⁰

Carlos Saldanha, nascido a 19 de Abril de 1902, no Porto. Era filho de Horácio



Saldanha e de Maria Augusta. Residia na Rua Maria Pia, em Lisboa e era pintor de profissão.⁵⁸¹ Datada de Janeiro de 1921, encontramos a sua assinatura numa carta escrita pelos presos no Limoeiro, dando conta das condições em que viviam e como se encontravam.⁵⁸² Só voltamos a encontrar referências a este nome em Janeiro de 1925, data em que aguarda julgamento por alegado atentado ao

⁵⁷³ Rodrigues, 1982: 282 e Cardoso, 2007: 36 e 45.

⁵⁷⁴ Ribeiro, 1934.

⁵⁷⁵ *BOT*, 26.12.1931, *BOT*, 2.1.1932 e *BOT*, 9.1.1932.

⁵⁷⁶ *BOT*, 20.5.1933.

⁵⁷⁷ *BOT*, 14.7.1934.

⁵⁷⁸ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

⁵⁷⁹ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁵⁸⁰ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42

⁵⁸¹ NAA, MP1103/2, N1767 e NAA, MP1103/2, N1767

⁵⁸² PT/AHS, Caixa 109, 2651, mç 867, 4 pp., 6/1/1921.

industrial José Morais Fernandes.⁵⁸³ Não encontramos os resultados do julgamento, mas muito provavelmente terá sido solto e novamente preso, na sequência de uma série de rusgas feitas após o atentado de 15 de Maio, a Ferreira do Amaral. A imprensa conservadora inscreve-lhe três prisões por atentados pessoais no cadastro, acusando-o de pertencer a um grupo de acção directa e de ter participado no referido atentado.⁵⁸⁴ Assim, logo no final do mês era um dos prisioneiros por delito social enviado no navio Carvalho Araújo para a Guiné, onde desembarcou em Bolama, a 13 de Junho de 1925.⁵⁸⁵ Em inícios de Junho, o jornal *A Batalha* publicava uma lista de nomes por quem a organização operária se interessava, defendia e estava lutando, lista que incluía o nome de Carlos Saldanha e anunciava ainda uma greve geral de 48 horas contras as deportações.⁵⁸⁶ Medidas sem qualquer efeito. Em data desconhecida e sem que se compreenda a razão, Saldanha foi enviado para o Funchal, na Madeira, sendo que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁵⁸⁷ Da sua vida em Timor, sabemos que manteve uma relação marital com uma senhora timorense chamada Amélia M. da Silva, sendo que na data da sua evacuação para a Austrália tinha mais dois dependentes a seu cargo, Sara (16 anos) e Horácio (2 anos), ambos mestiços.⁵⁸⁸ Encontramos um recibo do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referentes ao mês de Agosto de 1934, assinado por si no dia 31 de Agosto de 1934, em Lautém,⁵⁸⁹ área onde deverá ter vivido algum tempo pois era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Durante a ocupação Japonesa (1942-45), Carlos Saldanha foi um dos muitos evacuados para a Austrália, saindo de Aliambata, em Dezembro de 1942. Como todos os deportados, esteve inicialmente em *Bob's Farm*, sendo que entre Junho e Agosto de 1943, esteve empregado em Marysville (Victoria). Ainda regressou a *Bob's Farm*, mas rapidamente foi reencaminhado para o campo de prisioneiros de Liverpool, acusado de aproximações com sindicatos e meios políticos de esquerda e de má vontade em trabalhar em Marysville. Sem entenderem muito

⁵⁸³ *A Batalha*, 28.1.1925: 2.

⁵⁸⁴ *A Capital*, 6.6.1925: 2 e *O Século*, 30.5.1925: 1 e 2.

⁵⁸⁵ *A Batalha*, 30.5.1925: 2 e PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁵⁸⁶ *A Batalha*, 3.6.1925: 1, *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 1 e *A Batalha*, 6.6.1925: 2.

⁵⁸⁷ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6 e PT/AHD/MNE/SE/2.3^ap/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁵⁸⁸ Laborinho, 1943: 482.

⁵⁸⁹ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

bem a razão da sua detenção, várias foram as tentativas de denunciar a injustiça sofrida, que incluíram uma greve de fome e o envio de várias cartas de protesto a várias entidades. O internamento prolongou-se até Agosto de 1944, cessando com a transferência dos detidos para um regime de residência fixa em Narrabri West. Em Novembro de 1945, embarcou no navio Angola com a sua família, conforme previsto,⁵⁹⁰ não se sabendo contudo, se rumou a Portugal ou se ficou em Timor.

Elpídio Duarte Pedroso da Silva era natural de Lisboa, filho de Joaquim Pedroso da



Silva e de Maria da Conceição Duarte e relojheiro de profissão. Pertenceu às Juventudes Sindicalistas mas foi afastado em 1924.⁵⁹¹ Não sabemos a data ou causa da sua prisão, apenas que foi deportado para Cabo Verde em Junho de 1925 e posteriormente, em 1927, transferido para Timor.⁵⁹² Não foram encontradas informações relativamente à sua permanência na Colónia.

Eugénio Augusto Ribeiro nascido em Lisboa, era operário da construção civil.⁵⁹³ Foi



preso na sequência de uma série de rusgas desencadeadas logo após o atentado a Ferreira do Amaral, em 15 de Maio de 1925. Na semana seguinte encontrava-se no Governo Civil sob a acusação de ser bombista e, a 29 de Maio era um dos prisioneiros sociais enviados para o desterro em África,⁵⁹⁴ tendo desembarcado em S. Tiago de

⁵⁹⁰ Chamberlain, 2010: Anexo A, p.23, Cardoso, 2007: 238 e Laborinho, 1943: 141.

⁵⁹¹ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2168&Itemid=47, consultado a 30.5.2015.

⁵⁹² PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁵⁹³ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2092&Itemid=47, consultado a 11.6.2015, *A Batalha*, 3.6.1925: 1 e *O Século*, 31.5.1925:8.

⁵⁹⁴ *A Batalha*, 21.5.1925: 2 e *A Capital*, 29.5.1925: 2.

Cabo Verde, a 10 de Junho de 1925.⁵⁹⁵ Em inícios de Junho, o jornal *A Batalha* publicava uma lista com o nome dos deportados por quem a organização operária se interessava e defendia, lista que incluía o nome de Eugénio e anunciava uma greve geral de 48 horas contras as deportações.⁵⁹⁶ Medidas sem qualquer efeito, às quais a imprensa conservadora respondeu com a publicação de uma extensa lista com os supostos cadastros dos deportados, na qual Eugénio contava apenas com uma prisão por lançamento de bombas.⁵⁹⁷ Em data desconhecida e sem que se compreenda a razão, foi enviado para o Funchal, na Madeira, sendo que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁵⁹⁸ Aquando da deportação, Eugénio era casado e tinha dois filhos: Armando e Américo. Conta-nos a família que conseguiu que a mulher e os filhos se lhe juntassem em Timor, onde nasceu mais uma filha.⁵⁹⁹ Em 1935, a sua residência estava fixada em Liquiçá.⁶⁰⁰ À data da invasão Japonesa de Timor, Ribeiro permaneceu na zona de concentração em Liquiçá. Terminada a guerra, encontramos o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Conselho, para que fosse levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão Japonesa,⁶⁰¹ pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados. Eugénio regressou a Portugal no final da guerra, chegando a Lisboa em Fevereiro de 1946.⁶⁰² Em Timor ficou a filha aí nascida por ser demasiado nova para a longa viagem até à Metrópole. Logo na semana seguinte à chegada, já a PIDE procurava monitorizar os recém chegados ex-deportados, pelo que também o seu nome é referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa.⁶⁰³ É possível que Eugénio tenha regressado a Timor já que em 1953, Manuel Pereira requeria o aforamento de um terreno situado em Taibessi confrontado

⁵⁹⁵ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁵⁹⁶ *A Batalha*, 3.6.1925: 1 e *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 1.

⁵⁹⁷ *A Capital*, 6.6.1925: 2.

⁵⁹⁸ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6 e PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁵⁹⁹ Entrevista a Margarida Machado, sobrinha-neta, Díli 2014.

⁶⁰⁰ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁶⁰¹ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

⁶⁰² Carvalho, 2003: 766 e *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

⁶⁰³ PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

“pelo Oeste com o terreno ocupado por Eugénio Augusto Ribeiro,⁶⁰⁴ sendo esta a última referência encontrada a este nome.

João Fernandes Pinto. As referências encontradas sobre Fernandes Pinto antes de



ser preso foram escassas, apenas que era tanoeiro de profissão e que ficou preso no Limoeiro a 25 de Agosto de 1924. Segundo a imprensa conservadora, por facilitar a fuga de José de Melo Aguiar do estabelecimento prisional tendo-o substituído como chefe da “Legião Vermelha” depois da fuga de Melo de Aguiar para a Rússia.⁶⁰⁵ Não sabemos se entretanto terá sido solto, mas a 29 de

Maio de 1925 era um dos prisioneiros sociais enviados para o desterro em África, desembarcando em Bolama, na Guiné, a 13 de Junho de 1925.⁶⁰⁶ Logo no início de Junho, o jornal *A Batalha* anunciava a greve geral de 48 horas contras as deportações, publicando uma lista de nomes por quem a organização operária se interessava, defendia e estava lutando, lista essa que incluía o nome de João Fernandes Pinto.⁶⁰⁷ A iniciativa não surtiu qualquer efeito. Apenas a resposta da imprensa conservadora com a publicação de uma extensa lista com os cadastros dos deportados, na qual João Fernandes Pinto contava com três prisões por agressão, sem indicação do motivo.⁶⁰⁸ Em data desconhecida e sem que se compreenda a razão, foi enviado para o Funchal, na Madeira, sendo que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁶⁰⁹ Da sua vida em Timor sabemos que desde 1930 que residia na Circunscrição Civil do Suro, no Posto de Same, com a sua companheira e quatro filhos. Sustentava a família com trabalho agrícola e com o subsídio atribuído pelo Governo pela sua condição de deportado

⁶⁰⁴ *BOT*, 11.4.1953: 275.

⁶⁰⁵ *A Capital*, 29.5.1925: 2, *O Século*, 31.5.1925 e *O Século*, 30.5.1925: 1 e 2.

⁶⁰⁶ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo, *A Batalha*, 6.6.1925, p.2 e *O Século*, 30.5.1925: 1 e 2.

⁶⁰⁷ *A Batalha*, 3.6.1925: 1, *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 1.

⁶⁰⁸ *A Capital*, 6.6.1925: 2.

⁶⁰⁹ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6 e PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

social, no valor de 50 patacas, conforme comprovativo de recebimento encontrado referente ao mês de Agosto de 1934.⁶¹⁰ Ao tempo de ocupação Japonesa de Timor (1942-45), conta-nos o médico José dos Santos Carvalho, que a 11 de Agosto de 1942, Pinto encontrava-se a trabalhar na várzea e viu três aviões japoneses a sobrevoarem e bombardearem o Posto de Same. Correu para o local e vendo tudo em chamas, enquanto outros salvavam os cofres e documentos que se encontravam no interior da secretaria, Pinto correu a salvar a bandeira nacional. Tendo-se ferido num pé, retirou-se do local, regressando pela tarde e encontrando o deportado Rodrigo Rodrigues em muito mau estado. Haviam-no amarrado a um poste de eletricidade e espancado, tendo sido salvo por uma patrulha australiana que passava na altura. Seguiram os dois deportados para Alas e depois para *Fátu-Berliu*, encontrando pelo caminho os deportados Barreto e Albuquerque. À chegada receberam a notícia das atrocidades cometidas pelos locais: o deportado José Faria Braga havia sido morto e os deportados Dionísio Teixeira e Paulo Ferreira e respectivas famílias, espancados violentamente. Formou-se de imediato uma coluna de voluntários comandada pelo administrador Dr. Mendes de Almeida, composta por doze europeus, cento e trinta moradores e arraiais de diversos lugares, marchando contra as rebeliões de Maubisse e Turiscai. Controlada parte da revolta, o grupo de João Fernandes Pinto conseguiu aprisionar o resto dos revoltosos, entre os quais alguns dirigentes, recolhendo depois à zona de concentração em Liquiçá. Apesar dos europeus se encontrarem na zona de “protecção”, por diversas vezes houve ainda situações de intimidação ou mesmo de confronto com as colunas negras. Em finais de Janeiro de 1943, uma coluna negra aproximou-se de Loidar, dentro da zona de protecção delineada e deteve um funcionário da SAPT e a sua família e levou-os. Corria a notícia de que a ideia seria liquidar toda a família, pelo que rapidamente o Tenente Liberato e o Eng. Canto organizaram um grupo de acção, Serafim Martins incluído, com a missão de libertar o preso e a respectiva família.⁶¹¹ Finda a Guerra, em Outubro de 1945, Pinto foi louvado pelo Governador, “pela forma como se portou no serviço das duas colunas que foram sufocar a revolta de Maubisse em 1942, batendo-se com calma, decisão e absoluto desprezo pelo perigo e sendo um óptimo auxiliar, com grandes qualidades de trabalho e dedicação, não só nesse serviço como ainda durante o período de

⁶¹⁰ PT/Arquivo particular de Luís Frazão, PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e Carvalho, 1972: 118.

⁶¹¹ Carvalho, 2003: 481.

concentração dos portuguesas, em Liquiçá.”⁶¹² O seu nome aparece incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945”, tratando-se de um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Conselho para que fosse levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão Japonesa.⁶¹³ Pedido que como sabemos, foi concedido e alargado a todos os deportados. Segundo o Governador Ferreira de Carvalho, Pinto viria a falecer “pouco depois” de ter sido louvado,⁶¹⁴ contudo, o seu nome vem citado como passageiro do navio Angola⁶¹⁵ e ainda numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa, dias após a chegada dos ex-deportados a Portugal.⁶¹⁶

Joaquim António Pereira, o Bela Kun nasceu no ano de 1896, em Sesimbra. Filho



de Benjamim Pereira e de Umbelina da Conceição Pereira, era servente de pedreiro de profissão e comunista de convicção.⁶¹⁷ As primeiras referências encontradas relativamente a este nome foram as suas detenções em 1919 e 1920, por questões relacionadas com delitos de opinião: cantar a Internacional, dar vivas à revolução social e ser suspeito de bolchevismo.⁶¹⁸

Em 1922 e 1923, as incriminações endurecem. Acusam-no de assaltar uma padaria na rua do Loreto, de que resultou a morte de um GNR, uma outra na rua da Escola Politécnica e de ter posto uma bomba na padaria da rua do Vale de Santo António.⁶¹⁹ Em Novembro de 1923, juntamente com algumas empresas, organizações e inúmeros civis, Joaquim Pereira era um dos homens que contribuía numa angariação de fundos a favor dos mineiros de S. Pedro da Cova.⁶²⁰ Ao longo do ano de 1925, é um nome

⁶¹² Carvalho, 2003:746, Cardoso, 2007: 239 e Carvalho, 1972: 119-125.

⁶¹³ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

⁶¹⁴ Carvalho, 2003: 748.

⁶¹⁵ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

⁶¹⁶ PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

⁶¹⁷ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e Cardoso, 2007: 36 e 239.

⁶¹⁸ Cardoso, 2007: 61.

⁶¹⁹ *O Século*, 17.5.1925: 1 e 2.

⁶²⁰ Rodrigues, 1981: 98-121.

que aparece com muita regularidade na imprensa. Em Abril consta ter entrado em algumas casas bancárias, pedindo a doação de elevadas quantias, destinadas a socorrer os operários sem trabalho. Aquando da intervenção da polícia, fugiu para a cidade do Porto. De resto, foi acusado também de ser “*Legionário Vermelho*”, de ter sido responsável por alguns ataques bombistas e de ser fabricante e passador de cédulas falsas, as quais vendia com o intuito de angariar dinheiro para a acção directa. Depois de ter sido preso, aquando do julgamento, a imprensa acusa-o também de ter ameaçado os juízes com uma pistola.⁶²¹ Em Maio, foi o principal suspeito do atentado contra Ferreira do Amaral, o Comandante da polícia. Contam-nos os jornais da época que o atentado foi programado por um grupo de quarenta comunistas e sindicalistas logo para o primeiro de Maio mas que por receio, acabaram por não levar o plano avante imediatamente, adiando-o. Consta terem-se realizado várias reuniões com vista ao planeamento do atentado, nas quais vários homens participaram, sendo o líder do grupo, *Bela Kun*.⁶²² Entretanto, comunistas e sindicalistas desentenderam-se, pelo que os comunistas, “receando que os sindicalistas lhes estorvassem o projecto, apressaram-se a pô-lo em prática, desajudados”. Assim, no dia do atentado, havia três grupos de quatro comunistas preparados para atacar Ferreira do Amaral, conforme o caminho que este fosse tomar. As armas haviam sido entregues de véspera por Joaquim Pereira numa padaria ali perto e foi o próprio quem acabou por se esbarrar com o Comandante da Polícia, acompanhado por Diamantino da Assunção, João Nunes Carreira e Paulo da Silva. Um deles atirou contra Ferreira do Amaral, ferindo-o numa perna. Tendo reconhecido os seus agressores como “os temíveis legionários vermelhos”, *Bela Kun* incluído, imediatamente a polícia se pôs no seu encalço.⁶²³ Segundo a imprensa, essa mesma noite do atentado, Joaquim Pereira passou-a escondido num Hotel na calçada da Glória, abandonando-o na manhã seguinte.⁶²⁴ Com o auxílio de um colega que conhecia o meio e que também acabaria deportado para Timor, embarcou no navio pesqueiro Arrábida sob o argumento de se encontrar doente e precisar de apanhar os ares do mar. Começando a desconfiar da história contada, o Comandante consegue avisar as autoridades que o vão prender à chegada

⁶²¹ *O Século*, 11.4.1925: 2, *O Século*, 30.5.1925: 1-2, *A Capital*, 15.6.1925: 2, *A Capital*, 23.7.1925: 1.

⁶²² *O Século*, 2.6.1925: 2.

⁶²³ *O Século*, 16.5.1925: 1 e 2, *O Século*, 14.6.1925: 5, *A Capital*, 18.5.1925: 2, *A Capital*, 22.5.1925: 2, *A Capital*, 28.5.1925: 1 e *O Século*, 29.5.1925: 2.

⁶²⁴ *A Capital*, 19.5.1925: 2.

do navio ao Cais da Viscondessa, em Santos, ao fim de dez dias de pesca.⁶²⁵ Assim, no final do mês era um dos prisioneiros a embarcar no cruzador Carvalho D'Araújo, rumo ao desterro na Guiné, tendo desembarcado em Bolama, a 13 de Junho de 1925.⁶²⁶ No sentido de justificar a deportação, dias após o embarque dos prisioneiros, o jornal *A Capital* informava os leitores dos “longos cadastros” dos deportados, sendo que o de *Bela Kun* incluía oito prisões por homicídio e assalto à bomba. Já havia sido também condenado pelo Tribunal de Defesa Social a dez anos de prisão, acabando por ser amnistiado. Era agora acusado do atentado contra Ferreira do Amaral e ainda suspeito de preparar um novo atentado contra o deputado Vitorino Godinho, o responsável pela ordem das deportações.⁶²⁷ Na Guiné, *Bela Kun* ficou cerca de dois anos, em Canhabaque, ocupado na construção de estradas.⁶²⁸ Dali foi transferido no navio Pêro D'Alenquer para Timor, onde chegou em Setembro de 1927. Inicialmente desembarcados em Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório,⁶²⁹ os deportados foram rapidamente empregados consoante as suas habilidades. Casos houve também de homens que receberam subsídios da administração portuguesa, com vista a desenvolverem os seus próprios negócios. Foi o caso de Joaquim Pereira que comprou uma camionete e se tornou motorista, subsistindo dos fretes do transporte.⁶³⁰



O «Bela-Kun» X, legionário vermelho, guiando a sua «camionete», nos exercícios militares da guarnição

Anos depois, Teófilo Duarte publicou uma carta que lhe havia sido dirigida por *Bela Kun*, na qual este lhe agradeceu as medidas governamentais tomadas, permitindo-lhe abrir um negócio e encarregar a sua vida.

Embora tal pedido não tenha sido atendido, Joaquim Pereira pedia também que lhe fosse restituída a liberdade. De resto, sabemos apenas que uma provocação de um

⁶²⁵ *A Capital*, 28.5.1925: 1, *O Século*, 22.5.1925: 5, *O Século*, 29.5.1925: 2

A Capital, 20.6.1925: 2, *O Século*, 21.6.1925: 2.

⁶²⁶ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo, *A Batalha*, 30.5.1925: 2 e *O Século*, 30.5.1925: 1 e 2.

⁶²⁷ *A Capital*, 6.6.1925: 2 e *A Capital*, 6.7.1925: 2.

⁶²⁸ *A Capital*, 30.7.1925: 1

⁶²⁹ Morna, 1931.

⁶³⁰ Fotografia de *Bela Kun* com a sua camionete e ainda a referida carta. Duarte, 1944:136.

outro deportado valeu-lhe a prisão e a morte. Artur Pinho Alonso, havia conseguido comprar uma charrete e um cavalo, ao qual deu o nome de “Sindicalista Ladrão”. Quando passava por outro deportado guiando o seu cavalo gritava: Anda Sindicalista Ladrão!”. Ora, tendo em conta que grande parte dos deportados tinham chegado ao degredo precisamente pelas suas acções enquanto sindicalistas, rapidamente essa atitude lhe trouxe desentendimentos e conflitos. Um dia, ao repetir a cena quando passava por *Bela Kun*, este imediatamente o ameaçou. Alonso queixou-se ao Tenente Gomes, pelo que *Bela Kun* e João dos Santos foram presos no presídio de Batugadé. Também José Castela e Celso Pinto e Marques dos Santos foram presos na mesma altura, embora por diferentes motivos. Consta terem-se embebedado, andando depois a passear de automóvel. Os três últimos acabaram por ser soltos mas *Bela Kun* acabou por morrer no presídio, a 27 de Dezembro de 1929, em circunstâncias que ficaram por apurar. Somente quatro anos mais tarde foi instituído um processo de averiguações pelo Ministro das Colónias, embora sem conclusões. Alegadamente tratou-se de maus tratos e má nutrição, embora ninguém tenha assumido as consequências da sua morte. No processo de inquérito podemos ler vários testemunhos. Segundo o deportado Joaquim Clemente, “o presídio de Batugadé era um calabouço sem ar nem luz, onde os presos eram obrigados a respirar pelo buraco da fechadura, aspirando com os lábios colados à fechadura durante 4 horas por dia, dois de manhã e dois à tarde, um por cada vez”. Um dos argumentos apresentados pelos encarregados do presídio foi que Teófilo Duarte tinha dado instruções para que os deportados presos fossem alimentados da mesma forma que eram os timorenses presos. Ao lermos o inquérito apercebemo-nos ter havido um mal entendido quanto ao que isso significava. Argumentam os encarregados do presídio que tratar-se somente milho cozido e água, embora outros afirmem incluir também vegetais e peixe, pois nenhum homem sobreviveria a milho e água durante muito tempo. Por outro lado, testemunhos de alguns deportados afirmam que àqueles que estiveram presos ao mesmo tempo que *Bela Kun*, lhes havia sido dado milho deteriorado e água retirada de um poço de lavagem de peixe, a outros que não lhes foi autorizado que entregassem quinino a *Bela Kun* e outros ainda, que foram ameaçados antes de deporem para o inquérito.⁶³¹

⁶³¹ Rodrigues, 1982: 282 e Cardoso, 2007: 36, 45 60, PT/AHU/MÇ 2871, Processo de inquérito à morte de um deportado em Timor e PT/AHU/2931/1A/MU/GM/MÇ 1917-1935, Deportado Joaquim António Pereira.

Carta enviada por Joaquim Pereira (*Bela-Kun*) ao Governador Teófilo Duarte⁶³²:

“Díli, 22 de Dezembro de 1928.

Excelência:

Tendo recebido de V. Ex., da sua muita bondade, o auxílio que me permitiu encarrear a minha vida com decência e dignidade, custa-me ver partir V. Ex. sem que eu lhe testemunhasse o meu agradecimento a humilde e respeitoso. H se a V. Ex. não repugnasse finalizar a obra que iniciou, eu atrever-me-ia ainda a pedir a V. Ex. atendendo à correcção do meu comportamento aqui e ao que sempre tive na colónia a donde vim, para que levasse V. Ex. a Sua bondade até solicitar do Governo da Metrópole a minha permanência aqui, onde já tenho a vida encarreada para um futuro tranquilo, laborioso e honesto, e me fosse aqui fixada residência, concedendo-se-me a liberdade.

Desejando a V. Ex. uma feliz viagem e que encontre no seu caminho, todas as felicidades de que é digno, beijo respeitosamente as mãos de V. Ex. De quem sou humilde e muito respeitoso.

Joaquim Pereira (*Bela-Kun*)”

Joaquim Manuel Cardoso era padeiro de profissão. A primeira referência



encontrada com este nome data de 21 de Maio de 1925, dia em que Cardoso foi preso no Governo Civil, por lhe terem sido apreendidas bombas e armas numa padaria na Rua da Bela Vista à Graça.⁶³³

Terá permanecido preso até finais de Maio, altura em que foi deportado para África, sem qualquer julgamento, incluído num grupo de presos por delito social, desembarcando em S. Tiago de

Cabo Verde a 10 de Junho de 1925.⁶³⁴ Logo em inícios de Junho, o jornal operário *A Batalha* anunciou uma greve geral de 48 horas contras as deportações e publicou uma

⁶³² Duarte, 1944: 130-140.

⁶³³ *A Batalha*, 21.5.1925: 2 e *O Século*, 30.5.1925: 1 e 2 e *O Século*, 31.5.1925.

⁶³⁴ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo, *A Capital*, 29.5.1925: 2 e *A Batalha*, 30.5.1925: 2.

lista de nomes dos deportados por quem a organização operária se interessava, defendia e para cuja libertação lutou. O nome de Joaquim Manuel Cardoso estava incluído nessa lista,⁶³⁵ mas o protesto de nada serviu, já que dias depois o jornal *A Capital* continuava a informar os leitores dos “longos cadastros” dos deportados, sendo que o de Cardoso contava com uma prisão por detenção de bombas e porte de arma.⁶³⁶ Em data desconhecida e sem que se compreenda a razão, foi enviado para o Funchal, na Madeira, sendo que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁶³⁷ Da sua vida em Timor, encontrámos um recibo do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente ao mês de Agosto de 1934, assinado em Lautém,⁶³⁸ área onde deverá ter vivido, uma vez que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Ao tempo da ocupação Japonesa de Timor (1942-45), Joaquim Manuel Cardoso esteve na zona de concentração em Liquiçá,⁶³⁹ sendo que o seu nome está incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945”. Trata-se de um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Concelho, para que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante a invasão Japonesa,⁶⁴⁰ pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados. No final da Guerra, embarcou no navio Angola rumo à Metrópole, sendo que dias após a sua chegada, já o seu nome vinha referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa, procurando monitorizar os recém chegados ex-deportados,⁶⁴¹ tendo sido esta a última referencia encontrada com o seu nome.

⁶³⁵ *A Batalha*, 3.6.1925: 1, *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 1 e *A Batalha*, 6.6.1925: 2.

⁶³⁶ *A Capital*, 6.6.1925, p.2.

⁶³⁷ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6 e PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁶³⁸ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

⁶³⁹ Carvalho, 2003: 767.

⁶⁴⁰ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

⁶⁴¹ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946, ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

José Caetano Castela era natural de Lisboa e filho de Francisco Caetano Castela e de



Albina Martins.⁶⁴² Era marceneiro de profissão e pertenceu às Juventudes Sindicalistas.⁶⁴³ A primeira referência encontrada com este nome na imprensa da época data de 21 de Maio de 1925, dia em que Castela terá sido preso no Governo Civil, na sequência de uma série de rusgas feitas após o atentado de 15 de Maio, ao Comandante da Polícia Ferreira do Amaral.⁶⁴⁴ Acusado de ter participado em

diversos ataques bombistas, de fornecimento de armas e ter estado envolvido no referido atentado, logo no dia seguinte viria a ser transferido para a Esquadra do Caminho Novo e no final do mês, deportado para a Guiné no navio Carvalho de Araújo,⁶⁴⁵ desembarcando em Bolama, a 13 de Junho de 1925.⁶⁴⁶ Logo após o seu embarque, o jornal *A Batalha* anunciou uma greve geral de 48 horas contras as deportações, apresentado ainda uma lista com o nome dos deportados por quem a organização operária se interessava e defendia, lista que incluía o nome de Castela.⁶⁴⁷ A estas medidas que não tiveram qualquer efeito, a imprensa conservadora respondeu com a publicação de uma extensa lista com os cadastros dos deportados, sendo que Castela contava com nove prisões por atentado à bomba.⁶⁴⁸ Terá permanecido na Guiné cerca de dois anos, até ser transferido para Timor, onde chegou em Setembro de 1927. Inicialmente desembarcados em Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório,⁶⁴⁹ os deportados foram rapidamente empregados consoante as suas habilidades. Castela trabalhou como capataz de obras públicas, circulando por todo o território, conforme a necessidade. Logo no início dos anos 30, surgiu um movimento clandestino revolucionário pelas mãos de Arnaldo Simões Januário, a

⁶⁴² PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717, *O Século*, 31.5.1925:8, Entrevista a Júlia Balbina Martins Castela, Díli, 22.4.2014;

⁶⁴³ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2321&Itemid=47, consultado a 20.6.2015.

⁶⁴⁴ *A Batalha*, 21.5.1925: 2.

⁶⁴⁵ *A Batalha*, 22.5.1925:1, *A Batalha*, 30.5.1925:2, *A Capital*, 29.5.1925:2, *O Século*, 30.5.1925:1 e 2.

⁶⁴⁶ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo e *A Batalha*, 6.6.1925: 2.

⁶⁴⁷ *A Batalha*, 3.6.1925: 1 e *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 1.

⁶⁴⁸ *A Capital*, 6.6.1925: 2.

⁶⁴⁹ Morna, 1931.

“Aliança Libertária de Timor”. O movimento chegou a ter o seu próprio periódico, enviado aos vários camaradas espalhados pela Colónia. Na tentativa de reprimir este movimento, as autoridades desterraram para Ataúro alguns dos envolvidos.⁶⁵⁰ Sabemos que José Caetano Castela pertenceu a este grupo, embora não tenhamos conseguido encontrar mais informações sobre esta sua temporada naquela ilha. Provavelmente já depois disso, num dos seus serviços como capataz de obras públicas, viria a conhecer Joaquina, timorense e natural de Same com quem viria a estabelecer uma relação marital. Segundo a família, o casal conheceu-se em Viqueque, onde Castela se encontrava a trabalhar e onde Joaquina também se encontrava porque tinha *barlaqueado* o filho do *Liurai* de Viqueque. A família real tinha ido a Same escolher uma rapariga, contudo já depois da cerimónia *barlaque*, quando o casal foi viver para Viqueque, Joaquina constatou que o marido já era casado. Uma vez que esse facto não havia sido referido aquando da negociação do *barlaque*, Joaquina saiu de casa, encontrando-se com Castela.⁶⁵¹ Juntos terão ido viver para Liquiçá, localidade que consta como local de assinatura de dois recibos do subsídio de deportado social encontrados, no valor de 50 patacas, referentes ao meses de Julho e Agosto de 1934,⁶⁵² sendo que era na área do Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. José Caetano Castela e Joaquina tiveram três filhos: Maria Martins Castela, nascida em 1935, andou no colégio em Ermera com as irmãs Carrascalão. Terminados os estudos foi viver para a Fazenda Algarve e casou-se com Manuel Carrascalão, vive atualmente em Darwin, na Austrália;⁶⁵³ Júlia Balbina Martins Castela, nascida em 1939 e Henrique Caetano Castela.⁶⁵⁴ Ao tempo da ocupação Japonesa de Timor (1942-1945) sob pretexto de não conseguirem defender a população europeia dos ataques das colunas negras, “as forças Japonesas insistiram na concentração da população branca em Maubara e em Liquiçá, local onde nos dias de hoje, existe um monumento que identifica onde ficava o acampamento, chamavam-lhe a zona”.⁶⁵⁵ Também a família Castela esteve em Liquiçá durante três anos, tendo ainda várias memórias desse tempo. Conta-nos a Sra. Júlia que se lembra bem da fome que passou. Lembra-se que a casa onde a família viveu durante esse tempo ficava perto do mar e de ver o pai ir buscar água ao mar

⁶⁵⁰ Rodrigues, 1982: 275-284.

⁶⁵¹ Entrevista a Júlia Balbina Martins Castela (filha), Díli, 22.4.2014.

⁶⁵² PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

⁶⁵³ Entrevista a Maria Ermelinda Carrascalão e João Severino, Lisboa, 24.06.2014.

⁶⁵⁴ Entrevista a Júlia Balbina Martins Castela (filha), Díli, 22.4.2014.

⁶⁵⁵ Entrevista a Mário Carrascalão, Díli, 1.5.2014.

para fazer sal.⁶⁵⁶ Com o final da guerra, em Setembro de 1945, o seu nome aparece incluído num documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945”. Trata-se de um pedido dirigido ao Sr. Presidente do Concelho, para que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão Japonesa,⁶⁵⁷ pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados. Embora tenha sido concedida a passagem no navio Angola para a Metrópole a todos os refugiados e respectivas famílias, não encontramos registo do seu embarque ou da sua chegada à Metrópole. Deverá ter ficado em Díli, residindo em Taibessi, trabalhando como mestre de marcenaria, numa oficina do Estado até à data da sua morte, em finais dos anos 50, com pouco mais de 50 anos. Numa altura em que não havia assistência médica conveniente, segundo a filha, José “estava já há uns dias com febre em casa. Foi ao Hospital e morreu no dia seguinte”. Os filhos, ainda pequenos, foram entregues a um amigo do pai, o Tenente Macedo, que pagou os estudos das raparigas nas irmãs canossianas em Ermera e do rapaz em Soibada, onde permaneceram até acabarem a 4ª classe.⁶⁵⁸

José Gomes Pereira, o *Avante* era filho de Joaquim Gomes Pereira e de Gertrudes da



Conceição Pereira, de Lisboa, construtor civil de profissão.⁶⁵⁹ As informações encontradas sobre *o Avante*, são algo controversas. Segundo o jornal *A Capital*, em 1922 consta ter sido agredido com uma punhalada do “Legionário Vermelho” e eventualmente seu colega de deportação Álvaro Damas, por ter sido considerado um traidor da classe. Dias mais tarde, o mesmo jornal

publica que *o Avante* havia sido internado no posto da misericórdia e quando teve alta, foi imediatamente levado para o Governo Civil por estar implicado no fabrico de

⁶⁵⁶ Entrevista a Júlia Balbina Martins Castela, Díli, 22.4.2014.

⁶⁵⁷ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

⁶⁵⁸ Entrevista a Júlia Balbina Martins Castela, Díli, 22.4.2014.

⁶⁵⁹ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2081&Itemid=47, consultado em 29.5.2015.

cédulas falsas.⁶⁶⁰ Em 1925, Avante voltará a ser preso por variadas razões, uma delas por fabrico de cédulas falsas, que consta que seria uma forma de obter dinheiro para aplicar na acção directa,⁶⁶¹ forma revolucionária de reivindicar direitos de trabalho, algo pela qual, também a “Legião Vermelha” lutava. Segundo o Jornal *A Capital*, aquando da sua detenção e interrogatório na sequência do atentado a Ferreira do Amaral, o próprio se confessou chefe da “Legião Vermelha” e organizador de vários atentados, como forma de luta.⁶⁶² De resto, ao lermos os jornais seus contemporâneos são inúmeras as notícias denunciando os seus crimes, sempre ligados à luta social: em Abril de 1925 é procurado por se ter dirigido a algumas casas bancárias pedindo a doação de elevadas quantias destinadas a socorrer os operários que se encontram sem trabalho. Fê-lo juntamente com Arsénio José Filipe, preso e deportado para Angra do Heroísmo no final do mês, e com *Bela Kun*, com quem fugiu para o Porto.⁶⁶³ O *Avante* acabou por ser preso no seguimento do atentado de 15 de Maio, a Ferreira do Amaral. Inicialmente preso no Governo Civil, rapidamente foi transferido para a Esquadra do Caminho Novo⁶⁶⁴ e a 29 de Maio, deportado no navio Carvalho de Araújo para S. Tiago de Cabo Verde, onde desembarcou a 10 de Junho de 1925.⁶⁶⁵ Embora no seguimento do atentado, com o objectivo de reprimir todos os movimentos operários desafectos ao Governo, as autoridades tenham efectuado largas dezenas de detenções que se vieram a provar infundadas, a detenção de *Avante*, parece não ter sido um desses casos. Segundo as notícias, José Gomes Pereira terá sido, juntamente com *Bela Kun*, o organizador do atentado ao comandante da polícia, tendo já no seu cadastro vários crimes que incluíam o já referido fabrico e venda de cédulas falsas, assaltos a bancos e clubes, agressões, fabrico e detonação de bombas, cujo material arranjava por intermédio do ferro velho de seu pai, etc...⁶⁶⁶ Segundo os jornais, o intuito do atentado teve que ver com a deportação de 29 de Abril, na qual o seu colega Arsénio José Filipe, juntamente com outros dezassete presos por delito social tinham sido enviados para Angra do Heroísmo. Por essa mesma razão, consta que um novo atentado, desta vez contra o Sr. Vitorino Godinho, quem ordenou as deportações,

⁶⁶⁰ *A Capital*, 9.9.1922: 2, *A Capital*, 12.9.1922: 1, *A Capital*, 16.9.1922: 2 e *O Paiz*, 18.12.1923: 6.

⁶⁶¹ *A Capital*, 23.7.1925: 1.

⁶⁶² *A Capital*, 26.5.1925: 2.

⁶⁶³ *O Século*, 11.4.1925: 2.

⁶⁶⁴ *O Século*, 22.5.1925: 5, *A Batalha*, 21.5.1925: 2, *A Batalha*, 22.5.1925: 1 e *A Capital*, 21.5.1925: 2.

⁶⁶⁵ *A Capital*, 29.5.1925: 2 e PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁶⁶⁶ *O Século*, 30.5.1925: 1-2, *A Batalha*, 30.5.1925: 2, *A Capital*, 15.6.1925: 2, *O Século*, 18.6.1925: 6.

estava a ser preparado por *Avante* e por *Bela Kun*.⁶⁶⁷ De resto, apercebemo-nos também que a associação de manipuladores de pão contribuía com 4000 escudos mensais “para o grupo comunista do *Avante* e de *Bela Kun*”, que os peditórios de doações a banco deveriam ser regulares e que os nomes que surgem mais vezes associados como seus colegas eram o *Vidraça*, Arsénio José Filipe, *Bela Kun* e José de Melo, todos deportados para Timor.⁶⁶⁸ É curioso reparar que a 3 de Junho, o jornal operário *A Batalha*, anunciou uma greve geral de 48 horas contras as deportações e publicou uma lista de nomes dos deportados por quem a organização operária se interessava, defendia e para cuja libertação lutou, sendo que de entre o grupo supracitado, o único nome indicado na lista, era o de Arsénio José Filipe. Uma outra pessoa que também aparece associada a José Gomes Pereira, é Violeta Oliveira, com quem manteve uma relacionamento amoroso. Logo a 5 de Junho, é noticiado que Violeta havia sido presa, por alegadamente estar a organizar um novo grupo de acção directa, exclusivo às mulheres e amantes dos recém deportados, como forma de vingança, sendo que o alvo seriam individualidades que tivessem tido influência nas deportações. Segundo os jornais *O Século* a ideia seria contratar prostitutas que os chamassem a um local recôndito onde as filiadas do novo grupo os aguardariam e os apunhalariam. Acrescenta o jornal que o plano não foi concretizado por Violeta não ter encontrado prostitutas que se prestassem a colaborar no crime. O jornal *A Capital* refere que o atentado seria feito por envenenamento, enquanto *A Batalha* acusa os restantes jornais de difamar a Sra. Violeta de Magalhães, companheira do *Avante*.⁶⁶⁹ O nome de José Gomes Pereira está incluído nas listas publicadas pelos jornais, de presos transferidos para Timor, no navio *Pêro d’Alenquer*,⁶⁷⁰ sendo que, segundo o testemunho de Raul dos Santos, à saída da Guiné já o *Avante* estava parálítico das pernas e ao longo da viagem, devido ao seu estado de saúde, o médico de bordo mandou que passasse a dormir no convés.⁶⁷¹ À chegada a Timor, seguiu directamente para o Hospital,⁶⁷² sendo esta a última referência encontrada relativamente a este nome.

⁶⁶⁷ *A Capital*, 6.7.1925: 2.

⁶⁶⁸ *O Século*, 2.6.1925: 2 e *A Capital*, 15.6.1925: 2.

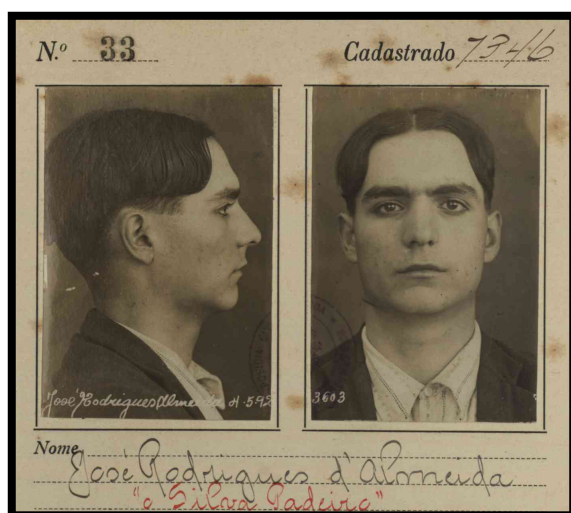
⁶⁶⁹ *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 1, *A Capital*, 20.6.1925: 2, *O Século*, 21.6.1925: 2 e *A Capital*, 24.6.1925: 2, *A Batalha*, 24.6.1925: 2.

⁶⁷⁰ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6.

⁶⁷¹ Rodrigues, 1982: 275-284 e Morna, 1931.

⁶⁷² Rodrigues, 1982: 275-284, *BOT*, 12.11.1927, *BOT*, 31.8.1929, *BOT*, 21.2.1931, *BOT*, 18.6.1932, *BOT*, 14.1.1933 e *BOT*, 28.1.1933.

José Rodrigues d'Almeida, o Silva Padeiro nasceu no ano de 1905, em Albergaria-



a-Velha. Era filho de Joaquim Rodrigues d'Almeida e de Maria da Silva Ferreira. Pertenceu às Juventudes Sindicalistas e era padeiro de profissão. Morava em Lisboa, na Rua da Penha de França.⁶⁷³ Foi preso na sequência do atentado Ferreira do Amaral, sendo que, numa lista de deportados e respectivos cadastros elaborada pelo jornal *A Capital*, Rodrigues d'Almeida contava

já com cinco prisões por furto e agressão. O jornal *O Século* acrescenta que se havia filiado recentemente nos grupos de acção directa.⁶⁷⁴ Deportado no navio Carvalho de Araújo para S. Tiago de Cabo Verde, onde desembarcou a 10 de Junho de 1925,⁶⁷⁵ daí só terá saído em 1927, data em que partiu rumo a Timor, onde poucas referências lhe foram encontradas. Apenas o seu depoimento no inquérito aberto pela morte de *Bela-Kun*,⁶⁷⁶ a sua assinatura num recibo de subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, no posto de Ermera, então pertencente à circunscrição civil de Aileu⁶⁷⁷ e o seu nome presente numa relação datada de 1940, de deportados a residir na Colónia.⁶⁷⁸

⁶⁷³ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717, *O Século*, 31.5.1925 e mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2520&Itemid=47, consultado a 1.6.2015.

⁶⁷⁴ *A Batalha*, 30.5.1925:2, *A Capital*, 29.5.1925:2, *A Capital*, 6.6.1925:2 e *O Século*, 30.5.1925:1 e 2.

⁶⁷⁵ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁶⁷⁶ PT/AHU, mc 2871, Processo de inquérito à morte de um deportado em Timor.

⁶⁷⁷ PT/Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁶⁷⁸ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42

Mário Gonçalves,⁶⁷⁹ filho de João Gonçalves e de Teresa da Silva, de Lisboa.⁶⁸⁰ As



informações encontradas relativamente a este nome foram escassas. Terá sido preso provavelmente na sequência das várias rusgas feitas após o atentado de 15 de Maio de 1925 a Ferreira do Amaral, pois a 21 de Maio já se encontrava preso no Governo Civil, tendo sido transferido para a Esquadra do Caminho Novo, no dia seguinte.⁶⁸¹ A 29 de Maio já anunciavam a sua

deportação para Cabo Verde, inserido num grupo de prisioneiros por delito social, alegadamente implicados em atentados, como por exemplo, no atentado a Ferreira do Amaral, sendo que a imprensa conservadora o caracterizou como “um dos bombistas mais perigosos, agitador perigoso e autor de vários atentados dinamistas”, inscrevendo-lhe no cadastro oito prisões por ser desordeiro, bombista, assaltante e inimigo da sociedade.⁶⁸² Desembarcou em S. Tiago de Cabo Verde a 10 de Junho de 1925,⁶⁸³ onde deverá ter ficado durante quase dois anos, sendo transferido para Timor, no navio Pêro D’Alenquer, em meados de 1927. Também da sua vida em Timor a informação é escassa. Encontramos a sua assinatura num recibo do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente ao mês de Agosto de 1934, assinado no dia 30 de Agosto de 1934, em Lautém,⁶⁸⁴ área onde deverá ter vivido pois era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Na sequência da invasão Japonesa de Timor (1942-45), dada a ordem de concentração de todos os europeus em Liquiçá, Gonçalves acaba por ser morto pelas colunas negras em Novembro de 1942 em Lautém, por não ter cumprido a ordem.⁶⁸⁵

⁶⁷⁹ Não confundir com Mário Gonçalves, deportado político chegado a Timor em 1931 e que também permanece em Timor depois de concedida a amnistia em 1932. *O Século*, 31.5.1925:8

⁶⁸⁰ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁶⁸¹ *A Batalha*, 21.5.1925: 2 e *A Batalha*, 22.5.1925:1.

⁶⁸² *A Batalha*, 30.5.1925:2, *A Capital*, 29.5.1925:2, *O Século*, 30.5.1925:1 e 2 e *A Capital*, 6.6.1925: 2.

⁶⁸³ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁶⁸⁴ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

⁶⁸⁵ Cardoso, 2007: 241. Carvalho, 2003: 457. Carvalho, 1972: 66.

Pedro de Jesus nasceu a 2 de Julho de 1901, em Lisboa. Era filho de Joaquina de



Jesus e operário de construção civil.⁶⁸⁶

Preso na sequência de uma série de rusgas feitas após o atentado de 15 de Maio de 1925 a Ferreira do Amaral, Jesus é tido como o prisioneiro que mais contribuiu para o desenvolvimento da investigação.⁶⁸⁷ Não obstante, a 29 de Maio foi embarcado no navio Carvalho Araújo, num grupo de presos por delito social, rumo ao desterro em S. Tiago de

Cabo Verde, onde chegou a 10 de Junho de 1925, sem ter passado por qualquer processo de julgamento.⁶⁸⁸ Logo em inícios de Junho, o jornal *A Batalha* anunciava uma greve geral de 48 horas contras as deportações, publicando uma lista de nomes por quem a organização operária se interessava, defendia e estava lutando, lista que incluía Pedro de Jesus,⁶⁸⁹ iniciativa sem qualquer efeito, à qual a imprensa conservadora respondeu com a publicação de uma extensa lista com os cadastros dos deportados, sendo que Jesus contava apenas com a prisão por alegada participação no atentado a Ferreira do Amaral.⁶⁹⁰ Em data desconhecida e sem que se compreenda a razão, foi enviado para o Funchal, na Madeira, sendo que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁶⁹¹ Da sua vida em Timor, umas das referências encontradas foi a assinatura de um recibo do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente ao mês de Agosto de 1934 e assinado no dia 30 de Agosto de 1934, em Baucau,⁶⁹² área onde à data tinha residência fixada pois era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Encontramos ainda um pedido de Bilhete de Identidade de um neto de Pedro de Jesus e de *Paia-Tchailetu* que se encontra

⁶⁸⁶ NAA, MP1103/2, Q547 e *O Século* de 31.5.1925.

⁶⁸⁷ *A Batalha*, 6.6.1925: 2, *A Capital*, 2.6.1925: 1 e 2 e *A Capital*, 6.6.1925: 2.

⁶⁸⁸ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁶⁸⁹ *A Batalha*, 3.6.1925:1 e *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925:1.

⁶⁹⁰ *A Capital*, 6.6.1925: 2.

⁶⁹¹ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6 e PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁶⁹² PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

depositado no Arquivo Nacional de Timor-Leste. Trata-se de uma criança nascida e batizada em Lospalos, no início da década de 50, filho de Marcos de Jesus Ximenes e de Helena de Jesus Ximenes. O mais provável é que Pedro de Jesus tenha tido um relacionamento com uma senhora de nome *Paia-Tchailetu* com quem teve um filho(a) em finais dos anos 20, início dos 30.⁶⁹³ Isto porque, à data invasão Japonesa de Timor (1942-45), Pedro de Jesus mantinha uma relação marital com uma senhora timorense que adoptou o nome Maria e que embora não fossem casados a título oficial, adoptou também o apelido “de Jesus” (25.8.1914). O casal residia em Díli e teve quatro filhos: Joaquina (9.3.1934), Pedro (6.9.1935), Fernando (2.7.1937) e Palmira (9.11.1939). A mulher e os filhos foram evacuados para a Austrália logo em Dezembro de 1942, ficando em *Bob's Farm*, local onde grande parte dos refugiados vindos de Timor foram alojados. Pedro só foi evacuado em Agosto de 1943, ficando duas semanas em Darwin, passou depois pelo *Gaythorne Internment Camp* em Brisbane, chegando a Liverpool, em finais de Setembro de 1943.⁶⁹⁴ O Tenente Pires havia feito uma lista de elementos a não enviar para *Bob's Farm* argumentando recear que, à chegada ao campo, estes elementos divulgassem informações confidenciais relativamente às posições da resistência em Timor. A proposta foi levada a sério pelos militares australianos que os internaram num campo de prisioneiros em Liverpool, Pedro de Jesus incluído.⁶⁹⁵ Sem entenderem muito bem a razão de ali os manterem, várias foram as tentativas protagonizadas pelo grupo de denunciar a injustiça sofrida. Os protestos incluíram uma greve de fome e o envio de várias cartas a entidades de renome. Como Pedro de Jesus falava inglês, foi ele quem escreveu tais cartas. O internamento prolongou-se até Abril de 1944, data em que foi transferido para Singleton, onde permaneceu com a liberdade restrita aos limites de uma propriedade denominada de Minnibah e devendo a sua correspondência ser submetida a censura. Com o final da Guerra, Pedro de Jesus partiu, conforme previsto, com a sua família no navio Angola.⁶⁹⁶ Não sabemos se terá rumado a Portugal ou Timor, mas sabemos que em 1953 requereu o aforamento de um terreno em China Rate, em Díli com cerca de 7000 metros quadrados, destinado a construções e a culturas anuais,⁶⁹⁷

⁶⁹³ TL AN TP AC BI, Caixa 1349.

⁶⁹⁴ Laborinho, 1943: 484, NAA- MP1103/1, N1787, NAA- MP1103/1, N1788, NAA- MP1103/1, NF1784, NAA- MP1103/1, NF1785, NAA- MP1103/1, NF1786 e NAA- MP1103/1, Q547.

⁶⁹⁵ Cardoso, 2007: 95.

⁶⁹⁶ Chamberlain 2010: Anexo A, p.54 e Laborinho, 1943: 142.

⁶⁹⁷ BOT, 21-02-1953.

aforamento que lhe foi concedido em Junho de 1954, mediante o pagamento do foro anual de vinte e cinco patacas.⁶⁹⁸

Pedro Guia de Oliveira nasceu por volta de 1905, era natural de Lisboa e filho de



Ernesto Guia de Oliveira e de Ester Eliza Pereira.⁶⁹⁹ Era metalúrgico de profissão, anarco-sindicalista e pertencia às juventudes sindicalistas.⁷⁰⁰

A primeira referência que encontramos com este nome na imprensa da época, data de 12 de Abril de 1925. Trata-se da notícia de que Guia de Oliveira ficou detido para ser interrogado sobre o atentado a tiro ao industrial Domingos

de Almeida. Segundo o jornal *O Século*, Pedro Guia terá confessado o crime, embora alegando legítima defesa. O jornal acrescenta que Guia de Oliveira já anteriormente tinha sido acusado de ter atentado contra o padeiro Tavares Adão e o jornal *A Capital*, referenciava-o como bombista, agitador perigoso e ter atentado contra Carlos Reis.⁷⁰¹

Assim, a 29 de Maio de 1925, Pedro Guia de Oliveira saía da prisão do Limoeiro para integrar o grupo de presos por delito social embarcado no cruzador Carvalho Araújo com destino ao desterro na Guiné, Bolama, onde chegaram a 13 de Junho de 1925.⁷⁰²

Logo a 31 de Maio, certos jornais publicavam que haviam sido procurados pela mãe de Pedro Guia, indignada com as notícias que a imprensa havia publicado relativamente ao seu filho, acusando-o de ser um terrível bombista sem que alguma tivesse lhe sido apreendida qualquer bomba. Segundo Ester Pereira, o filho havia de facto atentado contra a vida do patrão, mas apenas porque este o difamava, sendo esta o único crime de que o seu filho seria culpado, de entre todos os que a imprensa o acusava.⁷⁰³ Não obstante a publicação das reclamações de Ester Pereira, a imprensa conservadora viria ainda a publicar o suposto cadastro de Pedro Guia, no qual

⁶⁹⁸ BOT, 5-06-1954: 308

⁶⁹⁹ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e *O Século*, 31.5.1925.

⁷⁰⁰ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2236&Itemid=49, consultado a 21.6.2015.

⁷⁰¹ *O Século*, 12.4.1925:2, *A Capital*, 29.5.1925:2 e *A Batalha*, 7.6.1925: 2.

⁷⁰² *O Século*, 29.5.1925:2 e *O Século*, 30.5.1925: 1 e 2, *A Batalha*, 30.5.1925:2 e PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

⁷⁰³ *A Batalha*, 31.5.1925: 1 e *O Século*, 31.5.1925: 8.

constariam quatro prisões por agressão, homicídio e atentados à bomba, além de noticiar, já depois da deportação, que o acusado teria declarado ter participado numa reunião na Associação dos Descarregadores de Mar e Terra, na qual se tinha decidido o atentado a Ferreira do Amaral,⁷⁰⁴ levado a cabo a 15 de Maio e na sequência do qual foram feitas várias detenções, umas sem culpa formada, outras por alegadamente pertencerem à “Legião Vermelha”, organização à qual o atentado foi associada. Em meados de Junho, os jornais voltam a publicar que mais uma vez Ester Pereira se tinha dirigido às edições com documentos comprovando que nenhuma das três prisões de seu filho se devia a acusações de ser bombista.⁷⁰⁵ Actos sem qualquer efeito, já que o mais provável é que Pedro Guia tenha permanecido na Guiné até 1927, data em que foi transferido para Timor, no navio Pêro d’Alenquer. Desembarcados em Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório, rapidamente os deportados foram organizados para que pudessem começar a trabalhar e reconstruir as suas vidas em Timor.⁷⁰⁶ Pedro Guia residia em Díli, local onde assinou um recibo do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente ao mês de Agosto de 1934,⁷⁰⁷ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. Em 1937 era fundidor na FOAG.⁷⁰⁸ Ao tempo da ocupação Japonesa em Timor (1942-45), logo em Março de 1942, numa altura em que a frente de guerra estava já muito complicada para as forças australianas que não tinham forma de comunicar com o exterior, Pedro Guia terá conseguido roubar um aparelho emissor de rádio na estação de Taibessi.⁷⁰⁹ Eventualmente integrou a Brigada Internacional, uma coluna composta por voluntários europeus e soldados australianos, até ter sido evacuado para a Austrália.⁷¹⁰ onde foi alojado em *Bob’s Farm*, juntamente com os restantes refugiados e depois eventualmente transferido para Sidney. Com o final da Guerra, a 27 de Novembro de 1945 embarcava no navio Angola, chegando a Lisboa a 16 de Fevereiro de 1946.⁷¹¹ Dias após a sua chegada, já o seu nome vinha referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa,

⁷⁰⁴ *A Capital*, 6.6.1925: 2 e *O Século*, 2.6.1925: 2.

⁷⁰⁵ *O Século*, 13.6.1925: 4.

⁷⁰⁶ Morna: 1931.

⁷⁰⁷ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

⁷⁰⁸ *BOT*, 17.4.37.

⁷⁰⁹ Carvalho, 2003: 246-250.

⁷¹⁰ Chamberlain, 2010: 12.

⁷¹¹ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

procurando monitorizar os recém chegados ex-deportados.⁷¹² Eventualmente terá regressado a Timor onde formou família, já que atualmente ainda existe quem se lembre de ter andado com os seus filhos na escola.

Raul Honório,⁷¹³ também assinalado com **Cândido Martins** nasceu a 12 de Março



de 1907, em Lisboa. Era filho de João Evangelista Honório e de Feliciano Honório e tinha três irmãs. Durante a sua infância morou com os pais no Largo da Outeirinha da Amendoeira, tendo feito a escola primária na Graça. O pai era fotógrafo de profissão. Honório saiu de casa com apenas 16 anos para trabalhar como vendedor de jornais, marçano e eventualmente manufator de calçado.⁷¹⁴

Foi preso em 1925, na sequência de uma série de rusgas desencadeadas após o atentado a Ferreira do Amaral.⁷¹⁵ Preso a 18 de Maio no Governo Civil, transferido a 21 para a Esquadra do Caminho Novo onde ficou incomunicável,⁷¹⁶ integrou a 29 do mesmo mês o grupo de prisioneiros sociais enviados para o desterro em África,⁷¹⁷ tendo desembarcando em Bolama, na Guiné, a 13 de Junho de 1925.⁷¹⁸ Nos dias seguintes ao atentado várias detenções foram feitas, deixando os calabouços da cidade de Lisboa completamente esgotados. Na sua maioria, os detidos não tinham culpa formada, apenas eram suspeitos de participação nas reuniões de preparação do referido atentado, alegadamente pertencerem à “Legião Vermelha”, ou ainda crimes cuja pena já havia sido cumprida, como foi o caso de Raul Honório, já que ao noticiar a sua prisão, a imprensa conservadora logo o identificou como o autor do assassinato do Agente Araújo, crime ocorrido em 1923. Assim, logo em inícios de Junho, o jornal

⁷¹² ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

⁷¹³ Documentação presente nos Arquivos Nacionais da Austrália mas não consultada por não se encontrar digitalizada: NAA: C123, HONORIO.

⁷¹⁴ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e Entrevista a Lívio Honório, Lisboa, 18.6.2014.

⁷¹⁵ *A Capital*, 18.5.1925: 2, *A Batalha*, 20.5.1925: 1

⁷¹⁶ *A Capital*, 21.5.1925: 2, *A Batalha*, 21.5.1925: 2 e *O Século*, 22.5.1925: 5

⁷¹⁷ *A Capital*, 29.5.1925: 2, *A Batalha*, 30.5.1925: 2 e *O Século*, 30.5.1925: 1 e 2.

⁷¹⁸ PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo.

A Batalha anunciava uma greve geral de 48 horas contras as deportações, publicava uma lista de nomes por quem a organização operária se interessava, defendia e estava lutando, lista que incluía o nome de Honório.⁷¹⁹ *A Batalha* publicava também reclamações escritas por João Honório, manifestando-se pelo desaparecimento de seu filho, que considerava ter sido sequestrado pela polícia e acrescentava que depois do sucedido ao Agente Araújo, o seu filho já tinha cumprido pena e nunca mais tivera qualquer responsabilidade em atentados, encontrando-se já regenerado.⁷²⁰ Medidas sem qualquer efeito, às quais a imprensa conservadora respondeu com a publicação de uma extensa lista com os supostos cadastros dos deportados. Honório contava com cinco prisões, uma por crime de morte e quatro por furto, sendo que jornal *A Capital*, acrescentava ainda que a arma que matara o Agente Araújo, tinha sido fornecida pela “Legião Vermelha” e que tinha sido a mesma que matara os juizes do Tribunal de Defesa Social.⁷²¹ Nada se resolveu a nível oficial, pelo que Honório viria a fugir da Guiné para Hamburgo e depois para o Porto onde voltou a ser preso, a 26 de Agosto de 1926. Foi novamente reencaminhado para Lisboa⁷²² até que a 14 de Abril de 1927, saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁷²³ O navio passou por Cabo Verde e pela Guiné, locais onde foram desembarcados alguns homens e embarcados outros, onde Honório reencontrou os seus antigos colegas de deportação e chegou a Timor com cerca de noventa deportados, mais tarde denominados deportados sociais, em Setembro do mesmo ano. Todos foi desembarcados em Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório e rapidamente foram organizados para que pudessem começar a trabalhar e reconstruir as suas vidas em Timor.⁷²⁴ Aí, nos primeiros anos instalou-se em Manufahi mas viria depois para Díli onde trabalhou como assalariado na FOAG e assinou um recibo do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente ao mês de Agosto de 1934 e assinado no dia 31 de Agosto de 1934,⁷²⁵ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. Em meados de 1936, fazia o pedido do aforamento de um terreno em

⁷¹⁹ *A Batalha*, 3.6.1925: 1 e 2, *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 1.

⁷²⁰ *A Batalha*, 30.5.1925: 2, *O Século*, 31.5.1925: 8, *A Batalha*, 2.6.1925: 1.

⁷²¹ *A Capital*, 6.6.1925: 2.

⁷²² Pais, 2012: 85.

⁷²³ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁷²⁴ Morna: 1931.

⁷²⁵ PT/Arquivo particular de Luís Frazão, PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

Motael.⁷²⁶ Honório teve quatro filhas: Irene (1929), Margarida, (1932), Lúcia (1936) e Maria Alice (1937) de uma primeira mulher, entretanto falecida. Depois disso, começou a trabalhar como capataz nas plantações de café da SAPT, mudando-se para a área de *Fatu-Bessi*, em Ermera, onde viria a conhecer a filha de um comerciante natural de Macau, Celeste Florindo Marques (1919 – 2006) com quem viria a casar e ter o seu último filho, Lívio Honório, nascido a 29 de Junho de 1942. Os padrinhos de casamento foram Jaime de Carvalho, director da SAPT e Carlos Cal Brandão, também deportado. Segundo a família, à data da ocupação Japonesa de Timor (1942-45) estava a ser construída em *Fatu-bessi* uma casa em alvenaria, onde era suposto a família vir a viver. Casa essa que acabou por nunca ficar concluída, tendo sido totalmente destruída com a guerra. Ao trabalhar para a SAPT, companhia que ao longo dos anos tinha vindo a incorporar capitais japoneses, Honório contactava diariamente com funcionários japoneses. Mais tarde, viria a descobrir que eram na realidade informantes secretos ao serviço do exército nipónico. Uma vez que trabalhavam no mesmo local, era comum o convívio entre todos. Segundo Lívio Honório, ainda antes da ocupação, durante um jogo de cartas, um desses tais informantes terá dito a Honório para agarrar na sua família e fugir de Timor.⁷²⁷ Ao contrário da ocupação pacífica que havia sido prometida pelas autoridades Japonesas, rapidamente se revelou um rol de roubos e pilhagens a casas, meios de transporte, géneros, assassinatos, violações, torturas, etc... tanto à população civil como à Administração Portuguesa. Para além disso, os japoneses foram também responsáveis pela formação das colunas negras e pela instigação de várias revoltas contra a Administração Portuguesa, pelo que vários europeus, voluntariamente, incorporaram colunas e juntamente com arraiais, correram a suprimir rebeliões nas regiões da fronteira de Timor Holandês. Honório integrou a coluna do Sargento António Joaquim Vicente.⁷²⁸ Segundo o Governador Ferreira de Carvalho, quando saiu a ordem para todos os europeus se concentrarem na região de Liquiçá, Honório foi o principal elemento a opor-se e a convencer a restante população a não o fazer, já então, era elemento de ligação entre os europeus e os australianos. Em finais de Outubro, na SAPT, em *Fatu-Bessi*, possuindo uma chave cuja existência era desconhecida, Honório abriu o local onde havia armamento e dinheiro destinados ao

⁷²⁶ Ribeiro, 1934, PT/Arquivo particular de Luís Frazão, *BOT*, 25.7.1936 e *BOT*, 1.8.1936.

⁷²⁷ Entrevista a Lívio Honório, Lisboa, 18.6.2014.

⁷²⁸ Carvalho, 1972: 46 e Liberato, s.d.

Tenente Liberato e entregou tudo a alguns europeus que fugiram para Talo, local onde se viria a organizar as evacuações.⁷²⁹ Na realidade, receando as possíveis consequências da concentração, várias famílias decidiram refugiar-se nas montanhas e fugir para a Costa Sul de onde viria a ser feita a evacuação para a Austrália. Contamos a família que uma das filhas mais velhas ainda se lembra bem de estar no alpendre de casa e ver uma coluna do exército japonês a descer a montanha, em direção à casa onde a família vivia. Também Lívio, o filho mais novo nos conta um episódio ocorrido durante a fuga. A certa altura perdeu-se de sua mãe e ficou apenas com uma das irmãs e que esta, ao pressentir a aproximação dos japoneses, escondeu Lívio no buraco de uma árvore e este ali ficou em silêncio durante algumas horas, até a irmã se sentir segura a vir buscá-lo. A família foi evacuada para a Austrália em finais de 1942, mas Honório ficou em Timor, incorporado no exército australiano. Na realidade, bons conhecedores do terreno, o grupo de europeus e timorenses que o fez foi fundamental para que este conseguisse resistir durante tanto tempo, com tão poucas baixas e perante um inimigo em tamanha superioridade numérica. A família só se viria a reunir mais tarde, já em *Bob's Farm* onde os refugiados ficaram acomodados. Segundo a família, Honório chegou muito magro e com uma grande barba, pelo que nem a mulher o reconheceu. Não sabemos precisar a data mas assumimos que tivesse sido antes de 12 de Maio de 1943, data em que o filho Lívio era baptizado, evento ao qual Raul assistiu.⁷³⁰ Já em 1944, a família seria acomodada em Narrabri, numa casa paga pelo Governo Português e em Novembro de 1945, partiria no navio Angola, rumo a Portugal.⁷³¹ Aquando da chegada a Lisboa, cerca de 235 repatriados ficaram alojados na colónia de férias da FNAT na Costa da Caparica, local onde foi montado um campo para albergar todos os recém-chegados, que depois de uma ausência de mais de vinte anos, não tinham para onde ir.⁷³² Dias após a sua chegada, já o seu nome vinha referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa, procurando monitorizar os recém chegados ex-deportados.⁷³³ Ao longo das semanas seguintes, as famílias foram tentando sair da FNAT e reorganizar as suas vidas. No caso da família Honório, após a saída da

⁷²⁹ Carvalho, 2003: 433.

⁷³⁰ Entrevista a Lívio Honório, Lisboa, 18.6.2014 e Laborinho, 1944: 481.

⁷³¹ Chamberlain, 2010: Anexo D, p.5.

⁷³² *Diário de Lisboa*, 15.2.1946 e *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

⁷³³ ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

FNAT, esteve uns tempos em Algueirão, até que surgiu novamente a oportunidade de regressar a Timor. Imediatamente se decidiu o regresso, arrumando-se as malas no fundo do porão, pois Timor era o último porto do caminho traçado para o navio. Na escala em Lourenço Marques, Honório cruzou-se com o antigo colega de deportação Grácio Ribeiro (amnistiado em 1932) que o apresentou a Paulino Santos Gil. Entre vários outros negócios, este era também proprietário de uma serração, para onde propôs que Honório fosse exercer a função de capataz. Assim, a família acabou por ficar em Lourenço Marques apenas com a roupa que tinham na bagagem de mão. Tudo o que se encontrava no fundo do porão, seguiu para Timor. Durante esta sua estadia em Moçambique, Raul Honório separou-se de Celeste. Ficaria a tomar conta da serração até 1960, data em que regressou a Portugal para acompanhar a entrada do filho mais novo entra no Instituto Superior Técnico, em Lisboa. Morreu em Portugal a 13 de Dezembro de 1976.⁷³⁴

⁷³⁴ Entrevista a Lívio Honório, Lisboa, 18.6.2014.

d) Deportados transferidos do Funchal para Lisboa e depois para Timor (1927)⁷³⁵

António Francisco dos Santos. As informações encontradas relativamente a este nome são escassas. Desconhecemos a data ou a causa da sua detenção, apenas que foi categorizado pelas autoridades como “sindicalista” e que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal, na ilha da Madeira que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor, onde viria a morrer vítima de tuberculose.⁷³⁶

António Francisco Serra. As informações encontradas relativamente a este nome são escassas. Desconhecemos a data ou a causa da sua detenção, apenas que foi categorizado pelas autoridades como “sindicalista” e que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal, na ilha da Madeira que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁷³⁷ Ainda antes da ocupação japonesa (1942-45) tornara-se 2º cabo, sendo esta a última referência encontrada a este nome.⁷³⁸

António Teixeira, o António Ilhéu. As referências encontradas com este nome foram



escassas. Integrados no espólio do Arquivo Histórico Social, depositado na Biblioteca Nacional em Lisboa, estão quatro postais enviados por António Teixeira a José Carlos Nunes.⁷³⁹ Em data desconhecida e sem que se compreenda a razão foi deportado para o Funchal, na ilha da Madeira e em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal que saía da cadeia de

⁷³⁵ Dos que viriam a ser enviados para Timor, foram deportados para o Funchal 19, 6 dos quais incluídos na relação dos enviados para África, ou seja nesta relação estão as biografias de 13 homens.

⁷³⁶ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e AHS, Caixa 109, sem tem nº de capilha com uma carta, (4p.).

⁷³⁷ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁷³⁸ PT/AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

⁷³⁹ PT/AHS, Caixa 98, 2718, mc 590.

Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁷⁴⁰ Da sua vida em Timor, encontramos uma contribuição feita em seu nome a partir Lautém, a favor do Sanatório para Sargentos Tuberculosos do Exército de Terra e Mar⁷⁴¹ e dois recibos do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referentes aos meses de Julho e de Agosto de 1934, assinados em seu nome nos dias 31 de Julho e 31 de Agosto de 1934, também em Lautém, área onde deverá ter vivido pois era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Ambos os recibos foram assinados por Raul Honório e José Gordinho a rogo de António Teixeira.⁷⁴² Datada de Janeiro de 1936, existe a informação que a PVDE não levantava qualquer inconveniente ao regresso de António Teixeira à Madeira, de onde era natural.⁷⁴³ Sabemos contudo que tal não se verificou. Teixeira permaneceu em Timor, tendo sido assassinado em Lautém pelas Colunas Negras, em Novembro de 1942.⁷⁴⁴

Calisto Gonçalves Pinto da Silva. As informações encontradas relativamente a este nome são escassas. Desconhecemos a data ou a causa da sua detenção, apenas que foi categorizado pelas autoridades como “sindicalista” e que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal, na ilha da Madeira que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁷⁴⁵ Regressou à Metrópole a 13.4.1928.⁷⁴⁶

Eurico Lino Gonçalves Marques de Oliveira. As informações encontradas relativamente a este nome são escassas. Desconhecemos a data ou a causa da sua detenção, apenas que foi categorizado pelas autoridades como “sindicalista” e que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal, na ilha da Madeira que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁷⁴⁷ Regressou à Metrópole a 11.5.1928.⁷⁴⁸

⁷⁴⁰ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁷⁴¹ BOT, 28.09.1929.

⁷⁴² PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

⁷⁴³ PT/ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 475, [pt. 2/107].

⁷⁴⁴ Carvalho, 2003: 457.

⁷⁴⁵ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁷⁴⁶ PT/AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

⁷⁴⁷ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁷⁴⁸ PT/AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

Francisco Fernandes. As informações encontradas relativamente a este nome são escassas. Desconhecemos a data ou a causa da sua detenção, apenas que foi categorizado pelas autoridades como “sindicalista” e que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal, na ilha da Madeira que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁷⁴⁹ Regressou à Metrópole a 13.4.1928.⁷⁵⁰

Francisco Fernandes Camacho. As informações encontradas relativamente a este nome são escassas. Desconhecemos a data ou a causa da sua detenção, apenas que foi categorizado pelas autoridades como “sindicalista” e que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal, na ilha da Madeira que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁷⁵¹ Regressou a 13.4.1928.⁷⁵²

Francisco Ureña Prieto⁷⁵³ nasceu em Huelva, a 26 de Setembro de 1903 e morreu no México.⁷⁵⁴ Era filho de Francisco Ureña Martinez e de



Gabriela Prieto Restoy. As informações encontradas relativamente a este nome são escassas. Foi militar ao serviço da infantaria Espanhola em Marrocos, entre 1921 e 23.⁷⁵⁵ Era empregado de comércio e deu entrada na cadeia portuguesa, por ordem da Polícia Marítima, a 26.2.1927.⁷⁵⁶ Terá estado envolvido nas revoltas reviralthistas de 3 a 7 de Fevereiro de 1927? Desconhecemos a causa da sua detenção, apenas que foi categorizado pelas autoridades como “sindicalista”

e que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal e que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro

⁷⁴⁹ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁷⁵⁰ PT/AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

⁷⁵¹ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁷⁵² AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

⁷⁵³ Fotografia cedida por Francisco Ureña Prieto a 1.11.2015. Existe documentação presente nos Arquivos Nacionais da Austrália mas não consultada por não se encontrar digitalizada: NAA: C123, 21595; NAA 781505: 22; NAA: A367, C80173; NAA: A367, C18000/866; NAA: C329, 745.

⁷⁵⁴ www.geni.com/people/Francisco-Ureña-Prieto/6000000030257522888, consultado a 16.2.2015.

⁷⁵⁵ NAA- MP1103/2, N1766.

⁷⁵⁶ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42

d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁷⁵⁷ Foi desembarcado em Aipelo juntamente com todos os deportados desse navio, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório. A partir daqui, rapidamente lhes foram dadas condições para que pudessem começar a trabalhar e reconstruir as suas vidas.⁷⁵⁸ Da sua vida em Timor, embora exista um recibo de deportado “social” datado de Agosto de 1934, em Liquiçá, com a sua assinatura, existe também uma fotografia com a mesma data com a seguinte dedicatória: “recordação pungente do meu desterro na ilha de Ataúro”. É importante ter em conta que Ataúro era normalmente “local de desterro, dentro do desterro”, ou seja, para onde a administração portuguesa enviava com quem se desentendia, pelo que assumimos que em Timor continuaram os conflitos com o Governo. Embora surja a dúvida relativamente às datas, ficam as informações de que Prieto foi mais um dos que esteve desterrado em Ataúro e que residiu em Liquiçá, já que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. O recibo encontra-se rasurado, indicando ter recebido 4,91\$, em vez das supostas 50 patacas.⁷⁵⁹ Em Timor, Prieto manteve relacionamentos com duas mulheres: Maria Beta, timorense (filha de *Mau Leto* e de *Beta Lau*) com quem teve os seguintes filhos: Gabriela Ureña Prieto Teixeira da Silva (Ermera, 27.09.28), Hélio Ureña Prieto, (Fohorem, 31.1.1931 – Lisboa, 2008), Germinal Ureña Prieto (1933 – México, 2015), Florial Ureña Prieto e Demófilo Ureña Prieto; e ainda, Alice da Silva de Ureña, timorense (03.10.1923) com quem teve os seguintes filhos: Dora Ureña Prieto da Silva e Liberto Ureña Prieto da Silva.⁷⁶⁰ Os dois filhos mais velhos, Gabriela e Hélio, Prieto decidiu enviar para a Metrópole ainda muito pequenos. Segundo informação manuscrita numa fotografia enviada por Prieto aos filhos, ambos eram afilhados dos também deportados Álvaro Damas e Joaquim Luís Carraquico. Informações interessantes porque nos ajudam a compreender os círculos de amizade do grupo em estudo. Com a ocupação japonesa de Timor (1942-45), o mais provável é que a sua família tenha sido evacuada para a Austrália em Dezembro de 1942, Alice da Silva mais quatro dependentes (Auréola, Demófala, Alberto e Germinal), tendo Prieto ficado ainda em Timor. Integrou o exército australiano, lutando pela tática de guerrilha e andando em fuga pelas montanhas. Foi evacuado para a Austrália somente

⁷⁵⁷ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6 e PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁷⁵⁸ Morna: 1931.

⁷⁵⁹ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

⁷⁶⁰ www.geni.com/people/Francisco-Ureña-Prieto/6000000030257522888, consultado a 16.02.2015.

em Agosto de 1943, chegando a *Bob's Farm*, local onde ficaram alojados grande parte dos refugiados e onde estaria a sua família, mas rapidamente foi enviado para o campo de prisioneiros de Liverpool pelas suas convicções políticas viradas à esquerda. Em Março de 1944 foi solto de Liverpool e transferido para Singleton, onde ficou com a sua liberdade restrita aos limites de uma propriedade denominada *Minimbah* e tendo a sua correspondência de ser submetida a censura.⁷⁶¹ No final da Guerra, embarcou com a sua família no navio Angola rumo à Metrópole, onde chegou em meados de Fevereiro. Dias após a sua chegada, já o seu nome vinha referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa que procurava monitorizar os recém chegados ex-deportados.⁷⁶² A família Prieto ficou em Portugal apenas alguns meses. Em Abril de 1947, já Alice da Silva Ureña desembarcava em Vera Cruz, no México, tendo sido registada no serviço nacional de estrangeiros.⁷⁶³

João Abílio Ferreira, As informações encontradas relativamente a este nome são escassas. Desconhecemos a data ou a causa da sua detenção, apenas que foi categorizado pelas autoridades como “sindicalista” e que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal, na ilha da Madeira que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁷⁶⁴

João de Sousa, As informações encontradas relativamente a este nome são escassas. Desconhecemos a data ou a causa da sua detenção, apenas que foi categorizado pelas autoridades como “sindicalista” e que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal, na ilha da Madeira que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁷⁶⁵ Regressou à Metrópole a 13.4.1928.⁷⁶⁶

Joaquim Espírito Santo da Mota Vasconcelos. As informações encontradas relativamente a este nome são escassas. Desconhecemos a data ou a causa da sua detenção, apenas que foi categorizado pelas autoridades como “sindicalista” e que em

⁷⁶¹ Chamberlain, 2010: Anexo A, p. 34; Cardoso, 2007: 46 e 110 e Laborinho, 1943: 145 e 484.

⁷⁶² *Jornal de Notícias*, 16.2.1946, ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

⁷⁶³ <http://pares.mcu.es/MovimientosMigratorios/detalle.form?nid=33737>, consultado a 25.6.2015.

⁷⁶⁴ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁷⁶⁵ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁷⁶⁶ PT/AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal, na ilha da Madeira que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁷⁶⁷ Regressou à Metrópole a 13.4.1928.⁷⁶⁸

João Fernandes Lopes. As informações encontradas relativamente a este nome são escassas. Desconhecemos a data ou a causa da sua detenção, apenas que foi categorizado pelas autoridades como “sindicalista” e que em meados de Abril de 1927 era um dos presos recém chegados do Funchal, na ilha da Madeira que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁷⁶⁹

Rodrigo Rodrigues nasceu por volta de 1898. Á data da sua partida para Timor, era



casado, pai de dois filhos, morava na rua dos Sapadores, em Lisboa e era servente de pedreiro de profissão. Segundo a família, Rodrigo chegou a enviar para Lisboa um pedido para trazer a mulher e os filhos para Timor que lhe foi negado. Tinha pelo menos um irmão, Armando Rodrigues, em Lisboa.⁷⁷⁰ A primeira referência encontrada com este nome na imprensa da época, data de Junho de

1925. Após o atentado de 15 de Maio a Ferreira do Amaral, a polícia desencadeou uma série de rusgas na sequência das quais, várias detenções foram feitas, umas sem culpa formada, outras por alegadamente pertencerem à “Legião Vermelha”, a organização à qual o atentado foi associada. Uma dessas rusgas foi feita com o intuito de prender alguns indivíduos sobre quem a polícia tinha sido informada que andavam a ter reuniões secretas. A polícia dirigiu-se ao local mas os indivíduos logo se puseram em fuga. Recebida a informação de que se voltariam a encontrar e o local, a polícia precaveu-se e mandou polícias à paisana antes da hora. Deteve nove indivíduos que aparentemente integravam “um comité tenebroso que guardava seis

⁷⁶⁷ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁷⁶⁸ PT/AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

⁷⁶⁹ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁷⁷⁰ *O Século*, 6.6.1925 e Entrevista a Fernando Rodrigues, Tibar, 13.09.2014.

bombas de grande potência dentro de um galinheiro”⁷⁷¹ e levou-os para a esquadra das Mónicas, depois para o Governo Civil⁷⁷² e eventualmente para o Caminho Novo, onde muitos permaneceram sem culpa formada e incomunicáveis durante vários dias. Rodrigo Rodrigues era um dos indivíduos que integrava este grupo.⁷⁷³ Dias depois da sua prisão era publicado que Rodrigo Rodrigues também havia sido identificado como o responsável por ter escondido uma bomba no Caminho da Quinta dos Peixinhos. A ideia seria outra pessoa levantá-la e lançá-la contra a estação de carros eléctricos no Arco do Cego. Contudo, ele mesmo acabou por ir buscá-la, sem ter havido atentado.⁷⁷⁴ No final do mês de Junho continuava preso e somente em Dezembro foi chamado a prestar declarações ao Tribunal da Boa Hora. Foi condenado por pertencer a uma “associação de malfeitores”, tendo-lhe sido dada a possibilidade de sair sob o pagamento fiança, nem ele nem os restantes condenados o fizeram.⁷⁷⁵ Em data desconhecida e sem compreendermos a razão, terá sido deportado para o Funchal, na ilha da Madeira, integrado num grupo que foi categorizado pelas autoridades como de “sindicalistas”. Em meados de Abril de 1927 regressou a Lisboa, passou umas noite na cadeia de Monsanto, sendo depois embarcado no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁷⁷⁶ O navio passou por Cabo Verde e pela Guiné, locais onde foram desembarcados alguns homens e embarcados outros, chegando finalmente ao seu destino em Setembro. Desembarcados em Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório, rapidamente os deportados foram empregados consoante as suas habilidades.⁷⁷⁷ Em Timor, Rodrigues era azeitador de máquinas de profissão. Iniciou uma relação marital com uma senhora timorense chamada *Bui-Lisse*,⁷⁷⁸ com quem teve dois filhos. Esta senhora viria a morrer por doença, pelo que Rodrigo Rodrigues se voltaria a casar com uma senhora mestiça chamada Georgina da Silva Jorge Rodrigues, filha do Tenente da Silva Jorge (1923), com quem teve mais três filhos: Ernesto Jorge, José Jorge e Fernando Jorge.⁷⁷⁹ Em 1932, Rodrigo Rodrigues residia em Díli e foi o principal suspeito de um incêndio que ocorreu no Palácio do

⁷⁷¹ *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 2.

⁷⁷² *O Século*, 6.6.1925.

⁷⁷³ *A Batalha*, 30.6.1925: 2.

⁷⁷⁴ *O Século*, 10.6.1925: 4.

⁷⁷⁵ *O Século*, 6.6.1925 e *A Batalha*, 30.6.1925: 2 e *A Capital*, 3.12.1925: 2.

⁷⁷⁶ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁷⁷⁷ Morna, 1931.

⁷⁷⁸ Ribeiro, 1934.

⁷⁷⁹ Entrevista a Fernando Rodrigues, Tíbar, 13.09.2014.

Governo. Esteve dez meses preso a aguardar julgamento, no qual foi condenado pelo Juiz do Tribunal de Díli, Raposo Júnior a 20 anos de prisão. Tudo indica que Rodrigues esteve de facto no local do incêndio com duas garrafas de gasolina na mão, no entanto, Grácio Ribeiro, seu advogado de defesa defende que tudo não passou de uma tentativa falhada de Fernandes Costa, membro da Administração, de depor o Governador em funções. Infelizmente, este caso não está bem documentado, pelo que não é possível confirmar a veracidade desta hipótese. Sabemos contudo que quando pediu recurso à relação de Goa, Rodrigues foi ilibado e que Fernandes Costa embarcou para Lisboa repentinamente.⁷⁸⁰ Em 1934 residia em Aileu, local onde assinava o recibo do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente ao mês de Agosto de 1934 e assinado no dia 6 de Setembro de 1934,⁷⁸¹ sendo que era na área do Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Segundo o testemunho do médico José dos Santos Carvalho, na sequência da ocupação japonesa de Timor (1942-1945), em meados de Agosto de 1942 Rodrigo Rodrigues foi amarrado a um posto de eletricidade e espancado, tendo sido salvo por uma patrulha australiana que passava na altura. Depois da recuperação seguiu caminho com o deportado João Fernandes Pinto para Alas e depois para *Fátu-Berliu*, encontrando pelo caminho os deportados Barreto e Albuquerque. Ao chegarem à referida localidade receberam a notícia que o deportado José Faria Braga havia sido morto e os deportados Dionísio Teixeira e Paulo Ferreira espancados violentamente, bem como as respectivas famílias, atrocidades cometidas pelos locais. Assim, Rodrigues logo se voluntariou para integrar a coluna comandada pelo administrador, Dr. Mendes de Almeida, composta por doze europeus, cento e trinta moradores e arraiais de diversos lugares, marchando contra as rebeliões de Maubisse e Turiscaí.⁷⁸² Após a supressão dos revoltosos e sobre a liderança do Tenente Pires, Rodrigues ofereceu-se como soldado voluntário ao serviço do exército australiano, juntamente com os deportados Pedro Guia de Oliveira, Alfredo dos Santos e Arsénio Filipe. Todos participaram ativamente na resistência à ocupação japonesa. Pela táctica de guerra adoptada, a de guerrilha e pela grande desigualdade de forças face ao inimigo, foi necessário que esta coluna tivesse estado sempre em movimento. A uma dada altura a coluna ainda regressou a Díli e atacou a prisão. Já a caminho de Aileu

⁷⁸⁰ Ribeiro, 1934.

⁷⁸¹ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

⁷⁸² Carvalho, 1972: 119.

atacaram uma coluna de soldados japoneses. Lendo alguns testemunhos da época, sabemos que durante esta passagem por Aileu, Rodrigo Rodrigues e os soldados Meira e José Rebelo, prenderam dois chineses. Segundo o Governador Ferreira de Carvalho e o Tenente Liberato, estes dois chineses auxiliavam os japoneses, servindo de intérpretes nas suas transações com os indígenas. Em memórias escritas em 1979, o Padre Francisco Fernandes acrescenta que eram também informantes das forças nipónicas e que se preparavam para lhes entregar dois australianos a quem Rodrigo Rodrigues tinha recentemente ajudado com géneros alimentares e medicamentos. Na sequência disto, Rodrigues e os dois soldados levaram os chineses para o mato e ameaçaram-nos com uma pistola que os entregariam aos australianos, caso continuassem a auxiliar os japoneses. Este acto não correspondeu à política de neutralidade exigida pelas autoridades oficiais portuguesas e, por isso o Governador viu-se obrigado a ordenar a detenção dos três homens. Quando o Tenente Liberato foi a Aileu para o fazer, Rodrigues informou-o que os chineses estavam já em liberdade, mas ainda assim, Liberato viu-se obrigado a detê-lo.⁷⁸³ Rodrigo Rodrigues ficou detido no chamado depósito de degredados à responsabilidade das autoridades portuguesas. Ao ser informado que os japoneses se estavam a preparar para o vir buscar, receando as consequências, auxiliado por locais Rodrigues conseguiu fugir e regressar para junto das forças australianas. De imediato se resolveu a sua evacuação para a Austrália, feita a 10 de Janeiro de 1943.⁷⁸⁴ Já na Austrália, Rodrigues deverá ter ficado alojado em *Bob's Farm* juntamente com os restantes refugiados até ter sido transferido para Narrabri.⁷⁸⁵ No final da Guerra viria a embarcar juntamente com a sua mulher e filho Rodrigo Jorge, aí nascido, no navio Angola.⁷⁸⁶ Ficaria em Díli para não mais sair.⁷⁸⁷

⁷⁸³ Liberato, s.d.: 71. Carvalho 2003: 278. Documentação disponibilizada por Fernando Rodrigues, filho de Rodrigo Rodrigues, Documento 1.

⁷⁸⁴ Cardoso, 2007: 242.

⁷⁸⁵ NAA, security service, 10 de Agosto de 1944

⁷⁸⁶ Chamberlain, 2010: anexo D. P.5.

⁷⁸⁷ Informação enviada por Fernando Rodrigues, mensagem electrónica, 5.10.2013, 1:10.

e) Deportados enviados de Lisboa para Timor (1927)⁷⁸⁸

Adolfo Joaquim de Sousa, filho de Adolfo da Fonseca e de Margarida Ludovina de



Sousa, do Porto.⁷⁸⁹ O seu nome está incluído na lista de presos que em meados de Abril de 1927 saiu da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁷⁹⁰ Não se encontraram mais referências relativamente a este nome.

António da Conceição Pereira, o Vassourinha nasceu a 21 de Janeiro de 1900, em



Lisboa.⁷⁹¹ Era filho de João Maria do Nascimento Pereira e de Adelaide da Conceição Pereira. Era operário da construção civil de profissão, pertenceu às juventudes sindicalistas e era anarquista por convicção.⁷⁹² Não sabemos a data ou a causa da sua prisão, mas sabemos que a 30 de Junho estava integrado num grupo de presos, na esquadra do Caminho Novo, há vários

dias incomunicável e sem culpa formada.⁷⁹³ Em Setembro realizou-se no Tribunal Militar o julgamento do “legionário vermelho” António Pereira, condenado a 4 anos e

⁷⁸⁸ Ao todo chegariam a Timor 90 deportados: 9 inicialmente enviados para Angra que se juntariam a 23 outros a serem enviados para África, dando um total de 32. Em 1927, o Pêro d'Alenquer partia de Lisboa com 58 deportados, 13 dos quais recém-chegados do Funchal. Pelo caminho o navio aportaria em Cabo Verde e na Guiné para desembarcar e embarcar homens, tendo chegado a Timor um total de 90 homens.

⁷⁸⁹ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁷⁹⁰ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁷⁹¹ NAA, A367, C74770.

⁷⁹² PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e Cardoso, 2007: 237 e mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2640&Itemid=49, consultado a 11.6.2015.

⁷⁹³ *A Batalha*, 30.6.1925: 2.

3 meses de degredo,⁷⁹⁴ contudo em Março do ano seguinte volta a ser interrogado no 3º juízo da investigação criminal, recolhendo ao forte de Monsanto.⁷⁹⁵ O seu nome está incluído na lista de presos que em meados de Abril de 1927 saiu da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁷⁹⁶ As informações encontradas relativamente à vida de António Pereira em Timor são que casou com uma senhora timorense chamada Maria Soares Pereira,⁷⁹⁷ embora não tenhamos encontrado registos de que tivessem tido filhos ou dependentes. Era pintor assalariado das obras públicas de profissão, tendo também algumas propriedades.⁷⁹⁸ Em 1933 contribuiu para o monumento ao Dr. António José de Almeida⁷⁹⁹ e em 1934 assinava dois recibos do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referentes ao meses de Julho e Agosto de 1934, assinados nos dias 31 de Julho e 30 de Agosto de 1934, ambos em Díli,⁸⁰⁰ área onde deveria residir pois era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Ao tempo da ocupação japonesa de Timor (1942-1945), integrou a coluna que marchou contra a rebelião de Maubisse. Depois disso andou em fuga pelas montanhas, aguardando a oportunidade de ser evacuado, algo que só veio a acontecer em Agosto de 1943. Maria, sua mulher, já havia sido evacuada em Dezembro de 1942. Chegado à Austrália, ficou em Darwin uns dias, passou depois pelo *Gaythorne Internment Camp* em Brisbane, chegando a Liverpool, em finais de Setembro de 1943.⁸⁰¹ O Tenente Pires havia feito uma lista de elementos a não enviar para *Bob's Farm* argumentando recear que, à chegada ao campo, estes elementos divulgassem informações confidenciais relativamente às posições da resistência em Timor. Proposta tida em conta pelas autoridades australianas que os internaram num campo de prisioneiros em Liverpool, Horta incluído.⁸⁰² Sem entenderem muito bem a razão da sua detenção, várias foram as tentativas protagonizadas pelo grupo detido de denunciar a injustiça sofrida, protestos que incluíram uma greve de fome e o envio de várias cartas a entidades de renome. Somente em Abril de 1944 cessou o

⁷⁹⁴ *Diário de Notícias*, 23.9.1925:5.

⁷⁹⁵ *A Capital*, 19.3.1926: 2.

⁷⁹⁶ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁷⁹⁷ Nascida a 31 de Janeiro de 1920, era filha de António Filomeno Pereira e de Maria Silva, NAA-MP1103/1, NF1795 e NAA- MP1103/2, NF1795.

⁷⁹⁸ Laborinho, 1943: 145-147 e 482.

⁷⁹⁹ *BOT*, 8.4.1933.

⁸⁰⁰ PT/Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁸⁰¹ Chamberlein, 2010, Anexo A, p: 31-33, Cardoso, 2007: 231-232 e NAA- MP1103/1, Q541.

⁸⁰² Cardoso, 2007: 95.

internamento, tendo sido realojado em Tatura onde pôde finalmente reunir-se a sua mulher. Em Agosto, foram ambos transferidos para Singleton.⁸⁰³ Em fins de Março de 1945 integrava um grupo recrutado por Sousa Santos para uma operação em Timor Português (OP STARLING), mas não participou nos treinos. Com o anúncio do fim da guerra, a operação acabou por ser cancelada. Em Novembro de 1945, conforme previsto, o casal embarcava no navio Angola,⁸⁰⁴ embora não saibamos de terá desembarcado em Timor ou se terá viajado até Portugal.

António Gonçalves, o Pirinéu, nascido em 1896 em Lisboa, era filho de Pedro



Gonçalves e de Felicidade Rosa da Conceição.⁸⁰⁵ Pertencia às juventudes sindicalistas e era marceneiro de profissão.⁸⁰⁶ Foi preso a 12 de Junho de 1925 na sequência de uma série de rusgas desencadeadas após o atentado de 15 de Maio ao chefe da polícia, Ferreira do Amaral.⁸⁰⁷ A 30 de Junho encontrava-se preso na Esquadra do Caminho Novo⁸⁰⁸ e a 23 de Setembro, integrado

num grupo de vários acusados de pertencerem à “Legião Vermelha”, foi presente a Tribunal Militar tendo sido condenado a dois anos e oito meses de degredo.⁸⁰⁹ É provável que os réus tenham recorrido, pois a 3 de Dezembro era-lhe anunciada no Tribunal da Boa Hora uma nova pena de prisão, juntamente com outros seis, todos com acusações relacionadas com o atentado a Ferreira do Amaral.⁸¹⁰ Deverá ter permanecido preso até meados de Abril de 1927, data em que saiu da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁸¹¹ Da sua vida naquela Colónia sabemos que casou com uma senhora mestiça chamada Maria Gonçalves, nascida por volta de 1916, com quem teve três

⁸⁰³ NAA- MP1103/1, Q538 e NAA- MP1103/1, NF1795.

⁸⁰⁴ Chamberlain, 2010: Anexo A, p.10.

⁸⁰⁵ Cardoso, 2007: 237 e PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁸⁰⁶ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2337&Itemid=47, consultado a 11 de Junho de 2015.

⁸⁰⁷ *A Batalha*, 12.6.1925: 4.

⁸⁰⁸ *A Batalha*, 30.6.1925: 2.

⁸⁰⁹ *Diário de Notícias*, 23.9.1925: 5.

⁸¹⁰ *A Capital*, 3.12.1925: 2.

⁸¹¹ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

filhos: Pedro (1931), Felicidade (1935) e Joaquim (1938).⁸¹² Encontramos também a sua assinatura em dois recibos de recebimento do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referentes aos meses de Julho e Agosto de 1934, ambos assinados em Liquiçá,⁸¹³ área onde à data deveria residir pois era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Logo no ano seguinte, António Gonçalves, já residente em Díli, requeria o aforamento de um terreno com cerca de 5000 metros quadrados em Taibessi, destinado a construções e culturas pobres não se sabendo se foi ou não concedido. Na sequência da invasão japonesa de Timor (1942-45), foi evacuado com a sua família para a Austrália, sendo que em Agosto de 1944 se encontrava em Armidale. Partiu da Austrália em Novembro de 1945 no navio Angola, tendo chegado a Lisboa, a 16 de Fevereiro e 1946.⁸¹⁴ Dias após a sua chegada, já o seu nome vinha referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa, procurando monitorizar os recém chegados ex-deportados.⁸¹⁵ Segundo o Projecto MOSCA, morreu a 3 de Novembro de 1978.⁸¹⁶

António Luís Júnior, o Vidraça, filho de António Luiz e de Maria Marta, de



Silves.⁸¹⁷ Segundo o jornal *A Capital*, António Luís Júnior terá confessado a sua participação no fabrico e venda de cédulas falsas. Um esquema com vista à obtenção de fundos para a acção directa.⁸¹⁸ De resto, o seu nome está incluído na lista de presos que em meados de Abril de 1927 saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo

⁸¹² Laborinho, 1943: 481.

⁸¹³ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

⁸¹⁴ Jornal de Notícias, 16.2.1946.

⁸¹⁵ PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

⁸¹⁶ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2337&Itemid=47, consultado a 11 de Junho de 2015.

⁸¹⁷ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁸¹⁸ *A Capital*, 23.7.1925: 1.

ao desterro em Timor, onde chegou, desembarcando em Aipelo, em Setembro do mesmo ano.⁸¹⁹



Augusto Victor Martins, filho de Emídio Martins e de Maria de Jesus Martins, de Lisboa.⁸²⁰ O seu nome está incluído na lista de presos desembarcados do navio Pêro d'Alenquer no Forte de Aipelo, em Timor, em Setembro de 1927,⁸²¹ tendo sido esta a última referência encontrada relativamente a este nome.

Carlos Frederico Vasconcelos Bacelar e Sousa, nascido em Lisboa, em 1877, era



filho de Frederico Augusto de Vasconcelos e Sousa e de Maria Madre de Deus Bacelar. Casou com Júlia Parreira (26.09.1887 - 1959) com quem teve um filha, Clotilde Parreira Bacelar (8.3.1920).⁸²² Em 1915 publicava um livro intitulado de “A propósito do roubo do Museu da Sé”. Em Julho de 1925 já se encontrava preso, acusado de fabrico de selos falsos, sendo que os

lucros de venda, segundo a imprensa da época eram forma de angariação de fundos destinados à acção directa.⁸²³ Em Dezembro de 1925, Bacelar e Sousa encontrava-se preso no Governo Civil, tendo sido ouvido no Tribunal da Boa Hora, por alegadamente estar implicado no atentado de 15 de Maio ao chefe da polícia, Ferreira

⁸¹⁹ PT/AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁸²⁰ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁸²¹ PT/AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁸²² PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e pagfam.geneall.net/1020/costados.php?id=1113708, consultado a 13.6.2015.

⁸²³ *A Capital*, 23.7.1925: 1.

do Amaral.⁸²⁴ Deverá ter permanecido preso até meados de Abril de 1927, data em que saiu da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁸²⁵ Da sua vida em Timor, sabemos que era amigo do Coronel Dias Antunes e que residia em Díli,⁸²⁶ embora provavelmente tivesse outras propriedades, já que em 1936 anunciava a venda de dois quintais com casas de habitação, uma em Díli e outra em Viqueque.⁸²⁷ De resto, encontrámos várias referências relativamente à sua vida profissional, até 1937, data em que lhe perdemos o rasto, pondo em hipótese ter regressado à metrópole. Logo em Outubro de 1927 e novamente em Fevereiro de 1928, Carlos publica no *Boletim Oficial de Timor* anunciando-se como Professor privado.⁸²⁸ Em Setembro de 1930 e em Julho de 1933 prestava serviços como encarregado da escrituração assalariado (120\$00) na repartição dos serviços agrícolas, florestais e de pecuária⁸²⁹ e em Julho de 1934 iniciava as mesmas funções, trocando o empregador. Trabalhará na FOAG.⁸³⁰ Em Maio de 1937 anunciava aceitar leccionar em sua casa, em Bidau, contabilidade e escrituração comercial diagráfica, sendo esta a última referencia encontrada com o seu nome na Colónia.⁸³¹

Celso Pinto Marques dos Santos, natural de Tábua, distrito de Coimbra, era filho de



Francisco Pinto Marques dos Santos e de Amélia dos Santos⁸³² e era apontador de profissão.⁸³³ Após o atentado de 15 de Maio de 1925 ao Chefe da Polícia, Ferreira do Amaral, foram feitas uma série de rusgas com o intuito de suprimir de uma vez por todas qualquer oposição protagonizada por operários. Em consequência, Celso viria a ser preso em Julho desse mesmo ano,

⁸²⁴ *A Capital*, 2.12.1925: 2.

⁸²⁵ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁸²⁶ Ribeiro, 1934 e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁸²⁷ *BOT*, 9.5.1936.

⁸²⁸ *BOT*, 22.10.1927 e *BOT*, 18.2.1928.

⁸²⁹ *BOT*, 23.9.1930 e *BOT*, 8.7.1933.

⁸³⁰ *BOT*, 11.9.1934.

⁸³¹ *BOT*, 20.5.1937.

⁸³² PT/AHD/MNE/SE/2.3^ap/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁸³³ Policarpo, 2003.

acusado de passar notas falsas e pertencer à “Legião Vermelha”.⁸³⁴ Só em Dezembro de 1925 voltamos a encontrar notícias com o seu nome, altura em que foi ouvido no Tribunal da Boa Hora, recolhendo ao Governo Civil,⁸³⁵ e depois eventualmente transferido para a cadeia de Monsanto onde terá permanecido até meados de Abril de 1927, altura em que saiu para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁸³⁶ Da sua vida naquela colónia, sabemos que passou uma temporada em Ataúro,⁸³⁷ depois de ter denunciado a morte de *Bela Kun*, com quem estivera preso em Batugadé. Em 1935, numa troca de correspondência entre o Ministério do Interior e o Governador, este último questiona o Governo central se certos deportados, Celso incluído, se encontram em pleno direito de gozo de exercícios dos seus direitos políticos. A resposta adianta apenas que o deportado se encontra em Timor com residência obrigatória.⁸³⁸ Durante a ocupação japonesa (1942-45), Marques dos Santos esteve na zona de concentração de europeus, em Liquiçá.⁸³⁹ Terminada a guerra, encontramos o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Conselho, para que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.⁸⁴⁰ Pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados e assim, no final da guerra, Marques dos Santos embarcou no navio Angola rumo a Portugal, chegando a Lisboa a 16 de Fevereiro de 1946.⁸⁴¹ Logo na semana seguinte, já a PIDE procurava monitorizar os recém chegados ex-deportados, pelo que também o seu nome é referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa,⁸⁴² sendo esta é a última referencia encontrada com este nome.

⁸³⁴ *A Capital*, 10.7.1925: 2.

⁸³⁵ *A Capital*, 2.12.1925: 2.

⁸³⁶ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁸³⁷ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁸³⁸ PT/ANTT/Ministério do interior, Gabinete do ministro, Mç 474, Pt.25/5.

⁸³⁹ Cardoso, 2007: 238.

⁸⁴⁰ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

⁸⁴¹ Carvalho, 2003: 766 e *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

⁸⁴² PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

Francisco da Silva Gomes, o Chico Belezas, filho de António Silva Gomes e de



Tereza de Jesus, de Lisboa, serralheiro civil de profissão.⁸⁴³ Depositadas no Arquivo de História Social na Biblioteca Nacional está uma fotografia com a seguinte legenda “Francisco Gomes, serralheiro civil de Lisboa. Pertencia às Juventudes Sindicalistas, deportado e falecido em Timor”⁸⁴⁴, e ainda, uma carta datada de 1 de Outubro de 1930, escrita em Timor por um grupo de

deportados à redação do jornal *A Batalha*, entre outros assuntos, dando conta que os deportados José Abrantes Castanheira, Francisco da Silva Gomes e António Francisco dos Santos faleceram, vítimas de tuberculose e das terríveis condições que os deportados têm vivido em Timor.⁸⁴⁵

Francisco Ramos da Graça nasceu em 1904, em Lisboa, era filho de Justino Maria



da Graça e de Maria Ramos do Patrocínio. Era torneiro de metais de profissão e residia na rua Castelo Branco Saraiva, em Lisboa.⁸⁴⁶ Ao verificarmos o registo de sócios das juventudes sindicalistas no Arquivo Histórico Social, depositado na Biblioteca Nacional em Lisboa, sabemos também que Francisco era sócio na Federação das Juventudes sindicalistas, já que há cotas pagas em seu nome.⁸⁴⁷ A

primeira referência encontrada com este nome na imprensa da época data de Junho de 1925. Na sequência do atentado de 15 de Maio a Ferreira do Amaral, a polícia desencadeou uma série de rusgas, uma das quais com a intenção de prender alguns

⁸⁴³ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2189&Itemid=47, consultado a 30.5.2015, PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I, Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁸⁴⁴ PT/AHS, Caixa 110.

⁸⁴⁵ PT/AHS, Caixa 109, sem tem nº de capilha com uma carta, (4p.).

⁸⁴⁶ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e *O Século*, 6.6.1925.

⁸⁴⁷ PT/AHS, Caixa 95, 4503, mc 112.

indivíduos sobre quem a polícia tinha sido informada que andavam a ter reuniões clandestinas, pelo que a polícia se dirigiu ao local, embora os indivíduos logo se tivessem posto em fuga. Recebida a informação de que se voltariam a encontrar e o local, a polícia precaveu-se, mandou polícias à paisana antes da hora e deteve nove indivíduos que aparentemente integravam “um comité tenebroso que guardava seis bombas de grande potência dentro de um galinheiro”.⁸⁴⁸ Foram levados para a Esquadra das Mónicas, passaram pelo Governo Civil. Eventualmente Graça viria ainda a ser transferido para a Esquadra do Caminho Novo, local onde se encontrava no final do mês.⁸⁴⁹ Em Dezembro, integrado num grupo acusado de pertencer a uma associação de malfeitores, Graça foi chamado a prestar declarações na Boa Hora, tendo-lhe sido dada a possibilidade de sair sob o pagamento fiança. Nenhum dos acusados o fez.⁸⁵⁰ Eventualmente Francisco terá sido transferido para a Cadeia do Monsanto, já que foi daí que assinou três cartas dirigidas ao Sindicato Único das Classes Metalúrgicas, hoje depositadas no Arquivo Histórico Social. Nestas cartas, um grupo de prisioneiros discutia assuntos relacionados com as ajudas de solidariedade aos presos sociais, denominação então usada para referir os homens que haviam sido presos por questões relacionadas com a luta por melhores condições de vida e trabalho para os operários.⁸⁵¹ Permaneceu até Abril de 1927, data em que foi embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁸⁵² Logo no início dos anos 30, Graça residia em Aileu, onde observava diariamente o trabalho forçado e não remunerado imposto aos locais na construção de estradas. Ao escrever a Raul dos Santos denunciando esta situação, acabaram ambos por ser presos novamente, agora em Batugadé. Devido às más condições e à insuficiente alimentação, rapidamente a saúde dos dois se degradou, tendo-lhes valido Albertino Castanheira que lá foi e ia subornando os locais para lhes darem carne seca. A situação foi reportada por um enfermeiro enviado pelo Coronel médico Tavares, pelo que Raul dos Santos foi levado para o Hospital em Díli e Ramos Graça foi solto.⁸⁵³ Em 1934 e 1935 residiu na circunscrição civil do Suro, no posto de Same, local onde assinou o recebimento do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas,

⁸⁴⁸ *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 2.

⁸⁴⁹ *O Século*, 6.6.1925, *A Batalha*, 10.6.1925: 1 e *A Batalha*, 30.6.1925: 2.

⁸⁵⁰ *A Capital*, 3.12.1925: 2.

⁸⁵¹ PT/AHS, Caixa 109, 2649, mç 1017 e mç 1019.

⁸⁵² *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁸⁵³ Rodrigues, 1982: 275-284.

referente a esse mesmo mês,⁸⁵⁴ sendo que era na área do Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. À data de ocupação japonesa de Timor (1942-1945), Ramos Graça havia-se mudado recentemente para o Remexio. Segundo Cal Brandão, residia “numa palhota onde levava uma vida de trabalho honrado (...) rodeado dum grupo de crianças que eram seus filhos”. Segundo o Dr. Custódio Noronha, delegado do Procurador da República da Comarca de Díli, Ramos Graça “era um homem pacato, alheio a todas as intrigas, que propositadamente se recolhera com a família para o Remexio, para não se envolver num esquema que um grupo de deportados planeava contra alguns funcionários considerados por eles adeptos dos japoneses. 11 de Maio de 1942 foi a data da primeira incursão dos japoneses ao Remexio. Timor ficara completamente isolado e sem contacto com o exterior dias antes, pelo que a atitude dos japoneses estava a ficar mais agressiva. Iam a subir a encosta vindos de Díli e tinham sido atacados por tropas australianas, pelo que quando se aproximaram, já numa atitude de vingança, de forma muito violenta, com cães de ataque e incendiando casas. Ao questionarem Graça se havia australianos na zona, este respondeu que não, embora tivesse estado a falar com eles momentos antes. Na realidade os australianos estavam na povoação e tinham-se escondido ao verem a coluna dos japoneses aproximar-se. Quando estes já se afastavam, os australianos atacaram-nos novamente com rajadas de metralhadoras, pelo que as tropas nipónicas voltaram para trás, entraram em casa de Francisco Ramos Graça e mataram-no a si e à sua família com baionetas. Depois, passaram-lhe uma corda ao pescoço e lançaram-no de uma ravina onde viria a ser encontrado dias depois.”⁸⁵⁵

⁸⁵⁴ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

⁸⁵⁵ Brandão, 1946: 73, Carvalho, 2003: 227 e Laborinho, 1943: 63 e 194.

Hilário Gonçalves⁸⁵⁶ nasceu em 1907, em Lisboa e era filho de Francisco Gonçalves



e de Maria d'Anunciação. Serralheiro e descarregador de profissão, pertenceu às juventudes sindicalistas.⁸⁵⁷ Preso em 1924 por estar implicado no atentado contra o industrial Carlos Reis,⁸⁵⁸ voltaria a ser preso em Alcântara em meados de Junho do ano seguinte, no âmbito das investigações do atentado de 15 de Maio a Ferreira do Amaral. Foi acusado de pertencer “ao grupo de

comunistas que actuavam por acção directa, de juntamente com o *Avante* e *Bela Kun*, ter planeado assaltar a sede da CGT por esta organização não ter apoiado os operários deportados para Angra” (finais de Abril de 1925) e ainda de ter estado envolvido no atentado ao Chefe da Polícia.⁸⁵⁹ Preso inicialmente no Governo Civil, viria a ser transferido para a Esquadra do Caminho Novo onde permaneceu até inícios de Dezembro, data da sua audiência no Tribunal da Boa Hora.⁸⁶⁰ Terá muito provavelmente sido condenado e ficado preso na cadeia de Monsanto, até meados de Abril de 1927, data em que foi embarcado no navio Pêro d'Alenquer, em Belém, rumo ao desterro em Timor.⁸⁶¹ Da sua vida em Timor, sabemos que manteve uma relação marital com uma senhora timorense chamada Fernanda, que adoptou apelido de Gonçalves (cerca de 1909). O casal teve pelo menos uma filha, de nome Maria, nascida por volta de 1940.⁸⁶² De resto, sabemos que tinha a sua residência fixada no Posto de Viqueque, então pertencente à circunscrição civil de Baucau, local onde assinava um recibo de subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas,⁸⁶³ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. Na sequência da invasão japonesa de Timor (1942-45), juntou-se aos

⁸⁵⁶ Publicada a fotografia de Hilário Gonçalves no jornal *A Batalha*, nº37, 09.1982. O seu processo na PIDE: PT/ANTT, PIDE-procº2508/PSE.

⁸⁵⁷ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁸⁵⁸ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2193&Itemid=47, consultado a 22 de Junho de 2015

⁸⁵⁹ *O Século*, 12.6.1925: 5 e *A Capital*, 15.6.1925: 2.

⁸⁶⁰ *A Batalha*, 16.6.1925:2, *A Batalha*, 30.6.1925:2, *A Capital*, 2.12.1925:2.

⁸⁶¹ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6.

⁸⁶² Laborinho, 1944: 484.

⁸⁶³ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

soldados australianos e andou em fuga pelas montanhas, tentando resistir à ocupação pela tática de guerrilha. A partir de Janeiro, juntamente com o deportado Cal Brandão e outros europeus, Hilário ficaria no grupo de homens encarregue do rádio. Dada a fragilidade do grupo face à força do inimigo, a partir desta altura e até à evacuação, este grupo opta por uma atitude mais resguardada, tentando evitar confrontos até ser evacuado para a Austrália, a 3 de Agosto de 1943.⁸⁶⁴ Deverá ter ficado alojado em *Bob's Farm*, sempre integrado nas forças militares australianas, tendo sido dispensado apenas em Dezembro de 1944. Em Outubro de 1944 esteve internado no Hospital e a 27 de Novembro de 1945 embarcava no navio Angola, com a sua família,⁸⁶⁵ rumo a Timor, onde permaneceu o resto da sua vida, a trabalhar nas obras públicas.⁸⁶⁶

Jacinto Estrela⁸⁶⁷ nasceu em Lisboa, a 17 de Março de 1908. Era filho de António



Inácio Estrela e de Maria Augusta, ambos naturais de Ferreira do Zêzere⁸⁶⁸ e era barbeiro de profissão. Provavelmente seria familiar de Joaquim Estrela, tesoureiro do Núcleo das Juventudes Sindicalistas de Lisboa que morreu em Dezembro de 1921, na sequência da explosão de uma bomba no núcleo central das JS. Joaquim Estrela era um dos membros que ali se encontrava a fabricar bombas depois do General

Gomes da Costa, com intenções de protagonizar um golpe militar, ter pedido auxílio às juventudes sindicalistas, tendo uma das bombas rebentado e causado três mortes e alguns feridos.⁸⁶⁹ Desconhecemos a causa exata da prisão de Jacinto Estrela mas sabemos que foi preso a 9 de Outubro de 1925,⁸⁷⁰ provavelmente na sequência de uma série de rusgas feitas após o atentado ao Comandante da Polícia, Ferreira do Amaral,

⁸⁶⁴ Brandão, 1946: 130.

⁸⁶⁵ Brandão, 1946:130 e Chamberlain, 2010: Anexo A, p.35.

⁸⁶⁶ Entrevista a Rosa Ramos-Horta Carrascalão, Dili a 26.4.2014.

⁸⁶⁷ Nos Arquivos nacionais de Austrália existe ainda documentação não digitalizada e por isso mesmo não consultada, referente a este nome: NAA, A367, C75692: "Jacinta ESTRELA and family, wife Domingas [nee Rodriguez] and children Jacquim, Franzalinda, Alice, Fernando and Domingas - Internment file [27pp]".

⁸⁶⁸ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁸⁶⁹ PT/AHS, Caixa 97, 3920, mc 535-A e Rodrigues, 1982: 275-278.

⁸⁷⁰ Cardoso, 2007: 239.

ocorrido a 15 de Maio de 1925. Muito provavelmente terá permanecido preso até meados de Abril de 1927, data em que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁸⁷¹ Logo no final do ano, já inaugurava a sua barbearia, em Díli.⁸⁷² No livro, *Ocupação e Colonização Branca de Timor*, o Governador Teófilo Duarte refere o desafio que foi a abertura de uma barbearia, provavelmente esta. Conta-nos que inicialmente a loja passou por grandes dificuldades porque a população receava que o barbeiro, deportado social, cortasse algum pescoço. Acrescenta o autor, que foi necessário a população local vê-lo frequentar a barbearia e constatarem que o Governador continuava vivo e de boa saúde, para que acessem a frequentá-la também.⁸⁷³ Datados de Julho e Agosto de 1934, foram encontrados dois recibos do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, assinados por Jacinto Estrela em Díli,⁸⁷⁴ complementando o orçamento mensal dos proveitos da barbearia e outros negócios que tinha. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, encontra-se depositada uma ordem de arquivamento do processo de um pedido apresentado pelo deportado Jacinto Estrela para ser transferido para Macau em Julho de 1935.⁸⁷⁵ Dentro do processo estaria a carta apresentada por Estrela justificando o seu pedido, mas infelizmente não se encontra incluída no maço.⁸⁷⁶ Em Abril de 1935, tinha a sua residência fixada em Lautém.⁸⁷⁷ A nível familiar, Jacinto Estrela constituiu família em Timor. Em 1930 nascia o seu primeiro filho, José Augusto Estrela, de mãe timorense. Em 1933 Jacinto enviaria o filho para Lisboa, onde ficou entregue a um tio que tinha uma barbearia no Bairro Alto.⁸⁷⁸ Posteriormente iniciaria uma relação marital com uma senhora timorense chamada Domingas Rodriguez, prima da mãe do seu primeiro filho, com quem teve quatro filhos: Fernando (15.10.1935-1994), Franzalinda (13.9.1936), Alice (22.1.1939) e Joaquim (8.8.1940).⁸⁷⁹ Ao tempo da ocupação japonesa de Timor (1942-45), Estrela integrou uma coluna de voluntários enviada para suprimir uma rebelião em Maubisse. Depois disso, dada a ordem a todos os europeus para que se

⁸⁷¹ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁸⁷² *BOT*, 17.12.27.

⁸⁷³ Duarte, 1944: 136.

⁸⁷⁴ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

⁸⁷⁵ Ofício nº4826/935, procº68, doc. 43 de 27 de Junho de 1935 PIDE.

⁸⁷⁶ PT/ANTT/Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 475, [pt.2/58].

⁸⁷⁷ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁸⁷⁸ Informação concedida por Sónia Estrela, via Facebook a 17 de Julho de 2015.

⁸⁷⁹ Nascida a 20.3.1913, filha de Luiz Rodriguez e de Claudina. NAA- MP1103/2, NF1774 e Laborinho, 1943: 142 e 483.

reunissem na zona de concentração em Liquiçá, Estrela decidiu-se a incorporar as forças australianas, lutando pela tática de guerrilha e andando em fuga pelas montanhas durante cerca de dez meses, até ser evacuado para a Austrália, em Agosto de 1943.⁸⁸⁰ A família já havia sido evacuada em Dezembro de 1942.⁸⁸¹ À chegada, ficou em Darwin algum tempo, passou depois pelo *Gaythorne Internment Camp* em Brisbane, chegando a Liverpool, em finais de Setembro de 1943.⁸⁸² O Tenente Pires havia feito uma lista de elementos a não enviar para *Bob's Farm* argumentando recear que, à chegada ao campo, estes elementos divulgassem informações confidenciais relativamente às posições da resistência em Timor. Proposta tida em conta pelas autoridades australianas que os internaram num campo de prisioneiros em Liverpool, Estrela incluído.⁸⁸³ Somente em Abril de 1944, é que cessou o internamento com a sua partida para Tatura e depois para Singleton, onde finalmente se reuniu com a sua família, embora ficando confinados aos limites de uma propriedade denominada de *Minnibah* e devendo a sua correspondência ser submetida a censura. Com o final da Guerra, em Novembro de 1945 partiu, conforme previsto, com a sua família no navio *Angola*,⁸⁸⁴ tendo chegado a Lisboa a 16 de Fevereiro de 1946.⁸⁸⁵ Dias após a sua chegada, já o seu nome vinha referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa, procurando monitorizar os recém chegados ex-deportados,⁸⁸⁶ tendo sido esta a última referência encontrada ao seu nome.

⁸⁸⁰ NAA- MP1103/2, Q541

⁸⁸¹ NAA- MP1103/2, NF1774.

⁸⁸² NAA- MP1103/1, Q541.

⁸⁸³ Cardoso, 2007: 95.

⁸⁸⁴ Chamberlain, 2010: Anexo A, 35 e Laborinho, 1943:145.

⁸⁸⁵ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

⁸⁸⁶ PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

Jaurés Américo Viegas, natural de Setúbal, era filho de João Viegas e de Maria



Viegas de Setúbal.⁸⁸⁷ A primeira referência encontrada relativamente a este nome, data de 15 de Maio de 1925, tratando-se de uma nota da sua autoria publicada no jornal *A Batalha*, numa coluna designada de “A Voz da Cadeia”, destinada a anunciar mensagens dos presos aos eleitores, dando-nos a entender que Jaurés se encontrava preso nesta data, pelo nada teve que ver

com o atentado a Ferreira do Amaral.⁸⁸⁸ Ainda assim, as restantes referências encontradas na imprensa são algo contraditórias. Ao longo do mês vários jornais, inclusivé *A Batalha* publicavam listas de homens detidos na sequência de rusgas feitas após o atentado de 15 de Maio ao Comandante da Polícia Ferreira do Amaral, nas quais também constava Jaurés Américo Viegas. A 18 de Maio, *A Capital* publicava que a polícia continuava à procura dos autores do atentado, apontando como dirigentes da agressão *Bela Kun*, José Godinho “e um indivíduo apelidado de Viegas”. A 21 anunciavam a sua transferência do Governo Civil para a Esquadra do Caminho Novo e 23 *A Batalha* voltaria a publicar na coluna “A Voz da Cadeia” uma mensagem de Jaurés para que lhe trouxessem certos objetos que lhe faziam falta na prisão.⁸⁸⁹ De pouco lhe valeriam tais objectos pois Jaurés conseguiu fugir. A 6 de Junho, *A Capital* publicava que Jaurés, embora já devesse ter sido embarcado no navio Carvalho Araújo rumo à deportação em África, não o tinha feito por se encontrar fugido e, que na véspera, Rita Júlia Monteiro, de 40 anos, dona de uma casa de hóspedes no nº28 da Rua da Graça, com quem Jaurés aparentemente fazia vida marital, aparecera morta, em circunstâncias por apurar. Uma vez que Jaurés ali havia passado a noite, desaparecendo logo cedo pela manhã, suspeitou-se do seu envolvimento.⁸⁹⁰ A 18 de Junho era anunciada a captura de Jaurés no Governo Civil, tendo-lhe sido apreendidas listas de pessoas a quem haviam sido pedidos donativos

⁸⁸⁷ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁸⁸⁸ *A Batalha*, 15.5.1925: 2.

⁸⁸⁹ *A Batalha*, 21.5.1925: 2 e *A Capital*, 18.5.1925: 2, *A Capital*, 21.5.1925: 2, *O Século*, 22.5.1925:5 e *A Batalha*, 23.5.1925: 4.

⁸⁹⁰ *A Capital*, 6.6.1925:1.

para auxiliar os prisioneiros sociais.⁸⁹¹ Deverá ter permanecido preso até meados de Abril de 1927, data em que saiu da cadeia de Monsanto para ser embarcado no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁸⁹² O navio saiu de Lisboa, passou por Cabo Verde e pela Guiné, locais onde foram desembarcados alguns homens e embarcados outros e chegou a Timor em Setembro do mesmo ano, com cerca de noventa deportados, mais tarde denominados deportados sociais. Todos foram desembarcados no Forte de Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório e rapidamente foram organizados para que pudessem começar a trabalhar e ali reconstruir as suas vidas.⁸⁹³ Meses mais tarde o *Diário de Lisboa* publicava uma carta escrita por Maria Viegas, mãe de Jaurés, na qual esta elogiava a atuação do Governador Teófilo Duarte, a concessão créditos de um fundo de colonização, de forma a que os novos colonos tivessem oportunidade de iniciar os seus negócios, esperando que o seu sucessor agisse da mesma forma. Mais acrescenta a referida senhora que “Teófilo Duarte minorou muitas lágrimas e muitos sofrimentos físicos e morais” e apela ao Ministro das Colónias, que lhe seja concedida uma passagem como colona, de forma a juntar-se ao seu filho que, segundo diz a carta, “está ilibado de culpas”.⁸⁹⁴ Apelos esses que não foram correspondidos. Nem o Governador seguinte seguiu tal linha de atuação, nem Maria Viegas se juntou a seu filho em Timor. Segundo a família, em Timor, Jaurés teve vários filhos de diferentes mulheres, que sempre assumiu e tomou conta. Com Maria Babo, natural de Liquiçá, Jaurés teve apenas uma filha: Domingas Ximenes Viegas que vive actualmente em Fatubessi. Com Maria Celestino, natural de Atabai, Jaurés teve dois filhos: José dos Santos Viegas, nascido em 1928, terá partido para Portugal a pedido da avó, Maria Viegas, onde terminou a 4ª classe, regressando a Timor no fim da II Guerra Mundial, onde viveu o resto da sua vida, tendo sido assassinado durante a Guerra Civil; António Américo Viegas. Numa fase em que Jaurés esteve a viver na zona leste, com uma timorense natural de Quelicai, teve mais dois filhos: Mário Américo Viegas e Daniel Américo Viegas. Com Emília Martins, natural de Ermera e alunas no Colégio das irmãs canossianas, Jaurés teve mais três filhos: Salvador Américo Viegas, Jaime Américo Viegas, Maria Américo Viegas. Da união com Carme, mestiça macaense,

⁸⁹¹ *A Capital*, 18.6.1925: 2, *O Século*, 19.6.1925: 1, *O Século*, 21.6.1925: 2, *O Século*, 23.6.1925:2 e *A Capital*, 23.6.1925: 2.

⁸⁹² *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁸⁹³ Morna: 1931.

⁸⁹⁴ *Diário de Lisboa*, 9.03.1929: 9, Duarte, 1944: 141.

Jaurés teve um filho chamado Virgílio, tendo tido ainda quatro raparigas: Ilda, Gina, Carlota e Céu. Nenhuma das uniões supracitadas chegou a ser formalizada a nível oficial, junto das autoridades administrativas ou do registo católico.⁸⁹⁵ A nível profissional, segundo a família, Jaurés começou por ser carpinteiro. Pomos a hipótese que tenha andado ao serviço da administração portuguesa, a executar trabalhos por todo o território, conforme as necessidades. Assim se explica o facto de ter tido filhos a nascerem nos diferentes pontos do território, apesar de em 1934 e 1935 ter sua residência oficial em Díli, informação concedida pela sua assinatura de três recibos do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, naquele local,⁸⁹⁶ sendo que era no área no posto de comando do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Ao longo do tempo, Jaurés viria a ter a sua própria carpintaria, várias plantações de coqueiros e ainda, a sua própria oficina mecânica, sendo que vários dos filhos viriam a exercer a profissão. Em 1935, juntamente com António Augusto dos Santos assinava o agradecimento público feito aos presentes na ocasião do enterro de Mário dos Santos Fontainhas, anúncio que nos revela um pouco sobre quem eram as suas relações pessoais.⁸⁹⁷ Ao tempo da ocupação japonesa (1942-45) Jaurés foi uma figura muito activa na manutenção requerida neutralidade portuguesa. Segundo o testemunho do então Governador, aquando da sua intenção de transferência de aposentos de Díli para Baucau, Jaurés e José Serafim Martins e outro deportado cujo o nome o Governador diz não se lembrar, correram a entregar os quadros dos Exmos. Srs. Presidente da República Óscar Carmona, do Presidente do Conselho Dr. Oliveira Salazar e ainda, do ex-Governador Celestino da Silva que haviam sido deixados nos seus aposentos. No seu testemunho, o Governador acrescenta ter sido este acto uma grande lição de patriotismo, tendo em conta o contexto da situação destes senhores em Timor, a deportação por diferentes ideias políticos.⁸⁹⁸ Em Maio de 1942, Jaurés integrou também a coluna do Sargento Vicente contra a rebelião na fronteira, embora o ferimento num pé o tenha obrigado a retroceder a Bobonaro.⁸⁹⁹ Em finais de Julho, o Governador pediu auxílio a Jaurés, “rapaz desembaraçado, inteligente e com um certo prestígio entre os deportados” que fosse a Baucau, no sentido de informar a população europeia da ordem de

⁸⁹⁵ Entrevista a António José Viegas Brites, Díli, 22.4.2014 e Entrevista a Idelfonso Soares Marçal, Fatubessi, Ermera, 2.5.2014.

⁸⁹⁶ PT/Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁸⁹⁷ *BOT*, 3.8.1935.

⁸⁹⁸ Carvalho, 2003: 316.

⁸⁹⁹ Carvalho, 2003: 345.

concentração em Liquiçá e Maubara, local onde também este permaneceu até ao final da ocupação nipónica.⁹⁰⁰ Em Janeiro de 1943, perante a aproximação a Liquiçá de uma coluna negra que chega a prender um funcionário da SAPT e a levá-lo consigo, rapidamente o Tenente Liberato e o Eng. Canto organizam um grupo com o intuito de ir libertar o preso e a respectiva família. Neste grupo estava também Jaurés. Da mesma forma, também pela mesma altura constou a alguns europeus que uma patrulha australiana se preparava para atacar uma patrulha japonesa, perto da “concentração”. Imediatamente o deportado Jaurés e o 1º cabo Agapito dos Anjos resolveram procurar as tropas australianas durante a noite, no sentido de os demover do ataque, algo que efetivamente conseguiram.⁹⁰¹ Terminada a guerra, Jaurés foi louvado pelo Governador “pelas contínuas provas que deu durante todo o período de ocupação da Colónia de um grande desembaraço, elevado espírito de sacrifício e desprezo pelo perigo, estando sempre pronto para todas as missões de que foi encarregado e sendo em todas as emergências um óptimo e leal auxiliar do Governo da Colónia”.⁹⁰² Encontramos ainda o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido dirigido diretamente ao Senhor Presidente do Conselho, para que fosse levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.⁹⁰³ Pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados, pelo que em finais de 1945, vários ex-deportados embarcaram no navio Angola rumo à Metrópole. Jaurés permaneceu em Timor, tendo pedido a sua mãe que mandasse regressar o seu filho mais velho, José dos Santos Viegas de Portugal. Efectivamente José veio para Timor, tendo dado uma grande ajuda à família nas organização dos negócios. Jaurés faleceu nos anos 60.

⁹⁰⁰ Carvalho, 2003: 400.

⁹⁰¹ Carvalho, 2003: 480.

⁹⁰² Carvalho, 2003: 745.

⁹⁰³ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

João dos Santos, o João Algarvio, era filho de Pedro António dos Santos e de Maria



dos Mártires da Silva.⁹⁰⁴ A primeira referência encontrada na imprensa da época com este nome trata-se da notícia de que João dos Santos havia sido preso na sequência de uma série de rusgas desencadeadas após o atentado de 15 de Maio de 1925, a Ferreira do Amaral. No fim desse mesmo mês, João já se encontrava preso por alegadamente ter ligações à “Legião Vermelha” e por

suspeita de ter estado envolvido no referido atentado. Segundo o jornal *A Capital*, por esta altura João dos Santos contava já com dezassete prisões no cadastro.⁹⁰⁵ A 30 de Junho continuava preso na Esquadra do Caminho Novo,⁹⁰⁶ tendo sido ouvido na Boa Hora em Dezembro e enviado para o Governo Civil depôs disso.⁹⁰⁷ Provavelmente terá sido solto entretanto, já que, segundo documentação depositada no Arquivo Nacional da Torre, João dos Santos participou nas revoluções de Fevereiro de 1927, motivo pelo qual terá sido novamente preso.⁹⁰⁸ Em Abril de 1927 era um dos presos que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁹⁰⁹ Desembarcados em Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório, rapidamente os deportados foram empregados consoante as suas habilidades.⁹¹⁰ João dos Santos ficaria a residir em Díli, local onde foram assinados três recibos de subsídio de deportado social em seu nome, no valor de 50 patacas e referentes ao meses de Julho e Agosto de 1934 e Novembro de 1935, sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. Embora um dos recibos esteja assinado por si, há dois recibos assinados por Francisco Guedes Palmeira, Jaurés Américo Viegas e Mário Fontainhas, a rogo do beneficiário por este não saber ler nem escrever.⁹¹¹ Logo

⁹⁰⁴ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁹⁰⁵ *A Capital*, 30.5.1925: 2.

⁹⁰⁶ *A Batalha*, 30.6.1925: 2.

⁹⁰⁷ *A Capital*, 2.12.1925: 2.

⁹⁰⁸ PT/ANTT/AOS/CO/IN-8C, Pt.31.

⁹⁰⁹ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁹¹⁰ *Morna*, 1931.

⁹¹¹ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

em início dos anos 30, João dos Santos esteve preso em Batugadé com *Bela Kun*.⁹¹² Ao tempo da ocupação japonesa (1942-45) esteve na zona de concentração dos europeus em Liquiçá. Havendo falta de géneros alimentares no campo, utilizava um pequeno barco para pescar, diminuindo as dificuldades dos que ali estavam. A certa altura foi-lhe também pedido que fosse à ponta lesta e a Oecussi em busca de arroz e de milho. Para o efeito foram-lhe atribuídas três pequenas embarcações, geralmente utilizadas pelos chineses nos serviços de cabotagem. Conseguiu fazer estes carregamentos durante algum tempo, até ao dia em que foi surpreendido pelas tropas japonesas, que dispararam e o obrigaram a pôr-se ao largo e a abandonar a carga. Depois disso, apreenderam-lhe a rede de pesca, que passaram a utilizar em proveito próprio.⁹¹³ No final da guerra, os seus esforços valeram-lhe a condecoração do Governador.⁹¹⁴ Terminada a guerra, encontramos o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Conselho, para que fosse levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa,⁹¹⁵ pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados. Em Dezembro de 1945, João dos Santos e mais cerca de 500 refugiados saíram de Timor no navio Angola, rumo a Portugal, tendo chegado a Lisboa a 16 de Fevereiro de 1946.⁹¹⁶ Dias após a sua chegada, já o seu nome vinha referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa, procurando monitorizar os recém chegados ex-deportados,⁹¹⁷ tendo sido esta a última referência encontrada ao seu nome.

João Gomes nasceu em 1903, era natural de Águeda, filho de Germano Henriques Major e de Emília Henriques Pereira.⁹¹⁸ Trabalhava na construção civil e era sócio da Federação das Juventudes Sindicalistas da secção de Belém, elemento muito activo, que chegou a ser o responsável pela Caixa da Solidariedade, a pertencer

⁹¹² Cardoso: 2007: 239.

⁹¹³ Brandão, 1946.

⁹¹⁴ Carvalho, 2003.

⁹¹⁵ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

⁹¹⁶ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

⁹¹⁷ ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

⁹¹⁸ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2013 &Itemid=49, consultado a 17.6.2015 e Cardoso, 2007:239.

à comissão organizadora do II Congresso Nacional das Juventudes Sindicalistas e a ser enviado como delegado a algumas Conferências fora de Lisboa.⁹¹⁹ Preso por suspeita de ter sido o autor da detonação de explosivos que haviam causado a morte de um menor, foi entregue ao Tribunal militar e assim, em meados de Abril de 1927, embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁹²⁰ Desembarcados em Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório, rapidamente os deportados foram organizados para que pudessem começar a trabalhar e reconstruir as suas vidas.⁹²¹ Em Timor, Gomes era supervisor de construção civil, tendo a sua residência fixada em Díli, local onde assinou um recibo do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente ao mês de Julho de 1934,⁹²² sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. À data da ocupação japonesa de Timor (1942-45), João Gomes alega ter auxiliado as tropas australianas em ataques a colunas japonesas, tendo sido evacuado para a Austrália em data a precisar. Ficou alojado em *Bob's Farm* e foi transferido para Narrabri em Agosto de 1944.⁹²³ Segundo o relatório de Álvaro Laborinho, na Austrália João Gomes tinha duas dependentes a seu cargo, Isaura (1912), timorense, provavelmente com quem mantinha uma relação marital e Lucinda Cardoso, mestiça (1934), seria filha de ambos?⁹²⁴ No final da guerra, João Gomes embarcou no navio Angola rumo à Metrópole, onde desembarcou a 16 de Fevereiro de 1946.⁹²⁵ Dias após a sua chegada, já o seu nome vinha referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa, procurando monitorizar os recém chegados ex-deportados,⁹²⁶ sendo esta a última referência encontrada com o seu nome.

⁹¹⁹ PT/AHS, Caixa 95, 4503, mç 112, PT/AHS, Caixa 97, 3907, mç 541, PT/AHS, Caixa 98, 3920, mç 001-A, panfletos, PT/AHS, Caixa 97, 1108-A mç 528, PT/AHS, Caixa 98, 3907, mç 656.

⁹²⁰ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

⁹²¹ Morna: 1931.

⁹²² PT/Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

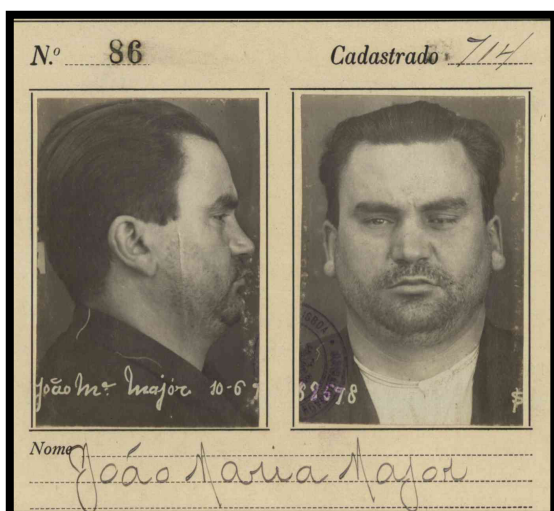
⁹²³ Chamberlain, 2010: Anexo D, p.3.

⁹²⁴ Laborinho, 1943: 482.

⁹²⁵ Jornal de Notícias, 16.2.1946.

⁹²⁶ PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

João Maria Major⁹²⁷ nasceu em Águeda, a 13 de Setembro de 1893. Era filho de



Germano Henriques Major e de Emília Henriques Pereira, padeiro de profissão e anarco-sindicalista de convicção. Muito activo no movimento operário de Setúbal desde 1919, era o redator principal do periódico *Voz sindical* publicado em Setúbal (1923-1925). Entre os anos 1915-1920 esteve detido diversas vezes.⁹²⁸ Em inícios de Maio de 1925 encontrava-se no Porto pois tinha sido

convidado pela Associação da Classe dos Manipuladores de Pão daquela cidade para falar numa conferência sobre ideais e luta de classes.⁹²⁹ Foi preso a 6 de Junho de 1925 em Setúbal e logo enviado para o Governo Civil em Lisboa, acusado pelo jornal *O Século* de “de ser o dirigente de agitação revolucionária e de ter em seu poder uma grande quantidade de explosivos.”⁹³⁰ Sendo João Maria Major uma figura de grande influência junto dos operários, rapidamente as classes trabalhadoras de Setúbal convocaram uma greve por solidariedade à sua prisão, publicaram extensos artigos no jornal *A Batalha* defendendo a sua inocência relativamente à posse de explosivos e organizaram uma comissão a Lisboa, a fim de questionar sobre a prisão de Major.⁹³¹ A 24 de Junho Major era libertado.⁹³² Não sabemos quanto tempo essa liberdade durou e se terá sido presente a Tribunal, mas em meados de Abril de 1927 saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁹³³ O navio passou por Cabo Verde e pela Guiné, locais onde foram desembarcados alguns homens e embarcados outros, chegando finalmente ao seu destino em Setembro. Desembarcados em Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório, rapidamente foram empregados consoante as suas habilidades.

⁹²⁷ PT/ANTT, PIDE - Procº 1464/SPS; 632/PSE; 611/928; 1359/935 (PIDE-cad. 1664/SPS);

⁹²⁸ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717, mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=485&Itemid=47, consultado a 7.7.2015 e *Bandeira Vermelha*, 25.1.1920. Nesta última o jornal anunciava-o preso, estando esquecido pelos tribunais.

⁹²⁹ *A Batalha*, 1.5.1925.

⁹³⁰ *O Século*, 7.6.1925: 2 e *A Capital*, 10.6.1925: 2.

⁹³¹ *A Capital*, 10.6.1925: 2, *O Século*, 11.6.1925: 4, *A Batalha*, 9.6.1925: 1, *A Batalha*, 10.6.1925: 1, *A Batalha*, 11.6.1925: 1, *A Batalha*, 12.6.1925: 4.

⁹³² *A Batalha*, 24.6.1925:2.

⁹³³ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

Casos houve em que lhes foram facilitados subsídios de forma a poderem abrir os seus negócios.⁹³⁴ Terá sido muito provavelmente o caso de Major, já que logo em Outubro já requeria o aforamento de um terreno na Avenida Bispo de Medeiros, em Dili, com vista à construção de uma padaria. Aforamento concedido somente em Setembro do ano seguinte, sendo que logo em Dezembro e por razão desconhecida, Major pedia autorização para transferir esse mesmo aforamento para nome de Damião de Sousa Babo.⁹³⁵ Não obstante tal transferência, a padaria funcionou de facto, em sociedade com os irmãos Castanheira. No livro, *Ocupação e Colonização Branca de Timor*, o Governador Teófilo Duarte refere o desafio que foi a abertura de uma padaria, logo após a chegada dos deportados. Conta-nos que inicialmente a loja passou por grandes dificuldades porque a população receava que o padeiro, deportado social, envenenasse o pão. Mais acrescenta o autor, que foi necessário a população local vê-lo a frequentar a padaria e só depois de algumas semanas, vendo que o Governador continuava vivo e de boa saúde, é que a população aceitou a frequentá-la também.⁹³⁶ João Maria Major regressaria à Metrópole em finais de 1933,⁹³⁷ possivelmente na sequência do processo da criação da Aliança Libertária de Timor. Em 1935 era novamente preso em Peniche, acusado de fazer propaganda, tendo sido deportado para Angra do Heroísmo. Libertado em 1939, viria a estabelecer-se em Angola, sendo esta a última referência encontrada relativamente a este nome.⁹³⁸



Joaquim Clemente, o Agarra, natural do Fundão, filho de Clemente José e de Maria Isabel.⁹³⁹ Era metalúrgico de profissão e foi preso em inícios de Junho de 1925, após uma série de rusgas feitas na sequência do atentado a Ferreira do Amaral.⁹⁴⁰ No final do mês continuava preso no Caminho Novo, eventualmente transferido para a cadeia de

⁹³⁴ Morna, 1931.

⁹³⁵ BOT, 22.10.1927, BOT, 8.9.1928 e BOT, 21.12.1928.

⁹³⁶ Duarte, 1944: 136.

⁹³⁷ PT/AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

⁹³⁸ Rodrigues, 1982: 275-284, Cardoso, 2007: 43 e mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=485&Itemid=47, consultado a 21.7.2015.

⁹³⁹ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.71.

⁹⁴⁰ A Batalha, 7.6.1925: 2, O Século, 11.6.1925: 4 e A Batalha, 30.6.1925: 2.

Monsanto, de onde saía em Abril de 1927 para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁹⁴¹ Da sua vida em Timor, as únicas referências encontradas foram o seu depoimento no inquérito aberto pela morte de *Bela-Kun*,⁹⁴² e que teve a sua residência fixada em Ataúro, pois foi aí que assinou dois recibos do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referentes ao meses de Julho e Agosto de 1934,⁹⁴³ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Em Abril de 1935 continuava com a sua residência fixada em Ataúro.⁹⁴⁴ É importante ter em conta que Ataúro era normalmente “local de desterro, dentro do desterro”, ou seja, para onde a administração portuguesa enviava com quem se desentendia, pelo que fica a dúvida se Clemente ali residia ou se estaria somente a passar ali uma temporada, enviado como castigo pela administração. Não foi encontrada mais nenhuma referência relativamente a este nome.

Joaquim da Silva, o mirolho⁹⁴⁵ nasceu a 31 de Outubro de 1902. Era filho de Abílio



da Silva e de Amélia da Conceição da Silva⁹⁴⁶ e morava na Rua Maria Pia, em Alcântara. Ingressou curso industrial na escola Machado de Castro mas tendo sido expulso, teve de o terminar na Escola de Desenho Industrial Marquês de Pombal, também em Alcântara. Segundo a filha, à data da sua partida para a Timor, era já mestre de fundição.⁹⁴⁷ Ao verificarmos o registo de sócios das juventudes

sindicalistas no Arquivo Histórico Social, depositado na Biblioteca Nacional em Lisboa, constatamos que Joaquim da Silva era sócio na Federação das Juventudes Sindicalistas, já que há cotas pagas em seu nome.⁹⁴⁸ Após o atentado de 15 de Maio de 1925, a Ferreira do Amaral, a polícia desencadeou uma série de rusgas na

⁹⁴¹ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁹⁴² PT/AHU, mc 2871, Processo de inquérito à morte de um deportado em Timor.

⁹⁴³ Arquivo particular de Luís Frazão.

⁹⁴⁴ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁹⁴⁵ PT/TT-AOS-D-G-8-4-31.

⁹⁴⁶ PT/AHD-MNE-SE-2.3ªp-I. Procº pol-101-por-021-03.A.3, m.717.

⁹⁴⁷ Entrevista a Esmeralda da Silva, Funchalinho, 25.1.2015.

⁹⁴⁸ PT/AHS, Caixa 95, 4503, mc 112.

sequência do qual, várias detenções foram feitas, umas sem culpa formada, outras por alegadamente pertencerem à “Legião Vermelha”, organização a que alegadamente vários membros das Juventudes Sindicalistas pertenciam e à qual o atentado foi associada. Embora não tenhamos tido acesso ao cadastro oficial de Joaquim da Silva, em Dezembro de 1925 é noticiado no jornal *A Capital* que continuavam a ser ouvidos na Boa Hora os presos implicados no atentado a Ferreira do Amaral, Joaquim da Silva incluído.⁹⁴⁹ Do tempo em que Joaquim da Silva esteve preso na Cadeia do Monsanto, estão depositadas no Arquivo Histórico Social, três cartas assinadas por si, dirigidas ao Sindicato Único das Classes metalúrgicas sobre assuntos relacionados com as ajudas de solidariedade aos presos sociais, denominação então usada para referir os homens que haviam sido presos por questões relacionadas com a luta por melhores condições de vida e trabalho para os operários.⁹⁵⁰ Joaquim da Silva permanecerá preso até Abril de 1927, data em que os jornais *Diário de Notícias* e *O Século* noticiam o embarque de cerca de 222 presos a bordo do navio Pêro d’Alenquer com vista à deportação. Mais uma vez, o nome de Joaquim da Silva está incluído na lista de passageiros. Foi deportado para Timor deixando mulher e um filho chamado Fernando em Lisboa.⁹⁵¹ O navio passou por Cabo Verde e pela Guiné, locais onde foram desembarcados alguns homens e embarcados outros, chegando finalmente ao seu destino em Setembro. Desembarcados em Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório, rapidamente os deportados foram empregados consoante as suas habilidades.⁹⁵² Em conversa com a família, a Sra. D. Esmeralda, filha mais velha, refere que ainda se lembra que ouvir o pai contar que durante a viagem já sentia uma tristeza imensa por ter deixado a sua família em Portugal, sentimento agravado, quando na altura do desembarque, viu apenas uma ilha com um imenso e alto capim. Joaquim da Silva contava à filha que nos primeiros tempos, todo o grupo se sentiu completamente desamparado, sem saber o que fazer.⁹⁵³ Pouco conhecemos dos primeiros anos de Joaquim da Silva em Timor. Sabemos era fundidor de profissão, trabalhou na FOAG, Fábricas Oficinas e Armazéns Gerais⁹⁵⁴ e, provavelmente também nas obras públicas do Governo dispersas por todo o território, já que os

⁹⁴⁹ *A Capital*, 2-12-1925, p2.

⁹⁵⁰ PT/AHS, Caixa 109, 2649, mç 1017 e mç 1019.

⁹⁵¹ Entrevista a Esmeralda da Silva, Funchalinho, 25.1.2015. Fernando também viria a ter questões com a PIDE, tendo sido morto com um tiro na cabeça em Monsanto.

⁹⁵² Morna, 1931.

⁹⁵³ Entrevista a Esmeralda da Silva, Funchalinho, 25.1.2015.

⁹⁵⁴ Cardoso, 2007: 239.

primeiros filhos nasceram em diferentes locais. Em Abril de 1935 tinha a sua residência fixada em Ataúro.⁹⁵⁵ É importante ter em conta que Ataúro era normalmente “local de desterro, dentro do desterro”, ou seja, para onde a administração portuguesa enviava com quem se desentendia, pelo que fica a dúvida se Joaquim ali residia ou se estaria somente a passar ali uma temporada, enviado como castigo pela administração. Joaquim da Silva viveu maritalmente com uma senhora natural de Liquiçá e de ascendência árabe. Os filhos não lhe conhecem o verdadeiro nome. Sabem apenas que Joaquim da Silva lhe deu o nome de Luzia Soares e que esta adoptou o apelido do marido, Silva. Embora nunca tenham casado e os filhos não tenham herdado o apelido da mãe, o casal viveu junto até à data do seu falecimento e teve seis filhos:⁹⁵⁶ Esmeralda da Silva (Liquicá - 23.12.1937), Rogério da Silva (Manatuto - 25.05.1939 - 04.07.2007), Henrique da Silva (23.12.1937 - 10.10.2009), Amélia da Silva (08.07.1943), Abílio da Silva (18.07.1945) e Julieta da Silva (23.5.1949). Com a ocupação japonesa de Timor (1942-25), a partir de Outubro de 1942, sob o pretexto de não conseguirem defender a população europeia dos ataques das colunas negras, as forças japonesas insistiram na concentração da população branca em Maubara e Liquiçá. Todos os europeus que não o fizessem corriam o risco de ser abatidos pelas colunas negras, que na realidade tinham ordens da tropa nipónica para o fazer, pelo que também Joaquim da Silva e a sua família deram entrada na zona de concentração dos europeus. A 31 de Janeiro de 1943, uma coluna negra aproximou-se de Liquiçá, deteve um funcionário da SAPT e a sua família e levaram-nos. Corria a notícia de que a ideia seria liquidar toda a família, pelo que rapidamente o Tenente Liberato e o Eng. Canto organizaram um grupo de acção com o intuito de libertar esta família. Também Joaquim da Silva fez parte deste grupo.⁹⁵⁷ D. Esmeralda tem ainda algumas recordações desse tempo. Conta-nos que um dia a mãe foi apanhada pelos japoneses a passar o arame farpado que circundava a concentração, a fim de ir ter com familiares que se encontravam nas montanhas para ir buscar géneros alimentares. Acabou por ser libertada sem qualquer consequência, mas só porque o seu companheiro era uma pessoa considerada.⁹⁵⁸ D. Esmeralda conta-nos também que o seu pai escavou um bunker, debaixo da casa onde viviam. “Como ficava perto do mercado, quando tocava a sineta a avisar que vinha um avião,

⁹⁵⁵ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁹⁵⁶ Entrevista a Esmeralda da Silva, Funchalinho, 25.1.2015.

⁹⁵⁷ Carvalho, 2003: 481.

⁹⁵⁸ Informações concedidas por Telmo Godinho, via email a 30.3.2015.

muita gente fugia para lá. Metiam-se todos no bunker e nós, como éramos os primeiros, ficávamos encurralados. Era um sufoco. Eu lembro-me bem das crianças a gritar, os adultos a dizerem: não gritem, não gritem. Aquilo era um horror. Eu lembro-me um dia em que nós fugimos todos e o Henrique como estava a dormir, ficou em casa. Escondeu-se debaixo da cama. Também me lembro de haver lá um pasto com cabras e um dia vieram os aviões, pensaram que aquilo era gente e metralharam, metralharam, morreram as cabras todas.”⁹⁵⁹ A 5 de Setembro de 1945, o Governador foi pessoalmente à zona onde todos estavam concentrados anunciar que a guerra tinha acabado. Joaquim da Silva, encarregado das águas de Díli, foi imediatamente enviado a retomar funções.⁹⁶⁰ Datado de 19 de Outubro de 1945, encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Concelho, Dr. Oliveira Salazar, de levantamento da pena aos deportados que haviam permanecido em Timor, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.⁹⁶¹ Com efeito, o pedido foi concedido e a 25 de Outubro foi publicado um despacho pelo Governo da Colónia levantando a nota de “deportado” a “todos os indivíduos que na Colónia se encontravam nesta situação, restituindo-os ao uso de todos os direitos civis e políticos que a lei confere aos cidadãos portugueses”, sendo que assim todos estavam agora autorizados a regressar a Portugal.⁹⁶² A 9 de Dezembro de 1945, cerca de 700 pessoas, incluindo Joaquim da Silva e os seus quatro filhos mais velhos, embarcaram no navio Angola, rumo à Metrópole.⁹⁶³ O mais pequeno, Abílio ficou em Timor com a mãe.⁹⁶⁴ Em Portugal, apesar de levantada a pena, a PIDE permaneceu atenta. Logo na semana seguinte à chegada, já a PIDE procurava monitorizar os recém chegados ex-deportados, pelo que também o seu nome é referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa.⁹⁶⁵ Ao fim de algum tempo, o Governo Português deu a possibilidade de voltar a Timor, a quem o quisesse fazer. Joaquim da Silva regressou mas deixou os filhos em Portugal, entregues a instituições estatais a fim de acabarem os estudos. Só mais tarde voltariam a Timor. Chegando a Timor, Joaquim não regressou imediatamente

⁹⁵⁹ Entrevista a Esmeralda da Silva, Funchalinho, 25.1.2015.

⁹⁶⁰ Carvalho, 2003: 677.

⁹⁶¹ PT/ANTT/AOS – CO - IN-8C, Pt. 31.

⁹⁶² Carvalho, 2003: 726-27.

⁹⁶³ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

⁹⁶⁴ Entrevista a Esmeralda da Silva, Funchalinho, 25.1.2015.

⁹⁶⁵ ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

para junto de Luzia e de Abílio. Teve ainda uma filha a quem deu novamente o nome de Amélia, de uma relação com outra mulher, Henriqueta Correia. Conta-nos a Sra. D. Esmeralda que Joaquim da Silva tinha um grande amor pela mãe que tinha deixado em Portugal e sentia um grande peso na consciência por ter sido obrigado a viver longe tantos anos. Talvez por isso, tenha dado o nome de sua mãe, a duas das suas filhas.⁹⁶⁶ Regressando para junto de Luzia, tiveram então uma última filha, Julieta. O casal ficou a residir em Díli, numa casa situada no actual Bairro Pité. Segundo a filha, nesta fase Joaquim da Silva passou algumas temporadas sem trabalhar por ser uma pessoa doente. Terminados os estudos em Portugal, também os filhos foram regressando a Timor e hoje vivem dispersos por Portugal e Austrália. Joaquim da Silva morreu com 61 anos, em 1963. D. Lúzia morreu cerca de seis anos depois.

Joaquim Luís Carraquico⁹⁶⁷ nascido em Vila Viçosa, a 7 de Agosto de 1901, era



filho de João António Carraquico e de Gertrudes da Conceição e padeiro de profissão.⁹⁶⁸ A primeira referencia encontrada na imprensa da época com este nome, datada de Setembro de 1923, é a notícia da fuga de um grupo de bombistas, Carraquico incluído, do forte de S. Julião da Barra.⁹⁶⁹ Em Setembro de 1925, viria a ser preso em novamente e posteriormente só voltamos a encontrar

referências ao seu nome em Abril de 1927, data em que saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁹⁷⁰ Desembarcados em Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório, rapidamente os deportados foram organizados para que pudessem começar a trabalhar e reconstruir as suas vidas.⁹⁷¹ Da sua vida em Timor, sabemos apenas que continuou a exercer a sua profissão de padeiro, casou com Cremilda Alves (1919), de

⁹⁶⁶ Entrevista a Esmeralda da Silva, Funchalinho, 25.1.2015.

⁹⁶⁷ Documentação presente nos Arquivos Nacionais da Austrália mas não consultada por não se encontrar digitalizada: NAA: A367, C18000/854; NAA: C329, 155; NAA: C123, 21599 e NAA: C123, 21098.

⁹⁶⁸ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e NAA- MP1103/2, N1758.

⁹⁶⁹ *O País*, 18.12.1923: 6.

⁹⁷⁰ Cardoso, 2003: 239; *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6.

⁹⁷¹ Morna: 1931.

origem macaense⁹⁷² e que residia em Díli, já que é o local de assinatura de dois recibos do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente aos meses de Julho e Agosto de 1934⁹⁷³ e que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. Com a ocupação japonesa de Timor (1942-45), o casal Carraquico recusando dirigir-se para o local de concentração imposto pela tropa nipónica, foi obrigado a refugiar-se nas montanhas. A 18 de Dezembro o casal tentava embarcar para a Austrália, mas Carraquico não foi autorizado. Embarcou apenas Cremilda, que ficou alojada em *Bob's Farm* e Joaquim ficou acampado na região de Luca, sempre em fuga das colunas negras.⁹⁷⁴ Somente em Agosto conseguiria ser evacuado para a Austrália, tendo sido internado no campo de prisioneiros de Liverpool. O Tenente Pires havia feito uma lista de elementos a não enviar para *Bob's Farm* argumentando recear que, à chegada ao campo, estes elementos divulgassem informações confidenciais relativamente às posições da resistência em Timor. A proposta foi levada a cabo pelos militares australianos que os internaram num campo de prisioneiros em Liverpool. Sem entenderem muito bem a razão da sua detenção, várias foram as tentativas protagonizadas pelo grupo detido de denunciar a injustiça sofrida, protestos que incluíram uma greve de fome e o envio de várias cartas a entidades de renome. Somente em Março de 1944 viria a reencontrar-se com a sua mulher, altura em que foi transferido para Singleton, embora ficando com liberdade restrita aos limites de uma propriedade denominada de *Minnibah* e correspondência submetida a censura.⁹⁷⁵ No final da guerra, o casal Carraquico embarcou no navio Angola rumo à Metrópole, onde chegou a 16 de Fevereiro de 1946.⁹⁷⁶ Dias após a sua chegada, o seu nome vinha referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa, que procurava monitorizar os recém chegados ex-deportados.⁹⁷⁷ Embora o casal tivesse passado os

⁹⁷² Laborinho, 1944: 483.

⁹⁷³ Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

⁹⁷⁴ Carvalho, 1972: 196.

⁹⁷⁵ Laborinho, 1944: 143-144.

⁹⁷⁶ Charmberlien, 2010: Anexo A, p.39 e *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

⁹⁷⁷ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946, PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

seus últimos anos de vida em Vila Viçosa, ainda passou uma temporada em Lourenço Marques, onde se encontrou com as famílias Simões de Miranda e Honório.⁹⁷⁸

José Abrantes Castanheira nasceu em Tábua, no distrito de Coimbra, no ano de



1901. Era filho de João Abrantes Castanheira e de Maria Esteves,⁹⁷⁹ irmão de Albertino Abrantes Castanheira, também deportado para Timor, padeiro de profissão e residia em Lisboa. Descrito como anarco-sindicalista pelo Movimento Social Crítico e Alternativo⁹⁸⁰ mas presente na lista de membros do PCP, disponibilizada por José Pacheco Pereira.⁹⁸¹ Esteve preso em 1922, 23

e 24, contudo não foi encontrado o motivo de tais prisões. Ficou definitivamente preso a 31 de Maio de 1925 na sequência de uma série de rusgas desencadeadas após o atentado a Ferreira do Amaral. Com efeito, segundo a imprensa conservadora da época, Castanheira não só participou nas reuniões nas quais se planeou o atentado ao Comandante da polícia, como também, terá sido na padaria onde este trabalhava, na rua de S. Marçal, que as armas utilizadas no atentado haviam sido escondidas.⁹⁸² A imprensa acusa-o também de, juntamente com Simões de Miranda,



⁹⁷⁸ Entrevista a Lívio Honório, Lisboa, 18.6.2014 e Entrevista a Emília e José Simões de Miranda, Aveiro, 26.3.2013;

⁹⁷⁹ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁹⁸⁰ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2488&Itemid=47, consultado a 30.5.2015.

⁹⁸¹ Pereira, 1981: 695-713.

⁹⁸² *O Século*, 14.6.1925: 5.

ter encomendado o assassinato do caixeiro da padaria do largo de S. Cristóvão por este ter fornecido informações PSP,⁹⁸³ e ainda, de ambos pertencerem ao comité de acção directa dos Manipuladores de Pão das Juventudes Comunistas. Acusações que, segundo o jornal *O Século*, ambos confessaram a sua veracidade, pelo que ambos recolheram depois à esquadra de Santa Marta, onde permaneceram incomunicáveis.⁹⁸⁴ Não obstante, o sindicato dos operários manipuladores de pão protestaram publicamente contra as prisões de dois de seus associados, José castanheira Abrantes e Simões de Miranda.⁹⁸⁵ Em meados de Junho anuncia o jornal *O Século* ter sido procurado por “Rosa Castanheira, moradora na Rua do Monte Olivete, nº11 e por Celeste da Costa, moradora na Rua Fernandes Tomaz, nº37, que nos pediram que reclamássemos à polícia a transferência dos presos José Abrantes Castanheira e Manuel Simões de Miranda da esquadra de Sta. Marta para o Hospital, por o seu estado o exigir”. Fica também a questão sobre quem seria as duas senhoras, respectiva esposa e companheira?⁹⁸⁶ Somente no final do ano voltamos a encontrar notícias de Castanheira, altura em que foi ouvido no Tribunal da Boa Hora, recolhendo depois ao Governo Civil.⁹⁸⁷ Eventualmente seria transferido para a cadeia de Monsanto onde terá permanecido até meados de Abril de 1927, altura em que saiu para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁹⁸⁸ Pelo caminho, reencontrou-se com o seu irmão que se encontrava desterrado em Cabo Verde desde 1925 e que se lhe juntou rumo a Timor. Aí, com auxilio de subsídios atribuídos pela administração portuguesa, montou uma padaria com o seu irmão Albertino e com João Maria Major.⁹⁸⁹ Contudo, logo em Setembro de 1929 viria a falecer, vítima de tuberculose.⁹⁹⁰

⁹⁸³ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2488&Itemid=47, consultado a 30.5.2015, *O Século*, 2.6.1925: 2 e *A Capital*, 2.6.1925_ 1 e 2.

⁹⁸⁴ *O Século*, 13.6.1925: 4.

⁹⁸⁵ *A Batalha*, 2.6.1925: 1.

⁹⁸⁶ *O Século*, 13.6.1925: 4.

⁹⁸⁷ *A Capital*, 2.12.1925: 2.

⁹⁸⁸ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁹⁸⁹ Cardoso, 2007: 240.

⁹⁹⁰ *BOT*, 21.9.1929 e PT/AHS, Caixa 109, sem tem nº de capilha: Carta datada de 1.10.1930.

José Augusto Amaro Júnior nasceu em Tavira, no ano de 1895,⁹⁹¹ era filho de José



Augusto Amaro e de Amélia Maria das
Dores.⁹⁹² Morava em Lisboa, no largo
de S. João da Praça, nº32, 3º andar⁹⁹³ e
era voluntário na Marinha, tendo
chegado ao posto de Sargento. Acabaria
por ser expulso pelas suas “ideias
subversivas”, juntando-se aos
Descarregadores de Mar e Terra,
trabalhando na descargas de batatas das
fragatas que atracavam no Terreiro do

Paço.⁹⁹⁴ Esteve detido em 1914, 1921, 1924 e em 1925, altura em que ficou
definidamente preso no Governo Civil. Em Dezembro era ouvido na Boa Hora por
estar implicado no atentado de 15 de Maio ao Comandante da Polícia, Ferreira do
Amaral.⁹⁹⁵ O seu nome está incluído na lista de presos que em meados de Abril de
1927 saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro
d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.⁹⁹⁶ Em Timor, foi encontrado um despacho
que manda José Augusto Amaro Júnior continuar o seu trabalho de eletricista pela
repartição dos serviços de correios e telégrafos da Colónia de Timor.⁹⁹⁷ Viria a morrer
no Hospital em Díli.⁹⁹⁸

⁹⁹¹ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=1023&Itemid=47, consultado a 30.5.2015. O seu processo da PIDE é o Procº 543/928 e 2242/PSE

⁹⁹² PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

⁹⁹³ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=1023&Itemid=47, consultado a 30.5.2015.

⁹⁹⁴ Francisco, 1982.

⁹⁹⁵ *A Capital*, 2.12.1925: 2.

⁹⁹⁶ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

⁹⁹⁷ BOT, 15.12.1928.

⁹⁹⁸ PT/AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e Cardoso, 2007: 239.

José Filipe⁹⁹⁹ nasceu a 31 de Março de 1906, em Lisboa. Era filho de José Filipe e



Imerciana Ramos, irmão de Arsénio José Filipe, também deportado para Timor e de Manuel Filipe, morto pela PIDE no barbeiro da Rua do Sol ao Rato. Era casado com Laura Filipe e tornou-se depois pintor de construção civil. Era anarquista de convicção e membro activo do sindicato dos pintores e das Juventudes Sindicalistas, tendo sido detido diversas vezes pela

polícia ao longo da sua juventude.¹⁰⁰⁰ Em Maio de 1925, encontrava-se internado no Hospital de Santa Marta, contudo, na sequência do atentado de 15 de Maio a Ferreira do Amaral, tendo-lhe sido dada ordem de prisão, evadiu-se, deixando um bilhete ao enfermeiro a pedir que lhe guardasse o fato que ali deixara ficar.¹⁰⁰¹ Consta que no mês seguinte terá participado numa reunião na Meia Laranja, onde se planeava um atentado ao Major Rodrigues, 2º Comandante da Polícia. Embora a polícia tivesse feito uma rusga ao local, tendo feito várias detenções, José Filipe só viria a ser preso já no final do mês de Julho.¹⁰⁰² Muito provavelmente terá estado preso até meados Abril de 1927, data em que foi embarcado no Pêro d'Alenquer, largando de Lisboa, rumo ao desterro em Timor.¹⁰⁰³ O navio passou por Cabo Verde e pela Guiné, locais onde foram desembarcados alguns homens e embarcados outros. Foi o caso do seu irmão Arsénio José Filipe que havia sido deportado em 1925 para Cabo Verde, pelo que os dois se reencontraram no navio depois de quase dois anos sem se verem. Em Setembro de 1927 chegaram finalmente ao seu destino. Desembarcados em Aipelo onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório, rapidamente os deportados foram empregados consoante as suas habilidades.¹⁰⁰⁴ Dada a sua actividade profissional, José Filipe viveu em vários locais. Empregado pelo Estado estava onde

⁹⁹⁹ Documentação presente nos Arquivos Nacionais da Austrália mas não consultada por não se encontrar digitalizada: NAA: A367, C76057, NAA: C123, 21613, NAA: C123, 21451, NAA: A367, C18000/860.

¹⁰⁰⁰ NAA- MP1103/1, Q542 e AHS, Caixa 95, 4503, mç 112.

¹⁰⁰¹ *A Batalha*, 10.6.1925:1, *A Batalha*, 21.5.1925:2 e mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php, consultado a 25.4.2014.

¹⁰⁰² *O Século*, 11.6.1925: 6 e *A Capital*, 31.7.1925:2

¹⁰⁰³ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

¹⁰⁰⁴ Morna, 1931.

eram necessários os seus serviços, pelo que os seus filhos foram nascendo em diferentes localizações do território. Manteve uma relação marital com uma senhora de origem africana, Luciana Quintas Filipe (cerca de 1910 - Darwin, 14.2.2008), com quem teve seis filhos. O casal residiu em Manufahi, onde nasceu o primeiro filho, José Ramos Filipe Júnior (15.2.1929 - Perth, 05.2005). Depois disso a família passaria a residir em Lautém, onde nasceu Raul Filipe (17.4.1932 - Perth, 23.10.1995) e seguidamente em Baguia, onde nasceu Luís Filipe (30.6.1934).¹⁰⁰⁵ Em Abril de 1935, José tinha a sua residência fixada em Ataúro.¹⁰⁰⁶ É importante ter em conta que a ilha de Ataúro era normalmente “local de desterro, dentro do desterro”, ou seja, para onde a administração portuguesa enviava com quem se desentendia, pelo que fica a dúvida se Filipe ali residia ou se estaria somente a passar ali uma temporada, enviado como castigo pela administração. Alice, a primeira filha do casal nasceria em Ossu (15.12.1936 - Díli, 1978). O casal viveu também em Díli, local onde José Filipe trabalhou como reparador de telhados e supervisor de uma fábrica de tijolos e azulejos. Ilda Filipe (25.6.1942), a penúltima filha de José e Luciana nasceu em Laulara, já durante a ocupação japonesa (1942-1945). Deste tempo, José Filipe deixou registado um episódio em que diz ter acompanhado uma coluna do exército australiano por dois ou três dias, depois de ter apanhado a espingarda de um soldado holandês que havia morrido. De regresso a Díli, embora tivesse sofrido represálias por parte dos japoneses, continuou a passar informações às tropas australianas. Três meses depois, denunciado como espião ao serviço australiano, viu-se obrigado a mudar-se com a sua família para um local mais discreto. Viajando a pé e a cavalo, transferiu-se para Loré, em Lautém, onde ficou a trabalhar na serração de César de Castro, também ele deportado. Em Dezembro de 1942 a sua família foi evacuada pela costa sul para a Austrália, ficando alojada em *Bob's Farm*, local onde o Governo australiano albergou grande parte dos refugiados.¹⁰⁰⁷ José Filipe juntou-se definitivamente ao exército australiano, andando em fuga pelas montanhas a tentar resistir à ocupação pela táctica de guerrilha até Agosto de 1943, altura em que foi evacuado por Barique, com Francisco Horta. Quando chegou à Austrália, esteve dois meses internado no *Army General Hospital* com problemas nos brônquios e em Outubro de 1943 foi enviado para o campo de prisioneiro de Liverpool. O Tenente

¹⁰⁰⁵ NAA- MP1103/1, NF1797, NAA- MP1103/2, N1779, NAA: MP1103/2, N1780, NAA: MP1103/2, N1781.

¹⁰⁰⁶ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁰⁰⁷ NAA: MP1103/2, NF1782, NAA: MP1103/2, NF1782 e NAA- MP1103/2, NF1797.

Pires havia feito uma lista de elementos a não enviar para *Bob's Farm* argumentando recear que, à chegada ao campo, estes elementos divulgassem informações confidenciais relativamente às posições da resistência em Timor. Proposta levada a sério pelas autoridades australianas que internaram o grupo num campo de prisioneiros em Liverpool, ficando impossibilitados de se reunirem com as suas famílias. Sem entenderem muito bem a razão de ali estarem, entre Janeiro e Fevereiro de 1944, várias foram as manifestações e apelos protagonizados pelo grupo contra a sua detenção. José Filipe participou ativamente nas reivindicações, chegando até a participar numa greve de fome, embora sem sucesso imediato. Em Março, vários dos detidos foram soltos para *Minimbah*, mas José Filipe permaneceu internado com onze outros, Francisco Horta incluído. Somente em Abril de 1944, é que o último grupo foi transferido para Victoria, podendo finalmente reencontrar as respectivas famílias. Mulher, filhos e sobrinhas (filhas de Arsénio José Filipe), que tinham estado em *Bob's Farm* e já se havia mudado para Narrabri West, juntaram-se-lhe imediatamente. Em Agosto de 1944, a família mudou-se para Singleton, ficando confinada aos limites de uma propriedade denominada *Minnibah* e devendo a sua correspondência ser submetida a censura.¹⁰⁰⁸ Foi nesta altura que nasceu a última filha do casal, Lorena Filipe (30.8.1945).¹⁰⁰⁹ Com o final da Guerra, a 25 de Outubro era publicado um despacho pelo Governo da Colónia levantando a nota de “deportados” a “todos os indivíduos que na Colónia se encontravam nesta situação, restituindo-os ao uso de todos os direitos civis e políticos que a lei confere aos cidadãos portugueses”, pelo que assim ficaram todos autorizados a regressar a Portugal.¹⁰¹⁰ Em Novembro de 1945, José Filipe e a família embarcavam no navio Angola, largando da Austrália rumo à Metrópole, onde chegaram em meados de Fevereiro de 1946. À chegada a Lisboa, cerca de 235 pessoas foram levadas do cais directamente para a colónia de férias da FNAT na Costa da Caparica, onde foi montado um campo para albergar todos os recém-chegados, que depois de uma ausência de mais de vinte anos, não tinham para onde ir.¹⁰¹¹ Apesar de levantada a pena, a PIDE permanece atenta. Dias após a chegada, já o seu nome vinha referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa, que procurava monitorizar os recém chegados

¹⁰⁰⁸ Carvalho, 1972:203, Laborinho, 1944:145, Cardoso, 2007:240 e Chamberlain, 2010:Anexo A, 41.

¹⁰⁰⁹ Chamberlain, 2010: Anexo A, 41 e documento enviado por Lena Filipe, via Facebook 1.12.2014.

¹⁰¹⁰ Carvalho, 2003: 726-727.

¹⁰¹¹ NAA_A367, C63656 e *Diário de Lisboa*, 15.2.1946.

ex-deportados.¹⁰¹² José Filipe ainda chegou a solicitar autorização para viajar para Moçambique, mas não lhe sendo concedida, a família acabou por regressar novamente a Timor, no navio Quanza, em meados de 1946.¹⁰¹³ À chegada a Timor, a família fica a residir numa casa subsidiada pelo Governo da Colónia, medida tomada pela administração portuguesa de forma a auxiliar as famílias na sua reintegração. José Filipe retomou o seu ofício e os seus filhos, os estudos. Viria a comprar um terreno no bairro de Taibessi, em Díli, onde construiu uma casa. Ao reformar-se, José Filipe e sua mulher ficaram a residir com o filho mais novo, Luís, vindo a falecer em Novembro de 1964, em casa, rodeado da sua família. A sua campa encontra-se no cemitério de Santa Cruz. Durante a guerra civil de 1975, a família conseguiu viajar e refugiar-se na Austrália, onde reconstruíram as suas vidas e permanecem até hoje.¹⁰¹⁴

José da Silva, nascido em Lisboa a 5 de Agosto de 1902, era filho de João da Silva e



de Emília Virgínia Guerras, metalúrgico de profissão, residia na rua Maria Pia, havendo indícios de que á data da sua prisão, já seria casado com uma senhora chamada Deolinda M. da Silva.¹⁰¹⁵ Preso a 12 de Junho de 1925,¹⁰¹⁶ no final do mês permanecia preso, doente e incomunicável¹⁰¹⁷ e só em Dezembro iria prestar declarações à Boa Hora, integrado num grupo suspeito de ter

estado implicado no atentado de 15 de Maio, ao Comandante da Polícia, Ferreira do Amaral.¹⁰¹⁸ Continuou preso no Sector C da cadeia de Monsanto, de onde enviou várias cartas à Comissão Administrativa do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa, sempre reclamando as duras condições de vida dos operários, a falta de apoio aos presos sociais e as calúnias da imprensa, pedindo solidariedade e donativos

¹⁰¹² *Jornal de Notícias*, 16.2.1946, PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

¹⁰¹³ PT/AHU/12/2G/DGAPC/MÇ/1938_1950.

¹⁰¹⁴ Documento enviado por Lena Filipe, via FB 1.12.2014.

¹⁰¹⁵ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e NAA- MP1103/2, N1760.

¹⁰¹⁶ *A Batalha*, 12.6.1925: 4.

¹⁰¹⁷ *A Batalha*, 30.6.1925: 2.

¹⁰¹⁸ *A Capital*, 2.12.1925: 2.

monetários, não só para os presos em geral, mas também para a sua família em particular que sem condições de sustento se encontrava prestes a ficar sem casa.¹⁰¹⁹ José da Silva permaneceu preso até meados de Abril de 1927, data em foi embarcado no navio Pêro d'Alenquer, em Belém, rumo ao desterro em Timor.¹⁰²⁰ Da sua vida em Timor, sabemos que manteve uma relação marital com uma senhora timorense de nome Margarida (1920), com quem deverá ter tido cinco filhos: João (1930), Emília (1932), Alfredo (1934), Ana (1937) e Jorge (1940).¹⁰²¹ De resto, as referências encontradas foram uma declaração da Repartição dos Serviços Agrícolas, Florestais e da Pecuária, autorizando José da Silva a continuar a exercer funções como tratador de cavalos,¹⁰²² na sede da referida Repartição, e ainda, a sua assinatura em dois recibos do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referentes ao meses de Julho e Agosto de 1934, ambos assinados em Liquiçá,¹⁰²³ área onde nessa altura deveria residir pois era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Aquando da ocupação japonesa de Timor (1942-1945), Silva estava empregado como capataz da SAPT, na plantação de Fatubessi.¹⁰²⁴ Foi um dos elementos que participou na reunião de Talo, na qual se organizou a evacuação dos refugiados para a Austrália, tendo sido evacuado com a sua família em Dezembro de 1942.¹⁰²⁵ Como grande parte dos refugiados, esteve inicialmente alojado em *Bob's Farm*, sendo que entre Junho e Agosto de 1943, esteve empregado na indústria madeireira em Marysville (Victoria). Ainda regressou a *Bob's Farm*, mas foi imediatamente transferido para o campo de prisioneiros de Liverpool. Entre as várias acusações que lhe foram feitas, algumas remontavam ao tempo da sua estadia em *Bob's Farm*. Acusavam-no de se ter envolvido em conflitos, sendo também referenciadas alegadas aproximações ao partido Comunista de New Castle e, ainda de má vontade em trabalhar em Marysville.¹⁰²⁶ Referente a esta última acusação, o Cônsul Português na Austrália refere que haviam sido enviados para Marysville, em Victoria um grupo de dezoito homens e respectivas famílias com o objectivo de trabalharem. Contudo, devido ao Inverno rigoroso, não lhes foi possível trabalhar

¹⁰¹⁹ PT/AHS, Caixa 109, 2649, mç 1017 e mç 1019.

¹⁰²⁰ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

¹⁰²¹ Laborinho, 1943: 481.

¹⁰²² *BOT*, 8.7.1933.

¹⁰²³ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁰²⁴ Chamberlain, 2010: Anexo A, p.39-40.

¹⁰²⁵ Cardoso, 2007: 240.

¹⁰²⁶ Chamberlain, 2010: 71.

durante cerca de dez semanas e quando os trabalhos foram finalmente iniciados, desentendimentos relativos a ordenados e condições de trabalho e promessas infundadas por parte do empregador ditaram o regresso dos homens a *Bob's Farm*.¹⁰²⁷ Tal como José da Silva, parte destes homens viria a ficar internado em Liverpool. Não se entendendo muito bem a razão da sua detenção, as tentativas de denunciar a injustiça sofrida foram várias, incluindo uma greve de fome e o envio de várias cartas de protesto a várias entidades. O internamento prolongou-se até Março de 1944, tendo terminado com a transferência dos detidos para um regime de residência fixa em Narrabri West.¹⁰²⁸ Em Novembro de 1945, embarcava com a sua família no navio Angola rumo a Portugal,¹⁰²⁹ onde chegou em Fevereiro de 1946,¹⁰³⁰ sendo esta a última referência encontrada relativamente a este nome.

José da Silva Godinho, o *Gordinho*,¹⁰³¹ filho de Manuel da Silva Godinho, corticeiro



de profissão e de Toda da Conceição Godinho, era o mais velho de sete filhos.¹⁰³² Os pais eram naturais do Algarve mas José veio nascer a Lisboa, a 11 de Janeiro de 1899, para onde os pais tinham migrado um ano antes em busca de melhores condições de vida, tendo-se fixado na Cova da Piedade. Em 1908, *Gordinho* ingressava a escola na Sociedade Filarmónica União Artística

Piedense, mas com o aumentar do agregado familiar, *Gordinho* teve de ir trabalhar para ajudar a sustentar a família, tornando-se, aprendiz numa fábrica inglesa de transformação de cortiça. Desde a infância e durante toda a sua adolescência, *Gordinho* conviveu de perto com os movimentos anarco-sindicalistas vivendo sempre em ambiente de grandes dificuldades: carestia de vida, fome, más condições de trabalho, lutas entre patrões e empregados, greves, etc... A dada altura foi criada uma organização denominada “Comité antimilitarista” constituída por militares e alguns

¹⁰²⁷ Laborinho, 1944: 87 e 124-128.

¹⁰²⁸ Laborinho, 1944: 141.

¹⁰²⁹ NAA_A367, C63656.

¹⁰³⁰ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

¹⁰³¹ Documentação presente nos Arquivos Nacionais da Austrália mas não consultada por não se encontrar digitalizada: NAA: C123, 21105 e NAA: C123, 21596.

¹⁰³² PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

grupos anarquistas e Gordinho acabou por se tornar o “braço armado” desta organização, responsável pela aquisição de armamento, fabrico de bombas, logística e planeamento de operações. Foi presidente do núcleo de Almada das Juventudes Sindicalistas, membro da CGT e redator delegado do jornal *A Batalha*. A sua primeira detenção, aconteceu em Lisboa em Agosto de 1919, por ter participado numa manifestação contra o desemprego e a carestia de vida. Em Fevereiro de 1922 participa na greve da Carris por solidariedade a dois camaradas despedidos, prosseguindo a luta no mês seguinte. Após a recruta de “fura-greves” pela Carris no sentido de dar continuidade ao trabalho, um grupo de “Legionários Vermelhos”, entre os quais José Gordinho, munidos de petardos atacam-nos na rua da Palma, na Avenida 24 de Julho e na Avenida da Liberdade. Numa destas operações Gordinho é ferido com gravidade no abdómen pelos fragmentos da bomba que lançara a um condutor de eléctrico. É transportado para o Hospital de S. José, onde se declara inocente, embora assuma pertencer Juventudes Sindicalistas.¹⁰³³ Nos tempos seguintes, sabendo-se vigiado, optou por uma posição mais à retaguarda, ficando apenas responsável pela guarda do material explosivo, não pela sua utilização. Quando a polícia aparecia para lhe revistar a casa, saltava pela janela e escondia as bombas na quinta das traseiras de sua casa, propriedade do industrial António José Gomes, onde ninguém suspeitaria que a “Legião Vermelha” guardasse parte do seu arsenal, algo que só se viria a saber umas décadas mais tarde pelo testemunho de sua mãe.¹⁰³⁴ Não obstante, em Novembro de 1922 encontrava-se preso no Limoeiro, sendo um dos cinquenta e um presos por delito social que assinava o “*Manifesto aos trabalhadores conscientes*”. Apesar de se identificarem como sindicalistas revolucionários, servia o Manifesto para criticar duramente a ação violenta de alguns membros do recém criado Partido Comunista e, por extensão também o próprio partido, que acusavam de não reagir e até de admitir, certas posições excessivamente radicais que alguns dos seus membros vinham a tomar.¹⁰³⁵ Eventualmente solto, a 18 de Maio de 1925 era apontado pelos jornais como um dos principais dirigentes do atentado de 15 de Maio a Ferreira do Amaral, voltando a ser preso a 7 de Junho.¹⁰³⁶ Três dias depois, o jornal *A Batalha* criticava a imprensa conservadora por publicar

¹⁰³³ PT/AHS, Caixa 96, Livro de Actas do I Congresso das Juventudes Sindicalistas de Portugal, Janeiro 1921. A sexta sessão contou com a participação de José Gordinho de Almada. Policarpo, 2003, *A Capital*, 13.3.1922: 2 e *Diário de Lisboa*, 11.3.1922: 5.

¹⁰³⁴ Policarpo, 2003.

¹⁰³⁵ PT/AHS, Caixa 110, Espólio N61, *Manifesto aos trabalhadores conscientes*, 1.11.1922.

¹⁰³⁶ *A Capital*, 18.5.1925: 2, *A Capital*, 8.6.1925: 1, *O Mundo*, 10.6.1925: 2.

notícias tendenciosas sobre Gordinho, notícias cuja veracidade punha em causa por conhecer o indivíduo em questão e ainda, o comportamento abusivo da polícia em relação a *Gordinho*, nomeadamente ao fazerem uma busca em sua casa, não tratando “com a devida correção algumas senhoras que já se encontravam deitadas”.¹⁰³⁷ No final do mês, *Gordinho* continuava preso na Esquadra do Caminho Novo¹⁰³⁸, mas no final do mês de Julho, *A Capital* noticiava que a Polícia de Segurança do Estado o havia restituído à liberdade por este “antigo comunista já nada ter que ver com as lutas políticas, tendo-se dedicado ao trabalho e assim não havia motivos para qualquer procedimento contra ele”.¹⁰³⁹ Sol de pouca dura, já que a 23 de Setembro era um dos condenados pelo Tribunal Militar a 4 anos e 3 meses de degredo, acusado de ser “Legionário Vermelho” e de ter estado envolvido no atentado a Ferreira do Amaral.¹⁰⁴⁰ É provável que tenha recorrido, pois a 3 de Dezembro era novamente presente a Tribunal na Boa Hora, sendo-lhe anunciada uma nova pena de prisão, juntamente com outros seis, todos com acusações relacionadas com o atentado a Ferreira do Amaral.¹⁰⁴¹ Em Março do ano seguinte voltaria a ser ouvido pelo 3º Juízo da Investigação Criminal e em Setembro pelo Tribunal Militar de Lisboa, recolhendo ao forte de Monsanto após ambas as audiências¹⁰⁴² e onde deverá ter permanecido até meados de Abril de 1927. Data em que embarcava em Belém, no navio *Pêro d’Alenquer* com mais cerca de noventa deportados, mais tarde denominados deportados sociais, rumo ao desterro em Timor.¹⁰⁴³ O navio passou por Cabo Verde e pela Guiné, locais onde foram desembarcados alguns homens e embarcados outros, chegando finalmente ao seu destino em Setembro. Desembarcados em Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório, rapidamente os deportados foram empregados consoante as suas habilidades.¹⁰⁴⁴ Ao chegar a Timor, *Gordinho* logo se apercebeu que a sua estadia seria para durar. Tendo deixado em Portugal Maria Clara, uma jovem corticeira com quem vivia em união informal desde 1921, logo lhe escreveu dizendo que refizesse a sua vida sem ele. Durante dois anos trabalhou como capataz nas obras de estradas, tendo contribuído para os 400 quilómetros de estrada

¹⁰³⁷ *A Batalha*, 10.6.1925: 1.

¹⁰³⁸ *A Batalha*, 30.6.1925: 2.

¹⁰³⁹ *A Capital*, 31.7.1925: 2.

¹⁰⁴⁰ *Diário de Notícias*, 23.9.1925: 5.

¹⁰⁴¹ *A Capital*, 3.12.1925: 2.

¹⁰⁴² *A Capital*, 19.3.1926: 2 e *O Século*, 10.09.1926: 6.

¹⁰⁴³ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

¹⁰⁴⁴ Morna, 1931.

construídos durante o Governo de Teófilo Duarte (1927-28).¹⁰⁴⁵ Circulava por todo o território, conforme a necessidade e assim, em 1929, era de Aileu que contribuía para o Sanatório para sargentos tuberculosos do exército de terra e mar¹⁰⁴⁶ e foi em Viqueque que conheceu a mãe dos seus dois primeiros filhos: Agostinho e Manuel.¹⁰⁴⁷ A senhora viria a falecer passado pouco tempo e talvez por isso, em inícios de 1932, José Gordinho tivesse começado a pensar evadir-se de Timor. Aproveitou o facto de um marinheiro seu amigo da Cova da Piedade fazer parte da tripulação de um navio que ali fez escala, confiou-lhe os filhos e enviou-os para Portugal onde ficaram à guarda dos avós. Com os filhos a salvo, aproveitou as amizades que tinha no porto e um dia escondeu-se num navio holandês. Acabou por ser descoberto e restituído à proveniência. Como castigo, foi enviado para Ataúro, situação que se iria repetir diversas vezes ao longo dos anos, sendo que das restante vezes, levou consigo a família, recusava-se a viajar sozinho para um local tão inóspito.¹⁰⁴⁸ Em Agosto 1934 e pelo menos até 1935, Gordinho manteve a sua residência fixada em Díli, local onde assinava o recibo do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas,¹⁰⁴⁹ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. Em meados dos anos 30, Gordinho inicia uma relação marital com a cunhada, Rosa Silvestre (1913-2000). O casal teve cinco filhos: Domingos Silvestre Gordinho (1934), Maria Luísa Gordinho (1937), Tóda Berta Gordinho (14.7.1941), Manuel Gordinho (Austrália, 21.7.1943) e Nova Acrata Rosa Godinho (Austrália, 5.10.1945 - Lisboa, 1958). Inicialmente foi viver para Balide, em Díli e nos anos seguintes, o casal tornou-se proprietário de três propriedades situadas em Díli e Baucau, onde trabalhava arduamente, vivendo desses mesmos rendimentos. Com a ocupação japonesa de Timor (1942-45), recusando-se a dirigir-se para o local de concentração imposto pela tropa nipónica, a família viu-se obrigada a refugiar-se nas montanhas. Rosa Silvestre, à espera do último filho de ambos, ainda tentou negar-se a fugir por se considerar um obstáculo durante a fuga. Sem a querer deixar para trás, *Gordinho* transportou-a, a ela e aos filhos, a cavalo até à Costa Sul, de onde estava prevista a possibilidade de evacuação.¹⁰⁵⁰ A família chegou à Austrália em Dezembro de 1942, ficando acomodada em *Bob's Farm*,

¹⁰⁴⁵ Policarpo, 2003 e *Diário de Lisboa*, 27.2.1929: 4.

¹⁰⁴⁶ *BOT*, 28.9.1929.

¹⁰⁴⁷ Viriam a morrer os dois de tuberculose ainda antes dos anos 40.

¹⁰⁴⁸ Policarpo, 2003.

¹⁰⁴⁹ PT/Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁰⁵⁰ Policarpo, 2003.

contudo, as relações entre *Gordinho* e as autoridades do campo foram-se deteriorando, e em Fevereiro acusavam-no de aproximações ao Partido Comunista de New Castle e de se envolver e agitar conflitos em *Bob's Farm*. Ainda trabalhou com Arsénio José Filipe e Amadeu Carlos das Neves na *Lysaght's Newcastle Works* mas em Abril de 1943, tendo sido considerado um dos principais agitadores de uma briga, passou a ficar acomodado no *Salvation Army Palace*, em New Castle e empregado pelo *Manpower Directorate*. Em Setembro ficaria acomodado no campo de prisioneiros em Liverpool, contudo, sem entender muito bem a razão da sua detenção, várias foram as tentativas de denunciar a injustiça sofrida, que incluíram uma greve de fome e o envio de várias cartas de protesto a várias entidades. Somente em Março de 1944 é que cessou o internamento, tendo ido para Singleton, ficando com a sua liberdade restrita aos limites de uma propriedade denominada de *Minnibah* e devendo a sua correspondência ser submetida a censura.¹⁰⁵¹ Entretanto, durante esta sua estadia na Austrália, em Julho de 1943, ainda a caminho do Hospital de New Castle, havia nascido Manuel Silvestre Godinho e a 5 de Outubro de 1945, a última filha do casal, Nova Acrata Rosa Godinho.¹⁰⁵² Declarado o final da Guerra, a 27 de Novembro de 1945 José da Silva Godinho partia, conforme previsto, no navio Angola com toda a sua família. Ao fazer escala em Díli, temendo que a mulher fugisse do navio por não querer viajar para a metrópole, exige ao Imediato que não autorizasse a saída da sua família de bordo enquanto se deslocou a terra para resolver a questão das propriedades e recolher os bens de família.¹⁰⁵³ Ao fim de três meses de viagem, o navio chegaria a Lisboa em Fevereiro de 1946 e a família foi viver para a travessa da Arrábida, no Pragal, concelho de Almada.¹⁰⁵⁴ Logo na semana seguinte à chegada, já a PIDE procurava monitorizar os recém chegados ex-deportados, pelo que também o seu nome é referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa, embora sem qualquer efeito imediato no seu quotidiano.¹⁰⁵⁵ Semanas depois, a direção da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense promoveu uma cerimónia pública de grande dimensão com o intuito de homenagear *Gordinho*, “o homem que havia sacrificado a sua liberdade para que todos os outros a pudessem

¹⁰⁵¹ Chamberlain, 2010: Anexo A, p.40 e Laborinho, 1944: 143.

¹⁰⁵² Policarpo, 2003.

¹⁰⁵³ Cardoso, 2003: 46, Policarpo, 2003.

¹⁰⁵⁴ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946 e Policarpo, 2003.

¹⁰⁵⁵ PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

ter”. Em Maio desse mesmo ano, *Gordinho* retomou a atividade como corticeiro na empresa inglesa onde já havia trabalhado, mas em Novembro acabaria por ser preso no Aljube, com mais dez camaradas corticeiros e residentes na Cova da Piedade, após uma série de incêndios ocorridos em empresas ligadas à cortiça, acusados de sabotagem económica, fogo posto, organização de uma greve geral visando a sublevação dos trabalhadores no sentido do derrube do governo e ainda, de pertencerem ao Partido Comunista. O grupo ficaria sob interrogatório, vários dias incomunicável, sendo posto em liberdade condicional somente em finais de Janeiro de 1947, tendo o caso sido arquivado sem se apurar os culpados. O auto do interrogatório feito a *Gordinho* é muito elucidativo relativamente à sua difícil reintegração à vida portuguesa. Afirmando-se inocente relativamente aos incêndios, ligações a qualquer organização política ou conhecimento que uma greve estava a ser preparada, *Gordinho* afirma ter estado deportado dezoito anos, tendo chegado a Lisboa em Fevereiro último, pretendendo refazer a sua vida com a família. Afirmava inicialmente ter sido auxiliado pelos seus irmãos mas, tendo a seu cargo uma família numerosa, teve de procurar trabalho para a sustentar. Enquanto esteve empregado na fábrica, poucas vezes conseguiu ir trabalhar devido à sua doença, e assim, em Setembro último, pediu auxílio ao Socorro social, tendo-lhe sido atribuídos dez escudos diários por cada membro da família. O auto termina com *Gordinho* a afirmar que estando doente e a preparar o seu regresso e da sua família a Timor, evitaria com certeza qualquer conflito. Sem outra forma de sustentar a sua família, *Gordinho* acabaria por se tornar vendedor ambulante de bijutarias, mal ganhando dinheiro para alimentar a sua numerosa prole. Valeu-lhe o auxílio dos vizinhos. Acabaria por morrer no Hospital da Misericórdia de Almada, no dia 28 de Outubro de 1948. Após a morte do marido, Rosa sem emprego e com cinco filhos menores para alimentar pediu novamente auxílio ao Socorro Social, ficando a família internada no “Asilo dos Velhos” em Marvila. A pequena Acrata Rosa *Gordinho* acabaria por morrer em Janeiro de 1958, com apenas 12 anos, devido ao colapso de um telhado nos dormitórios do asilo, mas os restantes filhos foram trilhando o seu próprio caminho. Viriam a trabalhar, casar e formar as suas próprias famílias. Já no final da vida, Rosa Silvestre vivia com a sua filha Rosa e o marido em Moscavide, tendo morrido, quase com 90 anos, em Outubro de 2000.¹⁰⁵⁶

¹⁰⁵⁶ Policarpo, 2003.

José de Melo Aguiar, de Lisboa, filho de Maria Patrocínio e de Clacivendo Melo



Aguiar, militante do Sindicato dos Arsenalistas do Exército.¹⁰⁵⁷ Segundo a sua ficha de militante no sistema de informação do Movimento Social Crítico e Alternativo, era operário e motorista em Braço de Prata de profissão e pertenceu às Juventudes Sindicalistas, ao Partido Comunista e à “Legião Vermelha”. Terá sido o responsável pelo assassinato de Manuel dos Santos, o que

nos leva a supor que o “*Manifesto aos trabalhadores conscientes*”, lhe terá sido dirigido, no sentido de criticar as suas acções extremistas. O documento em questão, tratou-se de um escrito datado de Novembro de 1922 e assinado por um grupo de 51 presos por delito social na prisão do Limoeiro, com o objectivo de criticar duramente a ação violenta de alguns membros do recém criado Partido Comunista e, por extensão também o próprio partido, que acusaram de não reagir e até de admitir, certas posições excessivamente radicais que alguns dos seus membros vinham a tomar.¹⁰⁵⁸ Depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, existe a referência de uma biografia sua escrita por António Duarte, também “Legionário Vermelho”, contudo, o documento existente na referida cota, não corresponde à referência catalogada¹⁰⁵⁹. A 25 de Agosto de 1924, encontrava-se preso no Limoeiro tendo-lhe João Fernandes Pinto facilitado a fuga e ficando ele próprio preso nesse estabelecimento prisional. Segundo a imprensa conservadora, Melo terá aproveitado para fugir para a Rússia, ficando Pinto a substituí-lo como chefe da “Legião Vermelha”.¹⁰⁶⁰ Não sabemos a data ou a causa da sua última prisão, mas o seu nome está incluído na lista de presos que em meados de Abril de 1927 saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no Pêro d’Alenquer, tendo desembarcado

¹⁰⁵⁷ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

¹⁰⁵⁸ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=1019&Itemid=47, consultado a 30.5.2015 e PT/AHS, Caixa 110, Espólio N61, *Manifesto aos trabalhadores conscientes*, 1.11.1922.

¹⁰⁵⁹ PT/ANTT, Ministério do Interior, Direção Geral da Administração Política e Civil, NT 691, pt. 254.

¹⁰⁶⁰ *A Capital*, 29.5.1925: 2 e *O Século*, 30.5.1925: 1 e 2.

no Forte de Aipelo, em Timor, em Setembro do mesmo ano.¹⁰⁶¹ Estadia que terminaria em Abril de 1933, com o seu regresso à Metrópole no navio Moçambique.¹⁰⁶²

José Maria da Cruz nasceu em Lisboa, no ano de 1897. Era filho de Gaspar José da



Cruz e de Ana Rosa.¹⁰⁶³ Em Setembro de 1925, o jornal *Diário de Notícias* anunciava o julgamento do “legionário vermelho” José Maria da Cruz no Tribunal Militar, tendo sido condenado a 2 anos e 8 meses de degredo.¹⁰⁶⁴ O seu nome está incluído na lista de presos que em meados de Abril de 1927 saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer,

rumo ao desterro em Timor,¹⁰⁶⁵ onde viria a morrer no Hospital Dr. Carvalho em Lahane a 23 de Abril de 1932.¹⁰⁶⁶



José Pedro Franco, o Lisboa, era filho de Francisco Pedro e de Dieia Silveira, das Caldas da Rainha.¹⁰⁶⁷ O seu nome está incluído na lista de presos que em meados de Abril de 1927 saiu da cadeia de Monsanto para ser embarcado no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor,¹⁰⁶⁸ sendo esta a última referencia encontrada relativamente a este nome.

¹⁰⁶¹ *Diário de Notícias*, 14.4.1927, *O Século*, 14.4.1927: 6 e AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁰⁶² PT/AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁰⁶³ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

¹⁰⁶⁴ *Diário de Notícias*, 23.9.1925: 5.

¹⁰⁶⁵ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

¹⁰⁶⁶ PT/AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁰⁶⁷ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

¹⁰⁶⁸ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

Júlio da Anunciação, o Gago nasceu em Lisboa, era filho de José da Anunciação e



de Cecília d'Anunciação e irmão de Diamantino da Assunção.¹⁰⁶⁹ Era descarregador de profissão, sindicalista e simpatizante do Partido Comunista. Foi delegado da Confederação Operária Nacional de 1917 e do Congresso Operário de 1922. A primeira referência encontrada a uma sua prisão, data de 1917 por movimentações contra o governo, a guerra e as subsistências.¹⁰⁷⁰ Júlio da

Anunciação foi definitivamente preso a 21 de Junho de 1925, na Esquadra do Caminho Novo.¹⁰⁷¹ Os jornais *O Século* e *A Capital* descrevem-no como um “perigoso legionário”, que esteve presente em todas as reuniões de preparação do atentado ao chefe da polícia, tendo logo de seguida fugido para a Amieira e depois regressado a Lisboa. Mais acrescentam, ter este indivíduo grande influência junto da classe, de tal forma que não só lhe subsidiaram o tempo em que andou fugido, como ainda, por intermédio seu, permitiram a fuga de *Bela Kun* a bordo do pesqueiro Arrábida. Há tempos havia também permitido a fuga de José Melo.¹⁰⁷² Já o jornal *A Batalha* afirma ter recebido uma carga por um membro da Associação dos descarregadores de mar e terra afirmando que Júlio da Anunciação não poderia ter feito parte do atentado a Ferreira do Amaral, já que se encontrava “reunido com outros revolucionários sociais estudando a forma de conjurar o perigo da ditadura militar em perspectiva”.¹⁰⁷³ Ainda assim, a 23 de Junho Júlio de Anunciação continuava preso e sendo interrogado, negou as acusações de que era alvo.¹⁰⁷⁴ A 4 de Julho, Júlio de Anunciação, entre outros indivíduos que se encontravam no Caminho Novo, acusados de pertencerem à Legião Vermelha declararam greve de fome, sendo

¹⁰⁶⁹ Um dos intervenientes no dia do atentado a Ferreira do Amaral, tendo sido preso. No dia de embarque para a deportação, tenta a fuga e acaba por ser pela polícia durante a perseguição (*A Capital*, 29 de Maio de 1925: 2).

¹⁰⁷⁰ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=639&Itemid=49, consultado a 31.5.2015.

¹⁰⁷¹ *A Batalha*, 30.6.1925:2.

¹⁰⁷² *A Capital*, 20.6.1925:2 e *O Século*, 21.6.1925:2.

¹⁰⁷³ *A Batalha*, 24.6.1925:2.

¹⁰⁷⁴ *A Capital*, 24.6.1925: 2 e *O Século*, 23.6.1925:2.

que sete presos mantiveram essa determinação, pelo que foram transferidos nessa noite para local incerto.¹⁰⁷⁵ Só em Dezembro é que grande parte dos indivíduos presos na sequência do atentado a Ferreira do Amaral e que ainda não tinham sido deportados, foram ouvidos no Tribunal da Boa Hora. Júlio foi ouvido a 2 de Dezembro, tendo logo recolhido ao Governo Civil.¹⁰⁷⁶ Eventualmente terá sido transferido para o Sector C da cadeia de Monsanto, já que era daí que assinava uma carta enviada à Comissão Administrativa do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa, reclamando as duras condições de vida dos operários, a falta de apoio aos presos sociais, as calúnias da imprensa e pedindo solidariedade e donativos monetários.¹⁰⁷⁷ Em meados de 1927 era embarcado no navio Pêro d'Alenquer, em Belém, rumo ao desterro em Timor.¹⁰⁷⁸ Em Abril de 1935 tinha a sua residência fixada em Ataúro.¹⁰⁷⁹ É importante ter em conta que Ataúro era normalmente “local de desterro, dentro do desterro”, ou seja, para onde a administração portuguesa enviava com quem se desentendia, pelo que fica a dúvida se Júlio ali residia ou se estaria somente a passar ali uma temporada, enviado como castigo pela administração. Não foi encontrada mais nenhuma referência relativamente a este nome.¹⁰⁸⁰

Luís José de Abreu nasceu em Lisboa a 2 de Julho de 1887, mas só foi registado em



1902, pois o pai, anticatólico, aguardava que fosse implementado o sistema de registo civil, o que só aconteceu em 1910, com a implantação da República. Era filho de Francisco José de Abreu e de Carlota Joaquina Nunes de Abreu, tendo tido pelo menos um irmão, Joaquim Abreu. A nível profissional, exerceu as funções de estucador, vendedor de estatuetas e calceteiro da Câmara

¹⁰⁷⁵ *A Capital*, 4.7.1925: 2.

¹⁰⁷⁶ *A Capital*, 2.12.1925: 2

¹⁰⁷⁷ PT/AHS, Caixa 109, 2649, mç 1017 e mç 1019.

¹⁰⁷⁸ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

¹⁰⁷⁹ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁰⁸⁰ Existe mais documentação onde o seu nome é referido, embora não nos tenha sido possível consultá-la. PT/AHM: 1ª divisão 35ª secção caixa 1281.

Municipal de Lisboa.¹⁰⁸¹ Integrou as Juventudes Sindicalistas e a Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920), movimento revolucionário que embora sem ligação directa à Rússia comunista, se inspirava nas facções mais radicais da revolução russa de 1917. Em fins de 1920, devido à severa repressão, a Federação acabou por cessar funções mas, logo em Março de 1921, grande parte dos seus antigos membros respondem ao apelo do II Congresso do *Komintern* da Rússia que visava a formação de partidos comunistas, formando-se assim o Partido Comunista Português.¹⁰⁸² Em inícios de 1922, na sequência de desentendimentos no seio das Juventudes Sindicalistas, surgiram as Juventudes Comunistas, das quais Abreu foi um dos membros fundadores. Detido em 1923 por pertencer ao comité de uma greve de trabalhadores do Município de Lisboa, foi novamente preso em 1925 depois de vários membros das Juventudes terem corrido ao Arco do Cego, a fim de impedir um golpe militar protagonizado pelas forças conservadoras, a 18 de Abril de 1925. Algo que gerou inúmeros confrontos na Av. António Augusto Aguiar e assim, segundo o testemunho de Abreu, vários presos seguiram foram deportados. Abreu ainda ficou na metrópole mais uns tempos, voltando a ser detido em 1926. Depois em 18 dias incomunicável ainda foi solto mas em 1927, tendo participado nas revoluções de Fevereiro, ficou definitivamente preso em Monsanto até meados de Abril de 1927, altura em que saiu da cadeia para embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.¹⁰⁸³ O navio saiu de Lisboa, passou por Cabo Verde e pela Guiné, locais onde foram desembarcados alguns homens e embarcados outros e chegou a Timor em Setembro do mesmo ano, com cerca de noventa deportados, mais tarde denominados deportados sociais. Todos foram desembarcados em Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório e rapidamente foram organizados para que pudessem começar a trabalhar e reconstruir as suas vidas em Timor.¹⁰⁸⁴ Trabalhou nas obras públicas e residiu em Manatuto, local onde assinou dois recibos do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas e referentes aos meses de Julho e Agosto de 1934,¹⁰⁸⁵ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. Manteve uma relação marital

¹⁰⁸¹ NAA- MP1103/2, Q539_1 e Alves, 2001: 97-110.

¹⁰⁸² Telo, 2011: 193 e maltez.info/respublica/Cepp/partidos_e_movimentos/portugueses/federacao_maximalista_portuguesa.htm, consultado a 10.12.2014 e Pereira, 1981: 695-713.

¹⁰⁸³ *Juventudes*, nº 4-5, Julho e Agosto de 1975, *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6.

¹⁰⁸⁴ Morna: 1931.

¹⁰⁸⁵ PT/Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

com uma senhora timorense chamada Madalena de Canossa (24.3.1904).¹⁰⁸⁶ Com a invasão japonesa (1942-1945), a sua mulher embarcou para a Austrália logo em Dezembro de 1942, tendo ficado alojada em *Bob's Farm*. Abreu permaneceu em Timor ainda andou alguns meses, em fuga pelas montanhas, tentando resistir à ocupação pela tática de guerrilha, tendo sido evacuado a 3 de Agosto de 1943. À chegada à Austrália ficou duas semanas em Darwin, passou depois pelo *Gaythorne Internment Camp* em Brisbane, chegando a Liverpool, em finais de Setembro de 1943. O Tenente Pires havia feito uma lista de elementos a não enviar para *Bob's Farm*, argumentando recear que à chegada ao campo estes elementos divulgassem informações confidenciais relativamente às posições da resistência em Timor. A proposta foi tida em consideração pelos militares australianos que os internaram num campo de prisioneiros em Liverpool. Sem entenderem muito bem a razão, várias foram as tentativas do grupo aí detido, de denunciar a injustiça sofrida. Os protestos incluíram uma greve de fome e o envio de várias cartas a entidades de renome. Em Abril de 1944, Abreu viria a ser transferido para Tatura onde finalmente se reuniu a sua mulher e em Agosto para Singleton, onde ficou com a sua liberdade restrita aos limites de uma propriedade denominada de Minnibah e devendo a sua correspondência ser submetida a censura.¹⁰⁸⁷ No final da Guerra, dada a ordem de que o repatriamento iria ser feito e receando consequências do Governo Português por terem contrariado a ordem de neutralidade nacional dada pelo Governador de Timor, alguns deportados, Abreu incluído, pediram visto de residência permanente australiano. Invocaram o apoio dado ao exército australiano mas, ainda assim, o pedido foi recusado. As autoridades australianas receavam, não só as suas ligações comunistas, como também lhes era difícil aceitar o facto destes homens manterem relações maritais com mulheres timorenses, de quem tinham filhos. Num documento das autoridades de emigração a respeito do caso, pode ler-se: "qualquer simpatia que se pudesse sentir a respeito deles é afastada pela sua livre associação com mulheres nativas ou de raça negra". Embora, o pedido de residência na Austrália tenha sido recusado, Abreu e sua mulher não embarcaram no navio Angola, conforme previsto.¹⁰⁸⁸ Dias depois da partida do navio, já as autoridades de segurança australianas recebiam alegações de que Abreu e um outro deportado, João Moreira,

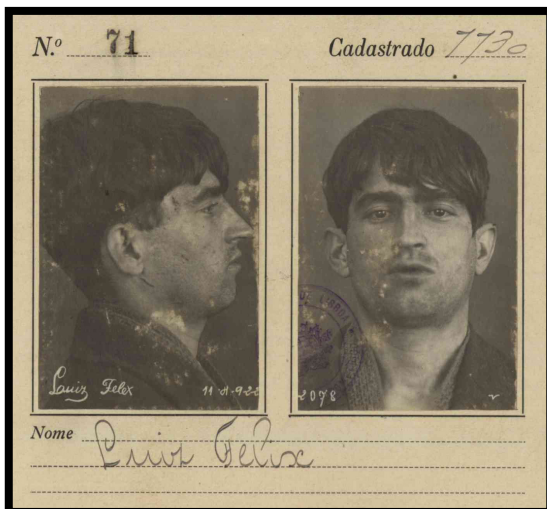
¹⁰⁸⁶ NAA- MP1103/1, NF1773.

¹⁰⁸⁷ NAA- MP1103/1, NF1773, NAA- MP1103/1, Q539, Cardoso, 2007: 240, Chamberlein, 2010: Anexo A, p.45 e Laborinho, 1944: 145.

¹⁰⁸⁸ Cardoso, 2007: 111.

havia ficado na Austrália com o objectivo de reunir o auxílio dos comunistas, no sentido de fazer a revolução em Timor. O deportado Bezerra dos Santos regressado a Timor, seria supostamente o agente local.¹⁰⁸⁹ Embora nenhum movimento revolucionário se tenha verificado, segundo o testemunho do próprio, foi um dos membros fundadores da célula “Roma” do Partido Comunista na Austrália, juntamente com um grupo de italianos e espanhóis. Em 1947, cansado do racismo contra a sua mulher, Abreu resolveu regressar a Timor onde voltou a trabalhar para as obras públicas. Empenhado nas suas ideias revolucionárias, afirma que ao chegar a Timor, já todos os colegas se haviam conformado com a administração portuguesa, tendo-o demovido de tais ideias.¹⁰⁹⁰ Regressou à Austrália após a revolução portuguesa de 1974. Esteve em Melbourne mas acabou por se mudar para Sidney, onde trabalhou como servente de cozinha e depois como cozinheiro de segunda. Nunca abandonou as suas convicções políticas, pois nos últimos tempos de vida continuava filiado no Partido Comunista Português da Nova Gales do Sul.¹⁰⁹¹

Luís Maria Félix era filho de Manoel Félix e de Maria Félix, de Lisboa e era



descarregador de profissão.¹⁰⁹² As informações encontradas com este nome datam de finais de Maio de 1925 e referem a sua prisão no Governo Civil, acusado de ter arremessado uma bomba contra a polícia, na rua dos Bacalhoeiros. Apenas em Dezembro terá sido chamado para prestar declarações na Boa Hora¹⁰⁹³, tendo permanecido preso até meados de Abril de 1927, altura em que saiu da

cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.¹⁰⁹⁴ Da sua vida em Timor sabemos que viveu em Lautém, já que foi daí que contribuiu a favor do Sanatório para sargentos tuberculosos do exército de terra e mar e assinou dois recibos de subsídio de deportado social, no

¹⁰⁸⁹ Chamberlein, 2010: Anexo A, p.45.

¹⁰⁹⁰ *Juventudes*, Julho e Agosto de 1975.

¹⁰⁹¹ Alves, 2001: 97-110.

¹⁰⁹² PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e Cardoso, 2007: 241.

¹⁰⁹³ *A Batalha*, 31.5.1925:1, *O Século*, 31.5.1925: 8 e *A Capital*, 3.12.1925:2.

¹⁰⁹⁴ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6.

valor de 50 patacas, referentes aos meses de Julho e Agosto de 1934, datados de 31 de Julho e 31 de Agosto de 1934, respectivamente, ambos em Lautém,¹⁰⁹⁵ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. Segundo o médico José dos Santos Carvalho, Félix tinha companheira timorense e dois filhos.¹⁰⁹⁶ Durante a invasão japonesa de Timor (1942-45), sai de Lautém e junta-se à concentração em Liquiçá. Será Félix quem traz a notícia do assassinato dos deportados António Teixeira, Mário Gonçalves e Raul Monteiro pelas colunas negras, a 15 de Novembro.¹⁰⁹⁷ Em Janeiro de 1943, perante a aproximação a Liquiçá de uma coluna negra que chega a prender um funcionário da SAPT e a levá-lo consigo, rapidamente o Tenente Liberato e o Eng. Canto organizam um grupo com o intuito de ir libertar o preso e a respectiva família. Neste grupo estava também Luís Félix que acabaria por vir a morrer vítima de beribéri, já quase no final da Guerra.¹⁰⁹⁸

Manuel dos Santos Quintas nasceu a 29 de Março de 1902, na Mexilhoeira Grande, Portimão.¹⁰⁹⁹ Era filho de Luís Garcia Quintas e de Maria da Conceição Silva¹¹⁰⁰ e trabalhava em Setúbal, onde era operário conserveiro. Era também anarquista¹¹⁰¹ e, segundo a informação da PIDE, foi preso em Setembro de 1925 por ter disparado contra o industrial José da Silva com um revólver fornecido por João Maria Major.¹¹⁰² O seu nome está incluído na lista de presos que em meados de Abril de 1927 saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.¹¹⁰³ Aí, as referências encontradas com este nome foram: o seu depoimento no inquérito da morte do deportado Joaquim António Pereira, mais conhecido por *Bela Kun*,¹¹⁰⁴ e ainda, a sua contribuição de 5\$ para o monumento ao Dr. António José de Almeida.¹¹⁰⁵ Na sequência da sua participação na criação da Aliança Libertária, em finais de 1933 foi enviado de volta para a Metrópole, juntamente com João Maria Major e Raul dos Santos Pereira. Pelo

¹⁰⁹⁵ BOT, 28.9.1929 e Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁰⁹⁶ Carvalho, 1972: 205.

¹⁰⁹⁷ Carvalho, 2003: 457.

¹⁰⁹⁸ Faleceu a 10.06.45; Carvalho, 2003: 481 e Cardoso, 2007: 241.

¹⁰⁹⁹ PT/ANTT, Registo de presos, livro 14, N° 2716

¹¹⁰⁰ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Proc° pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

¹¹⁰¹ Cardoso, 2007: 43 e 241.

¹¹⁰² PT/ANTT/PIDE - Proc° 64/928, mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=509&Itemid=47, consultado a 29.5.2015.

¹¹⁰³ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

¹¹⁰⁴ PT/AHU, mc. 2871, Processo de inquérito à morte de um deportado em Timor.

¹¹⁰⁵ BOT, 4.2.1933.

caminho ficou gravemente doente, pelo que ficou entregue ao cônsul no Ceilão.¹¹⁰⁶ Já novamente em Portugal, as referências encontrados foram dois processos no registo de presos. No primeiro consta ter sido detido a 4 de Março de 1936 por ter emigrado clandestinamente para Espanha de onde veio expulso. Recolheu à cadeia de Elvas e foi restituído à liberdade a 12 de Março de 1936.¹¹⁰⁷ No segundo, consta a informação de que Manuel dos Santos Quintas residia em Setúbal, era viúvo e guarda-fios de profissão. Em Julho de 1951, era novamente preso em Alcácer do Sal para averiguações, recolhendo ao Aljube. Ainda foi transferido para Caxias e finalmente restituído à liberdade em finais de Outubro do mesmo ano.¹¹⁰⁸

Manuel Pereira, o *Pereirita* nasceu em 1901 em Oliveira do Hospital. Era filho de Paulo Pereira e de Maria do Céu.¹¹⁰⁹ Residia na rua Avelar Broteiro, nº12, 2ºdto, pertencia às juventudes sindicalistas e era padeiro de profissão.¹¹¹⁰ Relativamente a este nome, deparamo-nos com uma questão: existem dois indivíduos com o mesmo nome e profissão a serem presos e deportados na época em estudo, tornando difícil compreender em que situações as fontes se referem a um ou a outro. Manuel Duarte Pereira foi deportado a 29 de Maio de 1925 para Bolama, na Guiné,¹¹¹¹ onde viria a falecer. Provavelmente preso na sequências das rusgas feitas após o atentado ao chefe da polícia a 15 de Maio de 1925, assumimos que também as notícias publicadas pelo jornal *A Batalha* defendendo o deportado, referem aquele que viria a morrer em África.¹¹¹² Uma notícia em especial nos confunde: a seis de Junho, Manuel Pereira, “um dos presos que esteve para ser deportado para a Guiné”, foi solto.¹¹¹³ Assim, somos obrigados a pôr em causa também as notícias que referem Manuel Pereira na Metrópole posteriormente à suposta deportação de Manuel Duarte Pereira. A dez de Junho, *O Século* noticiava que Manuel Pereira, dizendo-se filho de pai austríaco e de mãe portuguesa, havia sido expulso de Espanha como indesejável e

¹¹⁰⁶ Cardoso, 2007: 43 e 241.

¹¹⁰⁷ PT/ANTT, Registo de presos, livro 14, Nº 2716.

¹¹⁰⁸ PT/ANTT, Registo de presos, livro 102, Nº 20365.

¹¹⁰⁹ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e Laborinho, 1944: 482.

¹¹¹⁰ PT/AHS, Caixa 95, 4502, mç 128 e AHS, Caixa 98, 2718, mç 586. Fonte que pode levantar dúvidas sobre a qual Manuel Pereira se refere.

¹¹¹¹ PT/AHMarinha, caixa 1402, navio Carvalho Araújo. Fonte a nosso ver credível tendo em conta que se trata da relação de presos feita pelo Comandante do navio que transportou os deportados para a Colónia.

¹¹¹² *A Capital*, 29.5.1925: 2, *A Batalha*, 30.5.1925: 2, *A Batalha*, 3.6.1925: 1, *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 1.

¹¹¹³ *A Capital*, 6.6.1925: 2.

preso na fronteira, sem documentos de identidade.¹¹¹⁴ A 20 do mesmo mês, *A Capital* noticiava que Manuel Pereira era acusado do fabrico de uma bomba de quinze quilos que havia sido encontrada na calçada da Mouraria e que segundo vários padeiros, Manuel Pereira fabricava bombas num armazém de venda de pão na Lapa.¹¹¹⁵ Fica a dúvida sobre a que Manuel Pereira a imprensa se refere. Numa relação de deportados sociais elaborada em 1940 pelo Governo da Colónia, consta a informação que Manuel Pereira, o *Pereirita* deu entrada na cadeia à ordem da polícia a 27.12.1925.¹¹¹⁶ Sendo a mesma data de vários outros deportados, assumimos que esta não tenha sido a data exata da sua detenção mas antes a data em que deu entrada na cadeia de Monsanto, onde ficou a aguardar a deportação para Timor. Deste tempo, encontrámos uma carta por si assinada e enviada à Comissão Administrativa do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa, reclamando as duras condições de vida dos operários, a falta de apoio aos presos sociais, as calúnias da imprensa e pedindo solidariedade e donativos monetários.¹¹¹⁷ Somente em Abril de 1927 era embarcado no navio Pêro d'Alenquer, em Belém, rumo ao desterro em Timor.¹¹¹⁸ O navio saiu de Lisboa, passou por Cabo Verde e pela Guiné, locais onde foram desembarcados alguns homens e embarcados outros e chegou a Timor em Setembro do mesmo ano, com cerca de noventa deportados, mais tarde denominados deportados sociais. Todos foram desembarcados no Forte de Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório e rapidamente foram organizados para que pudessem começar a trabalhar e reconstruir as suas vidas em Timor.¹¹¹⁹ Da sua vida em Timor, é possível que tenha sido um dos beneficiários dos subsídios atribuídos pela administração portuguesa, tendo aberto uma padaria em sociedade com outros deportados. No livro, *Ocupação e Colonização Branca de Timor*, o Governador Teófilo Duarte refere o desafio que foi a abertura de uma padaria, logo após a chegada dos deportados. Conta-nos que inicialmente a loja passou por grandes dificuldades porque a população receava que o padeiro, deportado social, envenenasse o pão. Mais acrescenta o autor, que foi necessário a população local vê-lo a frequentar a padaria e só depois de algumas semanas, vendo que o Governador continuava vivo e de boa saúde, é que a população acedeu a frequentá-la

¹¹¹⁴ *O Século*, 10.6.1925: 4 e *A Batalha*, 6.6.1925: 2.

¹¹¹⁵ *A Capital*, 20.6.1925: 2.

¹¹¹⁶ PT/AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹¹¹⁷ PT/AHS, Caixa 109, 2649, mç 1017 e mç 1019.

¹¹¹⁸ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

¹¹¹⁹ Morna: 1931.

também.¹¹²⁰ Seria o *Pereirita* um dos donos desta padaria? Em 1930 era a Manuel Pereira que o padeiro Abrantes Castanheira, tendo de se ausentar de Díli, confiava os seus negócios e à data da ocupação japonesa (1942-1945) era sócio do padeiro Simões de Miranda na Padaria Europeia.¹¹²¹ Entretanto, em Abril de 1935, o seu nome consta numa relação de deportados sociais a residir na circunscrição civil de Manatuto. A nível familiar, manteve uma relação marital com Eufrásia de Carvalho (1903) e embora não tenham tido filhos, aquando da evacuação para a Austrália, para além de Eufrásia e dos dois irmãos órfãos Simões de Miranda, *Pereirita* assume a responsabilidade por mais três dependentes timorenses. Um deles de apelido Carvalho, seria filho ou irmão de sua companheira? Os outros dois seriam adoptados pelo casal? Inicialmente alojado em *Bob's Farm* com a sua mulher, em 1944 passaria a residir em Narrabri numa casa subsidiada pelo Governo português que albergava o casal *Pereirita* e os cinco dependentes a seu cargo e, ainda Manuel Tavares da Silva e respectiva família. Ainda antes do final da guerra os irmãos Simões de Miranda regressam a Portugal. *Pereirita* regressaria somente no final da guerra, embarcando no navio Angola em finais de Novembro de 1945 e chegando em Fevereiro de 1946. Em Portugal, inicialmente integrado num grupo de cerca de 235 repatriados, ficou alojado na colónia de férias da FNAT na Costa da Caparica, local onde foi montado um campo para albergar todos os recém-chegados, que depois de uma ausência de mais de vinte anos, não tinham para onde ir.¹¹²² Dias após a sua chegada, já o seu nome vinha referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a da Lisboa, procurando monitorizar os recém chegados ex-deportados.¹¹²³ Reencontrou a família do falecido colega Simões de Miranda¹¹²⁴ mas eventualmente regressou a Timor, onde voltaria a tomar conta da padaria localizada na Avenida Bispo de Medeiros, em Díli. Deduz-se que a mesma que tinha abandonado por causa da guerra, única padaria existente em Timor, em 1955.¹¹²⁵ Em Janeiro de 1951 requeria o aforamento de um terreno em Taibessi, com cerca de 3800 metros quadrados,

¹¹²⁰ Duarte, 1944: 136.

¹¹²¹ BOT, 5.4.1930 e Entrevista a Emília e José Simões de Miranda, Aveiro, 26.3.2013.

¹¹²² *Diário de Lisboa*, 15.2.1946 e *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

¹¹²³ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946, PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

¹¹²⁴ Emília e José Simões de Miranda, Aveiro, 26.3.2013.

¹¹²⁵ PT/CGD/Relatório BNU 1955.

destinado a construção e a culturas podres,¹¹²⁶ aforamento concedido somente dois anos depois.¹¹²⁷ Talvez tenha sido neste local que construiu a sua casa, onde o seu amigo de Manuel Viegas Carrascalão, costumava ficar quando vinha da Fazenda Algarve até Díli e onde Mário e Artur Carrascalão ficaram quando vieram para a cidade fazer a escola primária.¹¹²⁸ Em 1953 era eleito tesoureiro da *ACAIT, Associação Comercial, Agrícola e Industrial de Timor*¹¹²⁹ e em 1965 assinava como Presidente da Assembleia Geral da *SIARTA, Sociedade Industrial e Agrícola de Refrigerantes e Tabacos de Timor*.¹¹³⁰ Em 1967, com vista à regularização da situação da sua padaria, era lhe concedido o foro do talhão correspondente à localização da mesma, o nº206 do Bairro Central da cidade de Díli.¹¹³¹ É relevante assinalar que em documentos produzidos pelas autoridades portuguesas aquando da sua estadia na Austrália (1943-45), era assinalado que Manuel Pereira constituía família ilegítima com a “nativa” Eufrásia de Carvalho, contudo, em 1951, embora não tenha sido encontrado o registo do nome de sua esposa naquela data, já se encontrava casado. À data da sua morte, 5 de Julho de 1972, a sua esposa e única herdeira, Aurora da Costa Pereira viria a receber todos os direitos e deveres inerentes à sua padaria, pelo que entendemos também que o *Pereirita* nunca tenha tido filhos.¹¹³² Quanto ao edifício da sua padaria, foi queimado na sequência dos acontecimentos pós-referendo em 1999. Foi Rosa Ramos-Horta Carrascalão quem o recuperou, ali abrindo a *Papelaria Pereirita*, ainda com o forno no interior. O edifício foi deitado abaixo em 2010.¹¹³³

¹¹²⁶ *BOT*, 27.01.1951: 102.

¹¹²⁷ *BOT*, 11.04.1953: 275.

¹¹²⁸ Entrevista a Mário Carrascalão, Díli, 1.5.2014 e 17.10.2014.

¹¹²⁹ *BOT*, 31.01.1953: 145.

¹¹³⁰ *BOT*, 20.03.1965: 230.

¹¹³¹ *BOT*, 20.05.1967: 354

¹¹³² *BOT*, 30.09.1972: 943, *BOT*, 18.11.1972: 1119, *BOT*, 27.01.1951: 102, Laborinho, 1944: 482.

¹¹³³ Entrevista a Rosa Ramos-Horta Carrascalão, Díli a 26.4.2014.

Manuel Simões de Miranda, nascido a 22 de Setembro de 1903 em Aveiro, era filho



de José Simões de Miranda e de Maria Rodrigues Guimarães e tinha um irmão mais novo chamado João. Era sindicalista e padeiro de profissão.¹¹³⁴ Sendo que o pai, para além de ser Mestre-escola, tinha também alguns negócios como uma barbearia e uma taberna, Manuel foi uma criança que teve a oportunidade de ir à escola e aprender a ler e a escrever, pouco

habitual na sua aldeia. Tinha 14 anos quando migrou para Lisboa para trabalhar. Devido às suas capacidades, rapidamente deixou o fabrico de pão para dirigir o balcão de algumas padarias e juntou-se à luta por melhores condições de vida e trabalho, razão que levou várias vezes à sua detenção.¹¹³⁵ Em 1923, Manuel ficou detido uns dias por incitar a uma greve de padeiros no Barreiro e em Abril de 1925, voltou a fazê-lo.¹¹³⁶ Na sequência de uma série de rusgas desencadeadas após o atentado a Ferreira do Amaral, ficou definitivamente preso a 31 de Maio de 1925. Os jornais da época informam que Simões de Miranda não só participou nas reuniões onde se planeou o atentado ao Comandante da polícia, como foi também um dos responsáveis pela guarda de armas na padaria da rua de S. Marçal e foi quem as entregou aos atacantes, imediatamente antes do atentado.¹¹³⁷ Foi também acusado fabricar bombas que viriam mais tarde a ser apreendidas em Oeiras¹¹³⁸, de juntamente com José Abrantes Castanheira, ter encomendado o assassinato do caixeiro da padaria do largo de S. Cristóvão por este ter fornecido informações à PSP,¹¹³⁹ e ainda, de ambos pertencerem ao comité de acção directa dos manipuladores de pão das juventudes comunistas. Acusações que, segundo o jornal, “ambos confessaram a sua veracidade, pelo que ambos recolheram depois à esquadra de Santa Marta, onde permaneceram

¹¹³⁴ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e Entrevista a Emília e José Simões de Miranda, Aveiro, 26.3.2013.

¹¹³⁵ Entrevista a Emília e José Simões de Miranda, Aveiro, 26.3.2013.

¹¹³⁶ Pereira, 2013.

¹¹³⁷ *O Século*, 14.6.1925: 5.

¹¹³⁸ *A Capital*, 20.6.1925: 2.

¹¹³⁹ *O Século*, 2.6.1925:2 e *A Capital*, 2.6.1925: 1 e 2.

incomunicáveis.”¹¹⁴⁰ A veracidade desta notícia é contestada por Emília Simões de Miranda, sobrinha de Manuel Simões de Miranda que afirma lembrar-se de ouvir falar de uma situação, passada anos mais tarde, em que um polícia vizinho dizia ao pai do deportado que intercederia a favor do filho, caso este escrevesse uma carta confessando todos os seus crimes, o que o deportado se recusou fazer.¹¹⁴¹ Do mesmo modo, logo após a deportação, o Sindicato dos Operários Manipuladores de Pão protestou publicamente contra as prisões de dois de seus associados, José castanheira Abrantes e Simões de Miranda.¹¹⁴² Em meados de Junho o jornal *O Século* anuncia ter sido procurado por Rosa Castanheira, moradora na Rua do Monte Olivete, nº11 e por Celeste da Costa, moradora na Rua Fernandes Tomaz, nº37, pedindo ao jornal que reclamasse à polícia a transferência dos presos José Abrantes Castanheira e Manuel Simões de Miranda da esquadra de Santa Marta para o Hospital, por o seu estado o exigir.¹¹⁴³ Com efeito, conta-nos o filho José, que se recorda de ouvir contar que o pai tinha sido torturado de tal maneira que se pensou estava morto. Só depois de o mandarem para a morgue e de entregaram as roupas ensanguentadas à família, se descobriu que afinal ainda estava vivo. Fica também a questão sobre quem seriam as duas senhoras, respectiva esposa e companheira? É possível. Conta-nos também a família que nas cartas escritas à família, Manuel perguntava sempre por uma rapariga em particular de quem seria muito apaixonado.¹¹⁴⁴ Só em Dezembro de 1925 voltamos a encontrar notícias de Castanheira, quando foi ouvido no Tribunal da Boa Hora, recolhendo depois ao Governo Civil,¹¹⁴⁵ eventualmente transferido para a cadeia de Monsanto onde terá permanecido até meados de Abril de 1927, altura em que saiu para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.¹¹⁴⁶ Ter-se-á fixado em Díli onde, com auxílio de subsídios atribuídos pela administração portuguesa, montou uma padaria em sociedade com outros deportados. No livro, *Ocupação e Colonização Branca de Timor*, o Governador Teófilo Duarte refere o desafio que foi a abertura de uma padaria, provavelmente esta mesma. Conta-nos que nos primeiros tempos a loja passou por grandes dificuldades porque a população receava que o padeiro, deportado social, envenenasse o pão. Mais

¹¹⁴⁰ *O Século*, 13.6.1925: 4.

¹¹⁴¹ Entrevista a Emília e José Simões de Miranda, Aveiro, 26.3.2013.

¹¹⁴² *A Batalha*, 2.6.1925: 1.

¹¹⁴³ *O Século*, 13.6.1925: 4.

¹¹⁴⁴ Entrevista a Emília e José Simões de Miranda, Aveiro, 26.3.2013.

¹¹⁴⁵ *A Capital*, 2.12.1925: 2.

¹¹⁴⁶ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

acrescenta o autor, que foi necessário a população local vê-lo a frequentar a padaria e só depois de algumas semanas, vendo que o Governador continuava vivo e de boa saúde, é que a população aceitou a frequentá-la também.¹¹⁴⁷ É provável que Miranda tenha sempre residido em Díli, local onde assinou um recibo do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente ao mês de Agosto de 1934.¹¹⁴⁸ Ainda relacionado com a quantia recebida pelos deportados da administração portuguesa, logo em 1936, Manuel escreve ao pai referindo a redução do valor do subsídio de 50 patacas para 27 patacas. Refere que apesar de já ter vivido melhores tempos, continua a ter a sorte de ser um industrial e por isso ter dinheiro suficiente para o seu sustento e ainda para a pensão dos filhos. “Pouca sorte têm outros colegas deportados que, sem qualquer negócio e com três ou quatro filhos para criar vêm-se em sérias dificuldades.”¹¹⁴⁹ Conta-nos a sobrinha Emília que por vezes Manuel enviava cartas escritas à máquina, algo também muito pouco comum tendo em conta a época e sua localização e ainda, que nos dias de hoje, já têm aparecido na aldeia algumas pessoas dizendo que devem a possibilidade de abrir os seus negócios devido ao dinheiro vindo de Timor.¹¹⁵⁰ Conta-nos o filho João, as suas memórias acerca da padaria do pai e da casa onde a família morava. A Padaria Europeia, assim se chamava, era feita de alvenaria, grande, branca e tinha um alpendre. Quanto à casa, onde moravam, lembra-se de ser grande, com paredes de palapa, telhado de capim e soalho de madeira. Os empregados cozinham numa divisão externa e não havia água corrente. Tomávamos banho em alguidares grandes, de lata,¹¹⁵¹ dinâmica que ainda hoje se mantém em muitas casas timorenses. Há que ter em conta que à época, havia um número muito reduzido de casas em alvenaria, sendo que a maioria pertencia à administração portuguesa. De facto, no início dos anos trinta, Simões de Miranda deveria viver relativamente bem, possibilitando-lhe o envio de várias remessas para casa. Contudo, como refere na carta a seu pai, em meados da década, os rendimentos baixaram, provavelmente não só para si, mas na Colónia em geral. E assim, em 1935, o *Boletim Oficial de Timor* publicava dois anúncios em seu nome: a descida de preços da Padaria Europeia e a venda de um automóvel Essex por 700\$.¹¹⁵² Depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, datado de Setembro de 1935, está um processo

¹¹⁴⁷ Duarte, 1944: 136.

¹¹⁴⁸ PT/Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹¹⁴⁹ PT/Arquivo particular de Adriano Simões de Miranda.

¹¹⁵⁰ Entrevista a Emília e José Simões de Miranda, Aveiro, 26.3.2013.

¹¹⁵¹ Entrevista a Manuel Simões de Miranda (filho), Cacém, 1.5.2013.

¹¹⁵² *BOT*, 2.3.1935 e *BOT*, 20.7.1935.

que contém o indeferimento ao pedido de regresso ao continente de Manuel Simões de Miranda. Conta-nos a família que apesar do êxito da padaria e da confiança que já tinham ganho nele na Colónia, “ele continuava a sentir-se preso” e daí, a sua vontade era de regressar.¹¹⁵³ O Ministério do Interior justifica o indeferimento argumentando que Miranda continuava a pretender trocar correspondência conspirando e dando as suas opiniões discordantes da política do Estado Novo, não só com o seu irmão João, como também com vários centros de propaganda avançada, algo “que a censura por parte das autoridades competentes tem vindo a evitar.”¹¹⁵⁴ Este documento é interessante pois revela que apesar de ter sido deportado por acções tomadas consequentes dos seus ideias políticos e sociais, já em Timor, Manuel Simões de Miranda continuou, tal como outros deportados a interessar-se pela luta por melhores condições de vida e sociais, o que é corroborado pela família que diz existir nas recordações de família uma carta em que Manuel se diz contente com o caminho político do seu irmão e as suas ideias progressistas. Ainda antes da deportação de Manuel, também o seu irmão tinha migrado de Aveiro para Lisboa, tendo-se filiado clandestinamente no Partido Comunista. Em relação à vida familiar de Simões de Miranda, teve a sua primeira filha, Alice (1929-1996), com Laura Sequeira Ximenes, filha de uma senhora timorense e de um funcionário português que não assumira a paternidade. Com Laura, Manuel teve mais dois filhos: José (1931-1994) e João (1933). Na esperança de poder regressar brevemente à Metrópole, Manuel enviou para casa dos avós paternos em Cacia, distrito de Aveiro, primeiro Alice, à data com apenas três anos e mais tarde, José, com apenas dois anos e meio. Enviava regularmente algum dinheiro para o sustento dos filhos e também para ajudar o resto da família.¹¹⁵⁵ Entre 1934-35, Laura deixou-o. É possível que o tenha feito pois a guarda das crianças, nas tradições de casamento e do *Barlaque* timorenses, é assunto muito sensível, de fulcral relevo e condicionado a negociação. Terá Manuel desrespeitado os costumes locais e algum acordo? Solteiro novamente, mas com um filho de apenas três meses nos braços, Manuel inicia uma nova relação marital com Áurea, irmã de Laura e que tinha já um filho, Marcelino, de um outro português.¹¹⁵⁶ Com Áurea, Manuel teve um primeiro filho chamado Manuel, que morreu em poucos dias (1936), tendo sido sepultado no cemitério de Santa Cruz. O casal teve outro filho,

¹¹⁵³ Entrevista a Emília e José Simões de Miranda, Aveiro, 26.3.2013.

¹¹⁵⁴ PT/ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 475, [pt. 2/92].

¹¹⁵⁵ Entrevista a Emília e José Simões de Miranda, Aveiro, 26.3.2013.

¹¹⁵⁶ Entrevista a Manuel Simões de Miranda (filho), Cacém, 1.5.2013;

também chamado Manuel (1937), mas em Março de 1939, Áurea faleceu a dar à luz, morrendo também o filho que estava para nascer. Pouco tempo depois, Manuel inicia uma terceira relação com uma senhora timorense chamada Raquel, de quem se separou ainda antes da Guerra por ela não tratar bem os seus filhos.¹¹⁵⁷ Também o seu filho João estava prestes a embarcar para Lisboa quando se deu a ocupação japonesa de Timor (1942-1945). Por esta altura, Manuel Simões de Miranda estava em Díli, sem mãos a medir para o trabalho que tinha, tomava conta da sua padaria que abastecia a cidade e as tropas australianas. Contam os seus familiares que a certa altura, com as relações com os japoneses a ficarem cada vez mais tensas, depois de um ataque em que Marcelino foi morto, a família precipitou a fuga para Baucau. Simões de Miranda entregou os filhos à avó materna, Amélia Caldas Ximenes, juntando-se de seguida aos restantes europeus. Manuel pensou que sendo os seus filhos mestiços e a avó timorense, pelo tom de pele, ficassem a salvo pela fraternidade asiática apregoada pelos japoneses. A relativa segurança não durou muito tempo. As crianças haviam ficado a viver numa palhota junto à estrada, perto de Baucau. Um dia, ouvindo as colunas negras a aproximarem-se e provavelmente tendo ouvido as notícias do massacre ocorrido em Manatuto que havia vitimado o administrador da circunscrição Dr. Mendes de Almeida e o Chefe de Posto Padinha, fugiram para o mato, por onde andaram durante semanas até chegarem ao *Mate-Bian* onde encontraram os restantes europeus, mestiços e assimilados que preparavam a evacuação, mas não o pai, que se havia separado do grupo para ir à procura deles.¹¹⁵⁸ Em finais de 42, Miranda estava prestes a embarcar para ser evacuado para a Austrália, mas devido a um mal-entendido entre a organização da evacuação e a vontade de reencontrar os filhos, acabou por ficar em terra para os procurar. Acabou por morrer de fome, em Dílor, a 7 de Abril de 1943.¹¹⁵⁹ Manuel filho ainda tem algumas recordações de andar no mato, rumo ao mar de Timor e à evacuação. Lembra-se de dormir em palhotas e de comer *katupa*. De andar às cavalitas do Sr. Paiva, de se encontrar com o Sr. Abreu¹¹⁶⁰ “que era marreco e tinha muitos filhos, uma das filhas estava muito doente, estavam todas a chorar de desespero, mas como não tínhamos remédios continuamos”. Lembra-se também do Dr. Correia Teles que

¹¹⁵⁷ Entrevista a Emília e José Simões de Miranda, Aveiro, 26.3.2013.

¹¹⁵⁸ Pereira: 2013.

¹¹⁵⁹ Carvalho, 2003: 459-60 e Cardoso, 2007: 46 e 241.

¹¹⁶⁰ Seria o Cabo Casimiro Paiva ou o deportado Domingos Paiva. Provavelmente o deportado Luís José de Abreu.

estando ferido e não conseguindo acompanhar o ritmo dos restantes, encostou-se a uma árvore e deu um tiro no maxilar.¹¹⁶¹ João e Manuel acabaram por ser evacuados em Agosto de 1943,¹¹⁶² pela praia de *Ué-Laba*, na zona de Barique, numa baleeira com mais 87 pessoas, com destino à Austrália, onde ficaram alojados em *Bob's Farm*, onde reencontraram o amigo do pai, Manuel Pereira, mais conhecido por *Pereirita* que ficou com os rapazes a seu cargo. Ao fim de algum tempo, mudaram-se todos para uma casa em *Narrabri* mas os rapazes regressaram a Portugal num navio inglês, ainda antes da Guerra terminar. Neste navio viajava também o avô materno, funcionário judicial que havia sido resgatado pelos australianos a 10 de Janeiro de 1943 e que estivera também em *Bob's Farm*, que não os reconheceu enquanto netos, nem olhou por eles. Após uma escala de três meses em Lourenço Marques, chegaram finalmente a Portugal mas ninguém sabia que estavam a caminho, pelo que ninguém os foi esperar ao cais. João tinha doze anos e Manuel, sete. Foram enviados para a Casa Pia de Lisboa, onde ficaram mesmo depois de terem reencontrado os avós paternos, pois não havia como sustentar todos os netos. As ajudas que o pai costumava mandar haviam terminado. Assim, ali ficaram até a maioridade, aprendendo uma profissão. Nas férias iam a Aveiro e ao fim de semana, encontravam-se com o tio João, irmão mais novo do pai que vivia em Lisboa.¹¹⁶³ Já nos anos 60, Alice e José já adultos, decidiram procurar a mãe. Depois de várias cartas enviadas e devolvidas de Timor, lembraram-se de escrever para Baucau e receberam resposta, dando conta que a mãe, Laura Sequeira Ximenes ainda estava viva. Durante a Guerra tinha estado na zona de concentração em Liquiçá e depois da Guerra, teve uma quarta filha, Santorrina de um senhor de apelido Ferreira. Após algumas dificuldades e assinaturas de termos de responsabilidade, conseguiram trazer a mãe e a nova irmã para Portugal. Santorrina contava já com catorze anos e tinha sido educada num Colégio de freiras. João não queria assinar, ainda sentia o abandono da mãe, mas acabou por aceder. Laura ficou a residir com a filha Alice e Santorrina com o irmão, José. Os primeiros tempos não foram fáceis, houve efectivamente um choque cultural que apenas o tempo amaiou. Laura viria a morrer em 1982, ficando sepultada em Serrazola.¹¹⁶⁴ Na localidade, de onde a família é natural e onde reside, existe uma rua com o nome de Manuel Simões de Miranda. Em 2003, data do centenário do

¹¹⁶¹ Entrevista a Manuel Simões de Miranda (filho), Cacém, 1.5.2013;

¹¹⁶² Chamberlain 2010: 21.

¹¹⁶³ Pereira: 2013.

¹¹⁶⁴ Entrevista a Emília e José Simões de Miranda, Aveiro, 26.3.2013.

nascimento do pai, José inaugurou no seu quintal, uma estátua em homenagem ao pai, com a seguinte inscrição: “Em consequência das perseguições aos militantes democratas, foi preso, torturado e deportado para Timor em 13 de Abril de 1927, sem ser submetido a julgamento. Mártir do fascismo, morreu durante a 2ª Guerra Mundial quando os japoneses invadiram e ocuparam aquele território”.

Manuel Tavares da Silva, o Machado¹¹⁶⁵ nasceu por volta de 1900,¹¹⁶⁶ era natural



de Macieira de Cambra, distrito de Aveiro, filho de João Tavares da Silva e de Maria Augusta e metalúrgico de profissão.¹¹⁶⁷ As referências encontradas a este nome na imprensa da época foram a sua prisão na Esquadra do Caminho Novo em finais de Junho de 1925, a sua comparência no Tribunal da Boa Hora a 3 de Dezembro de 1925, tendo sido condenado por alegado envolvimento no

atentado de 15 de Maio ao Comandante de polícia, Ferreira do Amaral.¹¹⁶⁸ Desde então deverá ter permanecido preso até que meados de Abril de 1927, saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.¹¹⁶⁹ Da sua vida naquela Colónia, encontramos um recibo de recebimento do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referente ao mês de Agosto de 1934, assinado no dia 31 de Agosto de 1934, em Liquiçá,¹¹⁷⁰ local onde deverá ter residido já que era no Posto da residência do deportado o local onde os documentos oficiais eram assinados. Na sequência da invasão japonesa de Timor (1942-45) foi evacuado para a Austrália juntamente com a sua mulher mestiça Aleina Tavares da Silva.¹¹⁷¹ Tal como todos os refugiados vindos de Timor, também Manuel Tavares da Silva terá estado em *Bob's Farm*, sendo que em Abril de 1943 já havia sido transferido para Narrabri, onde ficou a viver numa casa cujo o aluguer foi pago

¹¹⁶⁵ Não confundir com Manuel Tavares, deportado para Angra do Heroísmo e posteriormente para a Guiné onde veio a falecer.

¹¹⁶⁶ Chamberlain, 2010: Anexo D, p.4.

¹¹⁶⁷ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e Pereira: 2013.

¹¹⁶⁸ *A Batalha*, 30.6.1925: 2, *A Capital*, 3.12.1925: 2.

¹¹⁶⁹ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927:6.

¹¹⁷⁰ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹¹⁷¹ Laborinho, 1943: 481.

pelas autoridades portuguesas, juntamente com Manuel Pereira, mais conhecido por *o Pereirita*, respectivas mulheres, filhos e ainda os dois filhos do falecido Manuel Simões de Miranda.¹¹⁷² Embarcou no navio Angola em Novembro de 1945, tendo chegado a Lisboa a 16 de Fevereiro de 1946,¹¹⁷³ tendo sido esta a última referência encontrada ao seu nome.

Manuel Viegas Carrascalão nasceu em S. Brás de Alportel, a 24 de Outubro de



1901. Consta ter nascido no local onde está hoje instalado o cineteatro da vila.¹¹⁷⁴ Ali foi batizado a 3 de Dezembro de 1902 e, segundo o próprio, cresceu em Faro.¹¹⁷⁵ Foi o segundo filho de Manuel Viegas e de Maria Faustina Cavaco, tendo João (1898), José (1903) e Francisco (1904) como irmãos.¹¹⁷⁶ Manuel era tipógrafo de profissão, sendo que as primeiras referências encontradas

sobre tais funções, datam de uma altura em que Manuel teria ainda cerca de onze anos, numa tipografia em São Brás de Alportel.¹¹⁷⁷ De resto, a informação relativa à juventude de Manuel Viegas Carrascalão é escassa. Sabemos que à data da sua prisão era residente na Rua do Monte Alegrete, nº 15, 2º direito, em Lisboa,¹¹⁷⁸ que pertenceu à Federação das Juventudes Sindicalistas, tendo sido seu Secretário Geral e autor da tese sobre Solidariedade, apresentada no 2º Congresso das Juventudes Sindicalistas, que escreveu no periódico “Voz Sindical” de Setúbal (102/23.5.26) e que pertenceu à Federação Portuguesa dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, uma organização sindical com base em Lisboa (1905-1927). Segundo o Projecto MOSCA, Carrascalão esteve detido em 1920 e em 1922.¹¹⁷⁹ Não foi encontrado o motivo da sua

¹¹⁷² Entrevista a Manuel Simões de Miranda (filho), Cacém, 1.5.2013;

¹¹⁷³ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

¹¹⁷⁴ Entrevista a Maria Ermelinda Carrascalão e João Severino, Lisboa, 24.06.2014.

¹¹⁷⁵ Carrascalão 1953: 46-47.

¹¹⁷⁶ www.geni.com/people/Manuel-Carrascalão/6000000016867734007, consultado a 22.8.2014 e Cabrita, 2014: 66-112.

¹¹⁷⁷ Cabrita, 2014: 66-112.

¹¹⁷⁸ *O Mundo*, 4.6.1925:2 e *A Capital*, 13.6.1925:2.

¹¹⁷⁹ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=551&Itemid=47. Consultado a 29.4.2014. Infelizmente não nos foi possível consultar pessoalmente o processo PIDE procº585/28, onde deverão estar estas informações.

primeira detenção, mas relativamente à de 1922, deverá ter acontecido em Março, na sequência da explosão de uma bomba durante uma greve da companhia de eléctricos, na Avenida Almirante Reis. Essa noite passou-a Carrascalão internado no Hospital de S. José por ter sido atingido por estilhaços das bombas. Tendo sido identificado como sindicalista, foi entrevistado por alguns jornais e interrogado pela polícia. Fica por compreender qual o seu envolvimento concreto neste acontecimento, contudo fica a possibilidade da paralisação do seu braço direito ter sido fruto dos acontecimentos desse dia.¹¹⁸⁰ Em Novembro do mesmo ano continuava preso, a comprová-lo temos a sua assinatura no “Manifesto aos trabalhadores conscientes,” um documento assinado por cinquenta e um presos por delito social, no Limoeiro. O grupo identifica-se como sindicalista revolucionário, embora sirva o tal manifesto para criticar duramente a ação violenta de alguns membros do recém criado Partido Comunista e, por extensão, também o próprio partido que acusam de não ter reagido e até ter admitir, certas posições excessivamente radicais que alguns dos seus membros vinham a tomar.¹¹⁸¹ Não conhecemos ao certo as actividades de Manuel Carrascalão entre 1922 e 1925, mas sabemos que foi definitivamente preso em Junho de 1925, na sequência de rusgas feitas após o atentado contra João Maria Ferreira do Amaral (1876-1931), comandante da PSP de Lisboa, a 15 de Maio de 1925.¹¹⁸² Preso em São Brás de Alportel para onde a imprensa conservadora afirma ter fugido.¹¹⁸³ Já o jornal *A Batalha* afirma que Carrascalão se tinha dirigido a Loulé a fim de realizar um comício, tendo aí sido preso e o comício cancelado, sem que o próprio tivesse sido informado sobre o motivo da sua prisão.¹¹⁸⁴ Carrascalão foi entregue à PSE, Polícia de Segurança do Estado e no final no mês encontrava-se na esquadra do Caminho Novo em Lisboa, juntamente com vários outros detidos, “muitos deles sem sequer culpa formada”,¹¹⁸⁵ começando então o processo do seu julgamento que durou mais de um ano. Logo a 23 de Setembro seria presente a Tribunal integrado num grupo de acusados de pertencerem à “Legião Vermelha”, tendo sido condenado a seis anos de prisão.¹¹⁸⁶ Apesar da condenação, em Dezembro foi novamente presente no Tribunal

¹¹⁸⁰ *A Capital*, 13.3.1922:2 e *Diário de Lisboa*, 11.3.1922:5.

¹¹⁸¹ PT/AHS, Caixa 110, Espólio N61, *Manifesto aos trabalhadores conscientes*, 1.11.1922.

¹¹⁸² Cardoso, 2007: 241.

¹¹⁸³ *O Século*, 14.6.1925: 5, *A Capital*, 13.6.1925: 2, *O Mundo*, 4.6.1925: 2.

¹¹⁸⁴ *A Batalha*, 14.6.1925: 4.

¹¹⁸⁵ *A Batalha*, 30.6.1925: 2.

¹¹⁸⁶ *Diário de Notícias*, 23.9.1925: 5.

da Boa Hora, tendo os jornais, mais uma vez anunciado a sua condenação.¹¹⁸⁷ Não obstante, em Março do ano seguinte, *A Capital* anunciava que Carrascalão ainda se encontrava detido no Forte de Monsanto e que o processo de julgamento continuava a decorrer à porta fechada, sem que os jornalistas tivessem permissão para assistir.¹¹⁸⁸ Meses mais tarde, o Governo determinou que o julgamento dos “indesejáveis” passaria a ter lugar nos tribunais militares territoriais,¹¹⁸⁹ pelo que foi no Tribunal Militar de Lisboa que passaram a ser realizadas as sessões de interrogatório, novamente à porta fechada. Só a 23 de Setembro de 1926, saiu o veredicto final de que Carrascalão havia sido condenado pelo Tribunal Militar, a uma pena de seis anos de degredo, por ser membro e dirigente de “uma associação de malfeitores conhecida como Legião Vermelha”.¹¹⁹⁰ Não só o advogado de defesa de Carrascalão apelou da sentença¹¹⁹¹ como o Comité Federal das Juventudes Sindicalistas decidiu apresentar-se individualmente em Tribunal, testemunhando pela defesa.¹¹⁹² Da mesma forma, a 11 Novembro, foi apresentada em tribunal uma petição abonatória a seu favor assinada por cerca de sessenta pessoas. Neste documento que ainda hoje a família tem em sua posse, é mencionado o profissionalismo com que Carrascalão desde os seus dez anos exercia as funções de compositor tipográfico, bem como a recusa de qualquer acção violenta por sua parte. Argumentando que Carrascalão sempre condenou os atentados, apelando a outras forma de luta como a união e a educação, o documento atesta que a teoria da sua integração na “Legião Vermelha” seria totalmente falsa. O documento termina com a afirmação de que a única acusação que poderá ser feita a Carrascalão é o facto de este ser sindicalista, algo que pensam não ser crime. Corroborando este documento, o neto do deportado Jaurés Viegas atesta que o avô lhe contava “o Carrascalão que não punha bombas. Não queria arranjar mais maleitas. Ele era apenas porta-voz, intelectual, etc...”.¹¹⁹³ Apesar de todas estas tentativas, Carrascalão não foi libertado e assim, após inúmeras sessões de julgamento ao longo de dois anos, tendo permanecido preso inicialmente no Limoeiro e posteriormente transferido para o Forte de Monsanto,¹¹⁹⁴ daí, embarcou no navio Pêro

¹¹⁸⁷ *A Capital*, 3.12.1925: 2.

¹¹⁸⁸ *A Capital*, 19.03.1926: 2.

¹¹⁸⁹ *A Capital*, 31-07-1926:1.

¹¹⁹⁰ PT/AHM/FO/12/6/Cx31, Liv nº17 e *Diário de Notícias*, 23.9.1925: 5.

¹¹⁹¹ Cabrita, 2014: 66-112

¹¹⁹² Emídio Santana, PT/AHU/FO/12/6/CX.31, Livro Nº17, de acórdãos do Exército – Supremo Tribunal Militar, 15/7/1926 a 7/3/1929

¹¹⁹³ Entrevista a António Viegas Brites, neto de Jaurés Américo Viegas, Díli 22.4.2014.

¹¹⁹⁴ *A Batalha*, 1.1.1927.

D'Alenquer que partiu de Lisboa em meados de Abril de 1927, rumo a Timor Português.¹¹⁹⁵ O navio passou pelas Colónias africanas, locais onde foram desembarcados homens e embarcados outros e seguiu caminho pela costa africana. Sobre esta viagem, Maria Ermelinda, filha de Manuel, lembra-se bem de o pai contar que o grupo viajou no porão do navio, somente a pão e água e que dizia que “quando queria coçar o pé, coçava o pé de outro, porque dormiam todos em cima uns dos outros”.¹¹⁹⁶ O navio chegou a Timor em Outubro do mesmo ano com cerca de noventa deportados, mais tarde denominados “deportados sociais”. À excepção de quatro, foram todos desembarcados em Aipelo, onde lhes tinha sido preparado alojamento provisório, rapidamente foram organizados para que pudessem começar a trabalhar e reconstruir as suas vidas em Timor.¹¹⁹⁷ Nos primeiros anos, Manuel trabalhou como capataz de obras públicas, circulando por todo o território, consoante a necessidade. Foi numa dessas obras, mais concretamente na pintura de uma Igreja em Venilale que conheceu a sua futura mulher, que morava ali perto.¹¹⁹⁸ *Duho Loi* nascida a 1 de Outubro de 1911, era natural de Oibado, aldeia de Utalibu, nas imediações de Venilale, sendo a sua língua materna o *Kairui*. Era filha de *Kasa Kai* e de *Loi Sira*, um *dato* local, mas tendo o seu pai falecido muito cedo, *Duho Loi* passaria a residir em casa do *Liurai* de Venilale, Cristovão Guterres.¹¹⁹⁹ Neste caso em particular, não sabemos quem lhe deu o nome europeu. Os filhos conhecem-na como Marcelina Guterres e, com efeito, todos os filhos nascidos depois do casamento dos pais receberam este apelido. O casal teve catorze filhos, embora dois tenham falecido ainda novos. Durante os anos seguintes, Manuel Carrascalão continuou a trabalhar em diversos pontos do território, sempre acompanhado de Marcelina. Daí que os filhos, ao contrário do usual em Timor, afirmem que se consideram timorenses de todo Timor, sem sentido de pertença a uma região em particular, pois cada um nasceu em seu distrito e a família viveu em quase todos.¹²⁰⁰ Segundo Grácio Ribeiro e confirmado pela família, por volta de 1931, Manuel Carrascalão vivia em Manufahi, já acompanhado de sua mulher e duas filhas: Dora (Venilale, 17.4.1930) e Maria (Manufahi, 26.2.1932). Trabalhava como capataz nas plantações de café do Estado na Granja República e “vivia numa casa de alvenaria branca, cercada de laranjeiras,

¹¹⁹⁵ *O Século*, 14.04.1927: 6. *Diário de Notícias*, 14.04.1927:2. *A Batalha*, 15.04.1927: 2.

¹¹⁹⁶ Entrevista a Maria Ermelinda Carrascalão e João Severino, Lisboa, 24.06.2014.

¹¹⁹⁷ Morna: 1931.

¹¹⁹⁸ Entrevista a M^a Natália Carrascalão, Lisboa, 6.6.2013;

¹¹⁹⁹ Carolina Guterres e Aleixo Ximenes, Venilale, 30.3.2015.

¹²⁰⁰ Entrevista a M^a Natália Carrascalão, Lisboa, 6.6.2013;

tangerineiras, bananeiras, ananases e morangueiros”.¹²⁰¹ O autor descreve este deportado como alguém muito apaixonado pela família, que levava a vida de agricultor com grande prazer, sendo que os lucros da Granja somente a ele eram devidos. Segundo o autor, antes de Carrascalão para ali ir trabalhar, a Administração já tinha decidido vender a plantação pelo deficit que apresentava todos os anos. “Com a nova gerência tudo se modificou pela ordem imposta. Todos os dias, Manuel Carrascalão, montado no seu cavalo, dá a volta às plantações inspecionando meticulosamente o desenvolvimento das mesmas. Como ordenado, o deportado recebe somente uma gratificação quase irrisória no final do ano, sustentando-se com a sua horta, as suas galinhas e os seus porcos, que ocupavam todos os seus tempos livres”.¹²⁰² Logo no início dos anos 30, surgiu um movimento clandestino revolucionário pelas mãos de Arnaldo Simões Januário, a “Aliança Libertária de Timor”. O movimento chegou a ter o seu próprio periódico,¹²⁰³ enviado aos vários camaradas espalhados pela Colónia. Talvez por isso rapidamente tenha sido descoberto pela administração portuguesa que na tentativa de o reprimir, desterrou para Ataúro alguns dos alegados envolvidos.¹²⁰⁴ Não podemos ter a certeza que tenha sido por esta razão, mas sabemos que por esta altura, também Manuel Carrascalão esteve desterrado no Ataúro¹²⁰⁵ e foi aí que nasceu o seu filho Manuel, no ano de 1933. Conta-nos o seu filho Mário que há cerca de vinte anos quando lá esteve, ainda várias pessoas se lembravam de seu pai. Infelizmente, nos dias de hoje, tais memórias já não subsistem. Em 1935, nasceu Maria Ermelinda em Quelicai e em 1937, Mário, em Venilale. Segundo este último, “depois de eu nascer, o meu pai foi nomeado capataz para a granja do Estado, era a chamada Granja Eduardo Marques ali em Liquiçá, onde nasceu o meu irmão Artur (4.11.1938)”.¹²⁰⁶ “Vivíamos num armazém onde dormíamos todos”.¹²⁰⁷ Maria Alice Viegas Carrascalão veio nascer a Díli (14.7.1940), tendo nascido ainda uma outra rapariga, embora falecida ainda criança. À data da ocupação japonesa de Timor (1942-1945), Manuel Viegas Carrascalão ainda ali continuava como feitor.¹²⁰⁸ Muitas foram as atrocidades cometidas pelos

¹²⁰¹ Ribeiro, 1939: 89.

¹²⁰² Ribeiro, 1934.

¹²⁰³ Dois exemplares deste periódico estão depositados no IISH.

¹²⁰⁴ Rodrigues, 1982: 275-284.

¹²⁰⁵ Cardoso, 2007: 241.

¹²⁰⁶ Entrevista a Mário Carrascalão, Díli, 1.5.2014.

¹²⁰⁷ Entrevista a Maria Ermelinda Carrascalão e João Severino, Lisboa, 24.06.2014.

¹²⁰⁸ Cardoso, 2007: 241.

invasores nipónicos: roubos e pilhagens a casas, meios de transporte e géneros, assassinatos, violações, torturas, etc... tanto à população civil como a elementos da administração portuguesa. Mário Carrascalão ainda se lembra de estar na Granja Eduardo Marques e assistir a uma conversa entre o seu pai e Fernando Martins, também deportado e grande amigo da família, combinando que “aquele que sobrevivesse tinha a obrigação de tomar conta dos filhos do outro”.¹²⁰⁹ Efetivamente, em Março de 1942, Fernando Martins foi capturado pelos Japoneses perto do Remexio e morto de uma forma muito violenta no campo de aviação de Díli.¹²¹⁰ Fernando Martins tinha quatro filhas, que a partir de então, conforme combinado entre os dois amigos, foram acolhidas pela Família Carrascalão.¹²¹¹ Em meados de 1942, também Manuel chegou a estar detido pelos japoneses durante quatro dias, em Hatolia. Esteve preso juntamente com o chefe de posto, o Sargento Mortágua e o Padre missionário Madeira, tendo sido solto, só depois de grande insistência por parte do Governador.¹²¹² Em Outubro, sob o pretexto de não conseguirem defender a população europeia dos ataques das colunas negras, “as forças japonesas insistiram na concentração da população branca em Maubara e em Liquiçá, local onde nos dias de hoje, existe um monumento que identifica onde ficava o acampamento, chamavam-lhe a zona”.¹²¹³ Todos os europeus que não o fizessem corriam o risco de serem abatidos pelas colunas negras, que na realidade tinham ordens da tropa nipónica para o fazer. Em Janeiro de 1943, Carrascalão participa em mais um episódio difícil: uma coluna negra aproximou-se de Liquiçá e deteve um funcionário da SAPT e respectiva família e levaram-nos. Corria a notícia de que a ideia seria liquidá-los, pelo que rapidamente o Tenente Liberato e o Eng. Canto organizaram um grupo de acção com a missão de os libertar, grupo do qual também Carrascalão integrou.¹²¹⁴ Uma vez que a Granja onde Carrascalão trabalhava se situava nas imediações da “zona”, a família foi autorizada a permanecer em sua casa, de modo a continuar a necessária produção agrícola. Segundo Mário Carrascalão: “o meu pai tinha um salvo conduto para poder estar lá. Mas houve um dia que as colunas negras armadas com zagaia chegaram lá a casa. Nós estávamos na varanda. Cercaram a casa, entraram na cozinha e comeram uma panela inteira de arroz que lá havia. Nunca me esqueço, o meu pai foi buscar o

¹²⁰⁹ Entrevista a Mário Carrascalão, Díli, 1.5.2014.

¹²¹⁰ Carvalho, 2003 e Cardoso, 2007: 244.

¹²¹¹ Entrevista a M^a Natália Carrascalão, Lisboa, 6.6.2013.

¹²¹² Carvalho, 1972: 40.

¹²¹³ Entrevista a Mário Carrascalão, Díli, 1.5.2014.

¹²¹⁴ Carvalho, 2003: 481.

salvo conduto mas deram-lhe um estalo e caiu-lhe o capacete. Deram-lhe também um pontapé mas depois tiveram que aceitar o salvo conduto. Não lhe podiam fazer nada e foram à vida deles”.¹²¹⁵ Contudo, semanas mais tarde, como Manuel “era quem fornecia comida ao campo, a uma certa altura, os japoneses, que não gostaram daquilo, tiraram-nos de lá e puseram-nos a todos, no centro, em Liquiçá”.¹²¹⁶ Tal como toda a população, também os agricultores europeus foram forçados a abandonar as suas propriedades para virem concentrar-se na vila, e assim sendo, a produção agrícola ressentiu-se bastante. A granja Eduardo Marques foi a única em todo o território, em que o pessoal continuou a trabalhar, mesmo sem a presença do seu feitor. Durante cerca de dois anos, sob as ordens de dois capatazes timorenses com quem Carrascalão manteve sempre ligação, mantiveram a produção que enviavam para a concentração, sobretudo fruta, chá e café.¹²¹⁷ Mário Carrascalão acrescenta: “E aí também se notou a solidariedade que havia entre os locais e os deportados. Eles, à noite, atravessavam o arame farpado dos japoneses e iam levar-nos a alimentação. Eu recordo-me que nós nos chegámos a alimentar de sementes de sumaúma que estavam nos colchões. Aquilo não alimenta nada, era pele seca”. Foi neste ambiente que nasceu mais um filho do casal, José Jorge Viegas Carrascalão (1.7.1943), criança que viria a falecer também ainda novo, em Díli, já depois da Guerra. Em inícios de 1944, a partir do primeiro ataque aéreo aliado ao campo, conta-nos Mário que “era frequente termos de correr para o abrigo por causa dos bombardeamentos dos aviões australianos.”¹²¹⁸ Ataques que só terminaram depois de o Governador enviar vários telegramas ao Governo da Metrópole, via consulado japonês.¹²¹⁹ Apesar das adversidades, dentro do possível era necessário continuar a viver o dia a dia. Com um tão elevado número de crianças foi necessário organizar o ensino. Sob a direção do missionário António Manuel Serra, com a ajuda de Professores improvisados, um deles o próprio Manuel Carrascalão, e sem quaisquer recursos (por exemplo, a ausência de papel) organizou-se o ensino aos cerca de 138 alunos, número que aumentou até ao final da Guerra.¹²²⁰ A 2 Agosto de 1945, os japoneses consentiram que a população concentrada em Liquiçá fosse transferida para uma das plantações da

¹²¹⁵ Entrevista a Maria Ermelinda Carrascalão e João Severino, Lisboa, 24.06.2014.
e Entrevista a Mário Carrascalão, Díli, 17.10.2014.

¹²¹⁶ Entrevista a Mário Carrascalão, Díli, 1.5.2014.

¹²¹⁷ Carvalho, 2003: 559-60.

¹²¹⁸ Entrevista a Maria Ermelinda Carrascalão e João Severino, Lisboa, 24.06.2014.

¹²¹⁹ Carvalho, 2003: 558.

¹²²⁰ Carvalho, 2003: 498.

Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho, *Lebú-Meu*, perto de Fatubessi. Segundo o Governador, por esta altura, “dos quatrocentos europeus concentrados, entre funcionários, colonos e deportados, mais de uma quarta parte havia sucumbido vítima de fome, doenças e maus tratos” e, em *Lebú-Meu* havia melhores condições alimentares.¹²²¹ “Fizemos o caminho, uns a pé e outros a cavalo e os japoneses iam olhando. Quando o meu pai passou, ele levava três ou quatro cavalos. Mandaram-nos parar, passaram revista às coisas todas, pegaram nas malas e em tudo, atiraram pela encosta a baixo e deram duas chapadas no meu pai. E depois pronto, deixaram-nos seguir e não nos fizeram mais nada”.¹²²² A 11 de Agosto de 1945, nasceu um novo membro da família Carrascalão, João, pelo que uma viagem a pé com um filho recém-nascido dos braços não deverá ter sido fácil. “Aí já não havia arame farpado a circundar o local, ficámos numas barracas que os japoneses mandaram construir, feitas de madeira ainda verde e cheia de bicho, no meio de uma plantação muito isolada, mesmo quem viesse de avião não nos via”. Por esta altura a comunicação entre a população concentrada e o Governador estava completamente cortada. Assim, ainda que a transferência tenha sido negociada com o Governador devido à escassez de comida em Liquiçá, os concentrados não o sabiam e, “sem entender muito bem a razão da transferência, algumas pessoas acreditavam que tinha sido com o intuito de nos matarem a todos, pois o local era de facto muito isolado”.¹²²³ “A 5 de Setembro de 1945 foi o Governador pessoalmente a *Lebú-Meu* anunciar que a guerra tinha acabado. O Governador chegou ao armazém, pôs-se em cima de uma mesa e começou a cantar o hino nacional português. Antes de falar, ainda teve de esperar um pouco que toda gente chegasse porque só estávamos ali os miúdos a brincar.”¹²²⁴ Manuel Carrascalão e a família foram imediatamente enviados para a Granja para tratar de coordenar a tão necessária produção agrícola. Semanas mais tarde, Manuel Viegas Carrascalão foi louvado pelo Governador pela forma como contribuiu para a alimentação dos concentrados em Liquiçá.¹²²⁵ Terminada a guerra, decidiram Marcelina Guterres e Manuel Carrascalão que era altura de oficializarem a sua relação. Conta-nos a filha Natália, que à data da união dos dois, antes de 1930, não houve qualquer celebração oficial, nem católica, nem civil, nem o tradicional

¹²²¹ Cal Brandão, 1946.

¹²²² Entrevista a Mário Carrascalão, Dili, 1.5.2014.

¹²²³ Entrevista a Mário Carrascalão, Dili, 17.10.2014.

¹²²⁴ Entrevista a Mário Carrascalão, Dili, 17.19.2014. Carvalho, 2003:652-64.

¹²²⁵ Carvalho, 2003: 677.

barlaque timorense. Por essa razão, em nenhuma documentação dos filhos nascidos antes da oficialização do casamento, consta o apelido Guterres, “não era permitido porque os meus pais não eram casados”. À época não era socialmente aceite um português casar-se com uma mulher timorense. Segundo a família, o facto de Manuel Carrascalão se fazer sempre acompanhar de sua mulher para celebrações oficiais portuguesas, foi razão de alguns desentendimentos com as autoridades.¹²²⁶ O matrimónio do casal Carrascalão aconteceu a 26 de Setembro de 1945, perante o administrador do concelho de Díli, Manuel Nascimento Vieira que cumpria o papel de oficial do registo civil. Como testemunhas estiveram Eugénio Augusto Vaz de Oliveira e Aníbal Fragoso, por parte do noivo e por parte da noiva, José Júlio da Costa Mouzinho e sua mulher, Maria Rocha.¹²²⁷ Datado de 19 de Outubro de 1945, encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, um pedido dirigido ao Sr. Presidente do Concelho, Dr. Oliveira Salazar, de levantamento da pena aos deportados que haviam permanecido em Timor, pelo alto patriotismo demonstrado durante a invasão japonesa.¹²²⁸ Com efeito, o pedido foi concedido e a 25 de Outubro foi publicado um despacho pelo Governo da Colónia levantando a nota de “deportado” a “todos os indivíduos que na Colónia se encontravam nesta situação, restituindo-os ao uso de todos os direitos civis e políticos que a lei confere aos cidadãos portugueses”, sendo que assim todos estavam agora autorizados a regressar a Portugal.¹²²⁹ A 9 de Dezembro de 1945, cerca de 700 pessoas, incluindo o casal Carrascalão e os seus nove filhos, embarcaram no navio Angola, rumo à Metrópole. Segundo Maria Ermelinda Carrascalão: “Viajámos na 3ª classe. O meu pai e os meus irmãos dormiam no dormitório dos homens. Em todos os portos por onde passávamos, os portugueses vinham-nos visitar ao navio e traziam roupa, calçado, etc... Quando chegamos a Lisboa, o desembarque atrasou porque o Governo mandou entregar-nos roupas. Deram-me um casaco verde de inverno, dois vestidos, um vermelho de manga comprida e outro de seda, sapatos, meias e camisas de dormir. Uma comitiva do Governo subiu a bordo. Lembro-me de um discurso cujo autor dizia: Viva os portugueses, os repatriados que vieram de Timor”.¹²³⁰ Segundo o periódico *Diário da Manhã*, também os repatriados organizaram uma comitiva

¹²²⁶ Entrevista a Mª Natália Carrascalão, Lisboa, 6.6.2013.

¹²²⁷ Cabrita, 2014: 66-112.

¹²²⁸ PT/ANTT/AOS/CO/IN-8C, Pt. 31.

¹²²⁹ Carvalho, 2003: 726-27.

¹²³⁰ Entrevista a Maria Ermelinda Carrascalão e João Severino, Lisboa, 24.06.2014.

integrada por Manuel Carrascalão, José da Costa Mouzinho e Manuel Maria, com o intuito de fazer um discurso especial de agradecimento ao Governo pelo apoio que lhes havia sido concedido.¹²³¹ Maria Ermelinda acrescenta: “Quando finalmente desembarcámos, tínhamos a família do irmão do meu pai, à nossa espera. Dali fomos para a FNAT na Costa da Caparica”,¹²³² local onde foi montado um campo para albergar todos os recém-chegados, que depois de uma ausência de mais de vinte anos, não tinham para onde ir. Segundo o *Diário da Manhã*, no dia seguinte, foi ali organizado pela Emissora Nacional um sarau recreativo dedicado a todos os repatriados.¹²³³ Apesar de levantada a pena de deportação, a PIDE permaneceu atenta. Logo na semana seguinte à chegada do navio Angola, já a PIDE procurava monitorizar os recém chegados ex-deportados, pelo que também o nome de Carrascalão é referido numa troca de correspondência interna entre a PIDE do Porto e a de Lisboa.¹²³⁴ Mário Carrascalão conta-nos um episódio em que o pai e um grupo de amigos, também ex-deportados, estavam num café em Lisboa. “Todos falando tétum e vem uma pessoa perguntar que língua falavam eles”. Segundo o entrevistado, era um inspetor da PIDE de vigia, a tentar ouvir a conversa, contudo, sem conseguir entender palavra, teve a ousadia de vir interrogar o grupo. “Entretanto, ao fim de algum tempo, o Governo Português lança a ideia de que quem quiser voltar, pode fazê-lo e que o Governo se encarrega da logística da viagem. E o meu pai quis voltar. Regressámos no navio Quanza”. “Quando chegámos a Timor, ficámos em casa de um outro deportado. Era uma barraca sem nenhuma condições de higiene, onde até morreu um irmão meu (José Jorge) com um ataque de parasitas”. Manuel Carrascalão acabaria por voltar à Granja Eduardo Marques, novamente como feitor. “E daí, o Governo português fez uma oferta ao meu pai: entregou-lhe a responsabilidade da Granja e se ao fim de alguns anos ele conseguisse pôr a Granja a produzir como deve ser, o Governo passaria aquilo para nome dele. Foi assim que a família ficou proprietária da atual Fazenda Algarve”.¹²³⁵ Com efeito, em Maio de 1947 foi publicado um diploma legal, onde estava estipulado que “em consequência da invasão da colónia, se reconhece a impossibilidade de serem as autoridades coloniais a

¹²³¹ *Diário de Lisboa*, 15.02.1946.

¹²³² Entrevista a Maria Ermelinda Carrascalão e João Severino, Lisboa, 24.06.2014.

¹²³³ *Diário de Lisboa*, 15.02.1946.

¹²³⁴ PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20-03-1946.

¹²³⁵ Entrevista a Mário Carrascalão, Dili, 1.5.2014.

garantir o funcionamento aceitável das granjas agrícolas das extintas Juntas Locais”, pelo que “tem o governo como melhor solução a adoptar, o estabelecer um regime especial tendente a permitir a aquisição do direito de propriedade pelos que atualmente detêm a sua exploração”. Logo no pós-guerra a exploração das granjas e dos bens rurais do Estado haviam sido entregues a certos indivíduos “sem precedência de contrato porque a situação não admitia delongas”, contudo, agora que estava regulada a situação dos Serviços Públicos, convinha legalizar a situação. Assim, com o intuito de promover a efetiva exploração da terra e ainda a fixação de colonos em Timor, mediante o pagamento de uma renda estabelecida e cumpridas as condições impostas aos concessionários, concedia-se o direito de exploração das mesmas granjas durante oito anos, findos os quais, comprovando o bom aproveitamento das terras, admitia-se aos beneficiários o direito de propriedade.¹²³⁶ Conta-nos Mário Carrascalão que “por isso é que eu só fui para a escola quando já tinha doze anos. Nos primeiros anos, eu e os meus irmãos tivemos que ficar a ajudar na produção agrícola e só depois é que o meu pai lá me mandou a mim e ao meu irmão Artur estudar para Díli.”¹²³⁷ Maria Ermelinda também nos conta que: “nenhum dos filhos mais velhos foi para a escola antes da 3ª classe, mas todos sabiam escrever. Tínhamos de ajudar o meu pai na marcação dos cafés e daquelas coisas. Do Artur para baixo é que já viveram outra época”.¹²³⁸ Corria o ano de 1949, o ano seguinte à concessão da uma licença de recrutamento de trabalhadores indígenas a Manuel Viegas Carrascalão, precisamente em Liquiçá, local onde se encontra a Fazenda.¹²³⁹ Somente depois de conseguir obter o auxílio de mão-de-obra externa, é que os filhos puderam ir estudar, mas, ainda assim, Mário Carrascalão diz-nos “o meu pai deu-nos um ano para fazer a escola primária. Viemos numa das camionetas que transportava o café, com um senhor chamado Godinho. Chegámos a Díli e ficámos em casa do Sr. Pereirita, um padeiro, companheiro do meu pai lá naquelas andanças. Ficámos numa casa tão pequena, tão sem condições que eu e o meu irmão quase que tínhamos de fazer turnos para conseguir dormir. Andávamos no atual Liceu Francisco Machado que era então a escola primária, éramos 25 alunos”.¹²⁴⁰ Na Fazenda Algarve nasceram os restantes filhos: Francisco Manuel Guterres Viegas Carrascalão (18.8.1947), Maria Gabriela

¹²³⁶ BOT 18, 5-05-1947: 153-154 e *Diploma Legislativo* N° 262, de 5 de Maio de 1947.

¹²³⁷ Entrevista a Mário Carrascalão, Díli, 1.5.2014.

¹²³⁸ Entrevista a Maria Ermelinda Carrascalão e João Severino, Lisboa, 24.06.2014.

¹²³⁹ BOT, 22.01.1949: 29.

¹²⁴⁰ Entrevista a Mário Carrascalão, Díli, 1.5.2014.

Guterres Viegas Carrascalão (1949), Maria Ângela Guterres Viegas Carrascalão, (10.4.1951) e Maria Natália Guterres Viegas Carrascalão da Conceição Antunes. (24.12.1952). De resto, conta-nos Maria Ermelinda que ganhando algum fôlego económico, “o meu pai comprou uma carrinha e quem a conduzia era o meu irmão Manuel, que entretanto vem-se a casar com Maria Castela”. Isto porque em finais dos anos 50, “um compadre do meu pai morreu.¹²⁴¹ As filhas dele andavam comigo no colégio em Ermera e então, quando acabámos a 4ª classe, foram também lá para casa. Era a Maria e a irmã, Júlia. Para mim foi uma sorte porque assim tinha companhia. Até então ficava sozinha em casa, a tomar conta dos trabalhadores. Assim, éramos três. Depois o meu irmão apaixonou-se pela Maria Castela e casou-se com ela. Ficaram os dois a tomar conta da produção e eu livre-me de estar na Fazenda. Fui para Díli para perto da minha mãe e dos meus irmãos mais novos que ali estavam a estudar”.¹²⁴² Olhando para os registos de propriedade da família, apercebemo-nos que efectivamente Manuel Viegas Carrascalão conseguiu pôr a Fazenda a produzir, dando lucros e permitindo a exportação. Em 1951, adquiriu em regime de foro, cerca de 179 hectares perto de Comoro.¹²⁴³ Datados de 1952, encontramos registos da participação de Carrascalão em 10% numa sociedade fundada nesse mesmo ano, a Sociedade agrícola de Fomento, limitada.¹²⁴⁴ É possível que Carrascalão tenha tido também alguma participação na Sociedade Industrial e Agrícola de Refrigerantes e Tabaco de Timor, SIARTA, já que integrou a sua primeira direcção.¹²⁴⁵ Para além, da sua participação nestas duas sociedades, em Janeiro de 1955, Carrascalão dirigiu-se ao cartório notarial de Díli para registar a Empresa Agrícola Algarve, Limitada como empresa de exploração agrícola e propriedade da sua família.¹²⁴⁶ Numa carta escrita à Casa do Algarve em 1953, Manuel Carrascalão dá-nos mais pormenores relativamente à sua propriedade, a que orgulhosamente deu o nome de Fazenda Algarve: “tem 336 hectares, totalmente aproveitados, nela se produzem cafés Arábica e Robusta, chá e canela, borracha, frutas, etc..., e é considerada uma das mais lindas de Timor, dela se disfrutando uma das mais formosas vistas de Timor e um horizonte vastíssimo, em virtude da altitude em que está situada, que é superior a 1.000

¹²⁴¹ Tratava-se do deportado José Caetano Castela, falecido inesperadamente em Díli, no final dos anos 50, deixando a família entregue à assistência do Governo.

¹²⁴² Entrevista a Maria Ermelinda Carrascalão e João Severino, Lisboa, 24.06.2014.

¹²⁴³ BOT 18/8/1951.

¹²⁴⁴ BOT 3.7.1954

¹²⁴⁵ BOT 9.2.1963.

¹²⁴⁶ BOT 7, 16.02.1963: 209-210

metros.”¹²⁴⁷ Em 1959, Manuel Viegas Carrascalão adquiriu mais um terreno, em *Leubai*, no posto administrativo de Maubara, com 144 hectares¹²⁴⁸ e em 1966, um terreno em Santa Cruz.¹²⁴⁹ Conta-nos a filha Natália que a casa onde a família fica a morar em Díli, foi mandada construir pelo próprio Manuel Carrascalão, uma casa de alvenaria, de arquitetura tipicamente portuguesa, chaminé algarvia incluída,¹²⁵⁰ actuais instalações que alojam a Fundação Oriente. Nos tempos do pós-guerra e até à data da sua morte, Manuel Carrascalão ainda exerceu uma série de cargos de grande relevância nas mais variadas vertentes da sociedade de Timor Português. Em 1952, foi condecorado pela República Portuguesa com a medalha de Mérito Agrícola e, anos mais tarde, o Governador Themudo Barata (1959-1963) referindo o geral dos ex-deportados como “pessoas bem integradas na vida local, geralmente bem considerados e com acesso fácil às autoridades”, especifica, “um deles, (Manuel Viegas Carrascalão) era mesmo um das figuras políticas mais importantes da terra. Não escondendo o seu passado revolucionário anarquista na década de 20, é agora um dos maiores plantadores de café, Presidente da Associação das Entidades Patronais da terra, membro do Concelho do Governo e homem cujas opiniões sempre francas me serviram muitas vezes de conselho”.¹²⁵¹ Em 1975, Manuel e Marcelina foram de férias a Portugal. Devido aos acontecimentos históricos de Timor, não conseguiram regressar. Em Portugal Marcelina aprendeu a catequese e baptizou-se. Manuel morreu de cancro a 24 de Outubro de 1977. Depois disto, Marcelina foi viver para a Austrália e regressou a Timor em 1985. Ficou a morar em casa do seu filho Manuel, mas faleceu ainda nesse mesmo ano.¹²⁵² Em 2010, os restos mortais do casal foram transladados para a Fazenda Algarve, propriedade que ainda hoje pertence à família. Em *Utalibu*, aldeia de onde Marcelina é natural, persiste a memória de uma fonte cuja a água, quem a bebe, saberá falar português. “Tem de se ir à noite, às escondidas. Faz-se a bênção, reza-se uma Avé Maria, bebe-se um pouco e deita-se em cima da cabeça”.¹²⁵³ Fica a questão sobre o que terá Manuel Carrascalão que ver com a criação desta memória.

¹²⁴⁷ Carrascalão, 1953: 46-47.

¹²⁴⁸ BOT 20.06.1959

¹²⁴⁹ BOT 15.1.1966

¹²⁵⁰ Entrevista a M^a Natália Carrascalão, Lisboa, 6.6.2013.

¹²⁵¹ Barata, 1998: 97.

¹²⁵² Entrevista a M^a Natália Carrascalão, Lisboa, 6.6.2013 e Entrevista a Mário Carrascalão, Díli, 17.10.2014.

¹²⁵³ Carolina Guterres e Aleixo Ximenes, Venilale, 30.3.2015.

Mizael Dias Macedo, o *Brasileiro* nasceu por volta de 1879, era filho de António



Dias da Silva e de Francisca Ramos da Silva, naturais do Brasil. Foi preso em Vila Real, em Junho de 1925, sob a acusação de pertencer à “Legião Vermelha”.¹²⁵⁴ O seu nome está incluído na lista de presos que em meados de Abril de 1927 saiu da cadeia de Monsanto para ser embarcado no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor,¹²⁵⁵ onde acabaria

por falecer de pneumonia, a 20 de Agosto de 1933, no hospital Dr. Carvalho.¹²⁵⁶

Paulo Soares, o *Paulino*, nascido a 25 de Dezembro de 1900, em Lisboa, era filho de



António de Oliveira e de Filomena Cândida e era descarregador no porto de Lisboa de profissão.¹²⁵⁷ As informações encontradas referem a sua prisão na Rua da Rosa, no Bairro Alto em Lisboa, na madrugada de 13 de Junho de 1925, inicialmente por ter sido confundido com outro indivíduo, mas acabando por permanecer preso depois da polícia se ter apercebido que também o *Paulino* tinha

estado envolvido no atentado contra Ferreira do Amaral e “do longo cadastro”. Permaneceu na Esquadra do Caminho Novo e só em Dezembro é que foi ouvido no Tribunal da Boa Hora, por suspeita de estar implicado no atentado a Ferreira do Amaral, recolhendo depois ao Governo Civil,¹²⁵⁸ onde terá permanecido até meados de Abril de 1927, data em que saiu da cadeia de Monsanto para ser embarcado em

¹²⁵⁴ *A Capital*, 26.6.1925: 2.

¹²⁵⁵ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

¹²⁵⁶ *BOT*, 27.1.1934.

¹²⁵⁷ Chamberlain, 2010: Anexo A, p.54, *O Século*, 14.6.1925:5 e PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

¹²⁵⁸ *A Capital*, 13.6.1925: 2, *O Século*, 13.6.1925: 4, *O Século*, 14.6.1925: 5, *A Batalha*, 30.6.1925: 2 e *A Capital*, 2.12.1925: 2.

Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.¹²⁵⁹ Relativamente à sua vida em Timor, foram encontrados dois recibos do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas e referentes aos meses de Julho de Agosto de 1934, assinados nos dias 31 de Julho e 31 de Agosto de 1934, ambos em Lautém,¹²⁶⁰ área onde deverá ter vivido, pois era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. Durante a invasão japonesa de Timor (1942-45), Paulo Soares incorporou as forças australianas sob as ordens do Capitão Ball, lutando pela tática de guerrilha e andando em fuga pelas montanhas durante cerca de dez meses, tendo sido evacuado para a Austrália, em Agosto de 1943. Chegado à Austrália, como a maioria dos refugiados vindos de Timor, Paulo Soares foi encaminhado para *Bob's Farm* onde chegou em Setembro de 1943. Pelas suas convicções políticas viradas à esquerda, ainda nesse mesmo mês acabou por ser internado em Liverpool e só em Março de 1944 foi solto para Minimbah, ali ficando com residência fixa. Partiu da Austrália no navio Angola, em Novembro de 1945,¹²⁶¹ sendo esta a última referência encontrada relativamente a este nome.

Pedro Pereira da Costa, o Estopa, filho José da Costa e de Maria Joaquina Rosa, de Lisboa.¹²⁶² Não sabemos a data ou a causa da sua prisão, mas o seu nome está incluído na lista de presos que em meados de Abril de 1927 saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no Pêro d'Alenquer, tendo desembarcado no Forte de Aipelo, em Timor, em Setembro do mesmo ano. Estadia que terminaria em novembro de 1928, com o seu regresso à Metrópole.¹²⁶³



Raul da Silva Dias Monteiro, o Orelhas,¹²⁶⁴ também conhecido por José Rodrigues da Cruz, filho de José Francisco ou Manuel Rodrigues da Cruz e de Maria Josefa da Silva, de Lisboa.¹²⁶⁵ A primeira referência encontrada a este nome foi a notícia, em Junho de 1925, de que havia sido preso em Vila Real,

¹²⁵⁹ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

¹²⁶⁰ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹²⁶¹ Laborinho, 1943; Cardoso, 2007: 110 e Chamberlain, 2010: Anexo A, p.54.

¹²⁶² PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

¹²⁶³ *Diário de Notícias*, 14.4.1927, *O Século*, 14.4.1927: 6 e AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹²⁶⁴ Depositado no ANTT encontra-se um requerimento de passaporte feito com este nome: Reg. Nº131, f. 81f parte, liv.6, mç 277.

¹²⁶⁵ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

eventualmente entregue à Polícia de Segurança do Estado e transferido para Lisboa, por ser membro da “Legião Vermelha” e por ter participado nas reuniões de preparação do atentado de 15 de Maio a Ferreira do Amaral.¹²⁶⁶ Terá muito provavelmente permanecido preso até meados de Abril de 1927, data em que saiu da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.¹²⁶⁷ Da sua vida em Timor, sabemos que em 1929 se encontrava a residir em Aileu, já que foi daqui que contribuiu para o Sanatório para Sargentos Tuberculosos do Exército de Terra e Mar¹²⁶⁸ e que em 1934 e 1935, tinha residência fixada na circunscrição civil de Manatuto, local onde assinou dois recibos do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referentes aos meses de Julho de Agosto de 1934 e onde o seu nome aparece inscrito numa relação de deportados sociais aí residentes em Abril de 1935.¹²⁶⁹ Raul da Silva Monteiro foi assassinado a 15 de Novembro de 1942, em Fuiloro, durante a invasão japonesa (1942-45).¹²⁷⁰

Raul da Purificação, O Lazeira, filho de João Pedro da Purificação e de Humblina



de Jesus, era natural de Lisboa.¹²⁷¹ Não sabemos a data ou causa da sua prisão, mas o seu nome está incluído na lista de presos que em meados de Abril de 1927 saiu da cadeia de Monsanto para ser embarcado no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor, sendo esta a última referência encontrada relativamente a este nome.¹²⁷²

¹²⁶⁶ *A Capital*, 26.6.1925: 2.

¹²⁶⁷ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

¹²⁶⁸ *BOT*, 28.9.1929.

¹²⁶⁹ PT/Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹²⁷⁰ Carvalho, 2003: 457.

¹²⁷¹ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

¹²⁷² *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

Raul Pereira dos Santos nasceu a 6 de Julho de 1902, em Lisboa. Era filho de



Joaquim dos Santos e de Elvira Perpetua Pereira dos Santos.¹²⁷³ Foi torneiro mecânico no arsenal da Marinha e desde cedo se interessou pela causa pública, tendo ingressado as Juventudes Sindicalistas, pela secção de Belém, em 1918.¹²⁷⁴ João Freire descreve-o como membro muito ativo no Comité Federal das Juventudes Sindicalistas (eram 9

elementos). Em finais de 1921, estando o General Gomes da Costa a preparar um golpe militar, pediu o auxílio às Juventudes Sindicalistas. Assim, a 28 de Dezembro, alguns membros encontravam-se reunidos no núcleo central situado na Calçada do Combro a fabricar bombas. Uma acabaria por rebentar, causando três mortes e alguns feridos. No fim, os envolvidos foram julgados pelo Tribunal de Defesa Social e condenados entre 18 meses a 10 anos de prisão, embora mais tarde tenham sido amnistiados. Raul Pereira dos Santos foi um dos envolvidos, tendo chegado a ficar ferido.¹²⁷⁵ Em Novembro de 1922, sabemos que Raul estava preso no Limoeiro, pois existe um “*Manifesto aos trabalhadores conscientes*” assinado por um grupo de 51 homens detidos presos por delito social, Raul Pereira dos Santos incluído. O grupo identifica-se como sindicalista revolucionário, embora sirva o tal manifesto para criticar duramente a ação violenta de alguns membros do recém criado Partido Comunista e, por extensão também o próprio partido, que acusam de não reagir e até de admitir, certas posições excessivamente radicais que alguns dos seus membros vinham a tomar.¹²⁷⁶ Manifesto algo controverso tendo em conta os acontecimentos acima descritos. No ano seguinte, Raul consegue evadir-se, agora do Forte de Monsanto, exilando-se em Espanha e França de onde acabou por ser expulso. Em Novembro de 1923, o seu nome aparece como um dos contribuintes a favor dos

¹²⁷³ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

¹²⁷⁴ Freire, 1989: 120- 137. mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario &view=militante&cid=2272&Itemid=49, consultado a 28.5.2015, PT/AHS, Caixa 95, 2646, mç 109, PT/AHS, Caixa 95, 4503, mç 112, PT/AHS, Caixa 95, 4502, mç 128, PT/AHS, Caixa 97, 3920, mç 535-A.

¹²⁷⁵ Rodrigues, 1982:275-278.

¹²⁷⁶ PT/AHS, Caixa 110, Espólio N61, *Manifesto aos trabalhadores conscientes*, 1.11.1922.

mineiros de S. Pedro da Cova que se encontravam em greve geral.¹²⁷⁷ Entre 1925 e 1926 regressou a Portugal, atuando na União Anarquista Portuguesa.¹²⁷⁸ Não sabemos quando terá sido preso novamente, mas em meados de Abril de 1927 o seu nome está incluído na lista de presos que saiu da cadeia de Monsanto para ser embarcado no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.¹²⁷⁹ Ao longo da viagem, devido ao seu estado de saúde, o médico de bordo mandou que Raul dos Santos e outros dois deportados passassem a dormir no convés. À chegada a Timor, seguiram os três doentes directamente para o Hospital. Mal se recompôs, Raul começou imediatamente a exercer as funções de torneiro mecânico na oficina dos correios e telégrafos de Díli.¹²⁸⁰ É referido por Grácio Ribeiro como testemunha no caso do incêndio do Palácio do Governo, ocorrido em Díli, em 1932.¹²⁸¹ Residia com Albertino Castanheira, que havia escrito uma carta anónima denunciando que o fornecedor de alimentos aos presos da cadeia local desviava a verba a isso destinada e os presos estavam a passar fome. Segundo próprio, tal era fácil de constatar pelo aspecto físico dos mesmos. Ao desconfiarem de Albertino como autor de tal carta, as autoridades fizeram uma rusga à casa de ambos. Aí, encontraram um artigo escrito por si para o jornal anarquista de Buenos Aires, *La Protesta* e que contava também com a participação de Francisco Ramos Graça, sobre o colonialismo em Timor, denunciando as más condições a que os locais eram sujeitos, trabalhos forçados sem pagamento ou alimento. Logo prenderam os dois, Raul e Ramos Graça em Batugadé. Devido às más condições e à insuficiente alimentação, rapidamente a saúde dos dois se degradou, tendo-lhes valido Albertino Castanheira que lá foi e ia subornando os locais para lhes darem carne seca. A situação foi reportada por um enfermeiro enviado pelo Coronel médico Tavares, pelo que Raul dos Santos foi levado para o Hospital em Díli e Ramos Graça foi solto. Depois de internado algumas semanas, Raul dos Santos viria a ser preso novamente, sendo solto só depois dos seus serviços serem particularmente requisitados pelo comandante da Marinha Carmona que tinha vindo de Macau, no sentido de instalar a estação de ondas curtas da T.S.F.¹²⁸² Chegados mais deportados a

¹²⁷⁷ Rodrigues, 1981: 98-121.

¹²⁷⁸ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2272&Itemid=49, consultado a 28.4.2015 e Cardoso, 2007: 242.

¹²⁷⁹ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

¹²⁸⁰ Rodrigues, 1982: 275-284, *BOT*, 12.11.1927, *BOT*, 31.8.1929, *BOT*, 21.2.1931, *BOT*, 18.6.1932, *BOT*, 14.1.1933 e *BOT*, 28.1.1933.

¹²⁸¹ Ribeiro, 1934.

¹²⁸² Rodrigues, 1982: 275-284.

Timor em 1931, foram morar consigo, César de Castro e Arnaldo Simões Januário. Este último fundador da Aliança Libertária de Timor, e responsável pela elaboração de um boletim que enviava aos vários camaradas espalhados pela ilha. Na sequência disto, alguns deportados foram presos e enviados para Ataúro, sendo que Raul foi enviado para a prisão em Aileu e em finais de 1933, enviado de volta para a Metrópole, como elemento indesejável. Em Marselha decidiu-se evadiu-se, daí seguindo para o Brasil com a sua companheira espanhola Dioni.¹²⁸³

Sebastião da Graça nasceu em Tomar e era filho de Sabino da Graça e de Enez da



Costa. Era cabouqueiro de profissão, residia em Lisboa e pertenceu às Juventudes Sindicalistas.¹²⁸⁴ Foi preso a 28 de Junho de 1925 alegadamente por ser considerado “legionário vermelho”.¹²⁸⁵ Não encontrámos mais nenhuma informação relativamente à sua vida em Portugal, apenas que o seu nome está incluído na lista de presos que em meados de Abril de 1927

saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d’Alenquer, rumo ao desterro em Timor.¹²⁸⁶ Da sua vida em Timor, sabemos que em 1933 já estava casado com uma senhora chamada Assunção Vaz Graça, de origem desconhecida. As restantes referências encontradas são a concessão do aforamento de um terreno em Laulara em 1928, a sua nomeação para prestar serviços na oficina dos Correios e Telégrafos de Díli com um salário de 2\$50 em 1931 e a renovação desse mesmo contrato em inícios de 1933, embora em Maio venha a abandonar o cargo, por sua vontade. Ainda em 1933 surge o pedido de transferência da concessão de dez hectares de terra de Sebastião Graça para outro cidadão.¹²⁸⁷ Em 1935 tinha a sua residência fixada em Díli.¹²⁸⁸ Durante a invasão japonesa de Timor (1942-45),

¹²⁸³ PT/AHU, Caixa 1560/1C/MU/DGFC/1940-42, Cardoso, 2007: 42 e 242 e mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2272&Itemid=49, consultado a 28.5.2015.

¹²⁸⁴ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717 e mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2021&Itemid=47, consultado a 31.5.2015.

¹²⁸⁵ Cardoso, 2007: 242 e AOS/CO/IN-8C, Pt.31.

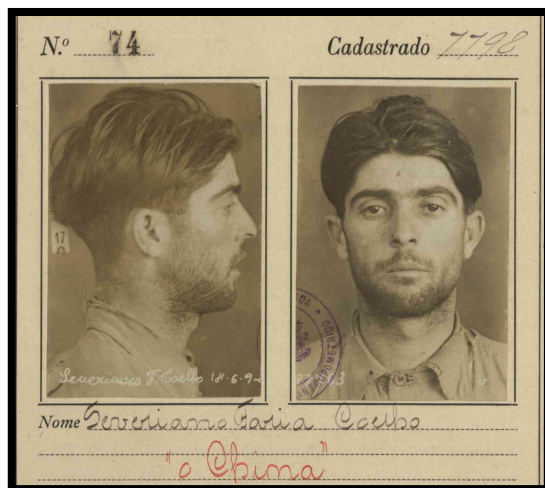
¹²⁸⁶ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

¹²⁸⁷ *BOT*, 24.11.1928, *BOT*, 21.2.1931, *BOT*, 11.2.1933 e *BOT*, 20.5.1933 e *BOT*, 17.4.1933.

¹²⁸⁸ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

permaneceu na zona de concentração em Liquiçá.¹²⁸⁹ Terminada a guerra, encontramos o seu nome incluído no documento intitulado de “situação dos deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um dirigido ao Sr. Presidente do Concelho, para que fosse levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.¹²⁹⁰ Pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados. Em finais de 1968, o *Boletim Oficial de Timor* anunciava que o antigo chefe de Guarda Fios dos Correios e Telégrafos de Díli, entretanto desligado do serviço para efeitos de aposentação, havia falecido no dia 18 de Outubro, no Hospital Central “Dr. Carvalho”.¹²⁹¹

Severino Faria Coelho, o *China* nasceu em 1902, em Lisboa. Era filho de Manuel



Faria Coelho e de Francisca da Conceição Coelho.¹²⁹² Morava no nº15 da Travessa de Santo António à Graça e era servente de garagem de profissão. A primeira referência encontrada com este nome na imprensa da época, data de Junho de 1925. Após o atentado a Ferreira do Amaral, a polícia desencadeou uma série de rusgas na sequência das quais foram feitas várias detenções, umas sem culpa

formada, outras por alegadamente pertencerem à “Legião Vermelha”, organização à qual o atentado foi associado. Uma dessas rusgas foi feita com o intuito de prender alguns indivíduos sobre os quais a polícia teria recebido informação de possível participação em reuniões secretas. A polícia dirigiu-se ao local, mas os indivíduos conseguiram pôr-se em fuga. Recebida a informação do local e data de uma nova reunião, a polícia precaveu-se enviando polícias à paisana antes da hora e conseguiu deter nove indivíduos que aparentemente integravam “um comité tenebroso que guardava seis bombas de grande potência dentro de um galinheiro”¹²⁹³ tendo-os levado para a esquadra das Mónicas e depois para o Governo Civil.¹²⁹⁴ No final do

¹²⁸⁹ Carvalho, 2003: 769.

¹²⁹⁰ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31

¹²⁹¹ BOT, 30.11.1968.

¹²⁹² PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

¹²⁹³ *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 2.

¹²⁹⁴ *O Século*, 6.6.1925.

mês Severino continuava preso, agora na Esquadra do Caminho Novo.¹²⁹⁵ Em Dezembro, acusado de pertencer a uma associação de malfeitores foi prestar declarações na Boa Hora, tendo-lhe sido dada a possibilidade de sair sob fiança. Nenhum dos acusados pagou a fiança e assim, Severino permaneceu preso até meados de Abril 1927, data em que o seu nome consta na lista de presos que saiu da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer, rumo ao desterro em Timor.¹²⁹⁶ Em 1934 e 1935, Severino tinha sua residência fixada na circunscrição civil de Baucau, pelo que encontramos a sua assinatura em dois recibos do subsídio de deportado social, ambos no Posto de Venilale, no valor de 50 patacas, referentes aos meses de Julho e Agosto de 1934 e datados de 31 de Julho e 30 de Agosto de 1934, embora rasurados. A data que inicialmente parece ter sido escrita é 22 de Abril de 1935.¹²⁹⁷ Este facto pode indicar que apesar de ter residência oficial em Venilale, Severino deveria andar pelas restantes circunscrições civis, tendo regressado a Venilale, somente em 1935. Severino Faria Coelho acabaria por falecer, assassinado pela colunas negras durante a ocupação japonesa de Timor (1942-45).¹²⁹⁸

Tomé de Sá Sotto Mayor ou Tomé Exposto, filho de pai incógnito e de Rosa Maria



de Sousa, de Arcos de Valdevez.¹²⁹⁹ A primeira referência encontrada com este nome na imprensa contemporânea, é uma notícia datada de 1925, de que Tomé havia sido preso por atentar contra a vida do caixeiro da padaria do largo Dr. Afonso Pena, Sr. Manuel Lavanco, por este não se ter solidarizado com a greve dos seus colegas, continuando a trabalhar. Tomé acabou por conseguir

evadir-se do Governo Civil, sendo novamente preso em Aveiro.¹³⁰⁰ Muito provavelmente terá estado preso até meados de Abril de 1927, data em que terá saído da cadeia de Monsanto para ser embarcado em Belém, no navio Pêro d'Alenquer,

¹²⁹⁵ A Batalha, 30.6.1925: 2.

¹²⁹⁶ Diário de Notícias, 14.4.1927 e O Século, 14.4.1927: 6.

¹²⁹⁷ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹²⁹⁸ Cardoso, 2007: 242.

¹²⁹⁹ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717.

¹³⁰⁰ O Século, 7.1.1925: 1 e O Século, 3.2.1925: 1.

rumo ao desterro em Timor.¹³⁰¹ Tomé viria a residir na circunscrição civil de Aileu,¹³⁰² de onde fez uma contribuição de 10\$ para a construção da ponte sobre a ribeira de Gleno, em Ermera,¹³⁰³ posto então integrante da referida circunscrição. Assinados também no Posto de Ermera, foram encontrados três recibos do subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, referentes ao meses de Julho, Agosto e Setembro de 1934, assinados a 10 de Agosto, 5 de Setembro e 6 de Outubro de 1934,¹³⁰⁴ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Não foi encontrada qualquer outra referência a este nome, pelo que deduzimos que tenha falecido ou abandonado a Colónia.

Vanzelino dos Santos Costa era natural de Lisboa e filho de Manoel dos Santos



Costa e de Maria da Boa-Hora. Datado de Setembro de 1923, foi encontrada uma notícia do jornal *O Paiz* dando conta da fuga do forte de S. Julião da Barra, de um grupo de bombistas que incluía o nome de Vanzelino dos Santos Costa.¹³⁰⁵ Foi preso a 18.8.25.¹³⁰⁶ Depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e datado de 1926, está um processo em nome de

Vanzelino. Embora não revele qual a acusação do réu, a relação das testemunhas em sua defesa é vasta, abrangendo proprietários, funcionários públicos, industriais, etc...¹³⁰⁷ Não obstante, o seu nome está incluído na lista de presos que em meados de Abril de 1927, saía da cadeia de Monsanto para ser embarcado no navio *Pêro d'Alenquer*,¹³⁰⁸ rumo ao desterro em Timor. Aqui, a única informação encontrada relativa a este nome foi o seu depoimento no inquérito sobre a morte do deportado Joaquim António Pereira, mais conhecido por *Bela Kun*.¹³⁰⁹

¹³⁰¹ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

¹³⁰² PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹³⁰³ *BOT*, 7.1.1933.

¹³⁰⁴ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹³⁰⁵ *O Paiz*, 18.12.1923: 6.

¹³⁰⁶ PT/AHD/MNE/SE/2.3ªp/I. Procº pol/101/por/021/03.A.3, m.717, Cardoso, 2007: 242.

¹³⁰⁷ PT/ANTT, Ministério do Interior, D.G.A.P.C, NT 709, pt 46.

¹³⁰⁸ *Diário de Notícias*, 14.4.1927 e *O Século*, 14.4.1927: 6.

¹³⁰⁹ PT/AHU, mç. 2871, Processo de inquérito à morte de um deportado em Timor.

f) Deportados chegados a Timor em 1931 e que ali permanecem depois de concedida a amnistia

Abraão Alves da Silva Monteiro. As únicas referências encontradas com este nome foram ter sido funcionário público, enviado para Angola, provavelmente em 1930 e ter chegado a Timor a bordo do navio Gil Eanes, em Outubro de 1931. Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Monteiro exerceu a profissão de hoteleiro na região de Díli,¹³¹⁰ embora saibamos que também passou uns tempos em Ermera, já que é aí que assina um recibo de recepção do subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas e referente ao mês de Agosto de 1934.¹³¹¹ Numa relação de deportados a residir na Colónia, datada de Julho de 1940, este nome já não consta.¹³¹²

Albino Bernardino era 2º sargento de infantaria, tendo também trabalhado no comércio. Deportado inicialmente para a Guiné, chegaria a Timor a bordo do navio Gil Eanes, em Outubro de 1931. Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi, onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Bernardino terá ido residir para a região de Bobonaro.¹³¹³ Embora o seu nome conste numa relação de deportados a residir na Colónia, datada de Julho de 1940,¹³¹⁴ não lhe foi encontrada qualquer referência durante o tempo da ocupação japonesa (1942-45) ou tempos posteriores.

Álvaro Cabral, barbeiro de profissão e comunista de convicção. Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão, sabemos apenas que terá chegado a Timor a bordo do navio Gil Eanes, em Outubro de 1931. Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração.”

¹³¹⁰ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹³¹¹ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹³¹² PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹³¹³ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹³¹⁴ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e Figueiredo 2004: 915.

Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Cabral montou uma barbearia com Arnaldo Simões Januário.¹³¹⁵ Numa relação de deportados a residir na Colónia, datada de Julho de 1940, o nome de Álvaro Cabral já não consta.¹³¹⁶

Álvaro Freire era empregado de comércio. Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão, sabemos apenas chegou a Timor em Outubro de 1931, a bordo do navio Gil Eanes, proveniente de Lisboa. Tal como todos os deportados vindos neste navio, desembarcou em Oecussi, onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Segundo Pimenta de Castro, Álvaro Freire abriu uma fábrica de tijolo em Balide,¹³¹⁷ contudo, segundo documentação de arquivo, em Fevereiro de 1934 era na circunscrição civil de Baucau que a sua residência estava fixada. Essas mesmas fontes também nos informam que em Agosto do mesmo ano e pelo menos até Abril de 1935, já era em Ataúro que a residência de Freire se encontrava fixada.¹³¹⁸ É importante ter em conta que Ataúro era normalmente “local de desterro, dentro do desterro”, ou seja, para onde a administração portuguesa enviava com quem se desentendia, pelo que fica a dúvida se Freire ali residia ou se estaria somente a passar uma temporada, enviado pela administração como forma de punição. Numa relação de deportados a residir na Colónia datada de 1940, este nome já não consta.¹³¹⁹



Amândio Pinto¹³²⁰ era serralheiro de profissão. Ficara sem uma das mãos na explosão accidental de uma bomba na oficina de Abílio Guimarães e foi preso no Porto a 14 de Março de 1931, acusado de fabricar bombas com Faria Braga. Segundo as autoridades, “professava ideias extremistas como se comprovou pelos documentos que

¹³¹⁵ Cardoso, 2007: 243.

¹³¹⁶ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42

¹³¹⁷ Castro, 1944: 183.

¹³¹⁸ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹³¹⁹ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42

¹³²⁰ Fotografia de arquivo privado, cedida Sérgio Pinto (bisneto).

lhe foram apreendidos, figurando entre estes os estatutos de uma maçonaria secreta”. Partiu de Lisboa a 28 de Junho de 1931, a bordo do navio Gil Eanes, e chegou a Timor, em Outubro de 1931. Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em Agosto de 1934, era em Ataúro que assinava o recibo do subsídio de deportado político, sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Em Abril de 1935 continuava com a residência fixada em Ataúro mas em Junho desse mesmo ano, já era em Maubara que assinava o recibo de subsídio de deportado político.¹³²¹ É importante ter em conta que Ataúro era normalmente “local de desterro dentro do desterro”, ou seja, para onde a administração portuguesa enviava com quem se desentendia, pelo que fica a dúvida se Pinto ali residia ou se estaria somente a passar ali uma temporada, enviado pela administração como forma de punição. Ao tempo da ocupação japonesa (1942-1945), Amândio Pinto permaneceu na zona de concentração em Liquiçá onde a 7 de Outubro de 1944 nasceria o seu filho, Libertário Pinto, de uma união com uma timorense chamada Adelaide.¹³²² Terminada a guerra, encontramos o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Conselho, para que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa,¹³²³ pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados. Assim, no final da guerra, deixando Adelaide em terra, Pinto embarcou com o seu filho no navio Angola rumo à Metrópole, onde chegou em meados de Fevereiro de 1946.¹³²⁴ Estabeleceu residência em Matosinhos, continuando a exercer a profissão de serralheiro.¹³²⁵

Américo de Sousa era surrador de peles de profissão. Foi preso a 25 de Maio de 1931, acusado de ter lançado bombas no primeiro de Maio, na baixa de Lisboa. Partiu de Lisboa no navio Gil Eanes, a 28 de Junho de 1931, tendo chegado a Timor

¹³²¹ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹³²² http://cdi.upp.pt/cgi-bin/mostra_entrevista.py?doc=E10r#a0, consultado a 24.7.2015.

¹³²³ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹³²⁴ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

¹³²⁵ Entrevista a Carlos Cal Brandão (filho), Porto, 13.1.2015.

em Outubro de 1931.¹³²⁶ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em 1934 e 1935, Américo de Sousa tinha a sua residência fixada em Ataúro, local onde assinava um recibo de subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas,¹³²⁷ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. A ilha de Ataúro era normalmente “local de desterro dentro do desterro”, ou seja, para onde a administração enviava os deportados com quem se desentendia. Segundo o médico José dos Santos Carvalho, à data da ocupação japonesa (1942-1945), Américo de Sousa mantinha uma relação marital com uma senhora natural de Viqueque.¹³²⁸ Em Maio de 1943, não tendo conseguido embarcar para a Austrália e estando a viver em grandes dificuldades pelas montanhas há alguns meses, entregou-se às tropas nipónicas juntamente com o Padre Serra, tendo sido conduzido à zona de concentração de Liquiçá.¹³²⁹ Terminada a guerra, encontramos o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Conselho, para que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.¹³³⁰ Pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados e assim, no final da guerra embarcou no navio Angola, rumo a Portugal onde chegou a 16 de Fevereiro de 1946, sendo esta a última referência encontrada relativamente a este nome.¹³³¹

António Almeida Albuquerque nasceu na Covilhã, a 11 de Agosto de 1888. Era filho de António de Albuquerque e de Jesuína da Concica, casado com Felismina Albuquerque, que deixa na Metrópole¹³³² e operário têxtil de profissão. Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão, sabemos apenas que chegaria a Timor em Outubro de 1931, no navio Gil Eanes proveniente da Guiné.¹³³³ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde

¹³²⁶ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹³²⁷ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹³²⁸ Carvalho, 1972: 196.

¹³²⁹ Cardoso, 2003: 243 e Carvalho, 1972: 71.

¹³³⁰ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹³³¹ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

¹³³² NAA- MP1103/2, N1757.

¹³³³ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em Fevereiro de 1934 Albuquerque tinha a sua residência fixada na ilha de Ataúro,¹³³⁴ sendo este “local de desterro dentro do desterro”, ou seja, para onde a administração enviava os deportados com quem se desentendia. Em Agosto do mesmo ano, já era em Liquiçá que assinava um recibo de subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas,¹³³⁵ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Ao tempo da ocupação japonesa (1942-1945), Albuquerque integrou a coluna do Administrador Mendes de Almeida enviada para suprimir uma revolta em Turiscai e posteriormente, o exército australiano, lutando pela tática de guerrilha e andando em fuga pelas montanhas. Em Agosto de 1943, foi evacuado para a Austrália. Inicialmente ficou alojado em *Bob's Farm*, mas dadas as suas convicções políticas viradas à esquerda, acabaria por ser transferido para o campo de prisioneiros de guerra em Liverpool. Somente em Abril de 1944 viria a ser solto e transferido para Singleton, onde ficou em regime de liberdade restrita aos limites de uma propriedade denominada *Minimbah* e a sua correspondência submetida a censura. Apesar de casado na Metrópole, em Timor Albuquerque manteve uma relação marital com uma timorense chamada Maria, também evacuada para a Austrália, onde viria a nascer a filha de ambos. Em Novembro de 1945, a família embarcava no navio Angola rumo à Metrópole, onde chegou em meados de Fevereiro de 1946, sendo esta a última referência encontrada relativamente a este nome.¹³³⁶

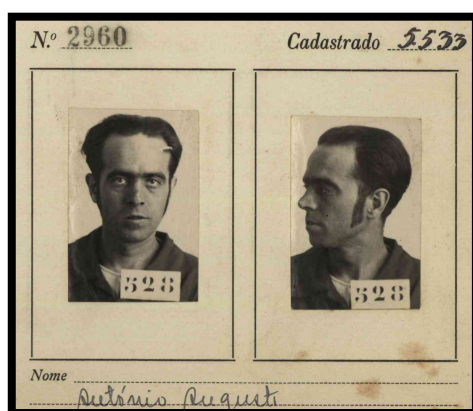
António Augusto Dias Antunes nasceu em Castelo Branco, no ano de 1876. Tirou o curso do Estado Maior, tendo chegado a Coronel de Infantaria, fez campanhas em Angola, tendo chegado a ser Governador de Província. Era detentor das medalhas de valor militar e da Torre e Espada, republicano liberal e maçom, o que valeu a demissão do serviço militar em 1928. Foi um dos principais chefes do movimento fracassado do 26 de Agosto de 1931 e por essa razão, preso e deportado para Timor no navio Pedro Gomes, onde chegou em Outubro de 1931. Desembarcado em Oecussi, ali permaneceu um tempo, confinado a um espaço a que muitos chamaram

¹³³⁴ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹³³⁵ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹³³⁶ Carvalho, 2003, Chamberlain, 2010: Anexo A, p. 9; Cardoso, 2007: 110 e 258, Laborinho, 1943: 483 e *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

“campo de concentração”. Dias Antunes foi um dos responsáveis pela extinção do aprisionamento dos deportados em Oecussi, ao ter conseguido fazer chegar à Liga dos Combatentes da Grande Guerra, em Lisboa, reclamações sobre as péssimas condições a que os deportados estavam sujeitos nos campos de prisioneiros em Oecussi e Ataúro. A estas reclamações Dias Antunes anexou o relatório do médico de Oecussi, que denunciava não só as más condições de habitação, vestuário e higiene, como também afirmava que a alimentação disponibilizada era deveras insuficiente, pelo que seria difícil os deportados sobreviverem muito tempo, afirmava o médico. Na posse destas informações, a Liga apresentou queixa formal no Ministério das Colónias. Após a libertação, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em Dezembro de 1932, era concedida uma amnistia geral a todos os deportados políticos que haviam sido enviados para as diferentes possessões ultramarinas, com exceção daqueles cujo Governo considerou serem os “50 mais perigosos”, como foi o caso de Dias Antunes. Eventualmente conseguiria que a sua mulher se lhe junta-se, tendo o casal ido residir para a circunscrição civil de Aileu.¹³³⁷ Argumentando ter uma posição social superior à dos restantes deportados e como tal, também gastos superiores, pediu que lhe fosse aumentada a verba do subsídio mensal a que tinha direito.¹³³⁸ Pedido que parece não ter surtido qualquer efeito, já que em 1934, assinava dois recibos do subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas, o mesmo valor atribuído a todos os deportados políticos. Ambos os recibos foram assinado em Ermera,¹³³⁹ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Dias Antunes viria a falecer em Timor, em 1940.



António Augusto nasceu por volta de 1900. Desconhecemos a data ou o motivo da sua detenção, sabemos apenas que chegou a Timor a bordo do navio Gil Eanes em Outubro de 1931, proveniente da Guiné.¹³⁴⁰ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu

¹³³⁷ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹³³⁸ PT/ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 474, [pt. 5/7].

¹³³⁹ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹³⁴⁰ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. António Augusto passaria a residir na circunscrição civil de Suro, no Posto de Manufahi.¹³⁴¹ Na sequência da ocupação japonesa (1942-45) seria evacuado para a Austrália, com Inês de Jesus (cerca de 1921), timorense com quem mantinha uma relação marital e o filho de ambos, José (cerca de 1939). A família ficou em *Bob's Farm*, local onde ficaram alojados grande parte dos refugiados. No final da guerra embarcou no navio Angola, rumo a Portugal onde chegou em meados de Fevereiro de 1946, sendo esta a última referência encontrada relativamente a este nome.¹³⁴²

António Lopes, o moleiro era motorista de profissão, comunista de convicção e foi preso a 27 de Maio de 1931, acusado de lançar uma bomba a 18 de Maio, na Praça dos Restauradores, em Lisboa durante uma manifestação de apoio à ditadura. Partiu de Lisboa a bordo do navio Gil Eanes, a 28 de Junho de 1931 e chegou a Timor em Outubro de 1931.¹³⁴³ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Da sua vida em Timor, encontramos a sua assinatura em dois recibos de subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas, referentes aos meses de Julho e Agosto de 1934, em Díli¹³⁴⁴ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Em 1935, a sua residência encontrava-se fixada na circunscrição civil de Baucau. Segundo testemunhos locais, ao tempo da ocupação japonesa (1942-1945), António Lopes residia em Dare. Contamos a família Paiva, um episódio ocorrido a António Lopes no tempo da invasão japonesa. Cinco militares holandeses esconderam as armas em casa de um velho timorense em Dare. Com receio de eventuais repercussões por parte das forças nipónicas, o senhor entregou as armas a António Lopes, que as enterrou no curral dos cabritos. Um dia, veio um soldado japonês a Dare investigar a situação e o velho disse a quem tinha entregue as armas. O japonês dirigiu-se então ao Chefe de Posto a

¹³⁴¹ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹³⁴² Cardoso, 2007: 258, Laborinho, 1944: 483 e *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

¹³⁴³ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹³⁴⁴ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e Arquivo particular de Luís Frazão.

perguntar pelas armas mas como este não sabia, foi violentamente agredido japoneses. Só então mandaram chamar António Lopes que prontamente disse onde estavam as armas escondidas, tendo-lhe valido este acto um salvo conduto para poder andar livremente.¹³⁴⁵ Dada a ordem a todos os europeus para que se reunissem na concentração em Liquiçá, também Lopes ali ficaria, cerca de três anos. Terminada a guerra, encontramos o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Conselho, para que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.¹³⁴⁶ Pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados, pelo que lhes foi concedida a passagem de regresso à Metrópole no navio Angola. Não tendo sido encontrada uma lista de passageiros e tendo em conta a inexistência de referências a António Lopes na Metrópole em 1946, deduzimos que não tenha embarcado e que tenha permanecido em Timor, onde ainda existe memória do seu nome. Segundo a família Paiva, já no pós guerra, Lopes e Casimiro Paiva começaram a semear milho nas proximidades de Venilale, com o intuito de obter farinha para cozer broa de milho. Construíram também um moinho, o que lhe valeu o nome pelo qual ainda hoje é lembrado, *o moleiro*.¹³⁴⁷

António Pinheiro. Era alfaiate de profissão. Desconhecemos a data ou o motivo da sua detenção, sabemos apenas que chegou a Timor a bordo do navio Gil Eanes em Outubro de 1931, proveniente da Guiné. Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Pinheiro passaria a residir na circunscrição civil do Suro, no Posto de Manufahi.¹³⁴⁸ O seu nome consta numa relação datada de Julho de 1940, de deportados a residir na Colónia,¹³⁴⁹ embora não tenham sido encontradas quaisquer referências relativamente a este nome na documentação referente à ocupação japonesa (1942-45), pelo que assumimos que António Pinheiro se tenha retirado da Colónia ou tenha falecido entre 1940 e 1942.

¹³⁴⁵ Entrevista a Bernardo e Casimiro Paiva, Díli, 17.4.2014;

¹³⁴⁶ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹³⁴⁷ Entrevista a Bernardo e Casimiro Paiva Díli, 3.5.2014.

¹³⁴⁸ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹³⁴⁹ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

Augusto César dos Santos ou César Augusto dos Santos¹³⁵⁰ nasceu a 1 de Janeiro de 1887, em Oeiras. Era filho de Joaquim Luís dos Santos e de Maximiana Júlia. Casado com Fortunata dos Santos, moradora no nº 90 da Rua Possidónio da Silva, em Lisboa. O casal tinha quatro filhos.¹³⁵¹ Era pedreiro de profissão. Foi preso por lhe terem sido apreendidas pela polícia treze bombas, as quais haviam sido fabricadas pelo seu colega de deportação Álvaro Freire. Partiu de Lisboa a bordo do navio Gil Eanes, a 28 de Junho de 1931 e chegou a Timor em Outubro de 1931.¹³⁵² Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Para além de ter adquirido algumas propriedades, César Augusto associou-se a José Francisco, fazendo trabalhos de construção civil e de limpeza e conservação de campas.¹³⁵³ Uma vez que César não sabia ler nem escrever, era o seu sócio José Francisco quem assinava em seu nome, dois recibos do subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas e referentes aos meses de Junho e Agosto de 1934.¹³⁵⁴ Assim sabemos que Augusto tinha a sua residência fixada em Díli pois era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. A nível familiar, César Augusto mantinha uma relação marital com uma timorense chamada Luísa Cardoso timorense (cerca de 1899) com quem teve um filho chamado Augusto (cerca de 1928).¹³⁵⁵ Na sequência da invasão japonesa (1942-1945), em Janeiro de 1943 era evacuado para a Austrália, tendo ficado alojado com a sua família em *Bob's Farm*. Considerado como um dos responsáveis por conflitos ocorridos no campo, em Outubro de 1943 foi transferido para o campo de prisioneiros de guerra em Liverpool, juntando-se a outros europeus que também ali se encontravam. Sem entenderem muito bem a razão da sua detenção, várias foram as tentativas protagonizadas pelo grupo detido de denunciar a injustiça sofrida, protestos que incluíram uma greve de fome e o envio de várias cartas a entidades de renome. Foi solto em Março de 1944 para Narrabri, onde ficou a residir numa casa cujo aluguer era pago pelo Governo

¹³⁵⁰ Documentação presente nos Arquivos Nacionais da Austrália mas não consultada por não se encontrar digitalizada: NAA: C123, 21101 e NAA: C329, 296.

¹³⁵¹ NAA- MP1103/2, N1769.

¹³⁵² PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹³⁵³ Laborinho, 1944: 141 e *BOT*, 5.2.1935.

¹³⁵⁴ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e Arquivo particular de Luís Frazão.

¹³⁵⁵ Laborinho, 1944: 482.

Português.¹³⁵⁶ No final da guerra, levantada a pena de deportação, embarca no navio Angola juntamente com a sua família. Embora tenha sido concedida a passagem de regresso à Metrópole a todos os ex-deportados, não tendo sido encontrada uma lista oficial de passageiros e tendo em conta a inexistência de referências a César Augusto na Metrópole em 1946, deduzimos que não tenha rumado à Europa, mas que tenha desembarcado e permanecido em Timor. Não foi encontrada mais nenhuma referência relativamente a este nome.

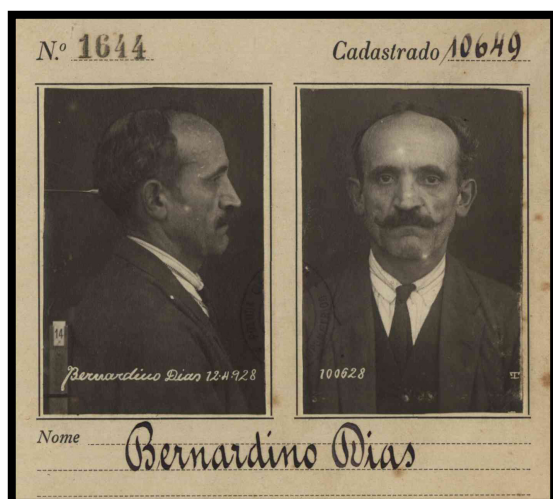
Augusto Veríssimo de Sousa. Segundo uma relação dos deportados enviados para Timor onde consta o cadastro de cada um, Veríssimo de Sousa era um conhecido bombista, que já havia sido deportado por detenção de bombas. Após o regresso, voltaria a imiscuir-se em casos idênticos, tendo sido preso a 28 de Novembro de 1930, acusado de detenção e transporte de 150 bombas que alegadamente distribuiu por Lisboa, Almada e Trafaria, à ordem do chefe revolucionário Tenente Manuel António Correia, também deportado. Assim, partiu de Lisboa a bordo do navio Pedro Gomes, chegaria a Timor por via canal do Suez, em Outubro de 1931.¹³⁵⁷ Tal como todos os deportados chegados em 1931, durante as primeiras semanas permaneceu em Oecussi ou Ataúro, locais onde lhes havia sido preparado alojamento, a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Veríssimo de Sousa ficaria a residir em Liquiçá, local onde em Setembro de 1934 assinava um recibo do subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas,¹³⁵⁸ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados.

¹³⁵⁶ Chamberlain, 2010, Anexo A, p.17 e Laborinho, 1944: 141 e 482.

¹³⁵⁷ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42, PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31 e Cardoso, 2007: 249.

¹³⁵⁸ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e Arquivo particular de Luís Frazão.

Bernardino de Oliveira Dias¹³⁵⁹ nasceu a 9 de Fevereiro de 1908, na cidade do



Porto. Era filho de Fernando Dias e de Palmira Oliveira. Residia no Porto, na Rua da Firmeza e era eletricitista de profissão. Preso em data e por motivo desconhecidos, chegaria a Timor, proveniente de Angola no navio Gil Eanes em Outubro de 1931.¹³⁶⁰ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um

espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em 1933 era mecânico eletricitista na Repartição dos Serviços dos Correios e Telégrafos em Díli, tendo sido louvado publicamente pela competência dos trabalhos da nova instalação telefónica.¹³⁶¹ Em inícios do ano seguinte, na sequência do processo da Aliança Libertária de Timor, a sua residência ser-lhe-ia fixada em Ataúro, motivo pelo qual deixaria de exercer funções na referida repartição.¹³⁶² Em Agosto de 1934 já a sua residência estava fixada na circunscrição civil de Aileu,¹³⁶³ concretamente no Posto de Maubisse, local onde assinava um recibo de subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas,¹³⁶⁴ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Aquando da ocupação japonesa de Timor (1942-1945), Bernardino Dias integrou a coluna do Sargento Vicente contra a rebelião na fronteira, tendo depois integrado o exército australiano como operador de rádio. Segundo o Governador, desde cedo que Bernardino agiu como agente activo ao serviço do exército australino. Foi evacuado para a Austrália em Agosto de 1943. Inicialmente ficou alojado em *Bob's Farm* com Palmira, timorense com quem mantinha uma relação marital e mais duas dependentes também timorenses, Suco Leque e Bimau.

¹³⁵⁹ Documentação presente nos Arquivos Nacionais da Austrália mas não consultada por não se encontrar digitalizada: NAA: SP11/2, PORTUGUESE/DIAS B e NAA: C329, 277.

¹³⁶⁰ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹³⁶¹ *BOT*, 16.9.1933.

¹³⁶² PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935, *BOT*, 7.4.1934 e Cardoso, 2007: 243.

¹³⁶³ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹³⁶⁴ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

Logo no mês seguinte foi transferido para o campo de prisioneiros de guerra em Liverpool, juntando-se a outros europeus que também ali se encontravam. Sem entenderem muito bem a razão da sua detenção, várias foram as tentativas protagonizadas pelo grupo detido de denunciar a injustiça sofrida, protestos que incluíram uma greve de fome e o envio de várias cartas a entidades de renome. Foi solto em Março de 1944 e transferido para Singleton, onde ficou em regime de liberdade restrita aos limites de uma propriedade denominada *Minimbah* e a sua correspondência submetida a censura. A sua companheira, Palmira ficaria em Narrabri West. Não obstante a sua situação, Bernardino foi recomendado pelo Tenente Pires como operador de Rádio para o SRD, *Services Reconnaissance Department*. O próprio SDR tentou recuperá-lo pois Bernardino era tido como um operador de rádio altamente competente, embora sem efeito. Em finais de Março de 1945, Bernardino foi recrutado por Sousa Santos para uma operação em Timor (OP STARLING) mas não participou nos treinos. Terminada a guerra, a operação acabaria por ser cancelada. Dada a ordem de que o repatriamento iria ser feito e receando consequências do Governo Português por terem contrariado a ordem de neutralidade nacional dada pelo Governador de Timor, alguns deportados, Bernardino incluído, pediram visto de residência permanente australiano. Invocaram o apoio dado ao exército australiano mas, ainda assim, o pedido foi recusado. As autoridades australianas receavam, não só as suas ligações comunistas, como também lhes era difícil aceitar o facto destes homens manterem relações maritais com mulheres timorenses, de quem tinham filhos. Num documento das autoridades de emigração a respeito do caso, pode ler-se: "qualquer simpatia que se pudesse sentir a respeito deles é afastada pela sua livre associação com mulheres nativas ou de raça negra". Embora, o pedido de residência na Austrália tenha sido recusado, Bernardino não embarcou no navio Angola, conforme previsto.¹³⁶⁵ Não foram encontradas mais referências relativamente a este nome.

¹³⁶⁵ Cardoso, 2007: 43, 111 e 243, Laborinho, 1944: 144 e 483, Chamberlain, 2010: Anexo A, p.19-20 e NAA, 781505: 46.

Bernardino Maria dos Santos¹³⁶⁶ nasceu em Coimbra, no ano de 1877. Era filho de



Inácio dos Santos e Maria do Rosário e residia em Alcântara, Lisboa. Tinha o terceiro ano do Liceu, tendo sido empregado de escritório e por isso, o enviado à Conferência Operária Nacional de 1917 como Delegado dos Empregados no Comércio e Indústria (de Lisboa) e ainda, empregado administrativo do Seguro Social. Enquanto na clandestinidade foi também

marinheiro e carnicheiro. Esteve detido várias vezes na sequência de movimentações contra a carestia de vida e contra as posições tomadas pelo Governo em relação à 1ª Grande Guerra. Depositada no Arquivo de História Social, na Biblioteca Nacional em Lisboa, está uma carta escrita por si na cadeia do Limoeiro datada de Novembro de 1916, dirigida aos seus companheiros de prisão e camaradas de luta apelando às boas relações e solidariedade entre camaradas de luta.¹³⁶⁷ João Freire identifica-o como uma das pessoas que tentou organizar a União Anarquista Comunista, sendo que esta organização acabou por perder força com a guerra.¹³⁶⁸ Em 1921 escrevia um artigo no jornal *Bandeira Vermelha*¹³⁶⁹ apelando à criação de um partido comunista, cujos estatutos deveriam ser discutidos num congresso a ser feito, embora afirme que não desejaria ser deputado pois o seu papel seria na rua.¹³⁷⁰ Com efeito, em 1922, já era membro no recém criado Partido Comunista Português.¹³⁷¹ Em 1925, na sequência de

¹³⁶⁶ Podemos encontrar o seu processo no PT/ANTT, PIDE - Procº 16-S/PSE e ainda outras informações em PT/AHM - 1ª div. - 35ª sec. - cx. 1279/80.

¹³⁶⁷ PT/AHS, Caixa 109, não tem nº de capilha, Carta datada de 10.11.1916, e mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=1084&Itemid=47, consultado a 8.6.2015.

¹³⁶⁸ Freire, 1989: 120- 137.

¹³⁶⁹ Periódico editado pela Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920), movimento revolucionário que embora sem ligação directa à Rússia Comunista, se inspirava nas facções mais radicais envolvidas na revolução russa de 1917 e que visava denunciar as injustiças da sociedade e divulgar os princípios revolucionários importados dos movimentos comunistas internacionais. Desde o início da sua tiragem este jornal sofreu muita repressão, a escritores, vendedores, compradores, etc... Em fins de 1920, devido à severa repressão, a Federação acabou por cessar funções mas, logo em Março de 1921, grande parte dos seus antigos membros respondem ao apelo do II Congresso do *Komintern* da Rússia que visava a formação de partidos comunistas, formando-se assim o Partido Comunista Português.¹³⁶⁹

¹³⁷⁰ *Bandeira Vermelha*, 6.6.1921.

¹³⁷¹ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=1084&Itemid=47, consultado a 8.6.2015.

uma séria de rusgas feitas após o atentado de 15 de Maio, ao Comandante da Polícia Ferreira do Amaral, viria a ser preso novamente. Logo no final do mês já anunciavam a sua deportação no navio Carvalho de Araújo para Cabo Verde, onde chegou a 10 de Junho, sem que lhe tivesse sido a culpa formada ou passado por qualquer julgamento.¹³⁷² Os jornais conservadores publicaram um cadastro segundo o qual, Bernardino contava já com doze prisões por porte de arma, por fabrico e posse de bombas, e até que “há uns anos a polícia lhe apreendeu só de uma vez, trinta desses terríveis engenhos em sua casa.”. Desta vez, terá sido preso por ser “Legionário Vermelho” e por alegado envolvimento no referido atentado.¹³⁷³ Ainda assim, citando o jornal *O Mundo* de 3 de Junho, o jornal *A Batalha*, defendendo a sua inocência, publica que há tempos que Bernardino Santos andava afastado de qualquer actividade partidária ou revolucionária por se encontrar doente com tuberculose.¹³⁷⁴ Do mesmo modo, anuncia uma greve geral de 48 horas contras as deportações, publicando uma lista de nomes por quem a organização operária se interessa e defende que inclui o nome de Bernardino Santos, sendo que também o Sindicato Nacional dos Empregados do Estado protestou contra a sua deportação.¹³⁷⁵ Não obstante, já no final do mês de Junho, em entrevista ao jornal *O Século*, o Sr. Teodoro dos Santos vinha a assumir publicamente inteira responsabilidade pelo envio dos presos para África, argumentando: “que para indicação desses nomes bastou-me consultar os cadastros e dossiers da polícia sobre as proezas desses cavalheiros”. Entre outras coisas, o Sr. Teodoro refere também o caso particular de Bernardino dos Santos “e do alarido que se tem feito à volta da sua deportação”, sendo que “é ele quem vem agora confirmar, em parte, as razões que para isso houve, declarando ao comandante do Cruzador Carvalho Araújo que nunca foi fabricante de bombas, mas apenas detentor”.¹³⁷⁶ A 11 de Junho de 1925, o mesmo jornal anunciava que haviam sido afixados por toda a cidade os cadastros de Arsénio José Filipe e Bernardino dos Santos.¹³⁷⁷ Sendo que estes senhores tinham acabado de desembarcar em Cabo Verde, para onde tinham sido enviados pela própria polícia, pensamos ter sido este um erro de comunicação, ou entre a própria polícia ou com os jornais. Algo que nos leva questionar a credibilidade

¹³⁷² PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo e *O Século*, 29.5.1925: 2.

¹³⁷³ *A Capital*, 6.6.1925: 2, *A Capital*, 29.5.1925: 2 e *O Século*, 30.5.1925: 1 e 2.

¹³⁷⁴ *A Batalha*, 30.5.1925: 2, *A Batalha*, 31.5.1925: 1 e PT/AHMarinha, caixa 1402, Navio Carvalho Araújo e *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 2 e *O Mundo*, 3.6.1925.

¹³⁷⁵ *A Batalha*, 3.6.1925: 1, *A Batalha*, suplemento, 5.6.1925: 1 e *O Século*, 6.6.1925.

¹³⁷⁶ *O Século*, 26.6.1925: 6.

¹³⁷⁷ *O Século*, 11.6.1925: 6.

da polícia e da imprensa da época. Mais tarde, juntamente com outros deportados, Bernardino dos Santos acabaria por vir a fugir, sendo novamente preso a 8 de Julho de 1927 no Porto, onde se refugiara, sendo depois reencaminhado para Lisboa.¹³⁷⁸ Um documento intitulado de “situação dos deportados em Timor, 1945”, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo dá-nos conta da sua deportação, em Novembro de 1930 para Ponta Delgada, entretanto para Angola e, em Outubro de 1931, a bordo do navio Gil Eanes, para Timor. Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. As informações encontradas sobre a vida de Bernardino dos Santos em Timor foram escassas. Sabemos apenas que residiu na circunscrição civil de Aileu¹³⁷⁹ e que ao longo da ocupação japonesa (1942-45) Bernardino esteve na zona de concentração em Liquiçá, onde lhe nasceu um filho, Ilídio dos Santos.¹³⁸⁰ Terminada a guerra, encontramos o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Conselho, para que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.¹³⁸¹ Pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados e assim, no final da guerra, embarcou no navio Angola, rumo a Portugal onde chegou em meados de Fevereiro de 1946.¹³⁸² Dias depois já o subdiretor da PIDE do Porto requeria ao seu superior hierárquico em Lisboa, elementos de identificação de um grupo de indivíduos recém chegados à Metrópole, Bernardino dos Santos incluído.¹³⁸³ Viria a falecer em 1958, sem que lhe tenhamos encontrado mais referências.¹³⁸⁴

¹³⁷⁸ Pais, 2012: 85.

¹³⁷⁹ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹³⁸⁰ Carvalho, 2003: 766.

¹³⁸¹ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹³⁸² *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

¹³⁸³ PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS, 19.02.1946.

¹³⁸⁴ mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=1084&Itemid=47, consultado a 8.6.2015.

César Augusto de Castro¹³⁸⁵ nasceu a 6 de Abril de 1901, em Unhais da Serra.



Durante a sua juventude viveu no Barreiro, trabalhava como serralheiro nas Oficinas Gerais do Caminho de Ferro de Sul e Sueste e foi Secretário-Geral da Federação das Juventudes Sindicalistas.¹³⁸⁶ Foi preso a 7 de Abril de 1931 por fabrico de bombas, juntamente com Veríssimo de Sousa, José Correia Fernandes e João Magala e deportado para Timor ainda no mesmo

ano. Assim, a 28 de Junho de 1931 partia de Lisboa rumo à deportação a bordo do navio Gil Eanes, chegando a Timor em Outubro de 1931.¹³⁸⁷ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Entre 1931 e 1932, César de Castro residiu com os também deportados Arnaldo S. Januário e Raul dos Santos em Díli. Em 1934 e 1935, na sequência da sua participação na Aliança Libertária de Timor, permaneceu na ilha de Ataúro,¹³⁸⁸ local onde assinou dois recibos de subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas,¹³⁸⁹ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. É importante ter em conta que Ataúro era normalmente “local de desterro, dentro do desterro”, ou seja, para onde a administração portuguesa enviava com quem se desentendia, pelo que fica a dúvida se Castro ali residia ou se estaria somente a passar ali uma temporada, enviado pela administração como forma de punição. Em início dos anos 40, César de Castro trabalhava como serralheiro em Loré, de onde raramente saía pois era o responsável por toda a fábrica de serração. Ainda existe memória de

¹³⁸⁵ Documentação presente no ANTT mas não consultada por não se encontrar digitalizada: PT/ANTT, PIDE - Procº 4858/PSE.

¹³⁸⁶ moscaservidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=277&Itemid=47, consultado a 27.7.2015, AHS, Caixa 97, 1108-A, mc 510 e AHS, Caixa 98, 3920, mc 001-A, panfletos.

¹³⁸⁷ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹³⁸⁸ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e Cardoso, 2007: 244.

¹³⁸⁹ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

César de Castro e respectiva serração a nível local, bem como de José Filipe terá ido para ali trabalhar, tentando resguardar-se das tropas japonesas, na sequência da ocupação japonesa (1942-1945).¹³⁹⁰ No *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)*, o Governador dá-nos conta de terem sido César de Castro e Luís Félix, quem ao chegar a Díli vindo de Lautém, trouxe a notícia do assassinato dos deportados António Teixeira, Mário Gonçalves e Raul Monteiro pelas colunas negras a 15 de Novembro de 1942.¹³⁹¹ A partir de Novembro de 1942, sob o pretexto de não conseguirem defender a população europeia dos ataques das colunas negras, as forças japonesas insistem na concentração destas pessoas em Maubara e em Liquiçá, pelo que também César de Castro ali permaneceu. Terminada a guerra, encontramos o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Conselho, para que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.¹³⁹² Pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados e assim, no final da guerra, embarcou no navio Angola rumo à Metrópole, chegando em meados de Fevereiro de 1946 e fixando-se na Cova da Piedade.¹³⁹³ Apesar de levantada a pena de deportação, a PIDE permaneceu atenta. Logo na semana seguinte à chegada do navio Angola, uma troca de correspondência interna, actualmente depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, revela que o subdiretor da PIDE do Porto requeria ao seu superior hierárquico em Lisboa, elementos de identificação dos recém chegados ex-deportados, César de Castro incluído, a fim de os monitorizar.¹³⁹⁴ Segundo o Projecto MOSCA, viria a falecer a 16 de Outubro de 1980.¹³⁹⁵

¹³⁹⁰ Carvalho, 1972: 203 e Sr. José Silva, Moro, 4.10.2014.

¹³⁹¹ Carvalho, 2003: 457.

¹³⁹² PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹³⁹³ Cardoso, 2007: 244 e *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

¹³⁹⁴ PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946 e ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria de Lisboa. Proc. nº963/46 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº799/946-I Confidencial 20.03.1946.

¹³⁹⁵ moscaservidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=277&Itemid=47, consultado a 27.7.2015.



Carlos Cal Brandão nasceu a 5 de Novembro de 1906, na cidade do Porto. Era filho de Silo Cal, natural da Galiza e de Amélia Brandão de Cal, natural do Porto. Carlos teve dois irmãos: Silo (23.3.1908) e Mário (25.3.1910). Completou o ensino secundário na cidade onde nasceu e em 1922, mudou-se para Coimbra a fim de frequentar a Faculdade de Direito. Desde cedo, aderiu às ideias republicanas, era maçã e presidente eleito do Centro Académico Republicano (1926-1927). Foi fundador e director do jornal *Humanidade* (1929-1931). Especialmente após o golpe de 28 de Maio de 1926 que impôs um regime de Ditadura Militar, foram inúmeros os movimentos revolucionários “reviralhistas”, revoltas contra o sistema imposto e que pretendiam revirar do tabuleiro político. Foi neste contexto que a 12 de Março de 1931, Carlos Cal Brandão foi preso no Porto, acusado de posse de bombas e alegado planeamento de um movimento revolucionário. Segundo a família, o mandato de captura estava endereçado a seu irmão Silo Cal Brandão, contudo, como este não estava em casa, foi Carlos quem a polícia levou preso. Em Junho, foi embarcado no navio Pedro Gomes, rumo à deportação na ilha de S. Nicolau, em Cabo Verde. Ali ficou umas semanas, sendo depois embarcado no navio Gil Eanes, rumo a Timor.¹³⁹⁶ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Cal Brandão ficou a residir em Díli, exercendo a profissão de advogado. As relações entre deportados e Administração portuguesa foram algo difíceis durante a década de 30. Em 1932, um incêndio no Palácio do Governo em Díli gerou um enorme mal estar entre Governador, funcionários do Governos, deportados políticos e sociais. Cal Brandão foi o primeiro advogado apontado para defender o réu, o deportado social Rodrigo Rodrigues. Acabou por passar a pasta a Grácio Ribeiro, alegando não se querer

¹³⁹⁶ Fotografia de arquivo privado, cedida por Carlos Cal Brandão (filho), entrevista a Carlos Cal Brandão (filho), Porto, 13.1.2015; resistencia.centenariorepublica.pt/expo/index.php/bibliografias/63-brandao-carlos-cal, consultado a 18.3.2014, silenciosememorias.blogspot.pt/2013_12_01_archive.html, consultado a 2.8.2015; Vilaça, 2003: 15-38; Cardoso, 2007: 7-8, 38, 43 e 243 e AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

desentender com ninguém, dada a falta de acordo entre os deportados sociais que se acusavam mutuamente. Segundo Grácio Ribeiro, alguns deportados sociais diziam que Cal Brandão, maçom, encontrava-se muito próximo dos “verdadeiro envolvidos na trama” e por isso convenientemente passou a pasta a Grácio Ribeiro, ainda com o curso de direito por terminar. Com efeito, no escrito que nos deixa sobre o assunto, Grácio Ribeiro defende que tudo não passou de uma tentativa falhada promovida por certos membros da Administração, simpatizantes da maçonaria, de depor o Governador em funções. Infelizmente, este caso não está bem documentado, pelo que não é possível confirmar a veracidade desta hipótese. Sabemos contudo que apesar do réu ter sido condenado em Díli, seria ilibado pela Relação em Goa e que um dos membros da administração alegadamente envolvido no caso, Fernandes Costa embarcou repentinamente para Lisboa.¹³⁹⁷ Ainda em inícios dos anos 30, foi criado pelas mãos de Arnaldo Simões Januário, um movimento clandestino revolucionário, a “Aliança Libertária de Timor” que chegou a ter o seu próprio periódico, enviado aos vários camaradas espalhados pela Colónia. Luís Abreu refere ainda uma outra organização do mesmo género, “Socorro Vermelho”, da qual o deportado Cal Brandão seria o presidente.¹³⁹⁸ Embora nos tenha sido difícil encontrar mais informações relativamente a estes dois movimentos, na realidade, por esta altura, Cal Brandão e muitos outros foram desterrados para Ataúro, local onde, infelizmente também não nos foi possível encontrar quaisquer informações relativamente à passagem dos deportados. Conta-nos a família que Cal Brandão residia em Díli mas um desentendimento com a administração obrigara-o a transferir-se para Ermera, lugar conheceu Maria de Lurdes Santa, também de origem europeia, com quem casou em 1936. Com efeito, em 1934 era em Ermera que Cal Brandão assinava um recibo de recebimento do subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados.¹³⁹⁹ Em 1938, num telegrama enviado ao Governo Central, o Governador Fontoura pedia o regresso de Cal Brandão e Moreira Júnior à Metrópole por os considerar má influência na Colónia. Importa dizer que ambos eram membros da maçonaria e o Governador receava a forma como moviam influências junto da elite local, incentivando revoltas contra a administração portuguesa que não teria forças

¹³⁹⁷ Ribeiro, 1934.

¹³⁹⁸ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935, Cardoso, 2007: 7-8, 38, 43 e 243 e *Juventudes*, Julho e Agosto de 1975.

¹³⁹⁹ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

militares suficientemente fortes e estruturadas para suprimir uma revolta bem organizada, pelo que pedia que se aproveitasse a vinda à Colónia do navio Gonçalves Zarco para o efeito.¹⁴⁰⁰ Algo que como sabemos não teve efeito pois ambos permaneceram em Timor. Em 1940 chegava um novo Governador a Timor e com ele, uma nova atitude do Governo, face a Carlos Cal Brandão. Em vésperas de Guerra elogiando o trabalho, a inteligência e a lealdade de Cal Brandão, o Governador Ferreira de Carvalho requeria ao Governo Central o levantamento da sua pena de deportação pois necessitava da sua colaboração em serviços dos Estado.¹⁴⁰¹ Informações que condizem com o testemunho do médico José dos Santos Carvalho que afirma que Cal Brandão esteve presente nas festas de final de ano nos clubes do Benfica e do SCP, onde estiveram “as pessoas mais gradas da terra”,¹⁴⁰² embora controversas, tendo em conta a rígida política de neutralidade assumida pelo Governador e a posição que Cal Brandão viria a tomar. É Chamberlain quem nos dá conta que em inícios dos anos 40 havia em Díli uma organização constituída pelo Tenente Pires e pelos deportados políticos Cal Brandão, Moreira Júnior, que estando contra o regime e sendo pró-britânicos, estavam preparados para declarar a independência de Portugal e formar Governo em Timor, caso a Alemanha tomasse o poder em Portugal. Um dos relatórios escritos por David Ross, o cônsul inglês em Timor acrescenta que tinham sido os próprios quem havia informado o exército australiano de uma revolta interna iminente, contra a qual a tropa seria inútil na defesa do Governo oficial em Timor e à qual os restantes colegas deportados facilmente adeririam.¹⁴⁰³ É provável que o referido relatório tenha sido um dos incentivos ao forçado desembarque das tropas australianas e holandesas em Timor, em Dezembro de 1941, razão pela qual a maior parte da população europeia decidiu-se pela evacuação de Díli, refugiando-se no interior. Cal Brandão foi dos poucos a permanecer na cidade, pelo que assistiu ao bombardeamento australiano aos navios japoneses que naufragaram ao largo de Ataúro. Ainda sem se aperceber ao certo o que tinha ocorrido, Cal Brandão decidiu montar vigia na praia, pelo que foi das primeiras pessoas a assistir à chegada dos japoneses naufragados.¹⁴⁰⁴ Felizmente, deixou-nos as suas memórias deste tempo escritas no livro *Funo, Guerra em Timor*. Conta-nos que

¹⁴⁰⁰ PT/TT/AOS, UL – 10 A, Cx. 766, p.2, 3ª subdivisão e Cardoso, 2007: 42.

¹⁴⁰¹ Laborinho, 1944: 265.

¹⁴⁰² Carvalho, 1972.

¹⁴⁰³ Carvalho, 2003; Chamberlain, 2010: 5-10 e Anexo A, p.21-22; Callinan, 1953: 109.

¹⁴⁰⁴ Carvalho, 1972: 33.

imediatamente a seguir ao desembarque das tropas japoneses (1942-1945), tornando-se intolerável viver na cidade mudou-se para a plantação dos sogros em Punilala, tendo encontrado a casa já cheia de refugiados. Dessa sua estadia, relata-nos uma situação em que um japonês, antigo funcionário da SAPT, revelara-se agora oficial militar e ali chegando, pedia informações sobre como chegar a Bazar-tete pois procurava soldados australianos. Tendo acampando ali perto, exigiu que lhe disponibilizassem alimentação para os seus homens, guias, cavalos, etc... Com as primeiras incursões das colunas negras e a formação dos primeiros pelotões de voluntários europeus, o autor decidiu mudar-se para Fatu-Bessi, local onde se encontravam vários europeus e assimilados que para aí se haviam recolhido com receio dos assaltos. Quando as hostilidades começam a ganhar contornos mais graves e após as primeiras conversações na plantação de Talo com o comando australiano sobre uma eventual concentração da população europeia, Cal Brandão opta pela “clandestinidade”, recolhendo com a família para as regiões do Monte Ramelau. Com efeito, Cal Brandão foi um dos europeus presente na referida reunião, tornando-se, a par do Tenente Pires um elemento fundamental nas conversações com as tropas australianas e na liderança daqueles que viriam a ser evacuados, tendo sido por isso largamente elogiado pelas forças aliados.¹⁴⁰⁵ Em Dezembro de 1942, Cal Brandão enviou a família logo nas primeiras levas de evacuações para Austrália. Ficou em Timor e juntou-se ao exército australiano, lutando pela táctica de guerrilha e andando em fuga pelas montanhas. Sob o comando do Capitão Murphy, a coluna onde estava integrado ainda sofreu um ataque em Same, provocando doze baixas. Em Janeiro de 1943, novas evacuações foram organizadas, contudo, na altura do embarque, o mar tempestuoso dificulta as manobras, pelo que vários homens ficaram em terra. O grupo de clandestinos (cerca de 300 pessoas) acabaria por se concentrar na região de Natarbora. No período que se seguiu, juntamente com o deportado Hilário Gonçalves e outros europeus, Cal Brandão ficaria no grupo de homens encarregue do rádio. Dada a fragilidade do grupo face à força do inimigo, a partir desta altura e até à evacuação, este grupo opta por uma atitude mais resguardada, tentando evitar confrontos.¹⁴⁰⁶ Em Agosto foram todos evacuados para Darwin. Recomendado ao SRD pelo Tenente Pires, Cal Brandão ficou sediado em Brisbane, como tradutor a cifrar e decifrar as mensagens de e para Timor. Ganhava um salário de 25 libras por mês, das quais 10

¹⁴⁰⁵ Callinan, 1953: 287.

¹⁴⁰⁶ Brandão, 1946: 130.

enviava mensalmente à sua mulher, alojada em Armidale. Em Dezembro de 1944 regressou a Darwin, onde ficou encarregue de dirigir o campo de treino dos comandos europeus e timorenses a serem reenviados para o terreno. Com a suspensão das hostilidades e o armistício, em meados de Setembro de 1945, foi notificado pela polícia de Armidale, para se apresentar sem falta no aeródromo de Sidney, no dia seguinte, a fim de acompanhar e servir de intérprete a um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros Australiano na missão diplomática australiana que se dirigiu a Timor para aceitar a rendição japonesa. Assim, Cal Brandão foi o primeiro português a voltar a pisar o chão de Timor e a reencontrar-se com aqueles que tinham permanecido na zona de “protecção”, após tantos meses de carestia, miséria, maus tratos e total isolamento. Nas memórias que nos deixou, Cal Brandão faz uma descrição bem dura da realidade que encontrou: pessoas muito magras e com uma grande ansia de notícias, tendo o autor distribuído jornais e cigarros. No final das reuniões entre o Governador português e a Embaixada diplomática australiana, regressou novamente à Austrália. Em finais de Novembro, embarcou com sua mulher no navio Angola mas ao chegar a Díli, foi impedido de desembarcar e obrigado a regressar à Metrópole.¹⁴⁰⁷ Perante esta situação, Domingas Boavida, entrega a filha, Elisa Pires (Baucau, 22.4.1942) ao casal amigo. Elisa era filha do falecido Tenente Pires. Não tendo havido casamento, Elisa seria vista pela sociedade da época, como “filha ilegítima”. Ao se aperceber que sem a protecção do casal amigo, a vida de sua filha não iria ser facilitada pela pressão da sociedade, confiou a filha ao casal Cal Brandão, que a acolheu e criou como sua filha na Metrópole, onde chegaram em meados de Fevereiro de 1946. Cal Brandão ficou a residir no Porto, exercendo novamente a profissão de advogado, sem nunca deixar de lutar pela causa democrática, apoiando as diversas comissões políticas de oposição ao Estado Novo, nomeadamente, nas candidaturas de Norton de Matos e de Humberto Delgado. Faleceu a 31 de Janeiro de 1973, no Porto.¹⁴⁰⁸

Dionísio Teixeira. Sapateiro de profissão. Detido por detenção de bombas, foi deportado para a Guiné de onde se evadiu. Recapturado em Lisboa, foi novamente reembarcado para a deportação. Partiu de Lisboa a bordo do navio Gil Eanes, a 28 de

¹⁴⁰⁷ Brandão, 1946, Cardoso, 2007: 7-8, 38, 43 e 243 e Chamberlain, 2010: Anexo A, p.21-22.

¹⁴⁰⁸ Entrevista a Carlos Cal Brandão (filho), Porto, 13.1.2015, *Jornal de Notícias*, 16.2.1946 e umalulik.blogspot.com/2008/02/tenente-pires.html, consultado a 4.9.2014.

Junho de 1931 e chegou a Timor em Outubro de 1931.¹⁴⁰⁹ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Passaria a residir em Maubisse, na circunscrição civil de Aileu onde formou família, tendo quatro filhos.¹⁴¹⁰ Durante a ocupação japonesa de Timor (1942-1945) várias foram as atrocidades cometidas pelos invasores: roubos e pilhagens a casas, meios de transporte, géneros, assassinatos, violações, torturas, etc... tanto à população civil como à Administração Portuguesa. Os japoneses foram também responsáveis pela formação das colunas negras e pela instigação de várias revoltas contra a Administração Portuguesa. Assim, na região de Maubisse, os europeus que ali residiam, o Chefe de Posto Francisco Martins Coelho, José Faria Braga, Dionísio Teixeira e Paulo Ferreira, ao se aperceberem da aproximação das colunas negras, rapidamente se refugiaram em casas da população local. Tendo sido descobertos, foram brutalmente agredidos e torturados, tendo o Chefe de Posto e José Faria Braga sido decapitados. Dionísio Teixeira, Paulo Ferreira e respectivas famílias conseguiram fugir enquanto isto acontecia. Assim, em Agosto de 1942, depois de ter recebido alta do hospital em Quelicai, Dionísio Teixeira voluntariou-se para integrar a coluna do administrador de Manatuto, Dr. Mendes de Almeida, enviada a suprimir a revolta em Turiscaí. Só mais tarde, voltaria a encontrar a sua família, que se encontrava presa numa povoação perto de Mane-tu. Dionísio Teixeira acabaria por morrer na região de Dilor, em data ignorada.¹⁴¹¹

Domingos Augusto Bezerra dos Santos¹⁴¹² nasceu em Barcelos, a 7 de Dezembro de 1904. Era filho de Rodrigo Santos e de Teresa Bezerra e funcionário bancário de profissão.¹⁴¹³ Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão, sabemos apenas que chegaria a Timor em Outubro de 1931, a bordo do navio Gil Eanes, proveniente de Angola.¹⁴¹⁴ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que

¹⁴⁰⁹ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁴¹⁰ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e Laborinho, 1944: 395.

¹⁴¹¹ Carvalho, 1972: 46 e 121-122 e Carvalho 2003:

¹⁴¹² Documentação presente nos Arquivos Nacionais da Austrália mas não consultada por não se encontrar digitalizada: NAA: A367, C18000/857, NAA: C329, 297 e NAA: SP196/2, 489/1/6662

¹⁴¹³ NAA- MP1103/2, N1768.

¹⁴¹⁴ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42

muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Nos primeiros tempos viria a exercer a profissão de empregado comercial, tendo também algumas plantações.¹⁴¹⁵ Entre 1934 e 1935 teve a sua residência fixada em Ataúro, local onde assinava o recibo do subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas,¹⁴¹⁶ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. É importante ter em conta que a ilha de Ataúro era normalmente “local de desterro, dentro do desterro”, ou seja, para onde a administração portuguesa enviava com quem se desentendia, pelo que fica a dúvida se Bezerra dos Santos ali residia ou se estaria somente a passar ali uma temporada, enviado pela administração como forma de punição. Em 1937 já se encontrava a residir em Díli, a exercer a profissão de chefe da contabilidade da Caixa Económica Postal da Repartição dos Serviços dos Correios e Telégrafos, embora tivesse sido dispensado ainda antes do despoletar da Guerra.¹⁴¹⁷ A nível familiar, Bezerra dos Santos era casado com Cecília dos Santos, de origem timorense (cerca de 1916), tendo tido sete filhos: David (cerca de 1935), Ruy (cerca de 1937), Augusta (cerca de 1937), Vanda (cerca de 1938), Almore (cerca de 1940) e Jaime (cerca de 1942) e ainda um último rapaz sobre o qual não foram encontradas mais informações.¹⁴¹⁸ Na sequência da ocupação japonesa (1942-45), dada a ordem de concentração dos europeus em Liquiçá e após um breve período na “clandestinidade” em fuga pelas montanhas, logo em Dezembro de 1942 foi evacuado juntamente com a sua família para a Austrália, deixando apenas um filho em Timor. Ficariam alojados em *Bob's Farm*, mas em Agosto, acusado de causar conflitos e de aproximações com sindicatos e meios políticos de esquerda, Bezerra foi reencaminhado para o campo de prisioneiros de guerra em Liverpool, juntamente com vários outros. Sem entenderem muito bem a razão da sua detenção, várias foram as tentativas protagonizadas pelo grupo detido de denunciar a injustiça sofrida, protestos que incluíram uma greve de fome e o envio de várias cartas a entidades de renome. Em inquéritos feitos, o relatório indica que Bezerra dos Santos nunca se recusou a cumprir as tarefas que lhe estavam alocadas e que nunca causou problemas de maior em *Bob's Farm*. Existem registos escritos onde Bezerra dos Santos atribuía a responsabilidade a funcionários

¹⁴¹⁵ Figueiredo, 2004: 915 e Castro, 1944: 183.

¹⁴¹⁶ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MC/1910-1935 e Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁴¹⁷ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e *BOT*, 9.1.1937.

¹⁴¹⁸ Laborinho, 1944: 140 e 482.

europeus. Alegadamente, Bezerra também terá requerido às autoridades australianas que na Austrália Democrática deveria ser tratado como igual aos oficiais europeus e que o tratamento preferencial deveria ser eliminado. Em Março de 1944, viria a ser solto para Narrabri West, local onde se reencontrou com a sua família e onde ficou a residir numa casa cujo aluguer era pago pelo Governo Português e a receber um subsídio semanal. Em Setembro de 1945, escrevia uma carta ao Primeiro Ministro Australiano pedindo mais uma vez explicações pela sua detenção em Liverpool, exigindo um pedido de desculpas público e uma indemnização. Bezerra dos Santos argumentava ter servido o exército australiano em Timor e como resposta, havia vivido em piores condições e sofrido mais discriminação na Austrália democrática, do que havia sofrido em Timor como deportado, para onde tinha sido enviado, castigado por um regime fascista. Acrescentava que não entendia como é que num país que se dizia democrático, se podia discriminar e prender por ideais políticos e acusava a sociedade australiana de ser tendencialmente racista, afirmando que “a Austrália só daqui a mais alguns anos poderá compreender que a superioridade dum povo, consiste não na cor da sua epiderme mas sim na formação duma mentalidade”. A carta termina com uma crítica muito forte à imprensa australiana por publicar artigos onde se insinuava a possibilidade do Governo Australiano vir a comprar Timor Português por subvenção pública. Bezerra defendia fortemente que embora Portugal vivesse um regime fascista, nunca nenhum português repudiaria a Pátria, somente o regime, pelo que a posse de Timor pertencia a Portugal, não só pela pacificidade da colonização portuguesa, como por direito histórico. Entregar Timor a alguém, seria aos “nativos”, nunca a estrangeiros. Em Outubro de 1945, Bezerra dos Santos encontrava-se a trabalhar na *Crown Crystal Glass Company*, em Sidney. Terminada a guerra e a ordem de que o repatriamento iria ser feito, receando consequências do Governo Português por terem contrariado a ordem de neutralidade nacional dada pelo Governador de Timor, alguns deportados, Bezerra dos Santos incluído, pediram visto de residência permanente australiano. Invocaram o apoio dado ao exército australiano mas, ainda assim, o pedido foi recusado. As autoridades australianas receavam, não só as suas ligações comunistas, como também lhes era difícil aceitar o facto destes homens manterem relações maritais com mulheres timorenses, de quem tinham filhos. Num documento das autoridades de emigração a respeito do caso, pode ler-se: "qualquer simpatia que se pudesse sentir a respeito deles é afastada pela sua livre associação com mulheres nativas ou de raça negra". Assim,

em finais de Novembro de 1945, Bezerra embarcava juntamente com a sua família no navio Angola, primeiramente rumo a Timor e depois, à Metrópole. Dias após a sua partida, as autoridades de segurança australianas recebiam alegações de que Moreira Júnior e Abreu haviam ficado na Austrália com o objectivo de reunir o auxílio dos comunistas, no sentido de fazer a revolução em Timor. Bezerra dos Santos que havia regressado a Timor, seria supostamente o agente local.¹⁴¹⁹ Nenhum movimento revolucionário se veio a verificar. Chegado a Timor, levantada a pena de deportação e concedida a passagem à Metrópole a todos aqueles que o quisessem fazer, Bezerra dos Santos reembarca novamente no navio Angola, tendo chegado em meados de Fevereiro de 1946.¹⁴²⁰ Dias depois já o subdiretor da PIDE do Porto requeria ao seu superior hierárquico em Lisboa, elementos de identificação de um grupo de indivíduos recém chegados à Metrópole, Bernardino dos Santos incluído,¹⁴²¹ sendo esta a última referencia encontrada relativamente a este nome.

Eduardo Felner Duarte, era correeiro de profissão. Foi preso em data desconhecida por alegadamente ter roubado 50 kg de potássio com vista à construção de uma bomba, da fábrica da pólvora de Barcarena, local onde trabalhava e, de ter organizado um grupo civil entre os operários da dita fábrica, destinado a facilitar o assalto à fábrica quando eclodisse a revolução. Assim, a 28 de Junho de 1931 partia de Lisboa rumo à deportação a bordo do navio Gil Eanes, chegando a Timor em Outubro de 1931.¹⁴²² Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Passaria a residir na circunscrição civil de Suro, no Posto de Same, local onde em assinava um recibo de subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas e referente ao mês de Agosto de 1934,¹⁴²³ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Segundo a família, Felner Duarte manteve uma relação marital com uma senhora timorense, com quem teve vários filhos. Ao tempo da ocupação japonesa (1942-1945), após a morte

¹⁴¹⁹ NAA, 781505: 46, Cardoso, 2007: 42 e 110, Chamberlain, 2010: Anexo A, p.27 e 45 e Laborinho, 1944: 140 e 482 e NAA -95735- Carta Bezerra-acordo Port-USA.

¹⁴²⁰ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

¹⁴²¹ PT/ANTT/PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19.02.1946.

¹⁴²² PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁴²³ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e Arquivo particular de Luís Frazão.

dos Padres Norberto Barros, Manuel Pires e do deportado Luís Ferreira da Silva pelas mãos das colunas negras em Ainaro, a elite local D. Aleixo incluído, logo declarou guerra aos japoneses e autores do crime, forçando-os a retirar imediatamente. Ao longo dos meses seguintes, a região enfrentaria diversas vezes com o inimigo. Dada a ordem de concentração dos europeus à uma zona de “protecção”, um dos Chefes de Posto da região, o de Atsabe, Sargento José Estêvão Alexandrino e um pequeno grupo que incluía o deportado Felner Duarte recusaram-se, decidindo que continuariam a lutar contra a ocupação japonesa. Em Maio de 1943, tornavam-se no segundo grupo de europeus a morrer na região, próximo do Monte Ramelau, pelas mãos das colunas negras.¹⁴²⁴ Também a sua família foi atacada. Sobreviveram-lhe apenas dois filhos, embora actualmente apenas um permaneça ainda vivo, residente em Atambua.¹⁴²⁵

Emílio Augusto dos Santos Caldeira era carpinteiro de profissão. Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão, sabemos apenas que chegaria a Timor a bordo do navio Gil Eanes, em Outubro de 1931, proveniente da Guiné.¹⁴²⁶ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Passaria a residir na circunscrição civil do Suro, no Posto de Manufahi.¹⁴²⁷ Foi morto durante a ocupação japonesa (1942-1945), a 19 de outubro de 1942, em Letefoho pelas colunas negas que acompanhavam as tropas japonesas num ataque que dirigiram à região.¹⁴²⁸

Ernesto Rodrigues de Azevedo Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão, sabemos apenas que chegaria a Timor em Outubro de 1931, no navio Gil Eanes proveniente da Guiné.¹⁴²⁹ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em Fevereiro de 1934, Ernesto tinha a sua residência fixada em Ataúro. É importante ter em conta que a ilha de Ataúro era

¹⁴²⁴ Cardoso: 2007: 244, Carvalho, 1972: 67, Callinan, 1953: 230-231 e Martinho, 1947: 25-32.

¹⁴²⁵ Informações concedidas por Susana Reis, via Facebook a 9.10.2014 e Cardoso, 2007: 244.

¹⁴²⁶ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁴²⁷ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁴²⁸ Carvalho, 1972: 56.

¹⁴²⁹ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

normalmente “local de desterro dentro do desterro”, ou seja, para onde a administração portuguesa enviava com quem se desentendia, pelo que fica a dúvida se ali residia ou se estaria somente a passar uma temporada, enviado pela administração como forma de punição. Em Abril de 1935, Ernesto tinha a sua residência fixada circunscrição civil de Aileu¹⁴³⁰ e em Dezembro, já era em Barique que assinava um recibo de subsídio de “preso civil, vadio e cadastrado”, no valor de 27 patacas,¹⁴³¹ local onde deveria residir, já que era na área do Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Faleceu a 24 de Julho de 1940, no Hospital Dr. Carvalho, em Díli.¹⁴³²

Fernando Augusto Mariz era empregado do Asilo Maria Pia. Segundo uma relação de deportados a residir na Colónia, datada de Julho de 1940, era um dos elementos mais perigosos que havia passado pela polícia de informações. Era “bombista e legionário”, detentor de pistolas, tendo planeado ataques pessoais e foi preso por ter aliciado vários cabos do batalhão de Caçadores 7 e por ter sequestrado Carlos da Silva, mais tarde assassinado por outros. Partiu de Lisboa a bordo do navio Gil Eanes, a 28 de Junho de 1931 e chegou a Timor em Outubro de 1931.¹⁴³³ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Mariz passaria a residir em Aileu e mais tarde, em Laclubar, local onde em meados de 1934 assinava dois recibos do subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas, sendo que era na área do Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Com efeito, em 1935, tinha a sua residência fixada na circunscrição civil de Manatuto, à qual pertencia o Posto de Laclubar.¹⁴³⁴ Foi morto durante a ocupação japonesa (1942-1945), em Agosto de 1942, na sequência da revolta da circunscrição de Fronteira.

Fernando Martins, alfaiate, foi preso em Maio de 1931, acusado de ter recebido várias bombas, tendo distribuído uma parte e lançado duas bombas nos dias 17 e 18 de Maio, no largo de S. Domingos e na Estação do Rossio contra uma

¹⁴³⁰ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁴³¹ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁴³² PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e *BOT*, 28.9.40.

¹⁴³³ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁴³⁴ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e Arquivo particular de Luís Frazão.

manifestação de estudantes organizada pelo regime que se foi despedir dos estudantes nacionalistas, de Coimbra, Porto e Braga. Assim, partiu de Lisboa a bordo do navio Gil Eanes, a 28 de Junho de 1931 e chegou a Timor em Outubro de 1931.¹⁴³⁵ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em Fevereiro de 1934, Fernando Martins tinha a sua residência fixada em Ataúro. É importante ter em conta que a ilha de Ataúro era normalmente “local de desterro dentro do desterro”, ou seja, para onde a administração portuguesa enviava com quem se desentendia, pelo que fica a dúvida se Martins ali residia ou se estaria somente a passar uma temporada, enviado pela administração como forma de punição. Em Agosto do mesmo ano, já era no Posto de Vemasse, na circunscrição civil de Baucau que assinava um recibo do subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas,¹⁴³⁶ sendo que era na área do Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. A nível familiar, Fernando Martins manteve uma relação marital com uma senhora timorense, com quem teve quatro filhas: Fernanda, Albertina, Ilda e Aurete. Em Novembro de 1941, vésperas do Japão declarar a entrada na II Guerra, vivendo-se um ambiente de apreensão, Fernando Martins foi acusado de interromper os dois jantares entre o Governador e Cônsul japonês nos quais se celebrava os acordos para o estabelecimento da carreira Díli-Palau, atirando calhaus ao local.¹⁴³⁷ Na sequência da invasão japonesa (1942-45), Fernando Martins e Manuel Viegas Carrascalão faziam um acordo, “*aquele que sobrevivesse tinha a obrigação de tomar conta dos filhos do outro*”.¹⁴³⁸ Fernando Martins foi um dos primeiros europeus a morrer pelas mãos dos japoneses. Segundo o Comandante Australiano Callinan, tendo incorporado a Brigada Internacional, Martins foi capturado durante o raid de uma patrulha a Díli. Tendo havido um encontro inesperado com uma numerosa coluna japonesa, conseguiram capturá-lo, tendo-o morto de uma forma muito violenta

¹⁴³⁵ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁴³⁶ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁴³⁷ Cardoso, 2007: 244.

¹⁴³⁸ Entrevista a Mário Carrascalão, Díli, 1.5.2014.

no campo de aviação de Díli. A partir de então, conforme combinado entre os dois amigos, as quatro filhas foram acolhidas pela Família Carrascalão.¹⁴³⁹

Francisco Guedes Palmeiro, *chico*¹⁴⁴⁰ nasceu em Lisboa e era ajudante de motorista.



Preso por detenção de uma bomba destinada a ser lançada durante a manifestação que no dia 17 de Maio de 1931 saiu do Coliseu dos Recreios. Não o fez por entretanto ter sido ferido pelo estilhaço de uma outra bomba. Partiu de Lisboa a bordo do navio Gil Eanes, a 28 de Junho de 1931 e chegou a Timor em Outubro de 1931.¹⁴⁴¹ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos

chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Passaria a residir em Díli, local onde assinava dois recibos do subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas e referentes aos meses de e de Julho e Agosto de 1934,¹⁴⁴² sendo que era na área do Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Casou-se com Irene Palmeira (cerca de 1926), mestiça.¹⁴⁴³ Na sequência da ocupação japonesa (1942-45) afirma ter-se juntado ao exército australiano a pedido do Major Laidlaw, tendo sido evacuado para a Austrália em Janeiro de 1943. Ficou alojado em *Bob's Farm*, onde chegou usando itens do uniforme australiano.¹⁴⁴⁴ Em meados de 1943, um grupo de dezoito homens e respectivas famílias, Palmeiro incluído, foram enviados para Marysville, em Victoria com o objectivo de trabalharem na indústria madeireira. Devido ao Inverno rigoroso não lhes foi possível trabalhar durante cerca de dez semanas e quando os trabalhos foram finalmente iniciados, desentendimentos relativos a ordenados e condições de trabalho e promessas infundadas por parte do

¹⁴³⁹ Callinan, 1953: 185, Carvalho, 2003: 277, Cardoso, 2007: 244 e Entrevista a M^a Natália Carrascalão, Lisboa, 6.6.2013.

¹⁴⁴⁰ Site onde a fotografia se encontra disponível: www.awm.gov.au/collection/125262/, consultado a 7.8.2015.

¹⁴⁴¹ AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁴⁴² PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁴⁴³ Laborinho, 1944: 481.

¹⁴⁴⁴ Chamberlain, 2010: 40.

empregador ditaram o regresso dos homens a *Bob's Farm*.¹⁴⁴⁵ Em Novembro de 1944 residia com a sua mulher em Narrabri, numa casa cujo aluguer era pago pelo Governo Português, recebendo ainda um subsídio. No final da guerra, levantada a pena de deportação, embarca no navio Angola com a sua mulher. Embora tenha sido concedida a passagem de regresso à Metrópole a todos os ex-deportados, não tendo sido encontrada uma lista de passageiros oficial e tendo em conta a inexistência de referências a Palmeiro na Metrópole em 1946, deduzimos que não tenha rumado à Europa, mas que tenha desembarcado e permanecido em Timor. Não foi encontrada mais nenhuma referência relativamente a este nome.

Francisco Horta, o Chico Marujo, a ler no corpo de texto, III capítulo.

Francisco José Teixeira era carpinteiro de profissão. Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão, sabemos apenas foi deportado pela PSP, acusado ser “legionário e cadastrado comum” e chegaria a Timor em Outubro de 1931, no navio Gil Eanes, proveniente da Guiné.¹⁴⁴⁶ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em Fevereiro de 1934 e pelo menos até Abril de 1935, Teixeira teve a sua residência fixada em Ataúro.¹⁴⁴⁷ É importante ter em conta que a ilha de Ataúro era normalmente “local de desterro dentro do desterro”, ou seja, para onde a administração portuguesa enviava com quem se desentendia, pelo que fica a dúvida se ali residia ou se estaria somente a passar uma temporada, enviado pela administração como forma de punição. De resto, em Julho de 1936 já era em Díli que um recibo de subsídio de “preso civil, vadio e cadastrado”, no valor de 27 patacas era assinado em seu nome, por testemunhas a rodo do beneficiário,¹⁴⁴⁸ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Apesar deste nome constar numa relação datada de Julho de 1940 de deportados a residir na Colónia, tendo uma pequena marca a encarnada na margem,¹⁴⁴⁹ só encontramos nova referência relativamente a este nome no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido

¹⁴⁴⁵ Laborinho, 1944: 87 e 124-128.

¹⁴⁴⁶ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42. e PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹⁴⁴⁷ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁴⁴⁸ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁴⁴⁹ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

dirigido diretamente ao Senhor Presidente do Conselho, para que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.¹⁴⁵⁰ Pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados. Embora tenha sido concedida a passagem de regresso à Metrópole a todos os ex-deportados e respectivas famílias, não tendo sido encontrada uma lista oficial de passageiros e tendo em conta a inexistência de referências a Teixeira na Metrópole em 1946, deduzimos que não tenha embarcado no navio Angola rumo à Europa. Não foi encontrada mais nenhuma referência relativamente a este nome.

Galiano de Conceição Oliveira, Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão. Deportado inicialmente para a Guiné, chegaria a Timor em Outubro de 1931 no navio Gil Eanes. Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em 1934 Galiano tinha a sua residência fixada em Manufahi mas em 1936, era em Liquiçá que um recibo de subsídio de “preso civil, vadio e cadastrado” no valor de 27 patacas, era assinado em seu nome,¹⁴⁵¹ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados.¹⁴⁵² Numa relação de deportados a residir na Colónia, datada de Julho de 1940, este nome já não consta.¹⁴⁵³



Hermenegildo Gonçalves Granadeiro¹⁴⁵⁴ nasceu no Sardoal, distrito de Santarém, a 24 de Agosto de 1892.¹⁴⁵⁵ Era filho de João Gonçalves Granadeiro e de Maria Joaquina Gonçalves Granadeiro e residia na rua dos Combatentes da Grande Guerra, Vila Saudade, em Coimbra.¹⁴⁵⁶ Admitido na Escola de Alunos de Marinheiros de Faro em 1908, alista-se inicialmente como

¹⁴⁵⁰ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹⁴⁵¹ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁴⁵² PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁴⁵³ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42

¹⁴⁵⁴ Fotografia de arquivo privado, cedida por Armando Granadeiro.

¹⁴⁵⁵ NAA- MP1103/1, N1764 e NAA- MP1103/2, N1764.

¹⁴⁵⁶ PT/ANTT/Arquivo da PIDE/DGS, Proc. 254/31, corresponde ao cadastro de Hermenegildo Gonçalves Granadeiro, documento gentilmente cedidos por Carlos Cal Brandão.

1º Grumete, tendo chegado ao posto de 1º Sargento Artilheiro da Armada. Entre 1910 e 1919 fez serviço em Moçambique, tendo recebido inúmeros louvores. A 28 de Abril de 1926, deixou as funções militares e tornou-se empresário comercial. Como falava inglês corretamente, foi também professor particular.¹⁴⁵⁷ A sua participação no movimento reviralista de 3 de Fevereiro de 1927 valeu-lhe a detenção por dois meses,¹⁴⁵⁸ sendo novamente preso em Coimbra, a 23 de Dezembro de 1930 por posse de bombas, que declarou ter trazido do Porto para Coimbra a fim de serem entregues a Silo Cal Brandão, irmão de Carlos Cal Brandão. Em data incerta foi deportado para Angola e em 1931 foi transferido para Timor, onde chegava a bordo do navio Gil Eanes em Outubro de 1931.¹⁴⁵⁹ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Granadeiro passaria a residir em Díli,¹⁴⁶⁰ no bairro de Culuhum, onde ainda hoje mora a família. Dedicou-se novamente à profissão de Professor particular, tendo mais tarde integrado a Missão Geográfica, onde trabalhou com o Sr. Eng. Canto Resende e com o Coronel Jorge Castilho: “As medições que foram feitas aqui no Bairro de Motael, foram todas trabalho do meu pai”, diz o seu filho, Sr. Carlos Granadeiro.¹⁴⁶¹ A nível familiar, Granadeiro manteve uma relação marital como Joana de Jesus Varela, natural de Bazartete, falecida já depois da ocupação japonesa, muito nova, com apenas com 35 anos. Juntos tiveram três filhos: uma rapariga que faleceu ainda criança, Carlos Gonçalves Granadeiro (1938) e Armando Gonçalves Granadeiro, 19.3.1941. Datado de 6 Julho de 1934 e depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa, existe um requerimento de Hermenegildo Gonçalves Granadeiro para alterar a sua residência para Macau. Afirmava que a sua condição de deportado político devia ter sido levantada na sequência da amnistia concedida aos deportados políticos pelo decreto 21:943, de 5 de Dezembro de 1932 e que terá sido por lapso que não foi mandado regressar à Metrópole no navio Moçambique. Acrescenta que não só não consegue subsistir em Timor com o magro subsídio que recebe, como a sua profissão não tem trabalho em

¹⁴⁵⁷ Chamberlain, 2010: Anexo A, p. 35.

¹⁴⁵⁸ PT/AHMarinha/livros de matrícula 77, 86, 757, 761, 2512, 2523, 2528, 2544, Hermenegildo Gonçalves Granadeiro.

¹⁴⁵⁹ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁴⁶⁰ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁴⁶¹ Entrevista a Carlos e Armando (filho) Granadeiro, em Díli, a 13.4.2014.

Timor, pelo que pede autorização para viajar para Macau, sem qualquer prejuízo para a fazenda nacional.¹⁴⁶² Em início dos anos 40, também o Governador Ferreira de Carvalho viria a requerer ao Governo Central o levantamento da pena de deportação de Granadeiro, pelo seu trabalho, inteligência e lealdade.¹⁴⁶³ Embora não tenha sido encontrada resposta a nenhum dos requerimentos, sabemos que Hermenegildo Granadeiro continuou a residir em Timor. Na sequência da ocupação japonesa (1942-45), a maioria da população procurou refugiar-se nas montanhas. Em Díli ficaram sobretudo os homens, funcionários da administração pública na tentativa de não fechar os serviços e continuar com a vida normal, embora rapidamente tenham sofrido as consequências da sua decisão: os soldados japoneses entraram em vários edifícios e agrediram, destruíram ou roubaram quem ou o que lá estava dentro. O mesmo aconteceu a Granadeiro que estando a trabalhar na Missão Geográfica, entraram-lhe dois soldados japoneses pelo escritório dentro e o agrediram.¹⁴⁶⁴ As tropas nipónicas foram também responsáveis pela formação das colunas negras e pela instigação de várias revoltas contra a administração portuguesa, motivo pelo qual foram organizadas colunas de voluntários enviadas para suprimir tais revoltas e assim, em Agosto de 1942, Granadeiro integrava a coluna militar do Sargento Vicente. Após a supressão da rebelião, por necessidade de darem continuidade às suas vidas e afazeres, a maior parte regressaria às suas casas. Granadeiro ficou ainda mais uns tempos em Bobonaro, a aguardar regresso de Tenente Liberato.¹⁴⁶⁵ Em Novembro de 1942, tendo sido transmitida a ordem que todos os europeus se deveriam dirigir para Liquiçá e Maubara, onde supostamente ficariam reunidos e protegidos das colunas negras, várias famílias se concentraram em Baucau aguardando instruções de transporte. As pessoas aguardavam a chegada das tropas japonesas para o efeito, mas quando receberam a notícia de que passando por Manatuto, os japoneses haviam morto o administrador de circunscrição e um Chefe de Posto, a grande maioria precipitou a fuga. Hermenegildo Granadeiro foi dos últimos a abandonar Baucau, minutos antes da chegada dos japoneses. Partiu na camionete do Coronel Jorge Castilho, em direcção a Fatumaca, continuando depois o caminho a pé.¹⁴⁶⁶ Enquanto isto, os filhos que tinham ficado em Díli enquanto este esteve no combate das revoltas

¹⁴⁶² PT/ANTT, Ministério do interior, Gabinete do Ministro, Mç 468, Pt.20/2.

¹⁴⁶³ Laborinho, 1944: 265.

¹⁴⁶⁴ Laborinho, 1944: 52.

¹⁴⁶⁵ Carvalho, 2003.

¹⁴⁶⁶ Laborinho, 1944: 209-225.

da fronteira, também se dirigiram para Baucau mas não tendo encontrado Hermenegildo, acabaram por regressar e permanecer em Lahane durante todo o tempo da ocupação estrangeira.¹⁴⁶⁷ Logo no dia seguinte à fuga de Baucau, dia 15 de Novembro, o grupo que Granadeiro integrava chegou a Lia-Sidi, seguindo depois para Waicana, Ossugoa e chegando a Uato-Lari, a 6 de Dezembro. As pessoas dirigiam-se clandestinamente, a pé para a costa sul, na esperança de serem evacuadas para a Austrália. Estava a ser preparada uma evacuação com base numa lista elaborada pelo Tenente Pires, sendo que o próprio havia avisado que todos aqueles cujo o nome não estivesse na lista, não se podiam dirigir ao local aquando do embarque. Por esta razão Granadeiro não embarcou nesta data. Em vez disso, juntou-se ao exército australiano e assim permaneceu, em fuga pelas montanhas resistindo à ocupação pela tática de guerrilha até Julho de 1943. Nesta data, o Tenente Pires que havia assumido o comando da mediação entre os refugiados e a tropa australiana, mandou chamar Granadeiro e encarregou-o de informar os restantes europeus que seriam embarcados todos aqueles que não o conseguiram fazer em Dezembro.¹⁴⁶⁸ Assim, este último grupo foi então evacuado de Barique para a Austrália, a 3 de Agosto de 1943. Quando Hermenegildo chegou à Austrália ficou inicialmente em *Bob's Farm*, o local onde o Governo australiano albergou grande parte dos refugiados. Contudo, logo em Setembro, Granadeiro foi transferido para o campo de prisioneiros de guerra em Liverpool, juntando-se a outros europeus que também ali se encontravam. As razões para a detenção destes homens gerou muita controvérsia. Aquando do embarque, o Tenente Pires havia entregue às autoridades australianas uma lista de nomes que recomendava não serem integrados com os restantes refugiados, receando que divulgassem informações sobre a estratégia de guerra adoptada no terreno. Invocando esse risco, o comando australiano internou-os num campo de prisioneiros de guerra em Liverpool, estendendo a medida a outros que já se encontravam no campo de *Bob's Farm*. Se em relação aos que tinham acabado de chegar de Timor se poderia rezear a divulgação de segredos das operações militares, já quanto aos restantes tratou-se de perseguição motivada por convicções políticas e contactos que alguns haviam estabelecido já na Austrália com sindicatos e meios políticos de esquerda. Perante esta injustiça, sem entenderem o motivo da sua detenção, a 16 de Fevereiro, de forma a protestar contra a mesma, o grupo iniciou um greve de fome, liderada por

¹⁴⁶⁷ Entrevista a Carlos e Armando (filho) Granadeiro, em Díli, a 13.4.2014.

¹⁴⁶⁸ Laborinho, 1944: 301, 403 e 316.

Granadeiro. Após uma longa sessão de inquéritos, que segundo o Cônsul Álvaro Laborinho as perguntas feitas tiveram que ver com as deslocações de Granadeiro em Timor antes da evacuação, este foi finalmente libertado em Março de 1944. Neste mesmo relatório Granadeiro é descrito como sossegado, trabalhador e muito estimado pelo Coronel Castilho e alguns funcionários superiores da colónia. De Liverpool Granadeiro seguiu directamente para o Hospital, onde esteve gravemente doente e, só depois de recuperar, foi transferido para Singleton, onde ficou em regime de liberdade restrita aos limites de uma propriedade denominada *Minimbah* e a sua correspondência submetida a censura. Ainda antes do final da Guerra, por intervenção do cônsul português, Granadeiro foi novamente transferido. Mudou-se para Armidale onde ficou até Novembro de 1945, data em que embarcou no navio Angola. Na escala em Díli foi impedido de sair do navio, regressando à Metrópole, onde chegou em meados de Fevereiro de 1946.¹⁴⁶⁹ Apesar de levantada a pena de deportação, dias depois já o subdiretor da PIDE do Porto requeria ao seu superior hierárquico em Lisboa, elementos de identificação do grupo de ex- deportados recém chegados à Metrópole, Granadeiro incluído.¹⁴⁷⁰ Granadeiro nunca mais voltaria a Timor. Os seus dois filhos ficariam a residir em Díli, onde ainda hoje a família vive.¹⁴⁷¹

João António Pires, o João Magala foi preso a 28 de Novembro de 1930 acusado de estar implicado num movimento revolucionário e por terem sido encontradas centenas de bombas em sua casa, no Alto da Bela Vista. Em relações existentes dos deportados enviados para Timor, onde consta o cadastro de cada um, afirmam-no envolvido com os alegados bombistas que também viriam a ser deportados, Tenente Manuel António Correia, Augusto Veríssimo de Sousa e José Correia Fernandes. Enviado para Angola, provavelmente em 1930, chegou a Timor no navio Gil Eanes em Outubro de 1931. Partiu de Lisboa a bordo do navio Gil Eanes, a 28 de Junho de 1931 e chegou a Timor em Outubro de 1931.¹⁴⁷² Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Da sua vida

¹⁴⁶⁹ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

¹⁴⁷⁰ PT/ANTT PIDE/DGS, Subdiretoria do Porto. Proc. Individual nº1857 – José Godinho ou José Gordinho, Of. Nº11621 (SI) Confidencial 105/SS 19-02-1946.

¹⁴⁷¹ Entrevista a Carlos e Armando (filho) Granadeiro, em Díli, a 13.4.2014.

¹⁴⁷² PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

em Timor, sabemos que era agricultor e que residia em Liquiçá, uma vez que era aí que assinava um recibo de subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas e referente ao mês de Agosto de 1934,¹⁴⁷³ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. Ao tempo da ocupação japonesa (1942-1945), permaneceu na zona de concentração em Liquiçá. Terminada a guerra, encontramos o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Conselho, para que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.¹⁴⁷⁴ Pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados e assim, no final da guerra, embarcou no navio Angola, rumo a Portugal onde chegou em meados de Fevereiro de 1946, sendo esta a última referência encontrada relativamente a este nome.¹⁴⁷⁵

João Augusto Galhós nasceu no Alentejo e era sapateiro de profissão. Foi preso por provocar distúrbios, tendo sido enviado pela PSP de Évora, para Lisboa a 11 de Junho de 1931.¹⁴⁷⁶ Assim, a 28 de Junho de 1931 partia de Lisboa no navio Gil Eanes, e chegou a Timor em Outubro de 1931. Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Viria a residir em Díli, local onde assinou dois recibos do subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas, referentes aos meses de Julho e Agosto de 1934,¹⁴⁷⁷ sendo que era na área do Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. Galhós residia em Bidau, tendo constituído família de duas mulheres. Com a timorense Carolina Prego Galhós, original de Ainaro, teve dois filhos: Manuel Paiva Galhós e Francisco António Galhós. Com uma segunda mulher, Galhós teve mais dois filhos: José António Galhós e Cristina Galhós.¹⁴⁷⁸ Ao tempo da ocupação japonesa (1942-1945), permaneceu na zona de concentração em Liquiçá. Terminada a guerra,

¹⁴⁷³ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁴⁷⁴ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹⁴⁷⁵ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

¹⁴⁷⁶ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e ANTT, AOS/CO/IN-8C, Pt.31.

¹⁴⁷⁷ PT/Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁴⁷⁸ Entrevista com Sr. Filomeno e Galhós, Díli a 10.4.2014

encontramos o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Conselho, para que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.¹⁴⁷⁹ Pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados, pelo que lhes foi concedida a passagem de regresso à Metrópole no navio Angola. Não tendo sido encontrada uma lista oficial de passageiros e tendo em conta a inexistência de referências a Galhós na Metrópole em 1946, deduzimos que não tenha embarcado e que tenha permanecido o resto da sua vida em Timor, onde a família vive actualmente.

João José Azevedo de Almeida era carroceiro de profissão. Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão, sabemos apenas que chegaria a Timor em Outubro de 1931, no navio Gil Eanes proveniente da Guiné.¹⁴⁸⁰ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Da sua vida em Timor, sabemos que em 1934 e 1935 tinha residência fixada na circunscrição civil do Suro, no Posto de Manufahi¹⁴⁸¹ e em Julho de 1936 continuava na mesma região. Era na Vila Filomeno da Câmara (Same) que um subsídio de “preso civil, vadio e cadastrado” no valor de 27 patacas¹⁴⁸² era assinado em seu nome, sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. O recibo foi assinado por Eduardo Felner Duarte, tendo também outras assinaturas ilegíveis por o beneficiário não saber ler e escrever. Apesar deste nome constar numa relação datada de Julho de 1940 de deportados a residir na Colónia, no documento apresenta uma pequena marca encarnada feita à mão¹⁴⁸³ e não foram encontradas quaisquer referências relativamente a este nome na documentação referente à ocupação japonesa (1942-45).

¹⁴⁷⁹ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹⁴⁸⁰ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁴⁸¹ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁴⁸² PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁴⁸³ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.



João Gomes Moreira Júnior¹⁴⁸⁴ nasceu em 1899. Preso em data e por motivo desconhecidos, chegaria a Timor, proveniente de Angola no navio Gil Eanes em Outubro de 1931.¹⁴⁸⁵ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do

campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Passaria a residir em Díli a exercer a profissão de solicitador no Tribunal de Díli. Moreira Júnior manteve uma relação marital com uma timorense chamada Bendita Soares com quem viria a ter uma filha a que deram o nome de Maria Constança (cerca de 1941).¹⁴⁸⁶ Em 1938, num telegrama enviado ao Governo Central, o Governador de Timor pedia o regresso de Cal Brandão e Moreira Júnior à Metrópole por os considerar má influência na Colónia. Importa dizer que ambos eram membros da maçonaria e o Governador receava a forma como moviam influências junto da elite local, incentivando revoltas contra a administração portuguesa que não teria forças militares suficientemente fortes e estruturadas para suprimir uma revolta bem organizada, pelo que pedia que se aproveitasse a vinda à Colónia do navio Gonçalves Zarco para o efeito.¹⁴⁸⁷ Algo que como sabemos não teve efeito pois ambos permaneceram em Timor, embora os receios do Governador se viessem a comprovar fundamentados. Chamberlain dá-nos conta que em inícios dos anos 40 havia em Díli uma organização constituída pelo Tenente Pires e pelos deportados políticos Cal Brandão, Moreira Júnior, que estando contra o regime e sendo pró-britânicos, estavam preparados para declarar a independência de Portugal e formar Governo em Timor, caso a Alemanha tomasse o poder em Portugal. Um dos relatórios escritos por David Ross, o cônsul inglês em Timor acrescenta que tinham

¹⁴⁸⁴ Fotografia de arquivo privado, cedida por Carlos Cal Brandão (filho), documentação presente nos Arquivos Nacionais da Austrália mas não consultada por não se encontrar digitalizada: NAA: SP1732/1, MOREIRA, JOAO GOMES (JUNIOR) e NAA: SP11/2, PORTUGUESE/MOREIRA JUNIOR J G.

¹⁴⁸⁵ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁴⁸⁶ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e Laborinho, 1944: 482.

¹⁴⁸⁷ PT/ANTT/AOS, UL – 10 A, Cx. 766, p.2, 3ª subdivisão e Cardoso, 2007: 42.

sido os próprios quem havia informado o exército australiano de uma revolta interna iminente, contra a qual a tropa seria inútil na defesa do Governo oficial em Timor e à qual os restantes colegas deportados facilmente adeririam.¹⁴⁸⁸ Após da entrada forçada dos exércitos australiano e holandês na Colónia, Moreira Júnior auxiliou-os fornecendo-lhes géneros alimentares, o que lhe valeu o elogio de David Ross e alguns oficiais australianos, enquanto homem extremamente leal. Seria evacuado para a Austrália com a sua mulher e filha, em Dezembro de 1942. A família ficou alojada em *Bob's Farm*, tendo sido posteriormente acomodada em Narrabri, numa casa cujo aluguer era pago pelo Governo Português, recebendo ainda uma semanada. Em Fevereiro de 1945, Moreira Júnior foi empregado na *Crystal Glass Company*, em Sidney. Dada a ordem de que o repatriamento iria ser feito e receando consequências do Governo Português por terem contrariado a ordem de neutralidade nacional dada pelo Governador de Timor, alguns deportados, Júnior incluído, pediram visto de residência permanente australiano. Invocaram o apoio dado ao exército australiano mas, ainda assim, o pedido foi recusado. As autoridades australianas receavam, não só as suas ligações comunistas, como também lhes era difícil aceitar o facto destes homens manterem relações maritais com mulheres timorenses, de quem tinham filhos. Num documento das autoridades de emigração a respeito do caso, pode ler-se: "qualquer simpatia que se pudesse sentir a respeito deles é afastada pela sua livre associação com mulheres nativas ou de raça negra". Depois de ver o seu visto de residência permanente recusado, Moreira Júnior ainda tentou o requerimento de residência temporária como refugiado político, podendo depois partir para um país à sua escolha. Desconhecemos o resultado. Sabemos apenas que Moreira Júnior e respectiva família não embarcaram no navio Angola, conforme previsto e, que dias depois da partida do navio, já as autoridades de segurança australianas recebiam alegações de que Moreira e um outro deportado, Abreu haviam ficado na Austrália com o objectivo de reunir o auxílio dos comunistas, no sentido de fazer a revolução em Timor. O deportado Bezerra dos Santos regressado a Timor, seria supostamente o agente local.¹⁴⁸⁹ Não foram encontradas mais referências relativamente a este nome.

¹⁴⁸⁸ Carvalho, 2003 e Chamberlain, 2010: 5-10.

¹⁴⁸⁹ NAA, 781505: 46, Cardoso, 2007: 42 e 110, Chamberlain, 2010: Anexo A, p.37 e 45.

José Alves Jana¹⁴⁹⁰ nasceu a 27 de Setembro de 1914 em Macau. Era filho de Manuel



Jana e de Patrocínia da Conceição Rodrigues.¹⁴⁹¹ Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão, sabemos apenas que à data era estudante e comerciante de profissão e que partiu de Lisboa a bordo do navio Gil Eanes, a 28 de Junho de 1931 e chegou a Timor em Outubro de 1931.¹⁴⁹² Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde

permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em Fevereiro de 1934 tinha a sua residência fixada na circunscrição civil de Baucau, contudo, em Agosto do mesmo ano, já era em Díli que assinava um recibo do subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas, sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados.¹⁴⁹³ Viria a casar com Isaura Jana, mestiça (cerca de 1913) e, profissionalmente, dedicou-se a auxiliar Álvaro Freire na fábrica de tijolo em Balide, tendo sido também empregado na SAPT.¹⁴⁹⁴ Na sequência da ocupação japonesa (1942-1945), a sua mulher, Isaura foi evacuada para Darwin pela costa sul em Dezembro de 1942. Jana ficou para trás e incorporou o exército australiano, tendo andado em fuga pelas montanhas, tentando resistir à ocupação pela tática de guerrilha. Segundo o testemunho de Cal Brandão, de quem este era amigo, um dia ao ouvir os *acalacas* de uma coluna negra que se aproximava de Natarbora, Jana sacou da pistola e começou a atirar, ao que os atacantes responderam da mesma forma, provocando a debandada do acampamento onde vários europeus se encontravam para as matas.¹⁴⁹⁵ Jana foi evacuado em Agosto de 1943 e ficou alojado em *Bob's Farm*, onde reencontrou a sua mulher. Acusado de

¹⁴⁹⁰ Documentação presente nos Arquivos Nacionais da Austrália mas não consultada por não se encontrar digitalizada: NAA: C329, 470, NAA: A367, C18000/862 e NAA: C123, 21598.

¹⁴⁹¹ NAA- MP1103/2, N1771.

¹⁴⁹² PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁴⁹³ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MC/1910-1935 e PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁴⁹⁴ Laborinho, 1944: 483, Castro, 1944: 183.

¹⁴⁹⁵ Brandão, 1947: 128-129.

aproximações com sindicatos e meios políticos de esquerda, rapidamente foi reencaminhado para o campo de prisioneiros de guerra em Liverpool, juntando-se a outros que também ali se encontravam. Sem entenderem muito bem a razão da sua detenção, várias foram as tentativas protagonizadas pelo grupo detido de denunciar a injustiça sofrida, protestos que incluíram uma greve de fome e o envio de várias cartas a entidades de renome. Enquanto isto, a sua mulher era transferida para Armidale. Em Março de 1944 foi transferido para Singleton, onde ficou em regime de liberdade restrita aos limites de uma propriedade denominada *Minimbah* e a sua correspondência submetida a censura.¹⁴⁹⁶ No final da guerra, levantada a pena de deportação, embarca no navio Angola com a sua mulher, rumo à Metrópole onde chegou em meados de Fevereiro de 1946, sendo esta a última referência encontrada relativamente a este nome.¹⁴⁹⁷

José António Rosa era natural de Agualva e comerciante de profissão. Assinalado como bombista perigoso, era já bem conhecido pela polícia, por ter estado detido diversas vezes, uma das quais acusado de intenção de atentar contra a vida de sua excelência, o senhor Presidente da República. A última vez que foi preso foi a 3 de Março de 1931 por detenção de bombas e por ligações revolucionárias com nomes que incluíam João António Pires, também deportado para Timor. Assim, a 28 de Junho de 1931 partia de Lisboa rumo à deportação a bordo do navio Gil Eanes, chegando a Timor em Outubro de 1931.¹⁴⁹⁸ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Rosa viria a exercer a profissão de marítimo e agricultor, tendo ficado a residir em Oecussi, onde ainda é vivo quem se recorde do deportado Rosa que ali vivia com uma mulher timorense. Actualmente, existe efectivamente uma família de apelido Rosa em Oecussi, embora seja possível que tenham adquirido o nome por apadrinhamento e não por descendência.¹⁴⁹⁹ Ao tempo da ocupação japonesa de Timor (1942-45), permaneceu na zona de

¹⁴⁹⁶ Cardoso, 2007: 110 e 244, Chamberlain, 2010: Anexo A, p.39, Laborinho, 1944: 483 e NAA-MP1103/1, N1771.

¹⁴⁹⁷ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

¹⁴⁹⁸ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹⁴⁹⁹ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935, Cardoso, 2007: 244 e Entrevista Sebastião Almeida, Oecussi, Fatusuba, 31.3.2014,

concentração em Liquiçá. Terminada a guerra, encontramos o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Conselho, para que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.¹⁵⁰⁰ Pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados, pelo que lhes foi concedida a passagem de regresso à Metrópole no navio Angola. Não tendo sido encontrada uma lista de passageiros e tendo em conta a inexistência de referências a João António Rosa na Metrópole em 1946, deduzimos que não tenha embarcado e que tenha permanecido no enclave de Oecussi, Timor, onde ainda existe memória do seu nome.

José de Castro Júnior era fiscal de motoristas. Segundo uma relação de deportados e respectivos cadastros depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em 1919 Castro Júnior foi acusado de assassinar a tiro um adepto do sidonismo, tendo contudo ficado impune pela influência política de que dispunha. Foi empregado dos caminhos de ferro, do Minho e do Douro, tempo durante o qual pertenceu ao comité revolucionário dos caminhos de Ferro. Participou no 19 de Outubro de 1921 em Campanhã. Preso a 10 de Julho de 1925 por detenção de bombas. Participou no movimento revolucionário de 3 de Fevereiro, tendo se evadido para o Brasil. Preso no Regressaria mais tarde e a 1 de Junho de 1930 era preso novamente por estar comprometido com o movimento revolucionário projetado para a noite de 17 de Abril desse ano. Assim, partia de Lisboa a 28 de Junho, rumo à deportação a bordo do navio Gil Eanes, chegando a Timor em Outubro de 1931.¹⁵⁰¹ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em 1934 Castro residia em Díli e em 1935, na circunscrição civil de Aileu, onde segundo Pimenta de Castro, tinha uma plantação em Ermera.¹⁵⁰² Na sequência da ocupação japonesa de Timor (1942-1945) permaneceu na zona de concentração em Liquiçá. Terminada a guerra, encontramos ainda o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido dirigido ao

¹⁵⁰⁰ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹⁵⁰¹ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e Cardoso, 2007: 244.

¹⁵⁰² PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e Castro, 1944: 183.

Senhor Presidente do Conselho, para que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.¹⁵⁰³ Pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados. Embora tenha sido concedida a passagem a todos os ex-deportados e respectivas famílias destino à Metrópole, não tendo sido encontrada uma lista de passageiros e tendo em conta a inexistência de referências a Castro Júnior na Metrópole em 1946, deduzimos que tenha permanecido em Timor, não tendo sido encontrada mais nenhuma referência relativamente a este nome.

José Correia Fernandes Bernardino era antigo agente da F.I.P. Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão. Segundo uma relação dos deportados enviados para Timor onde consta o cadastro de cada um, José Correia é descrito como um “antigo conhecido revolucionário”, relacionado com os também deportados Augusto Veríssimo de Sousa e o Tenente António Correia. Assim, partia de Lisboa rumo à deportação, a 28 de Junho, a bordo do navio Gil Eanes, chegando a Timor em Outubro de 1931.¹⁵⁰⁴ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Passaria a residir na circunscrição civil de Aileu, exercendo a profissão de carpinteiro.¹⁵⁰⁵ Embora ainda conste numa relação de deportados a residir na Colónia, datada de Julho de 1940, tudo indica que aquando da ocupação japonesa (1942-1945), já não se encontrava em Timor.¹⁵⁰⁶

José Faria Braga nasceu no Porto e era sapateiro de profissão. Preso por fabrico de bombas, tendo posto em risco a vida de todos os seus vizinhos aquando do fabrico e explosão de uma bomba em sua casa, juntamente com Amândio Pinto. Partiu de Lisboa a bordo do navio Gil Eanes, a 28 de Junho de 1931 e chegou a Timor em Outubro de 1931.¹⁵⁰⁷ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando

¹⁵⁰³ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹⁵⁰⁴ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁵⁰⁵ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁵⁰⁶ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁵⁰⁷ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

formas de sustento. Relativamente à sua vida em Timor, em Fevereiro de 1934 residia em Maubisse, na circunscrição civil de Aileu,¹⁵⁰⁸ pelo que em Setembro do mesmo ano era em Maubisse que assinava um recibo de subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas,¹⁵⁰⁹ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Durante a ocupação japonesa de Timor (1942-1945) várias foram as atrocidades cometidas pelos invasores: roubos e pilhagens a casas, meios de transporte, géneros, assassinatos, violações, torturas, etc... tanto à população civil como à Administração Portuguesa. Os japoneses foram também responsáveis pela formação das colunas negras e pela instigação de várias revoltas contra a Administração Portuguesa. Assim, em Agosto de 1942, na região de Maubisse, os europeus que ali residiam, o Chefe de Posto Francisco Martins Coelho, José Faria Braga, Dionísio Teixeira e Paulo Ferreira, ao se aperceberem da aproximação das colunas negras, rapidamente se refugiaram em casas da população local. Tendo sido descobertos, foram brutalmente agredidos e torturados, tendo o Chefe de Posto e José Faria Braga sido decapitados. Este último foi reconhecido somente pelo defeito físico que possuía (um braço amputado) tendo sido enterrado em Maubisse com todas as honras militares.¹⁵¹⁰

José Francisco era pedreiro de profissão. Desconhecemos a data ou o motivo da sua



prisão. Sabemos apenas que partiu de Lisboa a bordo do navio Pedro Gomes e que chegou a Timor por via canal do Suez, em Outubro de 1931. Tal como todos os deportados chegados em 1931, durante as primeiras semanas permaneceu em Oecussi ou Ataúro, locais onde lhes havia sido preparado alojamento, a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a

libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Apesar de englobado no grupo dos deportados a quem havia sido concedida amnistia e dada autorização de regresso à

¹⁵⁰⁸ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁵⁰⁹ Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁵¹⁰ Cardoso, 2007: 259 e Carvalho, 1972: 46 e 122.

Metrópole em 1932, por razões não apuradas, José Francisco permaneceu em Timor. Em Fevereiro de 1934 tinha a sua residência fixada em Díli¹⁵¹¹ e estava empregado na Fábrica de Material de Guerra, tendo-se também associado a César Augusto dos Santos, fazendo trabalhos de construção civil e de limpeza e conservação de campas.¹⁵¹² Residia em Díli, local onde em 1934 assinava dois recibos do subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas.¹⁵¹³ Numa relação de deportados a residir na Colónia, datada de Julho de 1940, este nome já não consta.¹⁵¹⁴

José Rodrigues da Silva, José da Rosa. Pintor de construção civil, foi preso em data desconhecida por alegado envolvimento no movimento revolucionário de Fevereiro de 1927. Foi novamente preso a 4 de Junho de 1931 por ter lançado uma bomba na Rua do Arco da Bandeira no 1º de Maio. Assim, partiu de Lisboa rumo à deportação a bordo do navio Gil Eanes, a 28 de Junho, chegando a Timor em Outubro de 1931.¹⁵¹⁵ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Passaria a residir em Díli, local onde assinou um recibo de subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas, referente ao mês de Setembro de 1934,¹⁵¹⁶ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Ao longo da ocupação japonesa de Timor (1942-45) permaneceu na zona da concentração em Liquiçá. Terminada a guerra foi louvado pelo Governador “pelas extraordinárias qualidades de decisão, valentia e dedicação de que deu provas no árduo serviço, de que foi encarregado, da condução de géneros, em corcora, dos portos de lesta para Liquiçá, serviço que fez, por vezes, debaixo de fogo de indígenas armados e em que sempre deu provas de um óptimo moral, e ainda pela forma como sempre deu conta dos vários serviços de que foi encarregado, sabendo remover todas as dificuldades e executar o que lhe era ordenado”.¹⁵¹⁷ Encontramos ainda o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Conselho, para

¹⁵¹¹ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁵¹² BOT, 5.2.1935 e Castro, 1944: 183.

¹⁵¹³ PT/Arquivo particular de Luís Frazão e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁵¹⁴ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42

¹⁵¹⁵ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42

¹⁵¹⁶ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁵¹⁷ Cardoso, 2007: e Carvalho, 2003: 745-46.

que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.¹⁵¹⁸ Pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados, pelo que lhes foi concedida a passagem de regresso à Metrópole no navio Angola. Em Dezembro de 1945, José Rodrigues da Silva embarcou no navio Angola, rumo à Metrópole onde chegou em meados de Fevereiro de 1946.¹⁵¹⁹

José Serafim Martins era curtidor e serralheiro. Foi detido 6 de Fevereiro de 1927 por estar implicado na preparação do movimento revolucionário de 7 de Fevereiro do mesmo ano, e, foi definitivamente preso a 2 de Maio de 1931, por ter em sua posse 97 bombas de choque. As ditas bombas haviam-lhe sido entregues por Manuel Silvestre Quinas e João António Pires e foram-lhe apreendidas na escola agrícola da Paiã onde estava empregado. Partiu de Lisboa rumo à deportação, a bordo do navio Gil Eanes, a 28 de Junho de 1931 e chegou a Timor em Outubro de 1931,¹⁵²⁰ deixando mulher e um filho, Rogério da Conceição Serafim Martins (30.09.1928), em Lisboa.¹⁵²¹ Tal como todos os deportados vindos neste navio, desembarcou em Oecussi, onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Embora exista documentação do início dos anos 30 comprovando que lhe havia sido dada a autorização pelo Sr. Ministro das Colónias para transferir a sua residência para Macau, não o fez. Assim, em 1934, há registo de Martins a viver em Díli, trabalhando no concerto do velho armamento militar da tropa portuguesa.¹⁵²² Ao longo da sua estadia em Timor, Martins manteve relacionamento marital como uma senhora timorense.¹⁵²³ Segundo o Governador Ferreira de Carvalho, logo nos meses seguintes ao desembarque das tropas japonesas, aquando da transferência dos serviços de Díli para Baucau, foi José Serafim Martins quem ficou encarregue de transferir o material de guerra, tendo inutilizado parte e enterrado em lugar secreto em Díli, pelo que assim conseguiu impedir que os ocupantes deitassem as mãos ao material de guerra da tropa portuguesa. Segundo o Governador, nesta mesma altura, Martins, Jaurés e um outro

¹⁵¹⁸ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹⁵¹⁹ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

¹⁵²⁰ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31

¹⁵²¹ Entrevista a Marisa Martins, Díli, 29.9.2014.

¹⁵²² PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935, Cardoso, 2007: 244 e Liberato, s.d.: 22.

¹⁵²³ Entrevista a Marisa Martins, Díli, 29.9.2014.

deportado cujo o nome o Governador diz não se lembrar, correram a buscar para lhe entregar os quadros dos Exmos. Srs. Presidente da República, Óscar Carmona, do Presidente do Concelho, Oliveira Salazar, e ainda de Celestino da Silva, antigo Governador da Colónia (1894-1908). Ferreira de Carvalho afirma ter sido este acto uma grande lição de patriotismo, já que estes senhores haviam sido deportados precisamente pela divergência de ideias políticos entre os próprios e os retratados.¹⁵²⁴ No mês seguinte, por altura das revoltas contra a administração portuguesa, instigadas pelas colunas negras, Martins foi também o responsável por arranjar o armamento militar com que as colunas de voluntários as suprimiram. Depois disto, José Serafim Martins recolheu à zona da concentração em Liquiçá, onde permaneceu até ao final da Guerra. Apesar dos europeus se encontrarem na zona de “protecção”, por diversas vezes houve ainda situações de intimidação ou mesmo de confronto com as colunas negras. Em finais de Janeiro de 1943, uma coluna negra aproximou-se de Loidar, dentro da zona de protecção delineada e deteve um funcionário da SAPT e a sua família e levou-os. Corria a notícia de que a ideia seria liquidar toda a família, pelo que rapidamente o Tenente Liberato e o Eng. Canto organizaram um grupo de acção, Serafim Martins incluído, com a missão de libertar o preso e a respectiva família.¹⁵²⁵ Pelo testemunho do médico José dos Santos Carvalho, também ele residente no campo em Liquiçá, sabemos que Serafim teve pelo menos uma filha que morreu de difteria no ano de 1943. Carvalho diz que durante a estadia no campo, também Serafim esteve alguns meses doente mas curou-se.¹⁵²⁶ Terminada a guerra, Martins foi louvado pelo Governador “pela sua extrema dedicação pelo serviço, qualidades de trabalho, de ponderação e de desprezo pelo perigo, de que sempre deu provas durante o período de ocupação da Colónia, concorrendo em muito para que não pudesse ser utilizada pelos ocupantes uma grande parte do material de guerra da Colónia e estando sempre pronto a ajudar, desinteressadamente, a remediar todas as deficiências de material com a população lutou.”¹⁵²⁷ Terminada a Guerra, a cerimónia oficial realizar-se-ia a 20 de Setembro, em Díli, tendo os trabalhos sido dirigidos pelo ainda deportado Serafim Martins.¹⁵²⁸ Encontramos ainda o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido

¹⁵²⁴ Carvalho, 2003: 316.

¹⁵²⁵ Carvalho, 2003: 481.

¹⁵²⁶ Carvalho, 1972: 180.

¹⁵²⁷ Carvalho, 2003: 745.

¹⁵²⁸ Carvalho, 2003: 698.

dirigido ao Senhor Presidente do Conselho, para que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.¹⁵²⁹ Pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados. Embora tenha sido concedida a passagem a todos os ex-deportados e respectivas famílias destino à Metrópole, não tendo sido encontrada uma lista de passageiros e tendo em conta a inexistência de referências a Serafim Martins na Metrópole em 1946, deduzimos que tenha permanecido em Timor, não tendo sido encontrada mais nenhuma referência relativamente a este nome.

Mário Gonçalves era canalizador. Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão. Sabemos apenas que partiu de Lisboa a bordo do navio Pedro Gomes e que chegaria a Timor por via canal do Suez, em Outubro de 1931. Tal como todos os deportados chegados em 1931, durante as primeiras semanas permaneceu em Oecussi ou Ataúro, locais onde lhes havia sido preparado alojamento, a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Tempo de liberdade curto, pois logo em Outubro de 1933 já se encontrava novamente preso, condenado a 18 meses de prisão acusado do crime de homicídio frustrado.¹⁵³⁰ Talvez por isso não tivesse embarcado no navio Moçambique conforme suposto, depois de concedida a amnistia aos deportados políticos. Embora o navio tenha partido em Abril de 1933 e a pena de prisão date de Outubro, se o réu estivesse a aguardar julgamento, não o deixariam embarcar. Assim, em 1934 era na cadeia civil de Díli que assinava dois recibos do subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas.¹⁵³¹ Numa relação de deportados a residir na Colónia, datada de Julho de 1940, este nome já não consta.¹⁵³²

¹⁵²⁹ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹⁵³⁰ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁵³¹ Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁵³² PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42



Mário Vitorino Enguiça, ferroviário de profissão. Foi preso por ter recebido seis bombas, quatro delas passou-as a terceiros e lançou as restantes duas na Rua da Prata e na Rua do Amparo, no dia 17 de Maio de 1931. Assim, a 28 de Junho de 1931 partia de Lisboa rumo à deportação a bordo do navio Gil Eanes, chegando a Timor em Outubro de 1931.¹⁵³³ Tal como todos os deportados

vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em 1934 e 1935 tinha a sua residência fixada na ilha de Ataúro, local onde assinou dois recibos de subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas,¹⁵³⁴ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Contudo, é importante ter em conta que Ataúro era normalmente “local de desterro dentro do desterro”, ou seja, para onde a administração portuguesa enviava com quem se desentendia, pelo que fica a dúvida se Enguiça ali residia ou se estaria somente a passar ali uma temporada, enviado pela administração como forma de punição. Enguiça viria a falecer na sequência da ocupação japonesa (1942-1945), em data e local desconhecidos.¹⁵³⁵

Manuel Almeida Barreto. Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão, sabemos apenas que chegaria a Timor em Outubro de 1931, a bordo do navio Gil Eanes, proveniente da Guiné.¹⁵³⁶ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em 1934 e 1935, Barreto tinha a sua

¹⁵³³ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42

¹⁵³⁴ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁵³⁵ Cardoso, 2007: 246.

¹⁵³⁶ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

residência fixada em Oecussi,¹⁵³⁷ contudo em meados do mesmo ano, já era em Díli que um recibo do subsídio de deportado cadastrado, no valor de 70 patacas, era assinado em seu nome, sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais eram assinados. O recibo foi assinado por José Alves Jana e duas testemunhas ilegíveis, a rogo do beneficiário por este não saber ler e escrever.¹⁵³⁸ Ao tempo da ocupação japonesa (1942-45), na sequência das revoltas contra a administração portuguesa nas regiões de Maubisse e Turiscai, Barreto integrou a coluna do administrador de Manatuto, Dr. Mendes de Almeida, enviada a suprimir as revoltas.¹⁵³⁹ Sendo esta a última referência encontrada relativamente a este nome, consideramos a hipótese de Almeida Barreto ter falecido em combate.

Manuel António da Silva, Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão. Deportado inicialmente para a Guiné, chegaria a Timor em Outubro de 1931 no navio Gil Eanes. Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em 1934, Manuel tinha a sua residência fixada em Bobonaro e em 1935, em Liquiçá.¹⁵⁴⁰ Numa relação de deportados a residir na Colónia, datada de Julho de 1940, este nome já não consta.¹⁵⁴¹

Manuel Maria Teodoro¹⁵⁴² nasceu a 30 de Dezembro de 1904, em Lisboa. Era casado e torneio mecânico de profissão. Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão, sabemos apenas que chegaria a Timor em Outubro de 1931, no navio Gil Eanes, proveniente da Guiné.¹⁵⁴³ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Passaria a residir em na circunscrição civil

¹⁵³⁷ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁵³⁸ PT/Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁵³⁹ Carvalho, 1972: 46 e 122, Cardoso, 2007: 246 e Carvalho, 2003:

¹⁵⁴⁰ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁵⁴¹ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁵⁴² Documentação presente nos Arquivos Nacionais da Austrália mas não consultada por não se encontrar digitalizada: NAA: A261, 1954/84; NAA: A261, 1954/85; NAA: A261, 1954/86; NAA: A261, 1954/87; NAA: A261, 1954/88 e NAA: D4881, TEODORO MANUEL MARIA.

¹⁵⁴³ Chamberlain, 2010: Anexo A, p.48 e PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

do Suro, no Posto de Manufahi.¹⁵⁴⁴ Na sequência da ocupação japonesa (1942-45) afirma ter-se juntado ao exército australiano, lutando pela tática de guerrilha e andando em fuga pelas montanhas. Serviços pelos quais mais tarde seria pago pelas autoridades australianas. Foi evacuado para a Austrália em Janeiro de 1943, ficando alojado em *Bob's Farm*, onde chegou usando itens do uniforme australiano.¹⁵⁴⁵ Embora as restantes fontes não o refiram, Chamberlain refere que Teodoro chegou à Austrália acompanhado por uma mulher e três filhos. Uma vez que frisa Teodoro ser casado com uma senhora que terá ficado em Portugal, deduz-se que a mulher que o acompanhou fosse timorense, com quem estabeleceu uma relação marital. Em meados de 1943, um grupo de dezoito homens e respectivas famílias, Teodoro incluído, foram enviados para Marysville, em Victoria com o objectivo de trabalharem na indústria madeireira. Devido ao Inverno rigoroso não lhes foi possível trabalhar durante cerca de dez semanas e quando os trabalhos foram finalmente iniciados, desentendimentos relativos a ordenados e condições de trabalho e promessas infundadas por parte do empregador ditaram o regresso dos homens a *Bob's Farm*.¹⁵⁴⁶ Mais tarde foi transferido para uma casa cujo aluguer era pago pelo Governo Português, em Narrabri.¹⁵⁴⁷ Terminada a Guerra e levantada a pena de deportação, em Novembro de 1945 embarca no navio Angola rumo à Metrópole onde chegou em meados de Fevereiro de 1946.¹⁵⁴⁸ Tendo em conta que existe documentação relativa a este nome, datada das décadas de 50 e 60 nos Arquivos Nacionais da Austrália, deduz-se que Teodoro tenha regressado à Austrália.

Paulo Ferreira nasceu por volta de 1893 e era carpinteiro de profissão. Em Novembro de 1923, o seu nome aparece como um dos contribuintes a favor dos mineiros de S. Pedro da Cova que se encontravam em greve geral.¹⁵⁴⁹ Segundo uma relação de deportados e respectivos cadastros depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Paulo Ferreira era um conhecido agitador pela polícia, fazia parte do grupo civil revolucionário de Poço do Bispo, estava também ligado ao bombista Francisco de Oliveira Pio e foi preso a 5 de Dezembro de 1930 por detenção de bombas. Assim, a 28 de Junho de 1931 partia de Lisboa rumo à deportação a bordo do

¹⁵⁴⁴ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁵⁴⁵ Chamberlain, 2010: 40.

¹⁵⁴⁶ Laborinho, 1944: 87 e 124-128.

¹⁵⁴⁷ Cardoso, 2007: 259, Laborinho, 1944: 481, Chamberlain, 2010: Anexo A e D, pp.48 e 4 e NAA, security service, 10.8.1944.

¹⁵⁴⁸ *Jornal de Notícias*, 16.2.1946.

¹⁵⁴⁹ Rodrigues, 1981: 98-121.

navio Gil Eanes, chegando a Timor em Outubro de 1931.¹⁵⁵⁰ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Paulo Ferreira passaria a residir em Maubisse, na circunscrição civil de Aileu e manteve uma relação marital com Maria Silveira (cerca de 1920).¹⁵⁵¹ Em 1933 Paulo Ferreira contribuía com 5\$ para o monumento ao Dr. António José de Almeida.¹⁵⁵² Durante a ocupação japonesa de Timor (1942-1945) várias foram as atrocidades cometidas pelos invasores: roubos e pilhagens a casas, meios de transporte, géneros, assassinatos, violações, torturas, etc... tanto à população civil como à Administração Portuguesa. Os japoneses foram também responsáveis pela formação das colunas negras e pela instigação de várias revoltas contra a Administração Portuguesa. Assim, na região de Maubisse, os europeus que ali residiam: o Chefe de Posto Francisco Martins Coelho, José Faria Braga, Dionísio Teixeira e Paulo Ferreira, ao se aperceberem da aproximação das colunas negras, rapidamente se refugiaram em casas da população local. Tendo sido descobertos, foram brutalmente agredidos e torturados, tendo o Chefe de Posto e José Faria Braga sido decapitados. Dionísio Teixeira, Paulo Ferreira e respectivas famílias conseguiram fugir enquanto isto acontecia. Na sequência destes acontecimentos, em Agosto de 1942, depois de ter recebido alta do hospital em Quelicai, Paulo Ferreira e Dionísio Teixeira voluntariaram-se para integrar a coluna do administrador de Manatuto, Dr. Mendes de Almeida, enviada a suprimir a revolta em Turiscai.¹⁵⁵³ Eventualmente evacuado para a Austrália com a sua companheira, inicialmente ficaram alojados em *Bob's Farm*, tendo mais tarde sido transferidos para uma casa cujo aluguer era pago pelo Governo Português, em Narrabri. Terminada a guerra e levantada a pena de deportação, em finais de Novembro de 1945, Paulo Ferreira embarcou no navio Angola.¹⁵⁵⁴ Embora tenha sido concedida a passagem a todos os ex-deportados e respectivas famílias destino à Metrópole, não tendo sido encontrada uma lista de passageiros e tendo em conta a inexistência de referências a Paulo Ferreira na Metrópole em 1946, deduzimos que tenha desembarcado em Timor, onde

¹⁵⁵⁰ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e Cardoso, 2007: 246.

¹⁵⁵¹ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935 e Laborinho, 1944: 481.

¹⁵⁵² *BOT*, 4.2.1933.

¹⁵⁵³ Carvalho, 1972: 46 e 122, Cardoso, 2007: 246 e Carvalho, 2003:

¹⁵⁵⁴ NAA, security service, 10.8.1944, Cardoso, 2007: 246 e Chamberlain, 2010: anexo D, p. 4

deverá ter permanecido e onde a família vive actualmente, concretamente em Taibessi, Díli.¹⁵⁵⁵

Raimundo de Carvalho era tanoeiro de profissão. Foi preso por integrar o grupo que no primeiro de Maio de 1931 estoirou algumas bombas em Lisboa. Assim, a 28 de Junho de 1931 partia de Lisboa rumo à deportação a bordo do navio Gil Eanes, chegando a Timor em Outubro de 1931.¹⁵⁵⁶ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em inícios de 1934, Raimundo de Carvalho tinha a sua residência fixada em Oecussi,¹⁵⁵⁷ contudo, em meados de 1934 era na circunscrição civil de Baucau que assinava dois recibos do subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas,¹⁵⁵⁸ sendo que era no Posto do local de residência do deportado que os documentos oficiais era assinados. Segundo Pimenta de Castro Raimundo tinha uma plantação de arroz em Tíbar. Viria a falecer durante a ocupação japonesa (1942-45), em local e data ignorados.¹⁵⁵⁹

Raul Buxo. Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão. Sabemos apenas que partiu de Lisboa a bordo do navio Pedro Gomes e que chegaria a Timor por via canal do Suez, em Outubro de 1931. Tal como todos os deportados chegados em 1931, durante as primeiras semanas permaneceu em Oecussi ou Ataúro, locais onde lhes havia sido preparado alojamento, a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Tempo de liberdade curto, pois logo em Março de 1933 já se encontrava novamente preso, condenado a dois anos de prisão acusado do crime de homicídio frustrado.¹⁵⁶⁰ Talvez por isso não tivesse embarcado no navio Moçambique conforme suposto, depois de concedida a amnistia aos deportados políticos. Assim, em 1934 era na cadeia civil de Díli que assinava dois recibos do subsídio de deportado político, no valor de 70

¹⁵⁵⁵ Entrevista a Vitorino e Filomeno Amado, netos de Álvaro Damas, Díli, 28.12.2013.

¹⁵⁵⁶ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁵⁵⁷ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935, Castro, 1944: 183 e Cardoso, 2007: 259.

¹⁵⁵⁸ Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁵⁵⁹ Carvalho, 1972: 131 e Carvalho, 2003: 763.

¹⁵⁶⁰ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

patacas.¹⁵⁶¹ Numa relação de deportados a residir na Colónia, datada de Julho de 1940, este nome já não consta.¹⁵⁶²

Robert William Vivian. Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão. Deportado inicialmente para a Guiné, chegaria a Timor em Outubro de 1931 no navio Gil Eanes. Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Em 1934 e 1935, Robert tinha a sua residência fixada em Liquiçá.¹⁵⁶³ Numa relação de deportados a residir na Colónia, datada de Julho de 1940, este nome já não consta.¹⁵⁶⁴

Sebastião da Costa Alves era empregado comercial. Desconhecemos a data ou o motivo da sua prisão, sabemos apenas que chegaria a Timor em Outubro de 1931, a bordo do navio Gil Eanes, proveniente de Angola.¹⁵⁶⁵ Tal como todos os deportados vindos neste navio, terá sido desembarcado em Oecussi onde permaneceu um tempo confinado a um espaço a que muitos chamaram “campo de concentração”. Após a libertação do campo, sem permissão para sair de Timor, os deportados espalharam-se pelo território, procurando formas de sustento. Pelos múltiplos anúncios de venda de objectos publicados por Costa Alves no Boletim Oficial de Timor, supomos que durante os primeiros tempos se tenha dedicado ao comércio, a residir em Díli.¹⁵⁶⁶ Em 1940 era proprietário do “único hotel que havia em Díli, muito modesto mas asseado e confortável”, segundo José dos Santos Carvalho.¹⁵⁶⁷ Durante a invasão japonesa de Timor (1942-45), dada a ordem de concentração da população de origem europeia em Liquiçá, em Novembro de 1942, as tropas japonesas dirigiram-se a Baucau acompanhados pelas colunas negras, segundo os próprios, com o intuito auxiliar o transporte. Ao correr a notícia do massacre ocorrido em Manatuto e que havia vitimado o administrador da circunscrição Dr. Mendes de Almeida e o Chefe de Posto Padinha, o geral da população fugiu para o mato. Sebastião Costa Alves foi um

¹⁵⁶¹ Arquivo particular de Luís Frazão.

¹⁵⁶² PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42.

¹⁵⁶³ PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁵⁶⁴ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42

¹⁵⁶⁵ PT/AHU/1560/1C/MU/DGFC/1940-42 e PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹⁵⁶⁶ *BOT*, 12.5.1934, *BOT*, 16.2.1935, *BOT*, 13.4.1935, *BOT*, 4.5.1935, *BOT*, 14.3.1936 e PT/AHU/2780/1A/SEMU/MU/GM/MÇ/1910-1935.

¹⁵⁶⁷ Carvalho, 1972: 125 e Cardoso, 2007: 259.

dos poucos que permaneceu na vila a aguardar a chegada das tropas nipónicas, dirigindo-se de seguida para a zona de concentração em Liquiçá.¹⁵⁶⁸ Terminada a guerra, encontramos o seu nome incluído no documento intitulado de “Situação dos Deportados em Timor, 1945.” Trata-se de um pedido dirigido ao Senhor Presidente do Conselho, para que seja levantada a pena aos deportados incluídos numa lista em particular, pelo alto patriotismo demonstrado durante invasão japonesa.¹⁵⁶⁹ Pedido que como sabemos, foi concedido e estendido a todos os deportados, pelo que lhes foi concedida a passagem de regresso à Metrópole no navio Angola. Não tendo sido encontrada uma lista de passageiros e tendo em conta a inexistência de referências a Costa Alves na Metrópole em 1946, deduzimos que não tenha embarcado e que tenha permanecido em Timor. Nos tempos seguintes ao pós-guerra, Costa Alves viria a tornar-se um homem de grande influência e consideração na Colónia, exercendo cargos de relevo em companhias comerciais. Continuará a ser o proprietário do Hotel Díli, bem como de fábricas onde se produziam blocos de cimento, telha, tijolo, refrigerantes, sabão, óleo de copra, arroz e café.¹⁵⁷⁰ Segundo a memória local, Costa Alves casara-se com uma mulher indiana, tendo tido um só filho. Eventualmente venderia o seu Hotel aos actuais donos. Á data da sua morte, a família mudou-se para a Austrália.¹⁵⁷¹

¹⁵⁶⁸ Carvalho, 2003: 445 e Carvalho, 1972.


¹⁵⁶⁹ PT/ANTT/Arquivo Salazar, IN-8C, cx. 332, pt. 31.

¹⁵⁷⁰ PT/CGD/Relatório BNU 1955.

¹⁵⁷¹ Entrevista a Rosa Ramos-Horta Carrascalão, Díli a 26.4.2014.

Anexo D - Imagens

COLONIA DE TIMOR

N.º 52 (Deportado Social) Rúbrica do Administrador,


Despesas por conta do Ministério do Interior (Policia de Vigilância e Defeza do Estado — Secção Internacional).

Patacas \$50,00

Recebi da Administração do Concelho de Dilly, a importância de cinquenta patacas, subsídio para alimentação e vestuário relativo ao mês de Agosto de 1934.

Dilly, 1 de Setembro de 1934.


Pedro Guia de Oliveira



Dilly — Imprensa Nacional — 1935.

Recibo de subsídio de deportado social, no valor de 50 patacas, assinado por Pedro Guia de Oliveira.¹⁵⁷²

COLONIA DE TIMOR

N.º 22 (Deportado ~~Político~~ ^{cadastro}) Rúbrica do Administrador,


Despesas por conta do Ministério do Interior (Policia de Vigilância e Defeza do Estado — Secção Internacional).


Patacas \$70,00

Recebi da Administração do Concelho de Dilly, a importância de setenta patacas, subsídio para alimentação e vestuário relativo ao mês de Setembro de 1934.

Dilly, 30 de Setembro de 1934.

Testemunhas: A rogo de Manuel de Almeida Barreto por não saber ler nem escrever

José Alves Jana



Dilly — Imprensa Nacional — 1935.

Recibo de subsídio de deportado cadastrado, assinado por José Alves Jana e mais duas testemunhas, a rogo de por Manuel Maria Barreto por este não saber ler nem escrever. Embora esteja indicada quantia de 70 patacas, o subsídio concedido aos cadastrados era somente de 27 patacas.

¹⁵⁷² Recibos de subsídio mensal de deportado cedidos por Luís Frazão.

COLONIA DE TIMOR

(Deportado Político)

Rúbrica do Administrador,

N.º 43

Despesas por conta do Ministério do Interior (Policia de Vigilancia e Defesa do Estado — Secção Internacional).

Patacas \$70,00

Recebi da Administração do Concelho de Dilly, a importância de setenta patacas, subsídio para alimentação e vestuário relativo ao mês de Agosto de 193 4.

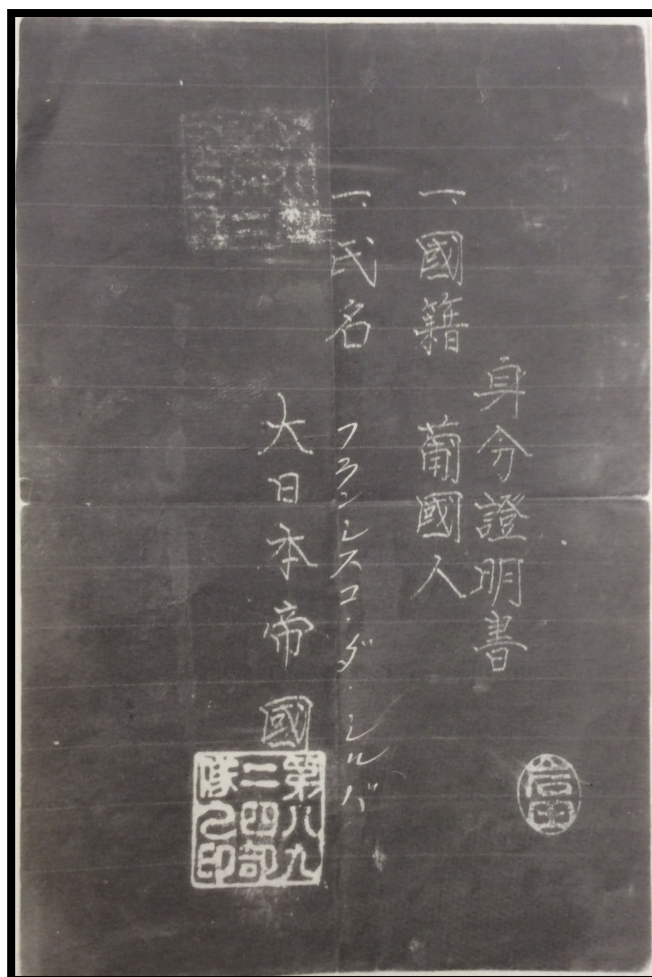
Dili, 30 de Agosto de 193 4.

João



Dilly—Imprensa Nacional—1935.

Recibo de subsídio de deportado político, no valor de 70 patacas, assinado por João Augusto Galhóz.



Salvo conduto concedido pelo comando japonês nos primeiros meses da ocupação japonesa, obrigatório a todos os europeus que quisessem circular pelo território. (Laborinho, 1944: 48).

Anexo E - Crónica de uma fuga

Nos inícios de 1932, um grupo de 10 deportados que tinha sido obrigado a viver numa ilha situada nos antípodas das suas casas, resolveu tentar a fuga. Os envolvidos: Utra Machado, Marques de Mendonça, José Pereira Gomes, Miguel Abreu, Manuel António Correia, Francisco Oliveira Pio, Eduardo Carmona, Manuel Vireilha da Costa, Joaquim Ramos Munhá. Deste grupo fazia também parte o Capitão Alfredo Chaves, que por razões ainda a apurar pela autora, desistiu à última da hora. À excepção de Joaquim Munhá, comerciante, todos eram militares de alta patente ou membros de antigos governos, assumiam-se como democratas republicanos e tinham ligações maçónicas, tendo sido presos e deportados por envolvimento em ações revolucionárias contra a ditadura militar.

A fuga começou a ser preparada a partir de casa de um parente de Utra Machado, onde este estava alojado. Ao longo das reuniões de preparação, todos acordaram que seriam necessárias 200 libras por elemento participante, um barco e, tarefa que à partida, tendo em conta a propaganda que o Governo português já havia distribuído, parecia a mais difícil: fazer a polícia de Timor Holandês crer na sua inocência quanto às verdadeiras razões da sua deportação. Negavam ser “terríveis comunistas”, algo mal conotado pela sociedade da época, afirmavam-se antes como verdadeiros democratas a lutar contra um sistema de ditadura imposto pela força.

A suposta criação de uma sociedade comercial de importação de vinhos da qual todos os fugitivos eram sócios, resolveu o primeiro problema. Em nome de uma sociedade a ser montada, podiam pedir dinheiro sem que ninguém desconfiasse. Manuel Vireilha da Costa ficou encarregue de resolver o segundo problema, arranjar o barco. Conta o filho Luís que uns meses antes, aquando da chegada ao campo de concentração, “a fome dera-lhe para pôr a cabeça a funcionar e teve a ideia de construir um barco para poder pescar”. Contudo, um dia, numa visita ao campo, o diretor e a mulher viram o barco ainda em construção, acharam graça e pediram-lho. Acordaram que Vireilha da Costa acabaria de o construir e dar-lhes-ia o barco, mas, em troca, o diretor autorizava que se construísse um outro, maior, e assim, pescando, Vireilha da Costa conseguiria responsabilizar-se pela alimentação do campo de concentração. O filho acrescenta que o pai comentava “aquilo cheirou-lhe a dinheiro”, pois, passando o deportado a assegurar a alimentação do campo, o diretor poderia guardar para si essa parte do orçamento disponibilizado pelo Governo.

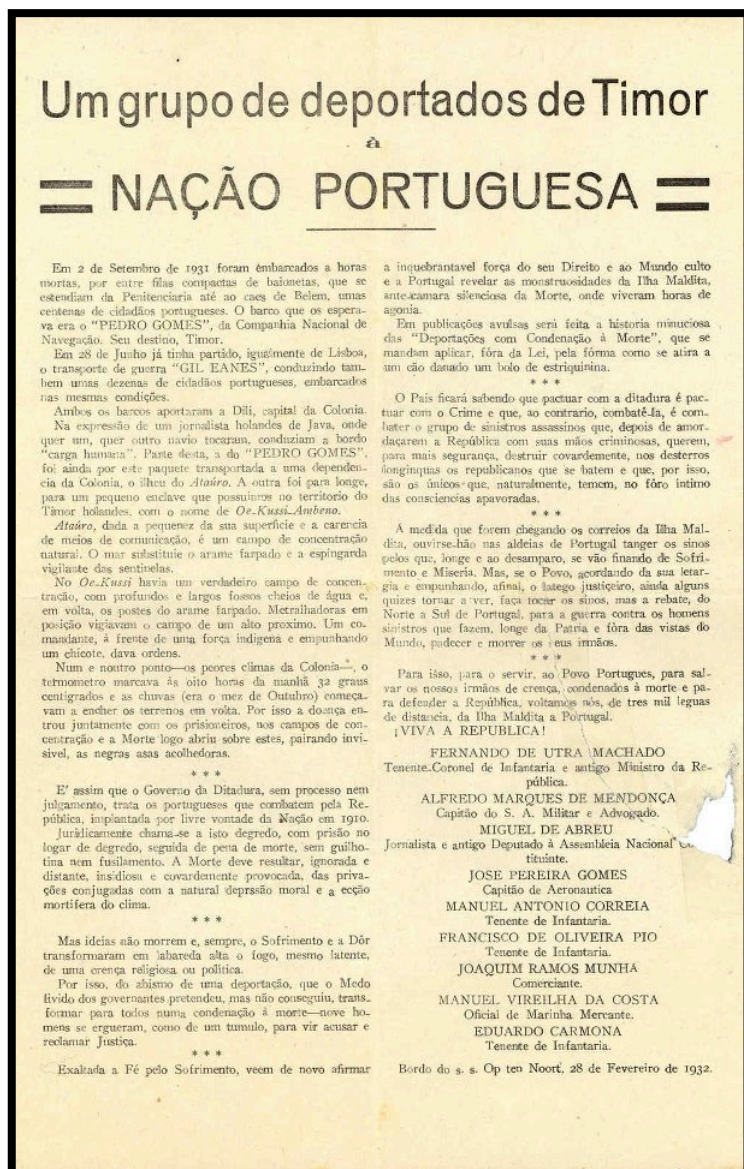
Estórias à parte, foi pela sua experiência marítima que Vireilha da Costa ficou encarregue de arranjar o barco para a fuga. Assim o fez e a 2 de Fevereiro, por volta das nove da noite, os fugitivos reuniram-se pela última vez na casa onde morava Utra Machado, situada perto do local de embarque. Um de cada vez, dirigiram-se para o barco onde um remador timorense os esperava e assim, seguiram em direção à ilha das Flores, onde previam apanhar, ao meio dia do dia seguinte, o navio que os conduziria a Batávia. Rapidamente se deram conta que estavam a ser arrastados na direção contrária e que o barco metia água. Já de madrugada começaram a ouvir barulho e assustaram-se temendo tratar-se de um barco do Governo que os prenderia. Tratava-se afinal de um veleiro tripulado por pescadores clandestinos de ostras perlíferas, com quem se entenderam-se em inglês, explicaram a sua situação e os pescadores ajudaram-nos. Conseguiram assim manter o plano original. No dia seguinte, o veleiro levou-os para a linha de navegação onde o esperado navio de passageiros holandeses *Van Riebeek* passaria a caminho de Batávia.

A título de curiosidade, testemunha Luís Vireilha da Costa que o estratagema que arranjam para chamar à atenção do navio holandeses foi pôr um balde virado ao contrário no mastro. Consta que no mar, é conhecimento comum ser esta uma forma de pedir ajuda a um barco que passe. Luís lembra-se que esta situação foi registada fotograficamente e lembra-se de ver a fotografia. Na realidade sabemos que alguns jornais holandeses da época noticiaram este e outros acontecimentos relacionados com os deportados reviralhistas, infelizmente relíquias ainda não encontradas.

Continuando com a nossa crónica, o grupo pagou um bilhete de primeira classe e conseguiu embarcar. Valeu-lhes protecção do Comandante e do Imediato, também membros da maçonaria e conhecedores da sua situação política, que os ajudaram. Conta-nos Manuel António Correia, foram de tal forma bem tratados que tomavam as refeições na mesa dos oficiais. Três dias depois, fizeram escala em Batávia. A ideia era embarcarem aí noutro navio, rumo a Singapura. O chefe da polícia veio a bordo e comunicou-lhes que tinha ordens do Governo de Timor para os prender e enviá-los de volta para a Colónia. No entanto, conhecedor da situação do grupo, não só os protegeu como ainda os convidou a visitar a cidade. Dali seguiram no *Op Ten Norrt* para Singapura. Foi neste navio que o grupo de deportados escreveu o conhecido Manifesto à Nação Portuguesa, no qual a fim de “acordar a população portuguesa para os crimes que a ditadura militar estava a protagonizar”, davam a

conhecer a sua situação de deportação sem qualquer julgamento e as condições dos campos de concentração em Timor.

Já em Singapura, Utra Machado contactou Afonso de Costa que lhes garantiu



passagens num navio inglês, daí a quinze dias. Após discussão, o grupo achou por bem não esperar tanto tempo e embarcaram no dia seguinte em terceira classe no navio francês D'Artanhan, rumo a Marselha. Ironia dos destinos, a bordo encontraram o segundo Comandante e dois primeiros Sargentos do Gil Eanes, navio que meses antes tinha transportado alguns deles para o desterro. Chegaram a Marselha em princípios de Abril onde eram esperados pelo cônsul português. Mais uma vez, valeram-lhes as ligações maçónicas pois o Cônsul em

vez de os prender, entregou a cada um, um envelope com três mil francos. A partir de agora, o grupo separa-se e cada um segue o seu rumo, todos com planos para continuarem a preparação de uma revolução que nunca chegou a acontecer.¹⁵⁷³

¹⁵⁷³ Cardoso, 2007; Correia, 2001: 258-268; AMRT, Manifesto de um grupo de deportados de Timor à Nação Portuguesa, 28.2.1932 e entrevista a Luís de Vireilha da Costa (filho de Manuel Vireilha da Costa), Cascais, 6.1.2014.